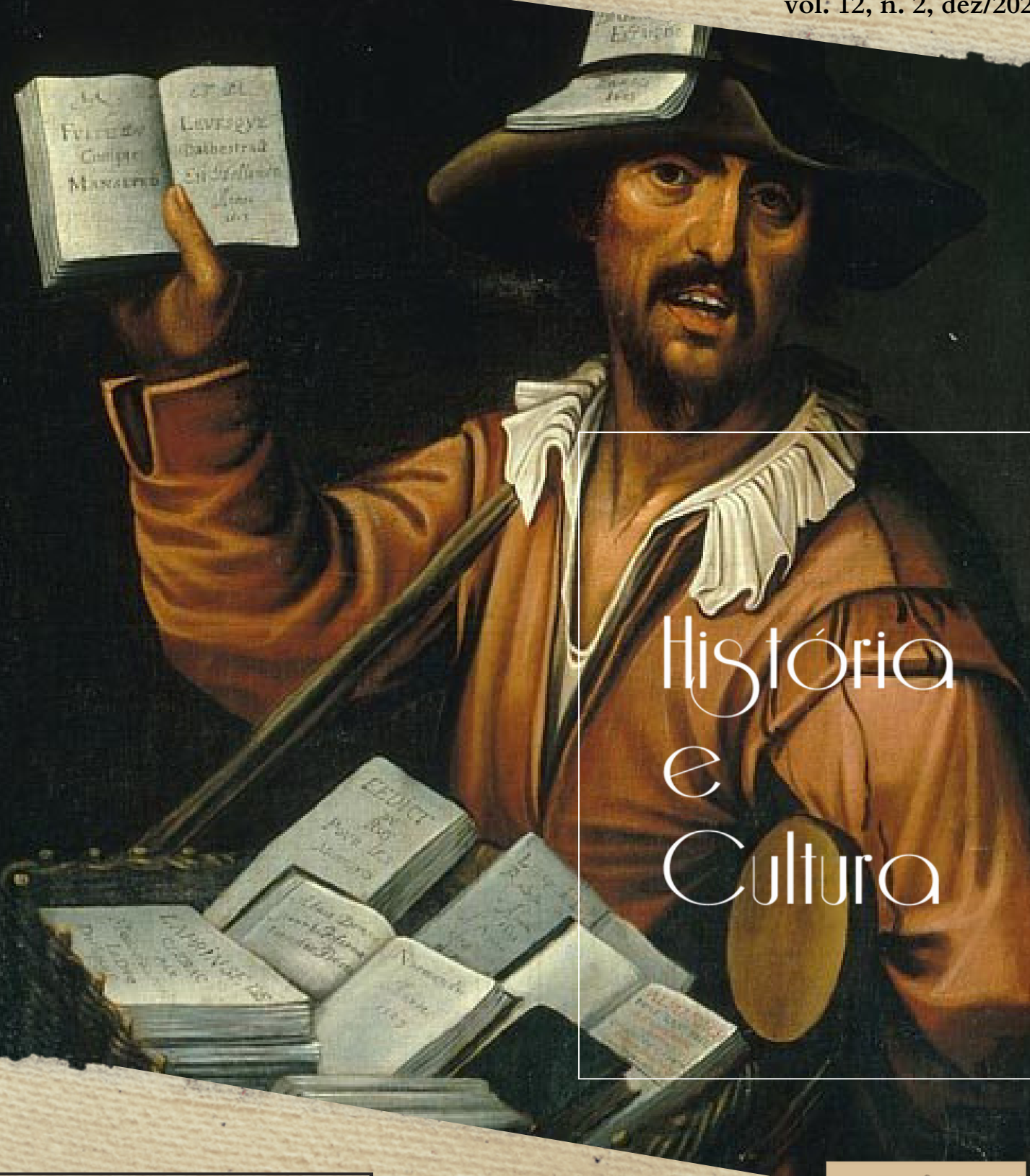


CULTURA IMPRESSA NO PERÍODO MODERNO: DEBATES E POSSIBILIDADES (XV-XVIII)

ISSN: 2238-6270
vol. 12, n. 2, dez/2023



História
e
Cultura

Organizadoras:

Me. Kelly Caroline Appelt

Me. Lívia Bernardes Roberge

unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
HISTÓRIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP

Editora Científica

Valéria dos Santos Guimarães. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP-Franca), Programa de Pós-Graduação em História.

Editores

Rafaela Manha da Costa. Secretária. Mestranda em História, PPGH – UNESP.
Leandro Antônio da Silva. Dossiê. Mestrando em História, PPGH – UNESP.
Isadora Remundini. Qualidade. Doutoranda em História, PPGH – UNESP.
Ana Laura Galvão Batista. Artigos Livres. Mestranda em História, PPGH - UNESP.

Conselho Editorial

Amanda Ribeiro Mafra Lima. Doutoranda em História, PPGH - UNESP.
Ana Laura Camargo Cunha. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Ana Laura Galvão Batista. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Edson Tadeu Pereira. Doutorando em História, PPGH - UNESP.
Felipe Aparecido de Oliveira Camargo. Mestrando em História, PPGH - UNESP.
Isadora Remundini. Doutoranda em História, PPGH - UNESP.
Larieli Ceron de Lima. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Laura Felipe Romani. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Leandro Antonio da Silva. Mestrando em História, PPGH - UNESP.
Leonardo Lima Breda. Doutorando em História, PPGH - UNESP.
Maria Luiza Franca Ramalho. Mestranda em História, PPGH – UNESP.
Maria Regina Machado Miserochi. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Natália Tamie Imaizumi de Luzia. Mestranda em História, PPGH – UNESP.
Nathan Rodrigues Falcucci. Mestrando em História, PPGH - UNESP.
Paloma Caroline Catelan. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Rafaela Manha da Costa. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Rhaira Gabrielle Silva. Mestranda em História, PPGH - UNESP.
Tainá Maria Silva. Doutoranda em História, PPGH – UNESP.

Conselho Consultivo Nacional

Profa. Dra. Tania Costa Garcia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Profa. Dra. Márcia Pereira da Silva, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Franca.

Profa. Dra. Ana Paula Tavares Magalhães, Universidade de São Paulo – USP.

Prof. Dr. Arno Wehling, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB / Universidade Gama Filho.

Prof. Dr. Ângelo Alves Carrara, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF.

Prof. Dr. Carlos Leonardo Kelmer Mathias, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

Profa. Dra. Izabel Andrade Marson, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Prof. Dr. José Rivair Macedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Profa. Dra. Kalina Vanderlei Silva, Universidade Federal de Pernambuco – UFRPE.

Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco, Universidade de São Paulo – USP.

Prof. Dr. Luís Alberto de Boni, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS / Universidade do Porto – UP.

Profa. Dra. Maria Fernanda Baptista Bicalho, Universidade Federal Fluminense – UFF.

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Profa. Dra. Regina Célia Lima Caleiro, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.



Conselho

Consultivo Internacional

Prof. Dr. Alejandro Bancalari Molina, Universidad de Concepción, Chile.

Prof. Dr. Claudio Rolle, Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile.

Prof. Dr. Darío Sánchez Vendramini, Universidad Nacional de la Rioja, Argentina.

Prof. Dr. David Treece, King's College, London, Reino Unido.

Prof^a Dr^a Ivani Vassoler, State University of New York Fredonia, Estados Unidos.

Prof. Dr. Juan Carlos Cruz Suárez, Aarhus Universitet, Dinamarca.
Prof. Dr. Juan Pablo González, Universidad Alberto Hurtado, Chile.
Prof. Dr. Julio Pinto Vallejos, Universidad de Santiago de Chile, Chile.
Profª Drª Maria-Aparecida Lopes, California State University - Fresno, Estados Unidos.
Prof. Dr. Rainer Guldin, Università della Svizzera Italiana, Suíça.
Profª Drª Regina Felix, University of North Carolina - Wilmington, Estados Unidos.
Prof. Dr. Roberto Di Stefano, Universidad Nacional de la Pampa, Argentina.
Prof. Dr. Santiago Castellanos, Universidad de León, Espanha.
Prof. Dr. Sven Schuster, Universidad del Rosario, Colômbia.
Prof. Dr. Tiago C. P. dos Reis Miranda, Universidade de Évora, Portugal.
Prof. Dr. Vinicius Mariano de Carvalho, King's College London, Reino Unido.

Apoio/Patrocínio

Conselho do Programa de Pós-graduação em História – UNESP.
Pró-reitoria de Pesquisa – PROPe – UNESP/Reitoria.

Layout e Diagramação

Layout: Andrea Ramon Ruocco.
Diagramação: Leonardo Lima Breda

Informações da Capa

Imagem: *Colporteur* (Mascate). Óleo sobre tela, século XVII. Escola francesa, autor anônimo. Original conservado no Museu do Louvre, Paris. Imagem de domínio público em todos os países onde o direito do autor possui duração de 70 anos ou menos a partir da morte do autor (inclui o Brasil).

Design da capa: Leonardo Lima Breda

Contatos

Endereço postal: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900 - Jd. Antonio Petraglia - Bloco III, Sala 10 - CEP 14409-160. Franca/SP, Brasil.

Telefone Institucional: +55 (16) 3706-8792.

Telefone para Suporte Técnico (STAEPE): +55 (16) 3706-8811.

E-mail: revistaeletronica.franca@unesp.br

E-mail/Secretaria: secretariahistoriaecultura@gmail.com

E-mail/Divulgação: historiaecultura.divulgacao@gmail.com

Portal/Site: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/>



Missão

A revista *História e Cultura* (ISSN: 2238-6270 - Qualis A3) é uma publicação eletrônica semestral editada por discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com sede na cidade de Franca, São Paulo, Brasil.

A *História e Cultura*, atenta às pesquisas e ao debate acadêmico desenvolvido na área de História e em áreas afins, publica textos inéditos de autoria de doutores, mestres e pós-graduandos stricto sensu, redigidos em português, espanhol, francês e inglês. Além de artigos para dossiês, a revista recebe contribuições em fluxo contínuo de artigos livres, entrevistas, resenhas e traduções.

SUMÁRIO

EDITORIAL	8
CULTURA IMPRESSA NO PERÍODO MODERNO: DEBATES E POSSIBILIDADES (XV-XVIII) 13	
LAS CASAS ALÉM DOS PIRINEUS: CIRCULAÇÃO E DISPUTAS POLÍTICAS NAS TRADUÇÕES DA <i>BREVÍSSIMA RELACIÓN DE LA DESTRUCCIÓN DE LAS INDIAS</i> E OUTROS ESCRITOS LASCASISTAS	19
PELA BOCA DE CIPIÃO: OS ARGUMENTOS DE CÍCERO NA PUBLICÍSTICA DE PORTUGAL RESTAURADO (1641 – 1645).....	61
EM BUSCA DA LINGUAGEM UNIVERSAL: OS LIVROS DE EMBLEMAS DOS SÉCULOS XVI E XVII	85
COLOMBIA PRIMA: AS RELAÇÕES ENTRE CULTURA IMPRESSA E OS INTERESSES DIPLOMÁTICOS PORTUGUESES NO FINAL DO SÉCULO XVIII	104
A IMPRENSA AUSENTE NA AMÉRICA PORTUGUESA: “NOTAS PARA UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE A CENSURA NO ANTIGO REGIME”	122
<i>ARTIGOS LIVRES E RESENHAS</i>	149
<i>A ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO PARÁ: UMA VISÃO DA IDENTIDADE SOCIAL DOS VETERANOS DE GUERRA PARAENSES ATRAVÉS DAS FICHAS DE FILIAÇÃO</i>	150
PRIMITIVE FUTURE: METAL, TEMPO E NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO MUSICAL DO SEPULTURA (1989)	175
PRIMITIVE FUTURE: METAL, TIME, AND NEOLIBERALISM IN SEPULTURA MUSICAL PRODUCTION (1989)	198
PROJETO CIDADANIA: UM NOVO MODO DE FAZER POLÍTICA?	221
O QUE AS PENAS DAS AVES NOS CONTAM SOBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO? GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES TUPIS NO SÉCULO XVI.....	239
WHAT DO BIRD FEATHERS TELL US ABOUT THE HISTORY OF SÃO PAULO? GLOBALIZATION AND THE WORK OF TUPI WOMEN IN THE 16TH CENTURY	257
ESTADO, ECONOMIA, IMPRENSA E EDUCAÇÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR	275
“É DA CIVILIDADE!”: UM RETRATO DA MODERNIZAÇÃO E A PEDAGOGIA DOS CORPOS PELA IMPRENSA FRANCA (1890-1940)	300
‘IT’S CIVILITY!’: A PORTRAIT OF MODERNIZATION AND THE PEDAGOGY OF BODIES BY THE PRESS OF FRANCA (1890-1940)	330
VIDA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA RAÍZ DA RESISTÊNCIA DA VILA DE BELO MONTE, EM CANUDOS	359
UM SÚDITO FIEL DO BRASIL: O INÍCIO DA HISTÓRIA DE VIDA DE ANTÔNIO COELHO RODRIGUES	377
CULTURA ESCRITA E RELAÇÕES DE AMIZADE: POSSÍVEIS MECANISMOS POLÍTICOS PARA AS MULHERES NA INGLATERRA VITORIANA	394
ORIGINALITY OF THE GENRE POETICS IN V.A. NIKIFOROV-VOLGIN'S STORY "THE ROAD STAFF" IN THE CONTEXT OF THE PROSE OF THE RUSSIAN DIASPORA	417
ONDE A RAÇA ENCONTRA O SEXO: NINA RODRIGUES, CLASSES PERIGOSAS E PEDERASTAS NA SALVADOR DE FINS DOS OITOCENTOS	435

EDITORIAL

Amanda Ribeiro Mafra Lima

Doutoranda em História – UNESP/Franca

É com satisfação, que a *Revista História e Cultura*, editada pelos/as discentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, apresenta às leitoras e leitores seu volume 12, do segundo semestre de 2023. Nesta edição, estão reunidos cinco artigos que compõem o dossiê “Cultura impressa no período moderno: debates e possibilidades (XV-XVIII)” e, outros treze, de temática livre, sendo três deles em língua inglesa.

O dossiê “Cultura impressa no período moderno: debates e possibilidades (XV-XVIII)”, organizado por Kelly Caroline Appelt e Lívia Bernardes Roberge, ambas doutorandas em História na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), parte da conceituação de “cultura impressa” como um conjunto de práticas e relações sociais próprias aos processos de produção e circulação de impressos.

Seguindo esta perspectiva, os artigos do dossiê abordam as permanências e transformações engendradas pela produção impressa; as ressignificações e apropriações de textos impressos, em suas reedições e traduções; os conflitos e negociações entre os sujeitos envolvidos na elaboração de produções imagéticas ou textuais; os silenciamentos e o papel da censura na constituição da “cultura impressa”; e as abordagens historiográficas realizadas no século XIX sobre livros do período moderno.

Assim, compõem a seção: *Las Casas além dos pirineus: circulação e disputas políticas nas traduções da Brevíssima relación de la destrucción de las Indias e outros escritos lascasistas*, de Gabriel Cardoso Bom (Mestrando em História Social, USP).; *Pela boca de Cipião: os argumentos de Cícero na publicística de Portugal restaurado (1641-1645)*, de Rodrigo Franco da Costa (doutor em História Social, UFRJ).; *Em busca da linguagem universal: os livros de emblemas nos séculos XVI e XVII*, de Brenda Yasmin Degger (doutoranda em História, UFPR); *Colombia Prima: as relações entre cultura impressa e os interesses diplomáticos portugueses no final do século XVIII*, de Carmem Marques Rodrigues (doutora em História da Ciência, UFMG); e, *A imprensa ausente na América Portuguesa: notas para uma revisão historiográfica*

sobre a censura no Antigo Regime, de Jerônimo Duque Estrada de Barros (doutorando em História, PUC/RJ).

Por meio de diferentes *corpus* documentais, recortes espaciais e perspectivas metodológicas, estes trabalhos apontam para o contínuo avanço das pesquisas historiográficas sobre o papel dos impressos na Época Moderna. Esperamos que a leitura deles contribua aos estudos sobre as relações entre a materialidade impressa e as dinâmicas sociais, culturais, políticas e econômicas do período moderno, assim como engendre *insights* às reflexões sobre a conjuntura contemporânea.

Voltando nossa atenção à seção de Artigos Livres, temos em sua composição doze textos produzidos por pesquisadores/as de diferentes regiões do Brasil, e um de autoria russa. Deste modo, pincelasse a diversidade de recortes temáticos, temporais e de clivagens teórico-metodológicas que marcam a produção historiográfica brasileira contemporânea, assim como destaca-se a importância do diálogo da historiografia nacional com as pesquisas estrangeiras.

Da Universidade Federal do Pará, Lucas Carnevale Machado (doutorando em História Social da Amazônia, UFPA) nos apresenta *A associação de ex-combatentes do Brasil, seção Pará*, que trata da participação de soldados paraenses na II Guerra Mundial (1939 – 1945) e as dinâmicas sociais envolvendo este grupo após o conflito. Discute-se neste primeiro artigo da seção a formação das associações de ex-combatentes e a, partir dela, a problemática da reintegração social dos veteranos de guerra.

Do estado da Bahia, dois artigos são publicados. O texto *Vida comunitária e segurança alimentar na raiz da resistência da vila de Belo Monte, em Canudos* (10º artigo) de Amilcar Baiardi (professor titular na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB) e Alex Vieira dos Santos (doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências, UFBA) fundamenta-se em relatos e em documentação primária para defender a segurança alimentar e a vida comunitária como fatores relevantes na resistência da comunidade de Canudos às incursões militares.

Por sua vez, em *Onde a raça encontra o sexo: Nina Rodrigues, classes perigosas e pederastas na Salvador de fins dos oitocentos*, de Daniel Vital Silva Duarte (doutor em História Social, UFBA), temos uma análise das considerações de Nina Rodrigues sobre as relações entre raça e sexualidade publicadas no livro *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. O autor utiliza-se de referencial teórico da história social em diálogo próximo com os estudos de gênero e os estudos *queer*.

Da Universidade Regional do Cariri (URCA), no Ceará, temos o quarto artigo da sessão de Artigos Livres, intitulado *Projeto Cidadania: um novo modo de fazer*

política?, de José Soares Filho (mestrando em Letras, URCA) e Edson Soares Martins (professor associado de Literatura Brasileira na Universidade Regional do Cariri, URCA). O texto apresenta um estudo acerca do exercício direto do voto de cristãos protestantes entre 2010 e 2020 a partir do Projeto Cidadania da Igreja Evangélica Assembleia de Deus e do material de divulgação de candidatos evangélicos que concorreram a vereador em 2012.

Da Universidade Federal do Piauí, Antônio Moreira de Carvalho Neto (mestrando em História do Brasil, UFPI) e Francisco Gleison da Costa Monteiro (professor no curso de graduação em História da Universidade Federal do Piauí, UFPI) escrevem *Um súdito fiel do Brasil: o início da história de vida de Antônio Coelho Rodrigues*, abordando o início da vida de Antônio Coelho Rodrigues e a importância deste jurista para a historiografia e vida política piauiense.

A região Sudeste tem sua representatividade na seção por meio de três artigos. Em *Primitive Future: Metal, Tempo e Neoliberalismo na Produção Musical do Sepultura (1989)*, o autor Thales Reis Alecrim (investigador doutorando em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa, UCP, e doutorando em História e Cultura Social, UNESP) problematiza as condições históricas que envolveram a produção e circulação global de “Primitive Future”(1989), canção da banda brasileira, Sepultura, cuja musicalidade e lírica remetem de forma pessimista a um futuro pós-apocalíptico. Este texto é publicado também em tradução para o inglês sob o título *Primitive future: metal, time, and neoliberalism in sepultura musical production (1989)*.

O que as penas das aves nos contam sobre a história de São Paulo? - Globalização e Trabalho das Mulheres Tupis no Século XVI é de autoria de Pedro Henrique do Vale Brasil (mestre em História Moderna, UFF). A partir da análise das representações presentes em crônicas, mapas e pinturas do século XVI, o autor aponta para a importância da agência das mulheres tupi-guaranis na produção de mercadorias, no amansamento de aves e nas relações de troca entre nativos e europeus. Este artigo também é publicado em tradução para o inglês: *What do bird feathers tell us about the history of São Paulo? Globalization and the work of tupi women in the 16th century*.

Já “*É da civilidade!*”: *um retrato da modernização e a pedagogia dos corpos pela imprensa francana (1890-1940)*, de Gabriel Lopes (mestre em História, UNESP), analisa o papel da imprensa e do *Código Municipal de Franca de 1910* no processo de educação dos corpos em Franca de fins do século XIX e início do XX. A publicação deste artigo, em tradução para o inglês, constitui o nono artigo da seção livre, com o

título “*It’s civility!*”: *a portrait of modernization and the pedagogy of bodies by the press of Franca (1890-1940)*.

Fechando as publicações nacionais, temos duas pesquisas oriundas de universidades da região Sul do país. Em *Estado, economia, imprensa e educação na Ditadura civil militar*, Marco Antônio Gomes de Oliveira (pós-doutor em História e Filosofia da Educação, UEM), Maria Eduarda Alvarenga (pós-graduanda em Educação, UEM) e Krigor de Camargo Barela Faeda (pós-graduando em Educação, UEM) trazem análises de editoriais, artigos e notícias de três jornais de grande circulação no período da Ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) - *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* – apontando como a legitimidade do projeto educacional dos governos militares foi construída a partir dos ideais de eficiência técnica, desenvolvimento econômico e modernização das relações capitalistas.

Por sua vez, *Cultura escrita e relações de amizade: possíveis mecanismos políticos para as mulheres na Inglaterra vitoriana* de Stéfani Oliveira Verona (doutoranda em História, UFPR) problematiza as relações entre amizade e política nas vivências e escritas femininas na Inglaterra vitoriana, propondo um novo olhar sobre a apropriação do espaço público e da vida política pelas mulheres naquele contexto.

Juntamente aos artigos de autoria brasileira, provenientes de pesquisas realizadas nas mais diversas universidades do país, a seção de Artigos Livres traz um texto de duas pesquisadoras russas: Victoria Zakharova (docente em Minin Nizhny Novgorod State Pedagogical University, Rússia) e Irina Kudryavtseva (estudante de pós-graduação em Filologia na Minin Nizhny Novgorod State Pedagogical University, Rússia). Em *Originality of the genre poetics in V.A. Nikiforov-volgin's story "The road staff" in the context of the prose of the russian diaspora*, as autoras trazem um estudo acerca do gênero poético em “The Road Staff”, de V.A. Nikiforov-Volgin’s – produzido no contexto da primeira diáspora russa. As pesquisadoras ressaltam a originalidade da narrativa analisada, que a partir do gênero síntese, apresenta influências de antigos gêneros russos, textos bíblicos, reminiscências de santos e alusões.

Apesar de não ter como temática central a “cultura impressa”, como o fazem os textos da seção de Dóssies, a seleção da seção de Artigos Livres traz também o impresso em suas abordagens, como fonte ou objeto de análise historiográfica. Ambas as seções combinam-se trazendo novos olhares a um sistema comunicacional que marcou e conduziu transformações no passado e que agora é transformado pelos meios virtuais. Impulsionam reflexões à abordagem historiográfica e ao próprio fazer do historiador.

Nós, do Corpo Editorial da Revista *História e Cultura*,
desejamos a todos uma ótima leitura!

CULTURA IMPRESSA NO PERÍODO MODERNO: DEBATES E POSSIBILIDADES (XV-XVIII)

Kelly Caroline Appelt¹

Livia Bernardes Roberge²

O advento da disseminação dos impressos no contexto europeu ao longo da primeira modernidade (XV-XVIII), fenômeno que teve na introdução e popularização da prensa de Gutenberg seu estopim, ocasionou mudanças significativas nessas sociedades, influenciando a maneira como os indivíduos passaram a perceber suas realidades. Não só houve um paulatino aumento no fluxo de textos impressos, como também em seus formatos, naturezas, formas de consumo, circulação e comercialização. Fatores como barateamento e aceleração de produção permitiram que, além de palavras, imagens impressas alcançassem um público cada vez mais amplo e variado. Assim, a chamada “cultura impressa” pode ser compreendida justamente a partir da articulação entre a comunicação, a transmissão e a produção de materiais impressos com as experiências, condutas e práticas vividas pelos agentes em suas realidades. A cultura impressa engloba, portanto, as práticas coletivas que conferem autoridade à impressão (CHARTIER, 2014) e aos materiais derivados dela.

Os impressos ditos de natureza “efêmera”, ou seja, produzidos não necessariamente com a intenção de resistir às intempéries do tempo (como era o caso dos livros), mas sim objetivando consumo e disseminação rápidos, desfrutaram de um grande e novo poder de alcance. Folhetos, bilhetes, *canards*, panfletos, cartazes, *broadsides* e baladas compartilhavam, em geral, as características de serem pequenos, leves – ou seja, frágeis –, e de um custo de produção e comercialização relativamente baixos. A prática da leitura em voz alta, ainda persistente no período, e a forma como eram comercializados pelos mascates tornava possível a esses impressos cruzarem, muitas vezes, as barreiras do letramento e da erudição.

¹ Doutoranda em História na Universidade Federal de Minas Gerais com período sanduíche na Université Paris Nanterre. Bolsista CAPES. Também foi bolsista visitante na Herzog August Bibliothek. E-mail: kellyappelt@gmail.com

² Doutoranda em História na Universidade Federal de Minas Gerais com período sanduíche na Universidade de Sheffield. Bolsista CAPES. Academic in Residence no Museu de Elmbridge. E-mail: liv.roberge@gmail.com

Conforme pontua o historiador Roger Chartier (2004; 2014), a produção em massa desses materiais, com seu poder de disseminação de informações, promoveu verdadeiras transformações culturais e sociais para a época, permitindo a emergência de novos públicos leitores, de novos ofícios, de meios de divulgação pública de conhecimentos, alterando as práticas administrativas e comerciais, apenas para citar alguns exemplos.

Por outro lado, os livros também se adaptaram às inovações trazidas pela prensa, e os textos veiculados por eles adquiriram outras formas de serem materialmente inscritos e contaram com a inclusão de novos elementos (SORDET, 2021), como as partes textuais introdutórias das obras, os chamados paratextos e peritextos (GENETTE, 2009), ou ainda a prática de reunir obras de um só escritor em um livro, por exemplo. Essas modificações tiveram o potencial de alterar significativamente as relações estabelecidas entre os leitores e os materiais escritos, representando assim um dos aspectos marcantes e constituintes desse contexto de ampliação e publicização dos objetos impressos durante o período moderno.

No âmbito da academia brasileira, algumas historiadoras e historiadores vêm conduzindo pesquisas de extrema relevância, que colocam em evidência a importância de nos voltarmos aos impressos para compreendermos os mais diversos contextos que permeiam a primeira modernidade. André de Melo Araújo (2020; 2021) trata da cultura da impressão na Europa moderna, Silvia Liebel (2013; 2017) conduz investigações sobre a literatura de rua francesa, Ana Paula Megiani (2006; 2019) se detém sobre a Península Ibérica e Andréa Doré (2017; 2020) se volta para o estudo das cosmografias Renascentistas e da cartografia moderna. Há, portanto, antecedentes bem estabelecidos na historiografia brasileira que colocam em evidência o poder e a riqueza das fontes impressas para a condução de pesquisas sobre a primeira modernidade.

Nesse sentido, o presente dossiê “Cultura impressa no período moderno: debates e possibilidades (XV-XVIII)” busca explorar a importância dos impressos e suas práticas em diferentes contextos durante a Época Moderna, contribuindo para o avanço de investigações sobre a temática. Da América sob domínio português e espanhol à Europa continental, os impressos nos revelam conexões e interações transatlânticas onde diferentes agentes e instituições comunicaram, propuseram, representaram e difundiram as mais variadas ideias.

Tendo como *corpus* os impressos produzidos durante o período moderno, os cinco artigos que compõem este dossiê percorrem caminhos de reflexão que trazem à tona os poderes do texto (CHARTIER, 2014). Cada artigo, à sua maneira, identifica a

capacidade de disseminação, de veiculação da expressão humana, apresentando-se, em vários momentos, como uma alternativa de reivindicação para exposição de ideais e como um disseminador de saberes e conhecimentos dos agentes.

Em *Las Casas além dos pirineus: circulação e disputas políticas nas traduções da Brevíssima relación de la destrucción de las Indias e outros escritos lascasistas*, Gabriel Cardoso Bom traça um panorama da circulação e das traduções da obra *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* (1552) de Bartolomé de Las Casas, durante o final do século XVI e o século XVII, em espaços europeus para além da Espanha. Ao acompanhar a difusão e a repercussão que a obra teve em suas diferentes edições e traduções, o autor observa como os textos obtiveram diferentes versões conforme a região em que eram preparados, carregando mensagens a respeito da colonização, como é ilustrativa a versão francesa de Jacques Miggrode, que passou a vincular os textos de Las Casas a ideais antipapistas e antihispanicos, ou ainda a versão latina, que contém as gravuras de Theodor de Bry, cujas representações apontam o processo de “conquista” perpassado pela América durante os séculos XVI e XVII. Sendo assim, Bom obtém êxito em demonstrar como diferentes edições da obra de Las Casas refletiram narrativas e ideais singulares acerca do processo de colonização das Américas, servindo a objetivos e dinâmicas específicas em diferentes localidades, revelando, conseqüentemente, as relações e tensões políticas vividas entre a coroa espanhola e seus pares.

Compartilhando do mesmo foco no poder simbólico dos impressos e suas representações, no artigo intitulado *Pela boca de Cipião: os argumentos de Cícero na publicística de Portugal restaurado (1641-1645)*, Rodrigo Franco da Costa verifica como as ideias do filósofo romano e cônsul Cícero se fizeram presentes nos debates políticos durante o contexto da restauração portuguesa. Integrando um movimento de pesquisas recentes, que buscam identificar a efetiva participação dos agentes portugueses e da população, o autor explora a dimensão do poder político dos escritos em sua capacidade de mobilização de opiniões coletivas, em uma disputa travada por meio de armas e palavras.

Voltando-se aos séculos XVI e XVII, Brenda Yasmin Degger, no artigo *Em busca da linguagem universal: os livros de emblemas nos séculos XVI e XVII*, discute o uso de livros de emblemas do Renascimento como fontes históricas, evidenciando seu valor enquanto fontes que articulam texto e imagem, permitindo reflexões sobre a imagética do período da primeira modernidade. Sua reflexão abrange o modo como esses livros foram estudados pela historiografia a partir do século XIX, além de fornecer

indicações teóricas e metodológicas sobre as perspectivas de estudos que se abrem ao tomar os livros de emblemas como *corpus*.

Outro artigo que também faz uso de fontes imagéticas é *Colombia Prima: as relações entre cultura impressa e os interesses diplomáticos portugueses no final do século XVIII*, em que Carmem Marques Rodrigues investiga a colaboração existente entre o português Luís Pinto de Sousa Coutinho, Visconde de Balsemão, com o geógrafo inglês William Faden. O visconde teria fornecido uma variedade de mapas representando o território brasileiro para o geógrafo, cujo objetivo maior consistiu em influenciar a ilustração da América Portuguesa representada no mapa *Colombia Prima or South America* (1807), cuja publicação foi feita por Faden. A reflexão proposta por Rodrigues adentra a cartografia da primeira modernidade, domínio que experimentou um desenvolvimento significativo a partir da emergência de novas técnicas de representação e inscrição de texto e imagem em conexão com a cultura impressa. A autora demonstra que interesses econômicos, sociais e políticos influenciavam a produção cartográfica da época, apontando como em *Colombia Prima* buscava-se, por exemplo, disseminar certa ideia de territorialidade portuguesa no ultramar que projetava uma sombra sobre uma América espanhola decadente no século XVIII.

Por fim, no último texto a compor o dossiê, *A imprensa ausente na América Portuguesa: notas para uma revisão historiográfica sobre a censura no Antigo Regime*, Jerônimo Duque Estrada de Barros traz uma reflexão sobre um tema pouco explorado pela historiografia brasileira, que diz respeito à ausência de oficinas tipográficas na América portuguesa, e sua relação com a instrumentalização da censura por Portugal. Para isso, o autor apresenta uma revisão historiográfica atualizada sobre as motivações e configurações da censura lusitana, bem como de seu impacto no ultramar, distanciando-se de uma narrativa de perseguição a uma suposta liberdade de expressão de cunho iluminista e liberal, em prol de uma ênfase na manutenção das hierarquias existentes entre colônia e metrópole.

Pode-se observar como todos os estudos apontam as diversas interações que os agentes tiveram com os impressos e como eles suscitaram transformações e/ou serviram como meios de relatar as mudanças da época. Além disso, as fontes estudadas, assim como as questões que foram debatidas nos artigos, indicam como existem novos caminhos e perspectivas de análises para serem percorridos pela historiografia brasileira no que tange o período da Época Moderna e a cultura impressa.

Por fim, voltarmos-nos aos impressos da Época Moderna é um movimento carregado de potencialidades para o questionamento, aprofundamento, e investigação de

temáticas que seguem permeando as sociedades ainda hoje, no tempo presente. Enquanto lutamos para fazer sentido de um mundo virado de ponta-cabeça pelo advento da comunicação digital, cada vez mais imediatista, e carregado de suas próprias dúvidas, mazelas e qualidades, indagar-nos sobre os impactos que os impressos tiveram nos mais diversos âmbitos da vida dos modernos traz a possibilidade de ajudar a nos guiar sobre as perguntas que devemos fazer, os cuidados que devemos tomar e os caminhos que devemos seguir ao desbravarmos o mundo digital e refletirmos sobre nossas próprias práticas. Desejamos uma boa leitura!

Referências

ARAÚJO, André de Melo. O conhecimento impresso: práticas editoriais e estratégias comerciais nos manuais de impressão da Época Moderna. *Varia História*, v. 36, n. 79, p. 53-90, 2020.

ARAÚJO, André de Melo. O artefato impresso na Época Moderna: forma e materialidade dos produtos da prensa manual preservados no acervo de obras raras da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 29, p. 1-51, 2021.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Unesp, 2014.

DORÉ, Andréa. *Cartografia da promessa*. Potosí e o Brasil em um continente chamado Peruana, São Paulo: Intermeios, 2020.

DORÉ, Andréa. Vendre le monde: les préfaces des cosmographies à la Renaissance. *Margini: Giornale della dedica e altro*, n. 11, p. 3-16, 2017.

GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

LIEBEL, Silvia. Os canards e a literatura de rua na França moderna (séculos XVI e XVII). In: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). *Possibilidades de pesquisa em História*. São Paulo: Contexto, 2017, p. 17-30.

LIEBEL, Silvia. *Les Médées modernes*. La cruauté féminine d'après les canards imprimés (1574-1651). Rennes: Presse Universitaires de Rennes, 2013.

MEGANI, Ana Paula. "Imprimir, regular, negociar: elementos para o estudo da relação entre coroa, santo ofício e impressores no mundo português (1500-1640)". In: *Anais de História do Além-Mar VII*. CHAM – Universidade Nova de Lisboa, 2006. p. 231-250.

MEGANI, Ana Paula. Escritos breves para circular. Relações, notícias e avisos durante a Alta Idade Moderna (sécs. XV-XVII). *Varia Historia*, v. 35, n. 68, p. 535-563, 2019.

SORDET, Yann. *Histoire du livre et de l'édition. Production & circulation, formes & mutations*. Paris: Albin Michel, 2021.

LAS CASAS ALÉM DOS PIRINEUS: Circulação e disputas políticas nas traduções da *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* e outros escritos lascasistas

LAS CASAS ALONGSIDE THE PIRINEAS: Circulation and political disputes in the translations of the *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* and other lascasist writings

Gabriel Cardoso BOM¹

Resumo: O frade dominicano Bartolomé de Las Casas (1484-1566) desempenhou um papel de destaque nos séculos XVI, XVII e XVIII, especialmente por meio de sua obra "Brevíssima relación de la destrucción de las Indias", publicada originalmente em 1552. Essa obra ganhou circulação na Europa através de traduções em holandês, francês, inglês, alemão e latim a partir da segunda metade do século XVI. Este artigo tem como objetivo identificar os principais elementos que moldaram as interpretações da "Brevíssima" nos diversos contextos onde foi traduzida. Para isso, empreenderemos uma análise comparativa entre a tradução realizada por Jacques Miggrode em 1582 e o texto original de Las Casas. Além disso, examinaremos as gravuras que acompanharam o texto do frade, a partir das edições realizadas por Theodor de Bry entre 1597 e 1598, buscando compreender o papel da imagem de destruição na disseminação das ideias de Las Casas.

Palavras-chave: Bartolomé de Las Casas, traduções, Reforma Protestante, Reforma Católica.

Abstract: The Dominican friar Bartolomé de Las Casas (1484-1566) played a prominent role in the 16th, 17th, and 18th centuries, primarily through his work "Brevíssima relación de la destrucción de las Indias," initially published in 1552. This work gained circulation in Europe through Dutch, French, English, German, and Latin translations from the second half of the 16th century. This paper aims to identify the key elements that shaped interpretations of the "Brevíssima" in the various contexts where it was translated. To achieve this, we will compare Jacques Miggrode's translation in 1582 and Las Casas' original text. Additionally, we will examine the illustrations that accompanied the friar's text, starting from Theodor de Bry's edition in 1597-1598, seeking to understand the role of imagery of destruction in disseminating Las Casas' ideas.

Keywords: Bartolomé de Las Casas, translations, Protestant Reformation, Catholic Reformation.

Introdução

¹ Mestrando em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bacharel e Licenciado em História também pela FFLCH-USP. Professor no ensino básico da rede particular em Santos (SP). Tem como principais interesses de pesquisa História da América Colonial, com foco nas missões do século XVI, História das Religiões, História da Historiografia, Renascimento Cultural e História Moderna. Membro do LABORINDIO - Grupo de Pesquisa sobre o Trabalho Indígena nas Américas. Contato: gabriel.bom@usp.br

O conjunto de escritos chamado *Tratados de Fray Bartolomé de Las Casas* foi editado entre 1552 e 1553 em Sevilha, iniciando sua circulação no cenário europeu subsequente. Essa coletânea de obras foi editada após o chamado “Debate de Valladolid” (1550-1551), embate intelectual ocorrido entre Bartolomé de Las Casas (1484-1566) e Juan Ginés de Sepúlveda (1489-1573), instigado por uma convocação do imperador Carlos V. O cerne do debate revolveu em torno da legitimidade moral da guerra e, correlatamente, da subjugação e escravização dos povos indígenas americanos. Este conjunto tornou-se o veículo principal para a disseminação das ideias do dominicano Bartolomé de Las Casas além das fronteiras espanholas. Os documentos em questão compreendem nove tratados penetrantes, incluindo a obra mais emblemática do bispo de Chiapas, a *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*, e outras como os *Treinta tratados muy jurídicos*, além de uma síntese de seu embate com Sepúlveda, orquestrada por Domingo de Soto (1494-1560). Dentro da tessitura do texto, observam-se elementos retóricos humanistas e um alinhamento com as tendências estilísticas predominantes da época, assim como recorrências a paralelos históricos com a Antiguidade, um traço característico da literatura humanista do período (AGNOLIN, 2007, p. 475–498; BERNAND; GRUZINSKI, 1992, p. 75; THEODORO, 1992, p. 90).

Dois textos deste conjunto, a *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* e o *Tratado segundo*, delineiam meticulosamente o processo de ocupação e colonização das Américas desde a chegada de Colombo. A *Brevíssima*, um documento datado de 1542, foi originalmente remetido ao príncipe Filipe, funcionando como um relato pormenorizado das condições prevaletentes. Paralelamente, o *Tratado segundo* assume a forma de uma epístola que valida e consolida as afirmações articuladas por Las Casas. Esta carta foi incorporada ao conjunto de textos na edição de 1553, concebida com a intenção expressa de informar e orientar os missionários atuantes nas Américas. Juntos, esses textos representam um marco editorial do período moderno, experimentando traduções e adaptações em variados contextos e regiões, com especial prevalência fora da Espanha. Eles não somente articulam a dinâmica da colonização, mas também se estabelecem como documentos cruciais para a compreensão dos paradigmas socioculturais e políticos da era, refletindo as complexidades inerentes à intersecção entre os empreendimentos coloniais e as realidades indígenas existentes.

Segundo Roger Chartier (2020), a *Brevíssima* possuiria “sete vidas”, que representariam sete momentos distintos da história em que suas edições e traduções foram consolidadas em conjuntos. O historiador as organiza de forma cronológica: (1)

além do escrito original (Sevilha, 1552), haveria o (2) conjunto de traduções protestantes (1578-1583), a (3) edição de Theodor de Bry (1598), (4) edições políticas (1626-1646), sua utilização como (5) relato de viagem (1697-1698), como (6) libelo à “liberdade americana” (1810-1820) e à vida atual enquanto (7) fonte historiográfica. Embora haja certos aspectos específicos que não serão explorados neste texto², nosso intuito primordial reside em reavaliar e recontextualizar essa segmentação proposta por Chartier, com especial enfoque nas edições correspondentes aos séculos XVI, XVII e XVIII.

Não percebemos tais manifestações como “vidas”, como se o texto carregasse em si uma plasticidade inerente, mas sim discernimos diversas traduções e interpretações reivindicativas centradas na obra de Bartolomé de Las Casas. O que se desenvolveu em torno da *Brevíssima* – e, por extensão, em relação à figura do clérigo de modo geral – foi um processo de disputa *reivindicativa*, permeado por três vetores que impactaram profundamente a análise da obra: (1) as contendas teológico-políticas e doutrinárias acerca da autoridade temporal e espiritual; (2) a construção de uma “imagética” relativa ao Novo Mundo, quer através de imagens visuais, quer mediante narrativas que exploram o “mítico” e o “exótico”; e, finalmente, (3) as controvérsias políticas intrínsecas à monarquia espanhola durante os séculos XVI e XVII. É neste contexto, entrelaçado por estes três vetores, que a nossa análise documental será explorada, buscando não somente entender as diversas camadas interpretativas da obra, mas também a forma como estas camadas refletiram e moldaram os discursos e as percepções sobre Las Casas e sobre a conquista e colonização das Américas.

O presente artigo tem como escopo traçar um panorama detalhado da tradução e da circulação da *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* entre o final do século XVI e o século XVII fora dos domínios espanhóis. Postulamos que a difusão da obra de Las Casas se materializou primariamente através de dois eixos fundamentais: uma edição francesa de 1582 e sua subsequente repercussão na Inglaterra, bem como as edições em alemão (1597) e latim (1598). A tradução francesa, operada por Jacques de Migrode (1531-1627), tornou-se um elemento pivotante no processo que vinculou os escritos do dominicano aos ideais antipapistas e antihispânicos (LAS CASAS, 1582). A versão latina de 1598 foi disseminada juntamente com diversas gravuras numa edição atribuída a Theodor Dietrich de Bry (1528-1598), arquiteto das representações

² Como o fato de que Chartier ignora as diferenças entre o manuscrito que Las Casas enviou ao príncipe Filipe em 1542, ano de escrita do texto, e a edição impressa em Sevilha em 1552 (MARTÍNEZ TORREJÓN, 2013).

imagéticas mais significativas associadas à conquista da América nos séculos XVI e XVII (LAS CASAS; DE BRY, 1614). Neste contexto, pretende-se desvelar como estas traduções e suas respectivas circulações contribuíram para a construção e consolidação de narrativas sobre a colonização das Américas, refletindo sobre como estas versões dialogaram com os contextos políticos, culturais e sociais nos quais foram inseridas.

Assim, a partir deste recorte, emergem três perspectivas de análise frutíferas. Ao explorar as traduções protestantes, temos a oportunidade de contrastar as diversas concepções sobre autoridade temporal e autoridade espiritual que permearam a Europa entre os séculos XVI e XVII. Quanto à construção da imagem do Novo Mundo, respaldamo-nos nos estudos de Serge Gruzinski (2006) e Gilberto Mazzoleni (1992) para estabelecer uma comparação entre as representações veiculadas por Theodor de Bry e pelos “relatos de viagem” proeminentes no final do século XVII. De forma abrangente, reconhecemos a relevância de investigar a circulação das ideias de Las Casas, visto que esta investigação pode elucidar os fluxos ideológicos presentes no contexto moderno. Entender como a *Brevíssima* e o *corpus* lascasiano que se desenvolveu concomitantemente foram recebidos e interpretados proporciona a nós interpretações significativas sobre as dinâmicas das ideias que circulavam na Europa no início do século XVII. Esta análise permite, portanto, uma imersão mais profunda nas multiplicidades interpretativas e nas formas como estas ideias foram apropriadas e disseminadas em diversos contextos socioculturais e políticos.

A Brevíssima relación de la destrucción de las Indias nos contextos protestantes dos séculos XVI e XVII

Bartolomé de Las Casas publicou seus tratados sem licença da Coroa, e já tratou de enviá-los para missionários na América. Isacio Pérez Fernández (1989, p. 59) confirma que os *Tratados* foram publicados devido a contatos e habilidades políticas do dominicano, que declarou ter realizado a impressão sem fins lucrativos e apenas com fins doutrinários e, por isso, teria lançado os mesmos sem a licença. Lewis Hanke (1965, p. XIII) destacou como a publicação dos tratados demonstrou grande poder da imprensa na Época Moderna. Enfim, o que circulara apenas como uma série de denúncias do dominicano para o Conselho das Índias, ou então apenas para a Coroa antes de 1552, se expandiu para toda a Europa após a sua impressão.

Os *Tratados* consistem em 8 ou 9 tratados impressos em Sevilha em 1552 (no caso de 8) ou 1553 (os 9, acrescentando-se o tratado *Principia queda ex quibus*). Estas

são as primeiras publicações impressas de Bartolomé de Las Casas e as únicas realizadas em vida (ALDEN; LANDIS, 1980, vol. I p. 69–70 e 73). Vários dentre os escritos já tinham sido lidos ou, pelo menos, circulavam em forma de cópias manuscritas dentro do Império espanhol antes de 1552, como é o caso da *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias* (LAS CASAS, 1965, p. 3–200). A escrita da *Brevíssima* ocorreu em Valência, no ano de 1542, tendo sido completada um pouco depois da promulgação das *Leyes Nuevas*³ (MARTÍNEZ TORREJÓN, 2013, p. 131). O objetivo desse texto fica claro no prólogo de Las Casas ao príncipe Felipe, futuro imperador Felipe II: seria defender a conversão dos indígenas temporal e espiritualmente de forma a garantir a justiça da empresa colonial espanhola, como demonstra o trecho abaixo.

Considerando, portanto, eu, os males e danos, perdições e devastações (dos quais nunca outros iguais ou semelhantes se imaginaram serem capazes de ser feitos por homens) daqueles tantos e tão grandes e tais reinos, ou melhor dizendo, daquele vastíssimo e novo mundo das Índias, concedidos e confiados por Deus e por sua Igreja aos reis de Castela para que os governassem e governassem, *convertessem e prosperassem temporal e espiritualmente*, como homem que por cinquenta anos ou mais de experiência, estando presente nessas terras, os vi cometer; que, sabendo Vossa Alteza de algumas ações particulares deles, não poderia deixar de suplicar a Sua Majestade com insistência que não conceda nem permita as que os tiranos inventaram, continuaram e cometeram, chamadas conquistas (LAS CASAS, 1965, p. 11, grifos nossos)⁴.

A reação à obra, na Espanha, foi fugaz: Juan Ginés de Sepúlveda lançou suas *Proposiciones temerarias* defendendo a sua suposta vitória nos debates de Valladolid ainda em 1553-1554 (CASTILLA URBANO, 2013, p. 209); e o franciscano Motolín enviara uma carta em 1555 desde o México, atacando veementemente os escritos do clérigo Las Casas (BENAVENTE MOTOLINIA, 1858). A principal reação à *Brevíssima* no contexto, contudo, foi a de Bernal Díaz del Castillo (c. 1495-1584), que escreveu a *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España* (concluída em 1568)

³ As *Leyes Nuevas* foram um conjunto de leis promulgadas por Carlos V em 1542 tendo em vistas o fim da escravização dos indígenas na América (MASTERS, 2022; MIRA CABALLOS, 2009; ORIQUE, 2006).

⁴ No original, em espanhol: “Considerando, pues, yo (muy poderoso señor), los males e daños, perdición e jacturas (de los cuales nunca otros iguales ni semejantes se imaginaron poderse por hombres hacer) de aquellos tantos y tan grandes e tales reinos, y, por mejor decir, de aquel vastíssimo e nuevo mundo de las Indias, concedidos y encomendados por Dios y por su Iglesia a los reyes de Castillo para que se los rigiesen e gobernasen, convirtiesen e prosperasen temporal y espiritualmente, como hombre que por cincuenta años y más de experiencia, siendo em aquellas tierras presente, los he visto cometer; que, constándole a Vuestra Alteza algunas particulares hazañas dellos, no podría contenerse de suplicar a Su Majestad con instancia importuna que no conceda ni permita las que los tiranos inventaron, prosiguieron y han cometido [que] llaman conquistas”.

e que, em uma versão posterior àquela publicada em 1568, mostra que ele estaria mais preocupado em fazer adições e correções tendo em vista eventos narrados por Las Casas na *Brevíssima* (ADORNO, 2018, p. 35–42). Sua obra teve grande repercussão para além dos Pirineus, mas foi combatida e proibida na própria Espanha: depois de Motolínia, Sepúlveda e Díaz del Castillo, a circulação das obras de Las Casas não foi permitida na Espanha até o século XIX⁵.

Fora da Espanha, contudo, a obra encontrou reverberação no contexto das lutas contra o Império Habsburgo, principalmente nos locais onde a reforma protestante avançara consideravelmente. Entre a morte de Las Casas em 1566 e o final do século XVI, catalogam-se doze traduções, reimpressões ou versões da *Brevíssima* em holandês, francês, inglês, alemão e latim (HANKE; GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, 1954, p. 205–216)⁶; entre a publicação em 1552 e o início do século XIX, Moreno Mengíbar (1991) catalogou 53 traduções. André Saint-Lu (1993, p. 47–48) caracterizou a maior parte das traduções dos séculos XVI e XVII como “traduções de traduções” que surgiram em momentos agudos de disputas entre os países de origem dos tradutores e os Habsburgos espanhóis na Europa. Segundo Chartier (2020), as leituras protestantes se configuram como a “segunda vida” da *Brevíssima*.

A reverberação da obra lascasiana em regiões como Inglaterra, França e Países Baixos se relacionou aos processos político-religiosos ligados às disputas geopolíticas nas quais a Coroa espanhola se envolvera nos séculos XVI e XVII. Nesses lugares, o sentido da *Brevíssima* sofreu uma alteração considerável, sendo retirada do conjunto dos *Tratados* de 1552 editados em Sevilha. Na Holanda e na Inglaterra a recepção da obra de Las Casas se relacionou principalmente ao contexto da Guerra dos 80 Anos (1568-1648) (SWART, 1975). A questão da independência holandesa se fez presente em vários contextos protestantes, principalmente devido à atuação da repressão espanhola na perseguição aos “heréticos” holandeses (WOLTJER, 2007). A partir disso, gostaríamos de enfatizar a questão de como as edições protestantes dos séculos XVI e XVII associaram um caráter antipapista ao texto de Las Casas, *apesar* do fato de que essa posição não se encontre presente em nenhum dos textos traduzidos, nem, tampouco, em quaisquer de suas outras obras.

O processo da revolta holandesa perpassou questões econômicas, fiscais e religiosas que funcionaram como uma espécie de “balanço” da política dos Habsburgos

⁵ Apesar de haverem leitores de suas obras, principalmente membros da Ordem dos Pregadores, como Juan de Torquemada (c. 1562-1624) e Antonio de Remesal (1570-1619), que fizeram repercutir a vida e a obra de Las Casas de uma forma quase “hagiográfica” (KEEN, 1970, p. 5–7).

⁶ Ver notas 473, 475, 476, 477, 478, 479, 481, 483, 486, 492, 493, 495.

na região, e também em toda a Europa. Economicamente, a região era a segunda mais importante nos fluxos comerciais e mercantis espanhóis, atrás apenas da América e, por isso, a política fiscal de Filipe II foi bastante dura com os neerlandeses. A partir disso, o rei da Espanha se utilizou da Inquisição como forma de se opor ao protestantismo que se espalhou na região, mas também como uma maneira de pressionar os holandeses e rever a política de taxação que seu pai tinha implementado (LYNCH, 1964, p. 276–277). Quando nos concentramos no contexto holandês, notamos que a circulação naquele país de obras espanholas que demonstravam a “perversidade” dos espanhóis, reforçavam a existência de elementos como a *limpeza de sangre*, a constante perseguição inquisitorial aos próprios espanhóis e toda a destruição causada aos indígenas (POLLMANN, 2007, p. 219)⁷.

A partir de 1559 os líderes calvinistas passaram a se organizar como uma força de resistência contra Felipe II nos Países Baixos. Essa resistência levou Felipe II a promulgar um édito em outubro de 1565 para que a sua Inquisição aplicasse de forma rigorosa as leis anti-heresia em voga (ADORNO, 2018, p. 45). Por isso, John Lynch (1964, p. 278) afirma que “the interaction of Philip II's policy and local conditions had created a revolutionary situation” e seus “métodos absolutistas” estimularam a ascensão de uma oposição latente, apesar de não homogênea. Tanto é que nesse contexto dois eventos importantes para nossa análise acontecem: a viagem de Jacques de Migrode para a Inglaterra, fugindo da perseguição filipina, e a edição das traduções holandesas da *Brevíssima*.

Os editores das versões neerlandesas da *Brevíssima* passaram a comparar a opressão hispânica aos indígenas à tirania que estaria sendo exercida sob os Países Baixos. A primeira tradução da *Brevíssima* foi realizada, provavelmente, em Antuérpia, incluindo algumas das *Treinta proposiciones muy jurídicas* (ALDEN; LANDIS, 1980, vol. I, p. 149)⁸. O título atribuído à primeira versão holandesa foi *Seer cort Verhael vande destructie van d'Indien vergadert deurden Bischop don fray Bartholome de las Casas* (LAS CASAS, 1578), constituindo-se em uma versão bastante literal da original;

⁷ Focaremos em nosso texto no problema da destruição causada aos indígenas; contudo, o problema inquisitorial e a questão da *limpeza de sangre* são interessantes para pensarmos Las Casas inserido no contexto espanhol. Sobre o problema inquisitorial, temos um artigo que desenvolve as questões metodológicas relativas à Inquisição (BOM, 2020). Para questões relacionadas à “limpeza de sangue”, recomenda-se a obra de Hering Torres e Bethencourt (BETHENCOURT, 2018, p. 44–68; HERING TORRES, 2012, p. 29–62).

⁸ Roldán-Figueroa (ROLDÁN-FIGUEROA, 2023, p. 423) apresenta uma tabela em que compara as inserções nas edições holandesa (1578), francesa (1579) e inglesa (1583). Enquanto a primeira apenas acrescenta trechos dos tratados *Aquí se contiene una disputa e Entre los remedios*, a versão de Migrode acrescenta elementos do *Tratado comprobatorio* e do tratado *Lo que se sigue es un pedazo de una carta*, assim como a obra inglesa.

a edição de 1579 é a mesma que a do ano anterior, mudando apenas o título para *Spieghel der spaenscher tiranije*, “Espelho⁹ da tirania espanhola” (ALDEN; LANDIS, 1980, vol. I, p. 155; LAS CASAS, 1579). Essa mudança de título demonstra o carregamento ideológico que viria a acompanhar as versões holandesas (RODRÍGUEZ PÉREZ, 2016, p. 141). No contexto protestante, houveram diversas traduções na França e na Inglaterra¹⁰.

Podemos afirmar, concordando com Hrubeš (1973, p. 154), que no contexto neerlandês em específico, a *Brevíssima* foi utilizada “jornalisticamente” para promover a luta contra os espanhóis, construindo um paralelismo entre a atuação espanhola na América e na Holanda¹¹. Esse paralelismo entre os atos espanhóis nas Índias e na Holanda chegou ao ápice com um volume organizado por Ian Evertsz Cloppenburg em 1620, unindo a *Brevíssima*, sob o título de *Le Miroir de la tyrannie espangole perpétrée aux Indes occidentales*, a um escrito de Johanness Gysius (c. 1583-1652) chamado *Le Miroir de la Cruelle, & horrible Tyrannie Espagnole perpetree au Pays Bas, par le Tyran Duc de Albe* (GYSIUS; LAS CASAS, 1620)¹². Neste caso, fica claro, enfim, que o editor buscava fixar a imagem de que a tirania espanhola teria sido realizada com o pretexto da mudança de religião:

Há muitos autores que buscam outros temas além do Triunfo de Baco, de Vênus ou das guerras jamais ocorridas, mas o meu tema será a guerra e as tiranias perpetuadas nos Países Baixos pelos espanhóis em poucos anos, sob o pretexto da mudança de religião. Há cem anos, eles fizeram o mesmo nas Índias, como você verá aqui depois,

⁹ A imagem do “espelho” como manual político foi comum durante toda a Idade Média, tendo nascido provavelmente no texto *De clementia* de Sêneca. No século XVI os espelhos tornam-se “espelhos políticos”, como demonstra o escrito de Guillaume de Le Perrière (1499-1565): ele chama sua obra de “*miroir politique*” por dois motivos: “L'vne est, que cõme dans vn miroir, celuy qui se mire & regarde n'y voit pas tant seulemēt fa face, ains il y voit par ligne reflex la plus grãde partie de la falle, ou chãbre en laquelle il fera. [...] L'autre raifon est, que aduenāt le cas que ie fülle reprins d'auoir impofé à mon present oueere tiltre de miorir, ie ne feray pas seul no té:car plufierus anciés & bõs autheurs ont fait le féblable en leus oeuures, que feront participans en la reprehension” (LA PERRIÈRE, 1567, 10-12f.). Senellart (2006, p. 55–63) faz uma análise sobre a mudança nesse tipo de literatura entre os séculos XVI e XVIII.

¹⁰ Na França, as traduções foram editadas em 1579, 1582, 1594, 1597, 1620, 1630, 1642, 1697, 1698, 1701 e 1822. Na Inglaterra, em 1583, 1625, 1656, 1663, 1689, 1699, 1745, 1898 e 1909 (ALDEN; LANDIS, 1980, vol. II, p. 718–719; HANKE; GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, 1954, p. 152).

¹¹ Concomitantemente mas, provavelmente, não coincidentemente, passa a circular a *Apologia de Guillermo de Orange* em 1581, escrita a mando de Guilherme de Orange-Nassau (1533-1584) em resposta a um édito de Filipe II que o acusaria de traição e heresia, e que virou um grande libelo por uma espécie de “tolerância” na Holanda frente às “inquisições” de Filipe II (GARCÍA CÁRCEL, 2017). Esse documento inspirou a luta pela independência holandesa contra a “tirana espanhola”, chamada de forma imprecisa de “Inquisição Espanhola”, consistiu em uma estrutura *institucional* de supressão ao Protestantismo e imposição da ortodoxia tridentina aos holandeses através dos esforços do rei Filipe II (KAPLAN, 2002, p. 10). A *Apologia de Guillermo de Orange* utiliza em seu corpo vários conceitos comuns àqueles imputados à *Brevíssima* pelas traduções protestantes: a ideia da cobiça espanhola e católica, além da violenta perseguição religiosa que estariam cometendo contra holandeses-protestantes.

¹² Disponível em: <https://ia600305.us.archive.org/32/items/LeMiroir/515.pdf>.

dizendo que os habitantes eram pagãos, idólatras, invocadores de demônios, pessoas desonestas e sem razão (GYSIUS; LAS CASAS, 1620)¹³.

Notamos no trecho acima como o foco está na questão da dominação espanhola nos Países Baixos; sabemos que protestantes na França e na Inglaterra estavam acompanhando com grande atenção o que acontecia na Holanda (MALTBY, 1982, p. 59–78). Tanto que a versão mais influente da *Brevíssima* em terras protestantes será a tradução francesa de Jacques de Miggrode, com o título *Histoire admirable des horribles insolences, crvavtez, & tyrannies exercees par les Espagnols es Indes Occidentales* (LAS CASAS, 1582). A tradução inglesa da *Brevíssima* foi realizada em 1583 com base na tradução francesa (LAS CASAS, 1583)¹⁴, e seria, segundo Thomas Scanlan, uma “marca do início das tentativas inglesas de forjar uma identidade nacional através do empreendimento colonial”¹⁵ (SCANLAN, 1999, p. 1). Miggrode começou a tradução para o flamenco e, quando descobriu que ela já existia em meados de 1579, abandonou o intento, iniciando a tradução ao francês (HART, 2008).

Além da *Brevíssima*, essas edições inserem outros tratados de Las Casas. As inserções que Miggrode realiza são exemplares dentro desse processo. Um dos textos inseridos faz parte do tratado *Entre los remedios* (LAS CASAS, 1965, p. 643–852), que foram escritos no mesmo ano que a *Brevíssima*, estando intrinsecamente relacionados à promulgação das *Leyes Nuevas*, onde Las Casas define os vários tipos de *domínio* e fundamenta eles em promulgações papais (LAS CASAS, 1965, p. 649–651); esses trechos são suprimidos na tradução francesa. Um dos trechos inseridos por Miggrode é a “Razón trece” ou “raifon treziéme” (LAS CASAS, 1630, p. 211–213), que seria uma das razões que o dominicano levantaria contra as *encomiendas*. Miggrode teria inserido também, segundo Alain Milhou (1995, p. 57), alguns trechos do tratado *Oitavo remédio* que, colocados da forma com a qual o foram, buscavam demonstrar os ideais luteranos ligados à ideia de *sola fide*, pois afirma que Deus, “justíssimo, verdadeiro e supremo rei universal de todos”, estaria acima de todos e suas ações não seriam compreensíveis, sendo “abismos impenetráveis aos homens”.

¹³ No original, em francês: “Il y a beaucoup des Autheurs n[?] cherchants autre subject que la Triomphe de Bacchus, ou Venus, ou les guerres jamais commises, mais mon subject sera la guerre, & les Tyrannies perpetrees au Pays bas par les Espagnols en peu d'annes, soubz la pretexte de changement de la Religion. Devant cent ans ont ilz faict les mesme aux Indes, comme vous verrez icy apres, disants que les inhabitants estoyente Payens, idololatres, invoquers de Diables, gens inhonestes, & sans raison”

¹⁴

Disponível

em:

<https://ia803109.us.archive.org/8/items/spanishcolonieor00casa/spanishcolonieor00casa.pdf>

¹⁵ No original, em inglês: “mark the beginnings of the English attempts to fashion a national identity through colonial endeavor”.

Outro trecho interessante inserido é o *Prólogo ao Tratado comprobatorio del imperio soberano* (LAS CASAS, 1965, p. 915–1234), onde aparecem expostos os limites da soberania castelhana nas Índias, principalmente com relação ao tema da guerra (1965, p. 921) e aparece uma doutrina providencialista na teologia política do dominicano (1965, p. 923). Interessante notar que a primeira conclusão do *Tratado comprobatorio* diz:

Os reis de Castela e Leão têm um título justo ao império soberano e universal de todo o mundo das chamadas Índias Oceânicas, e são justamente *príncipes soberanos e supremos, senhores universais e imperadores* sobre os reis e senhores naturais delas, por virtude da autoridade, concessão e doação, não simples e pura, mas modal, ou seja, por causa interposta, que a Santa Sé apostólica interveio e lhes concedeu. E este é, e não outro, o fundamento jurídico e substancial em que se baseia todo o seu título (LAS CASAS, 1965, p. 925; grifos nossos)¹⁶.

Trecho esse que, como pode se entrever, resulta contrário àquilo que Migrode escreve na apresentação ao livro, apontando para como a autoridade de qualquer governo viria direta e exclusivamente de Deus, sem mediações (LAS CASAS, 1630)¹⁷. Além de apontar as “crueldades” espanholas, Migrode se utilizou da obra lascasiana para contestar o direito que teria sido dado aos espanhóis sobre as Índias e, como consequência, contestar a concessão de poder através do Papado. O tradutor, na apresentação do livro, afirma que assim como Nabudoconosor destruiu Jerusalém, os espanhóis destruíram as Índias, e poderiam fazê-lo com outros povos, pois teriam a jurisdição garantida pelo Papa (LAS CASAS, 1630)¹⁸.

O texto saiu da França e acabou parando na Inglaterra, em uma tradução da tradução de Migrode de 1583 (LAS CASAS, 1583). Essa tradução foi impressa num contexto de circulação de uma série de panfletos sobre a disputa entre espanhóis e holandeses que circulavam na Inglaterra do final do século XVI, na prévia da Guerra Anglo-Hispânica (1585-1604), no qual os textos holandeses comumente mencionam o “inimigo espanhol”. Outros documentos do período seguiriam o mesmo princípio: um

¹⁶ No original, em espanhol: “Los reyes de Castilla y León tienen justísimo título al imperio soberano e universal de todo el orbe de las que llamamos Océanas Indias, e son justamente príncipes soberanos y supremos, y universales señores y emperadores sobre los reyes y señores naturales delas, por virtude de la auctoridad, concesión y donación, no simple y mera, sino modal, id est, ob interpositam causam, que la Sancta Sede apostólica interpuso y les hizo. Y éste es, y no outro, el fundamento jurídico y substancial donde estriba y está colocado todo su título”.

¹⁷ Trecho sem paginação. No PDF disponível em archive.org são as páginas 16 a 18.

¹⁸ Essa parte do livro não tem paginação, mas no PDF disponível no archive.org a referência é a página 13 do arquivo; disponível em: https://ia800207.us.archive.org/26/items/tyranniesetcrEAU00casa_0/tyranniesetcrEAU00casa_0.pdf.

“espanhol” denunciando as tiranias e ataques dos espanhóis, sejam aos holandeses, sejam aos indígenas, como o folheto de Jáuregui y Aguilar (1582)¹⁹.

Em 1645 surge em Londres uma das edições mais influentes da *Brevíssima: The Tears of the Indians* que se tornou, basicamente, o principal nome de edições da obra em inglês. John Phillips escreve, em um tom profético, a seguinte introdução ao texto:

Aqui, diante do Trono de Sua Justiça, estão prostradas mais de vinte milhões de almas dos índios assassinados, cuja partida forçada de seus corpos é tão cruel que a própria crueldade se compadece. No entanto, parece-me ouvir um repentino silêncio entre eles; o clamor do sangue cessa diante do ruído de Suas grandes ações, enquanto Você se arma para a vingança deles. Com isso, fica evidente como Sua Alteza observa bem a vontade do Altíssimo, usando Seu vasto Poder e Dignidade apenas para a promoção de Sua Glória entre as Nações; enquanto a Divina Deidade lhe concede imediatamente Recompensas, coroando Você, como seu Santo Guerreiro, Davi, com o mais alto grau de fama terrena. Portanto, Ele inspirou Sua Alteza com uma Força semelhante à de Josué, para liderar Seus Exércitos na Batalha [...] E agora, se Sua Alteza permitir, Deus tendo concedido a Você uma vitória completa sobre Seus Inimigos nesta Terra e um estabelecimento sólido, pelo próspero e total domínio desses espíritos obstinados; certamente não há verdadeiro inglês que não eleve seus olhos ao céu com agradecimentos a Deus Todo-Poderoso, por Você ter tornado a Terra tão feliz a ponto de ser a Admiração de outras Nações, que se colocaram aos Seus pés em busca de Aliança, sabendo de Suas maravilhosas vitórias tanto no mar quanto na terra. [...] (LAS CASAS, 1656)²⁰.

Conseguimos compreender os elementos ligados ao discurso profético no texto, como no momento em que o mesmo aponta para as “vitórias sobre os inimigos em sua Terra”. Phillips faz um comentário aos leitores ingleses que traz à tona os massacres *católicos* contra os protestantes irlandeses. A associação que Phillips faz entre as maldades dos *católicos* espanhóis e a dos *católicos* irlandeses é bastante clara, comparando os acontecimentos na América com os acontecimentos na Irlanda:

¹⁹ Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/e/eebo2/A15443.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

²⁰ No original, em inglês: “I have here laid prostrate before the Throne of Your Justice, above Twenty Millions of the Souls of the slaughter'd Indians; whose forc'd departure from their Bodies, Cruelty it self compassionates. Yet me-thinks I hear a sudden stillness among them; the cry of Blood ceasing at the noise of Your great transactions, while You arm for their Revenge. By which it is apparent, how well your Highness doth observe the will of most High, using Your vast Power and Dignity onely to the advancement of his Glory among the Nations: while the Divine Deitie bequeathes You back again immediate Recompences; crowning You, like his holy Warrior, *David*, with the highest degree of earthly Fame. Therefore hath he inspired your Highness with a Prowess like that of *Joshua*, to lead his Armires forth to Battel [...] And now, may it please your Highness, God having given You a full Victory over Your Enemies in this Land, and a fix'd Establishment, by the prosperous and total quelling of those pertinacious Spirits; certainly there is no true English-man who doth not lift up his eyes to heaven with Thanks to Almighty God, that You have made de Land so happie, as to be the Admiration of other Nations, who have laid themselvs at Your feet for Alliance, as knowing Your wonderful Sucesses both by Sea and Land”.

Ah, que nossas cabeças fossem feitas de água e nossos olhos fossem fontes de lágrimas, para que pudéssemos *chorar pela efusão de tanto sangue inocente* que provocou essas tristes narrativas do piedoso Casaus [Las Casas], devido aos massacres cruéis e matanças dos *espanhóis jesuítas*²¹, perpetrados contra tantos milhões de pobres heathens inocentes, que tendo apenas a luz da natureza e não conhecendo seu Salvador Jesus Cristo, foram sacrificados em prol dos interesses políticos e da avareza dos cruéis espanhóis. O sangue da Irlanda, derramado pela mesma facção, em comparação com esses massacres, foi como uma gota no oceano. Foi dito por Cristo ele mesmo, o Filho da Misericórdia e Redentor do Mundo, que não devemos dar o pão das crianças aos cães (LAS CASAS, 1656; grifos nossos)²².

A ideia das *lágrimas indígenas*, que se vertem sobre um *oceano*, parece seguir a mesma métrica das utilização de metáforas, normalmente bíblicas, que foram utilizadas ao longo dos processos revolucionários na Inglaterra do século XVII, como analisou Christopher Hill (2003, p. 178): as metáforas trouxeram uma leitura que clamava pela ação política. Segundo Chartier (2020, p. 45–46), os três objetivos da edição de John Phillips eram: louvar Oliver Cromwell²³, pregar a unificação dos ingleses na luta contra a tirania e afirmar o direito inglês sobre as Índias. O relato lascasiano demonstraria que os espanhóis seriam *bárbaros* ainda piores do que os citas ou turcos.

Importante de se notar que, particularmente no caso inglês, os exemplos espanhóis consistiram na principal fonte para que reflexões sobre a colonização fossem realizadas. Segundo Jonathan Hart (2003, p. 58), o exemplo da Espanha desempenhou um papel central na determinação das atitudes inglesas em relação ao Novo Mundo e aos seus habitantes. Na Inglaterra, havia uma série de tradutores de obras espanholas, e não apenas da *Brevíssima*, havendo grande circulação das obras de Oviedo, Angleria e López de Gómara (HART, 2003, p. 58–59).

²¹ Interessante notar a associação direta entre os “espanhóis” e os “jesuítas” – “Jesuitical Spaniard” no original – que tem um duplo sentido: parece que “jesuíta”, além de significar a associação à ordem religiosa, funciona como um adjetivo no qual o autor associa violência, catolicismo e jesuitismo. Sobre violência e jesuitismo nos séculos XVI e XVII, ver AGNOLIN, 2018.

²² No original, em inglês: “O that our heads were waters, and our eyes fountains of tears, that we might weep for the Effusion of so much Innocent Blood which provok'd these sad Relations of devout Casaus, by reason of the cruel Slaughters and Butcheries of the Jesuitical Spaniard, perpetrated upon so many Millions of poor innocent Heathens, who having onely the light of Nature, not knowing their Saviour Jesus Christ, were sacrificed to the Politick Interest and Avarice of the wicker Spaniards. The blood of Ireland, spilt by the same Faction, incomparison of these Massacres, was but as a Drop to the Ocean. It was the Saying of Christ himself, the Son of Mercy, and Redeemer of the World, That we ought not to cast the Childrens Bread to dogs”.

²³ E por isso as referências a Davi e Josué, como aqueles que extirpariam a Idolatria do mundo; afinal, Cromwell estaria lutando contra as crueldades espanholas.

Outro título foi dado à *Brevíssima* em Londres no ano de 1689, que torna Las Casas em um antipapista: *Popery truly display'd in its bloody colours*, ou “O Papismo verdadeiramente revelado em suas cores sangrentas” (LAS CASAS, 1689). Essa versão foi integrada em um compilado inglês de acusações antiespanholas e, principalmente, anticatólicas realizado em 1745 por Thomas Harris: *Popery and Slaver Display'd*²⁴, dedicado ao rei Jorge II (r. 1727-1760) em defesa de uma política protestante. Em síntese, segundo Harris e os outros autores da introdução dessa obra, o “papismo” deveria ser chamado na realidade “anti-cristianismo”, uma espécie de “religião da zombaria”, na qual o Papa seria o grande inimigo do cristianismo:

Papismo deve ser apropriadamente chamado de *Anti-Cristianismo*, quer você considere 'Anti' significando contra, a favor ou em vez de, como a língua grega o faz; ou quer você considere 'Cristo' denotando especialmente nosso abençoado Salvador; [...]. Pois esta *Religião-de-Zombaria*²⁵, com a maior impudência, alega que o Papa, que é o maior Inimigo e Rebelde a Deus e a Cristo sob os céus, é um *Vice-Deus*, ou o *Vigário de Cristo*, nosso *Tenente* na Terra; e que ele tem pleno poder [...]; nem nada pode ser mais prejudicial ou destrutivo para os cristãos sinceros do que as doutrinas e práticas deste traidor com a *coroa tripla* (HARRIS *et al.*, 1745, p. 6)²⁶.

Em busca de ser um compilado anti-papista e, principalmente, contrário a doutrinas como a da transubstanciação e do poder soberano do Papa, esses textos ingleses reuniram uma relação de *crueldades papais* (“popist cruelties”) (HARRIS *et al.*, 1745, p. 10). Junto a outros relatos de barbáries – como aquela contra os albigineses,

²⁴ O título inteiro da obra é interessante, pois por si só é um compilado de “tirantias católicas”: *Popery and Slavery Display'd. Containing The Character of Popery, and a Relation of Popish Cruelties, Including, The Spanish Butcheries of the Native Indians; The Persecution of the Waldenese, and Albigenses; Of the Protestants in Bohemia, other Parts of Germany, and in the Low-Countries, and Piedmont. And also The Massacres of Paris and Ireland. With a Description of the Spanish Inquisition; and, The dreadful Effects of the French Persecution, under Lewis the Fourteenth. To which are added, The Demands of the Pope and Pretender, on this Nation; and the Grounds and Reasons of the Laws against Popery, &c. Shewing the Necessity of all States and Conditions of Free-born Englishmen, to arm themselves at this Time, in Defence of their King, Laws, Liberties, Religion, Lives and Fortunes, against a Popish Pretender to the Crown of this Kingdom; and adressed To all Protestant Subjects; but more especially to that loyal Part of the Nation, who have associated, and armed themselves, and their Dependents, in the Cause of God, and of their King and Country.*

²⁵ A tradução aqui perde um pouco do sentido original: a ideia de uma “mock-religion” envolve mais a questão de uma grande enganação como uma espécie de “zombaria viciosa” que tem no Papa uma espécie de “bobo da corte” que mantém essa enganação.

²⁶ No original, em inglês: “*Popery* is properly called *Anti-Christianism*, whether you take *Anti* to signify against, for, or instead of, as the Greek Language has it; Or wheter you take *Christ* to denote peculiarly our blessed Saviour; [...]. For as this *Mock-Religion*, most impudently pretends, that is Pope, who is the greatest Enemy and Rebel to *God* and *Christ* under Heaven, to be a *Vice-God*, or *Christ's Vicar*, our *Lieutenant* upon Earth; and that he hath full power [...]; nor yet can any Thing be more pernicious to, or destructive of sincere Christians, than the *Doctrines* and *Practice* of this *Triple-crown'd Traitor*”. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=wZlhAAAAcAAJ&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s.

os valdenses, os huguenotes, os protestantes da Boêmia e da Alemanha, os holandeses, e, “agora” na década de 1740, e àquela que a Irlanda estaria sofrendo com os papistas – a *Brevíssima* aparece como o principal relato da barbaridade entre os indígenas americanos (HARRIS *et al.*, 1745, p. 11–12). Essa interessantíssima obra do século XVIII sintetiza de forma significativa o modo como Las Casas foi lido na Inglaterra durante o período de conflitos com a Espanha.

Duas coisas sobressaem na nossa análise sobre o processo de tradução e edição da *Brevíssima* nos contextos dos Países Baixos, da França e da Inglaterra: em primeiro lugar, de forma mais superficial, os usos políticos internos aos conflitos imperiais do período, principalmente nas disputas entre protestantes e católicos. A *Brevíssima* esteve presente em diversos momentos no imaginário dos ataques produzidos na França e na Inglaterra aos espanhóis, mas nos parece que muito mais de forma indireta, como nos mostra o exemplo de Richard Hakluyt (1552/1553-1616) que descreve as crueldades cometidas pelos espanhóis na ilha de Hispaniola (BORGE, 2016, p. 171–172)²⁷ e analisaremos posteriormente.

Todavia, em segundo lugar, aquilo que aparece em nossa análise e que parece ter sido ignorado quando se fala da formação da *Leyenda Negra* contra a Espanha além dos Pirineus é a emergência de uma forte interrelação entre a política e a religião através do problema da *autoridade papal*, que aparece em discussão nos textos de apresentação e nas introduções que as edições da *Brevíssima* ganharam na Holanda, na França e, principalmente, na Inglaterra. O texto de Las Casas circulou junto a outros registros que demonstrariam os diversos tipos de crueldades cometidas pelos “*papistas*” durante a história do processo das Reformas, como se sua doutrina se identificasse com a teoria política de calvinistas e luteranos acerca das relações entre autoridade temporal e espiritual, numa espécie de “reforço do argumento” dos anti-papistas.

O que fica claro é o distanciamento doutrinário e temático com relação às ideias de Las Casas, que ocorreu a partir da mobilização de seus escritos além dos Pirineus. Muitas vezes, o dominicano foi tratado como um “protestante honorário” por ingleses e franceses (BUMAS, 2000, p. 127). Todavia, sua doutrina está intrinsecamente ligada ao pensamento teológico e político *católico* e *tomista* do século XVI. Uma das principais marcas da teologia política católica do período, de fato, consiste no entendimento de que qualquer comunidade política tem sua fundação ao redor de seus potenciais súditos

²⁷ Cf. Hakluyt *apud* Borge (2016, p. 172): “In all the kinge of Spaines domynions our men are either inforced with wounded consciences to play the dissemblinge hypocrites, or be drawn to mislike with the state of Relligion mainteyned at home, or cruelly made away in the Inquisition”.

que, em concordata, garantem o mandato de poder ao Príncipe (SOTO, 1922, p. 34–35; VITORIA, 1960, p. 120)²⁸. Segundo o dominicano Francisco de Vitoria (1483-1546)²⁹, a questão seria saber se o Papa é superior a todos os príncipes e potestades temporais, e não consistiria em discutir se uma das potestades é mais perfeita que a outra: afinal, “todos reconocen que *la [potestade] espiritual es más elevada y excelente y de suprema dignidade*” (VITORIA, 1960, p. 115). E o escolástico chega a uma posição intermediária, na qual a submissão ao poder papal se dá apenas no que diz respeito à sua autoridade espiritual, e não temporal (VITORIA, 1960, p. 120). Las Casas segue essa doutrina em diversos momentos de suas obras, seja em seu principal texto político – o *De Regia Potestate* (LAS CASAS, 1969) –, mas também nos textos que temos certeza que os tradutores tiveram acesso, como quando Las Casas diz que “el Summo Pontífice, vicário de Cristo, tiene poder de derecho divino para disponer” no *Tratado comprobatorio del imperio soberano* (LAS CASAS, 1965, p. 951).

Segundo Merio Scattola (2009, p. 109) a principal característica da teologia política calvinista seria a constituição de uma “estrutura ideal [...] que une o homem a Deus de dois modos diferentes: “o primeiro modo através de uma “mediação indirecta, na qual a vontade de Deus actua através da natureza e da fundação jurídica do poder”: e outra que se desenvolve em “uma manifestação directa com a qual Deus declara imediatamente o próprio valor”. Essa manifestação *directa* resulta evidente no próprio prólogo de Miggrode ao texto de Las Casas:

Porque antes Deus tinha ordenado ambos, a saber, que todos os cananeus fossem exterminados, e os amalequitas; portanto, era necessário obedecer, e por não terem obedecido, os cananeus tornaram-se espinhos nos olhos dos israelitas [...] Mas aqui podem ser apresentadas razões explícitas para tais sentenças de Deus, que parecem aos homens serem severas, no entanto, *tendo emanado de Deus*, são justas (LAS CASAS, 1630; grifos nossos)³⁰.

Paolo Prodi (2005) afirma que a distinção entre os “dois reinos” – o celeste e o mundano – tem profunda importância para o contexto protestante. No quadro referencial

²⁸ O trecho de Vitoria é interessante para ilustrar a ideia central: “La república temporal es una comunidad perfecta y completa: si lo es por sí, no necesita estar sometida a algo extraño o exterior porque entonces ya no sería completa. Luego puede por sí misma elegir al príncipe que en lo temporal no esté sujeto a nadie”.

²⁹ Um dos principais nomes da chamada “Escola de Salamanca”, diversas vezes associada com Bartolomé de Las Casas (BELDA PLANS, 2000).

³⁰ No original, em francês: “Or auparauant Dieu auoit commandé l'un & l'autre, à sçauoir que tous les Cananeens fussent exterminenz, & les Amalecites: pourtant il falloit obeyr, & pour n'auoir obey, les Cananeens ont esté des espines és yeux des Ifraëlites [...] Mais icy se peuuente alleguer raifons expreffes de telles Sentences de Dieu, qui femblent aux hommes estre feueres estans toutesfois procedées de Dieu, elles font iustice”. Pág. 14 no PDF.

do luteranismo, por exemplo, a “polícia” enquanto “disciplina da Igreja como organização social” está no Estado, sendo a Igreja uma “sociedade dentro do Estado” (2005, p. 251). Em contextos calvinistas, como o holandês, por seu lado Grócio sintetiza que a autoridade política e soberana estende o seu poder para todos os problemas, sejam os profanos, sejam os religiosos; afinal, ela é responsável por todas as relações entre os homens, da esfera do visível (2005, p. 258-259).

As ideias protestantes, contudo, não poderiam estar mais distantes da doutrina política proposta por Las Casas nos próprios *Tratados*. A primeira conclusão do *Tratado comprobatorio del imperio soberano* afirma que “os reis de Castela e Leão têm um título extremamente justo ao império soberano e universal sobre todo o mundo das chamadas Índias Oceânicas” (LAS CASAS, 1965, p. 925)³¹. A prova dessa soberania viria através da ideia de que o Papa, que tem poder sobre todo o mundo que contém e compreende fieis e infiéis, a concedeu aos reis de Castela. Contudo, essa soberania seria *limitada* pelos próprios súditos e pelos compromissos do direito natural assumidos pelos mesmos (LAS CASAS, 1965, p. 1009ss). Na teoria política lascasiana, o poder régio estaria subordinado tanto ao poder do Papa quanto ao poder dos súditos, havendo uma tripartição do poder – e não apenas a bipartição da chamada “solução evangélico-reformada” como proposta por Prodi.

Existe uma tendência na historiografia em superdimensionar a importância que as disputas *políticas* e a construção da ideia de *Leyenda Negra* tiveram para a divulgação da obra de Las Casas. Seja de um viés crítico com relação a essa “lenda”³² (JUDERÍAS, 1997; ROCA BAREA, 2022) ou então através de uma leitura catalográfica para identificar a importância da mesma no contexto estudado (RODRÍGUEZ PÉREZ, 2020), existe pouca preocupação sobre as doutrinas teológicas em discussão nos estudos sobre esse processo. Acreditamos que entender a diferença entre as perspectivas internas à discussão teológico-política do período nos permita compreender melhor a “luta de representações” que se construiu ao redor da *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*.

A Brevíssima e a construção imagética do Novo Mundo na obra de De Bry

³¹ No original, em espanhol: ““Los reyes de Castilla y León tienen justísimo título al imperio soberano e universal o alto de todo el orbe de las que llamamos Océanas Indias””.

³² Normalmente associado ao pensamento nacionalista espanhol, uma espécie de “imperfiofilia” (VILLACAÑAS BERLANGA, 2019).

Nascido em Liège, na atual Bélgica, fugindo das perseguições religiosas dos católicos espanhóis, Theodor de Bry, gravurista, ourives e editor, se estabeleceu, primeiramente, na região de Estrasburgo, e três nomes influenciaram profundamente a sua produção editorial e imagética: Albrecht Dürer (1471-1528), Etienne Delaune (1518-1583) e Richard Hakluyt (1553-1616). Os dois primeiros eram artistas renascentistas influenciados por uma arte fortemente marcada pelas inovações italianas do período e “pelas noções matemáticas e estudo das proporções dos corpos humanos” (KALIL, 2011, p. 263). O terceiro foi um humanista inglês que editou uma compilação de narrativas de viajantes ingleses pelo Mundo, com o qual De Bry inclusive chegou a trabalhar no início da década de 1590 (MANCALL, 2016, p. 93)

Sua principal obra é o conjunto reunido nas *Grandes e Pequenas Viagens*, divididas entre “India Occidentalis” e “India Orientalis”³³. Segundo Tatsch (2006, p. 45–47), “as imagens de De Bry disseminaram-se pela Europa, sendo adotadas e reproduzidas por artistas em outras compilações ou obras”, tendo o editor utilizado diversos elementos iconográficos já tradicionais, como musas greco-romanas, elementos fantásticos e cenas bíblicas. O reconhecimento da importância da imagem já vinha de séculos dentro do Ocidente cristão, “justificada pelo analfabetismo das massas europeias e, mais tarde, dos índios” (GRUZINSKI, 2006, p. 101)³⁴. Mary Del Priore (2000, p. 82) afirma que o objetivo de De Bry era duplo: ilustrar viagens de “espectadores das atrocidades cometidas pelos espanhóis em nome do papa, na América” e também para trazer “prazer” ao leitor.

Fernando Bouza (2002, p. 109) afirma que “o escrever/ler, o ver e o ouvir desenvolveram uma espécie de combate pela memória, durante os séculos XVI e XVII”. Luciana Villas Bôas (2019, p. 16) afirma que o processo recente da historiografia de contextualizar histórica e literariamente os documentos coloniais demonstrou que o sentido do colonialismo como fenômeno histórico se consolida através de *práticas de leitura* que vão além da simples oposição entre colonizador e colonizado. Com o processo de renovação da imprensa, ocorreu uma transformação no fluxo de informações, marcada principalmente pela capacidade de duplicação rápida dos textos (EISENSTEIN, 2005, p. 318). Nesse sentido, o nexo entre imprensa e colonialismo

³³ Todo esse material está disponível digitalmente em <https://bodmerlab.unige.ch/recits-et-images/debry/#/grands-voyages/GVI>.

³⁴ Em um texto do século XIII, Johannes Balbus (m. 1298) escreve que existem três razões para “the institution of images in churches”: (1) instrução das pessoas simples, (2) para que os exemplos dos Santos estejam mais presentes na *memória* dos cristãos, e (3) para que a devoção seja mais proeminente, afinal, “these being aroused more effectively by things seen than by things heard” (*apud* BAXANDALL, 1988, p. 41).

tornou-se evidente, apesar de pouco estudado recentemente (VILLAS BÔAS, 2019, p. 16–17).

Além das *Voyages*, Theodor De Bry foi responsável pela primeira versão em latim da *Brevíssima* (1598)³⁵, correspondendo à “terceira vida” da *Brevíssima* na leitura de Chartier (CHARTIER, 2020, p. 34–40). Segundo Michiel van Groesen (2008, p. 117–118), aponta dois motivos possíveis para que a obra não tenha sido incluída nas *Voyages*: (1) o possível sucesso editorial da mesma faria com que uma edição mais acessível economicamente fosse mais viável mas, principalmente, (2) a natureza controversa da obra de Las Casas, que poderia acabar por “manchar” a reputação da grande obra de De Bry. Esta versão está acompanhada de várias gravuras, a maioria ilustrada por Joos van Winghe (1544-1603). Sabemos da autoria de Winghe através da sua assinatura em algumas das gravuras, como demonstra a imagem abaixo, no canto inferior esquerdo. Concordamos com Luciana Villas Bôas (2019, p. 17-18), quando a mesma afirma que é preciso questionar como a “conjunção de um contexto de publicação não colonial e uma experiência colonial determina a narrativa” de um dos principais momentos da história colonial³⁶.

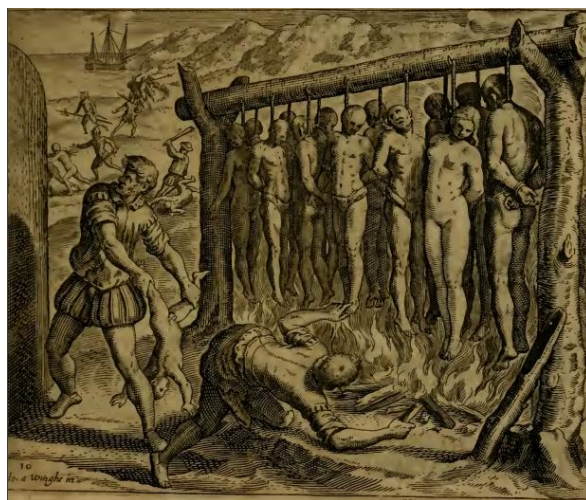


Figura 1 – “Quod cernentes Hispanigenerosis equis infidentes, gladiis, & lanceis benè instructi, fanguinolentis suis stragibus, & stratagematibus initium fecere; ciuitatesque & pagos percurrentes, nulli aettati, au fexui, ne foeminis quidem puerperis pepercere”
(LAS CASAS; DE BRY, 1614, p. 31)

De Bry editou a obra provavelmente devido à grande circulação já efetiva da *Brevíssima* no norte da Europa, tendo em vista as supracitadas edições inglesa, holandesa e francesa. A cidade de Frankfurt tornou-se o grande centro de um mercado

³⁵ Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_fDKWW40Y1SYC/

³⁶ No caso de Villas Bôas, a obra de Hans Staden. No nosso caso, a obra de Las Casas.

internacional de livros latinos e o grande interesse sobre o tema do Novo Mundo teria estimulado De Bry a publicar a narrativa lascasiana, assim como o sucesso editorial de sua precedente obra. Frankfurt tinha diversas feiras de livreiros de grande importância (FEBVRE; MARTIN, 2017, p. 329) e, nelas, a família De Bry tinha grande influência política e econômica (YATES, 1983, p. 102–127).

Contudo, o principal motivo dessa atuação de De Bry foi o surgimento de uma disputa de imagens através das quais vieram se contrapondo as duas frentes polêmicas no âmbito dos conflitos religiosos. Em 1588 Richard Versthegan (1550-1640) editou a obra *Theatre des Cruautez des Hereticques du nostre temps*, que relata as crueldades que teriam sido cometidas por protestantes na França, Inglaterra e Holanda (VERSTHEGAN, 1588). Em busca de uma resposta imagética, De Bry e seus gravuristas, provavelmente se baseando em uma série de aquarelas que circulou em alguns exemplares da edição feita por Miggrode em 1579 (DUVIOLS, 1992, p. 13–15), se puseram a realizar a edição da *Brevíssima*. Podemos verificar a aproximação estilística nas figuras 1 e 2, em que ocorre a figuração de crueldades cometidas por protestantes (fig. 2) e católicos (fig. 1).



Figura 2 – Protestantes decapitando um padre católico (VERSTHEGAN, 1588, p. 25).

Na edição realizada por De Bry estão dezessete imagens que ilustram a narrativa de Las Casas. Um dos principais críticos da *Leyenda Negra*, Romulo Carbia (2004, p. 78), afirma que o sucesso editorial da obra de De Bry foi o elemento mais crucial na propagação de visões negativas sobre a Espanha nos séculos XVII e XVIII. Inclusive, as dezessete imagens que acompanham a obra tornaram-se influentes “até ao ponto de se pensar que nesses quadros estava resumida toda a história da obra que a Espanha

realizou no Novo Mundo”³⁷. Em contrapartida, Freitas Neto (2003, p. 121–212) afirma que não é apenas a referência à crueldade dos espanhóis que emerge das gravuras de De Bry que foi responsável pela propagação da obra de Las Casas no contexto trans-Pirineus, mas também o próprio caráter *trágico* da narrativa lascasiana, a forma com a qual ele constrói a ideia da contraposição entre a atuação espanhola e o amor cristão e, principalmente, as disputas políticas do período.



Figura 3 – Espanhois queimando índios vivos (LAS CASAS, 1598, p. 12)

As imagens tiveram grande circulação, sendo inclusive comum que as mesmas se desgarrassem “de tal forma de seu conteúdo que servem para evidenciar qualquer massacre” (FREIRE, 2004, p. 121). Foi a partir das gravuras de De Bry que se fundou um discurso imagético que circulou nas interpretações sobre a América dos séculos XVII e XVIII, como foi analisado por Freire (2008) e Conley (1992). Segundo William Sturtevant (1976, p. 419–420), a obra de De Bry é fundamental para os estudos da iconografia sobre a América devido, principalmente, ao caráter *homogeneizador* que sua obra teve com relação à construção da imagética dos indígenas no Novo Mundo: tornando-se essa, ainda segundo o autor estadunidense, uma das mais primordiais fontes de documentação etnohistórica. Essa perspectiva se repete em outras análises historiográficas, como a de Alexander (1976) e a de Marc Bouyer e Jean-Pierre Duviols (1992).

Contudo, essa perspectiva apresenta um grande problema: não identificar que “a representação dos índios obedecia quase que a um *programa*, importantíssimo para a

³⁷ No original, em espanhol: “hasta el punto de llegarse a pensar que en tales cuadros estaba resumida toda la historia de la obra que cumpliera España en el Nuevo Mundo”.

consolidação e manutenção do predomínio europeu na América” (MELLO E SOUZA, 1996, p. 9). Os indígenas em De Bry são representados em uma figuração dupla, enquanto semelhantes e diferentes aos europeus, e a questão da *nova humanidade* que foi descoberta no processo de encontro cultural pautou-se através dos diferentes esforços realizados para inserir os ameríndios na “economia divina” cristã (CARNEIRO DA CUNHA, 1990, p. 101–102). Essas figurações aparecem como instrumentos para criar uma “similitude suficiente para garantir a comparabilidade” (CARNEIRO DA CUNHA, 1990, p. 102), principalmente por demonstrar as grandes diferenças de *práticas culturais* que caracterizariam os indígenas (GROESEN, 2008, p. 382).

Os relatos de viagem e as disputas imperiais no século XVII

A “quarta vida” de Chartier (CHARTIER, 2020, p. 40–43) se insere em uma discussão política interna ao Império espanhol no contexto da década de 1640³⁸. Chartier cliva as interpretações da *Brevíssima* no trans-Pirineus de uma continuidade: a “segunda” e a “terceira” vidas (Miggrode, Phillips e De Bry) constituiriam em si as disputas religiosas do início do século XVII, enquanto o quarto período estaria em um contexto de disputa política intestina à Espanha e, por fim, o quinto período se distanciaria das discussões políticas, através da utilização da *Brevíssima* no conjunto de textos chamados de “relatos de viagem”. A “quinta vida” seria aquela das “lágrimas bíblicas”, a obra *The Tears of the Indians*, realizada por John Philips (CHARTIER, 2020, p. 43–47). E a “sexta vida” consistiria na inserção da *Brevíssima* no conjunto de “relatos de viagem” no final do século XVII, retomando as obras de Hakluyt e Purchas (CHARTIER, 2020, p. 47–53). Contudo, discordamos dessa clivagem proposta por Chartier em dois sentidos: o autor parece ignorar o papel dos relatos de viagem na configuração das políticas imperiais no século XVII e, também, ignora a construção imagética do Novo Mundo *através* dos relatos de viagem (ARMITAGE, 2004; TATSCH, 2006). Tanto é evidente essa ignorância que as obras de Hakluyt e, principalmente, a de Purchas não entram no conjunto das “vidas” da *Brevíssima*.

Em 1625, Samuel Purchas (c. 1575-1626) finalizou a publicação da gigantesca obra chamada *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes*. Esta consistia na organização de uma série de relatos de viagem pelo mundo, incluindo o texto *A brief*

³⁸ Os conflitos em Barcelona, Nápoles e Portugal. Para isso, ver FRAGA, 2014; FRAGA; KRAUSE, 2019.

Narration of the destruction of the Indies by the Spaniards, composto tanto pela *Brevíssima* quanto pelo *Sumario* da disputa com Sepúlveda (PURCHAS, 1905, vol. XVIII, p. 85–180). Em comparação com a versão inglesa de 1583, baseada na tradução de Miggröde, Purchas teria suprimido na versão de sua obra termos como “tiranos” e “assassinos” (KEEN, 1970, p. 18).

O nome da obra faz referência direta a Richard Hakluyt (1553-1616), que compilou a obra *Principal navigations* em 1589 (HAKLUYT, 1885). Segundo Luciana Villas Bôas (2019, p. 105), essas duas obras “são marcos” da “nova relação entre expansionismo europeu e tecnologia do livro impresso”. O conjunto de textos é composto por documentos que foram roubados por piratas e vendidos a Hakluyt, configurando uma espécie de “pirataria marítima e literária” (VILLAS BÔAS, 2019, p. 107) cuja principal contribuição para o processo colonial inglês seria, nas palavras de Thomas Scanlan (1999, p. 15), a “promessa de entrelaçar o protestantismo no tecido da identidade nacional”. Hakluyt faz referência a Las Casas pela primeira vez em um texto de 1584, no ano seguinte à primeira tradução inglesa (HAKLUYT; WOODS, 1877, p. 72). Segundo o inglês,

Agora, porque esses massacres mais ultrajantes e infinitos são registrados por Dom Bartolomeu de las Casas, o bispo acima mencionado, e dedicados ao Rei Filipe, que agora reina, e o autor atesta que, para sua dor indizível, ele foi testemunha ocular de muitos deles, parece-me melhor trazê-lo aqui [...] Somos capazes de *oferecer um relato completo e preciso* de que, no espaço de quarenta anos, por meio dessas *tiranias e atos diabólicos* dos espanhóis, mais de doze milhões de almas, homens, mulheres e crianças, foram injustamente e tiranicamente mortos. E sinceramente acredito, e não acho que esteja enganado, que mais de quinze milhões de almas estão mortas (HAKLUYT; WOODS, 1877, p. 72–74)³⁹.

A autoridade ocular de Bartolomé de Las Casas foi retomada por Richard Hakluyt para a defesa da ocupação britânica na América, sendo a primeira de diversas referências à *Brevíssima* no contexto inglês (MALTBY, 1982, p. 20). Essa referência a Las Casas, conforme trazida por Hakluyt, também será retomada por Samuel Purchas meio século depois.

³⁹ No original, em inglês: “Nowe because these moste outeragious and infinite massacres are put downe by Don Bartholmewe de las Casas, the bisshophe above mentioned, and dedicated to Kinge Phillippe that nowe ys, which author testifieth that to his inspeakeable greffe he was an eye wit- nesse of many of them, therefore it semeth best unto me to bringe him in [...] We are able to yelde a goodd and perfecte accompte, that there is, within the space of forty yeres, by these said tyrannies and develishe doinges of the Spaniardes, don to deathe unjustly and tyranously more then twelve millions of soules, men, women, and children. And I verely doe beleive, and thinke I doe not mistake therein, there are deade more then fiftene millions of soules.”

Segundo David Armitage (2004, p. 64), Hakluyt e Purchas nos trazem um amplo material para entendermos a relação entre protestantismo e as origens ideológicas do Império britânico. Existe um nexos entre protestantismo e imperialismo inglês através da prática editorial de Purchas (VILLAS BÔAS, 2019, p. 110), e a obra de Las Casas se insere nesse nexos através de um processo em que o dominicano é adaptado ao processo de configuração do Império britânico⁴⁰. A apresentação de Purchas à *Brevíssima* nos traz elementos interessantes de análise:

A ocasião (parece) foi sua zelosa piedade em converter almas a Jesus Cristo, tirando-as do poder das trevas pagãs, *o que foi impedido por uma treva ainda pior naqueles que se diziam filhos da Luz*, que tinham o nome e os Sacramentos cristãos. Naquela época, como você viu em Soto e outros antes dele, era costume obter uma parte das regiões americanas em partição, comenda ou comissão do rei (então Carlos V, Imperador) para *descobrir e pacificar*, como sua linguagem o diz, ou seja, *como o Papa prescreve*, para trazer sob a subjugação espanhola e converter à fé cristã tanto quanto a sua comissão limitasse, pagando a quinta parte do que obtivessem à Coroa; abusando da indulgência do Imperador e ocultando seus excessos, eles prosseguiram na conversão [...] *E se alguém acha que estou publicando isso para envergonhar essa nação, respondo que cada nação (vemos isso em nosso próprio país) tem muitos homens maus, muitos homens diabólicos*. Além disso, pergunto se o autor (ele mesmo espanhol e teólogo) não tinha a intenção de honrar e beneficiar sua pátria com isso: o que também foi alcançado, pois a má conduta produziu boas leis. [...] As justificativas que os espanhóis alegaram para tais execuções foram o canibalismo, sodomia, idolatria e outros vícios dos americanos; talvez piorados na narração e certamente com vícios piores nesse sentido punidos pela justiça mais injusta em relação aos espanhóis, cuja injustiça, no entanto, é a mais justa em relação a Deus, que sabe como punir o pecado com pecado, por pecadores (PURCHAS, 1905, vol. XVIII, p. 80–82; grifos nossos)⁴¹.

⁴⁰ Lisa Voigt (2009, p. 330) propõe a existência de um mundo-imperial dominado pela Europa, em que as identidades nacionais portuguesa, espanhola e inglesa se configurariam ao redor de certa coerência e estabilidade de impressões narrativas.

⁴¹ No original, em inglês: “The occasion (it seemeth) was his godly zeale of converting soules to Jesus Christ from the power of Ethnike darknesse, which was hindered by a worse darknesse in those which professed themselves children of Light, and had the name and Sacraments of Christians. For it beeing then the custome, as you have seene in Soto, and others before, to get so much of the American Regions in Partition, Commendam, or a Commission from the King (then Charles the fifth Emperour) to discover and pacific, as their stile hath it, that is, as the Popes Bull prescribeth, to bring into Spanish subjection, and to convert to the Christian Faith, so much as their Commission limited, paying the fifth part of whatsoever they got to the Crowne; they abusing the Emperours lenitie, and concealing their out-rages, proceeded in converting [...] And if any thinke that I publish this in disgrace of that Nation ; I answere, Every Nation (We see it at home) hath many evill men, many Devill-men. Againe, I aske whether the Authour (himselve a Spaniard and Divine) intended not the honour and good of his Countrie thereby which also was effected, evill manners producing good Lawes. [...] The colours which the Spaniards pretended for such executions, were the Man-eatings, Sodomies, Idolatries and other vices of Americans; perhaps made worse in the telling, and certainly with worse vices in this sort punished by unjustest Justice in respect of the Spaniards, whose injustice is neverthesse most just in regard of God, which knoweth how to punish sinne by sinne, by Sinners”

A justificativa de Purchas para a inclusão de Las Casas no conjunto de seus “peregrinos” se relaciona à sua luta contra as mentiras papistas. A teologia pós-reformista providenciava uma solução ao problema de definir, justificar e correlacionar os problemas da *soberania* e da *propriedade* (*imperium* e *dominium* no léxico jurídico à época) enquanto elementos definidores da base ideológica do Império britânico (ARMITAGE, 2004, p. 63). Por isso que, no início de sua obra, Purchas faz referência a Francisco de Vitória como um dos principais autores que “refuta o suposto poder do papa” (PURCHAS *apud* ARMITAGE, 2004, p. 88). Tanto é que a posição mais consistente do autor é seu anti-catolicismo, mas não o sentimento anti-espanhol (ARMITAGE, 2004, p. 89).

A “quinta vida” de Las Casas, a tradução chamada *The Tears of the Indians* concentraria os usos políticos do texto do dominicano no contexto inglês (CHARTIER, 2020, p. 46–47). A mudança de título, por si só, demonstra a agência de John Philips, seu tradutor e editor, no processo de transformação política e ideológica da tradução (DURAN, 2008, p. 86–87).

A “sexta vida” da *Brevíssima* seria um conjunto de traduções realizadas em Paris, Amsterdã e Londres entre 1697 e 1699. Em 1697 é lançada a obra *La decouverte des indes Occidentales, par les Espagnols* (1697)⁴². Essa obra abarca a *Brevíssima relación* junto ao *Pedazo de una carta*, os *Remedios*, as *Treinta Propositiones* e a disputa com Sepúlveda. Os responsáveis pela edição, Morvan de Bellegarde (1648-1734) e André Pralard (?), abandonaram o uso de palavras que remetiam à “destruição”, “tirania” e “crueldade”. Além disso, e inclusive para demonstrar uma outra construção imagética ao redor da obra de Las Casas que não fosse a mesma que a de De Bry, os editores colocaram na folha de título da obra uma representação imagética bastante distinta daquelas da edição de 1598:

⁴² Essa versão servirá de base para outras duas obras do período: uma reimpressão holandesa sob o nome *Relation des Voyages et des Découvertes que les Espagnols ont fait dans les Indes Occidentales* (1698) e uma tradução inglesa chamada *An Account of the First Voyages and Discoveries Made by the Spaniards in America* (1699) (HANKE; GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, 1954, p. 241–242, notas 559, 560 e 561).



Figura 4 - Detalhe da capa de *La decouverte des Indes Occidentales* (LAS CASAS, 1697).

A versão francesa de 1697 foi dedicada ao conde de Toulouse; em sua dedicatória os livreiros Bellegarde e Pralard tratam do escrito com grande leveza: a obra falaria de uma região rica e plenamente abençoada por Deus. Para que o texto fosse melhor recepcionado pelos leitores, os autores teriam “abrandado” algumas passagens que pareceriam demasiadamente cruéis, ou seja, que poderiam chocar os mais sensíveis (“qui auroiente pû faire la peine aux perssonnes delicates”). O texto faz uma leve menção à crueldade dos espanhóis:

Seria difícil acreditar em todas as crueldades que os espanhóis praticaram no Novo Mundo, se não fossem relatadas pelos próprios espanhóis, por vários testemunhos dignos de confiança, e entre eles, pelo Reverendíssimo Dom Bartolomeu de Las Casas, Bispo de Chiapas, que frequentemente apresentou queixas ao Conselho Real das Índias para deter as perseguições dos espanhóis, que devastaram as Índias e impediram a pregação do Evangelho no Novo Mundo. Este Bispo escreveu um volume sobre o assunto em espanhol, cuja tradução está disponível. Em alguns momentos, suavizaram-se coisas que pareciam excessivamente cruéis e que poderiam causar angústia a pessoas sensíveis (LAS CASAS, 1697, grifos nossos)⁴³.

⁴³ No original em francês: “On auroit de la peine à croire toutes les cruautéz que les Espagnols ont exercées dans le nouveau Monde, si elles n'étoient remportées par les Espagnols mêmes, par plusieurs témoins dignes de foi, & entr'autres, par le Reverendissime Dom Barthelemy de Las-Casas, Evêque de Chiapa, qui en a souvent fait des plaintes au Confeil Roïal des Indes, pour arrêter les persecutions des Espagnols, qui desoloient les Indes, & qui empêchoient qu'on ne prêchat l'Evangile dans le nouveau Monde. Cet Evêque a compossé fur cette Matiere un volume en Espagnol, dont on donne la Traduction. On a adouci en quelques endroits des choses qui paroissoient trop cruelles, & qui auroiente pû faire la peine aux perssonnes delicates”. Páginas 16 e 17 do PDF.

Contudo, podemos notar que existe um pequeno detalhe no frontispício de um espanhol aparentemente espancando um dos ameríndios representados (fig. 5), notadamente mexicas – afinal a cena seria o encontro entre Cortés e Montezuma.



Figura 5 - Detalhe da capa de *La decouverte des Indes Occidentales* (LAS CASAS, 1697).

A edição holandesa de 1698 apresenta o mesmo texto que o texto francês; contudo, o editor Jean Louis de Lorme (1680-1725) contextualiza a obra, explicando aos leitores que a origem da mesma se deu através da controvérsia do dominicano com um “um douto espanhol animado de um espírito persecutório [Juan Ginés de Sepúlveda]”. Lorme destaca que não se trata de uma obra “pesada”: os relatos do dominicano seriam tão bem descritos que não existiriam dúvidas que a leitura seria prazerosa (LAS CASAS, 1698)⁴⁴. Essas versões francesa e holandesa continuaram sendo editadas entre 1701 e 1745 (HANKE; GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, 1954)⁴⁵.

Nessa edição, o frontispício representa a prisão de Montezuma por Cortés (fig. 6), mas sem o tom de violência e massacre apresentado nas figuras da edição francesa:

44

Disponível

em:

<https://ia600608.us.archive.org/28/items/relationdesvoyag00casa/relationdesvoyag00casa.pdf>. Os trechos referenciados não estão na paginação, mas correspondem às páginas 16 a 18 do PDF. No original, em francês: “un Docteur Espagnol animé de l'esprit de persecution”.

⁴⁵ Notas 562, 563, 564, 565, 566 e 567.



Figura 6 - Detalhe da capa de *Relations des Voyages et des De'couvertes Que les Espagnols ont fait dans les Indes Occidentales* (LAS CASAS, 1698).

Podemos notar que, apesar das edições francesa e holandesa se afastarem do conjunto imagético construído por De Bry e tentarem construir um discurso que relativize a questão das “crueldades” e das “tirantias” mencionadas por Las Casas, não há como deixar de referenciar todo o processo de violência pelo qual os indígenas passaram com a conquista espanhola. Contudo, esse conjunto de documentos encontra-se menos inserido no debate político que as discussões inglesas.

A edição inglesa de 1699 reforça nosso argumento, no sentido em que seus livreiros escrevem que o dominicano já defendia princípios condizentes com aqueles da Inglaterra do século XVII, como o “direito natural de toda humanidade à liberdade e à propriedade”. Por isso, seus “desvios” catolicizantes devem ser ignorados, pois o próprio prefácio da obra negaria as “fantasias papistas” que poder-se-iam encontrar no texto. Existem duas edições no mesmo ano, uma impressa por Daniel Brown e Andrew Bell e outra impressa por Andrew Bell, J. Darby e J. Harris. Na versão de Brown e Bell, há um trecho mais significativo com relação ao Direito Natural:

O leitor poderá ficar surpreso ao escutar um Prelado *Espanhol* discursar tão fortemente contra a Perseguição e pregar tão livremente

pela Liberdade de Consciência em um País submetido à Inquisição [...] [e] escutá-lo defender o Direito Natural de toda a Humanidade à liberdade e à Propriedade, e invectivar contra a Usurpação e a Tirania com as mais pertinentes palavras (*apud* CHARTIER, 2020, p. 52)

Em ambas as edições encontramos o trecho sobre as “fantasias papistas” de Las Casas:

Aquilo que o Bispo diz aqui e ali em favor de sua própria religião é tão fraco e já foi tão frequentemente refutado aqui e em todos os lugares onde a Reforma foi aceita que seria desnecessário refutar qualquer uma dessas fantasias papistas neste Prefácio. [...] E se algumas coisas particulares ocorrem mais de uma vez, deve-se considerar, por um lado, que o Bispo teve a necessidade de mencioná-las em várias ocasiões, como quando ele discutiu e quando escreveu seus argumentos para o uso do Rei da Espanha (LAS CASAS, 1699)⁴⁶.

Além disso, a edição reproduz as imagens de De Bry em menor escala, como demonstra a figura abaixo (fig. 7)



Figura 7 – À esquerda, detalhe da edição inglesa de 1699, onde está escrito “As crueldades utilizadas pelos espanhóis aos indígenas”⁴⁷ (LAS CASAS, 1699) e, à direita, a mesma imagem na edição feita por De Bry em 1598 (LAS CASAS, 1598, p. 17).

46

Disponível

em:

<https://ia800204.us.archive.org/11/items/accountoffirstvo00casa/accountoffirstvo00casa.pdf>. Não existe paginação, mas o trecho correspondente está nas páginas 11 e 12 do PDF. No original, em inglês: “What the Bishop says here and there in favor of his own Religion, is so weak, and has been so often exploded here and every where else where the Reformation has obtain'd tha 'twould be unnecessary to consute any of those Popist Fancies in this Preface. [...] And if some particular things occur more than once, it must be consider'd on the one hand, that de Bishop had need to mention them on divers occasions, as when he disputed, and when he wrote his Arguments for the use of the King of Spain”.

⁴⁷ No original, em inglês: “The cruelties used by the spaniards on the indians”.

Portanto, apesar da tentativa de inserir a *Brevíssima* num novo gênero de escrita – os “relatos de viagem” – não existe forma de escapar completamente do conteúdo do texto e, por isso, discordamos da ressalva de Chartier que aponta para esses três momentos como “vidas” do texto, elementos separados. A representação que se busca é basicamente a mesma tanto nas edições de De Bry, quanto nas de Purchas, Philips, Bellegard e Pralard, Lorme e nos ingleses de 1699: uma espécie de tentativa de representação da América sem se furtar de apontar os erros cometidos pelos espanhóis na América.

A Brevíssima entre teologia política e “luta de representações” (à guisa de conclusão)

No contexto do “encontro cultural”, as palavras *conquista*, *conversão* e *tradução* estão “semanticamente” relacionadas, estabelecendo os caminhos através dos quais as informações circulam do Novo Mundo ao Velho Mundo e também internamente a esses contextos (RAFAEL, 1988, p. IX-XII). Para os processos teológico-políticos do século XVI, existiria, segundo Adone Agnolin (2007, p. 70–107), uma verdadeira *política linguística*: através da ideia do “dom da língua”: enquanto uma “dádiva que espera sua consequente contrapartida” (2007, p. 71), os missionários buscaram “plasmar” as línguas (e as culturas) indígenas (2007, p. 81).

Com efeito, a própria circulação de obras missionárias na Europa mobilizou uma série de novos conhecimentos que constituíram um elemento fundamental no processo de reescrita da História do Mundo, como demonstram os escritos de Karen O. Kupperman (1995), Peter Burke (1995) e Jorge Cañizares-Esguerra (2011). A circulação das obras de Bartolomé de Las Casas para além dos Pirineus se deu em um momento em que o protestantismo se estabelecia como um projeto *político* contrário ao projeto político católico. Ao mesmo tempo, holandeses, franceses e ingleses prestavam particular atenção aos espanhóis e a seus métodos de colonização na América como forma de compreender modalidades de atuar nos seus próprios contextos coloniais (HART, 2003, p. 79; PAGDEN, 1995).

O que Las Casas buscava ao editar e distribuir seus *Tratados* em 1552-1553 era fazer circular suas ideias após os Debates de Valladolid, num contexto de disputas e discussões acerca da escravidão dos indígenas. O conjunto dos *Tratados* apresenta a *Brevíssima* e o próprio debate com Sepúlveda como uma forma de demonstrar o “estado das coisas atual” (naquele momento) na América para, em seguida, apresentar uma proposta doutrinária de reforma do processo colonial. Essa proposta doutrinária seria

jurídica (*Treinta proposiciones*), eclesiástica (*Confessionario*) e política (*Tratado comprobatorio del imperio soberano*).

Ao fazer circular apenas a *Brevíssima*, os tradutores e editores ignoravam a proposta de mudanças no processo colonial, dando novas roupagens ao texto lascasiano. Essas novas roupagens seguem aquilo que Chartier (2002, p. 17) chamou de “representações”:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Se em geral, a ideia lascasiana da reforma da administração colonial foi deixada de lado – colocando-se ênfase na condenação da atuação hispânica e católica na América e traçando um paralelo entre os horrores da colonização espanhola com a política expansionista espanhola na Europa –, isto aconteceu devido ao fato de que o domínio e a exploração sobre os povos do Novo Mundo não poderiam ser deslegitimados. Pelo menos, não do jeito com o qual os espanhóis estabeleceram sua perspectiva de domínio e exploração.

A obra de Las Casas seria identificada, de uma vez por todas, com a denúncia dos crimes e massacres cometidos pelos espanhóis no Novo Mundo; contudo, não um crime ou massacre ligado à questão indígena *em si*, mas sim uma figuração narrativa cujo conteúdo pode vir a ser utilizado para evidenciar qualquer massacre (CONLEY, 1992, p. 126; FREIRE, 2004, p. 121). Essa identificação com “qualquer” massacre perpassou um primeiro momento, no qual as versões de Miggrode e a inglesa de 1583 representam uma crítica ao processo de massacres cometidos contra os protestantes na Europa, como apontam Gustavo Verdesio (VERDESIO, 2008) e José Rabasa (RABASA, 2000, p. 255). A representação europeizada dos povos ameríndios através das versões de De Bry, Purchas e os relatos de viagem do século XVII demonstram a “falta de acesso à representação”, nas palavras de Verdesio (2008, p. 79).

Thomas Scanlan (SCANLAN, 2008, p. 218–219) afirma que o colonialismo é um recurso discursivo e que, portanto, mobiliza em si mesmo disputas internas. Em 1552, Las Casas utilizou a publicação de seus Tratados como uma forma de trazer atenção a uma causa política a qual ele lutava: a defesa dos direitos dos indígenas. A republicação periódica do texto de Las Casas nos contextos imperiais do século XVII se relacionam de forma diferencial às práticas espanholas no processo colonial.

Roldán-Figueroa (ROLDÁN-FIGUEROA, 2023, p. 406) aponta à necessidade de percebermos a constante tradução e retradução de Las Casas a partir de uma história do desenvolvimento da *Leyenda Negra* recontextualizando as traduções da *Brevíssima* para libertar a leitura da obra de Las Casas das “penas diacrônicas” que nos impedem de entender como, *de fato*, ocorria a circulação das ideias nos séculos XVI e XVII. Segundo o autor, o que aconteceu foi um processo de micro-transferências intelectuais, em que houveram manutenções de perspectivas lascasianas e a adaptação de elementos dos contextos de origem das traduções.

Segundo Chartier (2002, p. 21), no século XVII a tendência dos discursos foi que “a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe”. A associação exclusiva de Las Casas à *Brevíssima* e os recortes que proporcionaram a circulação do seu texto a partir das edições de Theodor de Bry e Jacques de Miggrode tornam sua obra a representante de um signo – a crueldade praticada por “papistas”/“espanhóis” – que justificaria, inclusive, *outras formas de dominação* distintas daquela realizada pelos espanhóis. Existiu uma intericonografia própria do século XVII que teve no contexto das disputas protestantes na França e na Holanda o seu ponto nodal (HART, 2008, p. 228; ROLDÁN-FIGUEROA, 2023, p. 414). Esse aparato iconográfico não apresenta, contudo, uma distinção no conteúdo: à sua maneira, os imperialismos britânico, francês e de outros povos buscaram se diferenciar dos espanhóis apenas com relação à forma.

Referências bibliográficas

a. Referências primárias

BENAVENTE MOTOLINIA, Toribio de, O. F. M. Carta de Fray Toribio de Motolinía al Emperador Carlos V (1555). In: GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín (org.). *Coleccion de documentos para la historia de México*. México; Paris: Libreria de Andrade; Hector Dossange, 1858. p. 251–277. Disponível em: https://ia800901.us.archive.org/1/items/bub_gb_WJk6nlChEKYC/bub_gb_WJk6nlChEKYC.pdf.

DE BRY, Theodor; ALEXANDER, Michael. *Discovering the New World*. Londres: London Editions, 1976.
Disponível em:
<https://quod.lib.umich.edu/e/eebo2/A15443.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

GYSIUS, Johannes; LAS CASAS, Bartolomé. *Le miroir de la cruelle et horrible tyrannie espagnole perpétrée au Pays-Bas par le tyran duc d'Albe et autres commandants du roi Philippe II*. trad. Ian Evertsz Cloppenburg. Amsterdam: Ghedruckt

by Ian Evertss. Cloppenburg, op't Water tegen over de Koor[en]-Beurs in[de] vergulden Bijbel, 1620.

HAKLUYT, Richard. *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Edimburgo: Goldsmid, 1885. Disponível em: <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/metabook?id=hakluyt>.

HAKLUYT, Richard; WOODS, Leonard. *Documentary history of the state of Miane*, vol. II containing a Discourse on Western Planting, written in the Year 1584, by Richard Hakluyt with a preface and an introduction by Leonard Woods, LL.D. Portland (EUA); Cambridge (EUA): The Maine Historical Society; Press of John Wilson and Son, 1877.

JÁUREGUI Y AGUILAR, Juan de. *A true discourse of the assault committed vpon the person of the most noble prince, William Prince of Orange, Countie of Nassau, Marquesse de la Vere &c.* by Iohn Iauregui Spaniarde. Londres: Thomas Charde and William Broome, 1582.

LA PERRIÈRE, Guillaume de. *Le miroir politique, contenant diverses manières de gouverner & policer les républiques qui sont & ont esté par cy devant*. Paris: V. Norment et J. Bruneau, 1567. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb307383270>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *An Account of the First Voyages and Discoveries made by the Spaniards in America*. Londres: J. Darby, J. Harris e Andr. Bell, 1699.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevíssima relación de la destrucción de las Indias*. Madri: Real Academia Española, 2013.

LAS CASAS, Bartolomé de. *De Regia Potestate*. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Histoire admirable des horribles insolences, cruauetz, & tyrannies exercees par les Espagnoles es Indes Occidentales*. Briefuement descrite en langue Castellane par don F. Barthelemi de la Casas, moine & euesque Espagnol fidelement traduite par Iagues de Miggrode. trad. Jacques Miggrode. [S. l.: s. n.], 1582.

LAS CASAS, Bartolomé de. *La decouverte des Indes Occidentales, par Espagnols*. Paris: André Pralard, 1697.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Narratio regionum Indicarum per Hispanos quosdam deuastatarum verissima priùs quidem per episcopum Bartholemaeum Casaum, natione Hispanum Hispanicè conscripta, & anno 1551. Frankfurt am Main (ALE): Sumptibus Theodori de Bry, & Ioannis Saurii typis, 1598*. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_fDKWW40Y1SYC/.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Popery truly display'd in its bloody colours*. trad. Thomas Harris. Londres: R. Hewson, 1689. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A35552.0001.001>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Seer cort Verhael vande destructie van d'Indien vergadert deurden Bishop don fray Bartholome de las Casas: oft Casaus van sinte Dominicus*

orden in Brabantsche tale getrouwelick uyte Spaensche ourgeset. trad. Anônimo. Antuérpia: [s. n.], 1578. Disponível em: <https://ia903106.us.archive.org/4/items/seercortverhaelv00casa/seercortverhaelv00casa.pdf>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Spieghel der spaenscher tiranije*. trad. Anônimo. Antuérpia: [s. n.], 1579.

LAS CASAS, Bartolomé de. *THE Spanish Chronicles, OR Briefe Chronicle of the Acts and gestes of the Spaniardes in the West Indies, called the newe World*. trad. M. M. S. Londres: William Brome, 1583.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Tratados de Fray Bartolomé de Las Casas*. trad. Agustín Millares Carlo; Rafael Moreno. México: Fondo de Cultura Económica, 1965(Biblioteca Americana, 41–42).

LAS CASAS, Bartolomé de; DE BRY, Theodor. *Narratio regionum indicarum per Hispanos quosdam devastatarum verissima*. [S. l.]: Oppenheimii; Sumptibus Johanneo de Bry; Typis Hieronymi Galleri, 1614.

LAS CASAS, Bartolomé. *Relations des Voyages et des De'couvertes Que les Espagnols ont fait dans les Indes Occidentales*. Amsterdam: J. Louis de Lorme, 1698.

LAS CASAS, Bartolomé. *The Tears of the Indians*. trad. John Phillips. Londres: J. C. for Nath. Brook, 1656.

LAS CASAS, Bartolomé. *Tyrannies et Cruautez des Espagnols, perpetrees es Indes Occidentales, qu'on dit Le Nouveau Munde*. trad. Jacques Miggrode. Roven (FRA): Jacques Caillove, 1630.

SOTO, Domingo de, O. P. *Tratado de la justicia y el derecho*. trad. Jaime Torrubiano Ripoll. Madri: Editorial Reus, 1922. v. 1.

VERSTHEGAN, Richard. *Theatre des Cruautez des Hereticques du nostre temps*. Traduit du Latin en François. Antuérpia: Chez Adrien Hubert, 1588.

b. Referências secundárias

ADORNO, Rolena. The Not-So-Brief Story of the Brevisima relación de la destrucción de las Indias. In: ORIQUE, David Thomas, O. P.; ROLDÁN-FIGUEROA, Rady (orgs.). *Bartolomé de Las Casas, O. P. History, Philosophy, and Theology in the Age of European Expansion*. Leiden (PBX,) Boston (EUA): BRILL, 2018. p. 29–57.

AGNOLIN, Adone. *Jesuitas e Selvagens: a Negociação da Fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séculos XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas, 2007.

AGNOLIN, Adone. Violence and Adaptability of the Word: Jesuits and Natives in Portuguese America (16th-17th Centuries). In: LAVENIA, Vincenzo; PASTORE, Stefania; PAVONE, Sabina; PETROLINI, Chiara (orgs.). *Compel People to Come In. Violence and Catholic Conversions in the non-European World*. Roma: viella, 2018. p. 69–90.

ALDEN, John; LANDIS, Dennis C. *European Americana: a chronological guide to works printed in Europe relating to the Americas, 1493-1776*. Nova York: Readex Books, 1980.

ARMITAGE, David. *The ideological origins of the British Empire*. Cambridge (RUN): Cambridge University Press, 2004.

BAXANDALL, Michael. *Painting and experience in fifteenth century Italy: a primer in the social history of pictorial style*. 2.ed. Oxford [Oxfordshire] ; New York: Oxford University Press, 1988(Oxford paperbacks).

BELDA PLANS, Juan. *La Escuela de Salamanca y la renovación de la teología en el siglo XVI*. Madri: Biblioteca de Autores Cristianos, 2000.

BENAVENTE MOTOLINIA, Toribio de, O. F. M. Carta de Fray Toribio de Motolinía al Emperador Carlos V (1555). In: GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín (org.). *Coleccion de documentos para la historia de México*. México; Paris: Libreria de Andrade; Hector Dossange, 1858. p. 251–277. Disponível em: https://ia800901.us.archive.org/1/items/bub_gb_WJk6nlChEKYC/bub_gb_WJk6nlChEKYC.pdf.

BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *De la idolatría. Una arqueología de las ciencias religiosas*. trad. Diana Sánchez F. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos. Das Cruzadas ao século XX*. trad. Luís Oliveira Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOM, Gabriel Cardoso. A Inquisição Moderna e a História das Religiões: debate historiográfico e proposta metodológica. *Contraponto*, v. 9, n. 1, p. 35–60, 2020. .

BORGE, Francisco J. “We (upon peril of my life) shall make the Spaniard ridiculous to all Europe”: Richard Hakluyt’s “Discourse” of Spain. In: CAREY, Daniel; JOWITT, Claire (orgs.). *Richard Hakluyt and travel writing in early modern Europe*. Londres: Routledge, 2016. p. 167–176.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, v. 19, n. Segunda Série, p. 105–171, 2002. .

BROMLEY, John Selwyn; KOSSMANN, Ernst Heinrich (orgs.). *Some political mythologies: papers delivered to the Fifth Anglo-Dutch Historical Conference*. Britain and Netherlands. Haia: Martinus Nijhoff, 1975. p. 36–57.

BUMAS, E. Shaskan. The Cannibal Butcher Shop: Protestant Uses of las Casas’s “Brevísima relación” in Europe and the American Colonies. *Early American Literature*, v. 35, n. 2, p. 107–136, 2000. .

BURKE, Peter. America and the Rewriting of World History. In: KUPPERMAN, Karen Ordahl (org.). *America in European consciousness, 1493-1750*. Chapel Hill (EUA): The University of North Carolina Press, 1995. p. 33–51.

- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. *Como Escrever a História do Novo Mundo: histórias, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII*. trad. Juliana Bastos Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- CARBIA, Rómulo D. *Historia de la leyenda negra hispano-americana*. Madri: Marcial Pons, 2004.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Carneiro da. Imagens de Índios do Brasil: século XVI. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 10, p. 91–110, 1990. .
- CASTILLA URBANO, Francisco. *El pensamiento de Juan Ginés de Sepúlveda. Vida activa, humanismo y guerra en el Renacimiento*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2013.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. trad. Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Lisboa: DIFEL, 2002(Memória e Sociedade).
- CHARTIER, Roger. As sete vidas da Brevisima relación de la destrucción de las Indias. In: CHARTIER, Roger. *Mobilidade e materialidade dos textos. Traduzir nos séculos XVI e XVII*. trad. Marlon Salomon; Raquel Campos. Chapecó (SC); Salvador (BA): Argos; EDUFBA, 2020. p. 13–60.
- CONLEY, Tom. De Bry's Las Casas. In: JARA, René; SPADACCINI, Nicholas (orgs.). *Amerindian images and the legacy of Columbus*. Hispanic issues. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992. p. 103–131.
- DE BRY, Theodor; ALEXANDER, Michael. *Discovering the New World*. Londres: London Editions, 1976.
- DEL PRIORE, Mary. *Esquecidos por Deus: monstros no mundo europeu e ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DÍAZ DEL CASTILLO, Bernal. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. Barcelona: Linkgua Ediciones, 2009.
- DURAN, Angelica. The Textual Conversation of Las Casas's *Brevisima relación* and Its 1656 British Translation. In: ARIAS, Santa; MEREDÍZ, Eyda M. (orgs.). *Approaches to Teaching the Writings of Bartolomé de Las Casas*. Nova York: The Modern Language Association of America, 2008. p. 81–91.
- DUVIOLS, Jean-Paul. Théodore de Bry et ses modèles français. *Caravelle*, v. 58, p. 7–16, 1992. .
- DUVIOLS, Jean-Paul; BOUYER, Marc. *Le Théâtre du Nouveau Monde: Les grands voyages de Théodore de Bry*. Paris: Gallimard, 1992.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. 2.ed. Cambridge (RUN): Cambridge University Press, 2005.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. trad. Fulvia M. L. Moretto; Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FRAGA, Joana Margarida Ribeirete de. Revoltas da Monarquia Hispânica (1640-1647) no contexto europeu: ecos e contágios. *7 Mares*, v. 5, p. 127–146, 2014. .

FRAGA, Joana Margarida Ribeirete de; KRAUSE, Thiago. *Portugal, uma retrospectiva: 1640*. Lisboa: Tinta-da-China, 2019(Portugal, uma retrospectiva, 13).

FREIRE, Deolinda De Jesus. *A eficácia narrativa da “Brevíssima relación de destrucción de las Indias” na propagação da “leyenda negra” anti-hispânica*. 2004. Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FREIRE, Deolinda De Jesus. Theodor de Bry e a narrativa visual da Brevisima Relación de la Destrucción de las Indias. *Revista USP*, v. 0, n. 77, p. 200, 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i77p200-215>.

FREITAS NETO, José Alves de. *Bartolomé de Las Casas: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana*. São Paulo: Annablume, 2003.

GARCÍA CÁRCEL, Ricardo. *El demonio del Sur. La Leyenda Negra de Filipe II*. Madri: Cátedra, 2017.

GROESEN, Michiel van. *The representations of the overseas world in the De Bry Collection of voyages (1590-1634)*. Leiden (PBX,) Boston (EUA): Brill, 2008(The handpress world, 2).

GRUZINSKI, Serge. *A Guerra das Imagens de Cristóvão Colombo a Blade Runner (1492-2019)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GYSIUS, Johannes; LAS CASAS, Bartolomé. *Le miroir de la cruelle et horrible tyrannie espagnole perpétrée au Pays-Bas par le tyran duc d'Albe et autres commandants du roi Philippe II*. trad. Ian Evertsz Cloppenburg. Amsterdam: Ghedruckt by Ian Evertss. Cloppenburg, op't Water tegen over de Koor[en]-Beurs in[de] vergulden Bijbel, 1620.

HAKLUYT, Richard. *The Principal Navigations, Voyages, Traffiques and Discoveries of the English Nation*. Edimburgo: Goldsmid, 1885. Disponível em: <http://onlinebooks.library.upenn.edu/webbin/metabook?id=hakluyt>.

HAKLUYT, Richard; WOODS, Leonard. *Documentary history of the state of Miane, vol. II containing a Discourse on Western Planting, written in the Year 1584, by Richard Hakluyt with a preface and an introduction by Leonard Woods, LL.D.* Portland (EUA); Cambridge (EUA): The Maine Historical Society; Press of John Wilson and Son, 1877.

HANKE, Lewis. La actualidad de Bartolomé de Las Casas. In: *LAS CASAS, Bartolomé de Tratados de Fray Bartolomé de Las Casas*. Biblioteca Americana. México: Fondo de Cultura Económica, 1965. v. 1, p. XI–XVIII.

HANKE, Lewis; GIMÉNEZ FERNÁNDEZ, Manuel. *Bartolomé de Las Casas, 1474-1566: bibliografía crítica y cuerpo de materiales para el estudio de su vida, escritos, actuación y polémicas que suscitaron durante cuatro siglos*. Santiago: Fondo Histórico y Bibliográfico José Toribio Medina, 1954.

HARRIS, Thomas; CORBETT, C.; BRACKSTONE, J.; DEP, B. *Popery and Slavery Display'd*. Londres: C. Corbett, T. Harris, J. Brackstone and B. Dep, 1745.

HART, Jonathan Locke. *Comparing empires: European colonialism from Portuguese expansion to the Spanish-American War*. Hampshire (RUN); Nova York: Palgrave Macmillan, 2003.

HART, Jonathan Locke. Las Casas in French and Other Languages. *In*: ARIAS, Santa;

HERING TORRES, Max-Sebastián. Limpieza de sangre en España. Un modelo de interpretación. *In*: BÖTTCHER, Nikolaus; HAUSBERGER, Bernd; HERING TORRES, Max S. *El peso de la sangre*. México: Colégio de México, 2012. p. 29–62.

HILL, Christopher. *A Biblia inglesa e as revoluções do século XVII*. trad. Cynthia Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

HRUBEŠ, Jiří. K prvnému česke setkání Las Casaem. *Český lid*, v. 60, n. 3, p. 153–157, 1973. .

JÁUREGUI Y AGUILAR, Juan de. *A true discourse of the assault committed vpon the person of the most noble prince, William Prince of Orange, Countie of Nassau, Marquesse de la Vere &c. by Iohn Iauregui Spaniarde*. Londres: Thomas Charde and William Broome, 1582. Disponível em:
<https://quod.lib.umich.edu/e/eebo2/A15443.0001.001?rgn=main;view=fulltext>.

JUDERÍAS, Julián. *La Leyenda Negra. Estudios acerca del concepto de España en el extranjero*. Salamanca (ESP): Junta de Castilla y León, 1997.

KALIL, Luis Guilherme Assis. Os Espanhóis Canibais: análise das gravuras do sétimo volume das Grands Voyages de Theodore de Bry. *Tempo*, v. 17, n. 31, p. 261–283, 2011. .

KAPLAN, Benjamin J. “Dutch” religious tolerance: celebration and revision. *In*: HSIA, R. Po-chia; VAN NIEROP, Henk (orgs.). *Calvinism and Religious Toleration in the Dutch Golden Age*. Cambridge (RUN): Cambridge University Press, 2002. p. 8–26.

KEEN, Benjamin. Approaches to Las Casas, 1535-1970. *In*: KEEN, Benjamin; FRIEDE, Juan. *Bartolomé de Las Casas in History. Toward an Understanding of the Man and His Work*. DeKalb (EUA): Northern Illinois University Press, 1970. p. 3–66.

KUPPERMAN, Karen Ordahl (org.). *America in European consciousness, 1493-1750*. Chapel Hill (EUA): The University of North Carolina Press, 1995. p. 1–32.

KUPPERMAN, Karen Ordahl. The Changing Definition of America. *In*:

LA PERRIÈRE, Guillaume de. *Le miroir politique, contenant diverses manières de gouverner & policer les républiques qui sont & ont esté par cy devant*. Paris: V. Norment et J. Bruneau, 1567. Disponível em:
<http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb307383270>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *An Account of the First Voyages and Discoveries made by the Spaniards in America*. Londres: J. Darby, J. Harris e Andr. Bell, 1699.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Madrid: Real Academia Española, 2013.

LAS CASAS, Bartolomé de. *De Regia Potestate*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1969.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Histoire admirable des horribles insolences, cruauetz, & tyrannies exercees par les Espagnoles es Indes Occidentales. Briefuement descrite en langue Castellane par don F. Barthelemi de la Casas, moine & euesque Espagnol fidelement traduite par Iaques de Miggrode*. trad. Jacques Miggrode. [S. l.: s. n.], 1582.

LAS CASAS, Bartolomé de. *La decouverte des Indes Occidentales, par Espagnols*. Paris: André Pralard, 1697.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Narratio regionum Indicarum per Hispanos quosdam deuastatarum verissima priùs quidem per episcopum Bartholemaeum Casaum, natione Hispanum Hispanicè conscripta, & anno 1551*. Frankfurt am Main (ALE): Sumptibus Theodori de Bry, & Ioannis Saurii typis, 1598. Disponível em: https://archive.org/details/bub_gb_fDKWW40Y1SYC/.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Popery truly display'd in its bloody colours*. trad. Thomas Harris. Londres: R. Hewson, 1689. Disponível em: <http://name.umdl.umich.edu/A35552.0001.001>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Seer cort Verhael vande destructie van d'Indien vergadert deurden Bischoep don fray Bartholome de las Casas: oft Casaus van sinte Dominicus orden in Brabantsche tale getrouwelick uyte Spaensche ourgeset*. trad. Anônimo. Antuérpia: [s. n.], 1578. Disponível em: <https://ia903106.us.archive.org/4/items/seercortverhaelv00casa/seercortverhaelv00casa.pdf>.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Spieghel der spaenscher tiranije*. trad. Anônimo. Antuérpia: [s. n.], 1579.

LAS CASAS, Bartolomé de. *THE Spanish Chronicles, OR Briefe Chronicle of the Acts and gestes of the Spaniardes in the West Indies, called the newe World*. trad. M. M. S. Londres: William Brome, 1583.

LAS CASAS, Bartolomé de. *Tratados de Fray Bartolomé de Las Casas*. trad. Agustín Millares Carlo; Rafael Moreno. México: Fondo de Cultura Económica, 1965(Biblioteca Americana, 41–42).

LAS CASAS, Bartolomé de; DE BRY, Theodor. *Narratio regionum indicarum per Hispanos quosdam devastatarum verissima*. [S. l.]: Oppenheimii; Sumptibus Johan-Theod. de Bry; Typis Hieronymi Galleri, 1614.

LAS CASAS, Bartolomé. *Relations des Voyages et des De'couvertes Que les Espagnols ont fait dans les Indes Occidentales*. Amsterdam: J. Louis de Lorme, 1698.

LAS CASAS, Bartolomé. *The Tears of the Indians*. trad. John Phillips. Londres: J. C. for Nath. Brook, 1656.

- LAS CASAS, Bartolomé. *Tyrannies et Cruautez des Espagnols, perpetrees es Indes Occidentales, qu'on dit Le Nouveau Munde*. trad. Jacques Miggrode. Roven (FRA): Jacques Caillove, 1630.
- LYNCH, John. *Spain under the Habsburgs. Volume one: Empire and absolutism, 1515-1598*. Nova York: Oxford University Press, 1964. Disponível em: <https://archive.org/details/spainunderhabsbu0000unse/page/n5/mode/2up>.
- MALTBY, William S. *La Leyenda Negra en Inglaterra. Desarrollo del sentimiento antihispánico, 1558-1660*. trad. Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- MANCALL, Peter C. Richard Hakluyt and the Visual World of Early Modern Travel Narratives. In: CAREY, Daniel; JOWITT, Claire (orgs.). *Richard Hakluyt and travel writing in early modern Europe*. Londres: Routledge, 2016. p. 87–104.
- MASTERS, Adrian. ¿Por qué se decretaron las Leyes Nuevas de 1542? Nuevas luces sobre conquistadores peruleros, mujeres palaciegas y Bartolomé de las Casas en las reformas de Indias. *Revista de Indias*, v. 82, n. 285, p. 293–327, 2022. <https://doi.org/10.3989/revindias.2022.009>.
- MAZZOLENI, Gilberto. *O planeta cultural: para uma antropologia histórica*. São Paulo: Edusp, 1992.
- MELLO E SOUZA, Laura de. Prefácio. In: RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro; São Paulo: J. Zahar Editor; Edusp: FAPESP, 1996. p. 7–12.
- MEREDÍZ, Eyda M. (orgs.). *Approaches to Teaching the Writings of Bartolomé de Las Casas*. Nova York: The Modern Language Association of America, 2008. p. 224–234.
- MEREDÍZ, Eyda M. (orgs.). *Approaches to Teaching the Writings of Bartolomé de Las Casas*. Nova York: The Modern Language Association of America, 2008. p. 218–223.
- MILHOU, Alain. Introduction historique. In: LAS CASAS, Bartolomé de *La Destruction des Indes [1552]. Traduction de Jacques de Miggrode [1579]. Introduction historique d'Alain Milhou. Etablissement du text et analyse iconographique de Jean-Paul Duviols*. trad. Jacques Miggrode. Paris: Chandeigne, 1995. p. 7–69.
- MIRA CABALLOS, Esteban. De esclavos a siervos: amerindios en España tras las Leyes Nuevas de 1542. *Revista de Historia de América*, v. 140, p. 95–109, 2009. .
- MORENO MENGÍBAR, Andrés. El éxito editorial de la *Brevíssima*. In: LAS CASAS, Bartolomé de *Brevíssima relación de la destruyción de las Indias*. Sevilla (ESP); Nápoles (ITA): Revista de Filosofia; Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1991. p. XXIX–XXXII.
- ORIQUE, David Thomas, O. P. (orgs.). *The Transatlantic Las Casas. Historical Trajectories, Indigenous Cultures, Scholastic Thought, and Reception in History*. Leiden (PBX), Boston (EUA): BRILL, 2023. p. 403–432.

ORIQUE, David Thomas, O. P. New Discoveries about an Old Manuscript: The Date, Place of Origin, and Role of the Parecer de fray Bartolomé de las Casas in the Making of the New Laws of the Indies. *Colonial Latin American Historical Review*, v. 4, p. 1–23, 2006. .

PAGDEN, Anthony. *Lords of all the World. Ideologies of Empire in Spain, Britain and France c.1500-c.1800*. New Heaven (EUA): Yale University Press, 1995.

PÉREZ FERNÁNDEZ, Isacio, O. P. Los tratados del Padre Las Casas, impresos en 1552-1553, fueron impresos con privilegio. *Studium. Revista de Filosofía y Teología*, v. XXXIX, p. 51–59, 1989. .

POLLMANN, Judith. ‘Brabanters Do Fairly Resemble Spaniards After All’. Memory, Propaganda and Identity in the Twelve Years’ Truce. In: POLLMANN, Judith; SPICER, Andrew (orgs.). *Public Opinion and Changing Identities in the Early Modern Netherlands. Essays in Honour of Alastair Duke*. Leiden (PBX,) Boston (EUA): BRILL, 2007. p. 211–228.

PRODI, Paolo. *Uma História da Justiça: do pluralismo dos foros ao dualismo moderno entre consciência e direito*. trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2005(Coleção justiça e direito).

PURCHAS, Samuel. *Hakluytus posthumus, or Purchas his pilgrimes*. Glasgow (RUN): J. Maclehose, 1905.

RABASA, José. *Writing Violence On The Northern Frontier: the historiography of sixteenth-century New Mexico and Florida and the legacy of Conquest*. Durham (EUA); Londres: Duke University Press, 2000.

RAFAEL, Vicente L. *Contracting colonialism: translation and Christian conversion in Tagalog society under early Spanish rule*. Ithaca (EUA): Cornell University Press, 1988.

ROCA BAREA, María Elvira. *Imperiofobia y leyenda negra: Roma, Rusia, Estados Unidos y el Imperio español*. 2.ed. Madri: Siruela, 2022(Biblioteca de Ensayo, 130).

RODRÍGUEZ PÉREZ, Yolanda. «Un leopardo no puede cambiar sus manchas»: la Leyenda Negra en los Países Bajos. In: VILLAVERDE RICO, María José; CASTILLA

RODRÍGUEZ PÉREZ, Yolanda. On Hispanophobia and Hispanophilia across Time and Space. In: RODRÍGUEZ PÉREZ, Yolanda (org.). *Literary Hispanophobia and Hispanophilia in Britain and the Low Countries (1550-1850)*. Heritage and Memory Studies. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020. p. 11–46.

ROLDÁN-FIGUEROA, Rady. Beyond the “Black Legend”: The Reception History of Las Casas in Late Sixteenth- Century England. In: ROLDÁN-FIGUEROA, Rady;

SAINT-LU, André. Introducción. In: *LAS CASAS, Bartolomé de Brevísima relación de la destrucción de las Indias*. Madri: Cátedra, 1993.

SCANLAN, Thomas. *Colonial writing and the New World, 1583-1671: allegories of desire*. Cambridge (RUN); Nova York: Cambridge University Press, 1999.

- SCANLAN, Thomas. Las Casas and the American Literature Survey. *In*: ARIAS, Santa;
- SCATTOLA, Merio. *Teologia Política*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- SEHELLART, Michel. *As artes de governar: do regimen medieval ao conceito de governo*. trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- SOTO, Domingo de, O. P. *Tratado de la justicia y el derecho*. trad. Jaime Torrubiano Ripoll. Madri: Editorial Reus, 1922. v. 1, .
- STURTEVANT, William C. First Visual Images of Native America. *In*: CHIAPPELLI, Fredi; ALLEN, Michael J. B.; BENSON, Robert L. (orgs.). *First Images of America: the impact of the New World on the Old*. Berkeley (EUA); Los Angeles (EUA): University of California Press, 1976. v. 2, p. 417–454.
- SWART, Koenraad Wolter. The Black Legend during the Eighty Years War. *In*:
- TATSCH, Flavia Galli. Da palavra à imagem: a alegoria da América no imaginário europeu. *Idéias*, v. 13, n. 2, p. 43–60, 2006. .
- THEODORO, Janice. *América Barroca: temas e variações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Nova Fronteira, 1992.
- URBANO, Francisco (orgs.). *La sombra de la leyenda negra*. Biblioteca de Historia y Pensamiento Político. Madri: Tecnos, 2016. p. 140–172.
- VERDESIO, Gustavo. Images and War: The Representation of Violence in Colonial Times and Today. *In*: ARIAS, Santa; MEREDÍZ, Eyda M. (orgs.). *Approaches to Teaching the Writings of Bartolomé de Las Casas*. Nova York: The Modern Language Association of America, 2008. p. 73–80.
- VERSTHEGAN, Richard. *Theatre des Cruautez des Hereticques du nostre temps*. Traduit du Latin en François. Antuérpia: Chez Adrien Hubert, 1588.
- VILLACANAÑAS BERLANGA, José L. *Imperiofilia y el populismo nacional-católico: otra historia del imperio español*. Primera edición. Madrid: Lengua de Trapo, 2019(Colección Ensayo, 6).
- VILLAS BÔAS, Luciana. *Encontros escritos: semântica histórica do Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019(História, cultura e ideias).
- VITORIA, Francisco de. *El Estado y la Iglesia. Conferencias o Relecciones teológicas*. Madri: Publicaciones Españolas, 1960.
- VOIGT, Lisa. *Writing captivity in the early modern Atlantic: circulations of knowledge and authority in the Iberian and English imperial worlds*. Chapel Hill (EUA): University of North Carolina Press, 2009.
- WOLTJER, Juliaan. Public Opinion and the Persecution of Heretics in the Netherlands, 1550–59. *In*: POLLMANN, Judith; SPICER, Andrew (orgs.). *Public Opinion and Changing Identities in the Early Modern Netherlands. Essays in Honour of Alastair Duke*. Leiden (PBX,) Boston (EUA): BRILL, 2007. p. 87–106.

YATES, Frances Amelia. *O Iluminismo Rosa-Cruz*. trad. Syomara Cajado. São Paulo: Pensamento, 1983.

Artigo recebido em 08/08/2023

Aceito para publicação em 13/10/2023

PELA BOCA DE CIPIÃO: Os Argumentos de Cicero na Publicística de Portugal Restaurado (1641 – 1645)

THROUGH THE MOUTH OF SCIPIO: Cicero's Arguments in the Publicistics of Portugal Restored (1641 – 1645)

Rodrigo Franco da COSTA¹

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar a presença das ideias de Cicero, o cônsul romano, nos escritos políticos da Restauração de Portugal. A Restauração de Portugal pode ser identificada como um movimento que recuperou a autonomia política do reino lusitano em 1640 com a defenestração de Miguel de Vasconcelos, o secretário de Estado de d. Filipe IV, coroando d. João IV como rei de Portugal e colocando fim ao domínio do reino castelhano sobre os portugueses existente desde 1580. O movimento que culminou na Restauração de Portugal contou com uma forte estrutura de publicação de textos favoráveis ao movimento e ao governo de d. João IV. Entre as figuras que recuperaram os textos de Cicero em suas argumentações favoráveis ao novo governo, destacam-se os repúblicos, agentes do período comprometidos com a conservação do bem comum de Portugal.

Palavras-Chave: Restauração de Portugal, Cícero, Repúblicos.

Abstract: This paper aims to identify the presence of the ideas of Cicero, the Roman consul, in the political writings of the Restoration of Portugal. The Restoration of Portugal can be identified as a movement that recovered the political autonomy of the Lusitanian kingdom in 1640 with the defenestration of Miguel de Vasconcelos, the Secretary of State of Filipe IV, crowned João IV king of Portugal, and ended the Castilian kingdom's dominion over the Portuguese in 1580. The movement culminating in the Restoration of Portugal had a strong structure for publishing texts favorable to the movement and the government of João IV. Among the figures who recovered Cicero's texts in their arguments in favor of the new government, the *repúblicos* stand out as agents of the period committed to conserving the common good of Portugal.

Keywords: Restoration of Portugal, Cícero, Repúblicos.

Os historiadores que se debruçaram sobre o tema da Restauração de Portugal nos últimos anos vêm observando o movimento de formas bastante diferentes ao se comparar a perspectiva de historiadores de poucas décadas atrás. Juntamente com o tema da Restauração, os intelectuais que investigavam os séculos XVI e XVII de Portugal recuperavam de maneira quase que inseparável uma dimensão de “atraso” político reverberando ainda os ecos de Antero de Quental em seu famoso discurso *Causa da decadência dos Povos Peninsulares*. (QUENTAL, 1996.) Ainda que a referência a Quental não fosse clara, ou até consciente, a tendência em justificar as

¹ Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ). E-mail: rodrigo.franco1991@gmail.com.

condições de possibilidade da Restauração de Portugal apenas sobre quarenta fidalgos marcava uma crença na ausência de participação política das populações portuguesas, onde apenas os setores aristocráticos possuíam condições de disputar os projetos políticos em Portugal durante os séculos da História Moderna. Essa questão pode ser evidenciada em trabalhos mais antigos como os *Ensaio*s de Vitorino Magalhães Godinho (1978, p, 406.) ou em obras um pouco posteriores como *A Guerra de Restauração 1641-1668* de Fernando Dores Costa (2004, p, 20.)

A imagem da sociedade portuguesa no período moderno consistia na reprodução da ideia de uma comunidade despolitizada e sem acesso à escrita, contribuindo para a manutenção da noção de esfera pública no reino de Portugal existente nas concepções de Jürgen Habermas, em especial, em sua obra *Mudança estrutural na esfera pública*. Para o filósofo, um debate e uma esfera pública teriam surgido apenas durante o século XVIII e restrita à aristocracia e a setores da burguesia emergente. (HABERMAS, 1991, p, 33.) António Manuel Hespanha em sua obra *Imbecilidade. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*, por exemplo, traça uma rígida divisão entre a aristocrática política oficial e os grandes grupos “rústicos”, isto é, “iletrados” da sociedade da época moderna de Portugal. (2008.)

O período entendido como “união ibérica” (1580-1640) foi especialmente explorado para a contribuição da manutenção dessa perspectiva de pouca participação e passividade política dos portugueses, uma vez que compreendia o domínio do reino de Castela sobre Portugal como uma sucessão de acordos diplomáticos entre os reinos. Cabe salientar a pontual e importante exceção dos trabalhos de António de Oliveira, em especial a obra *Poder e oposição política no período filipino*. (1990)

Apesar desses pressupostos exercerem profunda influência sobre a intelectualidade que produziu estudos sobre a História de Portugal e, em especial, o contexto político da Restauração de 1640, durante o final da primeira década do século XXI iniciou-se um ponto de virada na produção de trabalhos sobre o movimento e que vem se desenvolvendo ainda mais atualmente. A obra de Diogo Ramada Curto, intitulada *Cultura política no tempo dos filipes (1580-1640)* (2011) expõe diversas ocorrências de participação política das populações de Portugal, enfatizando o prestígio de d. António e o afastamento dos portugueses em relação a Filipe II. Rafael Valladares em seu trabalho *A conquista de Lisboa: Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578 – 1583* (2010) caracteriza o ambiente político e conflitivo que foi a tomada de Lisboa por Filipe II, em que a comunidade portuguesa interveio ostensivamente contra o expansionismo do monarca castelhano. Pedro Cardim escreveu

a obra *Portugal y la monarquia Hispanica* (2017) expando não apenas os agentes políticos de Portugal no século XVII, mas também o funcionamento dos mecanismos institucionais da comunidade lusitana, as intervenções escritas dessas figuras e recuperou o debate referente às identidades comunitárias em Portugal.

Rita Marquilhas com sua obra *Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII* expõe a capacidade de leitura e de escrita dos portugueses durante os Seiscentos, contribuindo para a ruptura da noção dos moldes de esfera pública propagada por Jürgen Habermas. (2000, p, 33.) Marquilhas não é a única a propor uma análise que exponha as capacidades de leitura e de escrita no século XVII das populações não-aristocráticas na Europa, Massimo Rospocher e Rosa Salzberg afirmam existir uma “evanescente esfera pública” em que o espaço urbano é caracterizado como uma fonte de interações na Península Itálica durante os séculos do Renascimento. (2012, p, 24) Juntamente com Rospocher, Salzberg e Marquilhas, outras contribuições buscaram compreender a participação política das populações através do uso da escrita durante o período Moderno. Filippo de Vivo em *Information and Communication in Venice Rethinking Early Modern Politics* (2007) e Fernando Bouza em *Para qué imprimir. De autores, público, impressores y manuscritos en el Siglo de Oro* (1997) também analisaram o potencial político das obras impressas para as comunidades da Europa e seus respectivos debates políticos e disputas.

É com o avançar das análises sobre a produção escrita e a participação dos mais diversos setores sociais na intervenção dos acontecimentos na História Moderna que se renovam os estudos sobre a importância da publicística na Restauração de Portugal de 1640 e os repúblicos. Carlos Ziller Camenietzki, Daniel Saraiva e Pedro Silva escreveram o trabalho *O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII* (2012) expando o problema da publicística em torno da Batalha de Montijo, conflito entre portugueses e castelhanos decorrente da Guerra de Restauração em que ambos os lados produziram panfletos alegando a vitória do movimento.

Pode-se destacar a obra *História e passado na América Portuguesa: escritores, religiosos, repúblicos do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica* em que Carlos Ziller Camenietzki identifica e analisa a atuação dos repúblicos de Portugal e do Brasil no contexto da Restauração de 1640. O historiador define “repúblico” como agentes de diferentes posições na sociedade lusitana que buscavam intervir nas causas políticas com o intuito de conservar o bem comum de Portugal.

O conceito que está associado à palavra remete a um tipo específico de intervenção política e pressupõe um público leitor, atento, interessado e capaz de atuar. Pela sua própria natureza, os repúblicos atuavam nos conselhos do governo, tribunais do reino, espaços de sociabilidade, salões, mas sobretudo intervinham por meio de textos, livros, e folhetos, manuscritos ou impressos. Não eram necessariamente letrados de profissão; foram certamente profissionais da justiça e de governo, mas também militares, médicos, fidalgos, comerciantes. Agiam animando debates e se posicionando diretamente sobre os afazeres políticos de Portugal, o que naquele tempo já era coisa bastante rara, para não dizer excêntrica. (CAMENIETZKI, 2014, p, 149.)

Os republicos ganharam a atenção de novos trabalhos produzidos nos últimos anos. Daniel Saraiva publicou a obra *Os amigos do bem comum: o engajamento político dos “repúblicos” no Portugal do século XVII* produzindo um importante balanço historiográfico sobre o debate relativo à atuação dos ditos agentes, salientando o caso de Martin Afonso de Miranda (2020).

Rodrigo Franco escreveu a obra intitulada *A pátria de João Pinto Ribeiro e dos demais repúblicos: uma análise da cultura política da Restauração de Portugal de 1640* (2020) identificando a ideia de “pátria” presente nos escritos dos repúblicos da Restauração de Portugal, em especial, nas obras do letrado João Pinto Ribeiro, agente do duque de Bragança e político decisivo nos primeiros anos do movimento de Portugal restaurado. Do mesmo autor, salienta-se também a obra *1650: Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal* em que é abordada a atuação de Timóteo Pimentel, padre lusitano, no estímulo aos portugueses a lutarem pela guerra contra Castela (2022).

Com base nestes últimos estudos e em um conjunto de trabalhos sobre a atuação política das populações no século XVII através da escrita, busca-se identificar nas obras de alguns repúblicos que intervieram na Restauração argumentos embasados nos escritos do cônsul Marco Tulio Cícero. Como os trabalhos acima já demonstraram utilizando os dicionários de época, o termo “Repúblico” significa aquele que é “zeloso do bem da república”, ou ainda “amigo do bem público.” (BLUTEAU, 1728, p, 5625) Dessa forma, é essencial compreender que os repúblicos valorizavam a defesa e o empenho em conservar o bem comum de Portugal. Ao se trabalhar com as ideias dos repúblicos e com a tradição da Antiguidade greco-latina por eles valorizada a ponto de servir de fundamento para suas argumentações políticas em defesa da Restauração, cabe estabelecer algumas observações sobre a natureza dos conceitos de época utilizados por esses escritores. “República” e “Monarquia” não eram vistas pelos agentes aqui analisados como opostos. Daniel Saraiva complementa:

Para nós, a questão central é, antes de tudo, de ordem conceitual: república e monarquia não são antônimos porque são espécies de natureza distinta – a primeira é um tipo específico de comunidade política (a coisa pública, sustentada pelo pilar axial do bem comum), enquanto a segunda é uma forma de governo (o governo de um), que se opõe a outras formas concorrentes, mas não necessariamente menos legítimas, como a aristocracia ou a democracia. (SARAIVA, 2020, p, 623.)

A oposição que, para a contemporaneidade, parece tão evidente dos termos em questão seria um produto posterior do tempo desses agentes políticos da escrita, mais fortemente desenvolvida durante o século XVIII. Dessa forma, é importante caracterizar os elementos políticos-jurídicos-filosóficos que funcionavam como estrutura de argumentação dos repúblicos para que se possa compreender a utilização das obras de Cícero como reforço às ideias desses escritores na Restauração de Portugal de 1640. A cultura política dos repúblicos de Portugal era fundamentada em algumas tradições filosóficas, como por exemplo, no pensamento de Tomás de Aquino, que havia retomado fôlego a partir da contribuição de figuras como Francisco Suarez e Juan de Mariana (COSTA, 2022, p, 41). Essas influências acabavam refletindo em mecanismos de poder e formulação de teorias sobre a governança. Pedro Calafate afirma que a origem do poder do governante da comunidade política pertence às populações condicionadas a este respectivo governo através do “pacto de sujeição”, que pode ser rompido caso o rei não busque conservar o bem comum. (CALAFATE, 2012.)

Uma parte considerável das abstrações contratuais de governo nas sociedades do período eram originadas das contribuições de Cícero, em especial após a expansão de suas obras pelo continente europeu durante o final da Idade Média e início da Idade Moderna. Salienta-se um crescente interesse pelos seus trabalhos na Península Ibérica durante o século XV, que teve origem na Península Itálica. (MATOS, 1994, p, 276.) É durante os séculos XVI e XVII que se identifica um aumento da relevância dos assuntos relativos ao poder civil em Portugal. A relação é clara. (MÊREA, 2003, p, 36.) Dessa forma, é possível identificar que as ideias de Cícero foram amplamente difundidas por eruditos do cristianismo preocupados com a manutenção, ou ainda o fortalecimento, de laços comunais pela linguagem. (NEDERMAN, 2020, p, 14.) Elementos como a ética e a retórica ciceroniana tiveram grande importância para a comunicação persuasiva desde a Idade Média e os primeiros anos do Renascimento, é nesse momento que pode ser vista uma relação mais próxima entre as contribuições do cônsul com as de Tomás de Aquino, desenvolvendo características de intervenção política tanto no campo

discursivo quanto em ações e comportamentos considerados virtuosos. (WARD, 2006, p, 52.)

Dentro desse contexto, os repúblicos de Portugal restaurado, buscando reforçar o apoio ao governo de d. João IV e guiados por uma tradição tomista, utilizaram um arsenal argumentativo que se baseava em larga medida nas obras do cônsul romano. O objetivo era manter e animar as populações lusitanas que já apoiavam o novo governo, o que não foi uma tarefa fácil, não somente pela oposição interna à Restauração, mas também devido à dura guerra a ser enfrentada contra o poderoso império governado pela dinastia Habsburgo.

As análises dos textos dos repúblicos da Restauração de Portugal de 1640 e a respectiva identificação da utilização dos mecanismos de argumentação dos trabalhos de Cícero por esses agentes aqui empreendidas tiveram como base de fundamentação implicações da filologia. Buscou-se reconhecer nas palavras empregadas nos textos, tanto lusitanos quanto do cônsul, as aproximações dos sentidos que elas carregavam, identificando os respectivos desdobramentos políticos do tempo da Restauração portuguesa. Como afirmado no início do século XX por António Gramsci, compreender a relação entre a política e a filologia contribui para identificar as utilizações de palavras, textos e de obras do passado para os mais diversos objetivos. Os conceitos e os sentidos não se apresentam como fixos e imutáveis, mas como produtos das relações sociais e de poder no tempo. (GRAMSCI, 2007, p, 56.) Alberto Varvaro afirma que para ocorrer uma adequada interpretação dos textos e suas palavras é necessário que as intenções que acompanham o conjunto da obra estejam suficientemente claras para o leitor. Contrariamente poderia ocorrer o problema de tratar os termos expressos a partir de um sentido diferente àquele colocado pelo autor do texto. (VARVARO, 2012, p, 17.)

Cícero desempenha sua atuação não apenas como cônsul, mas também escreve suas principais obras durante o desenvolvimento de uma série de debates no cenário político da República romana. Os grupos políticos da sociedade romana apresentavam diversas tensões, em especial a plebe desejando manter e alargar os direitos conquistados fazendo oposição à aristocracia patricia. Como afirma Gonçalo Bravo, o final do período republicano foi marcado por uma série de conflitos envolvendo tentativas de golpes, levantes populares e guerras civis. (BRAVO, 1998, p, 51.) É, por

exemplo, em 63 A.C. que o Cônsul se destaca por vituperar Catilina e acusa-lo de tentativa de tirania sobre a República romana.

É entre 54 e 51 A.C. que o erudito escreve a famosa obra *De re publica*, que foi bastante utilizada pelos portugueses partidários da Restauração de Portugal. Nessa obra, o autor busca estabelecer uma ideia de concórdia e unidade para a conflituosa República romana de seu tempo. Como pode ser identificado, contrariamente aos ataques a Catilina, nesta obra sua definição de “república” se assenta em uma perspectiva consensual para a sociedade romana. A República representa o desejo de toda a coletividade dos cidadãos em Roma, apesar das suas divergências, tensões e hierarquias. Na concepção do cônsul, o desejo de viver em conjunto significa também querer viver melhor. A vida cívica representaria uma associação natural ao unir populações de origens relativamente comuns a partir do ideal ciceroniano. (NICOLET, 1989, p, 26.) Assim, o erudito romano mobiliza conceitos como “república”, “pátria” e “tirania” para atacar inimigos estrangeiros, como por exemplo os políticos de Cartago, ao recuperar as Guerras Púnicas de Cípião, personagem presente em sua obra *De Re publica*, ou ainda os inimigos internos que desejavam acabar com a liberdade da República romana.

Conceitos como estes encaixavam-se perfeitamente nas obras dos repúblicos da Restauração de Portugal de 1640, com o objetivo de denunciar os lusitanos que não apoiaram a causa, ou ainda o governo castelhano que teria praticado tirania com a comunidade política portuguesa durante os sessenta anos de domínio filipino. As argumentações do cônsul serviam como base de estratégias de convencimento político das obras escritas no contexto de apoio ao movimento ocorrido em dezembro de 1640 e a sua sucessiva guerra.

As bases da filosofia católica temporalmente mais próxima dos lusitanos atuantes na Restauração, como os agentes do Neotomismo, também possuíam as obras de Cícero como fonte dos seus fundamentos argumentativos. Juan de Mariana, figura central nos debates filosóficos dos séculos XVI e XVII e uma das principais cabeças responsáveis pela retomada e fortalecimento do pensamento de Tomás de Aquino escreve a obra *De rege et regis institutione*. Em seus escritos, o padre jesuíta não apenas reafirma o dever público de matar o tirano, mas caracteriza a sua noção de comunidade, bastante próxima do apresentado pelo cônsul romano. Juan de Mariana foi essencial na elaboração argumentativa dos repúblicos da Restauração. (COSTA, 2020, p, 119.)

Dios, como creador y padre del género humano juzgó que nada era mas conveniente a la naturaleza humana que el amor y la amistad mutua. Y que nada podia suscitar mejor este amor reciproco que la

convivência de uma multitud de hombres en un mismo lugar bajo unas mismas leyes. Así, dio a los hombres, para que se unieran entre si, el don de la palabra y del consejo reciproco, que estimulan el amor. (MARIANA, 1981, p, 20.)¹

Mariana continua sua caracterização de comunidade política através da valorização da unidade entre os homens, nascendo as repúblicas através da própria fragilidade humana e da necessidade de associação.

Nacieron así de nuestra própia debilidadl a sociedade entre los hombres, los sentimientos de humanidade y las mas santas leyes, bienes divinos con las cuales hemos hecho la vida mas bella y mas segura. Todo el ser del hombre depende principalmente de haber nacido frágil y desnudo, es decir, de haber precisado de la protección de los demas para defenderse y de su ayuda para cubrir sus necesidades. (MARIANA, 1961, p, 25.)²

Essa necessidade de associação exposta por Mariana é bastante presente na obra *De Legibus*, de Cícero. Ela já aparecia no Livro I da obra supracitada. Para o cônsul romano, a existência da comunidade política é condicionada à formação do conjunto de leis que têm como fim o bem comum e o fortalecimento da república.

Marcus: Sequitur igitur, ad participandum alium cum alio communicandumque inter omnes ius nos natura esse factos; atque hoc in omni hac disputatione sic intellegi volo, cum dicam natura esse <ius>; tantam autem esse corruptelam malae consuetudinis, ut ab ea tamquam igniculi exstinguantur a natura dati, exorianturque et confirmentur vitia contraria. (CÍCERO, 2021, 1- 33)³

João Pinto Ribeiro, um dos repúblicos de primeira importância da Restauração de Portugal também utiliza as obras de Cícero para desenvolver sua argumentação política em favor da destituição do governo castelhano e a aclamação de d. João IV. O letrado foi agente do duque de Bragança antes do movimento e pouco tempo após a defenestração de Miguel de Vasconcelos chega ao cargo de Desembargador do Paço,

¹“Deus, como criador e pai do gênero humano julgou que nada era mais conveniente à natureza humana que o amor e a amizade mutua. E que nada poderia suscitar esse amor recíproco que a convivência de uma multidão de homens em um mesmo lugar sobre as mesmas leis. Assim, deu aos homens para que se unissem entre si, o dom da palavra e do conselho recíproco, que estimulam o amor.” Tradução livre.

²“Nasceram assim de nossa debilidade a sociedade entre os homens, os sentimentos de humanidade e as mais santas leis, bens divinos com os quais temos feito a vida mais bela e mais segura. Todo o ser do homem depende principalmente de ter nascido frágil e desnudo, é dizer, de ter precisado da proteção dos demais para defender-se e de sua ajuda para cobrir suas necessidades.” Tradução livre.

³“Marco: Segue-se, portanto, que fomos criados pela natureza para interagir uns com os outros e ter em comum entre todos o direito; e isto é o que quero que, em toda essa discussão, se entenda quando digo que o direito é natural; porém, é tão grande a corrupção originada do mau comportamento, que é como se as centelhas dadas pela natureza fossem extintas e os vícios opostos trazidos à tona e reforçados.” Tradução: CÍCERO, Marco Tulio. *De Legibus*. LACERDA, Bruno Amaro et MIOTTI, Charlene Martins. Tradução e comentários. Juiz de Fora: UFJF, 2021, p, 28.

uma das posições de maior relevância do reino de Portugal durante o século XVII. (TORRALBA, 1982, p, 299.) Em suas argumentações, João Pinto Ribeiro utiliza a ideia de “pátria” como mecanismo de persuasão para que os portugueses se mantenham fiéis ao reino de Portugal. As passagens utilizando o sentimento de pertencimento a Portugal como forma de estímulo à defesa da Restauração ocorrem em várias de suas obras. (COSTA, 2020.)

Fica evidente a retomada da estratégia de argumentação da valorização da pátria presente em Cícero. Salienta-se, por exemplo, o Livro I da sua obra *De re pública*. Neste livro de Cícero, são numerosas as referências ao dever cívico de “morrer pela pátria” para evitar que a comunidade política perca a liberdade para um governo de tipo tirânico.

His rationibus tam certis tamque illustribus ab iis qui contra disputant primum labores qui sint in republica defendenda sustinendi, leue sane impedimentum uigilanti et industrio neque solum in tantis rebus sed etiam in mediocribus uel studis uel officiis uel uero etiam negotiis contemnendum. Adiunguntur pericula uitae turpisque ab his formido mortis fortibus uiris opponitur, quibus magis id miserum uideri solet, natura se consumi et senectute, quam sibi dari tempus ut possint eam uitam, quae tamen esset reddenda naturae, pro pátria potissimum reddere. (CÍCERO, 2012, III - 4)⁴

Cícero complementa que todo cidadão e membro da comunidade política possui um compromisso civil de contrapartida. Conforme o cônsul romano, a pátria não cria e gera os seus membros para que eles fiquem rendidos ao ócio. Em troca da proteção e da própria vida em comunidade, Cícero afirma ser necessário que o bom cidadão sirva à sua comunidade política com as suas melhores qualidades. O erudito romano pontua a necessidade dos “animi”, “ingenii” e “consilii” dos membros da comunidade política.

Neque enim hac nos patria lege genuit aut educauit, ut nulla quase alimenta exspectaret a nobis ac tantummodo nostris ipsa commodis seruiens tutum per fugium otio nostro suppeditaret et tranquillum ad quietem locum, sed ut pluri et máximas nostri animi ingenii consilii partes ipsa sibi ad utilitatem suam pigneraretur, tantumque nobis in

⁴“A estas razões tão certas e tão ilustres são opostos por aqueles que disputam o contrário, primeiramente, os labores suportados pelos que defendem a república. Sem dúvida, um impedimento leve para aquele o vigilante e industrioso e uma dificuldade desprezível não só e coisas grandes ou nas mediocres ou nos esforços ou nos deveres. Agregam-se os perigos às vidas dos varões fortes, que se opõem ao torpe medo da morte, aos quais costuma parecer mais mísero ser consumido pela natureza e pela senilidade do que oferecer seu tempo para poder entregar à pátria aquela vida que, de todo modo, deveria ser devolvida à natureza.” Tradução: BERNARDO, Isadora Previde. O de re publica de Cicero: natureza, política e história. Dissertação de mestrado em filosofia, USP. São Paulo, 2012, p 61-62.

nostrum priuatum usum quantum ipse superesse posset remitteret.
(CÍCERO, 2012, IV - 8)⁵

João Pinto Ribeiro em sua obra *Lustre ao desembargo do Paço e as eleições, perdões e pertenças de sua jurisdição* (1644) afirma a importância de se proteger a pátria com as obras dos lusitanos e zelo ao bem comum. A premissa do repúblico se centra em valorizar a pátria lusitana e exortar aos portugueses a defendê-la contra a tirania castelhana que desejava se impor contra o novo governo de Portugal restaurado. João Pinto Ribeiro utiliza como ferramenta de persuasão princípios éticos de pertencimento e identidade à comunidade política de Portugal. Foi bastante comum durante a publicística da Restauração o apelo aos valores identitários lusitanos contra a ameaça “estrangeira” e castelhana presente nas frentes de batalha.

Nestas graves palavras acham grande ocasião de se mostrarem tais aqueles que se desvelarem pelo bem, e melhoria de sua pátria: ou porque na verdade o são, e com suas obras o fazem certo: ou porque com zelo e cuidado, que nela mostram, se querem inculcar por tais, e merecer o título de honra e de nobreza, que o amor da pátria dignamente lhes granjeia. No bem, e aumento do reino em que nasci, dei bastante testemunho de quanto em mim obrava tão certo e verdadeiro conselho: obrando de maneira que não fui a menor parte em lhe dar por rei ao sereníssimo D. João IV para que com este tornesse minha pátria a aquele grão de glória, e de estimação que no mundo tinha, debaixo do governo dos reis naturais, que é o maior aumento que ela podia desejar e solicitar. (RIBEIRO, 1729, fol, 19.)

Outro repúblico que escreveu em defesa da Restauração de Portugal de 1640 utilizando as contribuições de Cícero foi Diogo Gomes Carneiro. Como já apresentado por alguns historiadores, este agente escreve em defesa da pátria portuguesa e do novo governo de Portugal restaurado. Diogo Gomes Carneiro em sua *Oração apodixica aos scismáticos da pátria* (1641) objetiva criticar os portugueses que teriam ficado ao lado do governo castelhano no confronto, tendo alguns destes inclusive fugido para o reino inimigo. Outro ponto já salientado é que apesar de sua pátria ser o reino de Portugal, o repúblico nasceu no Rio de Janeiro, o que auxilia a percepção de uma série de debates sobre a condição de pertencimento dos portugueses habitantes do Brasil. (CAMENIETZKI, 2014.) Um dos principais argumentos de Carneiro seria que os portugueses, na sua concepção traidores, que optaram por defender a manutenção do

⁵ “Com efeito, a pátria não nos gerou ou educou de modo a não esperar de nós, por assim dizer, nenhum alimento e a servir às nossas comodidades, proporcionando um refúgio seguro ao nosso ócio e um lugar tranquilo para o descanso, mas ao contrário, de modo a receber como garantia, para sua própria utilidade, as múltiplas e as mais importantes partes do nosso ânimo, engenho, discernimento e a entregar ao nosso uso privado tanto quanto possa sobrar disso.” Tradução: BERNARDO, Isadora Previde. O de re publica de Cícero: natureza, política e história. Dissertação de mestrado em filosofia, USP. São Paulo, 2012, p 64-65.

poder de Filipe IV em Portugal após a Restauração teriam pensado apenas em seu próprio benefício privado e não no bem comum ou na manutenção da liberdade da pátria.

Assim como o cônsul romano, Diogo Gomes Carneiro compreende que faz parte de um compromisso civil defender a pátria com a própria vida se for preciso. Em um eloquente discurso, ele não apenas denuncia os “cismáticos” lusitanos, mas aponta que faz parte da conservação das repúblicas que seus membros defendam as suas respectivas comunidades de todas as formas que puderem sem medir os seus sacrifícios. Para além do tom enfático, Carneiro demarca um compromisso ético com a sua pátria e com os seus “concidadãos.”

Na primeira página de sua obra, Diogo Gomes Carneiro além de pontuar sua origem como “natural do Rio de Janeiro” apresenta outro aspecto que salta aos olhos, é citado um trecho do Livro III da obra *De Finibus* de Cícero que logo expõe o tom político da *Oração* pelo repúblico. Eis a passagem apresentada: "Nec magis vituperandus est proditor patriae, quam communis salutis aut utilitatis desertor"⁶ A mensagem já aponta a intenção de vituperar aqueles que rompem com o bem comum e traem o compromisso cívico com a comunidade política ao abandonar a pátria. Logo no início do opúsculo é possível identificar a crítica aos portugueses “soberbos” preocupados apenas com a “comodidade própria”. Diogo Gomes Carneiro apela a adjetivos fortes para diferenciar os fiéis lusitanos dos “covardes e desleais” pelo posicionamento referente a Portugal restaurado.

Por quem perder a força dos impulsos, a razão, a inteligência de seu primeiro móvel, cobrando brios para o mover, principalmente nas causas comuns da república, os abortos da ignorância, a soberba, o temor, a inveja, a cobiça, infames progenitores da traição, tão torpes e horríveis à vista humana, que não se atrevem a aparecer senão disfarçados com as vestes e caras da lealdade, valor e obediência, ilustres defensores da pátria e bem comum. Com evidente demonstração ensinou a experienciar dos sucessos passados deste reino em outros semelhantes movimentos, a realidade dos influxos e virtudes de alguns de seus orbes, e planetas, parecendo a princípio, quando os via fazer seu curso com tendência a Castela que era para se juntar com algum astro benigno que os ajudasse a influir favoráveis efeitos nessa pátria, e colheu perdas, danos e abatimentos. (...) E assim colégio da irregularidade dos movimentos e do dano dos efeitos, que os não movia o zelo da pátria, senão a comodidade própria, não a fidelidade senão a soberba. Sejamos logo licito na presente ocasião, oh leais e valorosos lusitanos demonstra-nos com evidência e justa detenção as infames causas e os torpes motivos, donde só pode nascer

⁶"Não é mais digno de censura o traidor da pátria do que o desertor do bem ou da utilidade comum." Tradução livre.

a traição e perfídia dos covardes desleais, injustamente chamados portugueses. Entregue-os em juízos o amor da pátria e dispa-lhe o disfarce à verdade. Condene-os o eterno vitupério o zelo e a concórdia. (CARNEIRO, 1641, fol, 1- 2.)

O repúblico em questão apresenta que a deslealdade à pátria fere não apenas o orgulho lusitano, mas também o bem comum dos portugueses. Como afirma Diogo Gomes Carneiro, a pátria viraria um “corpo monstruoso”, ou ainda, “uma república de peixes”, não existindo leis e nem regras civis para a manutenção da comunidade política portuguesa. Diogo Gomes Carneiro critica, dessa forma, aqueles que compreendem que o bem-estar privado deve prevalecer ao compromisso civil republicano. Isso abriria caminho a traições e ao risco de tirania.

Que desordenada é a eleição da vontade que sente o desperdice de modo de viver bárbaro, de uma república sem rei e sem governo, onde a liberdade desembaraçadamente as rédeas às desordens, às violências e injustiças. Confunde-se, envergonhe-se o vassalo desleal a vista da causa de que se lhe origina seu tormento. Por ventura queria este tal canonizar por alentos de política, conservar-se sua pátria feita em corpo monstruoso, uma república de peixes, onde os maiores comam os pequenos, com tanta opressão que até as vozes das queixas lhe impediam sem temor de justiça que os refreasse, nem respeito de príncipe que os compusesse? Por ventura quer este tal que não seja desatino aprovar seu juízo por boa razão de Estado em que estava sua pátria com governo de príncipes tão estranhos como retirados, tão murcha seus brios, tão seca suas riquezas, tão descaída sua honra, tão corrupta nos costumes? (CARNEIRO, 1641, fol, 12.)

Por fim, ao dissertar sobre a pátria lusitana fundamentado nas ideias de Cícero, Diogo Gomes Carneiro identifica dois tipos de agentes de sua comunidade política, o português leal e virtuoso, capaz de morrer pela pátria para manter a liberdade comunitária e conservar o bem comum e aquele pérfido e desleal que sobrepôs os interesses privados aos coletivos, os “cismáticos” e traidores da pátria. Para o repúblico, ao abandonarem seu compromisso civil com os demais lusitanos, os traidores perdem o direito de pertencer à comunidade política. Assim, é importante ressaltar que para além de elementos discursivos, as referências ciceronianas dos repúblicos que buscavam apoiar a Restauração de Portugal reafirmavam também um compromisso ético de preservação do bem comum.

A presença das ideias de Cícero nas argumentações dos repúblicos em defesa da Restauração de Portugal passa não apenas pela promoção da pátria, de um compromisso civil e da conservação de um ideal de república e bem comum, mas também pela primazia das leis e do direito. O ofício das letras, durante o século XVII, ganha bastante força em Portugal. Isso ocasionaria tensões e disputas políticas entre os próprios

partidários de Portugal restaurado. Essa tendência já poderia ser observada antes mesmo da Restauração. Uma curiosa consulta da câmara de Lisboa datada de 14 de outubro de 1624 apontou como uma das causas da falta de alimentos no reino de Portugal o desejo de lavradores mandarem seus filhos aprenderem os ofícios das letras, o que teria deixado os campos lusitanos sem homens o suficiente para cultivar o solo. “A causa desta falta se entende que é haver no mesmo reino muitos estudos, colégios e seminários, donde os lavradores e cultivadores – que é um dos nervos da república – mandam seus filhos aprender letras porque acham ser mais fácil e honrado o remédio por elas.” (OLIVEIRA, 1887, p, 121.)

Conforme Cícero, no Livro III de sua obra *De Legibus*, o uso das letras e a existência de magistrados consistiam em um fator estruturante para a conservação do bem comum de uma comunidade. Em Portugal, assim como em boa parte do restante da Europa, diversos eruditos escreveram sobre a polêmica das letras e das armas, um *topos* do discurso que se propagou com força durante os séculos da Época Moderna como forma de recuperar os escritos do cônsul romano. No Livro I de *De Officiis* Cícero é claro ao optar pela preponderância das letras sobre as armas.

Illud autem optimum est, in quod inuadi solere ab improbis et inuidis áudio: ‘cedant arma togae, concedat láurea laudi.’ Ut enim alios omitam, nobis rem publicam gubernantibus, nonne togae arma cessere? Neque enim in re publica periculum fuit grauius unquam, nec majus otium. Ita consiliis diligentiaque nostra celeriter de manibus audacissimorum ciuium delapsa arma ipsa ceciderunt. Quae res igitur gesta unquam in bello tanta? Qui triumphus confederunt? (CÍCERO, 1948, XXII - 4.)⁷

Muito mais do que um lugar comum do discurso, a polêmica das letras e das armas ganhou contornos políticos ao longo do tempo. Figuras como João das Regras nas crônicas de Fernão Lopes davam o tom de muitos momentos políticos decisivos para os rumos do governo do reino de Portugal. No caso, a opção pelas letras representava um agir político da comunidade lusitana atrelado a um ideal ciceroniano de participação e compromisso civil. (REBELO, 1982, p, 198.) Essa tradição se manteve forte nos escritos dos repúblicos da Restauração de Portugal. João Pinto Ribeiro, letrado por formação, escreveu a obra *Preferência das letras às armas* em 1645. Ao se

⁷“Sentença ótima é aquela contra a qual ouço que costumam protestar os malvados e invejosos: ‘cedam as armas à toga e a glória militar à virtude.’ Para não me referir a outros feitos, não é verdade que estando nós no governo as armas cederam à toga? E certamente não tive um perigo mais grave na república nem uma maior tranquilidade. Assim foi como, por nossas decisões e gestões, rapidamente caíram as armas mesmas, escapadas das mãos dos mais atrevidos cidadãos. Que razão tão grande tive alguma vez na guerra? Que triunfo poderá comparar-se?” Tradução livre do espanhol: Cícero, Marco Túlio. *De Officiis*. In: MORÁN, Baldomero Estrada. *De los Deberes*. Universidade autónoma do México, 1948, p, 81.

posicionar na polêmica, o letrado recupera a posição de Cícero entre as duas forças para criticar o governo de d. João IV que tanto havia apoiado nos anos anteriores.

A crítica de João Pinto Ribeiro se centra na mudança do eixo político de Portugal restaurado. Ele afirma que ilustres políticos letrados que tanto haviam escrito e trabalhado pela Restauração de Portugal e pelo seu respectivo governo estavam sendo substituídos por militares. A mudança da direção política em Portugal empreendida por d. João IV nesse momento é bastante complexa, haja vista que o reino estava em uma constante e difícil guerra contra Castela. O próprio João Pinto Ribeiro que fora há poucos anos de então desembargador do paço passara a amargar o posto de Guarda-mor da Torre do Tombo. (COSTA, 2020, p, 293-294.) É nessa obra que o repúblico despeja sua insatisfação contra os militares de Portugal, entendidos como soberbos por ousarem a se colocar como superiores aos “professores” da república.

Desta condição dos poderosos nasceu aos militares, quererem-se melhorar dos professores das ciências; na estima, e na reputação. Pretendem fiados, ou em seu poder, ou em sua presunção a preferência, e honra, que se lhes não deve. A esta conta altercaram, e puseram em dúvida, se dava aos homens mais honra, e glória a profissão das Armas, se a das letras? (RIBEIRO, 1730, fol, 169.)

Ao desenvolver seu argumento sobre a preferência das letras sobre as armas João Pinto Ribeiro ainda cita o próprio Cícero, como argumento de autoridade para reforçar a sua oposição aos novos ocupantes dos principais cargos políticos de Portugal restaurado.

A ciência, que ensina, ou é teórica, ou especulativa, ou contemplativa. Está no voto de Cícero manifesta a verdade em toda coisa, a que se aplica. Tal é a metafísica para com as coisas divinas, a matemática para com as celestes, a física para com as naturais. A prática, e operativa manifesta a verdade em toda a operação. (...) Assim conforme Aristóteles, as ciências contemplativas contém a verdade, as práticas operam fim, e nestas entra a jurisprudência, a qual sem dúvida se deve propor, e preferir à arte militar. Porém quer este autor que as letras não são as virtudes, que elas ensinam, e suas operações, mas artes, e disciplinas, que ensinam essas virtudes, e operações, e nesta diferença põem a preferência das armas às letras. (RIBEIRO, 1730, fol, 170.)

O prestígio dos magistrados em Cícero, recuperado pelo repúblico ao vituperar a participação dos militares no governo de Portugal restaurado através do afastamento da sua categoria profissional, teve importância no Livro III da obra *De Officiis*, como já observado quando o erudito opta pela primazia das leis sobre as armas. Mas é na obra *De Legibus* escrita pelo cônsul que ele se posiciona em relação à importância dos

letrados para a conservação da comunidade política. É a partir da prudência e da diligência dos profissionais das leis que as populações tem sua condição de cidadania assegurada dentro das instituições republicanas. Em uma determinada fala de Marcus no início do Livro III, Cícero afirma sobre os magistrados: “Videtis igitur magistratus hanc esse vim, ut praesit praescribatque recta et utilia et coniuncta cum legibus. Ut enim magistratibus leges, ita populo praesunt magistratus; vereque dici potest, magistratum legem esse loquentem, legem autem mutum magistratum.” (CÍCERO, 2021, III – 2)⁸ E então ele conclui sua fala sobre a importância dos letrados para o funcionamento da república:

Magistratibus igitur opus est, sine quorum prudentia ac diligentia esse civitas non potest, quorumque descriptione omnis rei publicae moderatio continetur. Neque solum eis praescribendus est imperandi sed etiam civibus obtemperandi modus; nam et qui bene imperat, paruerit aliquando necesse est, et qui modeste paret, videtur qui aliquando imperet dignus esse. (CÍCERO, 2021, III – 5.)⁹

O conceito de tirania é um elemento bastante comum presente nas obras dos repúblicos de Portugal restaurado recuperado dos escritos ciceronianos para defender o novo governo lusitano de d. João IV. A perspectiva tirânica apresentada pela publicística da Restauração de Portugal funcionava como um mecanismo de acusação aos reis da dinastia Habsburgo que haviam governado Portugal entre os anos de 1580 e 1640. A noção de tirania apresentada pelos repúblicos não era novidade em Portugal, haja vista que desde os levantes antifiscais no Alentejo e no Algarve (OLIVEIRA, 1984, p, 8.) o termo já era bastante utilizado para desferir contundentes críticas a Filipe IV. Isso pode ser claramente observado nos papéis produzidos durante o Levante de Évora em 1637, esses escritos eram geralmente assinados pela figura do Manuelinho, a quem Francisco Manuel de Melo apontou como o “doido e dizidor aceitíssimo ao povo.” (MELO, 1660, p, 40.) Tratava-se de uma estratégia para dissimular os verdadeiros líderes do movimento e colocar como suposto cabeça do levante uma figura popular da cidade a quem todos conheciam pois “usava fazer prática pelas ruas ao vulgo.” (Idem)

⁸“Vedes, portanto, ser essa a força do magistrado, de modo que dirija e prescreva as coisas corretas e úteis em conformidade com as leis. Com efeito, como as leis (dirigem) os magistrados, assim os magistrados dirigem o povo; e se pode realmente dizer que o magistrado é a lei que fala e, por outro lado, que a lei é o magistrado mudo.” Tradução: CÍCERO, Marco Tulio. De Legibus. LACERDA, Bruno Amaro et MIOTTI, Charlene Martins. Tradução e comentários. Juiz de Fora: UFJF, 2021, p, 75.

⁹“É fundamental, portanto, que existam magistrados sem cuja prudência e diligência a cidade não pode subsistir e de cuja organização depende todo o governo da república. Não somente lhes deve ser prescrita uma forma de comandar, mas também uma de obedecer aos cidadãos, e, de fato, é necessário que aquele que governa bem tenha acatado algum dia e quem acata humildemente parece ser digno de algum dia comandar.” Tradução: CÍCERO, Marco Tulio. De Legibus. LACERDA, Bruno Amaro et MIOTTI, Charlene Martins. Tradução e comentários. Juiz de Fora: UFJF, 2021, p, 76.

Em um dos papéis assinado supostamente por “Manuelinho”, o texto ao apontar a natureza dos atos tirânicos em Portugal e, em especial, o aumento dos impostos na cidade de Évora, evidencia a referência ao ideal tirânico ciceroniano. Compara-se as ações do governo filipino com as de Lucius Sergius Catilina, a quem Cícero ofereceu quatro discursos acusatórios, as *Catilinárias* ou *Orationes In Catilinam*. A partir do papel que circulou na cidade de Évora é possível observar que o governo é acusado de empobrecer os portugueses com o grande aumento da cobrança das taxas no local.

Nós os meninos e rapazes, ministros da divina justiça com particular providência de Deus nosso Senhor, e com alçada sobre os traidores e perjuros à pátria, executores dos tributos de um Rei tirano, e com poder de executarmos castigos já decretados no tribunal da divina justiça, com autoridade quase divina a nós concedida, etc. – Fazemos saber que levados nós do cristianíssimo zelo da honra de Deus, amor da pátria, fome de nossos irmãos, pobreza de nossos pais, necessidade de nossas órfãs pelo perigo, a que também estão expostas pelas presentes tiranias, finalmente da grande pobreza, de que a nós se queixa todo o estado de gente: desejando nós pela obrigação de nosso ofício buscar meio para se atalharem traições e roubos tão públicos, e escandalosos, ainda à custa dos próprios bárbaros que não conhecem que coisa é Deus: e como executores da divina justiça: Mandamos a toda a pessoa, assim seculares, como frades e clérigos, e aos padres da Companhia de Jesus, estejam presentes com suas orações e pessoas para nos acudir a executar a sentença, que ora se despachou no tribunal da divina justiça, para que morra todo o que for traidor à pátria, e quiser executar tributos do Rei tirano, ou que der para isso indústria alguma e para que com o exemplar castigo de seus vergonhosos feitos não se renovem outros novos Catilinas e Marcos Antônio, para que não venham estes tais a ser queimados por traidores, como foi o que queimaram este presente ano por judeu; do que se seguirá verem os portugueses a acabar de perder seu valor, e serem infiéis a Deus, e a sua pátria, e a seu Rei, sendo cristão; e ficarão prevalecendo contra nós os tiranos, que cada dia crescem, e as fomes que há tanto tempo padecemos, sujeitos à servidão de um tão tirano Faraó, que parece nos quer vender até a própria lei que temos; não entendendo que há- de pôr Deus seus olhos de misericórdia nas lágrimas de um povo, que sempre foi exemplo de cristandade, como é a nossa ilustre cidade de Évora. – Dada aos 22 de Agosto de 1637 – E eu Manuelinho Secretário o escrevi. (ANÔNIMO, 1637, s/p.)

A concepção de tirania de Cícero presente nos movimentos políticos lusitanos desde antes da Restauração estava ligada a uma lógica de ruptura com a noção de bem comum pela corrupção da monarquia, considerada pelo cônsul, o melhor modelo puro de governo de uma república. O modelo tirânico, por consequência, foi considerado o pior dos governos corrompidos e viciosos. Essa classificação é presente ao fim do Livro I da obra *De Re Publica* através de uma fala de Cipião:

Sed huius regiae prima et certissima est illa mutatio: cum rex iniustus esse coepit, perit illud ilico genus, et est idem ille tyrannus, deterrimum genus et finitimum optimo, quem si optimates oppresserunt, quod ferme euenit, habet statum res publica de tribus secundarium; est enim quae regium, id est patrium consilium populo bene consulentium principum. Sin per se populus interfect aut eiecit tyrannum, est moderatior, quoad sentit et sapit, et sua re gesta laetatur tuerique uult per se constitutam rem publicam. (CÍCERO, 2012, I – XLII, 65)¹⁰

Como já expresseo na fala de Cipião, a comunidade política é vista como “moderada” caso esteja disposta a acabar com o governo do tirano, seja o expulsando ou ainda o matando. A morte do tirano é vista como um serviço público à pátria e ao bem comum, como claramente exposto pelo cônsul no Livro III de *De Officiis*. O tirano deve ser apartado da comunidade política para a conservação de seus membros, Cícero afirma que o governante tirânico deve ser desterrado, porque inflige danos às demais partes do corpo da república. É a partir dessa tradição de rejeição ao tirano bastante presente na filosofia helênica, em especial na *Política* de Aristóteles, mas também na *República* de Platão e retomada pelo cônsul, que os repúblicos da Restauração e ainda agentes de manifestações anteriores ao próprio movimento em questão vão enquadrar o governo filipino sobre Portugal como exemplo de tirania.

Nam quod ad Phalariam attinet, perfacile iudicium est. Nulla enim nobis societas cum tyrannis, sed potius summa distractio est: neque est contra naturam, spoliarem eum si possis, quem honestum est necare arque hoc omne genus pestiferum atque impium ex hominum communitate exterminandum est. Et enim, ut membra quaedam amputantur, si et ipsa sanguine, et tanquam spiritu, carere coeperunt, et nocent reliquis partibus corporis; sic ista, in figura homines, feritas et immanitas belluae a communi tanquam humanitate corporis segreganda est. (CÍCERO, 1948, III – VI, 6)¹¹

¹⁰“Mas neste governo régio a primeira mudança e a mais provável é esta: assim que o rei começa a ser injusto, imediatamente perece este gênero, e o rei fica idêntico a um tirano - o pior gênero e ao mesmo tempo – o mais próximo do ótimo. Se os optimates o derrubam, como acontece quase sempre, a república tem o segundo Estado dos três; com efeito surge, por assim dizer, um conselho régio, ou seja, paternal, dos principais concidadãos que cuidam bem do povo. Mas se o povo por si mesmo mata ou expulsa o tirano, é bastante moderado enquanto tem percepção e discernimento e se alegra de seu feito e quer proteger a república constituída.” Tradução: BERNARDO, Isadora Previde. O de re publica de Cicero: natureza, política e história. Dissertação de mestrado em filosofia, USP. São Paulo, 2012, p. 114 – 115.

¹¹“Porque a faz Falaris, o juízo é muito fácil; porque nenhum vínculo teremos com os tiranos, se não mas um muito grande apartamento; nem tampouco é contra a natureza despojar, si podes, a aquele a quem é honesto matar. Mas ainda, deve desterrar-se da humana sociedade toda essa raça perniciosa e malvada. E, em efeito, assim como são amputados alguns membros se tem começado a carecer de sangue e como de vida e danam às demais partes do corpo, assim também deve segregar-se esta crueldade e monstruosidade própria da besta, sobre a figura de homem, do que é como corpo comum da humanidade. Tradução livre do espanhol: Cícero, Marco Túlio. *De Officiis*. In: MORÁN, Baldomero Estrada. *De los Deberes*. Universidade autónoma do México, 1948, p. 227.

Quando essas referências greco-latinas são recuperadas um conceito ligado ao agir político no século XVII ganha bastante notabilidade, inclusive no reino de Portugal: o tiranicídio. O ato de matar o tirano é compreendido como um tipo de serviço público para a manutenção do bem comum, que durante o tempo da Restauração foi relembrado não apenas pelas referências da Antiguidade Clássica, apesar da sua origem, mas também pelos textos de Tomás de Aquino. Em seus *Escritos Políticos*, ele afirma que o governo dos tiranos não pode durar muito, pois suas práticas são tão odiosas que alguém se insurgiria contra os déspotas de alguma forma, cedo ou tarde. Esse agente, por sua vez, contaria com os favores e auxílio da multidão para a prática de matar o mau governante.

Entretanto, o domínio dos tiranos não pode ser de longa duração, porque é odioso à multidão. Não pode, em verdade conservar-se por muito tempo o que repugna aos desejos de muitos. Raro passa alguém a vida presente sem ter que sofrer alguma adversidade. Não pode porém, no tempo adverso, faltar ocasião de se insurgir contra o tirano; e, advinda a ocasião, não faltará entre muitos, pelo menos um que não se aproveite dela. Ora, o povo acompanha simpaticamente o insurreto; nem facilmente carecerá de resultado o que se realiza com o favor da multidão. Destarte, dificilmente pode acontecer o alongar-se o domínio do tirano. (AQUINO, 1997, p, 154.)

Em seu *De rege et regis institutione* Juan de Mariana exorta aos membros da comunidade política a praticarem o tiranicídio. É aparente, na obra de Mariana, a presença dos argumentos tanto de Cícero quanto de Tomás de Aquino. Mariana desempenhou uma importante influência nos repúblicos da Restauração de Portugal, em especial, trazendo para o debate político no século XVII diversas ideias dos escritores acima apontados ao incentivar a morte do tirano como um agir político virtuoso para a manutenção da república. Ele afirma enfática e categoricamente: “Quando dejados a un lado los sentimientos de humanidad se conviertan los reyes en tiranos, debemos, como si fuessem fieras dirigir contra ellos nuestros dardos.” (MARIANA, 1981, p, 46.)¹²

É dentro dessa perspectiva que Francisco Velasco de Gouveia escreveu a *Justa Aclamação do Sereníssimo rei de Portugal D. João o IV* no ano de 1644. Sua obra, dividida em partes, tem o objetivo de reforçar a legitimidade de d. João IV e sua linhagem através de Catarina de Bragança, avó do monarca que ilegitimamente não teria sido rainha de Portugal devido à invasão e à tirania dos reis castelhanos. Gouveia utiliza em sua obra uma série de argumentos para salientar a legitimidade do novo governo de Portugal restaurado. Para ele, o governo de Filipe II teria se apoderado de

¹²“Quando deixados de lado os sentimentos de humanidade se convertam os reis em tiranos, devemos, como se fossem feras dirigir contra eles nossos dardos.” Tradução livre.

Portugal pelas armas e não pelo desejo da comunidade política lusitana. Outro ponto de importância na obra seria o fato de Filipe II não ser natural de Portugal, ou seja, não ser português. Esse princípio se fundamenta nas atas das Cortes de Lamego, episódio apócrifo, recuperado pelo Frei Antônio Brandão na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, onde teriam sido firmadas as primeiras leis do reino lusitano, ainda no governo de Afonso Henriques.

Francisco Velasco de Gouveia compreende que o rei é aquele que tem obrigação de proteger os foros, usos e costumes da comunidade política. A legitimidade do monarca teria origem no pacto de sujeição, em que os três Estados do reino, eclesiástico, nobre e popular deveriam transferir ao governante seu poder para que ele mantivesse o bem comum do reino. Essa premissa ganhava força no século XVII com diversos eruditos tributários de Tomás de Aquino e de Cícero. (CALAFATE, 2012, p, 153.) Caso o governante quebrasse o acordo tácito feito com a sociedade, ele se transformaria em um tirano.

Ainda que os reinos transferissem nos reis todo seu poder e império para os governar, foi embaixo de uma tácita condição de os regerem e mandarem com justiça e sem tirania. E tanto que no modo de governar, usarem delas podem os povos priva-los dos reinos, em sua legítima e natural defensão; e nunca nestes casos foram vistos obrigar-se, nem o vínculo do juramento estender-se a eles. (GOUVEIA, 1846, p, 18 – 19)

A tirania é caracterizada por Velasco de Gouveia de dois modos, ou a partir daquele governante que toma o poder na república pelas armas, sem o consentimento tácito da população, ou por aquele que após ter recebido o poder pelos Estados da comunidade não governa visando a manutenção do bem comum e nem dos foros, usos e costumes do reino. Velasco de Gouveia caracteriza o reinado de Filipe IV da seguinte maneira:

Por quanto o modo que el-rei católico Felipe IV, depois que sucedeu governou este reino, era ordenado as suas comodidades, e utilidades e não ao bem comum; e se compunha quase de todos os modos, que os doutores apontam, para o rei ser indigno de reinar. Porque não guardava ao reino seus foros, liberdades e privilégios; antes se lhe quebraram por atos multiplicados. Não acudia à defensão e recuperação de suas conquistas, que eram tomadas pelos inimigos da coroa de Castela. Afligia e vexava os povos com tributos insuportáveis, sem serem impostos em Cortes, fazendo com força as câmaras consentir neles. Gastava as rendas comuns do mesmo reino, não somente em guerras alheias, mas também em cousas que não pertenciam ao bem comum dele. Aniquilava a nobreza, vendia por dinheiro os ofícios de justiça, e fazenda; provia neles pessoas indignas e incapazes. O estado eclesiástico, e Igrejas eram oprimidos, tirando-

se-lhes as rendas e dando-se as pessoas, que davam os arbítrios iníquos delas. E finalmente exercitava estas, e outras cousas contra o bem comum, por ministros insolentes e inimigos da pátria, dos quais se serviam sendo os piores da república. (Idem, p, 18.)

Por fim, Velasco de Gouveia aponta que os povos tiranizados pelo governante vicioso podem licitamente matar o déspota. A única restrição feita por Velasco de Gouveia se centra na natureza dessa tirania. Caso o rei seja legítimo, mas tirano no ato de governar, o repúblico acrescenta que o governante deve ser julgado, para que então seja morto. Caso o tirano tenha tomado o reino pela força das armas, é lícito que ele seja assassinado pelos povos antes mesmo de quaisquer tipos de julgamento. Cabe ressaltar ainda que Velasco de Gouveia se centra nos comentários dos “doutores” sobre a matéria, reconhecendo a prática do tiranicídio como uma ferramenta já elaborada por eruditos de tempos pretéritos. Velasco de Gouveia afirma a seguinte sentença sobre o tiranicídio: “Se confirma também a fortiori, com a matéria de outro argumento contrário; porque os mesmos doutores resolvem, que o povo pode licitamente matar ao Rei.” (Idem, p, 53.)

O cartaz de Francisco Lopes, livreiro e habitante da Rua Nova, intitulado *Glória de Portugal* datado de 1641 também expõe uma caracterização de Filipe II como tirano. Os seus versos simples, voltados para a gente comum do reino, afirmam que durante o processo de dominação do governo castelhano sobre os portugueses, Filipe II teria comprado o reino de Portugal e não herdado de forma legítima.

Quando Philipe o prudente
 Quis no nosso reino entrar,
 Determinou de o comprar,
 Não herdar diretamente;
 Mas agora é diferente,
 Porque não lho hão de vender,
 Mais que morrer, ou vencer;
 Que nunca há necessidade
 De vender a liberdade,
 Se não por ela morrer. (LOPES, 1641, S/p.)

Os versos de Francisco Lopes dizem sobre lutar pela liberdade da comunidade política, esse princípio ético e dever cívico é bastante presente nos escritos de Cícero, como já apresentado em outras obras. Salta aos olhos que os princípios ciceronianos estejam inseridos no pensamento dos repúblicos que apoiaram a Restauração de maneira transversal na sociedade portuguesa, ou seja, presente nos mais diversos escritores, desde letrados importantes para o próprio governo de Portugal restaurado, como João Pinto Ribeiro a vendedores de livros que produziam cartazes para serem colados nas principais ruas de Lisboa.

Objetivou-se com este trabalho identificar a presença dos argumentos de Cícero em várias obras dos repúblicos da Restauração de Portugal. As ideias do cônsul romano que podem ser observadas com maior destaque são as reflexões que se conectam com os conceitos de “república”, “pátria”, “tirania” e “direito civil.” A recuperação desses princípios está atrelada não apenas a lugares comuns do discurso, mas a compromissos éticos e a um ideal de bem comum que serviu de manancial para se contrapor ao poder dos Habsburgo em Portugal. Os governantes castelhanos desejavam ainda manter o controle sobre o reino de lusitano, o que ocasionou uma guerra que durou quase três décadas. Mais do que vencer pelas armas, era necessário também que os apoiadores da Restauração portuguesa de 1640 vencessem também pelas ideias. Dadas as dificuldades da guerra, era importante a existência de uma contínua política de convencimento aos portugueses para se manterem firmes nas frentes de batalha.

A utilização das ideias de Cícero percorreu, como foi visto, fronteiras sociais e geográficas na defesa da manutenção do projeto político da Restauração: letrados, livreiros, cristãos-novos e escritores que moravam nas terras do Brasil mobilizaram os conceitos trabalhados nas obras do cônsul para reafirmar o novo governo e intervir no debate público. Os textos daquele tempo aqui apresentados contribuem para repensar uma série de estereótipos da realidade portuguesa. É importante salientar a existência de debates políticos nas ruas e praças, assim como nos salões oficiais de governo, sem necessariamente ocorrer uma ruptura rígida e brutal nas referências dos argumentos desses respectivos ambientes. Assim, o objetivo deste trabalho foi expor a natureza das argumentações de certa variedade dos repúblicos da Restauração e propor um Portugal e um Brasil percebidos como ambientes de maior leitura e circulação de ideias que estimulavam agências políticas e projetos coletivos em suas estratificadas sociedades do século XVII. Tratava-se da existência de um compromisso civil, ao menos, inspirado em bases ciceronianas.

Bibliografia:

Referências bibliográficas anteriores ao século XIX

ANÔNIMO. Papel sem título. In: SERRÃO, Joel; MELO, Francisco Manuel de. *Alterações de Évora (1637)*. Portugália, 1962.

AQUINO, Tomás de. *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 – 1728.

BRANDÃO, Antônio. *Monarchia Lvsitana*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632.

CARNEIRO, Diogo Gomes. *Oração Apodixa aos Scismaticos da pátria*. Lisboa: Lourenço Anveres, 1641.

CÍCERO, Marco Tulio. *De Legibus*. LACERDA, Bruno Amaro et MIOTTI, Charlene Martins. Tradução e comentários. Juiz de Fora: UFJF, 2021

_____. *De Officiis*. In: MORÁN, Baldomero Estrada. *De los Deberes*. Universidade autónoma do México, 1948

_____. *De Re publica*. In: BERNARDO, Isadora Prévide. *O De Re Publica de Cicero: natureza, política e história*. Dissertação – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOUVEIA, Francisco Velasco de. *Justa aclamação do sereníssimo Rei de Portugal D. João o IV. Tratado analítico dividido em três partes*. Lisboa: Fenix, 1846.

LOPES, Francisco. *Glória de Portugal*. Lisboa: Manuel da Silva, 1641.

MARIANA, Juan de. *La dignidad real y la educación del rey. (De rege et regis institutione)*. Madrid: Centro de estudos constitucionales, 1981.

MELO, Francisco Manuel de. *Epanaphoras de Vária História*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1660.

RIBEIRO, João Pinto. “Lustre ao Desembargo do Paço, e as eleições, perdões, e pertenças de sua jurisdição.” In: *Obras Várias*. Coimbra: José Antunes da Silva, 1729. Vol, I.

_____. “Preferência das letras às armas.” In: *Obras Várias*. Coimbra: José Antunes da Silva, 1730. Vol, II.

Referências bibliográficas

BRAVO, Gonçalo. *Historia de la Roma Antigua*. Madri: Alianza Editorial, 1998.

BOUZA, Fernando. “Para qué imprimir. De autores, público, impressores y manuscritos en el Siglo de Oro.” *Cuadernos de Historia Moderna*, n. 18, Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense, Madrid, 1997.

CALAFATE, Pedro. *Da origem popular do poder ao direito de resistência. Doutrinas políticas no século XVII em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2012.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. História e passado na América Portuguesa: escritores, religiosos, repúblicas do Brasil no século XVII e sua fortuna histórica. In: CAROLINO,

Luís Miguel; GESTEIRA, Heloísa Meireles et MARINHO, Pedro. *Formas do Império: Ciência, tecnologia e política no Portugal e no Brasil. Séculos XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2014.

_____; SARAIVA, Daniel Magalhães Porto et SILVA, Pedro Paulo de Figueiredo. “O papel da batalha: a disputa pela vitória de Montijo na publicística do século XVII.” *Topoi*, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012.

CARDIM, Pedro. *Portugal y la Monarquia Hispânica. (1550 – 1715)*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2017.

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra de Restauração 1641 – 1668*. Lisboa: Horizonte, 2004.

COSTA, Rodrigo Franco da. *A pátria de João Pinto Ribeiro e dos demais repúblicos: uma análise da cultura política da Restauração de Portugal de 1640*. Rio de Janeiro, Multifoco, 2020.

_____. “1650: Timóteo Pimentel e a Guerra da Restauração – intervenção, comunicação e comunidade política em Portugal.” *Revista da FLUP*. Porto. IV Série. Vol. 12 nº 1. 2022.

CURTO, Diogo Ramada. *Cultura política no tempo dos Filipes*. Lisboa: Edições 70, 2011.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio*. vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jurgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere: Na Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Massachusetts: First MIT Press paperback edition, 1991.

HESPANHA, António Manuel. *Imbecilias. As bem aventuranças da inferioridade nas sociedades do Antigo Regime*. Minas Gerais: UFMG, 2008.

MARQUILHAS, Rita. *Faculdade das letras – leitura e escrita em Portugal no século XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000.

MATOS, Manuel Cadafaz de. “A presença de Cícero na obra dos pensadores portugueses nos séculos XV e XVI (1436 – 1543).” In: MEDEIROS, Walter de; PULQUERIO, Manuel. *HUMANITAS*. Vol, XLVI, 1994.

MERÊA, Paulo. *Sobre a origem do poder civil: Estudos sobre o pensamento político e jurídico dos séculos XVI e XVII*. Coimbra: Tenacitas, 2003.

NEDERMAN, Cary J. *The bonds of humanity: Cicero’s legacies in European social and political thought, ca. 1100 – ca. 1550*. Pennsylvania: University State Press, 2020.

NICOLET, Claude. O cidadão e o político. In: GIARDINA, Andrea. *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

OLIVEIRA, Antônio de. *Levantamentos populares do Algarve em 1637 – 1638. A repressão*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

_____. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino*. Lisboa: Difel, 1990.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de. *Elementos para a História do município de Lisboa*. Lisboa: Typographia Universal, 1887, v III.

QUENTAL, Antero de. *As causas da decadência dos povos peninsulares*. Lisboa: Ulmeiro, 1979.

REBELO, Luís de Sousa de. *A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa: Horizonte, 1982.

ROSPOCHER, Massimo et SALZBERG, Rosa. “An Evanescent Public Sphere Voices, Spaces, and Publics in Venice during the Italian Wars.” In: _____. *Beyond the Public Sphere: Opinions, Publics, Spaces in Early Modern Europe*. Bologna: Il mulino; Berlin: Duncker & Humblot, 2012.

SARAIVA, Daniel. “Os amigos do bem comum: o engajamento político dos “repúblicos” no Portugal do século XVII.” *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45, set./dez. 2020.

TORGAL, Luis Reis. *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1981. Vols I e II.

VALLADARES, Rafael. *A conquista de Lisboa: Violência militar e comunidade política em Portugal, 1578 – 1583*. Lisboa: Texto editores, 2010.

VARVARO, Alberto. *Prima Lezione di Filologia*. Roma: Laterza, 2012.

VIVO, Filippo de. *Information and Communication in Venice Rethinking Early Modern Politics*. Oxford university press, 2007.

WARD, John. “The Medieval and Early Renaissance Study of Cicero’s *De inventione* and the *Rhetorica ad Herennium*: Commentaries and Contexts.” In: COX, Virginia;

WARD, John. O. *The Rhetoric of Cicero in Its Medieval and Early Renaissance Commentary Tradition*. LEIDEN: Brill, 2006.

Artigo recebido em 02/08/2023

Aceito para publicação em 22/10/2023

EM BUSCA DA LINGUAGEM UNIVERSAL: Os Livros de Emblemas dos Séculos XVI e XVII

IN SEARCH OF THE UNIVERSAL LANGUAGE: The Emblem Books of the 16th and 17th Centuries

Brenda Yasmin DEGGER¹

Resumo: Nos séculos XVI e XVII, livros de emblemas foram um tipo de publicação de considerável circulação no Velho Continente. Escritos, publicados, reeditados e traduzidos nos grandes centros de publicação, os livros de emblemas tinham usos pedagógicos e recreacionais, além de servirem como manuais para artesãos e artistas. O presente artigo aborda as principais características dessas obras, seu contexto de produção, as fontes de inspiração mobilizadas pelos seus autores e as discussões acadêmicas em torno dos emblemas. Especial atenção é dada aos livros considerados fundadores do gênero, o *Emblematum Liber* (1531) de Andrea Alciati e a *Iconologia* (1593) de Cesare Ripa. Assim, explora-se ao longo do texto as potencialidades de estudos apoiados em livros de emblemas para a melhor compreensão de imagens produzidas no Renascimento.

Palavras-chave: livros de emblemas; Renascimento; Cesare Ripa.

Abstract: In the 16th and 17th centuries, emblem books were a publication genre with considerable circulation in the Old Continent. These books have been written, published, re-edited, and translated in the major publishing centers, had pedagogical and recreational uses and served as manuals for artisans and artists. This article approaches the main characteristics of these works, their context of production, the sources of inspiration mobilized by their authors, and the academic discussions around emblems. Special attention is given to the books considered the genre's founders: the *Emblematum Liber* (1531) by Andrea Alciati and the *Iconologia* (1593) by Cesare Ripa. Thus, the potential of studies based on emblem books is explored throughout the text to better understand images produced in the Renaissance.

Keywords: emblem books; Renaissance; Cesare Ripa.

Um desafio para estudos fundamentados em fontes imagéticas produzidas no Renascimento e na Primeira Modernidade é a compreensão das diversas camadas de significado e referências que estas apresentam. Um exemplo disso são os mapas ricamente decorados com personificações dos continentes [Fig. 1]. Quais elementos são escolhidos para designar determinada parte do mundo em detrimento de outra? Que tipo

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. O presente artigo está relacionado à dissertação de mestrado que desenvolvi na mesma instituição com bolsa da CAPES.

de narrativas essas escolhas produzem? Quais convenções são cumpridas ou estabelecidas pelos idealizadores dessas imagens? Diversos trabalhos acadêmicos se debruçaram sobre essas questões, frequentemente apontando as relações dessas imagens com aquelas contidas em livros de emblemas (MARTÍNEZ, 2019; OLIVEIRA, 2014; DEGGER, 2021). Por compilar representações visuais de diversas temáticas em uma única publicação, os livros de emblemas contribuem para a interpretação de imagens presentes em diversas obras Renascentistas.

Figura 1 – Mapa-múndi de Johannes Vrients



Fonte: VRIENTS, Johannes. *Orbis Terræ Compendiosa Descriptio ex peritissimorum totius orbis Gaegraphorum operibus desumta*. Antuérpia, 1596. Disponível em: <https://www.raremaps.com/gallery/detail/25052/orbis-terrae-compendiosa-descriptio-ex-peritissimorum-totiu-vrients>. Acesso em: 02 de ago. de 2023.

O presente artigo busca examinar os livros de emblemas a partir das discussões sobre em quê consiste um emblema, quais são seus contextos de produção, influências, significados e o modo como foram estudados academicamente desde o século XIX. Assim, o texto se divide em três subitens. O primeiro deles introduz e contextualiza os livros de emblemas com ênfase nas obras inauguradoras do gênero o *Emblematum Liber* (1531) e a *Iconologia* (1593), de Andrea Alciati e de Cesare Ripa, respectivamente. O

segundo discute hieróglifos egípcios e divisas como dois conjuntos de inspirações para os livros de emblemas. Por fim, o terceiro item investiga teorias e metodologias para o estudo de emblemas.

A proliferação de emblemas nos séculos XVI e XVII

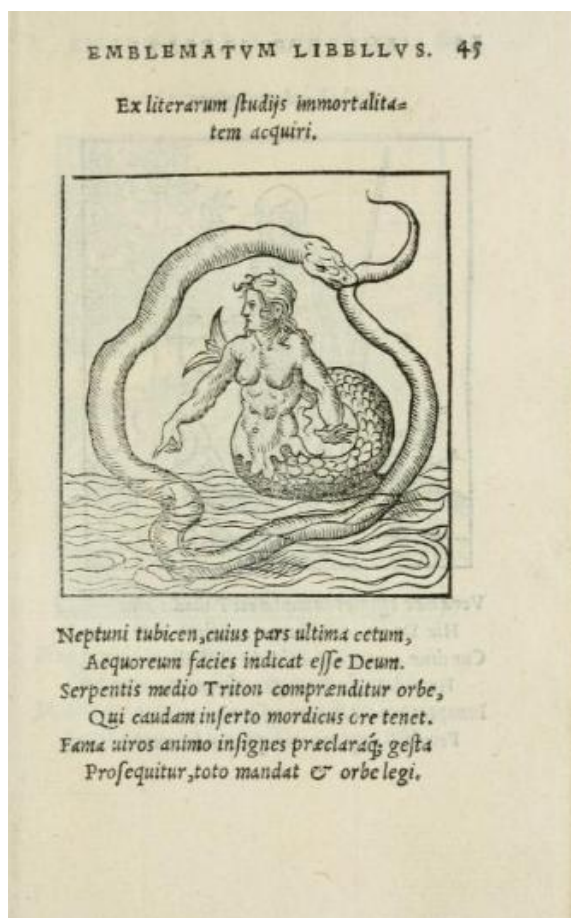
Peter Daly (1998) afirma que cerca de 5,3 mil livros de emblemas foram publicados entre os séculos XVI e XVII, entretanto, o autor não coloca essa cifra em perspectiva de modo que é difícil mensurar se este seria um grande ou pequeno número de versões. As traduções em diversas línguas vernáculas, especialmente em francês, inglês e italiano, apontam para a circulação que este tipo de literatura teve ao longo do tempo. Contribui igualmente para esse argumento as múltiplas edições de uma obra em uma mesma língua, como é o caso da *Iconologia* de Cesare Ripa abordada no presente artigo. Há um consenso entre pesquisadores de que foi a publicação em 1531 do *Emblematum Liber* de Andrea Alciati que deu forma a esse gênero literário caracterizado por mobilizar uma série de influências correntes no século XVI. Algumas referências são provenientes da Antiguidade Clássica, outras da tradição judaico-cristã, há, ainda, referências a hieróglifos egípcios.

Sobre emblemas, em 1946 Henri Stegmeier esperava que eles não precisassem ser definidos ou redefinidos a cada novo trabalho acadêmico (1946). Previsivelmente, Stegmeier não foi o último pesquisador a oferecer uma aceção pretensamente definitiva para o que seriam emblemas. A dificuldade em chegar a um acordo sobre o assunto é potencializada pela proliferação de termos frequentemente usados como sinônimos, entre eles estão a personificação, o epigrama, o provérbio, a alegoria, a metáfora, a divisa ou *impresa*, a figura, o símbolo. Autores se apoiam no livro de Alciati como modelo e parâmetro tanto para emblemas quanto livros de emblemas. O caráter pedagógico desses impressos é constantemente enfatizado, especialmente em exemplares produzidos por jesuítas (STEGMEIER, 1946; HILL, 1970; DALY, 1998). O público presumido desses livros era uma elite letrada composta por humanistas, artesãos, burgueses, eclesiásticos e nobres.

De modo geral, os emblemas se configuram a partir de três elementos: *inscriptio*, *pictura* e *subscriptio*. A *inscriptio* é o nome ou título do emblema; a *pictura* é a imagem frequentemente realizada a partir de placas de madeira ou cobre; por fim, a *subscriptio* consiste no texto que oferece uma interpretação para os outros dois elementos (DALY, 1998). Como exemplo ilustrativo é pertinente trazer um emblema do próprio Alciati.

Em “A imortalidade é alcançada pelos estudos literários” [Fig. 2] a *inscriptio* é o título acima da gravura que configura, por sua vez, a *pictura*, enquanto a *subscriptio* compreende o texto: “Tritão, o trombeteiro de Netuno (cuja parte inferior mostra que ele é um monstro marinho e cuja face mostra que ele é um deus), está no meio do círculo de uma cobra que prende sua cauda com os dentes. A fama persegue homens dignos em espírito, e seus esplêndidos feitos, e ordena que eles sejam lidos por todo o mundo” (1534, p. 45)².

Figura 2 – A imortalidade é alcançada pelos estudos literários



Fonte: ALCIATI, Andrea. *Emblematum Liber*. Augsburg: Heinrich Steyner. 1534, p. 45.

Possivelmente devido ao custo elevado de produção de gravuras, alguns livros do gênero não as possuem. A imagem formada pelo texto seria, nesses casos, suficiente para completar o emblema. Entretanto, o fato de que livros de emblemas publicados originalmente sem imagens tiveram gravuras adicionadas em edições posteriores indica que havia uma tendência a incorporá-las como parte do livro. Seria essa uma

² As traduções são minhas, a menos que indicado de outro modo.

expectativa ou demanda do público? Uma forma de garantir melhores vendas? Atualmente não há uma resposta universalmente aplicável para essas perguntas.

No exemplo elencado, a *subscriptio* do emblema está em latim, porém era comum que livros de emblemas fossem publicados em línguas vernáculas. Além disso, os textos eram frequentemente escritos em prosa ou verso, mas em alguns casos os autores utilizavam ambos para a composição da *subscriptio*. Havia também emblemas que possuíam mais de uma gravura. Para Robin Raybould, “apesar dessas variações, o emblema em três partes era o formato padrão e fornecia uma representação ideal do símbolo, do significante, e do propósito que era ocultar bem como revelar significado” (2006, p. 251).

A variedade de formatos de livros de emblemas pode, em um primeiro momento, desencorajar pesquisadores ou incentivar uma busca infrutífera por um modelo universal, assim como pelas origens do gênero. A esse respeito, John Manning considera que “o erro de muitos teóricos é que eles procuram por uma encarnação normativa da forma que nega a mesma flexibilidade que deu vida ao gênero” (2004, p. 25). Este autor valoriza a diversidade dos livros de emblemas como um ponto de partida metodológico para pesquisas a partir dessas obras. Manning propõe que “tudo o que era denominado um emblema era, de fato, um emblema” (p. 24). Ademais, ele é veemente em refutar a ideia de que emblemas seriam especialmente difíceis de interpretar, uma reputação criada e disseminada por estudos acadêmicos que apostavam em uma aura de mistério e simbolismo esotérico desses elementos. A publicação de livros de emblemas cujo público alvo eram crianças colabora para o argumento do autor. A dificuldade percebida em acessar os diversos significados e usos de emblemas denota uma limitação atual em reconhecer referências correntes para elites letradas da época. Para melhor compreender o gênero, Manning enfatiza que a sociedade desse período, séculos XVI e XVII, era repleta de emblemas presentes desde sermões ao teatro, poesia, arquitetura, pintura e vestimentas (2004). Nesse sentido, em *Frauenzimmer Gesprächspiele* [Jogos conversacionais do quarto de mulheres], publicado entre 1644 e 1657, Georg Philipp Harsdörffer descreve uma série de jogos que poderiam ser realizados com base em emblemas: inventar imagens para emblemas a partir de passagens bíblicas, criar *subscriptio* ou *motto* com versos de poemas ou imagens escolhidas, e assim por diante.

As temáticas dos emblemas também são variadas. Algumas publicações se centravam em temas específicos como o livro *Amorum Emblemata* [Emblemas do Amor] de Otto van Veen, publicado em Antuérpia em 1608, e o *Emblemata Sacra* [Emblemas Sacros] de Daniel Cramer e Conrad Bachmann, publicado em Frankfurt em 1617.

Apesar da maioria expressiva dos livros terem sido escritos por homens, há exemplos de publicações de mulheres, é o caso de *Emblèmes ou Devises Chrestiennes* [Emblemas ou divisas cristãs] de Georgette de Monteney publicado em Lyon entre 1567 e 1571.

Ao escrever o *Emblematum Liber*, Andrea Alciati (1492–1550), na época estudante de direito, tinha aspirações mais contidas que a publicação de uma obra de referência para um novo gênero literário. Em 1522, Alciati enviou uma carta para seu amigo Francesco Calvo na qual anunciava sua “invenção”. A escrita, inspirada pelo conhecimento que Alciati possuía dos epigramas gregos presentes em textos que havia auxiliado a traduzir, tinha, a princípio, um propósito recreativo, um intervalo nas atribuições acadêmicas entre os feriados de fim de ano. Tratava-se de uma atividade de lazer voltada ao círculo de amigos humanistas, a publicação não era um objetivo (MANNING, 2004, p. 38-39).

O manuscrito original do livro não chegou até os dias atuais, apesar disso, John Manning afirma que provavelmente os emblemas não eram acompanhados por imagens, a descrição verbal em latim seria suficiente para os colegas de Alciati. Em 1531, cerca de dez anos após a carta endereçada a Calvo, o *Emblematum Liber* foi publicado em Ausburgo por Heinrich Steyner. Não há registro de como o manuscrito chegou até Steyner, mas sabe-se que Alciati procurou suspender a publicação. Para Manning, uma possível explicação dessa postura tem a ver com o fato de o livro ter sido escrito com o intuito de divertir um grupo seleto de amigos. Assim, Alciati talvez sentisse embaraço pelo caráter popular da obra (MANNING, 2004). Apesar da tentativa do autor de impedir Steyner, o livro foi considerado um sucesso, de modo que Alciati aceitou a oferta de Christian Wechel, editor parisiense, para a publicação do *Emblematum Liber* com sua aprovação, acrescido de ilustrações. A partir desse momento, Alciati republicou e supervisionou edições do livro até seu falecimento em 1550. Traduções e novas edições foram continuamente publicadas nos séculos seguintes de modo a consolidar a posição privilegiada desse livro de emblemas.

Além da obra de Andrea Alciati, outro livro de emblemas que teve ao longo do tempo uma grande variedade de edições, traduções, atualizações e é constantemente recuperado como um exemplo desse tipo de literatura é a *Iconologia* de Cesare Ripa (1555–1622). Publicado originalmente em Roma em 1593, o livro foi produzido nesse período inicial do gênero. A primeira edição foi dedicada ao cardeal de Florença, Anton Maria Salviati, que empregava Ripa como *trinciante*, responsável pelo corte de carnes nobres em banquetes (STEFANI, 1990). A princípio, os emblemas da *Iconologia* não possuíam as gravuras que, adicionadas sob a supervisão de Ripa em edições seguintes,

se tornaram uma característica indispensável da obra e uma das principais razões para sua popularidade e consequente retomada por acadêmicos. A segunda edição, publicada em 1603, contém 151 ilustrações realizadas a partir de placas de madeira e teve também um aumento em relação à quantidade de emblemas. Embora não haja consenso entre pesquisadores acerca da autoria das imagens, é possível afirmar que Cesare Ripa as aprovava, tendo participado da elaboração da obra.

No que diz respeito aos temas privilegiados na *Iconologia* constata-se sua diversidade. Os emblemas de Ripa fazem referência a virtudes como a obediência, a caridade, a prudência, sendo a virtude em si também um emblema; outros emblemas são os meses do ano, partes do mundo, regiões italianas e áreas do saber como a história, a gramática e a aritmética. Os emblemas estão organizados em ordem alfabética. As gravuras dos emblemas da edição de 1603 são antropomórficas com a única exceção do emblema Caridade [Carita] que é constituído imagneticamente por uma árvore. O gênero das personificações, masculino ou feminino, parece estar relacionado ao gênero da palavra em italiano. A Alegria [Allegrezza], por exemplo, é uma mulher, enquanto o Conselho [Consiglio] é um homem. Ainda assim, é possível que a escolha do gênero de uma representação antropomórfica estivesse associada a imagens correntes mais que ao gênero do substantivo, portanto, esta não é uma hipótese conclusiva. Não havia uma norma de que os emblemas deveriam ter a forma humana, sendo também comuns a utilização de animais e objetos inanimados. Em geral, esses elementos, em conjunto, identificam a imagem e fazem com que essa seja reconhecida pelo público por meio da conexão com outros referenciais como outros livros de emblemas. No que diz respeito à terminologia, Cesare Ripa emprega os termos emblemas e imagens. Andrea Alciati é citado recorrentemente ao longo do livro, de modo a atestar a influência que sua obra exerceu na produção de livros de emblemas posteriores.

Cesare Ripa constrói a partir de seus emblemas uma visão e interpretação do mundo que passa por concepções de amizade, fé, amor; o conhecimento das estações do ano; o mundo dividido entre África, América, Ásia e Europa. A estrutura dos emblemas da *Iconologia* segue o formato *inscriptio*, *pictura* e *subscriptio* como no exemplo do emblema Meditação [Fig. 3]. No topo da imagem encontra-se a *inscriptio*, seguida pela *pictura* e pela *subscriptio*. A ordem destas duas partes pode ser modificada para a melhor formatação da página. Em linhas gerais, a *subscriptio* dos emblemas de Ripa possui duas partes. Primeiro, Ripa descreve verbalmente o emblema, assim é possível criar imagens mesmo que não haja uma gravura presente. Em seguida, Ripa esclarece os

elementos escolhidos para compor o emblema. No caso da Meditação, Ripa a apresenta como:

Senhora de idade madura, aspecto grave e modesto, a qual está sentada sobre uma pilha de livros, acima da mão do braço esquerdo, dobrado sobre a coxa do referido lado, repousa a bochecha no ato de ficar pensativa e no joelho direito com a outra mão [há] um livro fechado, tendo alguns dedos entre ele (RIPA, 1611, p. 331).

Para Ripa, a postura da mulher sentada sobre os livros “pode denotar a assiduidade de sua própria operação fundada nas escrituras, que contêm os primeiros princípios naturais, com os quais se procede principalmente à investigação da verdade” (1611, p. 332).

Figura 3 – Meditatione



Fonte: RIPA, Cesare. *Iconologia, overo, Descrittione d'imagini delle virtu', vitii, affetti, passioni humane, corpi celesti, mondo e sue parti*. Pádua: Pietro Paolo Tozzi, 1611, p. 331³.

O tamanho da *subscriptio* e a quantidade de informações fornecidas varia de acordo com o emblema. A *Iconologia* comporta alusões a moedas romanas, poemas e obras de grande circulação no século XVI como as de Alciati e Horapolo. Menções que demonstram de maneira inequívoca que Cesare Ripa tinha conhecimento das discussões contemporâneas a ele no que concerne a elaboração de emblemas, estando a par das convenções de representação e parte de suas origens.

As inspirações dos livros de emblemas

Bestiários e lapidários estão entre as influências para os livros de emblemas observadas por pesquisadores, especialmente pelo formato que agrega imagem, descrição e lição moral em relação a animais, plantas, pedras e demais seres. Além destes, dois conjuntos de referências mobilizadas nessas publicações, abordadas em maior detalhe neste artigo, são os hieróglifos egípcios e as divisas.

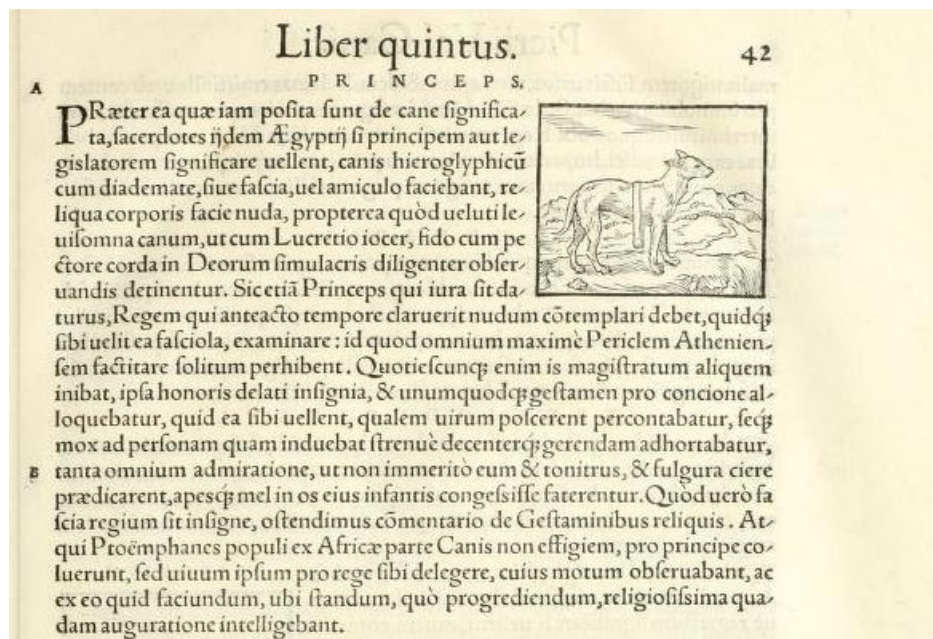
Os hieróglifos foram objeto de grande interesse e circulação ao longo do século XVI. Em 1505 foi publicada a versão grega da obra intitulada *Hieroglífica*, que compilava e interpretava hieróglifos egípcios, atribuída a Horapolo. Alguns anos depois, uma versão latina foi publicada em 1517. A data provável de escrita do texto é do século V, entretanto, sua redescoberta se deu em 1419, na ilha grega de Andros. Nesse período, a obra foi levada a Florença por Cristoforo Buondelmonti (AMARAL JUNIOR, 2005, p. 10). A popularidade desse livro entre o público letrado é atestada pela quantidade de edições e traduções realizadas, tendo ele permanecido um manual para escritores, artesãos e artistas. Assim como ocorreu com os livros de emblemas, as primeiras edições da *Hieroglífica* não possuíam gravuras, incorporadas posteriormente.

Nesse contexto, o humanista Pierio Valeriano publicou em Basileia em 1556 sua própria *Hieroglífica*, em latim, inspirada nas discussões em voga sobre os hieróglifos egípcios. A obra é uma coleção de símbolos acompanhados de seus significados. Os livros que compõem a *Hieroglífica* são divididos pelos símbolos. O leão, por exemplo, é tema do primeiro livro enquanto o segundo apresenta o elefante e o rinoceronte, o terceiro o touro, e assim sucessivamente. A adição de imagens ao texto manifesta uma

³ A imagem escolhida está presente na edição da *Iconologia* publicada na cidade de Pádua em 1611, pois está melhor preservada e digitalizada. As gravuras dessa edição são idênticas àquelas publicadas em 1603, com exceção das molduras, assim, não há prejuízo na análise dos emblemas.

semelhança notável nas tipografias de livros de hieróglifos e livros de emblemas. A gravura relativa ao Princeps [Fig. 4] presente no quinto livro da *Hieroglífica*, dedicado aos cães, tem uma forma similar, pelo posicionamento da imagem, o nome do símbolo e o texto relacionado, à *inscriptio*, *pictura* e *subscriptio* de Andrea Alciati e Cesare Ripa.

Figura 4 – Princeps



Fonte: VALERIANO, Pierio. *Hierogliphica*. Basilea: Michael Isengrin. 1556, p. 42.

De acordo com Peter Daly, “durante o Renascimento, os hieróglifos egípcios eram considerados uma forma ideográfica de escrita usada por sacerdotes egípcios para obscurecer a sabedoria enigmáticamente divina” (1998, p. 17). A este propósito, John Manning complementa que em uma lógica cristã “esses artificios inteligentes dos sacerdotes egípcios eram designados para trazer a raça humana para um maior conhecimento do trabalho de Deus e também do Criador” (2004, p. 23). Havia, portanto, um entendimento de que a utilização de hieróglifos e, em consequência, de emblemas, possibilitaria uma aproximação ao sagrado, mais especificamente ao sagrado cristão. Círculos neoplatônicos renascentistas, como o de Marsilio Ficino em Florença, se dedicavam, entre outras atividades, à busca por um sistema de escrita universal. Os hieróglifos, percebidos enquanto reflexos de ideias divinas, eram, nesse contexto, uma possibilidade de linguagem universal (DALY, 1998).

Um hieróglifo, conforme os humanistas do século XVI, não configurava uma escrita em si, mas um modo simbólico de pensamento. Um único hieróglifo tampouco seria considerado um emblema. Este poderia ser formado a partir de composições de

hieróglifos e demais símbolos. Como exemplo disso, pode-se retomar o emblema já mencionado de Andrea Alciati, “A imortalidade é alcançada pelos estudos literários” [Fig. 1]. Aqui, a imortalidade é expressa pela cobra que engole a própria cauda. Ao consultar a *Hieroglífica* de Horapolo, confirma-se que este é um dos modos de representar a imortalidade, assim como o sol e a lua, que seriam elementos eternos (2002). A relação entre os emblemas de Alciati e os hieróglifos de Horapolo pode ser comprovada para além da semelhança imagética. Em Bologna, Alciati estudou hieróglifos com Filippo Fasanini, responsável pela versão latina da *Hieroglífica* (MANNING, 2004).

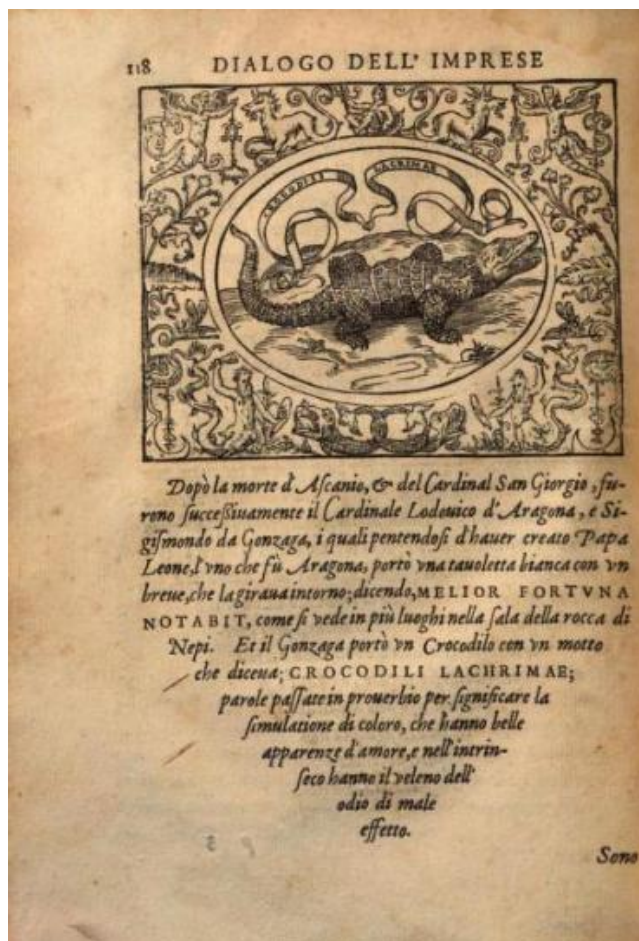
Os hieróglifos eram utilizados, para além dos emblemas, como base para moedas, divisas e inspiração poética. O retrato de Albrecht Dürer do imperador Maximiliano I contém diversos hieróglifos retirados da obra de Horapolo como o cão com a estola, o basilisco e a cobra ao redor de um globo (DALY, 1998). Com a circulação de obras como essa, os significados e interpretações comuns de hieróglifos constantemente retratados eram igualmente divulgados em círculos humanistas. Dentre eles estão um leão que devora sua presa, de modo a expressar um homem com raiva, abelhas poderiam ser súditos, um elefante seria um homem forte, honesto ou um rei, dependendo do contexto (DALY, 1998; MANNING, 2004). Novamente, a provável origem das interpretações correntes é imprecisa. Peter Daly demonstra que muitas das descrições oferecidas por Horapolo se encontram de modo similar no *Physiologus*. Tradicionalmente datado no século II esse texto foi uma das fontes para bestiários medievais (DALY, 1998).

O principal aspecto de ligação entre emblemas e hieróglifos é a tentativa de encontrar uma linguagem universal capaz de expressar ideias universais durante o Renascimento. Os humanistas não decifraram os hieróglifos, porém a interpretação que se tinha deles influenciou a literatura e as artes.

Concomitante às primeiras publicações de livros de emblemas e livros de hieróglifos, as divisas e seus livros configuram um gênero semelhante, por vezes confundido com os próprios emblemas, produzidos por humanistas dos mesmos círculos sociais. Paolo Giovio (1483–1552) era Bispo de Nocera e amigo de Andrea Alciati e sua obra intitulada *Dialogo dell’Imprese Militari et Amoroze*, publicada postumamente em Roma em 1555, é considerada a primeira sistematização de um novo gênero de imagens, as divisas ou, em italiano, *impresa* (MANNING, 2004). A primeira edição do livro não possuía gravuras, adicionadas posteriormente pela primeira vez na versão publicada em Lyon em 1559. A organização do livro é semelhante aos livros de emblemas abordados

no presente artigo [Fig. 5]. Os três elementos característicos dos emblemas podem ser identificados neste exemplo. As lágrimas de crocodilo [*Crocodili Lachrimae*] é a *inscriptio* inscrita na própria imagem gravada, a *pictura*, e retomada na *subscriptio* que oferece uma interpretação para o todo.

Figura 5 – *Crocodili Lachrimae*



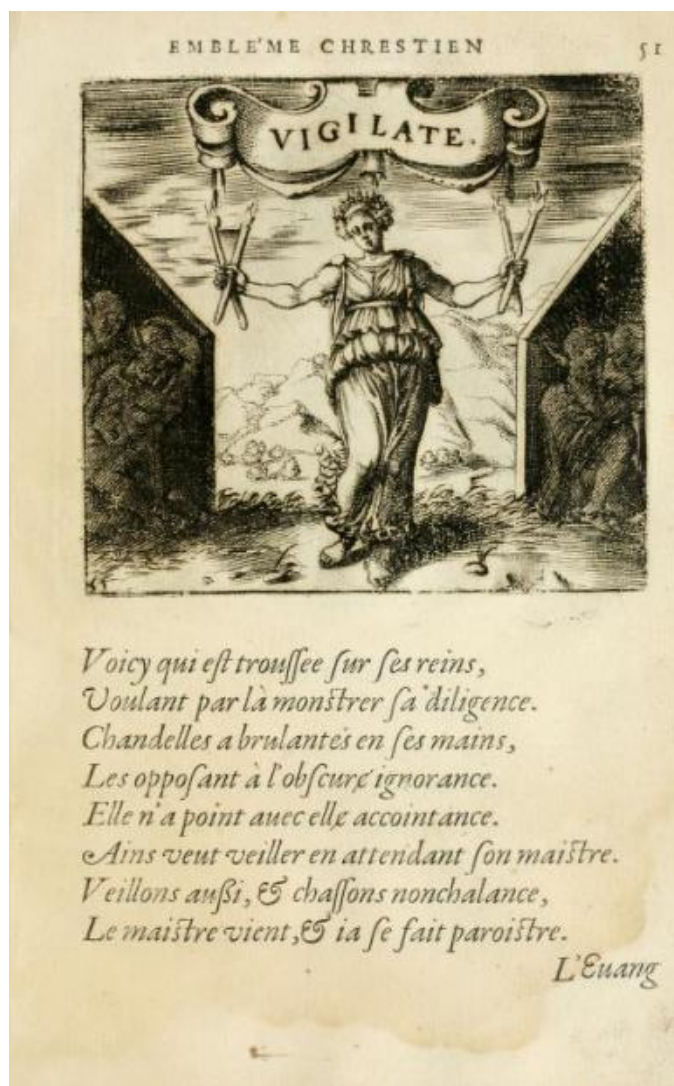
Fonte: GIOVIO, Paolo. *Dialogo dell'Imprese Militari et Amoroze*. Lyon: Guglielmo Rouiglio. 1559, p. 118.

Parte da literatura acadêmica considera que as semelhanças são suficientes para considerar divisas e emblemas como sinônimos. Alguns autores desses livros contribuem para essa prática, como é o caso de Georgette de Montenay em seu *Emblèmes ou Devises Chrestiennes*.

Em contrapartida, os defensores da separação entre emblemas e divisas argumentam que estas são consideravelmente mais personalizadas. De acordo com Robin Raybould “o emblema era planejado para ilustrar uma lição moral, espiritual ou filosófica universalmente aplicável, enquanto a divisa retratava crenças pessoais, caráter e ambições de um único indivíduo” (RAYBOULD, 2006, p. 291). O uso de divisas

como adereços, parte de vestimentas, anéis, broches, selos, frequentemente encomendadas para ocasiões especiais, como presentes ou para festas, confirmam seu caráter mais individual se comparado com os emblemas. Peter Daly, em consonância com Raybould, afirma que o modo mais seguro de reconhecer uma divisa é pelo aspecto pessoal que esta apresenta sendo relacionada usualmente a uma pessoa ou a um monumento (1998). Para retomar o exemplo de Giovio, “lágrimas de crocodilo” é uma divisa portada por Sigismondo da Gonzaga “para significar a simulação daqueles que têm a bela aparência de amor e, em seu interior, o veneno do ódio” (GIOVIO, 1559, p. 118). Utilizadas principalmente por cortesãos, as divisas tinham como uma de suas inspirações a heráldica medieval, embora, ao contrário dos brasões, elas não fossem herdadas por descendentes (MANNING, 2004).

Figura 6 – Vigilate



Fonte: MONTENAY, Georgette de. *Emblèmes ou Devises Chrestiennes*. Lyon: Jean Marcorelle. 1571, p. 51.

A divisão entre emblemas e divisas foi iniciada pelo próprio Giovio que em seu livro postulou cinco condições para a elaboração de divisas. A primeira condição institui que as divisas devem apresentar uma proporção equivalente entre *pictura* e *inscriptio*; a segunda, que não sejam nem demasiadamente obscuras que se faça necessária a interpretação de uma sibila, nem tão claras que todo plebeu as entenda; a terceira, que sejam acima de tudo belas; a quarta, que não tenham a forma humana; e, por fim, a quinta condição é que o lema seja pequeno, mas não ao ponto de ser dúbio, e em idioma diferente daquele de quem fez a divisa, a fim de acobertar o sentimento (1559). As divisas elaboradas por Giovio cumprem com as condições estabelecidas por ele. Em outros casos, como no livro de Montenay, a imagem humana faz parte da *pictura* [Fig. 6]. A regra sobre a ausência da figura humana como condição para a divisa pode ser explicada pelo seu caráter personalista e o uso que se fazia dela em acessórios portados por membros de diferentes elites. Nesses casos, o portador da divisa é, ele mesmo, a figura humana. Uma repetição da imagem seria redundante (DALY, 1998).

Como mencionado anteriormente, os emblemas possuem uma forma tripartida que compreende *pictura*, *inscriptio* e *subscriptio*. As divisas, em contrapartida, são formadas por *pictura* e *inscriptio* sendo esta última inserida na própria imagem [Fig. 5 e 6]. A *subscriptio* que explica as divisas presentes na obra de Giovio são adições dos livros. Existem movimentos em direções contrárias entre livros de emblemas e livros de divisas. No caso dos emblemas, os livros muitas vezes precedem a aparição do emblema em outros locais, nos mapas, esculturas, pinturas, de modo a reforçar o papel dos livros como um manual para artesãos e artistas. O que não significa dizer que essas imagens não circulassem de outras maneiras antes de sua organização em um modelo impresso, porém raramente podem ser retraçadas a um episódio singular de uso concreto e específico. Os livros de divisas, tendo em vista seu grau de pessoalidade, são frequentemente formados a partir de divisas anteriormente utilizadas que, abordadas e interpretadas na *subscriptio*, se tornam referências para novas divisas. Paolo Giovio relaciona as divisas de seu livro com os homens que as portaram em determinada ocasião. Cesare Ripa esporadicamente menciona inspirações em outras obras específicas.

Discutidos os emblemas e as divisas, a diferenciação entre eles funciona como um ponto de partida da análise. Uma divisão teórica não deve ser engessada sob o risco de suscitar conclusões apressadas em relação às fontes. Livros de emblemas foram utilizados para a interpretação de emblemas que tinham expressão em outros âmbitos. Livros de divisas serviam de inspiração para novas divisas. Há igualmente aqueles que,

como Monteneý, parecem não dividir as imagens com que trabalham em diferentes categorias. Apreciando as tendências gerais desses gêneros, cabe aos pesquisadores averiguar suas particularidades e a relevância das possíveis disputas entre eles.

Os estudos de emblemas a partir do século XIX

Estudos acadêmicos sobre livros de emblemas foram realizados desde meados do século XIX. Nesse primeiro momento, as publicações de Henry Green, *Whitney's Choice of Emblems* (1866), *Four Fountains of Alciano* (1870) e *Shakespeare and the Emblem Writers* (1870), são retomadas atualmente como obras fundadoras (RAYBOULD, 2006). Na virada do século XX os emblemas perderam relevância acadêmica sendo considerados superficiais (RAYBOULD, 2006). Essa crítica aos emblemas se fundamentava no entendimento de que eles eram elaborados de maneira arbitrária tendo em vista a diversidade de significados, ocasionalmente contraditórios, que uma única imagem poderia ter. Em contraposição a essa ideia, Robin Raybould argumenta que “essas contradições não significavam que o simbolismo do emblema fosse completamente inventado pelos escritores de emblemas ou que não tivesse significado literário ou histórico para seus leitores” (2006, p. 256). Peter Daly observa que a depreciação dos emblemas renascentistas decorre de uma percepção limitada que se tinha sobre eles. Ademais, a crítica negativa desconsidera que escritores dos séculos XVI e XVII acreditavam ser possível acessar conhecimento oculto por meio de emblemas e hieróglifos (DALY, 1998).

A revalorização dos emblemas ocorreu a partir da década de 1970 com Albrecht Schöne e Dietrich Jöns que fundamentaram suas análises no estudo da exegese bíblica medieval. Schöne propõe que cada parte do emblema possui duplamente as funções de representação e interpretação (DALY, 1998). Assim, a ideia de que a *subscriptio* é uma solução do enigma proposto pela *pictura* e *inscriptio* é, para ele, redutora do potencial representativo e interpretativo dos emblemas. Além disso, Schöne considera que, para o público, a imagem é o aspecto privilegiado do emblema, mesmo quando este não possui gravuras. Nesses casos, é a imagem criada pela escrita que primeiro atrai o leitor (DALY, 1998). Em contrapartida, para o criador do emblema, a ideia seria a parte mais importante de uma imagem emblemática.

A compreensão do emblema procede majoritariamente do conhecimento clássico, da Bíblia, e da experiência. Ao longo do Renascimento e da primeira modernidade, a experiência tinha diversas acepções, cada qual com sua própria reivindicação de

autoridade. Conforme Anderson Roberti dos Reis e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes (2014), a experiência evocada por homens letrados dos séculos XVI e XVII poderia ser de ordem mística ou se tratar da experiência de lógica matemática, de tentativa e erro. Pertinente para o estudo de livros de emblemas, a experiência poderia ser adquirida por meio da vivência fundamentada no conhecimento proporcionado por uma biblioteca. As referências de Cesare Ripa aos livros de seus contemporâneos, assim como às obras clássicas, compõem esse tipo de experiência possibilitada pela leitura. A experiência caracterizada pela “tentativa e erro” também teve seu espaço na explicação de emblemas. Peter Daly aborda o diamante como um exemplo de múltiplos significados que derivam tanto de qualidades confirmadas pela experiência vivida, sua resistência, por exemplo, quanto por explicações de seu valor baseadas na Bíblia (1998). A crença em um Deus criador de todas as coisas, de um universo ordenado e abundante em significado, permitiu a formulação de que tudo na criação divina possui um significado para além de si mesmo. A descoberta dos significados resulta, dentro desta lógica, no melhor entendimento de Deus e de seus desígnios. Daly afirma que “em muitos trabalhos acadêmicos e didáticos, assim como em livros de emblemas, nós encontramos ambos o interesse científico moderno e o método analógico em trabalho ao mesmo tempo” (1998, p. 40). As vertentes de explicações dos emblemas se modificaram em função de uma série de variáveis, religiosas, filosóficas, políticas, e podem ser analisadas ao longo da diacronia histórica devido à continua publicação de livros de emblemas.

As transformações nos usos e significados de emblemas específicos é assunto do ensaio “O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII” de Carlo Ginzburg (1986). Nesse texto, Ginzburg aborda a condenação da busca de conhecimento, a celebração dessa busca e as múltiplas nuances entre estes dois posicionamentos inconstantes. Nos emblemas, as imagens de Ícaro e Prometeu foram utilizadas ora para encorajar a curiosidade intelectual, ora para a censurar. As presumidas contradições na utilização de imagens similares para a comunicação de mensagens opostas são interpretadas historicamente de modo a refutar, embora não seja o objetivo principal de Ginzburg, uma suposta arbitrariedade dos símbolos.

Parcialmente na contramão do discurso sobre relações mais ou menos diretas entre o emblema, seus elementos e seus significados está Dietrich Jöns. A contribuição intelectual deste autor consiste principalmente em sua distinção do emblema como “forma artística” e “modo de pensar” (DALY, 1998). Jöns, diversamente de Schöne, não defende uma ligação intrínseca entre imagem e significado. A autoridade de criação

do emblema seria suficiente para estabelecer a relação entre as duas coisas do ponto de vista artístico. Como “modo de pensar” o emblema é um instrumento de conhecimento com inspiração em filosofias medievais. Apesar de algumas divergências, Jöns e Schöne concordam na intencionalidade da associação entre representação e significado. Ambos reforçam que para os criadores e leitores de emblemas, interpretar a realidade por meio deles levava à compreensão do mundo como criação de Deus. A forma artística do emblema e suas propriedades como modo de pensar são complementares para Jöns (DALY, 1998).

Além da extensa retomada das discussões acadêmicas em torno dos emblemas ao longo do tempo, Peter Daly estabeleceu alguns fundamentos para pesquisas realizadas a partir deles. De maneira similar à abordagem de demais fontes históricas, a contextualização dos emblemas e das particularidades de sua produção se faz necessária. Em seguida, é preciso questionar o que um emblema comunica, de que maneira e para quem. Outras questões para se levar em consideração são o conceito de autoria no recorte realizado, e a “intertextualidade visual” dos emblemas. O pesquisador deve estar atento a potenciais simplificações da análise, a fonte não deve ser considerada “um mero reflexo do contexto, mas sim parte do discurso que, de fato, ajudou a criar a própria realidade que se pode dizer que o emblema reflete” (DALY, 1998, p. 69).

Considerações finais

Ao longo do presente artigo os livros de emblemas foram discutidos em seus diversos aspectos e potencialidades. A proliferação de emblemas e livros de emblemas nos séculos XVI e XVII expressa a popularidade do gênero, destinado principalmente às elites letradas, como os círculos humanistas, que também se espalhou entre artesãos e artistas de maneira mais ampla. Os livros *Emblematum Liber* de Andrea Alciati e a *Iconologia* de Cesare Ripa, constantemente retomados pela literatura especializada, permanecem relevantes pelo impacto e influência que tiveram tanto em seu tempo quanto posteriormente. Nessas duas obras, a forma tripartida dos emblemas, *inscriptio*, *pictura* e *subscriptio*, se estabelece, especialmente a partir da adição de gravuras ao texto. A multiplicidade de emblemas, de suas imagens e mensagens, demonstra a maleabilidade e potência criativa do gênero, característica fundamental que viabilizou sua ampla circulação.

A partir disso é possível afirmar que os livros de emblemas são fontes enriquecedoras para trabalhos que se apoiam sobretudo em imagens produzidas no

Renascimento e na Primeira Modernidade. A *subscriptio* que explica e interpreta a escolha dos elementos utilizados na composição de um emblema revela uma série de inspirações que podem ser buscadas nos textos bíblicos, na mitologia clássica, nos hieróglifos egípcios, em epigramas, e que atestam também certos padrões e convenções na representação de determinados temas. Apesar da variedade de inspirações, os emblemas desse período se inserem em uma lógica cristã que, independentemente da confissão religiosa, se baseava primordialmente na ideia de Deus como criador de um mundo ordenado e repleto de significado que deveria ser interpretado pelos fiéis. Compreender lugares comuns, e eventuais dissonâncias, torna outras imagens, como as decorações de mapas e atlas, frontispícios, pinturas e estátuas, mais acessíveis aos pesquisadores.

Uma vez que parte do objetivo de se estabelecer um conjunto comum de significados para algumas imagens, e criar imagens que transmitissem mensagens específicas, era a busca por uma linguagem universal, conhecer esse sistema é possuir chaves para a interpretação de cosmovisões renascentistas. Em direção semelhante, analisar as modificações dos emblemas ao longo do tempo possibilita o estudo de diferentes contextos históricos. Portanto, os livros de emblemas colaboram substancialmente, seja para pesquisas sobre emblemas em sua complexidade, seja para a análise de demais fontes imagéticas renascentistas.

Referências:

ALCIATI, Andrea. *Emblematum Liber*. Augsburg: Heinrich Steyner. 1534.

AMARAL JUNIOR, Rubem. *Emblemática Lusitana e os Emblemas de Vasco Mousinho de Castelbranco*. Lisboa: Chul, 2005.

DALY, Peter M. *Literature in the light of the emblem*. Toronto: University of Toronto Press, 1998.

DEGGER, Brenda. As fronteiras do mundo conhecido: representações da América e Ártemis nos séculos XVI e XVII. *Figura – Studies on the Classical Tradition*, v. 9, p. 131-162, 2021.

GIEHLOW, Karl. The hieroglyphic origins of the Emblemata of Alciato. *The Humanist Interpretation of Hieroglyphs in the Allegorical Studies of the Renaissance*, [s.l.], 1 jan. 2015.

GINZBURG, Carlo. O alto e o baixo: o tema do conhecimento proibido nos séculos XVI e XVII. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 95-117.

- GIOVIO, Paolo. *Dialogo dell'impresse militari et amorose*. Lyon: Guglielmo Rouiglio. 1559.
- HILL, Elizabeth K. What is an Emblem? *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, [s.l.], v. 29, n. 2, p.261-265, jan. 1970.
- HORAPOLLO. *Trattato sui Geroglifici*. Nápoles: Università Degli Studi di Napoli, 2002.
- MANNING, John. *The Emblem*. Londres: Reaktion Books, 2004.
- MARTÍNEZ, Carolina. “*Salvajes desnudos, feroces y caníbales*”: textos fundacionales e imágenes cartográficas en la construcción de América como Pars Quarta. In:
- TIEFFEMBERG, Silvia (ed.). *Pensar América desde sus colonias: textos e imágenes de américa colonial*. Buenos Aires: Biblos, 2019. p. 37-58.
- MONTENAY, Georgette de. *Emblèmes ou Devises chrestiennes*. Lyon: Jean Marcorelle. 1571.
- OLIVEIRA, Carla Mary S. *A América alegorizada: Imagens e visões do Novo Mundo na Iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII*. João Pessoa: Editora UFPB, 2014.
- RAYBOULD, Robin. *An Introduction to the Symbolic Literature of the Renaissance*. Bloomington: Trafford Publishing, 2006.
- REIS, Anderson Roberti dos; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. 1492: partos do fecundo oceano: relatos históricos sobre o descobrimento da América em dois tempos (as Décadas de Angleria e de Herrera). *Varia Historia*, [s.l.], v. 30, n. 54, dez. 2014.
- RIPA, Cesare. *Iconologia, overo, Descrittione d'imagini delle virtu', vitii, affetti, passioni humane, corpi celesti, mondo e sue parti*. Pádua: Pietro Paolo Tozzi, 1611.
- STEFANI, Chiara. Cesare Ripa: New Biographical Evidence. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, [s.l.], v. 53, p.307-312, 1990, p. 308-309.
- STEGEMEIER, Henri. Problems in Emblem Literature. *The Journal of English and Germanic Philology*, Champaign, v. 45, n. 1, p.26-37, jan. 1946.
- VALERIANO, Pierio. *Hieroglyphica*. Basileae: Michael Isengrin. 1556.
- VRIENTS, Johannes. *Orbis Terrae Compendiosa Descriptio Ex peritissimorum totius orbis Gaographorum operibus desumta*. Antuérpia, 1596.

Artigo recebido em 02/08/2023

Aceito para publicação em 30/10/2023

COLOMBIA PRIMA: As Relações entre Cultura Impressa e os Interesses Diplomáticos Portugueses no Final do Século XVIII

COLOMBIA PRIMA: The Relations between Printed Culture and Portuguese Diplomatic Interest at the End of the 18th Century

Carmen Marques Rodrigues¹

Resumo: Este artigo aborda a colaboração conduzida por Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), o Visconde de Balsemão, para fornecer diversos mapas sobre o Brasil para o geógrafo inglês William Faden (1749-1836), com o intuito de influenciar o desenho da América portuguesa no mapa *Colombia Prima or South America*, publicado pela primeira vez em 1807. Estabelecer essa relação bilateral era de interesse mútuo, por isso sustentamos que *Colombia Prima* representa a síntese do conhecimento geográfico português sobre o Brasil, acumulado ao longo do século XVIII. Ao participar dessa construção o Visconde de Balsemão pretendia usar a autoridade do mapa para propagandear os limites das possessões portuguesas na América do Sul, consolidando na opinião pública ilustrada os limites continentais do Brasil, diante de uma América espanhola que estava prestes a esfarelar.

Palavras-Chave: Cultura Impressa, Mapas, Diplomacia.

Abstract: This paper addresses the collaboration conducted by Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), the Viscount of Balsemão, to provide several maps of Brazil to the English geographer William Faden (1749-1836) to influence the design of the Portuguese America on the map *Colombia Prima or South America*, first published in 1807. Establishing this bilateral relationship was of mutual interest, which is why we maintain that *Colombia Prima* represents the synthesis of Portuguese geographic knowledge about Brazil accumulated throughout the 18th century. By participating in this construction, the Viscount of Balsemão intended to use the authority of the map to publicize the limits of Portuguese possessions in South America, consolidating the continental limits of Brazil in illustrated public opinion in the face of a Spanish America that was on the verge of crumbling.

Key Words: Printed Culture, Maps, Diplomacy.

Introdução: O Geógrafo

William Faden, um dos mais renomados geógrafos, editores e gravadores de mapas impressos da segunda metade do século XVIII, foi retratado por seu cunhado, John Russell (1745-1806) em 1797. Na imagem, veste-se com trajes de um cavalheiro, exibindo cabelos grisalhos típicos de um homem de meia-idade, com o rosto sereno e firme. Sua mão direita aponta elegantemente para o que aparenta ser um globo lunar.

¹ É doutora em História da Ciência pela UFMG. Investigadora do grupo de pesquisa internacional GEOPAM (Geopolítica Americana de los siglos XVI-XIX), professora de história do Brasil na Vitru Educação. Desenvolve pesquisas com foco na História da Cartografia. @CarmemMarx (twitter) @historiaecartografia (instagram)

Este retrato, a única imagem conhecida de Faden, oferece um vislumbre do rosto por trás do proeminente geógrafo e gravador de mapas.

Figura 1: Retrato de William Faden.



Fonte: John Russel, 1797. Disponível em: https://www.geographicus.com/P/ctgy&Category_Code=faden. Acesso em: 10 de mai. de 2022

Seu pai, também William Faden (1711-1783), possuía uma concorrida oficina gráfica na *Fleet Street* em Londres, rua que se inicia na *Temple Church* e se estende até a *Ludgate Hill*, situada no coração da Cidade de *Westminster*, que abrigou, do século XVI ao XX, as principais oficinas gráficas e escritórios de impressão e editoração da Inglaterra. “Entre 1744 e 1776”, por exemplo, o velho “Faden possuía 26 aprendizes para lidar com as demandas de coordenação, impressão, encadernação e distribuição de sermões, folhetos religiosos, peças de teatro e textos médicos” (Torbert, 2017, p.561) que imprimia e vendia em sua oficina. Como era o costume entre os artesãos, o pequeno Faden cresceu no mesmo ambiente de trabalho do pai, vivendo entre papéis, prensas, tintas e placas de cobre.

Foi nessa mesma rua que o adolescente Faden começou sua carreira, tornando-se aprendiz, aos 15 anos, na oficina de James Wigley (1700-1782), um gravador de cartões comerciais e decorativos. Pode ter sido nesse momento que Faden entrou em contato com os mapas, provavelmente trabalhando com cartuchos decorativos, uma tarefa que era normalmente delegada às oficinas de gravadores especializados, como Wigley (Worms, 2004, p.8). O fato é que, pouco tempo depois de deixar essa oficina, após

terminar o seu estágio como aprendiz, Faden já estava trabalhando em seu próprio negócio, em parceria com Thomas Jefferys Jr, filho de Thomas Jefferys (1719-1771), um dos principais comerciantes de mapas do início do século XVIII, e Geógrafo do Rei George III (1738-1820). A oficina foi rebatizada, em agosto de 1773, como *Jefferys & Faden*.

Ao assumirem a oficina que pertencera a Thomas Jefferys, localizada na esquina da *Charing Cross* com *St. Martin's Lane*, os jovens Jefferys Jr e Faden já começavam suas carreiras em um local que gozava de famosa reputação, construída ao longo de mais de 20 anos, pelo antigo dono. Além da clientela fiel e da notoriedade da loja, os novos sócios também contavam com duas redes de contatos, também construídas por Jefferys. A primeira era a rede de geógrafos europeus com quem podiam comprar e vender mapas e a segunda era constituída por uma vasta gama de trabalhadores terceirizados, como topógrafos, desenhistas e gravadores, que podiam ser recrutados a seu serviço. Este parece ter sido um momento de grande aprendizado para Faden que, rapidamente, soube explorar essas vantagens e delinear um caminho propício para alavancar sua carreira.

A parceria foi dissolvida em 1776, mas Faden continuou trabalhando, dessa vez em sua própria oficina. Sua loja de mapas tornou-se rapidamente uma das mais prestigiadas, superando até mesmo as oficinas de geógrafos renomados, como Robert Sayer (1725-1794), que, por coincidência, ficava próximo à loja do pai de Faden na *Fleet Street*. O êxito acelerado de Faden deveu-se, em grande parte, à Guerra de Independência Americana (1775-1783). Demonstrando habilidade em formar uma rede de informantes, o geógrafo iniciou uma ágil produção de mapas da guerra e da América do Norte. Surpreendentemente, esses materiais eram impressos e disponibilizados para venda em questão de meses após os eventos terem de fato acontecido no outro lado do Atlântico.

Inicialmente, Faden recorreu aos seus contatos na Europa continental em busca de mapas originais e atualizados para revendê-los, mas, com o advento da Guerra de Independência, o fluxo comercial se alterou. “Entre 1777 e 1786, a rota Paris-Londres de venda de mapas se inverteu, com William Faden despachando algumas centenas de mapas para Jean Nicolas Buache de la Neuville, em Paris” (Withers, 2007, p.203). Outro grande comprador dos mapas de Faden foi o *Dépôt des Cartes et Plans de la Marine*, que fornecia mapas para os oficiais da Marinha francesa (Worms, 2004, p.9 e Pedley, 1996, p.162). Era através das suas cartas que não só os britânicos, mas também

os franceses, espanhóis e demais europeus acompanhavam o desenrolar do teatro da guerra americana.

A precisão da cartografia que produziu sobre o tema era tanta que até mesmo militares recorriam aos seus trabalhos, caso do Almirantado francês. Como lembra Edney (2004), esse foi um momento de grande desenvolvimento da cartografia militar.

Com a expansão do mapeamento militar nos séculos XVIII e XIX, a cartografia se transformou em uma forma dos oficiais serem vistos por seus superiores e assim obter promoções. Em troca, o estado e suas elites governantes ganhavam três coisas: poder através da aquisição e controle da informação geográfica essencial para o rápido desenvolvimento industrial e militar estatal; legitimidade por meio da submissão voluntária de seus leais servos; e prestígio pelo visível suporte as artes e as ciências. O mapeamento era parte integrante da hegemonia fiscal, política e cultural das elites dominantes da Europa (Edney, 1994, p.108-9).

Ao perceber o anseio pelo mapeamento militar que a Guerra de Independência provocou, Faden tratou de saciá-lo e, provavelmente, recorrendo a informantes militares locais que lhe passavam informações diretamente do campo de batalha, conseguiu inserir seu negócio no disputado jogo comercial de mapas europeu.

Ao mesmo tempo, Faden começou a estabelecer contatos na rede de *savants* que cercava o comércio de mapas. Foi assim que se aproximou e se transformou em um membro ativo de várias sociedades e clubes, como a *The Smeatonian Society of Civil Engineers*,² onde entrou em 1776. Essa sociedade reunia os principais engenheiros britânicos, homens que estavam por trás das grandiosas construções públicas e privadas da época, que eram reflexos do desenvolvimento alcançado pela Revolução Industrial. “Faden era importante para esses homens porque todos os seus desenhos de canais, de melhorias em portos, de construção de docas e todo o resto, precisavam de mapas acurados. E quase sempre era Faden quem gravava e imprimia esses trabalhos” (Worms, 2004, p.9). O prestígio aumentou quando recebeu o título de Geógrafo do Rei George III, em 1783, substituindo o falecido Thomas Jefferys.

Faden começou a concentrar seus trabalhos em mapas de grande escala e foi assim que decidiu revisar e atualizar as principais plantas topográficas dos condados³

² A sociedade, inicialmente *Society of Civil Engineers*, foi fundada em 1771 por iniciativa de John Smeaton (1724-1792), por isso, após sua morte o seu sobrenome foi incorporado à agremiação.

³ Os condados são subdivisões administrativas históricas constituídas durante a Idade Média que organizavam a administração da justiça e da política no Reino Unido. A partir do século XIX essas estruturas foram modificadas para lidar com a nova complexidade da estrutura governamental britânica, mas a forte tradição cultural dos condados permaneceu viva e ainda hoje organiza algumas estruturas da justiça e atividades culturais, como os campeonatos de Críquete. *Encyclopedia Britannica*.

britânicos. “Ele vendia mapas de condados, mas apenas os de grande escala. Ele era um construtor de mapas sérios para propósitos sérios”(Worms, 2004, p.11). Sob sua supervisão e também financiamento, vários levantamentos de condados foram realizados, como o famoso mapa de Norfolk e o de Sussex, que lhe rendeu, em 1796, um prêmio dado pela *Society of Arts*,⁴ como o melhor levantamento topográfico produzido naquele ano.

Além disso, também comprava placas de mapas antigos, com o intuito de atualizá-los. Dessa forma, juntou o maior e o melhor estoque de mapas de grande escala das Ilhas Britânicas, sendo inclusive o impressor e o editor dos primeiros mapas da *Ordnance Survey*.⁵

Nesse momento que a estratégia adotada por Faden provocou uma revolução no cenário do comércio de mapas no final do século XVIII. O ponto de virada foi marcado pelo abandono dos chamados mapas históricos ou da *Geographia Antiqua*. Em seu catálogo de obras, publicado em 1822, apenas quatro mapas tratavam da geografia antiga, enquanto outros dois exploravam a astronomia. Faden, ao contrário da prática convencional entre os geógrafos, que frequentemente se dedicavam à cartografia antiga – reconstrução de mapas do passado ou elaboração de mapas baseados na geografia antiga – optou por concentrar-se na nova cartografia iluminista.

O público emergente das cidades, impulsionado pela Revolução Industrial e pelo Iluminismo, clamava por mapas que representassem a geografia atual, ou seja, mapas objetivos, fidedignos e precisos dos continentes, países, reinos, cidades, províncias e condados contemporâneos. Com essa decisão estratégica, Faden alinhou-se aos anseios sociais e políticos da época, desviando-se da tradição e respondendo diretamente às demandas da crescente sociedade iluminista.

O sucesso dos seus mapas de larga escala dos condados ingleses, por exemplo, esteve relacionado com o “aumento substancial da presença do Estado na vida cotidiana”, o que transformou suas cartas em “ferramentas cada vez mais cotidianas para o governo e sua administração”. Isso porque, “por volta de 1750, as melhorias patrocinadas pelo estado na infraestrutura civil (estradas, canais, portos, pontes) demandou tecnologias cartográficas para seu planejamento e implementação” (Edney&Pedley, 2020, p.325). A própria entrada de Faden, que não era engenheiro, na *Smeatonian Society*, revela a importância que a cartografia adquiriu para esses homens.

⁴ *Royal Society for the Encouragement of Arts, Manufactures and Commerce* (RSA), fundada em 1754 com o objetivo de conceder prêmios para novas invenções, ideias, trabalhos e artes.

⁵ Agência cartográfica nacional da Grã-Bretanha, constituída para realizar levantamentos topográficos para os mais diversos fins da Administração Pública.

William Faden se identificava como Geógrafo e *Gentleman*, ou seja, não estava apenas inserido no circuito dos artesãos manuais, como eram os gravadores, os desenhistas e os topógrafos. Também exercia o papel de homem das Ciências, como Geógrafo e Editor, um *savant*, integrado no circuito letrado iluminista e era justamente sua habilidade de circular entre esses dois mundos que lhe rendeu os contatos entre ministros, militares, embaixadores e outros geógrafos, também necessários ao seu sucesso empresarial.

Todavia, como salienta Withers, não havia uma definição universal que explicasse o que era ser um Geógrafo, no século XVIII. Faden e Jean B. B. D’Anville (1697-1782), por exemplo, se identificavam como geógrafos, mas cada um exercia a atividade de forma muito característica. Isso porque “ser um geógrafo-cartógrafo durante o Iluminismo dependia não de uma definição fixa do que era Geografia, mas de conexões sociais de variadas forças” (Withers, 2007, p.203).

Por um lado, D’Anville era um típico geógrafo de gabinete, “fazia seus trabalhos a partir do estudo de vários documentos subsidiários de natureza geográfica, juntando-os e conectando-os como considerava o mais correto” (Furtado, 2013, p.18). Por isso, apesar de “sua reputação geográfica internacional, assim como suas fontes, D’Anville nunca saiu de Paris”(Withers, 2007, p.202).

Esses *géographes* – termo que abrange geógrafo e cartógrafo na linguagem moderna – que eram membros da *Académie des Sciences* e outras instituições acadêmicas da cidade não eram artesãos nem faziam parte de nenhuma *communauté*. Mas eles eram intimamente dependentes da rede de impressores, gravadores e editores (*libraire-imprimeurs*) – e dos patronos e clientes – sem os quais os fatos geográficos permaneceriam desconhecidos (Withers, 2007, p.201).

Por outro lado, os geógrafos ingleses normalmente exerciam mais de uma atividade, caso do próprio Faden, que, além de fazer mapas, era gravador, impressor e editor de livros, revistas e cartões. Ademais, o motor que direcionava a produção de mapas na Inglaterra, era guiado pelo militarismo e pela geografia local, todos intimamente conectados com o desenvolvimento burocrático e industrial do Estado. A sociedade civil também participava desse processo, pois, além de consumidora dos mapas, era uma de suas incentivadoras, o que fazia por meio das sociedades e dos clubes.

Dessa forma, além de criar, copiar ou compilar mapas, os geógrafos ingleses também se aventuravam no comando de seus próprios levantamentos topográficos. A busca e o incentivo pela construção de mapas aperfeiçoados dos condados ingleses, fez

com que Faden criasse, em sua oficina, uma espécie de “centro de computação cartográfica”. Os recursos que obtinha com seus trabalhos de editoração e de gravação se transformaram no capital que possibilitou o processo de construção e de melhoramento do mapeamento da geografia local britânica, ao qual se dedicou com afinco. Era com tais recursos que comprava as placas de cobre dos antigos levantamentos e contratava os agrimensores ou topógrafos para revisar, atualizar, ou mesmo fazer do zero um mapa de determinado local (Withers, 2007, p.203).

Cultura impressa no jogo diplomático

Contudo, parece que Withers não leva em consideração que, além dos direcionamentos sociais e políticos particulares a que os geógrafos eram submetidos, na França e na Inglaterra, também existiam forças transnacionais, que iam muito além daquelas estabelecidas comercialmente entre os geógrafos. Essas forças tinham o objetivo de usar os mapas – e nesse caso os geógrafos eram cuidadosamente escolhidos – como ferramentas de persuasão cultural, como armas na guerra geopolítica.

Dom Luís da Cunha (1662-1749) se comportou dessa forma quando contratou, em fins da década de 1740, D’Anville, na época o principal geógrafo francês, para fazer um novo e atualizado mapa da América do Sul, com o intuito de subsidiar as negociações de limites entre as Coroas Ibéricas. Décadas mais tarde, foi a vez do *criollo* Francisco de Miranda (1750-1816) recorrer aos mapas e, dessa vez a William Faden, em seu esforço pela independência da América espanhola.

Em 1790, Miranda fez sua primeira reunião com autoridades britânicas, no caso o primeiro ministro, William Pitt (1759-1806), a fim de mostrar os seus planos para a independência das colônias espanholas na América. Para conquistar o auxílio inglês, Miranda recorreu “ao poder dos mapas para convencer” (Castillo, 2012, p.384). Nessa reunião, levou alguns mapas da América do Sul de D’Anville, os quais desenrolou sobre a mesa para mostrar a Pitt as nuances geográficas da América Espanhola, “mas Miranda sabia que na medida em que seus planos cresciam necessitava de mapas mais recentes e precisos da região” (Castillo, 2012, p.384). Foi por isso que entrou em contato com Faden, em 1792, para encomendar uma série de mapas sobre a América do Sul.

As negociações com os ingleses evoluíram e, em agosto de 1804, “Miranda voltou a contratar Faden com o propósito de provê-lo do arsenal cartográfico necessário para ilustrar seu plano de ataque na América do Sul” (Castillo, 2012, p.384). Com os mapas sobre a mesa, Miranda, William Pitt, Home Riggs Popham (1762-1820) e Henry Dundas (1742-1811) organizaram os detalhes da invasão, que, efetivamente, aconteceu, em 1806, mas que não terminou como planejado. Com a imagem debilitada, mas não

desacreditada, Miranda voltou para a Inglaterra em 1807, em meio ao turbilhão provocado por Napoleão Bonaparte na Europa, que teve reflexos diretos na América do Sul.

Foi nesse contexto que Faden publicou seu novo mapa da América do Sul, *Colombia Prima or South America* (Fig.02). Segundo a historiadora Lina del Castillo, Miranda exerceu grande influência sobre essa obra e “o indicador mais obvio que sugere que *Colombia Prima* poderia refletir a visão de Miranda é precisamente o título” (Castillo, 2012, p.385). Ao renomear a América do Sul sob nome de *Colombia*, Faden corroborava os anseios independentistas de Miranda que usava essa nova nomenclatura para se referir ao continente independente (Castillo, 2012, p.385 e 2017, p.119).

Figura 2: Colombia Prima or South America



Fonte: British Library, Coleção Topográfica do Rei George III, 1807.

Alguns anos antes, em 1783, Miranda começou uma viagem pelos Estados Unidos e foi nesse *tour* que conheceu uma nova nomenclatura que os republicanos norte-americanos utilizavam para se referir à América: *Columbia*. “O argumento de que o Novo Mundo deveria carregar alguma parte do nome de Cristovão Colombo ao invés de Américo Vespucci já circulava nas Américas e na Europa desde o começo do século XVI” (Castillo, 2017, p.116). De fato, como mostra a historiadora Andréa Doré, os mapas, com seus “elementos retóricos de efeito persuasivo, propagandístico ou especulativo”, são capazes de nomear e renomear a geografia de acordo com as circunstâncias (Doré, 2020, p.213). Foi assim que, no século XVI, alguns cartógrafos decidiram chamar a porção sul do novo continente descoberto por Colombo de *Peruana*, tendo como inspiração as imensas riquezas do Peru. Ao expandir o nome para todo o continente, esses homens desejavam que as riquezas peruanas também estivessem presentes por todas aquelas terras.

Porém, o “continente *Peruana* não vingou, mas a proposta desse nome, mesmo sem futuro, possui uma história que a tornou possível” (Doré, 2020, p.69). Da mesma forma, ao renomear a América do Sul, no alvorecer do século XIX, com o nome de *Colombia*, Faden dialogava com as inspirações independentes e republicanas dos Estados Unidos e com o desejo de alguns homens, como Miranda, de estender esses novos ares políticos para todo o continente. A grande questão é que o nome de Miranda não aparece em nenhum lugar no mapa, no subtítulo e nos espaços reservados para as explicações e advertências, o personagem que Faden cita com destaque é “sua Excelência o falecido Chevalier Pinto” (Rochette, 1807).

Faden se referia a Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804), o Visconde Balsemão, morto em 1804. Segundo o geógrafo inglês, o Chevalier Pinto, que conhecera quando ele ainda era embaixador de Portugal em Londres, não só forneceu vários mapas e documentos geográficos originais sobre o Brasil, como lhe sugeriu a própria ideia de construir um novo mapa da América do Sul. Mas porque Balsemão incentivou Faden a construir um novo mapa da América do Sul? E com que intenções foi autorizado a colaborar com mapas de áreas sensíveis do interior do Brasil?

Enquanto a Coroa espanhola estava preocupada em esconder e controlar a circulação do *Mapa Geográfico da America Meridional* (1775) de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla (1734-1790), temendo as implicações geopolíticas que o mapa poderia provocar, Portugal tomava a direção contrária. Os embaixadores portugueses na Europa, sempre muito bem relacionados e integrados ao circuito ilustrado das Artes e das

Ciências, eram autorizados por seus superiores a colaborar com escritores, filósofos e geógrafos estrangeiros fornecendo informações positivas sobre o colonialismo português. O objetivo era usar essas obras como canais para difundir, na opinião pública europeia, os interesses portugueses, disseminando uma interpretação positiva de seu império. O “Ministério dos Assuntos Estrangeiros português orquestrava o discurso de seus embaixadores na Europa, especialmente em Madrid, Londres e Paris, para conquistar a simpatia dessas cortes e da opinião pública de seus países. Eis as razões de seus titulares tornarem-se informantes” para a confecção dessas obras (Furtado, 2021a, p.10).

Foi com esse propósito que Balsemão forneceu informações sobre os povos indígenas brasileiros a William Robertson (1721-1793), para sua obra *The History of America*, publicada em 1777. Pouco tempo depois, foi a vez dele fornecer informações sobre o Brasil e suas fronteiras para o Abade Raynal (1713-1796), que preparava uma nova edição da sua obra *Histoire des deux Indes*, publicada em 1780. O encontro entre Balsemão e Raynal aconteceu na *South Audley Street* em Londres, a casa onde vivia a viúva do Almirante Boscawen (Edward Boscawen, 1711-1761), Fanny (Frances Evelyn Boscawen, 1719-1805), que desde a morte do marido passou a organizar encontros culturais e literários, reuniões que faziam parte de um circuito informal (com foco na participação das mulheres) conhecido como *Bluestockings Society*.

Naquele verão de 1777, a ida de Raynal a Londres agitou os salões informais da elite inglesa, pois todos queriam convidar o abade para reuniões em suas residências, ou em casas de campo. A presença de Raynal foi requisitada não só por Fanny Boscawen, mas por William Petty, o Lord Shelburne (1737-1805), por exemplo. E todos aproveitavam a oportunidade para convidar personalidades da elite, incluindo nesse círculo os representantes diplomáticos e suas famílias. Foi assim que Balsemão e sua esposa, chamada pelos ingleses de *Madame de Pinto*, conheceram Raynal.

Para os diplomatas, construir relações de sociabilidade nos locais onde residiam não era apenas uma questão fútil, era algo essencial para a realização do próprio trabalho diplomático, pois eram nesses espaços que os convivas trocavam confidências e segredos, além de conversarem sobre Política, Artes e Ciências. Aos diplomatas era essencial estabelecer bons relacionamentos, tanto nos circuitos políticos, como nos culturais. Balsemão alimentava um vívido interesse pela Geografia, pelas Ciências Naturais e pela Literatura, o que certamente lhe abriu diversas portas no circuito cultural inglês. Além disso, sua esposa, Dona Catarina (1749-1824), rapidamente se ambientou aos costumes ingleses e, por também possuir um grande interesse pela Literatura, foi

absorvida pelos clubes das senhoras britânicas. Em 1777, Horace Walpole (1717-1797) em carta para Anne FitzPatrick, a Condessa de Upper Ossory (1737-1804), debochava do francês de Dona Catarina, ainda carregado com o assento português. (Walpole, 1777, p.372) Todavia, as desconfianças e as brincadeiras sumiram, na medida em que a Madame de Pinto se integrava à sociabilidade inglesa.

Após voltar, em 1785, de uma licença de dois anos em Portugal, Balsemão se aproximou do embaixador dos Estados Unidos, em Londres, John Adams (1735-1826), com instruções para retomar as conversas sobre um tratado comercial entre Portugal e a recém-proclamada república americana. (Silva, 2002, p.310) As conversas evoluíram rapidamente e, em Março de 1786, Thomas Jefferson (1743-1826) foi de Paris para Londres, especialmente para tratar com Balsemão e Adams sobre o novo acordo. Além dos encontros diplomáticos, as famílias também começaram a se relacionar.

Mesmo ficando alguns anos fora de Londres, quando a família Balsemão retornou, os jantares e os encontros foram retomados e foi, em um desses encontros, que Dona Catarina convidou a família Adams, recém-chegada às Ilhas Britânicas, para se integrar à vida polida e educada inglesa. Segundo Abigail Adams (1744-1818), no inverno de 1786, Dona Catarina a convidou para um encontro em sua casa.

Eu fui de acordo. Estavam presentes cerca de duzentas pessoas. Eu não conhecia uma única senhora, somente de vista, tendo-as encontrado na Corte; e é uma regra estabelecida, que mesmo que nos encontremos até três noites por semana, nunca nos falamos ou nos conhecemos, sem sermos devidamente apresentadas. No entanto, não perdi tempo a conversar, sendo a Madame Pinto muito educada, e a maioria dos ministros estrangeiros presentes e jantaram conosco, a quem logo fui apresentada. Por ser domingo a noite, recusei jogar cartas (Adams, 1786).

A essa altura, Dona Catarina já tinha estabelecido uma reputação como poetisa e anfitriã e, na noite de 25 de Abril de 1786, ela e Balsemão receberam, em casa, a visita de Jefferson e Adams, que procuravam o embaixador português para finalizarem o acordo comercial que vinham negociando. Pouco tempo depois, no final daquele ano de 1786, Jefferson começaria as tratativas, com Faden, para reeditar o *Mapa Geografia da America Meridional* de Olmedilla (Fig.03). Os mapas poderiam ter sido um dos assuntos tratados pelos embaixadores? Os três – Balsemão, Jefferson e Adams – tinham grande interesse pela Geografia e eram colecionadores de mapas⁶ e, certamente, esse

⁶ A livraria de John Adams, que continha mais de 3 mil volumes, foi doada em 1894 para a Biblioteca Pública de Boston. Já Thomas Jefferson chegou a desenhar seus próprios mapas como *A Map of the country between Albemarle Sound, and Lake Erie, comprehending the whole of Virginia, Maryland, Delaware, and Pennsylvania, with parts of several other of the United States of America*, feito em 1786. Grande parte da sua coleção de mapas, cartas e outros textos geográficos está, atualmente, na *Library of*

assunto fez parte de suas conversas. Como tinham uma relação amigável, é razoável supor que poderiam até ter trocado informações sobre o projeto cartográfico de Jefferson.

Uma colaboração cartográfica

De fato, no final da década de 1780, Faden estava consolidando seu nome como o principal geógrafo e editor de mapas da Inglaterra e, por isso, estava envolvido em uma série de projetos que iam desde os levantamentos topográficos dos condados ingleses até a feitura de mapas da Europa, América Central e da Índia. A proposta de Jefferson, com certeza, mostrou-se interessante para ele, porque representava a oportunidade de se aventurar em uma área – a América do Sul - na qual não tinha publicações. Além disso, o mapa de Olmedilla se encaixava no seu propósito editorial, pois apesar de abranger uma grande área, sua escala permitia a representação de muitos detalhes.

Congress em Washington, DC. Parte da mapoteca que pertenceu a Balsemão está sob a guarda da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

Figura 3: Mapa Geográfico da América Meridional



Fonte: William Faden, John Carter Brown Library, 1799.

Por um lado, “Faden não estava limitado a um orçamento determinado por uma agência governamental”, pois o título de Geógrafo do Rei era apenas honorífico, assim “ele podia decidir por si mesmo sobre o risco e quanto investir na produção de um

mapa” (Pedley, 2005, p.142). Por outro lado, ele sabia que teria um público cativo nas classes mercantil e política, interessadas nos mapas mais elaborados. “O gosto por mapas de George III”, por exemplo, “significava que os gastos com livros e mapas chegavam perto de £1.000, por ano, crescendo para £1.500, por ano, depois de 1770” (Pedley, 2007, p.28). Esse público não se importava com o preço dos mapas, pois o que lhes interessava era obter “mapas copiados ou feitos por um geógrafo com boa reputação, um cujo nome estivesse associado a uma Academia, uma Sociedade ou ao patrocínio real”, como era o caso de Faden. “Eles queriam mapas legíveis, que poderiam enfeitar as paredes e que continham algo novo, mesmo se o ‘novo’ não pudesse ser diferenciado do velho” (Pedley, 2007, p.26).

Provavelmente, Balsemão conheceu Faden logo nos primeiros anos em que passou a morar na Inglaterra. Afinal, um dos principais temas da sua correspondência diplomática, naquele momento, era a Guerra de Independência Americana, cujo desenrolar poderia ser acompanhado pelos mapas publicados por Faden – que o Embaixador certamente consultava, como o fazia a maior parte do público inglês. Todavia, as relações entre os dois devem ter se estreitado a partir de 1785, pois no fundo primitivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, que reúne os mapas que compunham a coleção pessoal de Balsemão, praticamente todos os itens ligados a Faden são posteriores a essa data. Um desses exemplares, que provavelmente era de seu grande interesse por se tratar de uma área disputada por franceses, holandeses, ingleses e portugueses, era o mapa da costa da Guiana, intitulado *The coast of Guyana from Oroonoko to the River of Amazons and the Inland Parts*, desenhado por Louis S. D’Arcy de la Rochette e publicado por Faden. Outro mapa pertencente ao acervo de Balsemão, que se transformou em um dos trabalhos mais famosos de Faden, é *Memoir of a Map of Hindoostan or the Mogul’s Empire*, de James Rennell (1742-1830).

Anteriormente, em 1781, Balsemão conseguiu adquirir, por meio de seus contatos na Holanda, um exemplar do raríssimo Atlas manuscrito, do século XVII, intitulado *Razão de Estado do Brasil*, de Albernaz I. (Costa, 2012a, p.140). Em 1788, foi a vez de Balsemão aumentar sua biblioteca adquirindo algumas publicações de um leilão de obras duplicadas da *British Library* (Costa, 2012b, p.98). Esses exemplos revelam seu interesse colecionista e como o Visconde tinha um bom trânsito nesse circuito, por isso a hipótese de ter se aproximado de Faden, logo depois de ter passado a viver na Inglaterra é bastante plausível.

Nesse mesmo período, as expedições demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso (1777) avançavam e começavam a produzir seus primeiros mapas. Como

ressalta Jaime Cortesão, desde a produção do *Mapa das Cortes*, em 1749, foram várias as tentativas, capitaneadas principalmente por governadores de Brasil, de construir um novo mapa síntese de toda a colônia (Cortesão, 1968, p.355). O objetivo era apresentar uma carta atualizada, assentada nas medições feitas pelas expedições demarcatórias.

Por isso, ao saber que Faden reeditaria um mapa da América do Sul, incitou o geógrafo a não se prender somente a realizar uma cópia de um mapa já existente, mas que ele construísse um novo e atualizado mapa do continente, para o qual Balsemão forneceria informações sobre o Brasil e influenciaria o desenho de suas fronteiras, de acordo com os interesses portugueses.

A Influência dos Interesses Sociais, Políticos e Econômicos na Cartografia

A cartografia, muitas vezes vista como um espelho objetivo da realidade geográfica, é, na verdade, profundamente influenciada por uma miríade de interesses sociais, políticos e econômicos. A representação visual de territórios e fronteiras em mapas não é meramente uma transcrição imparcial dos contornos geográficos, mas reflete ativamente as intenções e perspectivas dos indivíduos que moldaram essas representações.

Dentro da sociedade iluminista, políticos e indivíduos ligados ao Estado, a circulação de informações e objetos cartográficos se tornou um componente estratégico. A rede de relações entre geógrafos, diplomatas, governantes e colecionadores influenciou a produção e disseminação de mapas, que não aconteciam em um vácuo isolado. Por meio dessas conexões, os mapas não eram apenas representações neutras de dados geográficos, mas refletiam agendas mais amplas.

Um aspecto crucial a ser considerado é a questão da neutralidade dos mapas. Embora apresentem um aspecto factual e objetivo, carregam as marcas das influências dos interesses subjacentes. Os mapas são produtos culturais que refletem as intenções e visões de quem os elabora. Desde a delimitação de fronteiras até a atribuição de nomes geográficos, as escolhas cartográficas são permeadas por objetivos políticos e econômicos.

Dessa forma, as intenções geopolíticas moldaram os mapas de maneiras sutis, cabendo aos historiadores a tarefa de desvelar esses caminhos. As fronteiras, por exemplo, podem ser desenhadas de maneira a reforçar reivindicações territoriais. Os nomes geográficos podem ser escolhidos para reforçar identidades nacionais ou contestar dominações estrangeiras. Esses são exemplos que ressaltam a importância de

considerar os mapas de forma crítica, reconhecendo que eles frequentemente refletem agendas e perspectivas distintas das percebidas objetividades e neutralidades, propagandeadas pela geografia iluminista.

Consequentemente, cabe ao historiador interpretar e usar os mapas como fontes históricas que foram construídas em um contexto determinado. Reconhecer a influência dos interesses sociais, políticos e econômicos na cartografia permite uma compreensão mais precisa de como os mapas são construídos e como podem ser interpretados. Isso nos convida a enxergar os mapas não apenas como representações geográficas, mas como artefatos que carregam consigo as complexidades e interesses da sociedade em que foram produzidos.

Referências

- ADAMS, A. Selected Letters: To her Niece. Abigail Adams to Betsey. London, April 2nd, 1786. In: WARNER, Charles Dudley, et al. *Library of World's Best Literature*. New York: Warner Library Co., 1917; Bartleby.com, 2015.
- BRITISH MUSEUM, D,1.120-132, 1774-1787. *Print, Visiting-Card*
- CÁCERES, Luiz d'Albuquerque de M. P. e. *Nova Carta da América Meridional*. 152,5x274,5cm. The National Archives, WO 78/998, [1789].
- CASTILLO, Lina del. La cartografía impresa en la creación de la opinión pública en la época de Independencia. In: MARTÍNEZ, Francisco A. O. & SILVA, Alexander C. (Eds.). *Disfraz y pluma de todos. Opinión pública y cultura política, siglos XVIII y XIX*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2012, pp.377-420.
- CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: MRE/Instituto Rio Branco, 1968.
- COSTA, Júlio M. R. No rasto português da biblioteca científico-médica de Hans Sloane: problemas e evidências. *Páginas a&b: arquivos e bibliotecas*, S. 2, 9, 2012b, p. 91-108.
- COSTA, Júlio M.R. Alguns livros científicos (séc.XVI e XVII) no “inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 14.1, 2012a, 131-158.
- COSWAY, Richard. *Madame de Pinto*, 12,1x7,6cm, The Huntington Library, Art Museum and Botanical Gardens, 27.157.
- DORÉ, Andréa. *Cartografia da Promessa: Potosi e o Brasil em um continente chamado Peruana*. São Paulo: Intermeios, 2020.
- EDNEY, M. Mathematical Cosmography and the Social Ideology of British Cartography, 1780-1820. *Imago Mundi*, vol. 46, pp.101-116, 1994.

EDNEY, M.&PEDLEY, M. Writing Cartography's Enlightenment. *The Cartographic Journal*, 57:4, pp.312-334, 2020.

FADEN, William. *Mapa geográfico de América Meridional Dispuesto y gravado por D. Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, geogfo. pensdo. de S.M. Individuo de la Rl. Academia de Sn. Fernando, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais, teniendo presentes Varios Mapas y noticias originales con arreglo á observaciones astronómicas, Año 1775*. Londres: Publicado por Guillermo Faden, Geografo del Rey, y del Principe de Gales, Enero 1 de 1799. 62x65cm. John Carter Brown Library, Cabinet G799/1, 1799.

FURTADO, Junia F. Cartography in dispute: the frontiers of Brazil in Abbé Raynal's *Histoire des Deux Indes*. *Culture&History Digital Journal*, 10(2), December 2021, e019, pp.1-25.

FURTADO, Junia F. *O mapa de inventou o Brasil*. Rio de Janeiro: Versal, 2013

GARCIA, João C. (org.). *A mais dilatada vista do mundo: inventário da coleção cartográfica da Casa da Índia*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

PEDLEY, Mary Sponberg. O comércio de mapas na França e na Grã Bretanha durante o século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol.23, n.37, p.14-30, jan./jun.2007.

PEDLEY, Mary Sponberg. Selected papers from the 16th international conference on the history of cartography: Maps, war, and commerce: Business correspondence with the London map Firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, 48:1, 1996, 161-173

PEDLEY, Mary. *The Commerce of Cartography: Making and Marketing Maps in Eighteenth-Century France and England*. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

ROCHETTE, Louis S. D. de la. *Colombia Prima OR SOUTH AMERICA, In which it has been attempted to delineate the Extent of our Knowledge of that Continent : Extracted Chiefly FROM THE ORIGINAL MANUSCRIPT MAPS OF His Excellency the late Chevalier Pinto; Likewise from those of João Joaquim da Rocha, João da Costa Ferreira; El Padre Francisco Manuel Sobreviela &c. AND FROM MOST AUTHENTIC EDITED ACCOUNTS OF THOSE COUNTRIES / Digested & Constructed BY LOUIS STANISLAS DARCY DE LA ROCHETTE*. London: Published by Wiliam Faden, Geographer to His Majesty and to His Royal Highness the Prince of Wales, June 4th 1807. Scale approximately 1:3, 200, 000, 239 x 164 cm. Part of King George III's Topographical Collection. British Library, 018640974, 1807.

SILVA, J. J. da C. R. da. Luís Pinto de Sousa Coutinho: 'an English gentleman'. In: *Ideário político de uma elite de Estado: corpo diplomático (1777/1793)*, Lisboa, Calouste Gulbenkian, p. 187-312, 2002.

TORBERT, Emily K. *Dissolving the Bonds: Robert Sayer and John Bennett, print publishers in na age of revolution*. Tese. Newark: University of Delaware, 2017.

WALPOLE. Walpole to Lady Ossory, 24 August, 1777. In: LEWIS, W. S. (ed.) *The Yale Edition of Horace Walpole's Correspondence*. v.32. New Haven: Yale University Press, 1965, p.372.

WITHERS, Charles W. J. *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically about the Age of Reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

WORMS, L. The Maturing of British Commercial Cartography: William Faden (1749-1836) and the Map Trade. *The Cartographic Journal*, 41:1, pp.5-11, jun.2004.

Artigo recebido em 30/05/2023

Aceito para publicação em 13/11/2023

**A IMPRENSA AUSENTE NA AMÉRICA PORTUGUESA:
“Notas para uma revisão historiográfica sobre a censura no Antigo
Regime”**

**THE ABSENT PRESS IN PORTUGUESE AMERICA:
“Notes for a historiographical review on censorship in the Old
Regime”**

Jerônimo Duque Estrada de BARROS¹

Resumo:

Ainda paira sobre a historiografia brasileira uma questão não completamente respondida: por que em todo o período colonial quase não houve tentativas de fundar oficinas de tipografias, ou seja, uma imprensa na América portuguesa? O artigo foca na tentativa de avaliar a influência da censura portuguesa para esse fenômeno e indica a necessidade de revisão historiográfica para o avanço das investigações sobre o tema. Prega, sobretudo, o afastamento de concepções contemporâneas associadas às noções de liberdade de imprensa e censura que seriam exóticas à sociedade luso-americana de Antigo Regime. O objetivo é demonstrar que a renovação bibliográfica pode revelar novas perspectivas e ampliar a compreensão das condições de existência da cultura letrada da época moderna na América lusa.

Palavras Chave: tipografias, censura, liberdade, América portuguesa, Antigo Regime.

Abstract:

A question that still needs to be answered entirely still hovers over Brazilian historiography: Why, throughout the colonial period, were there almost no attempts to found typography workshops, that is, a press in Portuguese America? The paper focuses on the attempt to evaluate the influence of Portuguese censorship on this phenomenon and indicates the need for a historiographical review to advance investigations on the topic. Above all, it preaches the departure from contemporary conceptions associated with notions of freedom of the press and censorship that would be exotic to the Portuguese-American society of the Old Regime. The objective is to demonstrate that bibliographical renewal can reveal new perspectives and broaden the understanding of the conditions of the existence of modern literate culture in Portuguese America.

Keywords: typography, censorship, freedom, Portuguese America, Old Regime.

As teorias e paradigmas originários do iluminismo teriam forjado, desde finais do século XVIII, uma recorrência de temas que caracterizariam a cultura portuguesa desde a época de D. João III. Para Diogo Ramada Curto, as ideias iluministas “foram suscitadas com particular intensidade ao longo do século XX” e “ainda não perderam a capacidade de orientar a história das culturas na Europa, em Portugal e no Brasil”

¹ Jerônimo Duque Estrada de Barros, Mestre em História pela UFF, atualmente doutorando em História na PUC/RJ, interessado no acesso dos súditos luso-americanos à tipografias até a primeira metade do século XVIII.

(CURTO, 2014, p. 151). As narrativas destinadas “a pensar as razões da decadência de uma cultura portuguesa” afirmavam que a formação teológica e neoescolástica, em detrimento ao aprofundamento da cultura humanista e entrincheirada “nas visões obscurantistas da pureza ortodoxa da fé (e de sangue), contrárias à tolerância da liberdade de consciência”, teriam feito a cultura decair e não se modernizar. Quanto ao Brasil, a imagem da historiografia em relação à cultura letrada – sobretudo por causa da ausência de imprensas – teria se desenvolvido na perspectiva de que se tratou de um “atraso imposto por uma metrópole já atrasada” (CURTO, 2014, p. 152).

Alinhada às perspectivas tradicionais descritas por Curto, a historiografia brasileira desde meados do século XIX e, sobretudo no século XX, promoveu a noção de que a ausência de tipografias – e universidades – na América lusa seria resultado da vigilância da metrópole, contrária à possibilidade de desenvolvimento sócio-político que a imprensa poderia promover. Em Sérgio Buarque de Holanda encontramos exemplos das afirmações que estão na maior parte da historiografia desse período. A política da administração lusitana seria oposta “ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil”, pois faria “parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (HOLANDA, 1979, p. 85-87). A opressão, o obscurantismo e o fanatismo perpetrados pelo Estado e pela Igreja no próprio reino até o século XIX, se somariam – na América – às necessidades intrínsecas da atividade de colonização.

As primeiras críticas ao senso comum são de José Marques de Melo, em *História social da imprensa*² o sociólogo destacou uma característica importante da legislação portuguesa para controle da produção e circulação de impressos no ultramar, sobretudo na América: “O que se costuma apresentar como prova de intransigência lusa são documentos legais expedidos para atender a situações específicas de desrespeito às normas vigentes e da burla à vigilância das autoridades” (MELO, 2003, p. 99).

Quanto à historiografia que acreditava em uma legislação rígida de Portugal, Melo afirmava que:

Realiza um tipo de análise que procura explicar o fenômeno a partir dos seus presumíveis efeitos. Ao dizer que a imprensa deixa de funcionar na colônia porque poderia provocar a ruptura do sistema de dependência a Portugal, ensejando a sua emancipação política, evidentemente aqueles escritores fazem um julgamento que acentua as consequências possíveis, deixando de correlacioná-las com as reais

²Publicada em 1973 e reeditada em 2003.

causas (e não as aparentes: “legislação restritiva”) que produziram o retardamento (MELO, 2003, p. 111).

Ao descartar a tese de “legislação restritiva”, Melo aponta razões sócio históricas que, a seu ver, explicariam o retardamento da imprensa na América lusa (SOUSA, 2018, p. 17). Defende a ideia, igualmente popular na historiografia do período, de que a ausência de imprensa confirmaria a inexistência ou debilidade da cultura letrada colonial. Em resumo, a escassez material, o elevado custo de produção e a ausência de um público leitor inviabilizariam um mercado colonial de impressos. Laurence Hallewell, entusiasta da mesma ideia, afirma que em meados do século XVIII, existiriam apenas “1250 fregueses em potencial”, caso uma tipografia fosse implementada na América portuguesa (HALLEWELL, 1985, p. 15).

Melo sinaliza um descompasso entre a realidade colonial e as teorias históricas, ou seja, é crítico à noção de que o colonialismo, por seu domínio político e exploração econômica, exigiria uma legislação colonial e especialmente rígida em relação ao acesso dos colonos a tipografias. Em termos de censura, de fato, não havia legislação que diferenciasse luso-americanos ou determinasse o espaço colonial como proibido *a priori* de publicar ou consumir impressos. Não se trata de afirmar que as colônias estavam livres de legislação hostil a uma eventual expansão de tipografias, mas que as normas que regulavam o acesso dos colonos aos livros e à imprensa eram as mesmas que regulavam a sociedade portuguesa em geral.

A partir de finais do século XX a renovação historiográfica a respeito da cultura ou hábitos letrados luso-americanos evidenciou algumas contradições e ambiguidades entre antigas teorias historiográficas e a realidade institucional e histórica colonial. A noção de oposição absoluta da metrópole a toda e qualquer manifestação letrada é substituída por perspectivas historiográficas que investigam as manifestações letradas possíveis, toleradas e até incentivadas na América. A maior compreensão das manifestações da cultura letrada no Antigo Regime europeu, muitas vezes dissociadas do número de leitores ao modo contemporâneo, torna, por exemplo, problemáticas as análises que formulavam cálculos baseados no público leitor para justificar a debilidade do mercado colonial de impressos. A historiografia atual demonstra que, embora excludente e localizada no tempo e no espaço, não há dúvidas do cultivo de hábitos letrados europeus na sociedade luso-americana.

Hoje admite-se que expressões culturais parcialmente mediadas por impressos como bibliotecas, instrução escolar – sobretudo jesuítica – aulas militares, academias literárias e teatros, tiveram assento assegurado nas principais praças da América e com

considerável aumento no século XVIII. Na primeira metade do Setecentos já havia uma ampla variedade de materiais impressos em Portugal que circulavam na América e que indicam um mercado possível e parcialmente expresso na tentativa de fundar uma tipografia no Rio de Janeiro, entre 1746 e 1750 (BARROS, 2012, p. 111-146).

Mas, apesar da renovação historiográfica, quando o tema é a ausência de tipografias, sobretudo no tocante ao papel do Estado português na inibição de tipos na América, de modo geral ainda se recorre a afirmativas de que a liberdade de expressão e o desenvolvimento individual e social promovidos por uma imprensa seriam incompatíveis com a colonização lusa. Ainda que se demonstre que não havia para todo o período e em todas as regiões coloniais escassez material ou vigilância metropolitana que inviabilizasse hábitos letrados, a ausência de imprensa é explicada a partir de antigas perspectivas historiográficas.

A concepção moderna de liberdade e censura

Em *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*, Robert Darnton investiga de modo inovador a evolução e funcionamento da censura de matriz europeia entre os séculos XVIII e XX. A primeira afirmativa do autor na obra é: “a visão maniqueísta da censura exerce apelo especial quando aplicada na era do Iluminismo, pois ele é visto facilmente como uma batalha da luz contra as trevas” (DARNTON, 2016, p. 19).

Para Darnton, a oposição alimentada e sustentada por vários pensadores já no século XVIII entre razão e obscurantismo, liberdade e opressão, tolerância e fanatismo, foram percebidas no iluminismo como expressões de forças paralelas. Atuariam na política e na sociedade moderna colocando em lados opostos a opinião pública “mobilizada pelos *philosophes*” e o poder da Igreja e do Estado. Apesar de atualmente as pesquisas evidenciarem contradições e ambiguidades entre as teorias e a realidade institucional e histórica do chamado período iluminista, “quando chegam ao tema da censura, as interpretações históricas geralmente opõem a atividade repressiva dos funcionários administrativos às tentativas de escritores para promover a liberdade de expressão” (DARNTON, 2016, p. 19).

Essa vertente de interpretação seria fruto, segundo Darnton, de uma perspectiva do liberalismo clássico e do compromisso com a defesa dos direitos humanos, ou seja, de um ponto de vista moderno, “derivado ele mesmo do Iluminismo”. Mas “qualquer que seja sua validade como forma de adaptar juízos de valor à objetividade histórica, ela

se ressentem da carência de bases de pesquisa sobre como os censores de fato operavam” (DARNTON, 2016, p. 20).

A pesquisa de Darnton incluiu a censura francesa no século XVIII, a inglesa na Índia oitocentista e a do Estado soviético na Alemanha Oriental no século XX. Classificando de “abordagem antropológica”, o autor analisa uma série de documentos produzidos por agentes da censura, aproximando-se assim do fazer diário dos censores. Embora não seja possível adotar semelhante metodologia, acreditamos na utilidade de algumas das hipóteses formuladas por Darnton para renovação de parte da historiografia colonial. Entre as questões que ele investiga, uma representa em parte o que se persegue: “De que forma podemos entender a censura em um sistema que impunha respeito num mundo organizado segundo outros princípios?” (DARNTON, 2016, p. 37).

Cabe então tentar elucidar o que seria a abordagem contemporânea, que Darnton identifica como derivada do iluminismo e do liberalismo, e sua possível influência na historiografia que pretendeu explicar as razões pelas quais a imprensa não foi uma realidade na América portuguesa.

Em um sentido histórico, os procedimentos de controle de textos remontam às origens da humanidade e “geograficamente, todas as culturas, inquisitoriais ou não, desde a Antiguidade até os nossos tempos, usaram procedimentos textuais de purificação, da supressão à substituição” (BAUDRY, 2020, p. 60). No sentido institucional a censura teria se originado no império romano e não estava associada à escrita, pois o censor romano seria “o agente responsável pelo censo e aquele que deveria levar a cabo a vigilância moral” (NODARI, 2012, p. 30). Na Grécia e depois em Roma – onde promovia-se a censura por meio do ostracismo –, pensadores, oradores e políticos teriam sido exilados em razão de suas alianças políticas e não por perseguição a seus escritos (SCHWENGBER, 2020, p. 360).

Segundo Alexandre Nodari, a Idade Média foi o período de “censura total”, justificada pelo poder espiritual da Igreja cujo paradigma era o próprio exemplo de Cristo. Haveria no cristianismo medieval a coincidência entre a vida e a lei no corpo do Messias, a “primeira e autêntica biografia jurídica (no sentido literal) que o Ocidente conheceu” (LUDUEÑA ROMANDINI, 2012). No direito canônico a censura designava “um dos dois grandes conjuntos de punições ou penas”, as medicinais e as expiatórias:

As penas que se reuniam sob o manto da censura – *excommunicatio*, interdito e suspensão (...) eram “medicinais” porque visavam curar a alma do ofensor (...) a censura católica era, em tese, limitada no tempo,

durando até o arrependimento e/ou penitência do ofensor (NODARI, 2012, p. 71).

Por esse prisma, fundamentada no exemplo inimitável de Cristo, a censura estava ligada ao comprometimento de guiar os fiéis que, por sua vez, deveriam voluntariamente orientar-se pelo exemplo a ser imitado. Assim, Jesus:

Adquiriu um caráter exemplar justamente pela grandeza de seus méritos, por exceder a normalidade, por brilhar mais que ela: deste modo, o exemplo constitui o próprio parâmetro – literalmente, medida que está ao lado: ao lado da medida – do caso normal, ao colocar-se como medida perfeita deste (NODARI, 2012, p. 72).

Nos mosteiros, as resistências à interiorização voluntária das regras eram passíveis de punições de “um significado essencialmente moral e corretivo, comparáveis à terapia prescrita por um médico” (AGAMBEN, 2011, p. 44). De modo geral, a censura era “este remédio receitado pelos sacerdotes” voltado à interiorização da “nova lei, na medida em que ela atua justamente sobre a forma de vida, os costumes (Biôn), visando fazer a imagem de cada um coincidir com o exemplo de Cristo” (NODARI, 2012, p. 72-73).

Na cristandade medieval, a doutrina teológico-jurídica consideraria a censura um dos elementos essenciais do poder espiritual, uma espécie de “censo católico” que igualou as crenças, opiniões e saberes aos atos voluntários de um sujeito, tornando-os objetos da lei sob o binômio obediência e transgressão:

Convertia os pensamentos em ações, tornando-os passíveis de punição pela lei (que, na tradição jurídica ocidental, só pode atingir atos). O fundamento do poder espiritual consistia, assim, na equiparação do pensamento (da consciência) a uma práxis voluntária do sujeito, e, portanto, na articulação de tal pensamento-ação com a esfera da lei (...) só não acreditava nos dogmas da Igreja quem não queria, isto é, quem escolhia não ter fé (que se constituía, assim, como um verdadeiro oximoro: uma “certeza voluntária”). O sujeito cujo pensar é uma ação autônoma está também sujeito à sujeição do seu pensar (NODARI, 2012, p. 73).

Segundo Nodari, a noção de fé (*fides*), ou seja, a adesão puramente arbitrária, voluntária e soberana de um sujeito a um saber, seria essencial ao entendimento da censura como terapia para interiorizar a lei e restaurar a sociedade. Nesse sentido, a fé expressaria uma forma precisa da gênese do saber em relação a um sujeito, sua gênese prática (NODARI, 2012, p. 73). A bula *Licet ad capiendos* de 1233, que instituiu a

Inquisição, confirmaria a deliberada ação de controle de ideias, ao anunciar que para vencer a oposição ao catolicismo, se buscaria ajuda nas autoridades seculares e, se necessário, seriam impostas “censuras eclesiásticas inapeláveis” aos acusados de defender heresias (GREGÓRIO IX [1233], 1729).

Na Idade Moderna a censura foi abordada por pensadores que teorizaram acerca da formação do Estado moderno e, sobretudo a partir do século XVIII, pelos principais críticos dos poderes estabelecidos. Durante o século XVI houve a popularização da imprensa na Europa. Assim, a sistematização da censura aos livros se fez necessária e associou-se ao processo de produção de impressos sem deixar de ser um mecanismo de controle de almas. O papel da imprensa na Reforma protestante fez com que praticamente todos os Estados, independentemente da extensão, credo, ou ainda do regime político, adotassem algum tipo de censura literária e mecanismos de controle da circulação de impressos (SABATO, 2014, p. 55; TORTAROLO, 2016).

A sua implementação e desenvolvimento foram favorecidos pela existência na Europa de práticas herdadas da Idade Média (...) associadas à censura eclesiástica e outras posteriores, surgidas como uma reação das autoridades civis e eclesiásticas na sua ânsia de controlar o perigoso potencial representado pela expansão das gráficas (PÉREZ, 2003, p. 270).

Apesar dos diferentes arranjos no tempo e no espaço, nos Estados católicos a tarefa era, em geral, dividida entre o poder laico e a Igreja. Pelo dever de expansão da fé e do controle de heresias, o clero viu-se implicado tanto na promoção de tipografias, quanto na responsabilidade de examinar e corrigir impressos. Não é incomum que em reinos católicos como Portugal, os bispos tenham sido os primeiros difusores e incentivadores dos prelos e, ao mesmo tempo, pioneiros nos exames prévios de textos e na perseguição a impressos heréticos. O aumento do interesse, mas também do receio dos alcances políticos e culturais do livro, assim como o crescimento do comércio e do lucro, fizeram com que os bispos (muitas vezes representantes de poderes locais) fossem substituídos ou – como no caso luso – dividissem com o Estado e/ou a Inquisição a tarefa de examinar e fiscalizar a circulação de impressos (PAIVA, 2007; FEITLER, 2006).

Considerando a época moderna como um todo, nos reinos católicos o arranjo entre os poderes laicos e a Inquisição se fez de diferentes maneiras na censura. Havia desde Estados que, movidos por interesses políticos e fiscais, se sobrepunham aos poderes eclesiásticos, até regiões em que na prática a Inquisição protagonizava ou

monopolizava a política de controle de impressos. A França seria a melhor representante de uma censura estatal, enquanto Espanha, Portugal e regiões da Península Itálica aproximam-se mais do modelo com influência ou preponderância inquisitorial (SABATO, 2014; CHARTIER, 1999; MARTINS, 2005).

As regiões protestantes também apresentavam diversos arranjos e, em razão da maior diversidade religiosa, havia mais liberdade de expressão se comparadas aos principais reinos católicos. Mas, atualmente, admite-se que a tolerância se construiu muito mais por questões práticas do que humanitárias. Na maioria das vezes, não se dispunha dos instrumentos de coerção necessários para impor unificação doutrinal. Na atual Holanda, por exemplo, no “sistema político descentralizado da República, não havia uma autoridade que, sozinha, fosse capaz de estabelecer uniformidade para todo território” (SCHWENGBER, 2020, p. 347). No protestantismo “a flexibilidade do que era permitido variava consideravelmente de região para região”, ou seja, não haveria “uma política sistemática de censura, mas existiam dispositivos que, por meio de pressão social ou perseguição localizada, restringiam a circulação de valores e pontos de vista do catolicismo” (PRICE, 1998, p. 87-88; SCHWENGBER, p. 347).

Na Inglaterra do século XVII podemos encontrar as origens de parte dos conceitos contemporâneos de liberdade civil, em especial da liberdade de imprensa contra a censura prévia. A diversidade religiosa, a tradição de delegar aos livreiros de Londres – *Stationers Company* – o monopólio do mercado editorial e as guerras civis no século XVII colocaram o debate da liberdade de imprensa no centro do desenvolvimento do liberalismo inglês (TORTAROLO, 2016).

O sistema de produção tipográfica inglês desenvolveu-se em associação a um sistema de controle de impressos que, gestado entre os séculos XVI e XIX, tornou a Inglaterra um caso singular na Europa moderna. Em 1643 o Parlamento havia implementado a Ordenação de Licença (*Ordinance for the Regulating of Printing*) numa tentativa de restabelecer os mecanismos estatais de controle de impressos, como a censura prévia, abalados pelas guerras civis. *Areopagítica*, discurso de John Milton de 1644 em oposição a tais medidas, pode ser interpretado como a origem da noção contemporânea dos efeitos da censura na sociedade. O elogio à liberdade de imprensa foi também oportunidade de questionar os princípios que a maioria calvinista tentava impor ao Parlamento. Por isso Milton não abordou a questão sob o prisma da relação entre religião e Estado, e concentrou-se na demonstração da iniquidade da censura prévia (FORTUNA in MILTON, 1999).

Areopagítica prega a oposição ao modelo de censura prévia elaborado por Roma a partir do Concílio de Trento (1545-1563) e associa a prática à tirania inquisitorial contra a fé protestante. O triunfo das religiões reformadas, nascido da crítica às práticas da Igreja Católica, era prova da inutilidade da censura prévia. Ao aprofundar a relação entre liberdade e busca pela virtude e verdade, o discurso de 1644 foi texto de referência para o liberalismo inglês do século XIX. Resgatando debates fundamentais ao protestantismo, como a abolição da confissão ou a defesa da leitura da bíblia em língua vulgar, o discurso prega a impossibilidade de tornar as pessoas virtuosas pela coerção externa. O combate à corrupção moral deveria ser feito aprimorando o poder da escolha racional dos indivíduos. A censura só impediria o exercício da faculdade do juízo e da escolha, desestimularia todo tipo de estudo, humilharia a nação e cultivaria um ambiente de perene estupidez (FORTUNA in MILTON, 1999).

A partir de final do século XVII, desenvolveu-se na Inglaterra um sistema que, ao invés de praticar a censura prévia, investia na responsabilização jurídica. Por isso Darnton aponta que os processos por calúnia seriam até a metade do século XIX o principal instrumento inglês de limitação da liberdade de imprensa. Só na segunda metade do novecentos, os promotores ingleses teriam sido obrigados a produzir provas de danos causados à reputação dos indivíduos, não se baseando apenas em observações e comentários genéricos (DARNTON, 2016, p. 110).

A defesa do direito à liberdade de expressão foi aprimorada por séculos na Inglaterra, além de conviver com tentativas de restabelecer a censura estatal. O discurso *On Liberty* de 1859 de John Stuart Mill foi chamado por alguns de a nova *Areopagítica* e, de fato, resgatava palavra por palavra alguns argumentos de 1644. A distância cronológica entre Milton e Mill demonstra que a evolução do conceito de liberdade de expressão nos textos constitucionais ingleses, e ocidentais em geral, dependeu do desenvolvimento de direitos civis e humanos e, em última instância, da própria democracia contemporânea (O'ROURKE, 2001, p. 145; CAMPONEZ, 2010).

Quanto aos processos de impressão em si, ou seja, ao modo legal e regular de transformação de manuscritos em impressos, houve na Inglaterra o desenvolvimento de um sistema que desde o século XVII foi dominado pelos livreiros. De um lado havia o poder de regulação da corporação de livreiro-gráficos de Londres, que conferia alguns poderes de censura, e do outro a normatização do controle dos monopólios sobre as edições. Era um mecanismo relativamente simples:

Quando o livreiro ou um gráfico londrino adquiria um manuscrito, ele o registrava pela comunidade e, a partir desse registro, pretendia possuir esse manuscrito de maneira perpétua e imprescritível, tendo portanto o direito exclusivo de editá-lo e reeditá-lo indefinidamente (CHARTIER, 1999, p. 54-55).

O sistema inglês é o precursor daquilo que hoje entendemos como *copyright*, o que mostraria a influência das diretrizes inglesas iniciadas no século XVII para a compreensão contemporânea dos direitos autorais e da liberdade de expressão. Mas considerando as monarquias católicas de Antigo Regime – e Portugal em especial – os fundamentos do modo inglês do controle de impressos eram completamente estranhos, especialmente até meados do século XVIII, quando o iluminismo deu novas dimensões ao debate em toda a Europa.

Desde o século XVI, mas principalmente nos séculos XVIII e XIX, a temática de censura e liberdade de expressão foi amplamente debatida a ponto de moldar o modo como seriam interpretadas futuramente. De acordo com Darnton os conceitos modernos “passam a condicionar o próprio significado social da censura”, atribuindo à prática de exame prévio dos livros características que, embora se pautem pelas teorias liberais e iluministas, não se confirmam na investigação das práticas diárias de censura (DARNTON, 2016, p. 20 e p. 110). Não caberia analisar e expor a evolução complexa desses conceitos e nuances entre o amplo espectro de autores que poderíamos incluir no iluminismo e liberalismo. Nossa estratégia é explorar alguns textos sínteses, que demonstram o que foi aceito e consagrado a partir de pensadores do século XVIII europeu e consolidado no século XIX, sobre o modo como as ciências sociais deveriam interpretar e investigar o fenômeno histórico da censura e da supressão da liberdade de expressão.

Ao ser provocado pelo jornal *Berlinischer Monatschrift* sobre a definição de *esclarecimento* [ilustração], Immanuel Kant redige entre 1783 e 1784 o *Resposta à questão: o que é esclarecimento?*³. Logo em suas primeiras linhas Kant faz a definição: “a saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável”; a minoridade seria “a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um outro” (1783-84, p. 1). Para o filósofo o ser humano seria dotado da *naturaliter majorenes*, ou seja, “libertos há muito pela natureza de toda tutela alheia”. Se não fosse impedida pela preguiça ou pela covardia – aceitação da opressão externa – todos poderiam emancipar-se da menoridade e servir de seu próprio entendimento.

³Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?

Mas Kant estende a pergunta original e disserta sobre a possibilidade de que um público possa “esclarecer-se a si mesmo”. Para esse pensador era sim possível, e até inevitável “se lhe deixarem a liberdade”:

Pois então sempre se encontrarão alguns homens pensando por si mesmos, incluindo os tutores oficiais da grande maioria, que, após terem eles mesmos rejeitado o jugo da menoridade, difundirão o espírito de uma apreciação razoável de seu próprio valor e a vocação de cada homem de pensar por si mesmo (KANT, 1783-84, p. 2).

O *esclarecimento* só seria adiado por reação da sociedade que tentaria submeter novamente aqueles que passassem a pensar por si mesmos. Para Kant, *esclarecimento* do público seria uma “nova forma de pensar” só alcançada por um processo lento de esclarecimento geral e que não exigiria “nada mais do que a liberdade”, sobretudo, “a de fazer um uso público de sua razão em todos os domínios” e só a manutenção da liberdade do uso público da razão⁴ poderia difundir o esclarecimento (KANT, 1783-84, p. 3).

Mirando as sociedades tradicionais, Kant aprofunda a relação entre o gênero humano e o esclarecimento para pregar a inutilidade de tentar evitá-lo. Afirma que “uma época” não poderia “conspirar para tornar a seguinte incapaz de estender seus conhecimentos”, ou seja, “de libertar-se de seus erros e finalmente fazer progredir o *esclarecimento*”. O *esclarecimento* seria dever inexorável da humanidade, seja individualmente ou estimulado e protegido pela sociedade. Tentar impedi-lo “seria um crime contra a natureza humana” e os “descendentes terão pleno direito de rejeitar essas decisões tomadas de maneira ilegítima e criminosa” (KANT, 1783-84, p. 5).

Na França pós-napoleônica se acentuam as discussões sobre os ideais contemporâneos de liberdade civil e do significado da censura. 35 anos após Kant associar o esclarecimento à liberdade, o discurso do político francês Benjamin Constant de 1818, intitulado *A liberdade dos antigos, comparada à dos modernos*, tem por objetivo definir o ideal de liberdade burguesa. Para isso compara as noções de liberdade na democracia clássica e nas repúblicas liberais do século XIX.

A igualdade entre os antigos se pautava, segundo o francês, pela “distribuição do poder entre os mesmos cidadãos de uma pátria”, ou seja, pelo regime de democracia direta. Mas o modelo só seria viável pelas dimensões das cidades-estado, pelo

⁴“Mas entendo por uso público de nossa razão o que fazemos enquanto sábios para o conjunto do público que lê. Denomino de uso privado aquele que se é autorizado a fazer de sua razão em um certo posto civil ou em uma função da qual somos encarregados” (KANT, 1783-84, p. 3).

escravismo que livrava o cidadão do trabalho e pela instabilidade bélica. Não havendo limitação à vontade da maioria, lembra Constant, os antigos ignoravam as instâncias do privado, da defesa da vontade individual e proteção das minorias. Na contemporaneidade, o trabalho – que faz o cidadão voltar-se à esfera privada – o tamanho dos Estados nações e a busca por estabilidade em nome dos negócios demandariam outro tipo de liberdade. O objetivo seria a segurança nas fruições privadas, chamariam de liberdade não “a participação ativa e constante no poder coletivo”, mas as garantias acordadas pelas instituições para aquelas fruições privadas (CONSTANT, 1818).

Para Constant, a participação direta nas decisões coletivas submetia o indivíduo à autoridade do todo, mas “a liberdade do privado é precisamente aquilo que o cidadão exige hoje do poder público” (BOBBIO, 2000, p. 7-10). Os deveres do Estado liberal seriam antitéticos aos princípios clássicos, costumes como o ostracismo grego e a censura romana eram indesejados e improdutivos no século XIX. Na Antiguidade, a pobreza, a pouca diversidade de costumes e a participação dos cidadãos nos negócios públicos, faziam da população espectadora e, ao mesmo tempo, juíza dos poderes instituídos. Para Constant, “não fora a censura que criara os bons costumes; era a simplicidade dos costumes nas antigas Cidades-Estados que assegurava o poder e a eficácia da censura”. A expansão da república no império romano, o aumento da complexidade e da diversidade de relações sociais, seriam a causa do declínio da censura romana (CONSTANT, 1818).

Nos Estados nações a censura seria ineficaz e intolerável, já que:

Os costumes compõem-se de matizes tênues, vagos, imperceptíveis, que se desnaturariam de mil maneiras se tentássemos dar-lhes mais precisão. Somente a opinião pode atingi-los; só ela pode julgá-los porque são da mesma essência. Ela se sublevaria contra toda autoridade positiva que quisesse lhe dar mais rigor. Se o governo de um povo pretendesse, como os censores de Roma, desonrar um cidadão por uma decisão discriminatória, a nação inteira reclamaria contra essa sentença, não ratificando as determinações da autoridade (CONSTANT, 1818).

Percebe-se a evolução da noção de liberdade de expressão que foi citada por Milton como mecanismo de utilidade social, apontada como premissa ao natural desenvolvimento humano em Kant e consolidada no século XIX como ideal de proteção da liberdade individual e fim último do Estado, segundo Constant.

A liberdade de expressão e a censura estiveram no centro dos debates sobre os limites do Estado idealizados pelo iluminismo no século XVIII e consolidados pelo liberalismo do século XIX. No liberalismo clássico a liberdade individual era a emancipação dos vínculos tradicionais e condição *sine qua non* para a promoção do livre debate e progresso social. O dever do Estado seria a proteção e promoção do antagonismo, desde que operado dentro das regras legais, como meio de manter um ambiente em constante evolução.

A limitação do direito do Estado de promover o bem comum, no século XIX ainda associado à religião oficial, fez com que a liberdade ganhasse uma dimensão também moral. Em oposição ao paternalismo que pregava a pacificação da sociedade, o Estado liberal deveria proteger a “variedade e atividade” dos cidadãos e usufruir da fecundidade do antagonismo. Contra a tradição de condenar o conflito como elemento de desordem e desagregação social:

Afirma-se a ideia de que o contraste entre indivíduos (...) é benéfico e é uma condição necessária do progresso técnico e moral da humanidade, o qual apenas se explicita na contraposição de opiniões e de interesses diversos, desde que desenvolvida essa contraposição no debate de ideias para a busca da verdade, na competição econômica para o alcance do maior bem-estar social, na luta política para a seleção dos melhores governantes (BOBBIO, 2000, p. 27-30).

A noção de inevitável marcha humana à emancipação semeada por autores como Kant inauguraria uma tradição de analisar as sociedades em diferentes tempos e espaços a partir das prerrogativas de liberdade ofertadas:

Os Estados despóticos são estacionários e imóveis, não estando sujeitos à lei do progresso indefinido que vale apenas para a Europa civil. Desse ponto de vista esse Estado liberal converte-se, mais que numa categoria política geral, também em um critério de interpretação histórica (BOBBIO, 2000, p. 30).

O esclarecimento inerente à condição humana dependeria das disposições sociais – Estado e Igreja mais diretamente – em tolerar o livre debate para a evolução individual e coletiva. A complexidade, organização e evolução de cada sociedade eram medidas pela proteção aos direitos civis e liberdade individual. Ao despotismo associou-se a manutenção do povo no estado de estupidez, organizado em torno de símbolos e valores imutáveis, sem o livre debate dos fundamentos sociais e desencorajando o esclarecimento.

A imbricada relação entre a liberdade de imprensa, o liberalismo e ideias iluministas, estabeleceu critérios que teriam influenciado o modo contemporâneo de interpretar a censura. Bobbio destaca o nascimento de uma concepção historiográfica que, a partir de critérios liberais, ressignificaria o sentido e efeitos sociais da censura, não só para o desenvolvimento contemporâneo, mas para todas as demais sociedades anteriores, tradicionais e/ou não europeias.

Já a encíclica *Mirari Vos* de 15 de agosto de 1832, publicada pelo papa Gregório XVI, foi uma defesa sistemática do papel social da censura no catolicismo e contra a laicização da sociedade. Com o subtítulo “sobre os principais erros de seu tempo”, a encíclica apresenta tópicos como *Delírio da liberdade de consciência; A monstruosidade da liberdade de imprensa;* e ainda *Condenação da rebeldia contra as legítimas autoridades;* e resgata os fundamentos medievais para justificar a censura e o exame prévio de impressos.

Gregório XVI afirma que “as cidades que mais floresceram por sua opulência, extensão e poderio sucumbiram, somente pelo mal da desbragada liberdade de opiniões, liberdade de ensino e ânsia de inovações”. Prega ainda que foi “sempre inteiramente distinta a disciplina da Igreja em perseguir a publicação de livros maus, desde o tempo dos Apóstolos, dos quais sabemos terem queimado publicamente muitos deles”. Em seguida apresenta um guia resumido das resoluções da Igreja Católica a respeito da liberdade de expressão da Antiguidade à Idade Moderna para demonstrar a incompatibilidade entre os fundamentos da censura católica e os regimes liberais que se consolidavam no período (GREGÓRIO XVI, 1832).

Fica evidente o embate entre a sociedade orgânica tradicional, que prega a harmonia mesmo que forçada, e o ideal liberal de defesa do antagonismo e da concorrência. Mas *Mirari vos* é também sinal de que é preciso ser crítico à extensão indiscriminada dos princípios iluministas e liberais para investigar processos históricos de censura diversos, divergentes e cronologicamente anteriores ao século XVIII, como foi a maior parte da colonização portuguesa na América.

A absorção de princípios liberais por alguns Estados europeus – como no Portugal católico – só seriam introduzidas a partir de meados do século XVIII. A perspectiva tradicional expressa em *Mirari Vos* admitia como trivial a intervenção da Igreja e do Estado no debate público para a promoção de bem estar e harmonia social. Superando a perspectiva do *naturaliter majorenes* kantiano e considerando a “certeza voluntária” que sustentava a censura católica, deve-se admitir que a perspectiva por autonomia, liberdade e progresso pelo esclarecimento para romper com a ordem

tradicional, seria estranha aos luso-americanos antes da difusão de ideias iluministas e liberais.

No mesmo sentido, não há como admitir um sistema português de censura que desde o século XVI se estruturasse no impedimento da busca natural da sociedade pela evolução intelectual. Tal perspectiva dependeria da absorção de ideais que só se popularizariam a partir da segunda metade do século XVIII. A liberdade de debate, segundo Gregório XVI, era vetada a todos os católicos, europeus ou americanos, pois levaria inevitavelmente à corrupção e degeneração sociais. Não há, nesse sentido, um descompasso com o que vigorava na metrópole, mas antes uma continuidade.

O imperialismo e o controle dos impressos

A defesa filosófica e legal da liberdade de consciência e expressão teria efeitos na administração colonial inglesa no século XIX. Darnton relata o caso de John Morley (1838-1923), “um dedicado liberal e biógrafo de Gladstone” que tentou implementar uma filosofia liberal de governo como secretário de Estado na Índia. Logo Morley concluiu que seria “impossível conciliar seu compromisso com a liberdade de imprensa e sua necessidade de reprimir a agitação nacionalista” (DARNTON, 2016, p. 123-124). Havia também missionários como James Long que defendiam a liberdade de imprensa na Índia pela força civilizadora dos livros que, segundo suas crenças, levaria ao rompimento de preconceitos da ignorância hinduísta. Além do viés etnocêntrico, pelo qual a adesão à cultura e religião ocidental significaria evolução intelectual, ele apostava na tradição miltoniana de identificar na liberdade de imprensa um instrumento de otimização do domínio político (DARNTON, 2016, p. 101-116).

Em 1858, após revoltas populares, a administração inglesa impôs um sistema de vigilância à literatura bengalesa que se equilibrava entre os princípios liberais e a necessidade de controle colonial. Criaram-se normas específicas para a publicação de textos em língua ou de origem nativa e a administração colonial passou a registrar em catálogos todos os livros produzidos nas províncias do Raj. Para Darnton, esse seria um exemplo do conceito de controle de Michel Foucault, uma combinação de conhecimento e poder – ou “vigilância” que podia levar à “punição”. Mas os esforços ingleses para entender o mundo mental que os separava dos nativos “dependia de modalidades modernas de coleta de informação – de um interminável fluxo de palavras de papel”, ou

seja, “de uma concepção moderna de administração e vigilância do Estado” próprias do imperialismo dos séculos XIX e XX (DARNTON, 2016, p. 116-119)⁵.

Estender essa perspectiva de vigilância a todas as experiências administrativas coloniais anteriores ao século XIX, sobretudo antes de meados do século XVIII, justamente quando se desenrola a maior parte da colonização luso-americana, seria incorrer em anacronismo. Prejudica também a avaliação da percepção que os luso-americanos tinham de si e de seu lugar dentro do sistema de censura a que estavam submetidos. Apesar do rigor da censura inquisitorial, em Portugal não havia até meados do século XVIII uma administração colonial em condições de aplicar um modelo de vigilância próximo à definição foucaultiana resgatada por Darnton. Não se trata, como destacamos, de defender que os colonos da América gozavam de liberdade de expressão e imprensa, mas de que não havia condições materiais e ideais para vigiar e punir ao modo como o imperialismo inglês fez na Índia no século XIX, por exemplo.

No caso da América lusa, trata-se de uma administração que na maior parte do período colonial não considerava o paradigma da liberdade individual como fim último do Estado. Mas é preciso lembrar que não eram oferecidas garantias de liberdade de opinião a nenhum dos vassalos de Portugal, independente da região e, em certa medida, do status social. Havia uma perspectiva negativa sobre a liberdade de expressão, pois como lembraria Gregório XVI, “roto o freio que mantém os homens nos caminhos da verdade”, o destino seria a degeneração pessoal e social. Nesse sentido, é natural que o Estado português não tenha produzido uma legislação colonial para coibir algo que não era admitido em nenhuma jurisdição portuguesa. Em que pesem diferenças materiais, políticas e sociais que determinavam o grau de acesso dos indivíduos à imprensa, todos os vassalos portugueses eram católicos e estavam sob uma mesma legislação que não reconhecia o direito de livre acesso às tipografias.

A existência de hábitos da cultura letrada da época moderna lusa na América, mais acentuadas a partir da primeira metade do século XVIII, não levou à multiplicação de tentativas de fundação de tipografias locais. Havendo apenas uma tentativa comprovada de fundação de uma oficina de tipografia em cerca de 300 anos de colonização, trata-se não apenas de uma metrópole hostil, mas de uma sociedade que,

⁵“Os editores do Raj eram obrigados, a partir de 1867, a fornecer três exemplares de todos os livros que produziam (...). Também tinham de fornecer informação sobre um conjunto-padrão de assuntos (...) o título da obra, o autor, a língua, o tema, o local da impressão, os nomes do impressor e do editor, a data da publicação, o número de páginas, o tamanho, o formato, a tiragem, se era impresso ou litografado e o preço. Ao pagar duas rúpias, o editor recebia o direito autoral; mas, se não conseguisse registrar o livro, a obra seria tratada como ilegal e ele seria punido com uma multa de 5mil rupias e/ou até dois anos de prisão” (DARNTON, 2016, p. 119-120).

mesmo nos centros urbanos coloniais, pouco se esforçou para sediar uma imprensa, seja legal ou ilegalmente (BARROS, 2012).

A censura e o desinteresse por tipografias luso-americanas

A idealização dos efeitos sociais da censura a partir de premissas liberais dificulta entender o desinteresse da sociedade lusa na América por tipografias locais. Apesar das evidências de que elites regionais luso-americanas tenham praticado hábitos letrados, até a segunda metade do século XVIII esses vassalos, instruídos no catolicismo, não poderiam almejar a liberdade de expressão, tampouco a liberdade de imprensa. Devemos considerar os objetivos da evolução intelectual individual e coletiva anteriores e opostos a um modelo de interpretação que reconfigurou a compreensão da censura nas investigações históricas. As explicações sobre a ausência de tipografias na América portuguesa precisam adotar uma perspectiva que admita que a associação entre os direitos civis e a evolução intelectual – individual ou social – é uma construção historicamente localizada e estranha àquela sociedade.

Precisamos perguntar se na maior parte do período colonial as elites locais desejavam um canal de expressão livre ou não. Idealizavam a produção livre de discurso, sem censura, ou seguiam a lógica da submissão voluntária e desejavam o exame prévio dos seus textos pelos poderes instituídos?

A associação entre liberdade de imprensa, desenvolvimento social e movimentos de independência não pode ser um parâmetro para avaliar a política de censura ou fiscalização de impressos coloniais em sociedades católicas antes de meados do século XVIII e, em especial, na América portuguesa. Seria problemático admitir que o Estado português e a Inquisição sempre entenderam a liberdade de imprensa como meio de desenvolvimento social “positivo” e, por isso, indesejado às colônias, levando à política de proibir a instalação de tipografias coloniais.

O funcionamento da sociedade portuguesa de Antigo Regime já foi definido por Fernanda Olival como uma cadeia de mercês, na qual graças, dádivas, e dons “não eram ações isoladas ou distorções, mas atos que se inseriam em cadeias de obrigações recíprocas inerentes ao próprio funcionamento daquelas sociedades” (OLIVAL, 2001, p.15-38). No reino, a atuação constante e em certa medida eficiente da Inquisição, mas também a submissão voluntária dos agentes culturais àquele sistema, teria forjado um mercado tipográfico altamente dependente de “redes” de influências. Essas redes eram acionadas, sobretudo pelos tipógrafos, para a obtenção de privilégios de impressão, de

alguma casa nobre ou instituições religiosas como bispados, igrejas, irmandades, colégios ou universidades. A obtenção desses privilégios seria essencial para ter lucros num mercado controlado e restrito, e podia ser acionado quando era preciso influenciar ou contestar um processo de censura (MEGIANI, 2009, p. 131-151; MONTEIRO e CARDIM, 2011, p. 69-104).

Segundo Ramada Curto, entre o século XVI e meados do século XVIII, as práticas escritas eram “moldadas por uma cultura política centrada, em boa medida, em dádivas e mercês”. Seria, portanto, difícil entender aqueles que se dedicam à escrita “fora de tal quadro, caracterizado por fortes pressões sociais e uma lógica redistributiva de mercês”. Curto reforça que “a figura do escritor, tal como do artista” – e poderíamos incluir aí o tipógrafo – “trabalhando exclusivamente para o mercado e liberto de outros envolvimento e compromissos de natureza social e política, quase não existiram” (CURTO, 2014, p. 153). Quanto ao sistema de controle de impressos, embora a sistematização da censura tenha sido fenômeno próprio da Idade Moderna, entre o século XVI e a reforma pombalina de 1768, esse sistema foi regido por princípios e práticas “herdadas da Idade Média” (PÉREZ, 2003, p. 270). Ou seja, não parece plausível que um sistema de censura de bases medievais tenha sido concebido para combater manifestações letradas – sobretudo impressas – libertas dos compromissos sociais e políticos que, segundo Ramada Curto, quase não ocorriam em Portugal no mesmo período.

Na prática, antes de 1768, um vassalo interessado em imprimir deveria apresentar à Inquisição um manuscrito já licenciado por um bispo, e se aprovado (total ou parcialmente), recebia a licença para uma impressão “volante”, ou seja, uma primeira cópia impressa. O texto aprovado pela Inquisição – mas ainda manuscrito – era apresentado ao Desembargo do Paço que, após a avaliação de um leitor designado pelo tribunal, também dava igual permissão para impressão “volante”. O primeiro exemplar impresso era então apresentado à Inquisição, que verificava se estava de acordo com o manuscrito original ou se havia incorporado todas as correções impostas pela censura. Ao ser liberado, era apresentado ao Desembargo do Paço, que taxava e dava licença para “correr”, ou seja, ser publicado e comercializado (MARTINS, 2011).

Apesar da participação das autoridades locais e da ação fiscal do Estado, até a reforma pombalina o sistema de censura português era centrado na Inquisição e no combate às heresias. Pode-se discutir se a imprensa é fonte ou consequência de um novo modo de encarar o pensamento, mas é certo que a popularização dos tipos móveis

contribuiu para o “declínio do ‘poder espiritual’, e de sua premissa: a de que o pensamento é uma práxis” (NODARI, 2012, p. 88).

Pois o que está em jogo na “liberdade de expressão” e na correlata “liberdade de impressão”? De um lado, o direito a exteriorizar algo – uma ideia, uma opinião, um pensamento –, e, de outro, o direito de imprimi-lo sobre um objeto (NODARI, 2012, p. 88).

Mas em Portugal o declínio foi lento e em termos de censura persistiu até meados do século XVIII. Não sem razão, a reforma de 1768 sofreu forte oposição das autoridades religiosas ao modernizar os fundamentos do sistema de controle de impressos e tornar a censura monopólio do Estado (MARTINS, 2011). Entre as razões alegadas pela administração para defender a reforma pombalina estava superar o “atraso” ou “descompasso” português frente ao nível econômico, cultural e intelectual em que se encontravam as principais nações europeias da época – sobretudo a Inglaterra (CARVALHO, 2003). O fim do sistema tríplice de censura – até então composto por Ordinário, Inquisição e Desembargo do Paço – seria uma das faces de uma política portuguesa de modernização, “como se estava praticando nas outras Cortes iluminadas” (MARTINS, 2005, p. 58-59).

As reformas no sistema de censura nos reinados de D. José e de D. Maria I – esse último contemporâneo à Revolução Francesa – levaram a políticas que permitem afirmar que tipografias coloniais seriam ainda menos toleráveis a partir da segunda metade dos setecentos. Além da submissão da censura aos poderes laicos, nas colônias as reformas se materializaram em medidas fiscais como, por exemplo, a necessidade de autorização oficial para o envio de livros de Portugal à América. Mas em relação ao acesso dos luso-americanos à imprensa – seja na possibilidade de sediar uma tipografia ou promover a impressão de manuscritos – as reformas não criaram leis que proibissem ou excluíssem tacitamente a América ou os americanos do acesso a impressas. O itinerário percorrido para os luso-americanos imprimirem continuou a ser o mesmo que para qualquer vassalo português. Mesmo no pombalismo, quando o Estado ficou ainda mais hostil à fundação de tipografias no ultramar, manteve-se uma política de censura que incluía horizontalmente todos os vassalos a um mesmo sistema de controle de impressos.

Portanto, propomos como revisão historiográfica a inserção da América lusa em uma perspectiva geral da evolução histórica do conceito de censura e dos mecanismos propriamente portugueses para aplicá-la em suas colônias. É importante considerar os

sentidos e funções históricas da censura desde o império romano, passando pelo controle do discurso no catolicismo medieval, pela consolidação da censura sistemática de impressos na Idade Moderna e pela defesa legal da liberdade de expressão na contemporaneidade.

Para o Antigo Regime é preciso considerar o que Darnton aponta como a “positivação” da censura, ou seja, absorver dimensões dos fundamentos da vigilância aos impressos que se perdem na contemporaneidade. No subtítulo de sua obra, “como os Estados influenciaram a literatura”, está a ideia de que, em sociedades nas quais a censura é parte integrante da produção impressa, não há apenas uma ação “negativa” e constante ação para extinguir ou impedir a liberdade de expressão, por conseguinte, a verdadeira literatura. A ação da censura seria “positiva” no sentido de uma produção moldada pelos conflitos e negociações, a ponto de tornarem os censores coautores da literatura possível (DARNTON, 2016, p. 276).

Nas tarefas cotidianas da censura revela-se que a busca pelo endosso público acabava levando a uma relação de cumplicidade entre autores e censores. Várias obras impressas seriam, na verdade, resultado de um processo colaborativo de escrita e reescrita:

A colaboração se dava por meio de negociação. Em sistemas autoritários, os escritores entendiam que trabalhavam num mundo real, onde agentes do Estado detinham o poder de controlar e reprimir todas as publicações (...). Ambas as partes compreendiam a natureza do toma lá dá cá. Compartilhavam a ideia de participar do mesmo jogo, aceitando suas regras e respeitando a sua contraparte (DARNTON, 2016, p. 277).

Na França do século XVIII, as aprovações dos censores atestavam a excelência dos livros considerados dignos, e eram como sinopses de um privilégio real. A censura, para além da repressão, tinha também a função do “sinal público de aprovação” já que os censores trabalhavam com base na ideia de que uma aprovação era um endosso positivo de um livro e um privilégio transmitia a sanção da coroa (DARNTON, 2016, p. 276-280).

É possível vislumbrar novas perspectivas ao se transferir a noção do funcionamento de um sistema de censura de Antigo Regime e as consequências apontadas por Darnton, para a realidade luso-americana? Como podemos entender o acesso dos colonos à imprensa e a ausência de tipografias coloniais em um mundo cujo sistema de censura era organizado segundo outros princípios?

Para imprimir no Antigo Regime era preciso mobilizar capitais, mas também era igualmente importante expressar a rede política que apoiava uma determinada impressão. Um livro aprovado pela censura era sinal de prestígio, era a comprovação de que houve sucesso na mobilização de recursos econômicos e redes políticas antes, durante e após o processo de licenciamento e impressão de uma obra. As dedicatórias e textos preambulares anunciavam as redes de apoio político do interessado em imprimir e eram a “personificação da troca de benefícios por prestígio e afirmação de poder; manifestação textual dessa relação de interdependência, da troca de poder simbólico por privilégios com rendimentos materiais” (DELMAS, 2008, p. 37).

Considerando que a publicação de impressos seria um processo de negociação, é possível entender a submissão à censura de Lisboa como uma oportunidade para luso-americanos negociarem e mostrarem aos demais o alcance de suas redes políticas na capital do império português. Ser censurado significava a possibilidade de produzir uma obra em “coautoria” com os censores portugueses e, em última instância, com as próprias autoridades estabelecidas. Nesse sentido, a ausência de tipografias coloniais poderia ser percebida pela elite colonial não como sinal de exclusão social, mas como evidência de privilégio. Para isso, precisamos deslocar a censura da ótica do direito humano e inalienável do livre discurso – como ficou estabelecido na historiografia identificada com o iluminismo e o liberalismo – e entendê-la pela via do privilégio e da submissão voluntária, como estava estabelecido na sociedade portuguesa de Antigo Regime. Nesse caso, podemos identificar a censura e impressão no reino como sinal de prestígio desejado pelas elites luso-americanas, ou seja, um livro ou um folheto impresso com o aval da censura metropolitana tinha alto valor social para essa elite.

A própria natureza da investigação histórica da censura faz com que as pesquisas se concentrem na materialização dos modos de opressão. Precisamos questionar se a vigilância e a opressão que, teoricamente, marginalizariam as populações ultramarinas, impedindo a instalação de imprensas locais, eram o modo mais eficiente de atuação do sistema de censura e controle de impressos português, sobretudo antes da reforma de 1768. Deve-se considerar, na análise da ausência de tipografias na América lusa, a capacidade da censura atrair e cooptar os vassalos americanos ao acenar com a possibilidade de incluí-los na narrativa oficial do Estado, como autores de textos chancelados pelos poderes instituídos. Ou seja, é provável que a elite colonial buscasse na censura a aprovação da elite imperial e, por isso, aparentemente preferia imprimir em Lisboa e não em uma tipografia na América. Essa população não perceberia na obrigatoriedade de aprovação para imprimir um sinal de exclusão permanente, mas a

possibilidade real de incluir-se entre os que professavam discursos “oficiais”, porque foram devidamente avaliados pela censura. Para os relatos manuscritos fluírem “naturalmente” de todas as regiões do império para Lisboa e se materializarem em impressos, a metrópole deveria antes seduzir e atrair, do que repelir e excluir o discurso de seus vassalos ultramarinos.

O fato de regiões coloniais como a América portuguesa não terem abrigado tipografias que funcionassem regularmente, não significa que os impressos fossem irrelevantes na manutenção do poder metropolitano e na adesão dos vassalos americanos à ordem imperial. Na verdade o impresso, em dimensões imperiais, esteve intimamente ligado ao papel fundamental da escrita e leitura nessa dinâmica. A imprensa no mundo luso colonial deve ser pensada em conexão a características que Ronald Raminelli identifica para a comunicação escrita nesse império, ou seja, parte dos instrumentos que permitiam a centralização dos poderes políticos nas mãos da coroa por um lado, e a ascensão social de vassalos ultramarinos pelo outro (RAMINELLI, 2008). Segundo Raminelli a comunicação – sobretudo manuscrita – era uma das formas de manter o controle das regiões imperiais lusas pelos poderes centrais e promover a adesão dos vassalos através da concessão de títulos e honrarias àqueles que se dedicavam à pena durante a expansão e a consolidação imperial. Serviço que, com o passar do tempo, igualou-se em importância à própria guerra nas regiões periféricas do conjunto de possessões ultramarinas lusas.

A escrita despontou também como instrumento de negociação, já que os textos, produzidos por vassalos residentes ou oriundos do ultramar, atraíam o interesse dos poderes centrais, pelo seu poder de informação e produção de memória. Ao mesmo tempo, a manutenção da centralidade metropolitana perpetuava-se, pois o interesse principal dos vassalos, no envio de relatos e notícias ou mesmo na organização de documentos, era ver reconhecidos os seus esforços através da concessão de privilégios reais. Cabe então tentar entender o papel da comunicação impressa nesse jogo de poder. Raminelli aborda principalmente manuscritos, mas também relata casos em que indivíduos que tinham interesse em imprimir, deslocavam-se para a metrópole para acompanhar o processo de licenciamento e publicação de determinados relatos. Quase sempre esses mesmos indivíduos figuravam como personagens principais em narrativas de atos de guerra ou na ampliação e consolidação dos domínios régios no ultramar (RAMINELLI, 2008, p. 17-60). Certamente, ao deslocarem-se para o reino, buscavam apoio para serem bem sucedidos no processo de impressão, o que significava divulgar a relevância da obra, obter meios de financiamento e apoio político para superar o sistema

censório que, apesar de rígido, não era invulnerável a influências políticas (MARTINS, 2005, p. 547-549).

A transformação de relatos manuscritos em impressos foi parte integrante de trajetórias de ascensão social e produção de uma “memória imperial”. Nem todas as obras, mesmo relevantes, financeiramente viáveis ou aprovadas pela censura, foram levadas ao prelo; algumas chegaram a ser proibidas depois de impressas. A impressão de textos manuscritos tampouco foi determinante para o reconhecimento régio e aquisição de benesses. Mas o interesse de autores e personagens pela impressão de obras no sentido de potencializar as funções da escrita rumo à almejada ascensão social é indício de uma das principais funções da imprensa naquele sistema político. Apesar de continuar fundamentalmente religiosa, a formação da censura tríplice em razão da difusão de tipografias parece indicar que em Portugal os poderes constituídos foram atentos ao dinamismo da comunicação escrita imposto pela reprodução de impressos. A censura, materializada na forma de licenças estampadas em todas as obras, criava uma das principais diferenças entre manuscritos e impressos: a necessidade dos livros e opúsculos serem previamente aprovados para existir (LISBOA e MIRANDA, 2011, p. 359).

Conclusão

A historiografia, em relação à ausência de tipografias na América portuguesa, deve considerar elementos como o poder de cooptação que no Antigo Regime a censura exercia nos vassallos – em especial os ultramarinos. Esses, ao modo como indica Darnton, buscavam “sinais públicos de aprovação” de seus textos e admitiam como trivial e até honorífico o processo de “colaboração” dos censores metropolitanos. Não podemos explicar os efeitos do sistema censório desse período a partir de uma lógica fundamental de combate à livre expressão de ideias, aos moldes iluministas e liberais, que representariam perigo por ideias baseadas na razão, por isso libertas dos compromissos sociais e políticos próprios do Antigo Regime português. Salientamos a necessidade de perceber o sistema de censura conectado aos meios de produção de impressos possíveis naquele contexto. Um sistema cujo fundamento do controle político não estaria na repressão à livre opinião, praticamente inexistente na produção editorial portuguesa do Antigo Regime. Mas que atuava na manutenção do monopólio de legitimação das redes de mercês, os fundamentos do poder político.

O eventual funcionamento de uma tipografia na América lusa implicaria na questão da autonomia colonial, mas o tema não parece evocar os usos políticos que o iluminismo e o liberalismo (ou o nacionalismo) idealizaram para a imprensa. O perigo da reprodução de impressos na América estaria justamente em associá-la a práticas já existentes na sociedade portuguesa, para reproduzir no ultramar os usos da imprensa no Antigo Regime. Ou seja, não se trata de negar o potencial de instabilidade política de uma imprensa na América para o projeto colonizador de Portugal antes mesmo da reforma pombalina de 1768, quando a hostilidade a impressas coloniais e o controle da circulação de impressos ficaram mais evidentes e eficientes. O perigo da reprodução de impressos nas regiões ultramarinas estaria na possibilidade de fortalecer, dilatar ou promover redes clientelares locais concorrentes ou, no limite, capazes de resistir a interesses metropolitanos. Este aspecto se reveste de particular importância em sociedades como a de Portugal no Antigo Regime que, estruturada em cadeias de mercês, atribuía aos poderes centrais não só a autoridade da escrita e da memória, bem como a promoção e regramento da ascensão social derivada da escrita e publicação de textos.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *Altissima povertà. Regole monastiche e forma de vita*. Coleção Homo Sacer, v. IV. Veneza: Neri Pozza, 2011.

BARROS, Jerônimo D. E. de. *Impressões de um Tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. Dissertação de Mestrado. ICHF, UFF, Niterói: 2012. Disponível em: <https://shorturl.at/egR17>. Acesso em: 09/08/2023.

BAUDRY, Hervé. A Survey on Inquisitorial Microcensorship of Books in Portugal: Outcomes and Perspectives. In: CÁTEDRA, P. M. e VALERO, J. M. (Eds.). *Libros, Imprenta y Censura en la Europa Meridional del siglo XV al XVII*. Coleção Patrimonio textual y humanidades digitales, Salamanca, V. VII, p. 59-75, Nov. 2020. Disponível em: <https://shorturl.at/eyKY8>. Acesso em: 09/08/2023.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CAMPONEZ, Carlos. Os impasses sobre a liberdade de imprensa no pensamento utilitarista. In: CAMPONEZ, C. e PEIXINHO, A. T. (Coord.). *Reflexões sobre a liberdade: 150 anos da obra de John Stuart Mill*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 69-80.

CARVALHO, Maria de. *Os Pressupostos Ideológicos das Reformas Pombalinas do Estado português (1750-1777)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências

Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, UFG, Goiás, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3wvURUE>. Acesso em: 09/08/2023.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do livro: do leitor ao navegador*. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. Ed. Luiz Arnaut, Tradução de Loura Silveira. Paris, 1818. Disponível em: <https://bit.ly/3gos3rc>. Acesso em: 09/08/2023.

CURTO, Diogo R. Para a história dos livreiros e impressores em Portugal: notas a propósito da Oficina de Plantin In: THOMAS, Werner et al. (Orgs.) *Um mundo sobre papel: Livros, gravuras e impressos flamengos nos impérios português e espanhol (Séculos XVI-XVIII)*. São Paulo / Belo Horizonte, Editora da Universidade de São Paulo / Editora UFMG, 2014.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura*. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DELMAS, Ana C. G. *Do mais fiel e humilde vassalo: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil Joanino*. Dissertação de Mestrado em História Política - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FEITLER, Bruno. Poder episcopal e ação inquisitorial no Brasil. In: VAINFAS, R., FEITLER, B. e LAGE, L.. *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, p. 33-45.

GREGÓRIO IX, Papa. Licet ad capiendos, 1233. In: RIPOLL, Thomás; BRÉMOND, Antonin *Bullarium Ordinis Fratrum Praedicatorum*. Roma, v. I, n. 47, 1729.

GREGÓRIO XVI, Papa. *Mirari Vos: Sobre os principais erros de seu tempo*. 1832. São Paulo, Monfort Associação Cultural. Disponível em: <https://bit.ly/3hBtdRj>. Acesso em: 09/08/2023.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 1985.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: O que é o Esclarecimento? 1783-84*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. S.d. Disponível em: <https://bit.ly/3gq2u9y>. Acesso em: 09/08/2023.

LISBOA, João L. e MIRANDA, Tiago C. P. dos R. A cultura escrita nos espaços privados. In: MONTEIRO, Nuno G. (org.) e MATTOSO, José (dir.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*, Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

LUDUEÑA ROMANDINI, Fabián. *A comunidade dos espectros: I. Antropotecnia*. Tradução de Alexandre Nodari e Leonardo D'Avila. Desterro: Cultura e Barbárie, 2012.

MARTINS, Maria Teresa E. P. *A Censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: FCT/Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

_____. *O debate ideológico na censura pós-pombalina*. Lisboa: Verbo, 2011.

MEGIANI, Ana Paula. Imprimir, regular, negociar, elementos para o estudo da relação entre Coroa, Santo Ofício e impressores no mundo Português (1500-1640). In: SOUZA, L. de M. e., Furtado, J. F. e BICALHO, M. F. (orgs.), *O Governo dos Povos*, São Paulo: Alameda, 2009.

_____. Memória e conhecimento do mundo: coleções de objetos, impressos e manuscritos nas livrarias de Portugal e Espanha – sécs. XV-XVII. In: ALGRANTI, L. M. e MEGIANI, A. P. (orgs.), *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. Séculos XVI-XIX*, São Paulo: Alameda, 2009.

MELO, José M. de. *História social da imprensa: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil*, Porto Alegre: EdiPUCRS, 2003.

_____. *Sociologia da imprensa brasileira*, Petrópolis: Vozes, 1973.

MILTON, John. *Areopagítica (1644)* - Prefácio: Felipe Fortuna. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Edição bilingue. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

NODARI, Alexandre. *Censura: Ensaio sobre a "servidão imaginária"*. 2012. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Literatura, UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3iFc9KP>. Acesso em: 09/08/2023.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: Honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar, 2001.

O'ROURKE, C. K. *John Stuart Mill and Freedom of Expression – The genesis of a theory*, Londres/Nova York: Routledge, 2001.

PAIVA, José P. Bispos, imprensa e censura no Portugal de quinhentos. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 28, 2007, p. 687-737.

PÉREZ, Pedro M. G. *Censura, libros e inquisición en el Perú colonial (1570-1754)*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Escuela de Estudios Hispano-americanos; Universidad de Sevilla; Diputación de Sevilla, 2003.

PRICE, J.L. *The Dutch Republic in the Seventeenth Century*. New York: St. Martin's Press, 1998.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*, São Paulo: Alameda, 2008.

SABATO, Milena. Comparing Book Censorship: An Italian and European Perspective (Centuries XVI-XVIII). *European Scientific Journal*, San Cristóbal de La Laguna Santa Cruz de Tenerife, v. 10, Ano XXII, p. 53-68, 2014. Disponível em: <https://shorturl.at/BCJKN>. Acesso em: 09/08/2023.

SCHWENGBER, Jacson. Exílio, tolerância e escrita da história a partir da trajetória de Pierre Bayle (1647-1706). *Revista Intellèctus*, Rio de Janeiro, n.1, Ano XIX, p. 340-363, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3xjjeEQ>. Acesso em: 09/08/2023.

SOUSA, Jorge P. A História Social da Imprensa de José Marques de Melo: um contributo notável e disruptor à história da imprensa lusófona. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 8-27, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3fv9C2p>. Acesso em: 09/08/2023.

TORTAROLO, Edoardo. *The Invention of Free Press: Writers and Censorship in Eighteenth Century Europe*, (International Archives of the History of Ideas / Archives internationales d'histoire des idées, 219) Holanda: Springer, 2016.

Artigo recebido em 21/08/2023

Aceito para publicação em 08/11/2023

Artigos Livres e Resenhas

A ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO PARÁ: Uma Visão da Identidade Social dos Veteranos de Guerra Paraenses Através das Fichas de Filiação

THE ASSOCIATION OF FORMER COMBATANTS OF BRAZIL, PARÁ DIVISION: A View on the Social Identity of War Veterans from Pará Through Membership Forms

Lucas Carnevale MACHADO¹

Resumo: Este artigo vem apresentar algumas perspectivas sobre a participação de brasileiros e paraenses na II Guerra Mundial (1939 - 1945), discutindo as consequências de uma guerra aeronaval no litoral brasileiro e a mobilização regional para o esforço de guerra aliado, apresentando o alinhamento nacional ao lado dos aliados, a formação da Força Expedicionária Brasileira e as dinâmicas sociais entre esse grupo social após o conflito. Um importante elemento a ser discutido é a formação das associações de ex-combatentes, em especial a do estado do Pará, apresentando algumas discussões sobre questões sociais e indicadores referentes aos veteranos e suas redes de sociabilidade, de modo a compreender as diferentes visões sobre a problemática reintegração social dos veteranos de guerra.

Palavras-Chave: FEB, História Militar, Patrimônio Material, Reintegração social, veteranos de guerra.

Abstract: The present paper introduces some perspectives about the Brazilians and paraenses (Brazilians from a north state) participation in World War II (1939-1945), discussing the consequences of an aeronaval on Brazil's coast and the local mobilization for the allies' war effort, presenting the national alignment with the allies' side, the formation of Brazilian Expeditionary Force and the social dynamics among this social group after the conflict. An essential element to discuss is the formation of ex-combatant associations, especially in Pará, showing some debates about social issues and indicators referring to veterans and their sociability networks, comprehending the different visions about the problematic social reintegration of war veterans.

Keywords: FEB, Military History, Material Heritage, Social Reintegration, War Veterans.

INTRODUÇÃO

O Brasil, apesar de ter uma política externa neutra durante os primeiros anos da II Guerra Mundial (1939-1945), com o regime do Estado Novo implantado por Getúlio

¹ Doutorando em História Social da Amazônia no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará (PPGPATRI / UFPA). E-mail: lmachado1097@gmail.com.

Vargas (1889-1954) houve uma aproximação econômica com a Alemanha Nazista, atuando principalmente através do comércio de compensação, negociando recursos naturais em troca de equipamentos industriais e de base militar (Pinheiro, 1995, p. 111).

Essa atuação foi uma marca da ala germanófila do governo, principalmente os Generais Góes Monteiro (1889-1956) e Eurico Gaspar Dutra (1883 - 1974), personalidades contrárias à participação brasileira no conflito. A situação militar nacional foi alterada após o início das ofensivas Nazistas nos mares do Atlântico e do Mediterrâneo, nos quais vários navios de bandeiras inimigas ou neutras, foram interceptados ou afundados pelo “Eixo” (Castro, 2017; Barone, 2013).

Cerca de 18 navios Brasileiros foram afundados em águas internacionais ou em zonas marítimas de outros países, somado a uma sequência de ataques em águas territoriais brasileiras entre julho e agosto de 1942ⁱ, que teve como consequência o processo de mobilização nacional contra os nazifascistas, levando a uma declaração de guerra contra o eixo em 22 de agosto (Ferraz, 2005, p.7).

Com esses ataques bem próximos à população e a navios civis que não estavam envolvidos com o conflito, levou vários grupos de brasileiros a buscarem vingança por seus compatriotas mortos, descontando nos descendentes de alemães, italianos e japoneses, resultando em saques, incêndios e destruição das propriedades desses últimos em várias cidades do Brasil (Barone, 2013; Silva, 2013; Emmi, 2008).

Os ideais nacionalistas eram uma das bases do Estado Novo (1937 - 1945), regime implantado por Getúlio Vargas por um golpe de estado. Uma de suas principais medidas estava ligada a um controle mais restrito dos grupos estrangeiros que imigraram ao Brasil e seus grupos descendentes, tal como as suas produções e instituições culturais, tendo como ponto principal a eliminação de qualquer divisão entre os brasileiros, acabando com as bandeiras estaduais e interferindo de maneira direta nos jornais com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (Saraiva, 2013, p.5).

Partidos políticos foram extintos e houve grande perseguição a grupos políticos dissidentes, como os comunistas e integralistas, sendo presos e torturados e em alguns casos, deportados. Como a alemã Olga Benário, militante comunista e judia que foi deportada à Alemanha nazi em 1938 e morta a gás no campo de Ravensbrück em 1942 (Pontes, 2008, p. 127).

Nesse contexto, apesar da proximidade com o Eixo e com a grande influência de germanófilos no governo, tomou importância a atuação do Chanceler Oswaldo Aranha, de maneira que o comércio de compensação com os Nazistas foi substituído por uma

parceria com os Estados Unidos, inicialmente econômica e que depois passou a esfera do poder militar e cultural, no qual houve a implantação de bases Norte Americanas em: Natal, Fortaleza, São Luís e Belém. Somado a isso, um grande intercâmbio cultural foi construído, apresentando os Brasileiros e a nação sul-americana aos Estadunidenses, e as produções culturais dos EUA ao Brasil (Seitenfus, 2008).

O caso mais icônico é a vinda de Walt Disney ao Brasil como “Embaixador da Boa Vontade”, com o objetivo de traçar um panorama para a construção de um personagem “Tipicamente Brasileiro”. Isso resultou em duas produções de desenhos animados: *Alô amigos*, de 1942, e *Pluto e o Tatu Bola*, do mesmo ano, servindo como importante elemento da *Aliança para o progresso* (Moraes, 2022).

Na primeira animação, o Pato Donald visita a Cidade do Rio de Janeiro e é apresentado ao Papagaio de nome José Carioca, que incorpora o jeito do “malandro carioca” como um personagem tipicamente brasileiro. Na Segunda, mostra uma visita rápida do Mickey Mouse e do seu animal de estimação (Pluto) a cidade de Belém, no qual aguardando o embarque, Pluto brinca com uma bola que acaba caindo na floresta, o brinquedo acaba sendo confundido com um tatu-bola sendo levado no avião por engano (Moraes, 2022).

A GUERRA AERONAVAL CHEGA À PERIFERIA DO MUNDO: OS RASTROS DO CONFLITO NO LITORAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

O estado do Pará vivia sob a égide do Estado Novo, comandado por José Carneiro Gama Malcher (1872 - 1956), interventor federal empossado em 1935 e permanecendo até 1943, administrando o estado durante o período de neutralidade e do estado inicial de beligerância contra o eixo. Durante todo o regime, a interventoria manteve estrito controle dos meios de comunicação, com atuação forte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a Versão estadual da autarquia (o DEIP), atuando de sobremaneira nos impressos regionais: *Folha do Norte*, *Folha Vespertina*, *A Província do Pará* e *O Estado do Pará*, como exemplos (Teixeira, 2013 p. 19 e 96-97).

Com isso, os jornais locais acabavam por atuar como transmissores de grandes grupos jornalísticos nacionais e internacionais, grandes notícias da guerra no extremo oriente, as fulgurantes vitórias japonesas sob a China e sobre o Sudeste asiático; os avanços da Alemanha nazi sobre a França e sobre o Leste europeuⁱⁱ.

Apesar da neutralidade brasileira, a base germanófila do governo permitia que houvesse manifestações de apoio aos nazis na região, assim como a manutenção de

núcleos do partido nacional fascista italiano, apesar de o estado novo proibir partidos políticos de ordem geral (Emmi, 2008)ⁱⁱⁱ.

A presença de migrantes europeus na região é datada com maior importância após a intensificação da exploração da borracha do final do século XIX e início do século XX. Portugueses, Espanhóis, Japoneses, Sírio-libaneses e em menor número: Italianos, alemães e russos estabeleceram-se em colônias e seringais em Belém ou nos interiores do Pará, contribuindo com a economia local e com a diversa composição social no período da *Belle Époque*.

Os italianos marcaram sua participação através de instituições ligadas a esse grupo específico de migrantes, muito conhecida no centro-sul do Brasil por resultar em clubes de futebol como a *Sociedade Esportiva Palmeiras* e o *Palestra Itália de Minas Gerais*, atual *Cruzeiro Esporte Clube*. Na região norte, essa influência foi notável pela formação das seguintes Associações: a Casa Civil Itália-Pará, os Diretórios do Partido Nacional Fascista e a Associação de Ex-combatentes da I Guerra Mundial como os mais notórios exemplos de agremiações italianas no norte brasileiro (Emmi, 2008).

A Amazônia oriental participou ativamente da II Guerra Mundial, apesar de o Brasil entrar tardiamente no conflito. A região teve alguns acontecimentos importantes para o desenrolar do conflito como a Implantação de bases militares Estadunidenses fazendo uma ponte aérea entre Belém e Parnamirim – RN, além do afundamento nas proximidades de vários navios mercantes nacionais por Submarinos Nazistas ("*Pelotasloide*" "*Lajes*" e "*Osório*")^{iv}, causando na capital paraense grande mobilização contra os descendentes de Alemães, Italianos e japoneses, que nada tinham a ver com as nações em conflito (Miranda, 1998; Silva, 2013; Emmi, 2008).

Com estes acontecimentos, vários "Cidadãos do Eixo" foram presos, além do emprego de grande violência contra as organizações culturais de descendentes, ocorrendo o empastelamento destas instituições de imigrantes italianos em Belém. Além disso, muitos descendentes de Japoneses foram isolados em campos de segurança, no caso do Pará na cidade de Tomé Açu, formando uma colônia agrícola sob constante supervisão das forças de segurança (Almeida, 2015).

Durante mais de três anos, a Capital do Pará e a região norte e nordeste do estado, viveram sob constante ameaça dos desenrolares do conflito, tal como: Simulações de ataques aéreos, *Blackouts* noturnos, carestia e racionamento de gêneros alimentícios, principalmente devido à dificuldade no transporte de carga pelo litoral, constantemente assediado por Submarinos Nazistas, tal como a valorização do dólar pelo comércio local (Principalmente em Belém), no qual os vendedores guardavam os

melhores alimentos aos Estadunidenses que atuavam na Base aérea de Val de cães (Rodrigues, 2010 e Miranda, 1998).

Para o autor Serge Gruzinski (2014), a região Amazônica, desde a chegada do colonizador europeu à região em 1499, foi vista com grande indiferença por portugueses e espanhóis, que apesar das intenções de integrar a região aos seus domínios coloniais, mantinha-se a noção de que a região seria uma espécie de “Periferia do Mundo”. Sua colonização foi realizada devido aos constantes ataques de franceses, ingleses e holandeses, no qual os primeiros haviam conquistado territórios no Rio de Janeiro e haviam se estabelecido na Ilha de São Luiz no Maranhão. Após a derrota francesa na região, os portugueses avançaram até a foz do rio Amazonas, tendo fundado em 12 de janeiro de 1616, a cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, construindo um forte que demarcava o território de ocupação portuguesa na região.

Dessa forma, somente após a união ibérica (1580 – 1640) e o risco de outros europeus ocupar a região, os portugueses iniciaram a ocupação da Amazônia, além de estender sua colonização aos interiores da região, após a expedição de Pedro Teixeira, saindo de Belém até a cidade Quito, percorrendo a maior parte do rio e estabelecendo locais de base para a defesa interna (Gruzinski, 2014).

A Amazônia foi por muito tempo vista como um problema de integração nacional, tanto durante o controle português como no processo de consolidação da nação brasileira. Até antes da década de 1930, o único meio de chegada de recursos e de transporte era por via fluvial e marítima, mudando somente após o início das atividades do Correio Aéreo Nacional (CAN), organização antecessora da Força aérea e que fazia as primeiras rotas entre o interior do Brasil, usando hidroaviões que permitiam pousos e decolagens em rios e mares, levando em conta a situação dos interiores (O Expedicionário, 1975).

Um dos mais icônicos elementos desse uso da aviação para chegar na Amazônia, foi o Hidroavião *Consolidated Catalina PBY*, um avião de porte médio usado tanto pelos civis quanto pelos militares, sendo usado na região até a aposentadoria do modelo em 1982 (SANTOS, 2011, p.87). Com esse equipamento, surgiu um grupo dentro da Força Aérea na Região, cuja identidade está tão ligada ao uso dessa aeronave, que seus operadores são chamados de “Catalineiros”, atuando nas operações de guerra contra os Submarinos Nazistas que atacavam o litoral aliado na América, tal como o processo de proteção das fronteiras da Amazônia Brasileira, somado às ações de limpeza e liberação do espaço para a construção de pistas de pouso no interior da floresta (Santos, 2011, p.87).

Estes equipamentos foram repassados ao Brasil a partir de 1943, como medida de cumprimento a um acordo de empréstimos de guerra chamado de *Lend-Lease*, no qual foram fornecidos ao Brasil cerca de 200 Milhões de Dólares em equipamentos militares e de caráter industrial (Seitenfus, 2000, p.297). Somado também a realização de treinamentos para pilotos da FAB nos Estados Unidos, permitindo que a cobertura aérea dos aliados no Atlântico Sul fosse feita por Brasileiros e Estadunidenses. Entre 1943 e 1945, foram destruídos cerca de doze Submarinos Nazistas no litoral brasileiro (Barone, 2013).

Até meados de 1943, o conflito se estendia em uma frente de combate aos Nazifascistas no leste europeu, comandada pela União Soviética, uma grande frente de combate ao Japão, se colocando contra os Estadunidenses, Britânicos, Chineses e outros povos no sudeste asiático. Dessa maneira, o “Trampolim da Vitória” estabelecido pelos EUA entre o Pará e o Rio Grande do Norte, foi primordial para a organização de uma possível invasão da Europa pela região do norte da África, com apoio dos militares da “França Livre” (Araujo, 2020).

No final do ano de 1943, com grandes vitórias sobre os Germânicos e italianos, o Eixo abandonou a Tunísia e a Líbia, dando base ao estabelecimento do um controle aliado do Mar Mediterrâneo, servindo de apoio para a *Operação Husky*, que tomou a Sicília e o sul da península Italiana dos Fascistas. Com essa tomada do sul da Itália, o governo de Mussolini foi derrubado pelo imperador italiano, apesar de manter-se aliado ao Eixo. Essa situação mudou com o avanço dos aliados pela Itália, no qual a família real italiana evadiu-se para o sul da península, declarando total apoio aos aliados, cuja desordem militar acabou permitindo a ocupação alemã do centro e do norte da Itália (Salun, 2012).

A COBRA FUMOU E O BRASIL EMBARCOU: A FORMAÇÃO DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA E IDA DOS PARAENSES AO ALÉM-MAR

Nesse contexto, o Brasil estava imerso em relações econômicas entre os dois lados em conflito, somada às dezenas de ataques aos navios mercantes brasileiros no além-mar e em águas territoriais brasileiras, conduzindo o governo de Getúlio Vargas a tomar partido, em favor dos Estadunidenses, atacados em dezembro de 1941 e manifestando estado de Beligerância contra a Alemanha e a Itália em agosto de 1942, através do decreto lei 10.358, e a declaração de estado de guerra no dia 31 do mesmo

mês, iniciando a organização militar para a defesa interna e para uma possível participação na frente de combate (Silva, 2013, p.14)

Entre o final de 1942 e o ano de 1943, as forças armadas iniciaram o processo de formação do corpo expedicionário de combate brasileiro que seria enviado para o front Italiano, através da portaria ministerial número 4.744 de 09 de agosto de 1943, sendo nomeada *Força Expedicionária Brasileira* (FEB) e posta sob comando do General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes (1883 - 1968) (Silva, 2013 p. 14).

Cerca de 25.334 militares e 70 enfermeiras para tomarem parte no front do Mediterrâneo. A FEB foi Organizada de forma Ternária, no qual cada unidade dividia-se em três menores, da Divisão as patrulhas na linha de frente. O comandante-geral teve como subordinados imediatos os Generais de Brigada: Zenóbio da Costa (1893 - 1963), comandante da *Infantaria Divisionária* (Mais numerosa e dividida em três regimentos de Infantaria: 1º RI - Sampaio; 6º RI - Ipiranga e 11º RI - Tiradentes); Cordeiro de Farias (1901 - 1981), Comandante da *Artilharia Divisionária* e o Coronel Falconiere da Cunha (1891 - 1967), comandante dos órgãos não divisionários (Depósito de Pessoal, Banco do Brasil, Corpo de Saúde, Pelotão de Sepultamento, entre outros) (Maximiano, 2014; Ferraz, 2013).

Apesar das maiores unidades serem concentradas nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, seus membros estendiam-se a todos os vinte e um estados existentes na época. O Estado do Pará contribuiu com 645 militares mobilizados, no qual 281 destes embarcaram no 5º escalão para combater nos campos de batalha italianos, contribuindo com pessoal principalmente as unidades de linha de frente e do depósito de pessoal (Silva, 2013).

Os paraenses participaram de vários embates, não somente no último contingente, mas em outras unidades, servindo como tradutores, cozinheiros e na linha de frente em meio às patrulhas. Dos 281 Paraenses, quatro não voltaram com vida ao Brasil, tombados em combate ou nos hospitais de campanha em decorrência de ferimentos ou das condições climáticas adversas do inverno nos montes Apeninos (Silva, 2013).

A tropa brasileira participou ativamente da tomada de postos chaves alemães, principalmente na linha Gótica, uma das bases estruturais da ocupação germânica da Itália, enfrentando unidades bem ambientadas e experientes de outros fronts (como a Guerra contra a URSS). Após fevereiro de 1945, os Brasileiros tiveram consideráveis vitórias, como em Monte Castelo, Montese e Fornovo Di Taro. Nesta última, os alemães da 148ª Divisão de Infantaria renderam-se integralmente à FEB, após a notícia da morte

de Adolf Hitler, com cerca de 14 mil militares, sendo o único caso no conflito de rendição de uma unidade alemã inteira (Maximiano, 2014).

Apesar de sua considerável importância no Front italiano, somado ao grande carisma dos brasileiros em relação à população italiana a desmobilização brasileira ocorreu no estrangeiro, de forma rápida e direta, mesmo que houvessem propostas de que a divisão participasse da ocupação do *Reich* no pós-guerra, mais exatamente da Áustria, e que acabou sendo recusado pelo presidente Getúlio Vargas (Neher, 2015; Latfalla, 2022).

Havia outros planos para a FEB e seu retorno para o Brasil, de maneira que após o conflito a unidade expedicionária foi desmobilizada em solo estrangeiro, de maneira a impedir qualquer receio de que a volta dos militares fizesse uma possível revolução armada para derrubar o presidente. Tendo em vista essa desmobilização precoce, os veteranos tiveram a ideia de organizarem uma instituição que os representasse, em busca dos direitos obtidos após o pagamento do seu tributo de sangue (Ferraz, 2013).

AS AÇÕES DE SOCIABILIDADE DOS VETERANOS COM A SOCIEDADE

No Brasil, as mobilizações por direitos dos militares e conscritos que participaram em grandes conflitos, vem desde a guerra do Paraguai (1864 – 1870), no qual as promessas de entrega de lotes de terra e de compensações financeiras não foram cumpridas em grande parte, devido aos grandes cortes realizados após o conflito nos ministérios das forças armadas imperiais, acabando com boa parte da esperança de uma vida nova aos veteranos e feridos (Soares, 2014).

As associações de ex-combatentes não são uma novidade na segunda metade do século XX, sua importância está centrada nos debates internos das nações envolvidas em grandes conflitos, no qual as populações mobilizadas para o conflito chegavam aos milhões. Esse fato é notório no período após a 1ª Guerra Mundial (1914 - 1918), em que países como os Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, França e Alemanha enfrentaram o problema da reintegração social desses conscritos, promovendo iniciativas de apoio educacional como bolsas de estudos; amparo à saúde aos veteranos e seus familiares; entre outros elementos (Ferraz, 2013).

Uma dessas associações, cujos objetivos estavam mais definidos em congregar militares e conscritos que serviram em defesa de sua pátria natal, foi a *Associazione Nazionale Combattenti*, fundada em 1923 em Belém do Pará. Segundo Marília Emmi (2008, p. 236), essa associação unia apenas italianos que haviam lutado durante o

grande conflito de 1914-1918, e não era uma instituição de busca por direitos, mas de preservação da camaradagem entre seus irmãos de armas.

Com o final da II Guerra em maio de 1945, foram iniciados os preparativos de retorno dos militares da FEB para o Brasil, com a tropa não participando do processo de ocupação e sendo desmobilizada antes mesmo de entrar nos navios de embarque. Começava um duro e difícil processo de reintegração social desses veteranos, no qual além da omissão do estado, contavam também com o preconceito da sociedade com os neuróticos de guerra.

Apesar disso, a recepção aos expedicionários foi festiva em todo o Brasil, sendo homenageados em grandes desfiles de norte a sul do Brasil. Curiosamente, os militares desfilaram desarmados, pelo medo de que poderiam fazer um golpe contra o regime cambaleante do Estado Novo getulista.

Os ex-combatentes, tendo noção de que apesar das festividades, enfrentaram problemas para seguir suas carreiras anteriores ao conflito, iniciaram os preparativos para a organização de seus mecanismos de luta social, com o objetivo de obterem as concessões prometidas pelo estado aos militares que tomassem parte no conflito mundial. Dessa forma, em 08 de abril de 1946, foi fundada a Associação de Ex-combatentes do Brasil, Seção Pará, fundada próximo a praça Floriano Peixoto, bairro de São Brás.

As instituições de caráter coletivo (Sindicatos, Clubes esportivos, associações, etc.), têm como característica principal o incentivo a formação de eventos para interação entre seus membros e aproximando a sociedade da instituição, permitindo uma relação mais amigável em uma visão interna e externa. A associação dos ex-combatentes do Brasil também não se diferenciou neste ponto, realizando inúmeras atividades com o objetivo de aproximar os ex-combatentes da sociedade e angariar fundos para o caixa financeiro institucional.

Um ponto importante a ser discutido nas reuniões dos ex-combatentes é a interação esportiva com a sociedade através do futebol, sendo organizado um time amador para competir no futebol suburbano, inicialmente interligado a associação, competiu em nível amador até 1950, passando ao primeiro nível do futebol do Pará a partir do ano de 1951, seguindo na elite até o ano de 1958, quando a equipe foi desmembrada da AECB-PA, passando a compor o Grêmio Desportivo Combatentes (Machado, 2021).

A Formação do time dos veteranos é importante para compreender de que forma a relação entre a memória do conflito e o esporte acabava servindo implicitamente como

elemento de preservação das datas e dos acontecimentos em que os brasileiros tomaram parte, tanto pela realização dos jogos em datas festivas para os veteranos (Tomada de Monte Castelo, Montese, Forno e o dia da vitória), além das discussões sobre o time nas crônicas esportivas da mídia local, mostrando a atuação do Combatentes em torneios estaduais e regionais (Machado, 2021).

O Grêmio Combatentes atuou no esporte do Pará até o ano de 1972, no qual sua categoria profissional foi extinta, continuando um trabalho de formação de jogadores e somando algumas campanhas históricas no campeonato paraense, como um terceiro lugar na edição de 1968, eliminando a Tuna Luso e ficando atrás apenas das equipes de Remo e Paysandu (Machado, 2021).

A sociabilidade por meio do futebol em Belém é discutida no trabalho do dr. Itamar Gaudêncio, abordando os times suburbanos de Belém, e no qual a abordagem discute as relações internas e externas entre os clubes bairristas:

Essa movimentação do público que se relacionava ao esporte nos dias de jogos nos leva a deduzir que a prática futebolística em Belém do Pará não se resumia a jogos oficiais, pois, aliada a paixão dos clubes de “*Sportsmen*”, como Remo, Paysandu e outros clubes, possivelmente nos variados bairros existiam práticas de lazer e sociabilidade ligadas também ao futebol. Eventos desse tipo nos anos de 1920 proporcionaram o deslocamento da atenção dada pela imprensa esportiva nas suas notícias aos clubes do dito “centro elegante” para outros clubes de futebol pertencentes a variados bairros da urbe (Gaudêncio, 2016, p. 177).

O Clássico de Futebol Remo X Paysandu, existente desde 1914, um dos mais disputados do mundo, foi discutido em reunião da AECB-PA como possível evento de sociabilidade entre os veteranos, militares e a sociedade, buscando uma aproximação maior dos primeiros segmentos com a sociedade civil em geral:

Foi também lembrado organizar um festival esportivo entre os quadros do Clube do Remo e do Paysandu Esporte Clube, ficando o Major Cabú encarregado de tratar este assunto com o Comandante Geral da Oitava Região (Ata de Fundação, 17 de setembro de 1949, p.15).

Além do futebol, outras formas de sociabilidade eram incentivadas e organizadas pela associação, de maneira a contribuir com o caixa financeiro da AECB-PA, além de contribuir para a formação dos associados e de seus dependentes. Nestas iniciativas podemos destacar a atuação dos expedicionários na organização de um festival de cinema em 1 de outubro de 1949, no Cine popular, cujo valor dos ingressos ficou definido ao valor de Três Cruzeiros CR\$: 3,00. As salas de cinema foram importante

elemento de sociabilidade para as famílias belenenses da década de quarenta, com os expedicionários não sendo exceção a regra, trabalhado pelo Professor Allan Pinheiro da Silva (2007):

A década de quarenta foi marcada pela forte presença dos cinemas no cotidiano das grandes capitais brasileiras, porém com a introdução da televisão nos anos cinquenta, iniciou e, paulatinamente foi se consolidando, a crise em torno das salas de projeção, que hoje se faz visível. No entanto, não se pode esquecer que o primórdio das imagens em movimento, o lugar “sagrado” e muitas vezes o local de convivência dos cidadãos em Belém foi o cinema. Assim, também se observa que esse recinto foi tratado como espaço físico de projeção de imagens, local de encontro e conversa, com suas grandes salas de espera, local para os namoros transgressores, ambientes de emoção vinda através dos olhos com os filmes românticos, dramáticos, as comédias, as grandes aventuras de *far-a-West* e os filmes de guerra (Silva, 2007, p. 24).

Dessa forma, Belém seguiu a lógica de outras grandes cidades brasileiras da década de 1940, no qual os cinemas foram cada vez mais descentralizados, apresentando as produções nacionais e internacionais a cada vez mais pessoal, surgindo também, várias empresas responsáveis pela produção de eventos nos cinemas e de material cinematográfico. A Historiadora Yisiadne Ribeiro, ao discutir a presença feminina no cinema paraense, aborda diretamente a disseminação dos cinemas e dessas produtoras de eventos em Belém, de maneira que:

O circuito cinematográfico em Belém possuía uma expressiva quantidade de salas de exibição, localizadas entre o centro e algumas áreas mais afastadas da margem, sendo muitas destas salas pertencentes às mesmas empresas, como por exemplo a Cardoso & Lopes, Severiano Ribeiro e a São Luiz, para citar algumas. Só dentro do período de 1959 a 1963 encontravam-se em funcionamento os cinemas Nazaré, Olympia, Moderno, Iracema, Independência, Vitória, Cine Art, Paramazon, Palácio, Tamoios, Guarani, Opera – estes todos dentro da região central de Belém, entre grandes salas e cinemas de bairro – e alguns como o Cine Ipiranga, de Icoaraci e o Guajarino, em Mosqueiro. Estas salas de cinema eram bastante frequentadas, mas não se encontravam nas melhores condições. Suas estruturas desagradavam bastante os frequentadores por serem desconfortáveis. Só com a inauguração do Cine Palácio em 1960, estas salas correram para melhorar seus espaços e não perder a clientela (Ribeiro, 2021, p.24).

Uma das produtoras citadas por Ribeiro (2021), é a São Luis, contratada para a realização do evento organizado pelos ex-combatentes citado anteriormente, a referida empresa repassou a informação que o festival rendeu cerca de CR\$ 1.203,00 cruzeiros,

valor que ainda seria descontado para custear o aluguel do espaço sendo o restante enviado a instituição^v.

Esses resultados mostram que seja no estádio ou nas salas de cinema, a sociabilidade era um importante fator entre os veteranos e a sociedade civil em que estavam imersos, permitindo que o público alheio ao conflito ou as gerações posteriores, tomassem conhecimento da participação dos paraenses no conflito, além de servirem como entretenimento para os segmentos.

Cabe destacar o uso do espaço dos ex-combatentes como objeto da produção cultural dos mesmos, seus dependentes e do público em geral, tanto para as reuniões quanto para capacitações e treinamentos. Um desses acontecimentos descritos nas atas, foi a realização de um evento de Bordado, costura e artesanato na instituição, evento aberto a todos os interessados. No ano de 1962, A AECB-PA autorizou a realização de cursos noturnos dos seguintes temas: Bandejas Artísticas, Modelagem de Boneca e motivos para a Páscoa, de maneira que os objetos seriam apresentados aos membros da associação e que 20% do valor seria direcionado a associação para o pagamento de custos.

A Formação educacional foi um dos pontos mais visados institucionalmente pela AECB-PA, de forma que o espaço da associação foi construído para cumprir com essa missão. Já que as demandas de apoio à educação dos veteranos e seus dependentes não foi levada adiante, coube aos próprios veteranos a organização de escolas e cursos específicos para os seus filhos e para os moradores dos arredores da associação.

Dessa forma, é importante citar a criação do Instituto *Mascarenhas de Moraes*, organização ligada a AECB-PA, e que atendia os filhos de veteranos e a comunidade externa, solicitando dos últimos a realização de pagamento de valores simbólicos para apoio à associação. Seu objetivo era prestar apoio às crianças que tentaram as provas para cursarem a nível estadual ou municipal o primeiro grau de instrução, não necessitando de autorização do Ministério da Educação na época para a realização dessas atividades. Um dos elementos encontrado constantemente nas atas, é as subvenções vindas dos órgãos executivos e legislativos de Belém, com o objetivo de financiar o projeto, prestando apoio a um público cada vez maior nos porões da associação^{vi}.

Outra formação apenas citada em ata, mas cujas fontes estão em acervos avulsos da associação são referentes ao Instituto Paraense de Criminologia, um projeto realizado em apoio com a secretaria de Segurança Pública do Pará e com as polícias civil e militar

do estado, sendo um curso pago aos alunos, para efeito de manutenção do espaço e da AECB-PA.

Ambas as iniciativas mostram a importância da atuação própria dos veteranos em favor dos associados, contribuindo para a sua formação e constante aperfeiçoamento dos associados, elementos vistos com maior detalhamento nos documentos avulsos e até mesmo na própria estrutura predial da Instituição, de maneira que havia duas entradas na AECB-PA: Uma apenas para alunos, com caminho direto para o porão e sala de aula; e outra pelo primeiro piso, no qual dava acesso a biblioteca e ao salão dos associados.

O ACERVO INSTITUCIONAL DA AECB-PA: UMA ANÁLISE ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS DE FILIAÇÃO DE ASSOCIADOS

O documento histórico mais antigo encontrado na instituição é seu livro de ata de fundação, que conta a trajetória institucional da AECB-PA de maio de 1946 até o ano de 1952, abordando as reuniões gerais entre a diretoria e os associados, somado a atuação da primeira diretoria e as discussões políticas acaloradas do período da Guerra fria.

Nesse livro também é possível encontrar as manifestações de desagrado com determinadas posturas contrárias a causa dos expedicionários, tal como o perdão a acusados de traição contra a pátria. Além disso, há muitos documentos avulsos, divididos entre os informes da documentação oficial enviada e recebida da AECB e sobre novas fichas de adesões à associação.

Esse último segmento é uma das partes mais importantes do acervo institucional dos ex-combatentes, pois as fichas de filiação são documentos complexos com vários dados concentrados: *local de origem, profissão, onde serviu no conflito, se era carente financeiramente, histórico familiar, educacional*, entre outros.

Esses indicadores permitem uma análise mais profunda sobre quem eram esses veteranos e ex-combatentes, permitindo analisar de que maneira estes veteranos eram reintegrados às suas localidades de origem (ou de residência), se tinham alguns problemas de saúde devido ao conflito, ou se buscavam a associação com objetivo de alcançar oportunidades de emprego.

Dessa maneira, há atualmente na instituição cerca de 158 fichas de filiação, no qual o número de páginas chega a ser quatro vezes maior, de acordo com a quantidade de demandas apresentadas pelo veterano, tal como: *Solicitações de vagas em escolas*,

empregos em repartições públicas e privadas, consultas médicas em hospitais das forças armadas, além de apoio aos familiares de veteranos falecidos.

Outro indicador que podemos citar, é a classificação do conscrito ou militar na Associação, de forma que apesar dos mesmos direitos e deveres, o classificavam com o status de “Veterano ou Ex-combatente”. Essa organização era construída da seguinte forma:

Tabela 01: Classificação dos veteranos da AECB-PA, estatuto da AECB-PA.

Classificação do Conscrito	Onde Serviu	Comprovante de Tempo de Serviço	Comprovante de serviço no teatro de Operações	Força de Serviço
Veterano Efetivo 1 - E1	Itália	Certidão de Reservista de Primeira Classe de serviço na Itália.	Diploma da medalha de Campanha, Medalha Sangue do Brasil ou Cruz de Combate.	1ª DIE FEB 1ª GAVca 1ª ELO ^{vii}
Ex-combatente Efetivo 2 - E2	Atlântico Sul - defesa do litoral Brasileiro	Medalha de Serviços de Guerra, e Medalha de Serviços Relevantes	Medalha da força naval do Nordeste e Medalha da força naval do Sul.	Marinha de Guerra
Ex-combatente ou Veterano Efetivo 3 - E3	Itália e Defesa do litoral brasileiro	Medalha de Campanha na Itália (FAB) e Medalha de Campanha do Atlântico Sul	Medalha da Cruz de Bravura, Medalha da Cruz de Sangue, Medalha da Cruz de Aviação (A e B)	Força Aérea
Ex-combatente Efetivo 4 - E4	Serviço em zonas de Guerra no Atlântico e no Mediterrâneo	Medalha de serviços de Guerra, Medalha de Serviços Relevantes e certidões de serviço em navios mercantes	Certidões de serviço da Capitania dos Portos informando os navios mercantes.	Marinha Mercante
Ex-combatente Efetivo 5 - E5	Serviço em unidades no Litoral Brasileiro	Boletins de serviço, medalha de guerra e Certificados de reservista de 1o categoria	Medalha de Guerra e Certidões de serviço em unidades do litoral Brasileiro.	Exército

Fonte: Estatuto da AECB-PA, Centro de Memória da Amazônia, Belém, 2019. Por Lucas Carnevale Machado.

Nos documentos avulsos, um fundo em particular foi de vital importância para obter a composição social dos veteranos de guerra, permitindo discussões sobre sua origem geográfica, formação acadêmica e profissional, período de serviço durante a guerra, e demandas pessoais solicitadas através da associação.

Apesar do abandono da associação ter atingido em cheio o acervo documental, esta seção em específico tem documentos em estado de conservação quase impecável, devido ao zelo dos veteranos relacionados a este fundo em específico. Um dos fatores que ajudaram nessa preservação das fontes foi as estruturas que organizam os

documentos, usando gavetas de metal e de fichários de plástico, isolando os documentos de qualquer ação de agente químico ou biológico de deterioração.

Dos fichários encontrados, três precisaram ser substituídos com urgência devido a constatação de que as estruturas estavam contaminadas com fezes humanas, e para evitar qualquer infecção aos documentos ou aos pesquisadores, os documentos foram transferidos para novos fichários com estrutura semelhante, sendo este o estado atual dos documentos pesquisados.

Para entender de que forma esse patrimônio contribui para entender a dinâmica individual dos veteranos, é necessário destrinchar a fonte documental, analisando as diferentes situações e problemáticas relacionadas nos acervos. Dessa maneira o dossiê era composto dos seguintes documentos:

Imagens 01 e 02: Ficha de proposta do Sr. Raimundo Otaciano de Almeida e cópia do Diploma da Medalha da Força Naval do Nordeste do Sr. Rui Martins Fonseca.

The image shows two documents side-by-side. The left document is a 'PROPOSTA' (proposal) form from the 'ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL' (Association of Ex-combatants of Brazil), specifically the 'SEÇÃO DO PARA' (Para Section). It is for Raimundo Otaciano de Almeida, a 1st category reserve soldier from the Brazilian Expeditionary Force in Italy. The form includes fields for name, profession (LAVADOR), address (STO. ANTONIO DE TRONSETAS SANTAREM Bairro: NOVO), birth date and location (MABACARÉ), and military service details. It is dated September 15, 1977, and approved on October 20, 1977. The right document is a 'DIPLOMA' (diploma) for the 'MEDALHA DA FORÇA NAVAL DO NORDE' (Medal of the Naval Force of the Northeast) awarded to Rui Martins Fonseca. It is dated June 2, 1954, and signed by the President of the United States of America.

Fontes: Foto 01: (Santos, 2022); Foto 02: Lucas Carnevale Machado.

Os dossiês referentes aos ex-combatentes filiados (ou que desejassem pertencer a AECB-PA) geralmente contava com os seguintes componentes: A primeira folha era a folha padrão de proposta da AECB-PA, que compilava os dados referentes a identidade, origem, tempo de serviço e em que força atuou durante a guerra, somado a informações profissionais e caso fosse alfabetizado (ou não); Na segunda folha, nos casos anteriores a década de 1960, era comum a presença de folha de registros de beneficiários, com dados de Cônjuges, filhos e parentes próximos, abordando suas idades e seus locais de nascimento.

Logo após esta folha, os dossiês vinham acompanhados dos documentos comprobatórios dos dados repassados à folha de proposta de associação, tanto os documentos de identidade, nascimento, e de formação profissional. Além dos documentos comprobatórios de participação no conflito, mostrando o tempo de serviço ou a participação de determinado teatro de operação de guerra, sendo importantes para definir em qual categoria o veterano seria incluído dentro da associação.

Entre os militares que lutaram na II guerra, essa classificação foi reduzida a separação entre os Veteranos de guerra (E1) e os ex-combatentes (os grupos restantes de veteranos), criando identidades que apesar do ponto em comum, abriram trajetórias bem diferentes. Essa diferença foi construída através da organização de instituições específicas para esses segmentos.

A AECB-PA, continuou a ser a representação da grande maioria dos “ex-combatentes”, que haviam servido nas três forças (Exército, Marinha e Aeronáutica), e que atuaram em várias operações de guerra na Itália ou no Atlântico Sul, aceitando todos os que comprovasse o período de serviço de guerra. Na década de 1970, surgiu uma instituição mais restritiva com relação aos veteranos de guerra associados, aceitando somente os que serviram na Itália, e que tivessem ao menos a Medalha de Campanha da Itália, sendo da FEB ou do 1o Grupo de Caça, criando a Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar dessa divisão na identidade dos conscritos e participantes do conflito, elemento evidente até nas diferentes cores das boinas (Azul Ferrete dos membros da ANVFEB e Verde Oliva aos membros da AECB), os grupos uniam-se em favor das mobilizações sociais em busca dos direitos dos veteranos e ex-combatentes, enviando documentos a autoridades civis e militares, constituindo memoriais e solicitando o devido cumprimento do que estava na lei.

O historiador em sua gênese deve trabalhar para encontrar o fio condutor da história em meio as fontes documentais, traçando uma narrativa de acordo com a disponibilidade de documentos históricos a serem questionados. Esse é um desafio a ser abordado na Associação dos Ex-combatentes do Brasil, devido a grande quantidade de documentos avulsos e encadernados, apesar das perdas durante o processo de abandono entre 2014 e 2017. Nos atuais cálculos da documentação disponível, foram encontradas mais de 1.324 laudas espalhadas nas seguintes coleções e fundos:

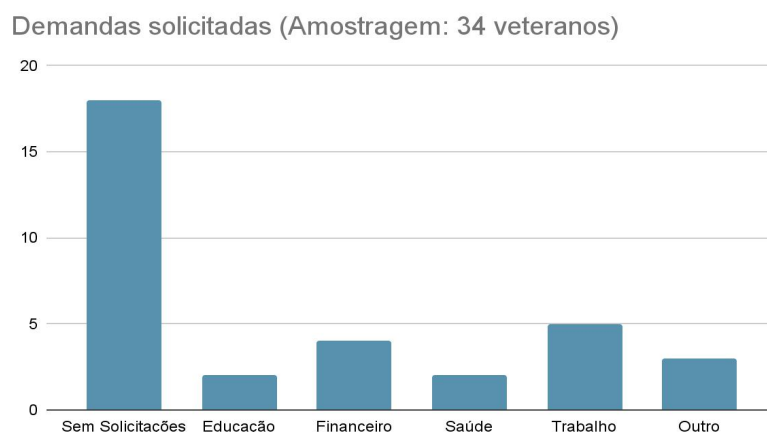
Tabela 02: Catálogo parcial do acervo em papel da Associação.

Tipo de documento	Composição	Fundo ou Coleção	Quantidade
Documentos Avulsos	Documentos de adesão e comprovação dos veteranos, documentos oficiais da AECB e dos Institutos de criminologia e Mascarenhas de Moraes.	Correspondências, listas de associados titulares, beneméritos, documentos de ordem geral do Instituto de criminologia e folha de pagamento do Instituto Marechal Mascarenhas de Moraes.	994 Laudas
Documentos Encadernados	Livros de Atas institucionais da AECB-PA: Fundação, Diretoria e Assembleia Geral.	Livros de registros das reuniões	330 Laudas divididas em 04 livros
Biblioteca restante	Livros da Biblioteca da AECB-PA	Seções “B - E” da Biblioteca	51 Livros

Fonte: pesquisadores Lucas Carnevale e Matheus Mouzinho, Belém, 2021.

Com essa grande variedade documental nos acervos da associação, permite aos historiadores e os estudiosos do patrimônio material compreender de que maneira a instituição estava atrelada com a sociedade paraense da época, no qual vemos diferentes pessoas com uma ligação em comum (o fato de terem contribuído como “irmãos de armas” no combate ao nazifascismo), mas que tem origens, formações sociais e econômicas bastante divergentes entre si, permitindo que os referidos que estivessem em melhor situação, apoiassem os veteranos ou ex-combatentes mais pobres e seus familiares.

Gráfico 01: Demandas solicitadas pelos ex-combatentes da instituição, listas de membros da AECB (Documentos comprobatórios)

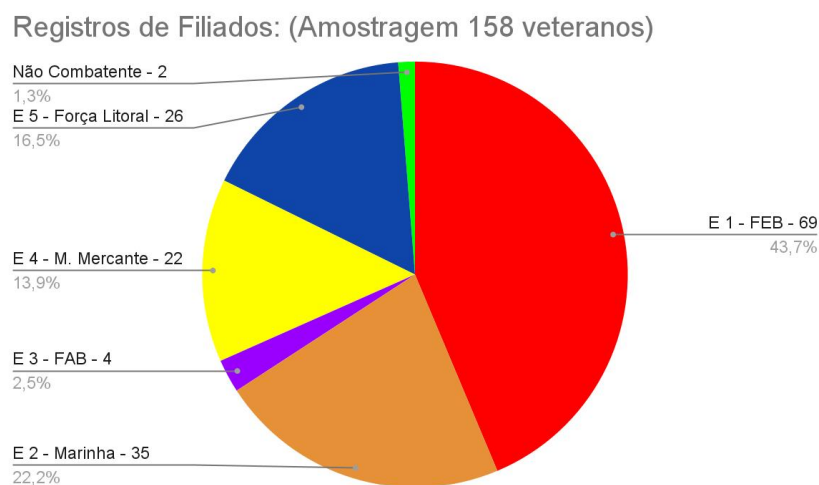


Fonte: Listas de membros da AECB-PA, pesquisadores Lucas Carnevale e Matheus Mouzinho; Belém, 2021.

Neste gráfico é possível notar uma gama de solicitações feitas pelos veteranos por via institucional, estando quase sempre interligados a demandas sociais específicas dos veteranos e dos seus dependentes, no qual a AECB-PA enviava um ofício apresentando o veterano e seu familiar, e apresentando a solicitação a ser feita. Foram encontradas solicitações de vagas de emprego a ex-combatentes em repartições públicas como a Estrada de Ferro de Bragança (EFB) e o Serviço Regional de Portos da Amazônia (SNAPP), enviando dados do veterano e aguardando alguma resposta do departamento.

Outra demanda muito solicitada pelos veteranos, é o acesso ao atendimento médico para si ou para um familiar, no qual eram apresentados aos hospitais (geralmente públicos), o veterano e o familiar que seria internado (se fosse o caso). Nestes documentos temos a oportunidade de compreender de que maneira os veteranos e ex-combatentes foram afetados de maneira física e psicológica, solicitando atendimento para casos de alcoolismo, neurose de guerra e até internação no Hospital Psiquiátrico estadual Juliano Moreira.

Gráfico 02: Número de filiados por categoria na AECB-PA, listas de membros da AECB-PA.



Fonte: Listas de membros da AECB-PA, Pesquisadores Lucas Carnevale e Matheus Mouzinho, Belém, 2021.

Nas fontes encontradas foi possível a realização de um levantamento sobre a porcentagem de filiados na associação, sendo encontrados cerca de 158 registros restantes, correspondente a porcentagem de 27,5% da totalidade filiados a associação que chegou ao número de 574 membros. O gráfico apresenta preliminarmente uma grande quantidade de filiados na categoria de Efetivo 1 (FEB), correspondendo em cerca de 43,70% dos registros restantes na instituição. após estes, as Forças navais de Guerra e Mercante, dominam as seções intermediárias contando com 22,20% e 13,90%

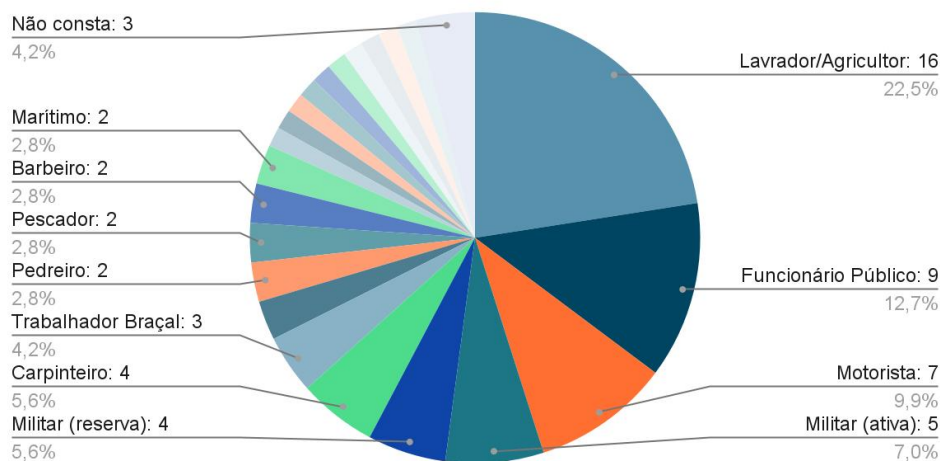
respectivamente, mostrando que os marinheiros que atuaram na Força naval do Nordeste e na frota mercante que abastecia a região amazônica representavam um numeroso grupo de associados.

Os últimos grupos correspondem tanto aos que serviram no litoral brasileiro e em patrulhamento da costa durante o período do conflito, quanto aos veteranos da Força Aérea Brasileira, que combateram na Itália, contando com 16,50% e com 2,50% dos registros respectivamente. Para finalizar, os não combatentes, que eram sócios da AECB-PA, que não haviam servido na guerra, nem se encaixavam em nenhum grau de colaboração no combate ao conflito, mas que eram simpatizantes, pesquisadores e professores, que de alguma forma contribuíram para a preservação da memória expedicionária entre as novas gerações (1,30% dos registros).

Para finalizar, foi necessária uma análise mais aprofundada do grupo numeroso e específico dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira na Itália (**E1**), cujas informações apresentam grande número de detalhes sobre sua participação na sociedade da época, fato refletido nas informações sobre emprego e renda dos expedicionários.

Gráfico 03: Funções que mais empregavam os veteranos da FEB filiados a AECB-PA, Listas de membros da AECB-PA.

Profissões dos Veteranos ligados a AECB-PA: (Amostragem: 69 Veteranos da FEB)



Fonte: Listas de membros da AECB-PA, Pesquisadores Lucas Carnevale Machado e Matheus Mouzinho, Belém, 2021.

Nesse gráfico, todos os associados “E1” disponíveis na AECB-PA foram abordados justamente para produzir um panorama sobre as condições de trabalho desses conscritos no período do pós-guerra. A grande maioria está entre a produção familiar agrícola (com casos de terrenos doados pelas forças armadas), e no funcionalismo

público nas três esferas (Municipal, Estadual e Federal), essas vagas em muitos casos foram alcançadas por intermédio da AECB-PA, sendo solicitadas através de ofícios às chefias dos departamentos, contribuindo para uma melhor reintegração social destes veteranos. Algumas problematizações devem ser feitas com base nos dados apresentados pela documentação, principalmente os ligados a seu local de nascimento e sua origem étnico-racial, discutindo o peso da participação de grupos minoritários e de localidades mais afastadas dos centros urbanos.

Os dados fortalecem a ideia de que considerável parte da Força expedicionária Brasileira e dos combatentes do litoral era composta de camponeses e interioranos, convocados para cumprir o serviço militar obrigatório, servindo em grandes unidades locais sediadas na capital paraense, como o 26º Batalhão de Infantaria e o 34º batalhão de Caçadores.

Tabela 03: Informações referentes aos expedicionários filiados à AECB-PA, disponíveis nas fichas de filiação restantes na instituição.

Local de origem dos Filiados a AECB-PA	Porcentagem de Membros
Belém e Proximidades	24,5%
Interior	35,2%
Outros estados	40,3%

Fonte: Listas de membros da AECB-PA. Pesquisadores: Lucas Carnevale e Matheus Mouzinho, Belém, 2021.

Esses dados mostram que apesar da quantidade considerável de veteranos paraenses, muitos oficiais da ativa que serviam em Belém, ou conscritos radicaram-se na região, atuando junto da AECB-PA. Nos dados encontrados há um equilíbrio na quantidade de Pretos e Brancos que serviram na FEB, no qual há um grande problema em quantificar os números desses grupos étnico-raciais, devido a ausência desse registro nos documentos oficiais do exército, que aboliram essa forma de registro dos militares desde o início da década de 1940 (Santos, 2021).

A associação em si, também não fazia esse tipo de registro formalmente, mas ao mesmo tempo deixava disponível nas fichas de filiação imagens dos veteranos associados, permitindo analisar a representatividade desses grupos, mostrando a desigualdade e o racismo estrutural presente até a atualidade na sociedade brasileira.

Tabela 04: Informações de origem étnico-racial disponíveis nas listas de registros da AECB-PA através de fotos 3x4 legíveis.

Cor	Porcentagem
Pretos	50,7% - 35 membros
Branco	49,3% - 34 membros
Total	100% - 69 membros

Fonte: Listas de membros da AECB-PA. Fonte: (Santos, 2022, p. 51).

Apesar da maioria dos registros encontrados, os militares negros mantinham-se na base da hierarquia militar, atuando no conflito como cabos e soldados, tendo algumas poucas exceções de praças pretos como sargentos do Exército e de oficiais da Marinha Mercante. Apesar do grupo dos brancos ser menos numeroso, estes concentravam as funções mais especializadas na sociedade, com ensino secundário ou superior, somado a funções no serviço ativo militar, principalmente como sargentos e oficiais.

Apesar da importância da integração entre pretos e brancos na FEB ter sido uma marca de impacto entre as outras nações aliadas, que mantinham tropas segregadas em combate, geralmente comandadas por oficiais brancos e com base hierárquica de origem colonial ou afro-estadunidense. Podemos notar que a integração por si só, não teve grande impacto para mudar as condições impostas pelo racismo estrutural na sociedade brasileira, mantendo a base de militares pretos em funções subalternas, e que acabaram passando por uma reintegração social ainda mais complicada, devido ao duplo estigma ligado à sua atuação no conflito, com o receio de ser um “neurótico de guerra”; e devido ao tom de sua pele (Santos, 2022).

CONCLUSÃO

Dessa maneira, nota-se as consequências de um conflito militar expandido aos variados continentes do globo pela guerra submarina da *Kriegsmarine*, trazendo para a costa do Pará, o medo e a vigilância entre os civis e militares, receosos de mais torpedeamentos e vítimas fatais. Além desse medo, a sociedade paraense realizou medidas buscando a mobilização de recursos para o conflito, resultando em racionamento de comida e energia, organização de tropas militares e constantes patrulhas com o objetivo de caçar os submarinos nazistas no Oceano Atlântico.

Com o fim do conflito, a associação de ex-combatentes foi organizada na cidade de Belém, e acabou por tornar-se um espaço de memória, servindo como ponto de preservação construído pelos próprios sujeitos, apresentando os mais variados elementos de patrimônio material construído.

Além disso, sua importância vai para além das funções originais do documento, de maneira que ainda que a intenção dos documentos administrativos seja apenas de organizar os dados para melhor colaborar o grupo social expedicionário e seus familiares, sua composição e detalhamento permitem análises mais profundas sobre questões sociais e sobre a dificuldade de reintegração social desses conscritos. Seus indicadores apresentam as diferentes organizações socioespaciais desses veteranos, mostrando a diversidade de profissões ocupadas por veteranos e de que forma a associação colabora com essa reintegração profissional dos veteranos.

Referências

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. *Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)*. UFPA, Belém, 2015.

ARAÚJO, Glaucia Dias Costa de. *Debaixo da sombra do Trampolim da Vitória: história local, ensino e memória histórica em Parnamirim-RN*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

BARONE, João. *1942: O Brasil e sua guerra quase desconhecida*, Rio de Janeiro: Ed. Harper Collins Brasil, 2013.

BRASIL, Associação de Ex-combatentes do. *Ata de Assembléia Geral da AECB – PA 1975 – 2004*, Arquivo histórico da AECB-PA, Belém, 1974.

BRASIL, Associação de Ex-combatentes do. *Ata de diretoria 1954 – 1957*, Arquivo histórico da AECB-PA, Belém, 1954.

BRASIL, Associação de Ex-combatentes do. *Ata de diretoria 1961 – 1974*, Arquivo histórico da AECB-PA, Belém, 1959.

BRASIL, Associação de Ex-combatentes do. *Ata de fundação 1946 – 1953*, Arquivo histórico da AECB-PA, fls. 2-5, Belém, 8 de maio de 1946.

CASTRO, Diego Armando Silva. *A mobilização do exército brasileiro e o envio de tropas para os fronts da 2ª Guerra Mundial*, UNISUL, 2017.

EMMI, Marília Ferreira. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: Editora Universitaria UFPA, 2008.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. EDUEL, 2013.

FERRAZ, Francisco César Alves. *Os brasileiros e a segunda guerra mundial*. Zahar, 2005.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. “*Football suburbano e festivais esportivos*”: lazer e sociabilidade nos clubes de subúrbio em Belém do Pará (1920-1952). 2016. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

GRUZINSKI, Serge. *A Amazônia e as origens da globalização (sécs. XVI-XVIII): Da história local à história global*. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2014.

LATFALLA, Giovanni. *Segunda Guerra Mundial: Propostas para o emprego de tropas do Brasil*. Juiz de Fora: editar editora, 2022.

LOPES, Ysiadnne Caroline Ribeiro. “*A viuvinha indomável e a jovem desencaminhada*”: representações do feminino no cinema e suas influências no público espectador e no circuito cinematográfico de Belém (1959-1963). Belém: UEPA, 2021.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Adaptation under fire: the 1st expeditionary infantry division learning in combat, 1944-45*. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares, v. 8, n. 31, p. 59-73, 2014.

MIRANDA, Antonio Batista de. *Guerra... Memórias... Destino*. Belém: Gráfica Sagrada Família, 1998.

MORAES, Sérgio, *Belém já foi cenário de animação da Disney*, Disponível em: <https://www.oliberal.com/belém-já-foi-cenário-de-animação-da-disney-1.64496>. Acesso em: 18 de março de 2022.

NEHER, Clarissa. *EUA queriam que Brasil participassem da ocupação*, Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/eua-queriam-que-brasil-participasse-da-ocupação/a-18421978> , Acesso em: 18 de março de 2022.

O EXPEDICIONÁRIO, Revista. Rio de Janeiro, Ano II, N. 18, junho de 1975.

PINHEIRO, Letícia. A entrada do Brasil na segunda guerra mundial. *Revista USP*, n. 26, p. 108-119, 1995.

PONTES, Matheus de Mesquita et al. *Luiz Carlos Prestes e Olga Benario: construções identitárias através da história e da literatura*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2008.

RODRIGUES, Donizete. *Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos*. Letras Escreve, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

RODRIGUES, Luiz Antonio Belletti. *Afundamento de navios e os protestos de rua no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial: estrangeiros na mira da imprensa*. Anais do 30º Simpósio Nacional de História. Recife, ANPUH, 2019.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. “memórias da guerra” In: FARES, Josebel Akel. Memórias de Belém de Antigamente, EDUEPA, Belém, 2010.

ROSA, Alessandra dos Santos. *A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)*. Curitiba: UFPR, 2010.

SALUN, Alfredo Oscar. *A Itália e a guerra no Mediterrâneo entre 1940-1943*. Revista Diálogos Mediterrânicos, n. 3, p. 12-23, 2012.

SANTOS, Matheus Mouzinho Moda. *OS ROSTOS DOS HERÓIS: PERFIL SOCIAL DA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA PELAS PÁGINAS DA ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL – SEÇÃO PARÁ*, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2022.

SANTOS, Wellington Corlet dos. *A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as suas consequências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares). Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2008.

SARAIVA, Márcia Pires et al. *Uma pedagogia para índios: a política indigenista de Getúlio no contexto do estado novo (1837-1945)*. Revista Margens Interdisciplinar, 2013.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial*. Edipucrs, 2000, p. 297. PUCSP, São Paulo, 2007.

SILVA, Allan Pinheiro da et al. *Cotidiano e guerra nos cinemas de Belém (1939-1945)*, Dissertação de Mestrado em História apresentado na PUC, São Paulo, 2007.

SILVA, Hilton Pereira da; SOUSA, Elton Vinícius Oliveira de; et. al. *Por terra, céu e mar: histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial na Amazônia*. Belém, Paka-tatu, 2013.

TEIXEIRA, Tatiane do Socorro Correa et al. *Carnaval belenense em tempos de Estado Novo (1938-1946)*. Belém: UFPA, 2013.

Artigo recebido em 21/03/2023

Aceito para publicação em 20/07/2023

ⁱ No conflito todo foram afundadas cerca de 35 embarcações brasileiras (Rodrigues, 2019).

ⁱⁱ *A Folha do Norte*, 12 de maio de 1940, CENTUR.

ⁱⁱⁱ Telegrama do Ministro da Justiça à época Francisco Campos ao Interventor do Pará, Dr. José Malcher, *autorizando a realização de manifestações comemorativas ao dia da Alemanha e do aniversário do “Führer”*. Documento de 17 de maio de 1940, Arquivo Público do Pará, 2021.

^{iv} Os navios foram afundados entre setembro de 1942 e julho de 1943, matando treze pessoas e causando a perda de dezenas de toneladas de recursos. Apesar dessas perdas localizadas, a caça aos submarinos seguiu na região até o final do conflito, registrando o afundamento de dois submarinos nazistas entre o Pará e o Amapá: (U-590 e o U-662). Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/articulas/nilson-montoril/submarinos-alemaes-afundados-na-costa-do-amapa/>.

^v Ata de Fundação da Associação de ex-combatentes do Brasil, seção Pará, reunião do dia 26 de novembro de 1949.

^{vi} *Livro de Atas de Diretoria*, (1961 - 1975), Belém, 2021.

^{vii} **1º DIE FEB**: Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária - **1 GAVca**: Primeiro Grupo de Aviação de Caça da Força Aérea Brasileira - 1o ELO: Primeira Esquadilha de Observação e Ligação. Disponível em <http://www.sentandoapua.com.br/portal3/>. Acesso em: 01 de agosto de 2022.

PRIMITIVE FUTURE: Metal, Tempo e Neoliberalismo na Produção Musical do Sepultura (1989)

PRIMITIVE FUTURE: Metal, Time and Neoliberalism in Sepultura's Musical Production (1989)

Thales Reis ALECRIM¹

Resumo: “Primitive Future”, última faixa do disco *Beneath the Remains* (1989) da banda brasileira, Sepultura, estreou a circulação global do conjunto e o consequente sucesso comercial. Musicalmente, a canção está focada no pulso e nos motivos horizontais (riffs) que são desenvolvidos em andamento acelerado. Além disso, não apresenta um centro tonal definido, criando, assim, uma atmosfera tensionada por meio de consonâncias e dissonâncias. O mesmo ocorre com a lírica que descreve um futuro pós-apocalíptico. Logo, indaga-se aqui quais condições históricas permitiram a produção e a circulação de uma canção pessimista em relação ao futuro. Examina-se, especialmente, tanto a ascensão do neoliberalismo como do presentismo em paralelo à constituição do realismo capitalista e do desempenho enquanto imperativo social em um contexto globalizado.

Palavras-chave: metal, neoliberalismo, presentismo.

Abstract: “Primitive Future” the last track on the album *Beneath the Remains* (1989) by the Brazilian band Sepultura, debuted the group’s global circulation and consequent commercial success. Musically, the song is focused on the pulse and horizontal motifs (riffs) that are developed in a fast tempo. Furthermore, it does not have a defined tonal center, thus creating a tense atmosphere through consonances and dissonances. The same happens with the lyric that describes a post-apocalyptic future. Therefore, it is questioned here which historical conditions allowed the production and circulation of a pessimistic song concerning the future. It examines, in particular, the rise of neoliberalism and presentism in parallel with the constitution of capitalist realism and performance as a social imperative in a globalized context.

Keywords: metal, neoliberalism, presentism.

Introdução

Quais condições históricas permitiram o surgimento e o sucesso comercial de um gênero musical que evocava sentimentos de desorientação e desesperança perante o futuro? Qual estado de sensibilidades oferecia um cenário em que essa música era pertinente em escala global? Essas perguntas saltam à cabeça do historiador no momento em que se inicia a escuta do long-play *Beneath the Remains* (1989),

¹Investigador doutorando em Estudos de Cultura na Universidade Católica Portuguesa (UCP) com financiamento da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT). Doutorando em História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em História e Cultura Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: thales.alecrim@gmail.com.

performado pelos brasileiros do Sepultura e distribuído em escala planetária pela influente Roadrunner Records. Esses questionamentos ganham ainda mais pertinência quando se tem a noção de que esse conjunto de meninos contava com pouco mais de 18 anos no momento da gravação desse disco e que apenas quatro anos antes, eles realizavam concertos com base em algumas canções precariamente gravadas por um pequeno selo belo-horizontino, a Cogumelo Records.

Com efeito, o Sepultura realizou um salto colossal com o *Beneath the Remains*. De uma banda virtualmente desconhecida pelo grande público brasileiro, tornou-se um fenômeno midiático internacional que mobilizava centenas de milhares de fãs e ouvintes. De um conjunto de adolescentes mineiros que versavam sobre temas satânicos de forma quase infantil, tornou-se um grupo com letras recheadas de reflexões sobre a contemporaneidade. Ou ainda, de uma banda que estava limitada ao circuito alternativo nacional e internacional, converteu-se em um dos maiores nomes do *heavy metal*, realizando grandes concertos em todo o mundo.²

Em comparação com as gravações anteriores, *Bestial Devastation* (1985), *Morbid Visions* (1986) e *Schizophrenia* (1987), o *Beneath the Remains* apresenta, inquestionavelmente, uma maior sofisticação técnica. Entretanto, é necessário reconhecer que o acordo com Roadrunner Records tinha diversas problemáticas: “o Sepultura ganharia uma miséria em royalties e teria de devolver à gravadora todo o dinheiro investido nas gravações e turnês” (Barcinski; Gomes, 1999, p. 61). Mesmo assim, foi um importante passo que alavancou a carreira da banda em âmbito transnacional, pois estima-se que mais de 800.000 mil cópias do disco foram vendidas, sem contar as versões piratas que são impossíveis de se mapear precisamente (*Idem*, p. 71-72). Além disso, essa experiência proporcionou a produção de Scott Burns, reconhecido produtor musical estadunidense de *metal* extremo, que trabalhou tanto com os timbres dos instrumentos como com a tradução das letras para o inglês.

² Para a minha tese de doutorado, realizei um levantamento em fanzines e revistas sobre *heavy metal* publicados na década de 1980 e 90, assim, constatei que, a partir do *Beneath the Remains*, o Sepultura passou a ser cada vez mais citado e aclamado como uma banda influente e paradigmática para esse gênero musical. Além disso, a partir desse ponto, a carreira internacional do Sepultura alavancou, pois foi realizada a primeira turnê na Europa e na América do Norte, ainda em 1989, quando a banda foi calorosamente recebida pelos fãs, em especial na Alemanha e nos Estados Unidos (Barcinski; Gomes, 1999, p. 76). Por fim, apesar de não estarem disponíveis os números de vendagem total desse disco, infere-se que ela atingiu números consideráveis (estima-se que, ainda em 1989, mais de 800.000 cópias foram vendidas). A Roadrunner Records investiu cada vez mais no Sepultura, até atingir o auge de vendas com o *Roots* em 1996, com mais de 1 milhão de discos vendidos em todo o mundo em menos de um ano após o seu lançamento (*Idem*, p. 143).

Esse crescimento do Sepultura revela-se presente inclusive na produção acadêmica dedicada à banda. Idelber Avelar (2003), por exemplo, analisa a trajetória dos rapazes mineiros em face dos desenvolvimentos da música popular no contexto da redemocratização brasileira. Jeder Janotti Júnior (2014), em outro registro interpretativo, explora a produção sonora do Sepultura para avaliar as experiências estéticas em torno do *heavy metal*. Contudo, está claro que existe uma preferência em analisar os discos do Sepultura que realizam hibridações entre o *heavy metal* e elementos afro-diaspóricos ou de brasilidade, nomeadamente, o *Chaos A.D.* (1993) e o *Roots* (1996). O próprio Janotti Júnior (2020) caminhou por essa avenida analítica, assim como Keith Kahn-Harris (2000), em uma perspectiva sociológica, e Flávio Garcia da Silva (2019), por meio da etnomusicologia. Além deles, também pode-se citar Garcia e Gama (2021), Williams e Rocha (2017), Ferreira (2017) e Luna (2014).

No presente artigo, farei diferente, vou dar um passo para trás. Quero analisar justamente o disco que estava em maior consonância com o gênero *heavy metal* estandardizado e que, ao mesmo tempo, colocou o Sepultura em circulação na cultura de massas globalizada. *Beneath the Remains* é o fonograma com a menor quantidade de experimentações e com a maior parcela de canções padronizadas na convenção do *heavy-thrash metal* do final dos anos 1980. Com efeito, esse disco marcou a profissionalização da banda e sua definitiva inserção no *mainstream*, isto é, no circuito hegemônico de circulação da cultura de massa global. Pesa-se tanto a participação da Roadrunner na distribuição como a produção profissional de Scott Burns que contribuiu para conformar a música do Sepultura no padrão do mercado internacional.

Dentre as canções desse fonograma, quero atentar especialmente para a última faixa, “Primitive Future”. Ao passo que, essa canção se vale de convenções musicais do *metal* (marcação rítmica acelerada, timbre agressivo e som dissonante), a letra descreve o vislumbre de um futuro pós-apocalíptico. Tanto na lírica como na estrutura musical estão contidas questões muito instigantes para o historiador. Além de expressar características comuns que atravessam as outras produções do fonograma e do *metal* no geral, também percebem-se sonoridades, imagens e versos que remetem a um tempo violento, desolador e com inevitáveis perspectivas catastróficas para o futuro. Assim, retomo a questão apresentada: qual estado cultural e histórico permitia a emergência de tal miríade de representações no interior da indústria musical global e por que esse discurso encontrou tanta ressonância na sensibilidade de milhões de ouvintes?

Frente a essa questão, torna-se pertinente analisar a cultura da participação do *heavy metal* como um laboratório reflexivo. Logo, por meio do exame desse circuito

cultural, observa-se o desenrolar no micro de um processo histórico de aspecto globalizante. Isso se deu de tal modo que, na conclusão icônica de “Favor fechar os olhos”, o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2021) oferece uma anedota interessante com o intuito de argumentar que a percepção de tempo na contemporaneidade está em contínua aceleração e que, provavelmente, o desfecho desse processo será trágico. Contundentemente, o exemplo utilizado refere-se ao concerto de uma banda de *metal*.

Ora, o fato de Han evocar essa situação para ilustrar esse tempo em aceleração e sem conclusão remete fortemente às próprias convenções estéticas desse gênero cuja estrutura musical está estruturada em um andamento veloz, ritmo fragmentado e sonoridade dissonante. O *metal* alimenta-se de iconografias demoníacas e macabras com insistentes referências líricas ao fim apocalíptico do mundo que é encarado de forma cínica ou indiferente. Assim, vale a longa citação, pois, na análise do filósofo, esse concerto e esse gênero musical metaforizam as consequências desse aceleração:

Há alguns anos foi possível presenciar, no CTM Festival de música experimental e eletrônica, uma banda de *death metal* que estava, antes de entrar no palco, seriamente preocupada com como ela deveria encerrar a música a ser tocada. Não é verdadeiramente possível encerrar de maneira dotada de sentido uma música à qual não inere estruturalmente nenhuma conclusão. Os músicos da banda de *death metal* ficaram, então, muito aliviados, quando os autofalantes ficaram sobrecarregados e queimaram. A salvação chegou, então, na forma de uma catástrofe. Tão abruptamente, sim, em um *tempo inoportuno*, e, em última instância, catastrófico, também terminará o nosso mundo, que, por causa da forma faltante de conclusão, se acelera cada vez mais (Han, 2021, p. 45-46).

Ao começar pelo fim, perde-se um pouco do argumento de Han que, na verdade, sugere um exame de como a experiência do tempo no capitalismo neoliberal não é mais estruturada por inícios e conclusões de forma narrativa. Isso ocorre por conta do constante aceleração inerente ao ritmo do desempenho financeiro. Logo, a experiência da aceleração oblitera as “estruturas próprias de sentido e tempo”. No nível das subjetividades, “O inquietante na experiência de tempo atual não é a aceleração como tal, mas sim a conclusão faltante, ou seja, a falta do ritmo e do compasso das coisas” (*Idem*, p. 13).

A constatação de Han postula o tom do presente trabalho onde, justamente, quero sustentar que o *metal* (em especial a forma extrema) operou uma síntese das representações de crise do futuro colocadas em circulação pelo neoliberalismo por meio tanto do realismo capitalista (Fisher, 2020) como do presentismo (Hartog, 2021). Aqui, desenvolverei essa reflexão a partir da canção “Primitive Future” do Sepultura. Logo, o

exame dessa fonte se desenrola em dois níveis. Por um lado, trata-se de um exercício metodológico de interpretação de uma peça musical enquanto registro das representações de um período. Por outro, pauta-se na consideração de que ao investigar uma produção artística e seu diálogo com as tensões culturais, pode-se tecer considerações sobre as recepções e os estados de sensibilidade de dado recorte histórico.

Dado que *Beneath the Remains*, por conta das facilidades postas pela difusão da Roadrunner Records, circulou por diversos países, seja no circuito oficial e comercial, seja através da informalidade (Barcinski; Gomes, 1999, p. 59-72), pode-se partir do pressuposto que foi amplamente aceito dentro da cultura da participação do *heavy metal*. Além disso, pode-se testemunhar indícios positivos de recepção através de periódicos institucionais (*Heavy Metal Subterrâneo* no México ou *Kerrang* na Inglaterra) ou de fanzines (*Metal Meltdown* nos EUA e *Algema Metallica* em Portugal) que não serão aqui analisados, pois quero enfatizar o exame crítico da canção em sua potência cultural. Diante do exposto, sustento que “Primitive Future” expressava uma consonância dessas percepções sobre o tempo e sobre a realidade social em diferentes estratos que ignoravam as fronteiras do Estado-nação.

Apesar de ter sido gravado em dezembro de 1988 e lançado oficialmente em abril de 1989, *Beneath the Remains*, junto com as desilusões frente ao futuro que ele carrega, adiantaram a queda do muro de Berlim que aconteceria em seguida, no mesmo ano de lançamento, em novembro. Esse evento representou tanto o desvanecer da Guerra Fria como principal conjuntura geopolítica como o apagar de luzes da possibilidade de mudança por meio da revolução socialista. Contudo, tal como descreve Nicolau Sevcenko (2001, p. 35), mesmo antes da queda, no começo da década de 1980, o capitalismo já havia assumido um discurso triunfalista que ficou marcado pela icônica frase de Margaret Thatcher, “*there is no alternative*” (não há alternativa). Contudentemente, o disco se intitula *Beneath the Remains*, sob os escombros. Pode-se sugerir que esses “escombros” eram, fundamentalmente, as perspectivas de uma utopia, de um futuro possível, de uma melhora vindoura. Considerando que existe uma circularidade cultural em que artistas e público compartilham de um universo comum de signos e referências, através desse disco, pode-se perceber que para os fãs de *heavy metal* dos anos 1980, o porvir se apresentava como um puro apocalipse.

Essa síntese não foi operada somente pelo Sepultura. Outros álbuns que estrearam nos anos 1980, em especial nesse simbólico ano de 1989, realizaram procedimentos semelhantes de representação de futuros catastróficos ou mesmo inexistentes para a raça humana. Evidentemente, trata-se de uma convenção do *heavy*

metal, o apocalipse, o holocausto nuclear, a tragédia ambiental, todos eram temas comuns às bandas que prezavam por se inserir nessa cultura da participação (Campoy, 2010). Mas sustento que não se tratava somente disso. Era também a sintonização com ideias correntes que circulavam nesse momento histórico. Como exemplo de algumas bandas e discos, podem-se citar os aclamados *Practice What You Preach* do Testament (EUA, 1989), *Extreme Agression* do Kreator (Alemanha, 1989), *Alice in Hell* do Annihilator (Canadá, 1989), *Agent Orange* do Sodom (Alemanha, 1989), *Handle with Care* do Nuclear Assault (EUA, 1989), *Bajo Una Luna Cámbrica* do Dorso (Chile, 1989), *Searching for the Light* do Dorsal Atlântica (Brasil, 1989) e *Blue Blood* do X Japan (Japão, 1989). Em suma, todos esses *long-plays* tratavam da desilusão em relação ao futuro, com extensas representações catastróficas tanto na parte lírica quanto na estrutura musical, revelando ser, portanto, um tópico corrente da agenda cultural desse recorte histórico.

Posto isso, metodologicamente esse trabalho estabelece diálogos com as tendências do estudo cultural da música popular, tal como foi proposto pelos britânicos Allan Moore (2012), Simon Frith (2007) e Richard Middleton (2003). Nesse sentido, entende-se que as peças musicais populares não são somente sequências de notas disseminadas e comercializadas pelos meios de comunicação de massa. Elas vão além, pois ensejam práticas culturais com potência de construção de significados capazes de cimentar sociabilidades e construir percepções sobre a realidade social. Esse entendimento casa-se perfeitamente com a proposta de uma história cultural realmente preocupada “com a necessária articulação entre as obras singulares e as representações comuns”, isto é, com “o processo pelo qual os leitores, os espectadores ou os ouvintes dão sentido aos textos (ou às imagens) dos quais se apropriam” (Chartier, 2016, p. 35-36).

Junto com a historiadora Tânia da Costa Garcia (2013, p. 207), aqui considera-se que a música popular urbana, devido ao fato de ser “Veiculada pelos meios de comunicação de massa” e estar “presente intensamente no nosso cotidiano”, logra em “expressar as mais diversas visões de mundo e mobilizar diferentes tipos de escuta”. Nesse sentido, a música “constitui-se numa fonte privilegiada para o estudo das sociedades modernas”. Portanto, aborda-se aqui a fonte proposta de maneira historiográfica, mas com um olhar atento aos aspectos musicológicos. Tal enfoque parte do pressuposto de que esse estudo passa, necessariamente, pela interdisciplinaridade. Assim, é necessário considerar tanto os aspectos musicais da canção – compasso, ritmos, acordes, harmonia, melodia, performance, análise da letra –, como os aspectos

socioculturais e técnicos – relação com determinada corrente ideológica ou tradição, processos de concepção e produção, meios de circulação e sentido social da obra.

Contudo, para lidar com a canção enquanto fonte histórica, deve-se considerar a existência dos circuitos culturais nas quais ela está inserida, aqui, nomeadamente, refere-se ao *heavy metal* enquanto um conjunto de práticas que também são extramusicais. Diferentes autores conceitualizam o conjunto de práticas em torno da música pesada, tanto que todo um campo de estudos diverso e profícuo se desenvolveu, emergindo, assim, os *Metal Music Studies* (Brown, 2011). Por isso torna-se importante definir um ponto de partida e uma definição acurada.

Tanto o sociólogo britânico, Keith Kahn-Harris (2007), como o teórico da comunicação, Jeder Janotti Júnior (2014), pensam o *metal* com auxílio do conceito de “cena musical”, isto é, um modo de definir as sociabilidades em torno da circulação de música nos diferentes meios urbanos. Ao passo que os musicólogos Eric T. Smialek (2015) e Lewis F. Kennedy (2018) classificam-no como um gênero midiático-musical, pois esses acadêmicos focam nas características em comum encontradas nas peças musicais. Ainda outros estudiosos se apoiaram no conceito de subcultura (Gracyk, 2016), pois sugerem que o *metal* é apenas uma dissidência ou segmentação em relação à cultura hegemônica.

Todas essas categorias visam apreender a relação orgânica entre indústria musical, desenvolvimento artístico e integração dos fãs e ouvintes por meio da produção de artefatos culturais ou práticas extramusicais. Porém, tanto a cena quanto o gênero enfatizam mais precisamente as relações comerciais construídas em cima de uma sociabilidade atravessada por princípios de mercado.

Esses posicionamentos jogam para o escanteio um aspecto de fundamental importância para o presente trabalho. As dimensões históricas e simbólicas que alimentavam a vontade de músicos e fãs de participarem de algum movimento cultural que oferecesse formas de pertencimento são, no mínimo, omitidas nos conceitos de cena ou de gênero. Para além deles, a definição de “cultura da participação” elaborada pelo comunicólogo estadunidense, Henry Jenkins (1992), visa compreender esses códigos de interpretação da realidade inscritos em um conjunto de práticas construtoras de significados no interior dos próprios circuitos culturais, mas mantendo os laços de conexão com a realidade histórica ou política.

Não se trata de afirmar que cena, subcultura ou gênero são categorias ultrapassadas. São conceitos ainda pertinentes, tanto que em todos os comentários traçados sobre as construções de semelhanças musicais, retomarei o conceito de gênero,

pois ele oferece pistas para analisar as construções da linguagem da música popular tanto dentro quanto fora da indústria musical (Kennedy, 2018). Contudo, com base na presente proposta do artigo, optei pelo conceito de cultura da participação, pois enfatiza-se a construção de comunidades e representações por meio de relações de afeto em torno da mídia (Jenkins, 1992, p. 6).

Essas relações de afeto e as comunidades em torno desses artefatos culturais midiáticos motivaram o que Jenkins denomina de “participação”. Os fãs “in the ‘borderlands’ between mass culture and everyday life and that constructs its own identity and artifacts from resources borrowed from already circulating texts” (*Idem*, p. 3). Dessa forma, os fãs não se conformavam em somente consumir ou usufruir de suas produções midiáticas, eles também desejavam contribuir com a organização de eventos, com a produção de textos, com a realização de estudos atentos aos aspectos e características de seus objetos de interesse.

Portanto, o conceito de cultura da participação torna-se especialmente prolífico quando almeja-se analisar questões mais subjetivas e simbólicas que alimentavam ou alimentam determinada produção cultural que envolve uma espécie de colaboração entre a mídia hegemônica e a alternativa. Considerando que o foco da presente exposição é analisar a experiência de tempo representada nessas produções culturais, estabelece-se uma profunda ressonância entre esse conceito e o objetivo de análise. Afinal, são analisadas as representações e negociações simbólicas que ocorrem no interior de uma cultura da participação por meio de suas conexões com aspectos sociais, históricos e culturais que estão além desse circuito.

Diante do exposto, ao analisar a canção “Primitive Future” do LP *Beneath the Remains*, uma fonte musical inscrita num suporte fonográfico, consegue-se apreender os processos de negociação simbólica entre os mecanismos de produção, circulação e recepção. Portanto, na própria obra estão postas chaves de interpretação sobre a recepção. Afinal, tanto a forma artística da música como a concepção comercial e mercadológica foram pensadas para dialogar com os membros participantes dessa cultura da participação que surgiu como uma decorrência do processo de segmentação da cultura de massas (Jameson, 1995). Isso contribuiu para consolidação de circuitos culturais com definições próprias de identidade dialeticamente postas em ação por meio de práticas e representações que de forma intrincada se relacionam com as tensões culturais e históricas que ocorrem em maior escala (Jenkins, 1992).

Future won't let me look back: metal e presentismo

Todas as canções de *Beneath the Remains* são, na concepção de Idelber Avelar (2003, p. 333), espécies de testemunhos críticos e angustiantes da realidade social. A experiência de decadência e tensão se adensa quando se observa a capa do disco. Trata-se da ilustração “Nightmare in Red”, obra de um importante artista focado em representações de terror, o estadunidense Michael Whelan, conhecido por elaborar capas de famosos discos de *metal* e de livros de terror de autores norte-americanos, de H. P. Lovecraft à Stephen King. Da caveira vermelha emergem rosas, monumentos antigos, escadarias, fumaças e um ser semelhante a um morcego. Cria-se, assim, um clima de terror hipnótico que dialoga com o teor lírico e musical das canções mais marcantes como a faixa de abertura, homônima do disco, “Beneath the Remains” ou ainda, “Mass Hypnosis” e “Slaves of Pain”.

Figura 1 - Capa de *Beneath the Remains* (1989)



Fonte: Fotografia do autor. Sepultura. *Beneath the Remains*. Rio de Janeiro: Roadrunner Records, 1989.

“Primitive Future” encerra de forma contundente esse disco ao oferecer uma série de características nos planos musicais e líricos que subsidiam questionamentos sobre a realidade histórica dos anos finais do século XX. Em especial, as contínuas representações de sentimentos de desorientação, desamparo, solidão, impotência e

cansaço frente ao aceleração de um tempo histórico que apresentava o futuro como algo fadado ao infortúnio. Ao ouvir essa canção, entra-se em contato com uma peça acelerada, o ritmo incansável está definido por uma sequência de semínimas, colcheias e semicolcheias dispostas na convenção do *fast rock*, isto é, 4/4 em 252bpm. Logo nos primeiros segundos, a guitarra rítmica e a bateria surgem marcando o padrão de notas da introdução, E5, F5, E5 e Bb5, todos *power chords* (acordes que não são definidos como maiores ou menores, pois somente utilizam as tônicas e as quintas, muito utilizados no *rock*, em especial nas vertentes mais aceleradas como *metal* e *hardcore*).

Essa introdução já transmite a sensação de algo não resolvido, conflituoso, pois o centro tonal é muito confuso e não apresenta uma resolução convencional, mesmo para uma música modal. Ocorre, assim, uma conversa entre os modos de E Lócrio e E Jônio, sendo que o acorde de E5 é o ponto de repouso da canção, porém, não há uma preocupação com a formação dos acordes, ou seja, não se empregam as ideias de cadência ou de funções harmônicas. Logo, o foco de toda essa peça é o motivo (riff) que cria a consonância entre E5 e F5 e a dissonância entre E5 e Bb5.

Com o desenrolar da canção, surgem variações no andamento que são comuns em canções de *metal*, pois, como sugere Jeder Janotti Júnior (2014, p. 12), “funcionam como ganchos para a participação corporal do ouvinte nas marcações rítmicas”. Inclusive, as composições nesse gênero colocam um foco no pulso e equalizam a voz no mesmo volume que os instrumentos, assim, diferentemente de outras formas de música popular, a ênfase não está na letra ou na voz. Precisamente, Janotti Júnior (idem, p. 12-13) também define as características básicas das canções de *metal*: “1) a utilização do riff, sequências de notas marcantes repetidas principalmente pelas guitarras; 2) a reiteração do Power chord como estratégia para criar a intensidade sonora responsável pela sensação de peso associada ao gênero”. Com efeito, essa estratégia composicional converge em um sentimento de potência.

Portanto, “Primitive Future” é uma composição que se preocupou estritamente com as premissas técnicas do gênero. Convenções que foram sedimentadas ao longo da experiência de escuta desse repertório. Aqui o Sepultura estava dialogando com os padrões do *thrash metal*, uma vertente que emprega elementos musicais e temáticas do *punk hardcore*.

De acordo com um dos pioneiros musicólogos a estudar o *metal*, Robert Walser (1993), esse gênero surgiu no seio da indústria fonográfica e apoiou muito de sua produção numa revisitação ao repertório barroco e clássico. Contudo, com a popularização das bandas pioneiras, surgiram segmentações, quebras, pois o *metal*

passou a dialogar com a realidade vivida e com as ideias que já estavam presentes na sociabilidade dos ouvintes (Weinstein, 2000). O surgimento do *thrash metal* revela bem essa tensão, afinal, diferentemente do *heavy metal* tradicional que cantava sobre armas, carros, mulheres e histórias de terror, essa cisão preferia tematizar “the concrete horrors of the real or possibly real world: the isolation and alienation of individuals, the corruption of those in power, and the horrors done by people to one another and to the environment” (*Idem*, p. 50).

O Sepultura, alinhado com outras bandas que emergiram nos anos 1980, como Metallica, Megadeth, Testament, Kreator, Destruction, Sodom e outras, tematizou as crises sociais e, sobretudo, a guerra atômica que se converteu em uma convenção lírica. “Primitive Future” indiretamente também comenta as possíveis consequências de um futuro pós holocausto nuclear. De acordo como o antropólogo Leonardo Campoy (2010, p. 151), a representação da realidade das bandas que se valeram da estética *thrash* era a de que:

Somos todos vítimas não porque a guerra nuclear, de fato, aconteceu, mas pela iminência da aniquilação, por termos nossos sonhos, nossas vontades, nossos desejados futuros devastados pela simples existência da bomba. Os responsáveis por este pesadelo atômico são os gananciosos governantes que controlam pelo medo, financiadores dessa ciência da morte.

Logo após a introdução de “Primitive Future”, ouvem-se os versos iniciais da canção na voz rouca de Max Cavalera que, por sua vez, estão totalmente alinhados com essa síntese apresentada por Campoy: “I follow the steps in front of me/ They are deep and well-defined/ They show an undefined but straight path/ What has been will never return”. Para o eu lírico, existem passos que o forçam a seguir em direção a um futuro inexorável, inevitável, porém, difícil de caracterizar, confuso e que não permitirá um retorno aos confortos de outrora.

Após uma sequência instrumental que enfatiza novamente o riff central e a percussão, no segundo verso, a descrição se adensa, “Future won't let me look back/ I just walk, I don't evolve”. O futuro surge como algo inescapável, aprisionador, as experiências do passado não podem ser retomadas e deve-se continuar caminhando, apesar de não surgirem transformações, isto é, a situação presente se estende e não permite evoluções. A sequência de riffs alimenta o sentimento constante de conflito e crise, “Animals run by my side/ They communicate, each one in its own way”. Essa passagem é particularmente interessante, nela estão inscritos sentimentos de solidão e desorientação que são experimentados pelo eu lírico frente ao futuro que se abre. O

compasso acelera, a canção se torna mais agressiva, refletindo a desorientação: “But I can't understand/ I feel alone on this irrational planet”. Entretanto, a impotência proporcionada por esse ambiente não é total, pois, mesmo perdido, sua caminhada pode ser “To create or just observe”, contudo, a marcha do tempo força a caminhada para a incerteza, “I keep walking on this desert made of ideas/ Primitive future”.

Mesmo descrevendo uma marcha ao futuro, mesmo que caracterizada pelo pessimismo e pela incerteza, todos os verbos dessa canção estão conjugados no presente. Nesse sentido, considero que aqui se expressam as linhas de uma ordem do tempo que emerge através da música e da produção escrita do *metal*. Assim como François Hartog (2021, p. 37) argumenta, para analisar as experiências do tempo de determinado período, é necessário se valer do conceito de regime de historicidade. Em suas palavras:

Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (*Idem*).

Dessa maneira, o conceito surge como uma forma de analisar determinados momentos históricos com o intuito de compreender como a categoria do tempo é entendida, experimentada e representada naquele momento. Em especial, em situações de crise, onde perdem-se os referenciais e testemunham-se sinais de mudança da ordem temporal. Vale dizer que “A atenção”, Hartog (*Ibidem*, p. 38) insiste, “incide inicialmente e, sobretudo, sobre as categorias que organizam essas experiências e permitem revelá-las, mais precisamente ainda, sobre as formas ou os modos de articulação dessas categorias ou formas universais que são o presente, o passado e o futuro”. Logo, o que está em questão é a possibilidade de se refletir sobre a escrita da história e sobre o tempo enquanto condição discursiva da disciplina, mas também o tempo enquanto categoria histórica, variável e mutável ao longo das sociedades e eras.

Com base no conceito de regimes de historicidade, Hartog tenta compreender a ordem do tempo em voga, isto é, como se experimenta o tempo na contemporaneidade. Assim, surge a hipótese do presentismo que, para ele, refere-se a uma ruptura na ordem temporal que ocorreu nos anos finais da Guerra Fria e que enraíza-se com a queda do muro de Berlim e o fim do mundo soviético. Assim, com o esgotamento da alternativa utópica, emergiu uma descrença no futuro, estendendo-se, portanto, o presente que, nas palavras de Hartog (2021, p. 250), “encontrou-se marcado pela experiência da crise do futuro, com suas dúvidas sobre o progresso e um porvir percebido como ameaça”.

Evidentemente, a reflexão sobre o futuro não desaparece, “mas parece obscuro e ameaçador” (*Ibidem*). Em “Primitive Future” esse esmaecer do porvir marcado pela incerteza é perceptível, inclusive, no plano musical. As transições dos versos são realizadas por breves *riffs* que aumentam a tensão e o conflito em um compasso mais lento. Não existe a resolução padrão dos acordes em suas funções harmônicas tonais ou modais, as sequências de notas simplesmente se extinguem, sem conclusão, mas retornando para o compasso acelerado que conduz toda a canção. Desse modo, está posto um estado de crise no plano musical que não se resolve mesmo no futuro. Entretanto, esse estado não é gratuito, pois está alinhado com o presentismo evocado por uma nova ordem política, econômica e social: o neoliberalismo.

Everything around me is void: metal, neoliberalismo e realismo capitalista

Com a perda do protagonismo político-ideológico da Guerra Fria, a partir do final da década de 1970, começa emergir uma nova ordem econômica e cultural denominada de neoliberalismo (Laval; Dardot, 2016, p. 21). O primeiro a se interessar por esses desdobramentos foi Michel Foucault que, em 1978 e 1979, ministrou dois cursos que operavam uma genealogia das ideias que alimentavam essa ruptura. O momento foi contundente, pois o modelo neoliberal já estava em voga no Chile pós-golpe (1973), sendo que a ascensão de Margareth Thatcher no Reino Unido (1979) e Ronald Reagan (1981) nos EUA – assim como o dismantelamento progressivo do Estado de Bem-estar social na Europa e a abertura da China Popular para o comércio capitalista (1976) – intensificaram e proliferaram essas ideias.

Foucault chama a atenção para o fato de que o neoliberalismo é tanto uma corrente de pensamento político-econômico como uma forma de governo e produção de subjetividade. Por conta dessa dupla característica, ele inferiu que no imperativo de organização do Estado em torno do “governar para o mercado” (Foucault, 2008, p. 165), ocorria uma mudança na própria maneira de perceber e agir no mundo social. Essa mudança de estatuto da subjetividade estava atrelada às condições materiais e econômicas.

Eric Hobsbawm (1995, p. 398-405) argumenta que, desde meados dos anos 1960, estava em processo uma ruptura no interior do modo de produção capitalista. Assim, o modelo industrial deixaria de ser a forma predominante de acumulação de riqueza, cedendo lugar ao modelo financeiro e empresarial. O neoliberalismo ascende neste período, impondo uma fragilização do Estado em função da economia de mercado.

Ressalta-se que no plano político, essas medidas são aplicadas sob uma retórica autoritária e conservadora (Laval; Dardot, 2016, p. 157-166).

Tal como sugere Zygmunt Bauman (2007, p. 33-60), o mundo pós bomba atômica deixou de considerar o tempo como algo sucessivo e linear, mas passou a interpretá-lo como um amontoado de experiências fragmentadas. Assim, na ausência de uma grande narrativa capaz de organizar a existência, passam a emergir “pequenas narrativas” capazes de impor certas representações que dotariam sentido às vidas de certo grupo ou indivíduo (Lyotard, 1988). A Guerra Fria e o pleno desenvolvimento do consumismo em escala global possibilitaram essa fragmentação identitária que alimentava uma nova forma de subjetividade.

Nesse sentido, a voga neoliberal postulava diversas incertezas para os indivíduos por conta do desmantelamento do Estado e fazia novas exigências ao indivíduo. Com essa mudança, assim como Byung-Chul Han (2017, p. 30) argumenta, os mecanismos disciplinares produzidos pelo Estado sofreram uma alteração, isto é, eles deixaram de ser rígidos e tornaram-se mais flexíveis. O mundo do capitalismo financeiro demanda a competição, e para ser capaz de disputar os espaços de trabalho e de consumo, o sujeito deve se tornar maleável, adaptável para qualquer situação.

Alguns autores convergem em afirmar que o avanço do capitalismo em sua forma neoliberal colocou em circulação sentimentos de desorientação, fragmentação e aceleração. Jameson (1997) argumenta que nessa conjuntura existe um paradoxo que coloca em equivalência “uma taxa de mudanças sem precedentes em todos os níveis da vida social e uma padronização de tudo sem precedentes – sentimentos, bens de consumo, linguagem, espaço e arquitetura – que poderia ser julgada incompatível com tal mutabilidade”. Essa transformação é captada principalmente na segunda metade dos 1980, disseminada por um processo globalizado de massificação da cultura.

Em uma linha de argumentação semelhante, Mark Fisher (2020) sugere que experimentar o capitalismo neoliberal é estar constantemente em contato com um “sistema que não responde, que é impessoal, sem centro, abstrato e fragmentário”. Ora, pode-se aplicar facilmente as três últimas descrições ao desenrolar musical de “Primitive Future”. Trata-se uma canção confusa que, de fato, não é fácil de se ouvir, muito menos de se identificar os elementos constitutivos. Totalmente pautada e comandada por um ritmo acelerado, fragmentado, que ignora as dimensões de centralidade tonal.

Na terceira seção da canção, o *riff* tensionado mantém-se, porém, atravessado por algumas quebras de tempo que, subitamente, diminuem ou aumentam a intensidade

do compasso. Assim, ouvem-se os versos “My head is heavy but empty/ Everything around me is void/ Without movement, without perspective”. O eu lírico descreve uma situação de exaustão, tédio e desesperança frente a falta de um futuro, não se tratando de uma revolta, raiva ou ira, mas de pura aceitação, indiferença em relação ao que se estabelece ao seu redor. “The night invades the sky/ That darkens the dry ground/ Making my shadow join the big stain that's forming”. Frente a todos os eventos que ocorrem, o eu lírico somente assiste, testemunha a degradação do ambiente, sentindo-se unir com a escuridão trazida por um futuro incerto e tenebroso, afinal, ele é incapaz de ultrapassar esse estado, tanto que ele para de andar, “My steps become slow and agonize”.

Nesse ponto, vale retomar algumas considerações de Byung Chul-Han sobre a sociedade neoliberal que ele também conceitualiza como sociedade do desempenho. De acordo com o filósofo, uma consequência imposta pela financeirização do capital às subjetividades contemporâneas é a positivação total da vida social e o apagamento da negatividade.

No empuxo daquela positivação geral do mundo, tanto o homem quanto a sociedade se transformam numa máquina de desempenho autista. Poderíamos também dizer que precisamente o esforço exagerado por maximizar o desempenho afasta a negatividade, porque essa atrasa o processo de aceleração (Han, 2021, p. 54).

Desse modo, desaprendem-se sentimentos de negatividade que seriam capazes de operar transformações como, por exemplo, a ira “que não se coaduna com a aceleração geral e com a hiperatividade”, pois postula “uma pausa interruptora no presente” que faz, então, surgir uma novidade. Mas isso não é possível na sociedade neoliberal ou do desempenho, a negatividade é impossível, o que se mantém é uma positividade constante que, quando não se torna possível, emerge como apatia, indiferença.

Portanto, não está somente dado o presentismo como ordem temporal, mas também o realismo capitalista como forma cultural sob os pressupostos de um neoliberalismo erigido sob o desempenho social. Em “Primitive Future”, apesar do eu lírico estar na primeira pessoa e relatar as ações realizadas no presente, existe uma passividade diante da falta de um futuro. Não há uma proposta de transformação, aceita-se essa como a única realidade possível. O desastre está sendo vivido, mas não existe alternativa frente à incerteza.

Mark Fisher, precisamente, define esse estado de sensibilidade e de produção cultural como realismo capitalista, essa é a crença de que o capitalismo e o consequente

“cancelamento do futuro” são inevitáveis, pois tudo se converteu em mercadoria. Afinal, como Fisher (2020, p. 13) esclarece, “O capitalismo é o que sobra quando as crenças colapsam ao nível da elaboração ritual e simbólica, e tudo o que resta é o consumidor-espectador, cambaleando trôpego entre ruínas e relíquias”.

Ironicamente, após esse momento de aceitação do “cancelamento do futuro”, de indiferença e apatia do eu lírico, a canção adentra no solo de guitarra que é a única parte com um centro tonal definido, nomeadamente, em E menor harmônico. Emergindo da sequência estarrecedora de riffs conflituosos e dissonantes, surge uma seção harmonizada, palatável e melodiosa. O solo é acompanhado pela marcação da bateria que avança agressivamente e pelo ataque do baixo que oferecem uma base para o solo até o seu findar com a diminuição do compasso e o adentrar da guitarra nas notas oitavadas.

It's scornful the way I live: metal, impotência reflexiva e aceleração

Após o solo, ouvem-se algumas variações do riff central de “Primitive Future” que mantém o padrão rítmico, mas passam a utilizar como nota de repouso o G5 ao invés do E5. Nesse clima, o vocal inicia os versos de conclusão desse vislumbre do futuro, “I step on skulls of generations that have not formed/ I hear painful cries of wars that are to come”. Como Mark Fisher (2020, p. 10-11) argumenta, o realismo capitalista oferece a sensação de que não existem alternativas à situação vivida ao mesmo tempo em que se experimenta a catástrofe no presente mesclado ou com a incerteza do o que o futuro trará ou tem-se a certeza de este somente reserva infortúnios. Além disso, “A exaustão do futuro nos priva do passado” (idem, p. 12) ao mesmo tempo que alarga o presente, pois, como François Hartog (2021, p. 259) argumenta, este tende “à onipresença e à eternidade”, afinal, é “ao mesmo tempo tudo (só há presente) e quase nada (a tirania do imediato)”. Ora, ouve-se isso nesses versos acompanhados de riffs agressivos em semicolcheias tocadas velozmente.

O eu lírico testemunha um futuro árido, desolador, incompreensível. Somente se pode esperar a catástrofe que é vivida e experimentada. Paralelamente, o passado é esmagado, nada de outrora sobreviveu, a paz prometida pelo passado não se cumpriu, são verdades mortas. E nesse futuro, o eu lírico entende que ele está lá “To create everything again, from the beginning/ To teach new minds/ To awake a sleeping giant buried”. Pode-se considerar que esses são versos subversivos dentro da proposta da canção, pois, a troca de acorde de repouso para G5 e a ideia expressa nos versos de que

mesmo após a catástrofe é possível reconstruir a vida, são, de certa maneira, uma dissonância ao realismo capitalista.

Considerando que o “realismo” do conceito é “análogo à perspectiva deflacionária de um depressivo, que acredita que qualquer estado positivo, qualquer esperança, é uma perigosa ilusão” (Fisher, 2020, p. 14), esses versos retratam um pedido de renovação. Clama o surgimento de um novo. De certa forma, o eu lírico tenta ir além da realidade dada ao imaginar o que está além desse futuro catastrófico que precisará ser construído.

Entretanto, a canção retorna para o *riff* central em seu profundo tensionamento causado pelo repouso em E5, e os versos “On the ashes of disgrace/ It's scornful the way I live”, retomam o clima típico assumido pelas subjetividades sob o realismo capitalista, o que Mark Fisher (idem, p. 43) denomina de impotência reflexiva. Mesmo com a vontade de ir além, de imaginar o futuro, essa possibilidade apresenta-se como negada, porque mesmo constatando a situação crítica, o eu lírico não consegue desenvolver, ele retorna e aceita essa “profecia autorrealizável”, já que “como essa atmosfera limita nossa imaginação, afinal, ‘é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo’, não temos nada para pôr no lugar” (Marques; Gonsalves, 2020, p. 181).

Essa aceitação é tão absoluta que o presente se arrasta como única temporalidade que existe e o futuro ainda é representado como um incerto apocalipse, não há além. Os últimos versos da canção surgem como essa plena aceitação da impossibilidade de mudar, “I look well, I think I'm well/ That's all”. Ao mesmo tempo em que se ouve essa conclusão, o compasso diminui, a bateria passa a marcar o pulso somente com o chimbal, as guitarras e o baixo abandonam as semicolcheias e tocam os acordes E5 e F5 em semibreves.

Esse momento de desaceleração soa como um breve momento de luto final por esse futuro em tragédia, já que, logo em seguida, a bateria retoma sua intensidade, o baixo e as guitarras alinham-se no dissonante *riff* central enquanto a voz retoma os primeiros versos. Embalados em um momento de retorno ao início da canção, a velocidade se mantém, até que após serem cantados os versos, antes de chegar ao final, a bateria cria uma expectativa com o uso do pedal duplo, enquanto o soar abafado dos instrumentos de corda criam a tensão para finalizar a peça com o grito isolado e sem acompanhamento: “PRIMITIVE FUTURE”.

O final é brusco, não é uma transição agradável, não há resolução dos acordes nem da lírica. O estado de crise permanece, o presente ainda é tudo o que existe e o futuro se perde nos limites da catástrofe, tanto que ele é primitivo. É revelador o fato de

que a canção se encerra com os primeiros versos, dado que o futuro, do jeito que ele é imaginado, não é percebido como um avanço, evolução ou melhora, mas sim como uma perda de horizontes utópicos, um retrocesso ao estado primitivo. Portanto, não existe uma conclusão, pois, assim como demonstrei na introdução, nas palavras de Byung-Chul Han (2021, p. 45-46), “Não é verdadeiramente possível encerrar de maneira dotada de sentido uma música à qual não inere estruturalmente nenhuma conclusão”.

Além do presentismo, que alarga o presente, e do realismo capitalista, que não permite imaginar um futuro além da catástrofe, outro aspecto do tempo sob o neoliberalismo é a experiência da aceleração. O historiador Nicolau Sevcenko (2001, p. 16), em uma instigante metáfora, sugere que a imagem da montanha russa para compreender as mudanças sofridas pela modernidade com o desenrolar do século XX. A última fase analisada por ele é o denominado *loop*, “a síncope final e definitiva, o clímax da aceleração precipitada, sob cuja intensidade extrema relaxamos nosso impulso de reagir, entregando os pontos entorpecidos, aceitando resignadamente ser conduzidos até o fim pelo maquinismo titânico”.

Sevcenko marca as transições da montanha russa ocorridas no século XX por meio das transformações industriais e tecnológicas, assim, a Revolução da Microeletrônica, que se consolidou nos anos 1970, caracteriza o período contemporâneo. Nesse período, *no loop*, que coincide com o avanço do neoliberalismo, as inovações tecnológicas multiplicam-se e passam por mudanças intensas ao longo de menores intervalos de tempo. Isso contribuiu para o aumento do potencial transformador das sociedades que se multiplicou mais rapidamente do que o tempo de assimilação e compreensão, sendo percebida como pura aceleração. Mais ainda, essas transformações não necessariamente levaram à melhora na vida da maioria das pessoas. Mesmo a retórica neoliberal não conseguiu ocultar:

[...] a rápida concentração de renda, o desemprego em massa, a exploração e a mortalidade infantil, a difusão da miséria desamparada, o crescimento do tráfico de drogas, o aumento da criminalidade e da violência, a instabilidade financeira que torna a ordem mundial cada vez mais volátil e insegura (Sevcenko, 2001, p. 42).

Nessa exposição, Sevcenko (idem, p. 52) ainda assevera que essas “São dolorosas lições para quem imagina que a história é movida pelas forças do progresso e que o futuro será sempre mais promissor que o passado”. Os membros do Sepultura, no período da composição de “Primitive Future”, estavam em linha com tal consciência. Inclusive, a vertente do *thrash metal* também percebia essa realidade que se instaurava.

Contundentemente, nos anos 1980 “o realismo capitalista se estabeleceu, com muita luta, e criou raízes” (Fisher, 2020, p. 17) e o neoliberalismo, apoiado nas mudanças tecnológicas, postulou a regra da competição, do governar para o mercado e da insegurança social (Laval; Dardot, 2016). O *metal* foi a trilha sonora dessas transformações, não gratuitamente, trata-se de uma música acelerada, agressiva, conflituosa e tensionada, dialogando, assim, com a realidade histórica dos anos finais do século XX.

Considerações Finais

Musicalmente, “Primitive Future” é um desafio para o intérprete, pois requer muita concentração. A estrutura é toda fragmentada, algumas seções se repetem duas vezes, enquanto outras se repetem três, quatro ou cinco vezes, sendo que a todo momento o pulso está acima dos 200 bpm, variando em diversos momentos para algo mais lento ou mais acelerado. Existe uma complexidade técnica que é própria ao *metal* dado que se origina da vivência com esse gênero em alinhamento com os pressupostos estéticos dessa cultura da participação.

Contudo, diante do o que foi exposto ao longo do presente trabalho, argumento que existiram alinhamentos entre o *heavy metal* e as tensões criadas pelo neoliberalismo nos anos 1980 no tocante às representações do tempo, em especial do futuro. Nomeadamente, a transformação de uma sociedade que se torna focada no desempenho, a emergência do realismo capitalista como forma cultural, a experiência de aceleração por conta do avanço das tecnologias e o alargamento do presentismo.

Como se pôde observar, esse trabalho se trata de um exercício de interpretação histórica a partir de uma fonte musical, por isso, optei por não incluir análise de fanzines ou recepções por parte da mídia hegemônica, algo que faço com mais contundência em determinados capítulos da tese de doutorado. Além disso, apesar da investigação aqui explorar o *Beneath the Remains* como um expoente das consequências dos avanços do neoliberalismo e do realismo capitalista em torno das representações sobre o tempo, os outros discos do Sepultura tensionaram essas formas, construindo, assim, alternativas e críticas ao sistema vigente, mas ainda respeitando os moldes do *metal*. Dessa maneira, junto com Jameson (1995), é possível perceber que mesmo na cultura de massas, por mais difícil que seja, resistiram elementos de utopia em meio à reificação. Em especial nos discos *Chaos A.D.* (1993) e *Roots* (1996), que ataram elementos de brasilidade como signos de resistência, encontram-se pertinentes

reflexões sobre as potencialidades do *metal* enquanto difusão de discursos anticapitalistas, tanto de forma prática como reflexiva.

Contudo, o clima cultural predominante nos anos 1980 era o neoliberalismo sob a forma do realismo capitalista e do presentismo. Logo, esse modo de perceber a realidade temporal, como um presente estendido que nunca atingirá sua conclusão devido à incerteza em relação ao futuro, não era uma especificidade do *metal*, pois tratava-se de um tópico central da agenda cultural dos anos finais do século XX. Na introdução me referi a alguns discos lançados no ano 1989 que se alinhavam com a proposta do Sepultura. Além disso, essa percepção surgiu em filmes como *Blade Runner* (1982) ou *Terminator* (1984), na literatura cyberpunk, *Neuromancer* de William Gibson (1984), e nas HQs, *Watchmen* de Alan Moore e Dave Gibbons (1986-1987).

Em linha com Fredric Jameson (1995), Mark Fisher (2020) argumenta que a cultura de massas, a partir dos anos 1980, abandonou o diálogo com o modernismo. A arte deixou de ser percebida como um instrumento para a transformação do mundo. O capitalismo, inclusive, logrou em absorver as críticas e os instrumentos críticos do modernismo, convertendo-as também em mercadoria e infiltrando-se nas subjetividades (Jameson, 2006, p. 45). Por esse motivo, tornava-se difícil escapar dessa roda “em um mundo no qual a inovação estilística não é mais possível”, logo, “tudo o que resta é imitar estilos mortos”. No começo de sua carreira internacional, de fato, o Sepultura não pode incitar nenhuma proposta de inovação estética, tendo que, necessariamente, dialogar com a lógica cultural hegemônica. Por meio da presente investigação, observa-se que não se tratavam de meras escolhas artísticas, mas também de uma estratégia mercadológica, impulsionada pela Roadrunner Records e ratificada pelo estado das subjetividades durante esse período que se iniciou nos anos 1980, mas alastra suas estruturas na cultura de massas até os presentes dias.

Referências

AVELAR, Idelber. Heavy Metal Music in Post dictatorial Brazil: Sepultura and the Coding of Nationality in Sound. *Journal of Latin American Cultural Studies*, Oxford, vol. 12, n.3, 2003, p. 329-346.

BARCINSKI, André; GOMES, Silvio. *Sepultura: toda a história*. São Paulo: Editora 34, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. São Paulo: Jorge Zahar, 2007.

BROWN, Andy. Heavy Genealogy: mapping the currents, contraflows and conflicts of the emergent field of Metal Studies. *Journal for Cultural Research* 15 (3), 2011.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri. *Trevas sobre a luz: o underground do heavy metal extremo no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Marcos Daniel de Melo. Atitude Anno Domini: resistência no álbum Chaos A.D. da banda Sepultura. *Outra Travessia*, v. 23, 2017.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRITH, Simon. *Taking Popular Music Seriously*. Abington: Routledge, 2007.

GARCIA, Marcelo Velloso; GAMA, Vítor Castelões. Brazilian native metal and the experience of transculturation. *Metal Music Studies*, v. 7, 2021.

GARCIA, Tânia da Costa. História e Música: consenso, polêmicas e desafios. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013.

GRACYK, Theodore. Heavy metal: Genre? Style? Subculture? *Philosophy Compass*, v. 11, 2016.

HAN, Byung-Chul. *A Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Petrópolis: Vozes, 2021.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Fredric. *As marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2006.

JENKINS, Henry. *Textual Poachers: Television Fans and Participatory*. London: Routledge, 1992.

JÚNIOR, Jeder Silveira Janotti. War for Territory: cenas musicais, experiência estética e uma canção heavy metal. *E-Compós*, v. 17, 2014.

KAHN-HARRIS, Keith. ‘Roots’?: the relationship between the global and the local within the Extreme Metal scene. *Popular Music*, v. 19/1, 2000.

KAHN-HARRIS, Keith. *Extreme Metal: Music and Culture on the Edge*. Oxford: Berg, 2007.

KENNEDY, Lewis. *Functions of Genre in Heavy Metal and Hardcore Music*. Hull: University of Hull, 2018.

LUNA, Glauber Barreto. *Refuse/Resist: as poéticas de contestação social da Banda Sepultura*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.

MARQUES, Victor; GONSALVES, Rodrigo. “Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo.” In: FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MIDDLETON, Richard; CLAYTON, Martin; HERBERT, Trevor (org.). *The Cultural Study of Music: A Critical Introduction*. Londres: Routledge, 2003.

MOORE, Allan. *Analysing and Interpreting Recorded Popular Song*. Farnham: Ashgate, 2012.

SEPULTURA. *Beneath the Remains*. Rio de Janeiro: Roadrunner Records, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Flávio Garcia da. *ITSÁRI, ROOTS, RAÍZES: um estudo de caso sobre o disco Roots da banda Sepultura*. Dissertação de Mestrado: Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SMIALEK, Eric T. *Genre and Expression in Extreme Metal Music, ca. 1990–2015*. Montréal: Dissertação de Mestrado, Musicologia, McGill University, 2015.

WALSER, Robert. *Running with the Devil: power, gender and madness in Heavy Metal Music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993.

WEINSTEIN, Deena. *Heavy metal: the music and its culture*. Cambridge: Da Capo Press, 2000.

WILLIAMS, Duncan; ROCHA, Marcio Alves Da. Decoding cultural signifiers of Brazilian identity and the African diaspora from the music of Sepultura. *Metal Music Studies*, v. 3, 2017.

Artigo recebido em 05/01/2023

Aceito para publicação em 21/07/2023



PRIMITIVE FUTURE: METAL, TIME, AND NEOLIBERALISM IN SEPULTURA MUSICAL PRODUCTION (1989)

PRIMITIVE FUTURE: METAL, TEMPO E NEOLIBERALISMO NA PRODUÇÃO MUSICAL DO SEPULTURA (1989)

Thales Reis ALECRIM¹

Abstract: “Primitive Future”, the final track from the Brazilian band Sepultura's album *Beneath the Remains* (1989), marked the global emergence of the ensemble and subsequent commercial success. Musically, the song is centered on a pulsating rhythm and horizontal motifs (riffs) developed at a rapid pace. Additionally, it lacks a defined tonal center, creating a tense atmosphere through consonances and dissonances. The lyrics also depict a post-apocalyptic future. Thus, this study explores the historical conditions that allowed the production and circulation of a pessimistic song about the future. It specifically examines the rise of neoliberalism and presentism alongside the establishment of capitalist realism and performance as a social imperative in a globalized context.

Keywords: metal; neoliberalism; presentism.

Resumo: “Primitive Future”, última faixa do disco *Beneath the Remains* (1989) da banda brasileira, Sepultura, estreou a circulação global do conjunto e o consequente sucesso comercial. Musicalmente, a canção está focada no pulso e nos motivos horizontais (riffs) que são desenvolvidos em andamento acelerado. Além disso, não apresenta um centro tonal definido, criando, assim, uma atmosfera tensionada por meio de consonâncias e dissonâncias. O mesmo ocorre com a lírica que descreve um futuro pós-apocalíptico. Logo, indaga-se aqui quais condições históricas permitiram a produção e a circulação de uma canção pessimista em relação ao futuro. Examina-se, especialmente, tanto a ascensão do neoliberalismo como do presentismo em paralelo à constituição do realismo capitalista e do desempenho enquanto imperativo social em um contexto globalizado.

Palavras-chave: metal; neoliberalismo; presentismo.

Introduction

What historical conditions facilitated the emergence and commercial success of a musical genre that evoked feelings of disorientation and despair about the future? What state of sensibilities provided a scenario in which this music was pertinent on a global scale? These questions come to the forefront of the historian's mind as the

¹ PhD researcher in Cultural Studies at Universidade Católica Portuguesa (UCP) with funding from the Foundation for Science and Technology (FCT). PhD student in History and Social Culture from the Postgraduate Program in History at Universidade Estadual Paulista (UNESP). Master in History and Social Culture from the Postgraduate Program in History at Universidade Estadual Paulista (UNESP). Email: thales.alecrim@gmail.com.

listening journey begins with the long play *Beneath the Remains* (1989), performed by the Brazilians of Sepultura and distributed worldwide by the influential Roadrunner Records. These inquiries become even more relevant when one realizes that this group of young men was just over 18 years old at the time of recording this album and that only four years prior, they were performing concerts based on some precariously recorded songs from a small label in Belo Horizonte, the Cogumelo Records.

Indeed, Sepultura made a colossal leap with *Beneath the Remains*. As a band virtually unknown to the wider Brazilian public, they became an international media phenomenon, mobilizing hundreds of thousands of fans and listeners. Transforming from a group of teenage boys exploring satanic themes in an almost childlike manner, they evolved into a band with lyrics filled with reflections on contemporaneity. From a band that was confined to the national and international alternative circuit, it transformed into one of the biggest names in heavy metal, performing large concerts all over the world.²

In comparison to the previous recordings, *Bestial Devastation* (1985), *Morbid Visions* (1986), and *Schizophrenia* (1987), *Beneath the Remains* unquestionably exhibits greater technical sophistication. However, it is necessary to acknowledge that the agreement with Roadrunner Records had several challenges: 'Sepultura would earn a pittance in royalties and would have to return to the record company all the money invested in the recordings and tours' (Barcinski; Gomes, 1999, p. 61). Nevertheless, it was a significant step that propelled the band's career on a transnational scale, as it is estimated that over 800,000 copies of the album were sold, not counting the pirated versions that are impossible to precisely map (ibid, p. 71-72). Furthermore, this experience facilitated the production by Scott Burns, a recognized American producer in the extreme *metal* genre, who worked on both instrument tones and the translation of lyrics into English.

² For my doctoral thesis, I conducted a survey of fanzines and magazines on heavy metal published in the 1980s and 90s. Through this, I observed that starting with *Beneath the Remains*, Sepultura became increasingly cited and acclaimed as an influential and paradigmatic band within this musical genre. Furthermore, from this juncture, Sepultura's international career gained momentum as they embarked on their first tour in Europe and North America in 1989. The band received a warm welcome from fans, particularly in Germany and the United States (Barcinski; Gomes, 1999, p. 76). Finally, despite the unavailability of the total sales figures for this album, it is inferred that it achieved considerable numbers (it is estimated that, even in 1989, over 800,000 copies were sold). Roadrunner Records continued to invest increasingly in Sepultura, reaching the peak of sales with *Roots* in 1996, selling over 1 million copies worldwide within a year of its release (ibid, p. 143).

The growth of Sepultura is evident even in academic productions dedicated to the band. Idelber Avelar (2003), for example, analyzes the trajectory of the young men from Minas Gerais in light of the developments in popular music within the context of Brazilian re-democratization. Jeder Janotti Júnior (2014), in another interpretative record, explores Sepultura's sonic production to assess the aesthetic experiences surrounding *heavy metal*. However, there is a preference for analyzing Sepultura's albums that engage in hybridizations between *heavy metal* and Afro-diasporic or Brazilian elements, notably *Chaos A.D* (1993) and *Roots* (1996). Janotti Júnior (2020) himself followed this analytical avenue, as did Keith Kahn-Harris (2000) from a sociological perspective and Flávio Garcia da Silva (2019) through ethnomusicology. In addition to them, one can also mention Garcia and Gama (2021), Williams and Rocha (2017), Ferreira (2017), and Luna (2014).

In this article, I will take a different approach; I will take a step back. I want to analyze precisely the album that was in greater consonance with the standardized *heavy metal* genre and, at the same time, propelled Sepultura into circulation within the globalized mass culture. *Beneath the Remains* is the phonogram with the least amount of experimentation and the largest portion of standardized songs in the late 1980s *heavy-thrash metal* convention. With effect, this album marked the professionalization of the band and its definitive insertion into the *mainstream*, that is, in the hegemonic circuit of global mass culture circulation. Both the involvement of Roadrunner in distribution and the professional production by Scott Burns are considered, as they contributed to shaping Sepultura's music according to the standards of the international market.

Among the songs on this phonogram, I want to draw particular attention to the last track, 'Primitive Future'. While this song employs the musical conventions of *metal* (accelerated rhythmic marking, aggressive timbre, and dissonant sound), the lyrics describe a glimpse of a post-apocalyptic future. Both in the lyrics and the musical structure, there are very intriguing aspects for the historian. In addition to expressing common features that run through other productions on the phonogram and in *metal* in general, there are also sounds, images, and verses that evoke a violent, desolate time with inevitable catastrophic prospects for the future. Thus, I revisit the presented question: what cultural and historical state allowed for the emergence of such a myriad of representations within the global music industry, and why did this discourse resonate so deeply with the sensibilities of millions of listeners?

In the face of this question, it becomes relevant to analyze the culture of participation in *heavy metal* as a reflective laboratory. Therefore, through the examination of this cultural circuit, one observes the unfolding, at the microlevel, of a historical process with a globalizing aspect. This occurred in such a way that, in the iconic conclusion of 'Please close your eyes', the South Korean philosopher Byung-Chul Han (2021) offers an interesting anecdote to argue that the perception of time in contemporary society is in continuous acceleration and that, likely, the outcome of this process will be tragic. Forcefully, the example used refers to the concert of a *metal* band.

Now, the fact that Han evokes this situation to illustrate this accelerated and inconclusive time strongly alludes to the aesthetic conventions of the genre itself, whose musical structure is built on a fast tempo, fragmented rhythm, and dissonant sound. The *metal* genre feeds on demonic and macabre iconographies with persistent lyrical references to the apocalyptic end of the world, which is approached cynically or indifferently. Thus, the lengthy quote is justified, as, in the philosopher's analysis, this concert and this music genre metaphorize the consequences of this acceleration:

A few years ago, it was possible to witness, at the CTM Festival of Experimental and Electronic Music, a *death metal* band that, before taking the stage, was seriously concerned about how they should conclude the piece to be performed. It is not truly possible to conclude in a meaningful way a piece of music that structurally lacks any resolution. The *death metal* band members were then greatly relieved when the speakers became overloaded and burned out. Salvation came, then, in the form of a catastrophe. So abruptly, yes, in an *inopportune time*, and ultimately catastrophically, our world will also end, accelerating more and more due to the missing form of conclusion (Han, 2021, p. 45-46).

Beginning with the end, one loses a bit of Han's argument, which actually suggests an examination of how the experience of time in neoliberal capitalism is no longer structured by beginnings and narrative conclusions. This is due to the constant acceleration inherent in the pace of financial performance. Therefore, the experience of acceleration obliterates the 'proper structures of meaning and time'. At the level of subjectivity, 'The disturbing thing about the experience of time today is not the acceleration as such, but the missing conclusion, that is, the lack of rhythm and pace of things' (idem, p. 13).

Han's observation sets the tone for this paper, where I want to argue that *metal* (especially the extreme form) has synthesized the representations of the crisis of the

future put into circulation by neoliberalism through both capitalist realism (FISHER, 2020) and presentism (Hartog, 2021). Here, I will develop this reflection based on the song 'Primitive Future' by Sepultura. Therefore, the examination of this source takes place on two levels. On the one hand, it is a methodological exercise in interpreting a piece of music as a record of the representations of a period. On the other hand, it is based on the consideration that by investigating an artistic production and its dialog with cultural tensions, we can conclude the receptions and states of sensitivity of a given historical period.

Given that *Beneath the Remains*, due to the facilities provided by Roadrunner Records, circulated in several countries, either on the official and commercial circuit or informally (Barcinski; Gomes, 1999, p. 59-72), it can be assumed that it was widely accepted within the culture of *heavy metal* participation. In addition, we can witness positive signs of reception through institutional periodicals (*Heavy Metal Subterrâneo* in Mexico or *Kerrang* in England) or fanzines (*Metal Meltdown* in the USA and *Algema Metallica* in Portugal), which will not be analyzed here as I want to emphasize the critical examination of the song in its cultural potency. Given the above, I maintain that the 'Primitive Future' expressed a consonance of these perceptions of time and social reality in different strata that ignored the borders of the nation-state.

Despite being recorded in December 1988 and officially released in April 1989, *Beneath the Remains*, along with the disillusionment with the future that it carries, brought forward the fall of the Berlin Wall, which would happen later that year, in November. This event represented both the fading of the Cold War as the main geopolitical conjuncture and the dimming of the lights on the possibility of change through the socialist revolution. However, as Nicolau Sevcenko (2001, p. 35) describes, even before the crash in the early 1980s, capitalism had already taken on a triumphalist discourse that was marked by Margaret Thatcher's iconic phrase, '*there is no alternative*'. Bluntly, the album is entitled *Beneath the Remains*, under the rubble. It could be suggested that this 'rubble' was fundamentally the prospect of a utopia, of a possible future, of a coming improvement. Considering that there is a cultural circularity in which artists and the public share a common universe of signs and references, through this album, we can see that for *heavy metal* fans in the 1980s, the future was presented as a pure apocalypse.

This synthesis was not only achieved by Sepultura. Other albums released in the 1980s, especially in that symbolic year of 1989, carried out similar procedures of

representing catastrophic or even non-existent futures for the human race. Of course, this is a *heavy metal* convention: the apocalypse, the nuclear holocaust, and environmental tragedy were all common themes for bands that wanted to be part of this culture of participation (Campoy, 2010). But I maintain that it wasn't just about that. It was also about tuning in to current ideas that were circulating at that historical moment. Examples of bands and albums include the acclaimed *Practice What You Preach* by Testament (USA, 1989), *Extreme Aggression* by Kreator (Germany, 1989), *Alice in Hell* by Annihilator (Canada, 1989), *Agent Orange* by Sodom (Germany, 1989), *Handle with Care* by Nuclear Assault (USA, 1989), *Bajo Una Luna Cámbrica* by Dorso (Chile, 1989), *Searching for the Light* by Dorsal Atlântica (Brazil, 1989) and *Blue Blood* by X Japan (Japan, 1989). In short, all these *long plays* dealt with disillusionment about the future, with extensive catastrophic representations both in the lyrics and in the musical structure, thus proving to be a current topic on the cultural agenda of this historical period.

That said, methodologically, this work establishes dialogues with trends in the cultural study of popular music, as proposed by the British Allan Moore (2012), Simon Frith (2007), and Richard Middleton (2003). In this sense, it is understood that popular musical pieces are not just sequences of notes disseminated and marketed by the mass media. They go further, as they give rise to cultural practices with the power to construct meanings capable of cementing sociability and building perceptions of social reality. This understanding fits perfectly with the proposal of a cultural history that is truly concerned with 'the necessary articulation between singular works and common representations', that is, with 'the process by which readers, spectators or listeners give meaning to the texts (or images) they appropriate' (Chartier, 2016, p. 35-36).

Along with historian Tânia da Costa Garcia (2013, p. 207), we consider that urban popular music, because it is 'transmitted by the mass media' and is 'intensely present in our daily lives', manages to 'express the most diverse worldviews and mobilize different types of listening'. In this sense, music 'constitutes a privileged source for the study of modern societies'. The proposed source is therefore approached historiographically but with an eye on its musicological aspects. This approach is based on the assumption that this study necessarily involves interdisciplinarity. Thus, it is necessary to consider both the musical aspects of the song - tempo, rhythms, chords, harmony, melody, performance, analysis of the lyrics - and the socio-cultural and

technical aspects - relationship with a certain ideological current or tradition, conception and production processes, means of circulation and social meaning of the work.

However, to deal with the song as a historical source, one must consider the existence of the cultural circuits in which it is inserted, here, in particular, referring to *heavy metal* as a set of practices that are also extramusical. Different authors conceptualize the set of practices surrounding heavy music, so much so that a whole diverse and fruitful field of study has developed, thus emerging *Metal Music Studies* (Brown, 2011). It is therefore important to define a starting point and an accurate definition.

Both the British sociologist Keith Kahn-Harris (2007) and the communication theorist Jeder Janotti Júnior (2014) think of *metal* with the help of the concept of the 'music scene', that is, a way of defining the sociability surrounding the circulation of music in different urban environments. While musicologists Eric T. Smialek (2015) and Lewis F. Kennedy (2018) classify it as a media-music genre, these academics focus on the common characteristics found in musical pieces. Still, other scholars have relied on the concept of subculture (Gracyk, 2016), as they suggest that *metal* is merely a dissidence or segmentation of hegemonic culture.

All these categories aim to grasp the organic relationship between the music industry, artistic development, and the integration of fans and listeners through the production of cultural artifacts or extramusical practices. However, both the scene and the genre emphasize more precisely the commercial relationships built on sociability crossed by market principles.

These positions overlook an aspect of fundamental importance to this work. The historical and symbolic dimensions that fueled the desire of musicians and fans to participate in a cultural movement that offered forms of belonging are, at the very least, omitted from the concepts of scene or genre. In addition to these, the definition of 'culture of participation' drawn up by the American communicologist Henry Jenkins (1992) aims to understand these codes of interpretation of reality inscribed in a set of practices that construct meanings within the cultural circuits themselves while maintaining links with historical or political reality.

This is not to say that scene, subculture, or genre are outdated categories. They are still relevant concepts, so much so that in all my comments on the constructions of musical similarities, I will return to the concept of genre, as it offers clues for analyzing the constructions of the language of popular music both inside and outside the music

industry (Kennedy, 2018). However, based on this article's proposal, I have opted for the concept of a culture of participation, as it emphasizes the construction of communities and representations through relationships of affection around the media (Jenkins, 1992, p. 6).

These relationships of affection and the communities around these media cultural artifacts have motivated what Jenkins calls 'participation'. Fans 'in the 'borderlands' between mass culture and everyday life and that constructs its own identity and artifacts from resources borrowed from already circulating texts' (idem, p. 3). In this way, fans were not satisfied with just consuming or enjoying their media productions, they also wanted to contribute to the organization of events, the production of texts, and the carrying out of studies attentive to the aspects and characteristics of their objects of interest.

Therefore, the concept of the culture of participation becomes especially prolific when you want to analyze more subjective and symbolic issues that feed or feed a certain cultural production that involves a kind of collaboration between the hegemonic and alternative media. Considering that the focus of this exhibition is to analyze the experience of time represented in these cultural productions, a deep resonance is established between this concept and the objective of analysis. After all, the representations and symbolic negotiations that take place within a culture of participation are analyzed through their connections with social, historical, and cultural aspects that lie beyond this circuit.

Given the above, by analyzing the song 'Primitive Future' from the LP *Beneath the Remains*, a musical source inscribed on a phonographic medium, it is possible to grasp the processes of symbolic negotiation between the mechanisms of production, circulation, and reception. Therefore, the work itself holds the keys to interpreting reception. After all, both the artistic form of the music and the commercial and marketing conception were designed to dialog with the members of this culture of participation that emerged as a result of the segmentation process of mass culture (Jameson, 1995). This has contributed to the consolidation of cultural circuits with their own definitions of identity, dialectically put into action through practices and representations that are intricately related to the cultural and historical tensions that occur on a larger scale (Jenkins, 1992).

The future won't let me look back: metal and presentism

All the songs on *Beneath the Remains* are, according to Idelber Avelar (2003, p. 333), critical and distressing testimonies of social reality. The experience of decadence and tension is heightened when you look at the album cover. It's the illustration 'Nightmare in Red', by an important artist focused on horror representations, the American Michael Whelan, known for designing the covers of famous metal records and horror books by American authors, from H.P. Lovecraft to Stephen King. From the red skull emerge roses, ancient monuments, staircases, smoke, and a bat-like being. This creates an atmosphere of hypnotic terror that dialogues with the lyrical and musical content of the most striking songs, such as the album's opening track, 'Beneath the Remains', or 'Mass Hypnosis' and 'Slaves of Pain'.

Figure 1 - Cover of *Beneath the Remains* (1989)



Source: Photograph by the author. Sepultura. *Beneath the Remains*. Rio de Janeiro: Roadrunner Records, 1989.

'Primitive Future' strongly closes this album by offering a series of musical and lyrical characteristics that support questions about the historical reality of the final years of the 20th century. In particular, the continuous representations of feelings of disorientation, helplessness, loneliness, impotence, and tiredness in the face of the

acceleration of a historical time that presented the future as something doomed to misfortune. Listening to this song, you come into contact with an accelerated piece, the relentless rhythm is defined by a sequence of quarter notes, eighth notes, and half notes arranged in the convention of *fast rock*, i.e., 4/4 at 252 bpm. Within the first few seconds, the rhythm guitar and drums appear, marking out the pattern of notes in the intro, E5, F5, E5, and Bb5, all *power chords* (chords that are not defined as major or minor, as they only use the tonic and fifths, which are widely used in *rock*, especially in the more fast-paced genres such as *metal* and *hardcore*).

This introduction already conveys the feeling of something unresolved and conflicting because the tonal center is very confusing and doesn't have a conventional resolution, even for modal music. There is thus a conversation between the modes of E Locrian and E Ionian, with the E5 chord being the resting point of the song, but there is no concern with the formation of the chords, in other words, the ideas of cadence or harmonic functions are not used. Therefore, the focus of this entire piece is the motif (riff) that creates the consonance between E5 and F5 and the dissonance between E5 and Bb5.

As the song progresses, there are variations in tempo that are common in *metal* songs because, as Jeder Janotti Júnior (2014, p. 12) suggests, 'they act as hooks for the listener's bodily participation in the rhythmic markings'. Compositions in this genre even focus on the pulse and equalize the voice at the same volume as the instruments, so, unlike other forms of popular music, the emphasis is not on the lyrics or the voice. Precisely, Janotti Júnior (idem, p. 12-13) also defines the basic characteristics of *metal* songs: '1) the use of the riff, sequences of striking notes repeated mainly by the guitars; 2) the reiteration of the Power chord as a strategy to create the sonic intensity responsible for the feeling of heaviness associated with the genre'. Indeed, this compositional strategy converges on a feeling of power.

Therefore, 'Primitive Future' is a composition that is strictly concerned with the technical premises of the genre. Conventions that have been established throughout the experience of listening to this repertoire. Here, Sepultura was dialoguing with the standards of thrash metal, a strand that employs musical elements and themes from *hardcore punk*.

According to one of the pioneering musicologists to study *metal*, Robert Walser (1993), this genre emerged within the music industry and based much of its production on a revisiting of the baroque and classical repertoire. However, with the popularization

of the pioneering bands, segmentations and breaks emerged, as *metal* began to dialogue with the lived reality and ideas that were already present in the listeners' sociability (Weinstein, 2000). The emergence of *thrash metal* reveals this tension well. After all, unlike traditional *heavy metal*, which sang about guns, cars, women, and horror stories, this split preferred to thematize 'the concrete horrors of the real or possibly real world: the isolation and alienation of individuals, the corruption of those in power, and the horrors done by people to one another and the environment' (idem, p. 50).

Sepultura, in line with other bands that emerged in the 1980s, such as Metallica, Megadeth, Testament, Kreator, Destruction, Sodom, and others, thematized social crises and, above all, the atomic war, which became a lyrical convention. 'Primitive Future' also indirectly comments on the possible consequences of a post-nuclear holocaust future. According to anthropologist Leonardo Campoy (2010, p. 151), the representation of the reality of the bands that used the *thrash* aesthetic was that:

We are all victims not because nuclear war actually happened but because of the imminence of annihilation, of having our dreams, our desires, and our desired futures devastated by the mere existence of the bomb. Those responsible for this atomic nightmare are the greedy rulers who control through fear and are the financiers of this science of death.

Right after the introduction of 'Primitive Future', you hear the opening verses of the song in Max Cavalera's hoarse voice, which, in turn, are totally in line with the synthesis presented by Campoy: 'I follow the steps in front of me/ They are deep and well-defined/ They show an undefined but straight path/ What has been will never return'. For the lyrical self, some steps force him to follow a future that is inexorable, inevitable, but difficult to characterize, confusing and that will not allow a return to the comforts of yesteryear.

After an instrumental sequence that again emphasizes the central riff and percussion, in the second verse, the description thickens, 'Future won't let me look back/ I just walk, I don't evolve'. The future appears as something inescapable and imprisoning; the experiences of the past can't be taken back, and you have to keep walking, even though there are no transformations; in other words, the present situation stretches on and doesn't allow for evolution. The sequence of riffs feeds the constant feeling of conflict and crisis, 'Animals run by my side/ They communicate, each one in its own way'. This passage is particularly interesting, it contains feelings of loneliness

and disorientation experienced by the lyrical self in the face of the future that is opening up. The tempo speeds up, and the song becomes more aggressive, reflecting the disorientation: 'But I can't understand/ I feel alone on this irrational planet'. However, the impotence provided by this environment is not total because, even if lost, his walk can be 'To create or just observe.' However, the march of time forces the walk towards uncertainty, 'I keep walking on this desert made of ideas/ Primitive future'.

Even though it describes a march into the future and is characterized by pessimism and uncertainty, all the verbs in this song are conjugated in the present tense. In this sense, I believe that the lines of an order of time that emerge through the music and written production of *metal* are expressed here. As François Hartog (2021, p. 37) argues, to analyze the experiences of time in a given period, it is necessary to use the concept of a regime of historicity. In his words:

Starting from diverse experiences of time, the regime of historicity would be intended as a heuristic tool, helping to better apprehend not time, all times, or the totality of time, but mainly moments of crisis of time, here and there, when the articulations of past, present and future come to lose their evidence (idem).

In this way, the concept emerges as a way of analyzing certain historical moments to understand how the category of time is understood, experienced, and represented at that moment. Particularly in crises, where references are lost and there are signs of a change in the temporal order. It is worth saying that 'Attention', Hartog (ibid., p. 38) insists, 'focuses initially and above all on the categories that organize these experiences and allow them to be revealed, more precisely, on the forms or modes of articulation of these categories or universal forms that are present, past, and future'. Therefore, what is at issue is the possibility of reflecting on the writing of history and on time as a discursive condition of the discipline, but also time as a historical category, variable and changeable throughout societies and eras.

Based on the concept of regimes of historicity, Hartog tries to understand the order of time in vogue, that is, how time is experienced in contemporary times. This gives rise to the hypothesis of presentism which, for him, refers to a rupture in the temporal order that occurred in the final years of the Cold War and which took root with the fall of the Berlin Wall and the end of the Soviet world. Thus, with the exhaustion of the utopian alternative, a disbelief in the future emerged, extending to the present, which,

in the words of Hartog (2021, p. 250), 'was marked by the experience of the crisis of the future, with its doubts about progress and a future perceived as a threat'.

Of course, reflection on the future does not disappear, 'but it seems obscure and threatening' (ibid.). In 'Primitive Future', this fading of the future marked by uncertainty is even perceptible on a musical level. The verses' transitions are made up of brief riffs that increase tension and conflict at a slower tempo. There is no standard resolution of the chords in their tonal or modal harmonic functions, the sequences of notes simply die out, without conclusion, returning to the fast tempo that drives the whole song. In this way, there is a state of crisis at the musical level that won't be resolved even in the future. However, this state is not gratuitous, as it is aligned with the presentism evoked by a new political, economic, and social order: neoliberalism.

Everything around me is void: metal, neoliberalism, and capitalist realism

With the loss of political and ideological prominence during the Cold War, a new economic and cultural order called neoliberalism began to emerge at the end of the 1970s (Laval; Dartot, 2016, p. 21). The first person to take an interest in these developments was Michel Foucault, who, in 1978 and 1979, gave two courses on the genealogy of the ideas that fueled this rupture. The moment was poignant, as the neoliberal model was already in vogue in post-coup Chile (1973), and the rise of Margaret Thatcher in the UK (1979) and Ronald Reagan (1981) in the US - as well as the progressive dismantling of the welfare state in Europe and the opening up of People's China to capitalist trade (1976) - intensified and proliferated these ideas.

Foucault draws attention to the fact that neoliberalism is both a political-economic current of thought and a form of government and production of subjectivity. Because of this dual characteristic, he inferred that in the imperative to organize the state around 'governing for the market' (Foucault, 2008, p. 165), there was a change in the very way of perceiving and acting in the social world. This change in the status of subjectivity was linked to material and economic conditions.

Eric Hobsbawm (1995, p. 398-405) argues that, since the mid-1960s, there has been a rupture within the capitalist mode of production. Thus, the industrial model ceased to be the predominant form of wealth accumulation, giving way to the financial and entrepreneurial models. Neoliberalism rose in this period, imposing a weakening of the state in the light of the market economy. At the political level, these measures were

applied under authoritarian and conservative rhetoric (Laval; Dardot, 2016, p. 157-166).

As Zygmunt Bauman (2007, p. 33-60) suggests, the post-atomic bomb world no longer considers time as something successive and linear but has come to interpret it as a heap of fragmented experiences. Thus, in the absence of a grand narrative capable of organizing existence, 'small narratives' began to emerge capable of imposing certain representations that would give meaning to the lives of a certain group or individual (Lyotard, 1988). The Cold War and the full development of consumerism on a global scale enabled this fragmentation of identity, which fueled a new form of subjectivity.

In this sense, the neoliberal vogue posed various uncertainties for individuals due to the dismantling of the State and made new demands on the individual. With this change, as Byung-Chul Han (2017, p. 30) argues, the disciplinary mechanisms produced by the state have changed, i.e., they have ceased to be rigid and have become more flexible. The world of financial capitalism demands competition, and to be able to compete for work and consumer spaces, the subject must become malleable, and adaptable to any situation.

Some authors agree that the advance of capitalism in its neoliberal form has given rise to feelings of disorientation, fragmentation, and acceleration. Jameson (1997) argues that at this juncture there is a paradox that combines 'an unprecedented rate of change at all levels of social life and an unprecedented standardization of everything - feelings, consumer goods, language, space, and architecture - that could be judged incompatible with such mutability'. This transformation was mainly captured in the second half of the 1980s and spread by a globalized process of cultural massification.

In a similar line of argument, Mark Fisher (2020) suggests that to experience neoliberal capitalism is to be constantly in contact with a 'system that is unresponsive, impersonal, centerless, abstract and fragmentary'. The last three descriptions can easily be applied to the musical development of 'Primitive Future'. It's a confusing song that isn't easy to listen to, let alone identify its constituent elements. It's totally guided and commanded by a fast, fragmented rhythm that ignores the dimensions of tonal centrality.

In the third section of the song, the tense riff remains, but is crossed by a few breaks in tempo that suddenly decrease or increase the intensity of the beat. The verses 'My head is heavy but empty/ Everything around me is void/ Without movement, without perspective' are heard. The lyrical self describes a situation of exhaustion, boredom, and hopelessness in the face of the lack of a future—not a revolt, anger, or

rage, but pure acceptance and indifference to what is happening around him. 'The night invades the sky/ That darkens the dry ground/ Making my shadow join the big stain that's forming'. Faced with all the events that are taking place, the lyrical self only watches, and witnesses the degradation of the environment, feeling that he is united with the darkness brought on by an uncertain and tenebrous future, after all, he is incapable of overcoming this state, so much so that he stops walking, 'My steps become slow and agonize'.

At this point, it's worth returning to some of Byung Chul-Han's considerations about neoliberal society, which he also conceptualizes as a performance society. According to the philosopher, one consequence imposed by the financialization of capital on contemporary subjectivities is the total positivization of social life and the erasure of negativity.

In the thrust of that general positivization of the world, both man and society are transformed into an autistic performance machine. We could also say that the exaggerated effort to maximize performance drives out negativity because negativity slows down the process of acceleration (Han, 2021, p. 54).

In this way, feelings of negativity are unlearned, which would be capable of bringing about transformations, such as anger, 'which is not in line with general acceleration and hyperactivity', because it postulates 'an interruptive pause in the present', which then leads to the emergence of something new. But this isn't possible in the neoliberal or performance society, negativity is impossible, and what remains is a constant positivity that, when it doesn't become possible, emerges as apathy and indifference.

Therefore, not only is presentism given as a temporal order but also capitalist realism as a cultural form under the assumptions of neoliberalism built on social performance. In 'Primitive Future', even though the lyrical self is in the first person and recounts the actions carried out in the present, there is a passivity in the face of the lack of a future. There is no proposal for transformation, this is accepted as the only possible reality. The disaster is being experienced, but there is no alternative in the face of uncertainty.

Mark Fisher precisely defines this state of sensitivity and cultural production as capitalist realism, the belief that capitalism and the consequent 'cancellation of the future' are inevitable because everything has become a commodity. After all, as Fisher

(2020, p. 13) makes clear, 'Capitalism is what remains when beliefs collapse at the level of ritual and symbolic elaboration, and all that is left is the consumer-spectator, stumbling unsteadily between ruins and relics'.

Ironically, after this moment of acceptance of the 'cancellation of the future" and of indifference and apathy of the lyrical self, the song enters the guitar solo, which is the only part with a defined tonal center, namely in harmonic E minor. Emerging from the terrifying sequence of conflicting and dissonant riffs is a harmonized, palatable, and melodious section. The solo is accompanied by the aggressively advancing drums and the attack of the bass, which provide a base for the solo until it ends with the slowing of the tempo and the guitar entering the octaves.

It's scornful the way I live: metal, reflexive impotence and acceleration

After the solo, we hear some variations on the central riff of 'Primitive Future', which maintains the rhythmic pattern but uses G5 instead of E5 as the resting note. In this mood, the vocal begins the concluding verses of this glimpse of the future, 'I step on skulls of generations that have not formed/ I hear painful cries of wars that are to come'. As Mark Fisher (2020, p. 10-11) argues, capitalist realism offers the feeling that there are no alternatives to the situation at hand while experiencing catastrophe in the present mixed with either the uncertainty of what the future will bring or the certainty that it holds only misfortune. What's more, 'The exhaustion of the future deprives us of the past' (idem, p. 12) at the same time as it enlarges the present, because, as François Hartog (2021, p. 259) argues, it tends 'towards omnipresence and eternity', after all, it is 'at the same time everything (there is only the present) and almost nothing (the tyranny of the immediate)'. Well, you can hear that in these verses, accompanied by aggressive riffs in fast half notes.

The lyrical self bears witness to an arid, desolate, and incomprehensible future. Only the catastrophe that is lived and experienced can be expected. At the same time, the past is crushed; nothing from the past has survived, and the peace promised by the past has not been fulfilled, they are dead truths. And in this future, the lyrical self understands that he is there 'To create everything again, from the beginning/ To teach new minds/ To awaken a sleeping giant buried'. These are subversive verses within the proposal of the song because the change of chord from rest to G5 and the idea expressed

in the verses that even after the catastrophe it is possible to rebuild a life are, in a way, a dissonance to capitalist realism.

Considering that the 'realism' of the concept is 'analogous to the deflationary perspective of a depressive, who believes that any positive state, any hope, is a dangerous illusion' (Fisher, 2020, p. 14), these verses portray a call for renewal. It calls for the emergence of a new. In a way, the lyrical self tries to go beyond the given reality by imagining what lies beyond this catastrophic future that will need to be built.

However, the song returns to the central riff in its deep tension caused by the rest in E5, and the verses 'On the ashes of disgrace/ It's scornful the way I live', reprise the typical climate assumed by subjectivities under capitalist realism, what Mark Fisher (idem, p. 43) calls reflexive impotence. Even with the desire to go further, to imagine the future, this possibility presents itself as denied because even though the lyrical self realizes the critical situation, he can't develop it, so he returns and accepts this 'self-fulfilling prophecy', since 'as this atmosphere limits our imagination, after all, 'it's easier to imagine the end of the world than the end of capitalism', we have nothing to put in its place' (Marques; Gonsalves, 2020, p. 181).

This acceptance is so absolute that the present drags on as the only temporality that exists, and the future is still represented as an uncertain apocalypse, there is no beyond. The last verses of the song appear as this full acceptance of the impossibility of change, 'I look well, I think I'm well/ That's all'. At the same time as we hear this conclusion, the tempo slows down, the drums start to mark the pulse only with the snare drum, and the guitars and bass abandon the sixteenth notes and play the E5 and F5 chords in semibreves.

This moment of deceleration sounds like a brief moment of final mourning for this future in tragedy, as soon afterward the drums regain their intensity and the bass and guitars line up in a dissonant central riff while the voice resumes the first verses. Lulled into a moment of returning to the beginning of the song, the speed is maintained until after the verses are sung, before reaching the end, the drums create an expectation with the use of the double pedal, while the muffled sound of the string instruments creates the tension to end the piece with the isolated and unaccompanied scream: 'PRIMITIVE FUTURE'.

The ending is abrupt, it's not a pleasant transition, and there's no resolution of the chords or the lyrics. The state of crisis remains, the present is still all that exists, and the future is lost within the limits of the catastrophe, so much so that it is primitive. It is

revealing that the song ends with the first verses, given that the future, as it is imagined, is not perceived as an advance, evolution, or improvement, but rather as a loss of utopian horizons, a regression to a primitive state. Therefore, there is no conclusion, because, as I demonstrated in the introduction, in the words of Byung-Chul Han (2021, p. 45-46), 'It is not really possible to bring to a meaningful close a song to which no conclusion structurally belongs'.

In addition to presentism, which enlarges the present, and capitalist realism, which doesn't allow us to imagine a future beyond catastrophe, another aspect of time under neoliberalism is the experience of acceleration. Historian Nicolau Sevcenko (2001, p. 16), in a thought-provoking metaphor, suggests the image of a rollercoaster to understand the changes that modernity has undergone as the 20th century has unfolded. The last phase he analyzes is the so-called *loop*, 'the final and definitive syncope, the climax of precipitous acceleration, under whose extreme intensity we relax our impulse to react, surrendering our numb points, resignedly accepting being led to the end by the titanic machinery'.

Sevcenko marks the rollercoaster transitions that took place in the 20th century through industrial and technological transformations, and the Microelectronics Revolution, which was consolidated in the 1970s, characterizes the contemporary period. In this period of *the loop*, which coincides with the advance of neoliberalism, technological innovations multiply and undergo intense changes over shorter intervals of time. This has contributed to an increase in the transformative potential of societies that have multiplied faster than the time taken to assimilate and understand them, which is perceived as pure acceleration. What's more, these transformations have not necessarily led to an improvement in the lives of the majority of people. Even neoliberal rhetoric has failed to conceal this:

[...] the rapid concentration of income, mass unemployment, exploitation and infant mortality, the spread of destitute poverty, the growth of drug trafficking, the increase in crime and violence, the financial instability that makes the world order increasingly volatile and insecure (Sevcenko, 2001, p. 42).

Sevcenko (idem, p. 52) goes on to say that 'These are painful lessons for those who imagine that history is driven by the forces of progress and that the future will always be more promising than the past'. The members of Sepultura, at the time of writing 'Primitive Future', were in line with this awareness. The *thrash metal* scene was

also aware of this reality. In the 1980s, 'capitalist realism established itself, with much struggle, and took root' (Fisher, 2020, p. 17), and neoliberalism, supported by technological changes, postulated the rule of competition, of governing for the market and of social insecurity (Laval; Dardot, 2016). *Metal* was the soundtrack to these transformations, and not for free; it is fast-paced, aggressive, conflictive, and tense music, thus dialoguing with the historical reality of the final years of the 20th century.

Final considerations

Musically, 'Primitive Future' is a challenge for the interpreter, as it requires a lot of concentration. The structure is fragmented, some sections are repeated twice, while others are repeated three, four, or five times, and at all times the pulse is above 200 bpm, varying at various times to something slower or faster. There is a technical complexity to metal that stems from the experience with this genre, in line with the aesthetic presuppositions of this culture of participation.

However, in light of what has been said throughout this work, I argue that there were alignments between *heavy metal* and the tensions created by neoliberalism in the 1980s about representations of time, especially the future. In particular, the transformation of a society that becomes focused on performance, the emergence of capitalist realism as a cultural form, the experience of acceleration due to the advance of technologies, and the expansion of presentism.

As you can see, this work is an exercise in historical interpretation based on a musical source, which is why I chose not to include an analysis of fanzines or receptions by the hegemonic media, something I do with more force in certain chapters of my doctoral thesis. In addition, although the research here explores *Beneath the Remains* as an exponent of the consequences of the advances of neoliberalism and capitalist realism in terms of representations of time, Sepultura's other albums put these forms into tension, thus constructing alternatives and criticisms of the current system, while still respecting the molds of *metal*. In this way, together with Jameson (1995), it is possible to see that even in mass culture, however difficult it may be, elements of utopia resist reification. Particularly on the albums *Chaos A.D.* (1993) and *Roots* (1996), which tied together elements of Brazilianness as signs of resistance, there are pertinent reflections on the potential of *metal* as a means of disseminating anti-capitalist discourses, both practically and reflectively.

However, the predominant cultural climate in the 1980s was neoliberalism in the form of capitalist realism and presentism. Therefore, this way of perceiving temporal reality as an extended present that will never reach its conclusion due to uncertainty about the future was not specific to metal, as it was a central topic on the cultural agenda of the final years of the 20th century. In the introduction, I referred to some albums released in 1989 that were in line with Sepultura's proposal. In addition, this perception appeared in films such as *Blade Runner* (1982) or *Terminator* (1984), in cyberpunk literature, *Neuromancer* by William Gibson (1984), and in comic books, *Watchmen* by Alan Moore and Dave Gibbons (1986-1987).

In line with Fredric Jameson (1995), Mark Fisher (2020) argues that mass culture, from the 1980s on, abandoned the dialog with modernism. Art is no longer seen as an instrument for transforming the world. Capitalism even succeeded in absorbing the criticism and critical instruments of modernism, converting them into merchandise, and infiltrating subjectivities (Jameson, 2006, p. 45). For this reason, it was difficult to escape this wheel 'in a world in which stylistic innovation is no longer possible', so 'all that remains is to imitate dead styles'. In fact, at the beginning of their international career, Sepultura couldn't come up with any proposals for aesthetic innovation, as they necessarily had to dialog with the hegemonic cultural logic. This investigation shows that these were not merely artistic choices, but also a marketing strategy, driven by Roadrunner Records and ratified by the state of subjectivities during this period that began in the 1980s, but has spread its structures in mass culture to the present day.

Bibliography

AVELAR, Idelber. "Heavy Metal Music in Post dictatorial Brazil: Sepultura and the Coding of Nationality in Sound." *Journal of Latin American Cultural Studies*, Oxford, vol. 12, n.3, 2003: 329-346.

BARCINSKI, André; GOMES, Silvio. *Sepultura: toda a história*. São Paulo: Editora 34, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. São Paulo: Jorge Zahar, 2007.

BROWN, Andy. "Heavy Genealogy: mapping the currents, contraflows, and conflicts of the emergent field of Metal Studies." *Journal for Cultural Research* 15 (3), 2011.

CAMPOY, Leonardo Carbonieri. *Trevas sobre a luz: o underground do heavy metal extremo no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERREIRA, Marcos Daniel de Melo. “Atitude Anno Domini: resistência no álbum Chaos A.D. da banda Sepultura.” *Outra Travessia*, v. 23 de 2017.

FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRITH, Simon. *Taking Popular Music Seriously*. Abington: Routledge, 2007.

GARCIA, Marcelo Velloso; GAMA, Vítor Castelões. “Brazilian native metal and the experience of transculturation”. *Metal Music Studies*, v. 7 de 2021.

GARCIA, Tânia da Costa. “História e Música: consenso, polêmicas e desafios.” In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos. *Questões que incomodam o historiador*. São Paulo: Alameda, 2013.

GRACYK, Theodore. “Heavy metal: Genre? Style? Subculture?” *Philosophy Compass*, v. 11 de 2016.

HAN, Byung-Chul. *A Sociedade do Cansaço*. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo*. Petrópolis: Vozes, 2021.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JAMESON, Fredric. *As marcas do visível*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

JAMESON, Fredric. *As sementes do tempo*. São Paulo: Ática, 1997.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2006.

JENKINS, Henry. *Textual Poachers: Television Fans and Participatory*. London: Routledge, 1992.

JÚNIOR, Jeder Silveira Janotti. “War for Territory: cenas musicais, experiência estética e uma canção heavy metal.” *E-Compós*, v. 17 de 2014.

KAHN-HARRIS, Keith. “‘Roots’?: the relationship between the global and the local within the Extreme Metal scene.” *Popular Music*, v. 19/1 de 2000.

KAHN-HARRIS, Keith. *Extreme Metal: Music and Culture on the Edge*. Oxford: Berg, 2007.

KENNEDY, Lewis. *Functions of Genre in Heavy Metal and Hardcore Music*. Hull: University of Hull, 2018.

LUNA, Glauber Barreto. *Refuse/Resist: as poéticas de contestação social da Banda Sepultura*. Fortaleza: Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2014.

LYOTARD, Jean-François. *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1988.

MARQUES, Victor; GONSALVES, Rodrigo. “Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo.” In: FISHER, Mark. *Realismo Capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

MIDDLETON, Richard; CLAYTON, Martin; HERBERT, Trevor (org.). *The Cultural Study of Music: A Critical Introduction*. Londres: Routledge, 2003.

MOORE, Allan. *Analysing and Interpreting Recorded Popular Song*. Farnham: Ashgate, 2012.

SEPULTURA. *Beneath the Remains*. Rio de Janeiro: Roadrunner Records, 1989.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Flávio Garcia da. *ITSÁRI, ROOTS, RAÍZES: um estudo de caso sobre o disco Roots da banda Sepultura*. Dissertação de Mestrado: Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

SMIALEK, Eric T. *Genre and Expression in Extreme Metal Music, ca. 1990–2015*. Montréal: Dissertação de Mestrado, Musicologia, McGill University, 2015.

WALSER, Robert. *Running with the Devil: power, gender and madness in Heavy Metal Music*. Middletown: Wesleyan University Press, 1993.

WEINSTEIN, Deena. *Heavy metal: the music and its culture*. Cambridge: Da Capo Press, 2000.

WILLIAMS, Duncan; ROCHA, Marcio Alves Da. “Decoding cultural signifiers of Brazilian identity and the African diaspora from the music of Sepultura.” *Metal Music Studies*, v. 3 de 2017.

Article received in January 5, 2023

Accepted for publication in July 7, 2023



PROJETO CIDADANIA: Um Novo Modo de Fazer Política?

CITIZENSHIP PROJECT: A New Way of Doing Politics?

José Soares FILHO¹

Edson Soares MARTINS²

Resumo: Esta pesquisa visa estudar o exercício direto do voto cristão protestante entre 2010 e 2020, focando no Projeto Cidadania da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco. Inicialmente, abordaremos a construção, apagamento e disputa da memória coletiva, aplicando as teorias de Halbwachs (2006) e Pollack (1989) ao estudo do projeto. Em seguida, analisaremos material de divulgação de candidatos evangélicos que concorreram a vereador em 2012, destacando as concepções estéticas dos gêneros do discurso de Bakhtin (2003). Por fim, exploraremos os elementos que aproximam e afastam o Projeto Cidadania de um partido político, conforme Berstein (2003), considerando seu papel na formação da cultura política do grupo, conforme Berstein (1998).

Palavras-chave: Projeto Cidadania, Pentecostalismo, Assembléia de Deus, Cultura Política.

Abstract: This paper examines the direct exercise of the Protestant Christian vote between 2010 and 2020, focusing on the Citizenship Project of the *Assembléias de Deus*, an evangelical church in Pernambuco. Initially, we will address the construction, erasure, and dispute of collective memory, applying the theories of Halbwachs (2006) and Pollack (1989) to the study of the project. Next, we will analyze the promotional materials of evangelical candidates who ran for councilor in 2012, highlighting the aesthetic conceptions of Bakhtin's (2003) discourse genres. Finally, we will explore the elements that bring the Citizenship Project closer to or distance it from a political party, according to Berstein (2003), considering its role in shaping the political culture of the group (1998).

Keywords: Citizenship Project, Pentecostalism, *Assembléia de Deus*, Political Culture.

Introdução

O presente trabalho detém seus esforços em três momentos principais para a compreensão do fenômeno *Projeto cidadania, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco*. De forma introdutória, teceremos uma construção histórica sobre

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro no Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários - NETLLI. E-mail: jose.soares@urca.br.

² Professor associado (Referência O) de Literatura Brasileira na Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). E-mail: edson.soares@urca.br.

o surgimento, apagamento e caracterização desse fenômeno. Para isso, recorreremos a alguns aspectos dos usos e abusos da memória e dos processos de silenciamento que envolvem a ligação entre a IEADPE e o projeto cidadania. No segundo momento fazemos uma análise dos enunciados concretos, materializados em *gêneros do discurso* e veiculados em suporte de panfletos de divulgação (santinhos), neles buscamos entender elementos na esfera da linguagem, verbal e não verbal, que se aproximam, se distanciam e se constituem enquanto característicos de uma cultura política. O terceiro se propõe a entender o que aproxima e o que afasta o projeto cidadania da possibilidade de ser ou se tornar um partido político.

Desse modo, a *Igreja*, em sua esfera social burocrática, possui papel ativo na formação e disseminação dos discursos. Ao manifestar apoio a um candidato, em detrimento de outro, a instituição tende a influenciar a decisão de boa parte dos membros da instituição. Temos como exemplo o apoio expressivo de parte da comunidade evangélica ao então presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022), identificado como indivíduo conservador e de extrema direita.

Tal conjuntura se fundamenta no discurso teológico dos *valores cristãos, família* e da constante “situação de risco” a qual estes estão supostamente passíveis. Se o líder religioso é, na visão dos membros, *um homem usado, escolhido e guiado por Deus*, como ele poderia estar errado sobre o posicionamento político? Ainda mais quando esse posicionamento é aquele que mais se assemelha ao proferido nos púlpitos?

Dito isso, discutiremos sobre um projeto político surgido no seio da Igreja evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, o *projeto cidadania*. Ao fazer isso, apontaremos a associação entre *esfera da atividade humana, gênero discursivo* (Bakhtin, p. 261, 2003) e suporte textual associado a um processo que serve para o apagamento da memória sobre esse projeto, em vista que há uma negação da liderança da IEADPE sobre o envolvimento da igreja com esse projeto³. Porém, vídeos e fontes em formatos de imagens de panfletos de divulgação de candidatos versam sobre a existência desse projeto e de um plano político iniciado no ano de 2010, e que perdurou, de forma ativa, até pelo menos o ano de 2016.

Pensando nesse tipo de discurso, é possível pensar em disputa de memória e, por extensão, construção e apagamento de um tipo específico de memória e discurso circulante por uma memória oficial e coletiva. Halbwachs (2006, p. 25-47), mostra que

³ Vídeos da audiência com o Pe. Ailton José Alves. Disponíveis em: <https://youtu.be/LPZnyMd1yqc> ; e em <https://youtu.be/PhJX2RJaBLY>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

para se chegar à memória é sempre necessário que se recorra aos testemunhos, e o primeiro testemunho a se recorrer é o nosso. O que vivenciamos hoje, com o passar do tempo, torna-se presente nas lembranças. No mesmo sentido, há uma adaptação das nossas lembranças no modo com que se percebe o presente.

As memórias permanecem coletivas, e são lembradas pelos outros, mesmo que não sejam materialmente presentes. *Sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.* Desse modo, a memória, e a narrativa memoriográfica, estão diretamente ligadas aos eventos que de foram relevantes, ou passíveis de algum tipo de registro material.

Algo que é vivido por mais de uma pessoa em um contexto, nem sempre é lembrado por todos. Isso ocorre porque o acontecimento não fica necessariamente guardado na memória de todas as pessoas envolvidas. Aquele evento, na maioria das vezes, não é algo relevante, naquele momento específico, para que seja lembrado, de forma que a pessoa chega a esquecer do acontecido, e quando alguém lhe conta é como se ele não estivesse estado ali, nem vivido naquele momento.

Assim, determinado conteúdo que permanece na memória coletiva de um grupo não é lembrado da mesma forma pelos indivíduos dele participantes. Com isso, temos a ideia de que geralmente a memória coletiva que permanece é aquela que marca, ou que possui um valor axiológico/moral que a retromantém. Desse modo, somos levados a crer que a memória coletiva estaria construída sobre uma base, tornando-se assim uma memória oficial comum e aceita por determinado grupo social. E se essa memória é dominante, ela acaba por destruir ou impossibilitar que as chamadas *memórias subterrâneas* sejam esteticamente organizadas em forma de discurso, podendo assim ser estudadas.

Pollack (1989, p. 3-15) trata a memória coletiva como opressora, ou até mesmo silenciadora das memórias consideradas menos relevantes para quem as registra. Aqui se faz premente destacar a influência da autoridade moral que o discurso das lideranças religiosas promove, por exemplo, ao subalternizar as memórias sobre o *projeto cidadania*. Nesse sentido, o discurso enunciado por determinada autoridade instituída acabaria por ofuscar as outras versões das memórias tidas como não oficiais e socialmente experienciadas. Essas, por sua vez, permanecem subterrâneas, não esquecidas, mas sim ocultas e presentes, em discursos nos mais diversos suportes.

É importante ressaltar que muitas dessas memórias são proibidas de ser lembradas e, sendo assim, não são oficialmente registradas. Isso ocorre pelo fato de que,

Gráfico 01 – Interpenetração discursiva entre religião e política no projeto cidadania



Fonte: Elaborada pelos autores.

O “Projeto Cidadania” assegurou a participação de evangélicos da IEADPE e viabilizou a eleição e reeleição nas disputas eleitorais no estado de Pernambuco. Dessa forma, o próprio corpo clerical da igreja chegaria a um consenso para indicar quais dos candidatos deveriam receber apoio em anos eleitorais. Isso, ancorado na ideia de que os *valores cristãos* precisam ser defendidos no campo da esfera política, e que para isso é necessária a participação de *homens e mulheres de Deus* que os representem.

Nossas pesquisas nos levam a crer que em 2010 o projeto cidadania, que tem como principal objetivo a presença e formação de membros da IEADPE na esfera do poder político legislativo, inicia sua atividade na IEADPE. Sendo assim, o *Projeto Cidadania* emerge como organizador do poder legislativo de candidatos – deputados e vereadores – pertencentes à Assembleia de Deus, que representavam os interesses da instituição dentro da esfera política. O projeto idealizado na IEADPE pode ser compreendido como um desdobramento de um plano nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). E que, por sua vez, tem como uma de suas necessidades as discussões sobre a carência de uma organização política, que segundo Fernandes (2006, p. 95), surgem na CGADB no início do século XXI e já apresentam resultados promissores:

Neste início de século XXI, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil continua implantando um projeto de desenvolvimento de sua participação mais ativa na sociedade. Criou-se o Conselho Político da CGADB que tem por finalidade coordenar o projeto “Cidadania AD Brasil”, que desenvolve a consciência política na liderança das Assembleias de Deus no Brasil e gerencia o lançamento de candidatos oficiais da denominação, nos pleitos eleitorais em todo Brasil. Hoje as Assembleias de Deus contam com 22 deputados federais, 38 deputados estaduais e 1010 vereadores.

Aos 22 de fevereiro de 2013, foi discutido, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a criação e implantação de algo bem semelhante a esse projeto, de forma

que abrangesse um nível nacional de propagação e atuação. Podemos perceber a relevância, para a liderança das ADs, de projetos como esse:

Segundo o pastor Lellis Washington Marinhos, presidente do Conselho Político CGADB, a igreja acredita ser importante ter representantes nas casas legislativas do país, desde que haja um projeto com a função de direcionar suas ações para um objetivo comum. Dessa forma, nasceu o Projeto AD Brasil, cuja função é formar e orientar vereadores e deputados pertencentes à Assembleia de Deus. "É imperativo que tenhamos, como representantes do maior movimento evangélico dessa nação, um projeto bem delineado e sólido para ser apresentado como alternativa para a nossa sociedade", afirmou (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022).

Em 2010, o Pr. Eurico, filiado ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), foi eleito Deputado Federal, reeleito em 2014 ainda pelo PSB, com ajuda do “projeto cidadania”. E em 2018 foi novamente eleito. Do mesmo modo, para deputado Estadual, nas eleições dos anos de 2010, 2014 e 2018, é eleito, também, o Presbítero Adalto Santos.

Os anos 2012 e 2014, em particular, nos chamam mais atenção neste momento devido à confecção e distribuição dos panfletos de divulgação dos candidatos, os chamados “santinhos”. Em 2012, particularmente, temos eleitos, além de deputados, alguns vereadores que ganharam força política expressiva através desse projeto político. Dentre os panfletos localizados, podemos mensurar ao todo 17 vereadores e vereadoras nos municípios do estado de Pernambuco, a saber: Garanhuns - Damasio Cardoso de Farias (20123); Recife – Irmã Aimée Carvalho (40150); Olinda – Ev. Azarias Rosa (11150); Olinda – Aux. Algério (40640); Cabo de Santo Agostinho – Pb. Daniel Lira (45445); Vitória de Santo Antão – Irmã Manu (33000); Jaboatão dos Guararapes – Irmã Babate (40144); Ipojuca – Miquéias (23456); Caruaru - Toinho da Sulanca (28555); São Lourenço da Mata – Leonardo Barbosa (19400); Petrolina – Irmão Elias Jardim (11600); Ribeirão – Irmã Sônia (14777); Paudalho – Irmão Ido (14444); Paudalho – Irmão Belarmino do Povo (31144); Tamandaré – Irmão Geores (14258); Pesqueira – Cleiton Lira (55555); Ouricuri – Irmão Holanda (11111).

Para análise dos panfletos coletados e referentes às eleições dos candidatos *assembleianos* ao cargo de vereadores, optamos por realizar uma divisão expositiva que tem por primazia a estética da construção composicional em relação ao conteúdo expresso nos panfletos de divulgação, Gêneros do discurso com linguagem mista.

O primeiro grupo, *G1*, é composto pelos candidatos: *Damásio, Irmão Geores, Pb. Daniel Lira, Ir. Sônia, Ir. Babate e Irmã Aimee*:

Grupo 01

Imagem 01 - Panfleto Damásio

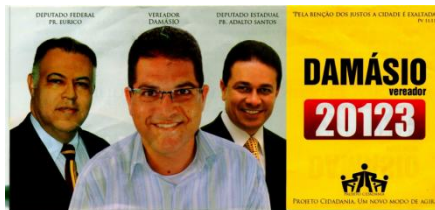


Imagem 02 - Panfleto Irmão Geores



Imagem 03 - Panfleto Ir. Sonia



Imagem 04 - Panfleto P. Daniel Lira



Imagem 05 - Panfleto Irmã Babate



SERIEDADE E COMPETÊNCIA PARA CONSTRUIR UM JABOATÃO MELHOR!

Imagem 06 - Panfleto Irmã Aimee



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

Neles, a partir de uma leitura de componentes textuais, verbais e não verbais, é possível perceber a padronização de alguns elementos que aqui consideramos relevantes no que tange a nossa discussão. O primeiro deles é a ausência de menção aos partidos políticos cujos candidatos fazem parte. Presumimos que por estarem inseridos em uma esfera pentecostal que ainda tem, como vimos anteriormente, no discurso circulante, a renúncia, ou melhor, o distanciamento histórico aos cargos políticos, alguns dos candidatos, no caso esses em específico, acabaram por não mencionar nem o nome da

coligação, nem do partido e, nem se quer fazer uso da logo do partido, elementos que são, estilisticamente falando, componentes composicionais dos panfletos de divulgação.

Em contrapartida à ausência desses elementos, é possível observar a interlocução enunciativa de conteúdos expressamente próprios do campo axiológico da esfera da linguagem religiosa. Nessa perspectiva, a inter-relação entre as esferas enunciativas (religiosa e política) é expressa de forma mais evidente na relação entre conteúdo, material e veículo. O conteúdo expresso “Pela bênção dos justos a cidade é exaltada” remete a um texto bíblico presente no antigo testamento, livro de provérbios e, a princípio, poderia causar estranhamento no interlocutor a sua presença em um veículo de divulgação de candidatos. Axialógica e ideologicamente falando, o conteúdo e material não ornar com o veículo, ao passo que o panfleto de divulgação, “santinho”, não orna com o espaço de culto religioso, local onde eram frequentemente distribuídos nas portas das igrejas após terminados os cultos.

O texto bíblico aparece como forma de justificar a escolha do candidato. À medida que se tem candidatos dentro dos parâmetros dos tipos específicos que trabalhamos anteriormente, *homem de Deus, homem temente a deus, político temente a Deus*, a cidade seria exaltada, prosperando economicamente e conservando a moral e bons costumes tradicionais próprios de algumas IE's.

A ausência da logo do partido dos candidatos, bem como o seu código e coligação, também nos chama atenção. O modo de construir esses tipos de veículos de divulgação, se levarmos em conta o estilo geral desse enunciado concreto, geralmente prima por essas informações. O que nos ocorre é que, para o grupo que optou pela adoção de um estilo próprio, isso parece ser ordinário. Ora, decerto, esses elementos não foram omitidos por acaso. É mais uma forma sutil de manifestação da *cultura política* desse grupo.

Em tempo, cremos que não houve apenas uma omissão. O que percebemos, para além disso, é a substituição desse conteúdo, arranjo composicional e estilo, por algo próprio da IEADPE. No lugar da menção do partido tem-se o nome *projeto cidadania*, onde deveria estar em destaque a imagem usual do partido, temos a logo do referido projeto e, não menos importante, no lugar onde deveria haver a menção à coligação o que observamos é a presença de um enunciado bíblico, não sendo comum nesse tipo de veículo enunciativo, no próprio nome dos candidatos há a menção *irmã, irmão* ou, quando é o caso, a menção ao cargo que o referido possui dentro da IE, mais uma forma sutil dessa inter-relação discursiva de conteúdo e forma esteticamente organizadas. O

que os leva às seguintes questões: o projeto cidadania seria um partido? Funcionaria como um? Deixemos isso de lado por um momento e prossigamos na análise.

O grupo 02, G2, é composto pelos panfletos dos candidatos: *Irmão Elias Jardim*, *Toinho da Sulanca*, *Ev. Azarias Rosa* e *Irmão Madri*:

Grupo 02

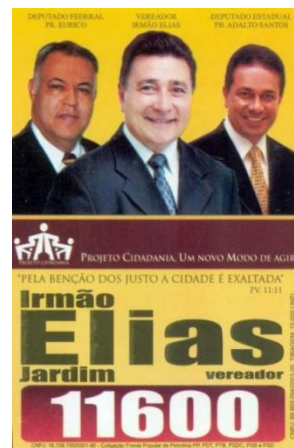
Imagem 07 - Panfleto Ev. Azarias Rosa **Imagem 08** - Panfleto Toinho de Sulanca



Imagem 09 - Panfleto Irmão Madri



Imagem 10 - Panfleto Irmão Elias Jardim



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>.
Acesso em: 05 de novembro de 2022.

O componente primordial que distingue esse modelo do primeiro é a presença da sigla do partido político, junto a coligação e ao CNPJ. Além disso, a regularidade e conformidade estética é mais dispare entre os panfletos desse grupo. As regularidades e elementos que remontam a representações verbo-visuais e verbo-discursivas são expressas pelo uso da logo do *projeto cidadania* e pelo uso das palavras *irmão* e *Ev.* (Evangelista), respectivamente. De modo que, discursivamente, a cultura política é expressa, mais uma vez, por meio dessas marcações que servem para identificar a proximidade dos candidatos com aquele grupo religioso.

Por fim, o grupo 03, G3, *Irmã Manu*, *Miqueias*, *Irmão Belarmino do Povo*, *Irmão Ido*, *Algério*:

Grupo 03

Imagem 11 - Panfleto Miqueias



Imagem 12 - Panfleto Irmã Manu



Imagem 12 - Panfleto Algério



Imagem 13 - Panfleto Irmão Ido



Imagem 14 - Panfleto Belarmino



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>.
Acesso em: 05 de novembro de 2022.

O elemento visual que mais destoa em parte desse grupo, em comparação aos demais é, sem dúvida, a ausência de elementos como *projeto cidadania*, *um novo modo de agir*, bem como a ausência da logo desse projeto e a presença da logo dos partidos dos candidatos. Nessas marcações há um maior distanciamento dela.

Apesar de encontrarmos termos como *irmã*, *irmão*, *projeto cidadania um novo modo de agir*, e, em quase todos, a logo do projeto, há elementos que destoam dos presentes nos dois grupos anteriores. Como dito, nem todos os panfletos de divulgação possuem a logo do Projeto Cidadania, o da candidata *Irmã Manu* é exemplo disso. Além desse elemento, temos ainda a inserção do partido político dos candidatos, junto a menção à coligação que representam os demais partidos políticos que compõem a chapa em que estes candidatos a vereadores estão inseridos nas eleições de 2012.

Ademais, inferimos que a igreja manifestou seu apoio ativamente aos candidatos lançados pelo *Projeto Cidadania*. E esse momento foi permeado por um certo grau de unidade, justamente pelo fato de seus candidatos apresentarem os valores morais ali instituídos. Todavia, apesar da existência desse projeto, e de membros que exerceram cargos como vereador e deputado durante esses anos, a IEADPE, como dito antes, nega qualquer relação e conhecimento sobre esse. No entanto, nos anos de 2012 e 2014 foram distribuídos, na porta das igrejas, “santinhos” de divulgação de candidatos, os quais trazemos no presente trabalho.

Cultura política e a construção de um “Partido cidadania”

Havia, em geral, até as eleições presidenciais de 2018, um certo receio e distanciamento por parte de membros de igrejas pentecostais e neopentecostais, em relação às manifestações político-partidárias das comunidades evangélicas, principalmente, nos contextos de eleições. Essa participação se intensificava principalmente quando valores morais tornavam-se pauta nas campanhas políticas, de modo que podia ser observada uma participação mais ativa desses grupos.

Segundo apontamentos de Santos (2011, p. 10-29), isso ocorreria como consequência da falta de um debate interno e de uma forte rejeição à democracia, enquanto valor político, para as escolhas dos representantes por essa comunidade. Nesse contexto, a democracia, enquanto exercício cidadão, só seria o norte de escolha de candidatos quando concepções e ideologias deste grupo religioso fossem ameaçadas.

Isso se demonstra na construção das próprias gestões de algumas dessas igrejas, onde as estruturas de poder clerical são organizadas de forma centralizada. Esse modelo centralizador surge como uma forma eficiente de controle, verticaliza as decisões e atua como agente na produção e disseminação de um tipo de discurso que lhes é característico. Este, por sua vez, é concretizado em forma de uma ação substancial pela membresia das igrejas, levando, via de regra, a passividade e a sujeição nos processos decisórios de orientação política.

Para que compreendamos um dos motivos que geram isso, se faz necessária uma caracterização do tipo específico de público dessas comunidades, em especial da comunidade que trataremos de forma específica, a IEADPE. O pentecostalismo, segundo dados estatísticos do IBGE (2010), é a ramificação evangélica com maior índice e tendência de crescimento, se comparada às outras ramificações evangélicas.

Xavier (2019, p. 96-116) aponta que “Dentre os segmentos religiosos brasileiros, são os pentecostais os menos escolarizados. [...]. O pentecostal é o segmento que mais possui fiéis inseridos nas camadas mais pobres da sociedade”. Esses fatores socioeconômicos ao comungar com o modelo verticalizado de poder existente nessas instituições auxiliam, também, na reprodução e perpetuação dos discursos ali produzidos.

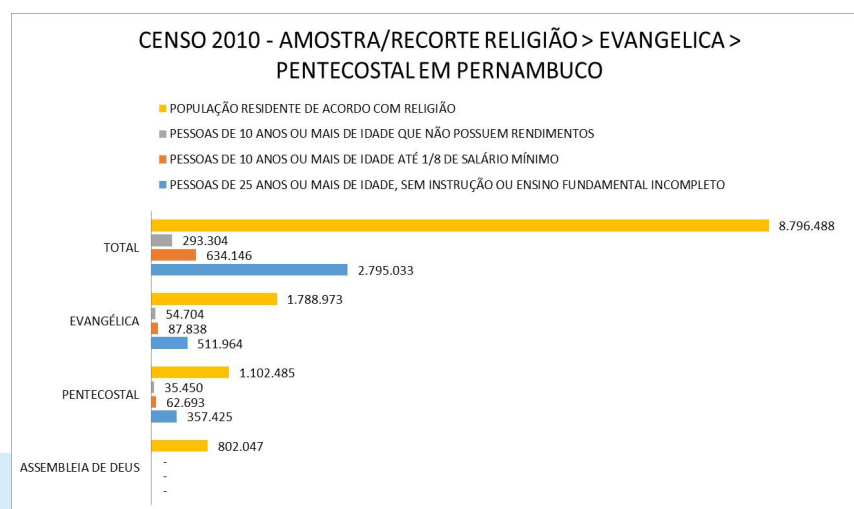
Podemos observar que a relação entre pobreza e falta de escolaridade também é aparente e presente no recorte espacial que circulavam os “santinhos”, nesse caso o Pernambuco. Segundo pesquisa do IBGE (2010), se comparado aos demais estados e religiões evangélicas do país, em Pernambuco, as igrejas pentecostais ocupavam os seguintes marcos:

Para “Pessoas de 10 anos ou mais de idade > sem rendimento” temos a 7º posição com cerca de 35.450; para “pessoas de 10 anos ou mais de idade > até 1/8 de salário mínimo” está a 4º posição com 62.693; ao falarmos do “Nível de instrução > sem instrução ou fundamental incompleto” temos a comunidade evangélica pentecostal de Pernambuco assumiria o 7º lugar nessa classificação com cerca de 357.425.

Isso, em uma população de cerca de 1.788.973 evangélicos, dos quais 1.102.485 são pentecostais e 802.047 são evangélicos pentecostais da Assembleia de Deus. Esses números colocam Pernambuco, na época da pesquisa, como sendo o quarto estado com maior número de fiéis “assembleianos” do país.

Abaixo temos um gráfico demonstrativo, construído a partir de dados coletados no sítio eletrônico do IBGE referente aos dados coletados em 2010, contendo o “censo 2010 - amostra/recorte religião > evangélica > pentecostal em Pernambuco”:

Gráfico 2



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados encontrados no IBGE, referente aos dados do IBGE do censo do ano de 2010.

Com isso, é possível pensar na produção e circulação de enunciados, a partir de uma perspectiva social e econômica. Pensemos, por exemplo, na IEADPE como uma instituição dotada de um poder centralizado e verticalizado, e que atua, também, como produtora e veículo para esse poder, a partir de um tipo específico de discurso. Esse discurso, seria o mecanismo para a produção de um tipo específico de cultura política, com valores arraigados no tradicionalismo e fundamentalismo da própria instituição. De modo que, o grupo dos interlocutores seria o conjunto de fiéis que, via de regra, possuiriam um menor nível de escolaridade e acesso à educação, estando ainda inseridos nas camadas econômicas mais baixas da sociedade.

Esses são apenas alguns dos elementos que convergem na construção do que pensamos ser parte da cultura política desse grupo. Isso porque, entendemos que a cultura política seria constituída por um conjunto coerente, dentro do sistema, de normas, valores, tradições, práticas e representações que circulam num ambiente histórico e cultural. E todos esses elementos estariam em estreita relação entre si. A junção disso, possibilitaria a existência de uma leitura comum e normativa do passado, agregando elementos que ora podem assumir cunho positivo ora negativo para a democracia como forma de manifestação do exercício político.

A partir dessa exposição, retornamos às nossas indagações: o projeto cidadania seria um partido? Funcionaria como um? Para que melhor possamos falar sobre, recorremos às ponderações de Berstein (2003, p. 57-98), sobre o conceito de partido e como se dá a sua construção, inserção e manutenção na teia do tempo. Os partidos surgem como uma espécie de lugar, um espaço onde opera uma mediação política. Nesse sentido, o campo da atividade humana, situado nos partidos políticos, corresponderia à esfera dos discursos e das representações.

Por sua vez, essas forças políticas são definidas como tendências construídas no interior dos grupos que dela fazem parte ou que aspiram ao controle do seu poder. Esse tipo de tendência recebe o nome de partido. Há, entretanto, associações que não se configuram como partidos políticos, se restringem a clientelas, grupos oligárquicos ou, como chamaremos aqui, *proto-partidos*.

Dito isso, somos direcionados a pensar sobre quais seriam os elementos que estabelecem uma distinção entre um partido e uma mera organização política. Berstein

(2003, p. 62-68,) pondera, a partir de pesquisas de estudiosos das ciências políticas, americanos, sobre os elementos que definem e caracterizam esse fenômeno. O autor aponta que são quatro as condições indispensáveis à existência dos partidos.

O primeiro deles se refere à duração no tempo. Aqui, temos a permanência de duração no tempo cronológico como a primeira característica que é constitutiva do partido. Além disso, é necessário que ele tenha uma duração relativa e independente, que se mantenha estável por gerações, se tornando autônoma em relação à pessoa, ou à instituição que o gerou. A respeito disso, no nosso caso, apesar da ideia de um projeto político que represente o público evangélico das IAD's estar sendo pensado pela CGADB, como vimos anteriormente, desde o início do século XXI, o projeto da IEADPE, além de ser expresso apenas em meados de 2010, não perdurou muito tempo, haja vista que em meados de 2015/2016 os esforços para desconstrução e ruptura desse projeto pela I.E começam a ser organizados, minando sua perpetuação sua possível caracterização enquanto partido político.

O segundo aspecto é a *extensão no espaço*. Esse elemento pressupõe uma organização hierárquica do poder. No caso estudado, tanto o poder quanto o discurso circulante das I.Es se manifestam de forma vertical, carismática e arbitrária. Como visto nos capítulos anteriores, o que temos é uma espécie de *democracia liberal* que, em relação ao exercício da democracia em seu âmbito geral, se configura como prática antidemocrática. Entretanto, apesar de haver uma extensão nacional e relação com as estruturas locais, o *projeto cidadania*, embora inspirado nos ideais da CGADB, foi um caso isolado ao estado de Pernambuco. Essa característica é mais um elemento que excluiria a possibilidade de concepção desse projeto como um partido político.

A terceira característica é apresentada como a *aspiração ao exercício do poder*. Aqui, o desejo de exercício do poder é tão forte que acaba extrapolando condições preestabelecidas e por vezes entrando em contradição. Em relação ao nosso objeto isso é desenhado, em até certa medida, nas relações de gênero. Isso é visível no sentido de que nessa estrutura as mulheres não poderiam exercer os mesmos cargos eclesiásticos, ou cargos equivalentes, aos que são exercidos pelos homens, por exemplo.

Ao invés disso, elas teriam as funções de *regente de corais, dirigente de círculo de oração e professoras das escolas dominicais*. Essas *funções* se diferem das que recebem o status de cargos *ministeriais*, divididos em Auxiliar, Diácono, Presbítero, Evangelista e Pastor. Desse modo, seguindo a lógica desse sistema, as mulheres não ocupam um lugar hierárquico de liderança que se coloque em igualdade com os homens.

O ponto chave que queremos chegar é que, mesmo que a estrutura organizacional dos cargos da IEADPE seja estabelecida através de relações de poder simbólicas pautadas nas relações de gênero socialmente construídas através do sexo biológico, de maneira estrutural, a igreja não excluiu as mulheres da participação no projeto cidadania. Aqui, a *aspiração ao exercício do poder* ocorre de maneira tão centrada que faz uso de formas táticas para burlar essa normativa baseada nas relações de gênero. E, em decorrência disso, houve eleição de vereadoras evangélicas no estado de Pernambuco para o legislativo, das quais destacamos quatro: Irmã Aimee no município de Recife – PE, irmã Irmã Babate em Jabotão dos Guararipes – PE, Irmã Sônia em Ribeirão – PE e irmã Manu em Vitória de Santo Antão – PE.

Por fim, a última forma composicional constituinte do partido é demarcada pela *vontade de buscar apoio da população*. Essa condição é indispensável para a existência do critério anterior. E é aqui que se faz perceptível uma espécie de chamamento, de construção de uma identidade própria à ao grupo. É aqui onde a *cultura política da democracia liberal* se manifesta mais nitidamente. É nesse conjunto de ideologias e enunciados axiologicamente organizados que podemos perceber como as representações metaforicamente organizadas da realidade social concreta constituem parte das práticas ordenativas dessa *cultura política* que nesse trabalho nos esforçamos para pesquisar, detalhar, resumir e comunicar. A construção desse apoio perpassa, por vezes, a ideia de uma *defesa da moral e dos bons costumes*, a *defesa da família*, a *defesa da inocência das crianças*, o *combate ao pecado* e, até mesmo, a *ameaça comunista*, recorrente desde meados do das décadas de 1920 e 1930, com o apogeu da revolução Russa, em nível internacional, e com o golpe desferido por meio do plano Cohen em escala nacional.

Considerações finais

Observou-se, através da problematização da existência do *projeto cidadania*, como se deram as manifestações político-partidárias em panfletos de divulgação de candidatos da IEADPE, no estado de Pernambuco, fenômeno ocorrido nas eleições para Deputado Estadual, Federal e para vereadores entre os anos de 2010 a 2016. Usamos como fonte panfletos de divulgação de candidatos. Essas fontes, bem como as demais que foram coletadas para esta pesquisa estão também conservadas e disponíveis, também, em forma digital na matéria Projeto Cidadania da IEADPE lança campanha "A igreja contra a corrupção". Como boa parte do material que estava disponível foi

apagado das mídias digitais, consideramos que deter nossos esforços para a tecer discussões que envolvem os usos da memória, do processo de silenciamento de uma memória específica e da construção de uma memória oficial em relação a existência ou não existência do projeto cidadania, se constitui elemento importante à pesquisa.

Além disso, estabelecendo uma breve relação entre *esfera da atividade humana*, *gênero do discurso* e suporte podemos observar as condições de produção e disseminação discursiva. Observamos, por exemplo, descumprimento às leis que regulamentam a propaganda e veiculação política; a não uniformidade no uso dos elementos simbólicos que referenciam ao projeto; e o distanciamento/rejeição aos elementos identitários e identificadores de outros partidos, como o *slogan*, a *coligação* e o próprio nome do partido.

A condição de disseminação desse discurso político em forma de panfletos de divulgação causa mais estranhamento se relacionados à esfera da atividade humana em que foram circulantes. Boa parte do material impresso era distribuído após o encerramento dos cultos religiosos, nas portas das igrejas, ou em redes sociais de pessoas que exerciam algum cargo no corpo clerical. Com isso, o discurso de orientação política pode ser incorporado ao discurso religioso, sendo facilmente assimilado e reproduzido por integrantes daquela esfera de sociabilidade humana.

O projeto cidadania, um projeto de partido político, materializado nesses discursos acaba por estabelecer uma inter-relação entre essas duas esferas, a do culto religioso e a da campanha político/partidária. Esse fenômeno, mesmo que movido e pressupondo a necessidade de manutenção democrática, compreende o poder dentro de um partido, ou grupo político, como atrelado a uma oligarquia, uma minoria dominante, ainda mais se levarmos em conta a forma centralizada e verticalizada do poder e da liderança nas igrejas pentecostais. Com isso, o poder permanece fechado, o partido não pode abrir mão de uma organização, mas ao mesmo tempo esta organização mantém uma oligarquia que confisca o poder em seu benefício próprio.

Por fim, entendemos que esse sistema fechado em forma de *oligarquia*, fundamenta a compreensão de uma ideologia expressa e presente na cultura política de determinado grupo/partido político. Por sua vez, define, por exemplo, valores, discursos, e a construção de uma identidade nas relações concretas de enunciação.

Nesse sentido, proporciona ao grupo uma leitura ampla e comum dos acontecimentos que perpassam o tecido social, bem como exerce sua funcionalidade quanto espaço de expressão e disseminação dessa leitura comum e dos valores e, com

isso, organiza o conjunto de crenças que é comum aos membros do grupo. Essa expressão de uma cultura política própria ao grupo e ao projeto cidadania pode ser percebida sendo expressa por um sistema de referências que fazem parte do campo axiológico de significado para aquele grupo, como vimos, por exemplo, nos elementos não textuais e nas frases “Pela bênção dos justos a cidade é exaltada” e “*projeto cidadania um novo modo de agir*” constituintes dos panfletos de divulgação de candidatos.

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto Cidadania AD Brasil é debatido em fórum na Assembleia Legislativa*. São Paulo, 22 de fevereiro de 2013. 2013. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=332844>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

BAKHTIN, Mikhail. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 393-410.

BAKHTIN, Mikhail. Os Gêneros do Discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BERSTEIN, Serge. A Cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Para uma história cultural*. Tradução de Ana Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 349-363.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Tradução de Dora Rocha v. 2, p. 57-98, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. *Estabelece normas para as eleições*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 set. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm. Acesso em: 08 de junho de 2021.

DEMOGRÁFICO, IBGE Censo. *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. 2012. 2010.

FERNANDES, R. *Movimento Pentecostal, Assembleia de Deus e o estabelecimento da educação formal*. Piracicaba: UNIMEP, 2006.

HALBWACHS, Maurice. Memória Individual e Coletiva. In: *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

G1. *MPPE apura denúncia de "rachadinha" de salários de servidores entre pastor, deputado estadual e vereadora do Recife*. Pernambuco, 22 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2019/09/22/mppe-apura-denuncia-de->

[rachadinha-de-salarios-de-servidores-entre-pastor-deputado-estadual-e-vereadora-do-recife.ghtml](#). Acesso em: 05 de novembro de 2022.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 02, n.3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Infelizmente somos congregacionais”: Democracia, ecumenismo e cultura política no protestantismo brasileiro. *Revista perspectiva histórica*, v.1, p. 10-29, 2011.

TELES, Moab. *Projeto Cidadania da IEADPE lança campanha "A igreja contra a corrupção"*. Blogspot, 2012. Disponível em: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

XAVIER, L. ELEIÇÕES 2018 E OS VALORES CRISTÃOS NA ESCOLA DOMINICAL. *INTERAÇÕES*, v. 14, n. 25, p. 96-116, 2 ago. 2019.

Artigo recebido em 24/01/2023

Aceito para publicação em 14/07/2023

O QUE AS PENAS DAS AVES NOS CONTAM SOBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO? Globalização e Trabalho das Mulheres Tupis no Século XVI

WHAT DO THE BIRD FEATHERS TELL US ABOUT SÃO PAULO HISTORY? Globalization and Tupi Women's Labor in the Sixteenth Century

Pedro Henrique do Vale BRASIL¹

Resumo: Este artigo defende a agência histórica das mulheres tupis-guaranis através da interpretação de crônicas, mapas e pinturas. Estudando essas representações, reflito sobre a cultura material no que tange ao aproveitamento das penas das aves sul-americanas, especialmente pelas mulheres tupis. Nesse sentido, tanto as aves quanto as mercadorias de origem animal eram itens muito utilizados nas trocas entre europeus e populações nativas durante o século XVI. Localiza-se a capitania de São Vicente, na América portuguesa, como ponto focal do comércio de animais e mercadorias de penas na porção meridional continental. Por outro lado, baseando-me em pesquisas recentes, destaco a participação das mulheres indígenas nas relações de trocas, na produção de mercadorias e no amansamento das aves.

Palavras-chave: Mulheres Tupis, Cultura Material, Aves, Penas, Século XVI.

Abstract: This paper discusses the historical agency of Tupi-Guarani women through the interpretation of chronicles, maps, and paintings. Studying these representations, I reflect on the material culture regarding the use of feathers of birds of the South American fauna, especially by Tupi women. In this sense, local birds and animal goods were highly used in exchanges between European and native peoples during the sixteenth century. It was established at San Vicente in Portuguese America as the focal point of the commerce of animals and feather goods in the southern portion of the continent. On the other hand, based on recent research, I point out the participation of indigenous women in exchange relations in producing goods and dismantling the birds.

Keywords: Tupi Women, Material Culture, Birds, Feathers, Sixteenth Century.

Introdução

Os povos denominados tupis-guaranis que os europeus encontraram no sul da América a partir do final do século XV, possuíam uma estrutura social, plástica e fluida, caracterizada pela associação entre a natureza e suas divindades (Viveiros de Castro,

¹ Mestre em História Moderna pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. E-mail: pedrobrasil@id.uff.br.

1986, p. 115). Através da sua conhecida tese, *Araweté: os deuses canibais*, Eduardo Viveiros de Castro estudou a maneira como tais populações indígenas se relacionavam com grupos e indivíduos externos, e como integravam os estrangeiros às suas comunidades de origem.

Nesse sentido, o autor destaca o papel histórico das mulheres tupis na ambientação e adaptação dos cativos (prisioneiros de guerra) e animais (considerados “de estimação”) que eram introduzidos no cotidiano das aldeias. De acordo com Viveiros de Castro, analisando os povos tupinambás durante o século XVI, “desde a sua entrada na aldeia, o inimigo ficava subordinado à esfera feminina”, comenta sobre os cativos. Ademais, as mulheres tratavam os cativos semelhante às aves que criavam, como araras e papagaios, nomeando ambos pelo termo *xerimbabos* (Ibid., p. 661). Segundo o autor, para os indígenas yawalapití, presentes na região do Alto Xingu, de origem arwak,

Kutipira [...] significa tanto ‘ave’ quanto ‘xerimbabo’ [...]. A relação entre os *kutipira* e seus donos é formulada no idioma da filiação, um xerimbabo é criado e alimentado pelo dono como um filho pelos pais. Alguns mitos contam como pássaros defuntos ajudam viajantes ao céu, em retribuição aos cuidados que receberam na terra. A relação persiste, assim, após a morte, visto que o céu é dos pássaros e das almas (Viveiros de Castro, 2002, p. 52).

Tanto cativos quanto animais eram componentes das sociedades tupis-guaranis, convertendo-se em importantes mercadorias a partir das relações com os europeus. Cativos destinados aos rituais (pessoas externas) e animais (por vezes, externos também) integravam-se às comunidades indígenas através das mulheres.

A exemplo das aves, cito o artigo escrito por Felipe Vander Velden sobre as galinhas domésticas levadas por Cristóvão Colombo para as Antilhas, em 1493, mas também, por Pedro Álvares Cabral, na esquadra que aportou em Porto Seguro em 1500. Na costa do Brasil, elas foram rapidamente criadas pelas mulheres tupis nas comunidades costeiras que comercializavam com mercadores. Embora as populações indígenas não controlassem a reprodução dessas aves, assim como faziam os europeus, trocavam galinhas por mercadorias (Vander Velden, 2012, p. 114).

Segundo Viveiros de Castro, as sociedades de origem amazônica, dentre as quais as populações tupis-guaranis e arwak, costumavam se casar politicamente, estabelecendo laços econômicos e de parentesco. Aliados mudavam constantemente de posição, de acordo com seus interesses, tal como animais, plantas, espíritos e divindades

influenciavam nas alianças entre aldeias (Viveiros de Castro, 2000, p. 14). Ressalto os interesses comerciais que detinham os povos tupis-guaranis ao participar do mercado global, conforme os estudos de Elisa Garcia sobre os primeiros contatos, tais populações indígenas não estavam necessariamente despreparadas para a globalização. Além disso, se propuseram a trocar conhecimentos e mercadorias com variados grupos de europeus na costa atlântica (Garcia, 2021, p. 114).

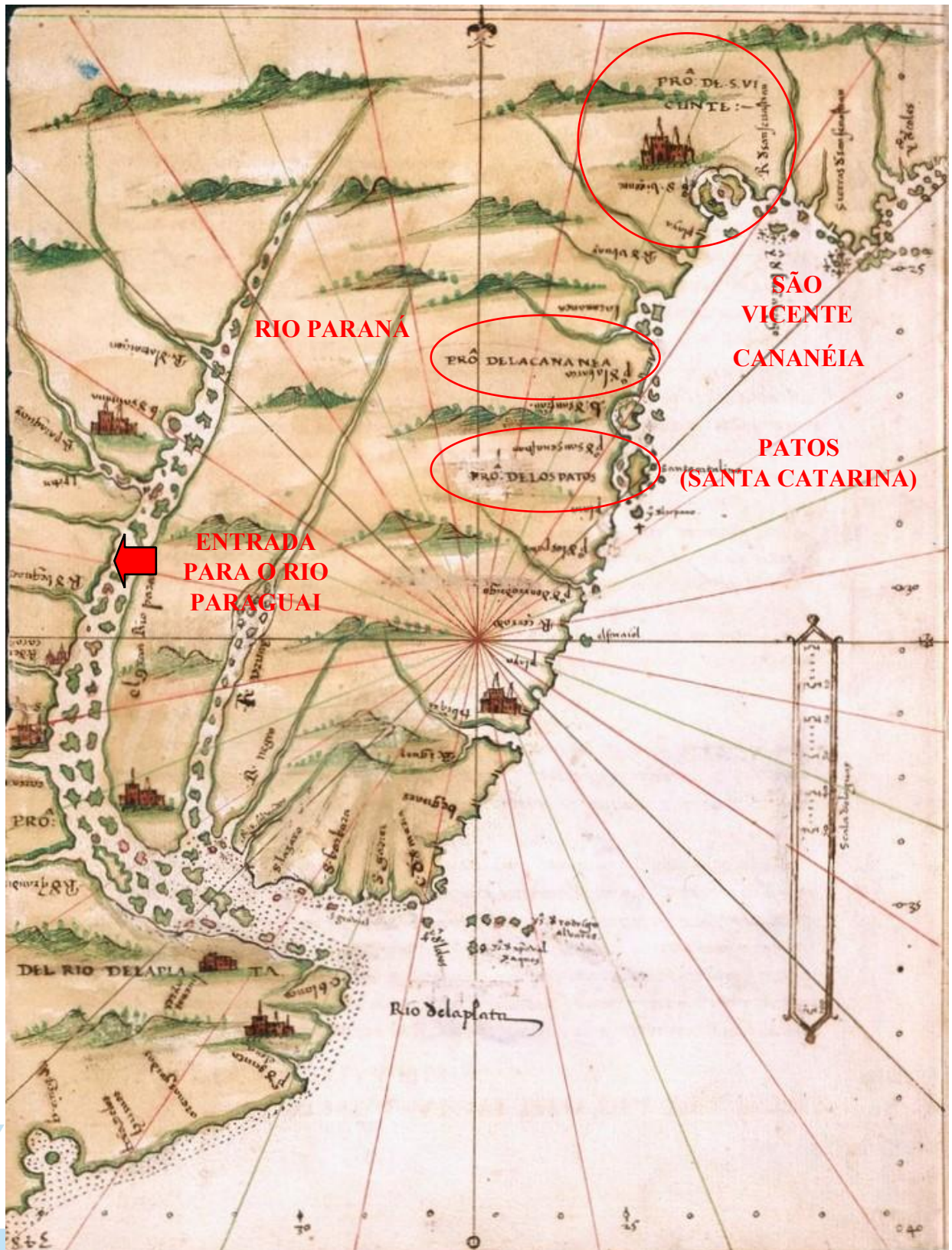
A família linguística tupi-guarani, que nomeou tais povos perante os europeus, se destacava na América do Sul pela “notável expansão territorial sobre a qual eram distribuídas suas línguas” (Rodrigues, 1986, p. 32). Segundo Aryon Rodrigues, durante o século XVI, as línguas originárias do tronco linguístico tupi-guarani eram faladas em toda a extensão do litoral oriental do Brasil (tupi) e na bacia do rio Paraná (guarani).

O tráfico de animais silvestres provenientes da Mata Atlântica, localizada próxima ao litoral, levados à Europa, foi intenso nesse período inicial da globalização. O tráfico de indígenas escravizados, principalmente por portugueses e espanhóis, também. Há reconhecidos trabalhos na historiografia que abordam o tema do comércio concomitante de aves tropicais e cativos indígenas para o continente europeu. Esses trabalhos eu citarei mais à frente no desenvolvimento do texto.

Como objetivo deste artigo, no entanto, destaco a íntima relação entre o comércio de animais e a história do trabalho das mulheres tupis. Além de amansarem as aves, me pergunto até que ponto elas não passaram a manufaturar mercadorias de penas desses pássaros para trocar com mercadores em São Vicente durante o século XVI? Com efeito, utilizo como fontes, as crônicas de viajantes, assim como mapas e pinturas, para criar hipóteses sobre essa questão. A partir das informações contidas nas fontes produzidas pelos europeus, cruzo-as com a cultura material dos povos tupis-guaranis. Nesse sentido, os dados históricos corroboram a tese da associação entre as mulheres e as aves locais em um sentido cultural, capaz de influenciar a economia dessas sociedades.

O extenso litoral sul da capitania de São Vicente: domínio dos povos guaranis

Figura 1 - Mapa impresso de Alonso de Santa Cruz



Fonte: “Islario general de todas las islas del mundo” (1541).

Alonso de Santa Cruz, tesoureiro da expedição do capitão Sebastián Gaboto (1526-1530), cartografou a ideia de que a entrada à bacia do Prata dava-se através de São Vicente, no espaço que visitou entre 1527 e 1530. No entanto, sua obra *Islario general...* compôs um projeto mais amplo em reunir conhecimentos sobre história e geografia durante o século XVI, segundo Heloisa Gesteira. Conforme escreve a autora, Alonso de Santa Cruz valoriza as viagens globais, representando todas as ilhas conhecidas pelos europeus em roteiros e mapas, inclusive a região dos Patos, que o capitão Gaboto batizou como Ilha de Santa Catarina (Gesteira, 2021, p. 41).

O mapa de Alonso de Santa Cruz, publicado em 1541, revela a capitania de São Vicente e o rio Paraná como importantes vias de trânsito para as incursões dos europeus entre os domínios ibéricos no sul da América. Chama a atenção para a extensa faixa litorânea que se estendia dos atuais estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Através do mapa, observa-se o território do litoral sul da antiga capitania delimitado entre os atuais municípios de São Vicente e da Cananéia.

A obra do geógrafo contém passagens que elucidam a dependência dos europeus em relação à caça e à pesca realizadas pelos indígenas carijós, na Cananéia e nos Patos, com os quais obtinham alimentos. Conforme escreve Alonso de Santa Cruz,

[...] dentro do porto de São Vicente, existem duas ilhas grandes habitadas por indígenas desde a banda oriental até a ocidental, onde ficamos por mais de um mês. Na banda ocidental, os portugueses têm um povoado chamado São Vicente, que possui de dez a doze casas [...] e uma torre para se defender dos índios. Em tempo de necessidade, estão providos de coisas da terra [...] nessas duas ilhas têm meios para criar porcos, assim como grandes pescarias de bons pescados (ONU, “Islas into a las provincias de San Vicente i Cananea i Río de la Plata”, p. 346).

Percebemos que nessa região sul da capitania, os povos guaranis manejavam os recursos naturais necessários para a sobrevivência dos mercadores. De acordo com a tese de Tiago Bonato, em análise das cartografias produzidas no século XVI, as percepções dos europeus construíram a ideia da bacia do Prata através de uma noção da fronteira entre os rios Paraná e Paraguai. As fronteiras imperiais, segundo o autor, eram fluidas e delineadas conforme a circulação dos povos tupis-guaranis no sul da América (Bonato, 2019, p. 205). Destaco, na passagem escrita por Alonso de Santa Cruz, que embora a caça e a pesca fossem atividades no geral concentradas pelos homens, o

preparo dos alimentos remete ao trabalho doméstico e à história das mulheres indígenas. Veremos mais à frente.

Descolonizando o pensamento: em busca das mulheres tupis nas pinturas históricas

Figura 2 - Óleo sobre tela de Benedito Calixto.



Fonte: *Fundação de São Vicente*, 1900.



Detalhe aproximado da pintura com a nitidez aguçada.

Martim Afonso de Sousa fundou a vila de São Vicente em 22 de janeiro de 1532, com auxílio dos caciques Tibiriçá, Caiubi e Piquerobi. A pintura acima foi obra de

Benedito Calixto (1853-1927), sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, inaugurada no dia 31 de maio de 1900, em comemoração ao *IV Centenário do Descobrimento do Brasil*. Tal festim contou com a participação de importantes artistas e intelectuais na época, como o historiador José Capistrano de Abreu, o escritor Machado de Assis, o poeta Olavo Bilac e o jurista Rui Barbosa. Segundo Marcelo Wanderley, o evento tinha como intenção popularizar o passado, o presente e o futuro do país, relacionando diferentes tempos históricos (Wanderley, 1997, p. 87).

No entanto, a pintura *Fundação de São Vicente* foi encomenda da *Sociedade Comendadora*, em 1898, e há fortes indícios de que estava sendo planejada anteriormente por Benedito Calixto. O artista teria, portanto, visto no evento do “*Quarto Centenário*”, a oportunidade de ter visibilidade ao expô-la no Museu Paulista (Polidori, 2019, p. 10). Segundo Eduardo Polidori, que estudou a fundo a pintura e a sua relação com o evento, as elites de Santos e São Vicente não estavam preocupadas em competir com a comemoração do governo federal, no Rio de Janeiro, ou se quer com outras capitais. Um dos seus principais objetivos era reforçar a participação local na história colonial paulista (*Ibid.*, p. 5-7).

Voltando ao tema do século XVI, indicado na pintura, Benedito Calixto representou o pacto fundador entre portugueses e tupis sobre a construção da primeira vila portuguesa no sul da América que, em 1534, originou a capitania de São Vicente. Chama a atenção para o fato de se tratar de uma reunião de homens e do pintor esquecer de representar as mulheres nativas, supondo-as ausentes nesse contexto.

Na verdade, tais mulheres foram os pilares na construção da sociedade colonial. José Carlos Vilardaga lembra que: 1 - Salvador Pires, um dos fundadores da vila de São Paulo na década de 1550, se casou com *Mécia Açu*, batizada como *Mécia Fernandes*, filha do cacique Piquerobi; 2 - Domingos Luís, o “Carvoeiro”, casou-se com *Ana Ramalho*, bisneta de João Ramalho com uma das filhas de Tibiriçá que o autor não cita. Pode ser *Bartira* (Vilardaga, 2014, p. 97-98). 3 - Já o capitão Jerônimo Leitão, junto a uma mulher nativa, teve um filho chamado Simão Leitão (*Ibid.*, p. 107).

Silvana Alves de Godoy cita que: 4 - Pedro Dias, um leigo jesuíta que veio para a América portuguesa, deixou a Companhia de Jesus após casar-se com *Terebê*, outra filha de Tibiriçá, batizada *Maria da Graça*; 5 - Lopo Dias, vereador da câmara da vila de São Paulo no século XVI, casou-se com *Beatriz*, não sabe-se era filha ou neta de Tibiriçá. Desse modo, a autora discute como na capitania de São Vicente, ocorreu a geração de uma elite mameluca que também compartilhava os poderes locais (Godoy,

2016, p. 93-97). Segundo Elisa Garcia, o poder local das mulheres descendentes dos caciques Tibiriçá e Piquerobi, como Mécia Açu, Teberê e Beatriz, além da personagem central que estuda, chamada Bartira, explica o modo como seus maridos portugueses e filhos mamelucos tornaram-se os principais articuladores do tráfico de escravizados (Garcia, 2020, p. 37).

Até a década de 1530, segundo Nancy van Deusen, grande parte dos cativos indígenas traficados para a Europa não continham documentos legais relacionados ao seu cativeiro. Devido a falta do rigor das leis contra a escravidão indígena em Portugal, geralmente os portugueses traficavam escravizados dos portos de Lisboa ou diretamente de São Vicente para Sevilha, no reino de Castela. Em Sevilha, vendiam os cativos ilegalmente, mesmo após a restrição dessa prática nas *Leys Nuevas* promulgadas pelo imperador Carlos V, em 1542 (Deusen, 2015, p. 69-102).

Construindo a sociedade colonial: questões de gênero no trato com o ferro e a madeira

Que a sociedade colonial era uma sociedade da madeira é um fato inegável, até um truísmo. Quase toda a imagem mental que forjemos do cotidiano dessa sociedade terá, em seu substrato mais sutil, diversos elementos materiais cuja arqueologia leva-nos a um inexorável ponto de partida: a árvore. De seu corpo, ironicamente, necessitava-se até mesmo para produzir o próprio instrumento de sua debelação – o machado (Cabral, 2012, p. 64).

Anteriormente à década de 1530, a exploração da árvore pau-brasil era exclusivamente para fins da exportação de madeira para a Europa. De acordo com a brilhante tese de Diogo de Carvalho Cabral, as madeiras da Mata Atlântica passaram a ser utilizadas como combustível e oleoduto após a vinda de Martim Afonso de Sousa, fundador da capitania de São Vicente, em 1531. Além disso, a madeira ajudava os mercadores a produzir a biomassa necessária para a construção das embarcações e para o escoamento das mercadorias exportadas, como o açúcar e o pau-brasil (Ibid., p. 84). Desse modo, o autor destaca o investimento colonial no setor da construção naval, responsável por fomentar a devastação das florestas litorâneas e tropicais.

Stuart Schwartz explica que a obtenção de instrumentos de ferro entre os homens tupis ligava-se aos interesses dos indígenas pois, com o ferro, cortavam a madeira mais rápido, sobrando mais tempo para a realização dos seus rituais (Schwartz, 1988, p. 45). No livro *Segredos internos*, estudando a construção dos engenhos de

açúcar no Nordeste colonial, Schwartz conclui que o papel da agricultura entre os povos tupis era tradicionalmente feminino, o que justifica como um dos fatores culturais relacionados ao desgaste da escravidão indígena. Segundo o autor, os portugueses supunham aos homens, caçadores e pescadores, à agricultura masculina, quando na verdade, era uma função designada por mulheres. No entanto, o efeito das doenças europeias no sistema imunológico das populações indígenas teria sido o principal fator da substituição pela mão-de-obra africana (*Ibid.*, p. 40-56).

Pensando a questão do gênero na construção da sociedade colonial de Tucumán, na província do Paraguai, durante o século XVIII, Ramora Zeimundi produziu uma análise concisa sobre a importância do papel das mulheres indígenas para a produção doméstica. Segundo a autora, as mulheres locais manufaturavam panos, doces, velas, sabões e graxa, retiravam sebo do gado, ademais, plantavam, colhiam e cozinhavam alimentos no geral, mercadorias e práticas essenciais para a cultura material e vida cotidiana em Tucumán (Zamora Reimundi, 2004, p. 104-105).

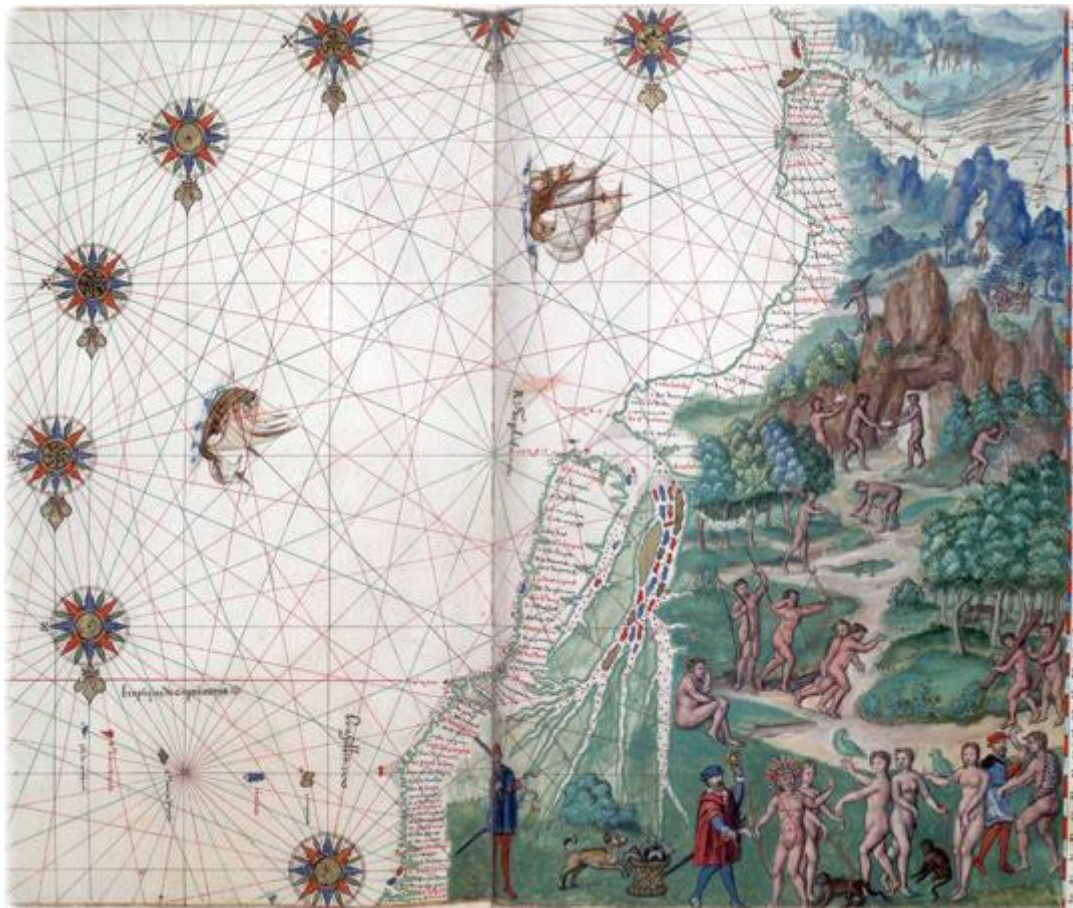
No entanto, a virada de paradigma se dá com o livro publicado por Susan Sleeper-Smith em 2018, intitulado *Indigenous prosperity and American conquest*. Nele, a autora defende uma maior participação das mulheres indígenas sobre as relações de trocas. Sleeper-Smith destaca o interesse das mulheres nativas em comercializarem com espanhóis e franceses no vale do rio Ohio, na região da Nova França (atual Canadá), nas fronteiras da América do Norte durante o século XVIII. Segundo a autora, elas passaram a trocar as peles de pequenos mamíferos que manufaturavam, por mercadorias que as interessavam, sobretudo objetos de ferro que utilizavam no ambiente doméstico, obtendo ganhos econômicos. Em suas palavras: “*When European traders arrived, women likely demanded the incorporation of iron tools and cooking utensils into the exchange process*” (Sleeper-Smith, 2018, p. 31).

Entendendo que as mulheres participavam das relações de trocas, a autora também destaca a produção de mercadorias de origem animal e vegetal, como as peles de animais e os mantos de algodão. O algodão, por outro lado, está ligado à permanência da escravidão indígena nas sociedades de São Paulo e do Paraguai. Tratava-se de uma importante moeda de troca utilizada nas relações comerciais com os povos tupis-guaranis, item majoritariamente produzido pelas mulheres indígenas. Assim como no vale do rio Ohio, estudado por Sleeper-Smith, as sociedades tupis-guaranis também contavam com plantações de algodão cultivadas pelas mulheres locais (Alcântara Machado, 1980; Monteiro, 1994; Vilardaga, 2014).

Priorizando a leitura dos livros citados, considero que algo semelhante ocorreu no sul da América, ou seja, os contatos entre europeus e mulheres tupis-guaranis favoreceram as trocas de mercadorias produzidas por elas localmente, no século XVI, como os mantos de algodão. Por sua vez, os mantos produzidos das penas de aves também passaram a interessar bastante ao mercado global, chamando a atenção dos mercadores franceses que passaram a se relacionar com as mulheres nativas nas Américas do Norte e do Sul.

O litoral norte da capitania de São Vicente: comércio, mulheres tupis e representações

Figura 3 - As mulheres tupis nos mapas quinhentistas



Fonte: *Atlas Vallard*, 1547.



Detalhe aproximado do mapa com a nitidez aguçada.

Figura 4 - Comércio de macacos e aves tropicais para a Europa na época moderna



Fonte: *Arch of the Mint*, 1635.

O litoral norte que pertencia à capitania de São Vicente englobava os atuais estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nessa região, não foram apenas os portugueses que se relacionaram com sujeitos indígenas. Paulatinamente, grupos nativos que residiam na costa litorânea, com destaque aos povos tupis, aproveitaram-se das relações com os mercadores europeus para se beneficiarem economicamente das trocas. Dessa forma, os indígenas passaram a comercializar também com flamengos (dos Países Baixos) e com franceses, pois estavam interessados na circulação de mercadorias trazidas da Europa, fomentando redes de trocas e o desenvolvimento do mercado global (Almeida, 2013; Garcia, 2021).

Analisando os povos tupis que os europeus se relacionaram na Baía de Guanabara, Maria Regina Celestino de Almeida demonstrou que os indígenas tamoios alternavam suas alianças entre portugueses e franceses, conforme as circunstâncias históricas e seus interesses particulares (Almeida, 2013, p. 189). Dessas relações, nos restaram um conjunto de pinturas particularmente importantes por demonstrar o comércio de animais nativos traficados para a Europa Central.

Em estudo organizado por Renate Pieper, dentre outros autores, constata-se que o comércio de macacos e papagaios fez parte da rede de trocas transatlânticas e do processo de globalização, bem como da literatura histórica produzida na Europa durante a época moderna (Pieper *et al.*, 2019, p. 3-5). Por exemplo, a pintura *Arch of the Mint*, de autoria de Peter Paul Rubens (1577-1640), foi presenteada ao Cardinal Infante, Ferdinand de Portugal e Espanha, em 1635. Produzida na Antuérpia, a pintura elucida o comércio realizado entre europeus e indígenas tupis no sul da América (Ver fig. 4). De fato, Peter Paul Rubens (1577-1640) se insere na alçada de pintores renascentistas, especialmente provindos da Antuérpia, na região dos Flandres, imbuídos em representar pássaros da fauna sul-americana. Outros pintores que se alçaram nessa perspectiva, foram Frans Snyders (1579-1657) e Jan Fyt (1611-1661), conhecidos pelas pinturas nomeadas *Concert of Birds*.

Conforme escreve Surekha Davies, existe uma íntima relação entre as representações das cartografias renascentistas e as disputas dos impérios europeus. Comparando o *Atlas Vallard*, estudado pela autora, com a pintura de Paul Rubens, deduz-se que há uma clara intenção dos cartógrafos e pintores na Europa Central em demonstrar as redes de comércio desenvolvidas no “Novo Mundo”. Dessa forma, chamavam a atenção dos mercados europeus ao continente e seus habitantes nativos

(Davies, 2016, p. 126-132). Por outro lado, o mapa datado de 1547, presente no atlas, sugere a participação das mulheres tupis no comércio de animais (Ver fig. 3).

A favor dos portugueses, a expedição de Fernão de Noronha rumo a Cabo Frio, em 1511, rendeu ao capitão cerca de cinco mil toras de pau-brasil, trinta e cinco cativos indígenas, além de certo número de animais nativos (Marchant, 1943, p. 45-46). Em 1530, a expedição do veneziano Sebastián Gaboto rumo à baía do Prata, já citada, retornou à Castela com cerca de cinquenta a sessenta cativos, dentre homens e mulheres de origem guarani. Mas também, o capitão possuía um papagaio, alegando para o Tribunal de Sevilha tê-los adquirido em São Vicente, conforme o processo estudado por Toribio Medina (Medina, 1908, p. 249-250).

A favor dos franceses, existem as crônicas de Hans Staden e de André Thevet. Staden permaneceu cativo dos povos tamoios durante nove meses em Ubatuba, município localizado no atual estado de São Paulo, na divisa com Paraty, no estado do Rio de Janeiro. Em 1557, quando publicou a crônica *Warhafitge Historia*, Staden descreveu práticas que os franceses desenvolveram através da experiência histórica com os povos tupis, em destaque às mercadorias que obtinham e trocavam com eles. Destacam-se o pau-brasil, a pimenta e animais silvestres. De acordo com Staden,

[...] um navio francês chegou num porto a cerca de oito milhas de Ubatuba, que os portugueses chamam Rio de Janeiro e os selvagens, de Niterói. Lá, os franceses costumavam carregar pau-brasil. Num barco chegaram também em nossa aldeia, e, com os selvagens negociaram pimenta, macacos e papagaios (Staden, 1998, p. 50).

Ao narrar sobre um sujeito francês que não o ajudou a sair do cativo, nomeado como *Cariatá-uára*, Staden afirma que o homem estava em busca de pimentas e penas, itens utilizados nas trocas com as populações locais (*Ibid.*, cap. 35). Deduzimos que as penas das aves eram ensejadas pelos povos tupis, à medida em que passaram a ser utilizadas também pelos europeus na capitania de São Vicente.

O frade franciscano André Thevet, por sua vez, publicou a crônica *Singularités de la France Antarctique*, também em 1557, referindo-se à França Antártica, projeto cujos franceses tentaram estabelecer na Baía de Guanabara. Para Thevet, as mulheres tupis amansavam certas aves, ensinando-as a repetir palavras e a pedir farinha em seu idioma local. Ele faz uma comparação entre as aves locais e os “verdelhões” da França, revelando sua perspectiva em introduzir os pássaros da fauna sul-americana no mercado europeu. Nesse sentido, Elisa Garcia observa que Thevet colecionava itens que obtinha

com sujeitos tupis, como tacapes de madeira e mantos feitos de penas de aves, até hoje localizados em acervos de museus na França e na Dinamarca (Garcia, 2021, p. 127).

Escreve o cronista que as “índias”,

[...] especialmente, criam algumas aves, semelhantes, em tamanho e cor, aos verdelhões de França; têm-nas em tal estima que lhes chamam, na língua nativa, de seus amigos. Demais, lhes ensinam-lhes a falar, isto é, a pedir farinha (da que se faz com raízes), ou, então, a incitar os homens à guerra, a fim de aprisionar inimigos e, depois, devorá-los. E outras coisas mais (Thevet, 1944, p. 293)

A favor das mulheres tupis, tanto as representações contidas nas crônicas quanto as pinturas indicam que elas amansavam animais, como macacos e papagaios, que passaram a trocar com europeus por mercadorias de vidro, como espelhos, mas principalmente por ferro (Rever fig. 3). Como vimos, esses instrumentos de ferro podiam ser usados por elas para a agricultura e para a produção doméstica.

Elisa Garcia lembra ainda que, tanto visualmente quanto na escrita, os franceses costumavam associar às mulheres tupis ao comércio de macacos e papagaios, utilizando como exemplo as figuras publicadas no livro de François Deserps, em Paris, em 1567. Nelas, enquanto o homem tupi é representado como aquele que corta e vende pau-brasil, a mulher tupi é representada como aquela que amansa e vende animais silvestres. Através dessas figuras, a autora demonstra uma considerável circulação de informações etnográficas na Europa moderna, em destaque à disseminação da imprensa e ao interesse dos europeus pelas mercadorias que eram produzidas pelos indígenas (Garcia, 2021, p. 116).

Embora faltem registros sobre a autoria das mulheres tupis na confecção dos itens de origem animal, como os mantos de penas, existem outras fontes que nos levam a crer que elas cuidavam de animais tratados “de estimação” por seus grupos de origem, como as aves. De acordo com o livro já citado de Susan Sleeper-Smith, o encontro com mercadores europeus no vale do rio Ohio rendeu às mulheres nativas, “mais itens materiais, maior status, e mais poder como intermediárias”, justamente a partir das trocas de mercadorias de origem animal que tanto interessavam aos franceses (Sleeper-Smith, 2018, p. 99). Podemos, a partir disso, começar a supor que as mulheres tupis-guaranis também estavam envolvidas com a produção de itens de origem animal no sul da América? Provavelmente, só um estudo mais aprofundado sobre cultura material trará mais respostas... No entanto, o envolvimento das mulheres locais com as aves nos

aponta pistas concretas de que tais relações culturais foram responsáveis, posteriormente, por envolver esses mesmos animais nas amplas redes comerciais transatlânticas. Logo, o fator cultural que as relacionava com o domínio da natureza em seus grupos de origem, se tornou fator econômico que, possivelmente, agregou em ganhos econômicos para elas.

Apontamentos finais

Segundo Enrique Leff, em defesa de uma racionalidade ambiental, a contrapelo de uma racionalidade econômica, devemos pensar o meio ambiente “como um potencial para o desenvolvimento alternativo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas” (Leff, 2006, p. 464). Não obstante, o tema da redação do ENEM em 2022 foi: “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Desse modo, cumpriu em peso a agenda fundamentada pela Lei 11.645, promulgada em 10 de março de 2008, sobre a obrigatoriedade do ensino de História Africana, Afro-brasileira e Indígena no Ensino Básico. Em defesa de uma história ambiental de São Paulo, destaco a necessidade de estudarmos a formação do planalto em correlação à cultura material vivenciada pelos povos tradicionais. Essa cultura material me aparece intimamente ligada à história do trabalho das mulheres tupis-guaranis.

Referências:

ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n.º 26, p. 198-229, jan.-jun. 2019.

CABRAL, Diego Carvalho de. *O “bosque de madeiras” e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil colonial (séculos XVIII e XIX)*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGG do iGeo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAVIES, Surekha. *Renaissance ethnography and the invention of the human: new worlds, maps and monsters*. New York: Cambridge University Press, 2016.

DEUSEN, Nancy E. van. *Global indios: the indigenous struggle for justice in Sixteenth-Century Spain*. London: Duke University Press, 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. Em: SANTOS, Georgina e GARCIA, Elisa (orgs.). *Mulheres do Mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 27-44.

_____. Os índios brasileiros na formação do mundo moderno: alianças, comércio e trocas culturais. Em: GESTEIRA, Heloisa Meireles (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 112-137.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Saberes em movimento. A arte de navegar e os simples das Índias nas viagens de descobrimentos. Em: Ibid. (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 18-53.

GODOY, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios: a vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América (séculos XVI e XVII)*. 2016. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Tradução de Carlos Lacerda. 2ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

MEDINA, José Toribio. *El veneciano Sebastián Gaboto al servicio de España*. Santiago: Imprensa Universitaria, 1908.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ONU. Alonso de Santa Cruz. *Islario general de todas las islas del mundo*, 1541. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/10090/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.**

PIEPER, Renate; JEFFERIES, Claudia de Lozanne; and DENZEL, Markus (eds.). *Mining, money and markets in the Early Modern Atlantic: digital approaches and new perspectives*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

POLIDORI, Eduardo. Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto: da encomenda à exibição no Museu Paulista (1898-1939)". *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 27, p. 1-32, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena. Em: *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 40-56.

SLEEPER-SMITH, Susan. *Indigenous prosperity and American conquest: Indian Women of the Ohio River Valley (1690-1792)*. Chapel Hill: University of North California Press, 2018.

STADEN, Hans. A Verdadeira História..., livro 1. Em: PARIS, Mary Lou; e OHTAKE, Ricardo (eds.). *Portinari devora Hans Staden*. São Paulo: Terceiro Nome, 1998.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. As galinhas incontáveis, Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des américanistes*, vol. 98, n.º 2, p. 97-140, 2012.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: FAPESP/Intermeios, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Atualização e contra-efetuação do virtual na sociedade amazônica: o processo do parentesco. *Ilha*, Florianópolis, n.º 1, p. 5-46, 2000.

_____. Esboço de cosmologia yawalapíti. Em: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002, p. 87-180.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Jubileu nacional: a comemoração do quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900)*. 1997. Dissertação (Mestrado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ZAMORA REIMUNDI, Romina Noemí. *Casa poblada y buen gobierno: la ciudad de San Miguel de Tucumán en el largo siglo XVIII*. 2004. Tesis (Doctorado) presentada en el Programa de Historia de la América Latina, Mundos Indígenas. Universidad Pablo d'Olavide, Sevilla, 2004.

Artigo recebido em 28/01/2023

Aceito para publicação em 31/05/2023

WHAT DO BIRD FEATHERS TELL US ABOUT THE HISTORY OF SÃO PAULO? GLOBALIZATION AND THE WORK OF TUPI WOMEN IN THE 16TH CENTURY

O QUE AS PENAS DAS AVES NOS CONTAM SOBRE A HISTÓRIA DE SÃO PAULO? GLOBALIZAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES TUPIS NO SÉCULO XVI

Pedro Henrique do Vale BRASIL¹

Abstract: This article discusses the historical agency of Tupi-Guarani women through the interpretation of chronicles, maps, and paintings. Studying these representations, I reflect about the material culture regarding the use of feathers of birds of the South American fauna, especially by Tupi women. In this sense, both local birds and animal goods were items highly used in exchanges between European and native peoples during the sixteenth century. It is established at San Vicente, in Portuguese America, as the focal point of the commerce of animals and feathers goods in the southern portion of the continent. On the other hand, based on recent research, I point out the participation of indigenous women in exchanges relations, in the production of goods and the dismantling of the birds.

Keywords: Tupi Women; Material Culture; Birds; Feathers; Sixteenth Century.

Resumo: Este artigo defende a agência histórica das mulheres tupis-guaranis através da interpretação de crônicas, mapas e pinturas. Estudando essas representações, reflito sobre a cultura material no que tange ao aproveitamento das penas das aves sul-americanas, especialmente pelas mulheres tupis. Nesse sentido, tanto as aves quanto as mercadorias de origem animal eram itens muito utilizados nas trocas entre europeus e populações nativas durante o século XVI. Localiza-se a capitania de São Vicente, na América portuguesa, como ponto focal do comércio de animais e mercadorias de penas na porção meridional continental. Por outro lado, baseando-me em pesquisas recentes, destaco a participação das mulheres indígenas nas relações de trocas, na produção de mercadorias e no amansamento das aves.

Palavras-chave: Mulheres Tupis; Cultura Material; Aves; Penas; Século XVI.

Introduction

The so-called Tupi-Guarani peoples that Europeans encountered in the south of America from the end of the 15th century had a plastic and fluid social structure,

¹ Master in Modern History from the Postgraduate Program in History at Universidade Federal Fluminense. Email: pedrobrasil@id.uff.br.

characterized by the association between nature and their divinities (Viveiros de Castro, 1986, p. 115). In his well-known thesis, *Araweté: the cannibal gods*, Eduardo Viveiros de Castro studied how these indigenous populations related to external groups and individuals, and how they integrated foreigners into their communities of origin.

In this sense, the author highlights the historical role of Tupi women in the environment and adaptation of captives (prisoners of war) and animals (considered 'pets') that were introduced into the daily life of the villages. According to Viveiros de Castro, analyzing the Tupinambá peoples during the 16th century, 'from the moment they entered the village, the enemy was subordinated to the female sphere', he comments on the captives. Furthermore, the women treated the captives like the birds they bred, such as macaws and parrots, naming both by the term *xerimbabos* (Ibid., p. 661). According to the author, for the Yawalapití indigenous people, present in the Upper Xingu region, of Arwak origin,

Kutipira [...] means both 'bird' and 'xerimbabo' [...]. The relationship between the *kutipira* and their owners is formulated in the language of filiation: a xerimbabo is raised and fed by its owner like a child by its parents. Some myths tell how deceased birds help travelers to heaven, in return for the care they received on earth. The relationship thus persists after death, since heaven is for birds and souls (Viveiros de Castro, 2002, p. 52).

Both captives and animals were components of Tupi-Guarani societies, becoming important commodities as a result of relations with Europeans. Captives destined for rituals (outsiders) and animals (sometimes outsiders too) were integrated into indigenous communities through women.

As an example of poultry, I cite the article written by Felipe Vander Velden about the domestic chickens taken by Christopher Columbus to the Antilles in 1493, but also by Pedro Álvares Cabral, in the squadron that docked in Porto Seguro in 1500. On the coast of Brazil, they were quickly bred by Tupi women in coastal communities who traded with merchants. Although the indigenous populations did not control the reproduction of these birds, as the Europeans did, they exchanged chickens for goods (Vander Velden, 2012, p. 114).

According to Viveiros de Castro, societies of Amazonian origin, including the Tupi-Guarani and Arwak populations, used to marry politically, establishing economic and kinship ties. Allies constantly changed position according to their interests, just as

animals, plants, spirits and deities influenced alliances between villages (Viveiros de Castro, 2000, p. 14). According to Elisa Garcia's studies on first contacts, these indigenous populations were not necessarily unprepared for globalization. In addition, they set out to exchange knowledge and goods with various groups of Europeans on the Atlantic coast (Garcia, 2021, p. 114).

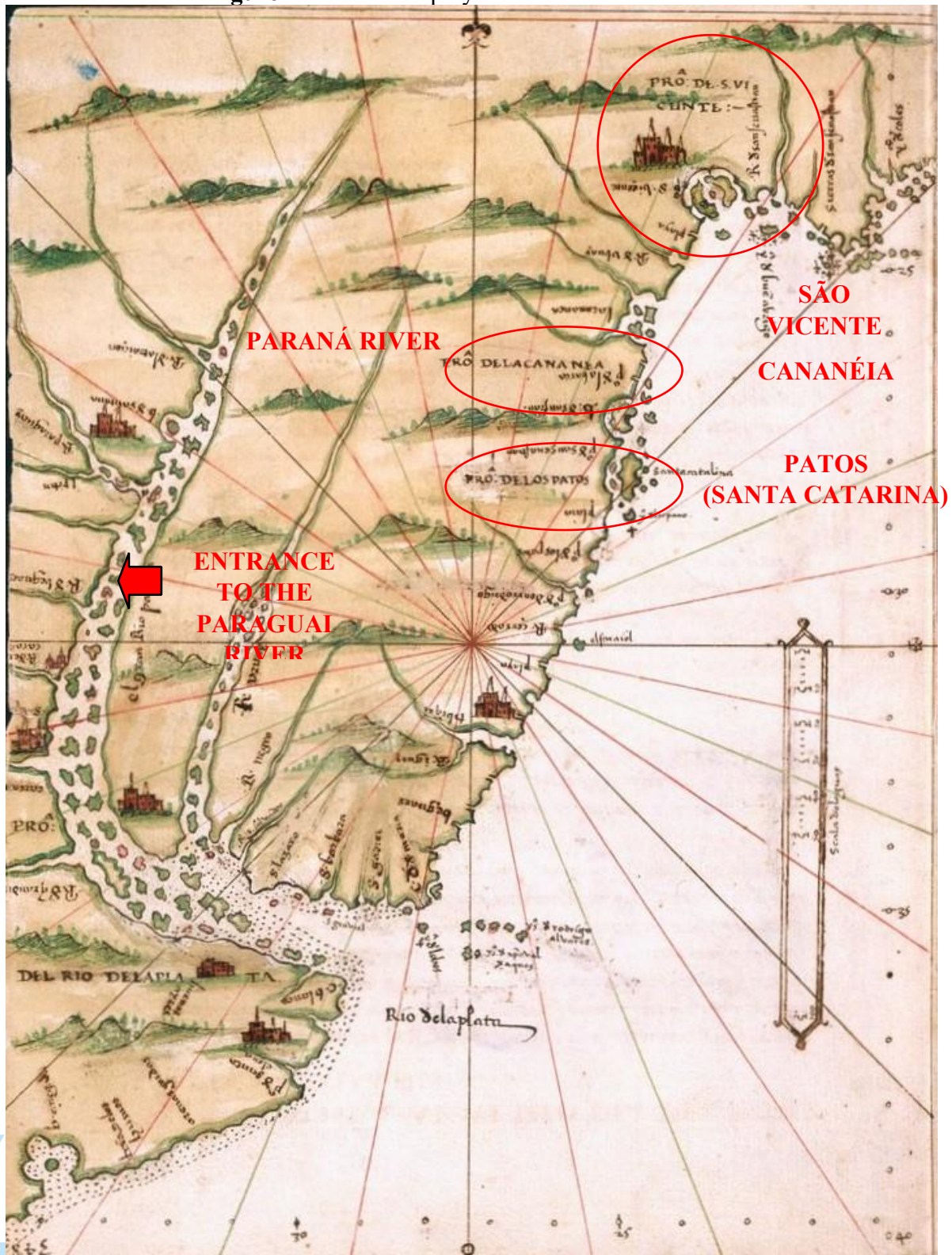
The Tupi-Guarani linguistic family, which named these peoples before the Europeans, stood out in South America for the 'remarkable territorial expansion over which their languages were distributed' (Rodrigues, 1986, p. 32). According to Aryon Rodrigues, during the 16th century, languages originating from the Tupi-Guarani linguistic trunk were spoken all along the eastern coast of Brazil (Tupi) and in the Paraná river basin (Guarani).

The trafficking of wild animals from the Atlantic Forest, located near the coast, to Europe was intense in this early period of globalization. So was the trafficking of enslaved indigenous people, mainly by the Portuguese and Spanish. There are recognized works in historiography that address the issue of the concomitant trade in tropical birds and indigenous captives to the European continent. These works will be mentioned later in the text.

The aim of this article, however, is to highlight the close relationship between the animal trade and the history of Tupi women's work. As well as taming the birds, I wonder to what extent they didn't start manufacturing goods from the feathers of these birds to trade with merchants in São Vicente during the 16th century. In fact, I use travelers' chronicles as well as maps and paintings as sources to create hypotheses about this question. Based on the information contained in the sources produced by the Europeans, I cross-reference them with the material culture of the Tupi-Guarani peoples. In this sense, the historical data corroborates the thesis of the association between women and local birds in a cultural sense, capable of influencing the economy of these societies.

The extensive southern coastline of the captaincy of São Vicente: the domain of the Guarani peoples

Figure 1 - Printed map by Alonso de Santa Cruz



Source: 'Islario general de todas las islas del mundo' (1541).

Alonso de Santa Cruz, treasurer of Captain Sebastián Gaboto's expedition (1526–1530), mapped the idea that the entrance to the Plata basin was via São Vicente, in the area he visited between 1527 and 1530. However, his work, *Islario general...* was part of a broader project to gather knowledge about history and geography during the 16th century, according to Heloisa Gesteira. As the author writes, Alonso de Santa Cruz values global travel, representing all the islands known to Europeans on routes and maps, including the Patos region, which Captain Gaboto baptized as Santa Catarina Island (Gesteira, 2021, p. 41).

Alonso de Santa Cruz's map, published in 1541, reveals the captaincy of São Vicente and the Paraná River as important transit routes for European incursions between the Iberian domains in southern America. It draws attention to the long stretch of coastline that extended from the current states of São Paulo, Paraná and Santa Catarina. The map shows the territory of the southern coast of the former captaincy, delimited between the current municipalities of São Vicente and Cananéia.

The geographer's work contains passages that elucidate the Europeans' dependence on hunting and fishing by the indigenous Carijós, in Cananéia and Patos, from whom they obtained food. As Alonso de Santa Cruz writes,

[...] within the port of São Vicente, there are two large islands inhabited by indigenous people from the eastern to the western band, where we stayed for more than a month. On the western side, the Portuguese have a settlement called São Vicente, which has ten to twelve houses [...] and a tower to defend themselves against the Indians. In times of need, they are provided with things from the land [...] on these two islands they have the means to raise pigs, as well as large fisheries of good fish (ONU, 'Islas into a las provincias de San Vicente i Cananea i Río de la Plata', p. 346).

We can see that in this southern region of the captaincy, the Guaraní people managed the natural resources needed for the merchants to survive. According to Tiago Bonato's thesis, in an analysis of the cartographies produced in the 16th century, the perceptions of Europeans constructed the idea of the Plata basin through a notion of the border between the Paraná and Paraguay rivers. According to the author, the imperial borders were fluid and delineated according to the movement of the Tupi-Guaraní peoples in the south of America. (Bonato, 2019, p. 205) I would like to point out, in the passage written by Alonso de Santa Cruz, that although hunting and fishing were

activities generally concentrated by men, the preparation of food refers to domestic work and the history of indigenous women. We'll see more about this later.

Decolonizing thought: in search of Tupi women in historical paintings

Figure 2 - Oil on canvas by Benedito Calixto.



Source: *Fundação de São Vicente*, 1900.



Close-up detail of the painting with the sharp point of view.

Martim Afonso de Sousa founded the town of São Vicente on January 22, 1532, with the assistance of the chiefs Tibiriçá, Caiubi, and Piquerobi. The painting above was created by Benedito Calixto (1853-1927), a member of the São Paulo Historical and Geographical Institute, inaugurated on May 31, 1900, in celebration of the IV Centenary of the Discovery of Brazil. This celebration included the participation of significant artists and intellectuals of the time, such as the historian José Capistrano de Abreu, the writer Machado de Assis, the poet Olavo Bilac, and the jurist Rui Barbosa. According to Marcelo Wanderley, the event aimed to popularize the past, present, and future of the country, relating different historical periods (Wanderley, 1997, p. 87).

However, the 'Foundation of São Vicente' painting was commissioned by the Comendadora Society in 1898, and there is strong evidence that it was being planned by Benedito Calixto beforehand. The artist seemingly saw the 'Fourth Centenary' event as an opportunity for visibility by exhibiting it at the Museu Paulista (Polidori, 2019, p. 10). According to Eduardo Polidori, who extensively studied the painting and its relation to the event, the elites of Santos and São Vicente were not concerned with competing with the federal government's celebration in Rio de Janeiro or even with other capitals. One of their primary objectives was to reinforce the local participation in São Paulo's colonial history (Ibid., p. 5-7).

Returning to the theme of the 16th century depicted in the painting, Benedito Calixto portrayed the founding pact between the Portuguese and Tupis regarding the construction of the first Portuguese town in South America, which in 1534 became the captaincy of São Vicente. It's noteworthy that it depicts a gathering of men, with the painter forgetting to represent the native women, assuming their absence in this context.

In reality, these women were the pillars in the construction of colonial society. José Carlos Vilaradaga recalls that: 1 - Salvador Pires, one of the founders of the town of São Paulo in the 1550s, married Mécia Açu, baptized as Mécia Fernandes, daughter of the chief Piquerobi; 2 - Domingos Luís, known as 'Carvoeiro,' married Ana Ramalho, the great-granddaughter of João Ramalho, with one of Tibiriçá's daughters whom the author does not mention. It might have been Bartira (Vilaradaga, 2014, p. 97-98). 3 - Captain Jerônimo Leitão, with a native woman, had a son named Simão Leitão (Ibid., p. 107).

Silvana Alves de Godoy mentions that: 4 - Pedro Dias, a Jesuit layman who came to Portuguese America, left the Society of Jesus after marrying Terebê, another daughter of Tibiriçá, baptized as Maria da Graça; 5 - Lopo Dias, a councilman of the

São Paulo town council in the 16th century, married Beatriz, it is not known if she was a daughter or granddaughter of Tibiriçá. Thus, the author discusses how in the captaincy of São Vicente, there was the emergence of a mestizo elite that also shared local powers (Godoy, 2016, p. 93-97). According to Elisa Garcia, the local power of women descended from the chiefs Tibiriçá and Piquerobi, like Mécia Açu, Teberê, and Beatriz, besides the central character studied, called Bartira, explains how their Portuguese husbands and mestizo children became the main organizers of the slave trade (Garcia, 2020, p. 37).

Until the 1530s, according to Nancy van Deusen, a large portion of the indigenous captives trafficked to Europe lacked legal documents related to their captivity. Due to the lack of strict laws against indigenous slavery in Portugal, the Portuguese usually trafficked slaves from the ports of Lisbon or directly from São Vicente to Seville, in the kingdom of Castile. In Seville, they illegally sold captives, even after the restriction of this practice in the Leyes Nuevas promulgated by Emperor Charles V in 1542 (Deusen, 2015, p. 69-102).

Building Colonial Society: Gender Issues in Dealing with Iron and Wood

That the colonial society was a society of wood is an undeniable fact, almost a truism. Almost every mental image we forge of the daily life of this society will have, in its subtlest substrate, several material elements whose archaeology leads us to an inexorable starting point: the tree. Ironically, even its own tool for felling it - the axe - was needed from its body (Cabral, 2012, p. 64).

Prior to the 1530s, the exploitation of the Brazilwood tree was exclusively for the purpose of exporting timber to Europe. According to Diogo de Carvalho Cabral's brilliant thesis, the woods of the Atlantic Forest began to be used as fuel and pipeline after the arrival of Martim Afonso de Sousa, founder of the captaincy of São Vicente, in 1531. Additionally, wood assisted merchants in producing the biomass necessary for building ships and for the export of goods such as sugar and brazilwood (Ibid., p. 84). Thus, the author highlights colonial investment in the shipbuilding sector, responsible for fostering the devastation of coastal and tropical forests.

Stuart Schwartz explains that obtaining iron tools among the Tupi men was linked to their interests because with iron, they could cut wood faster, leaving more time for their rituals (Schwartz, 1988, p. 45). In the book 'Internal Secrets,' studying the

construction of sugar mills in colonial Northeast Brazil, Schwartz concludes that the role of agriculture among the Tupi peoples was traditionally feminine, explaining one of the cultural factors related to the decline of indigenous slavery. According to the author, the Portuguese assumed that farming was a male function when, in reality, it was a role designated for women. However, the impact of European diseases on the immune system of indigenous populations was the main factor leading to the substitution by African labor (Ibid., p. 40-56).

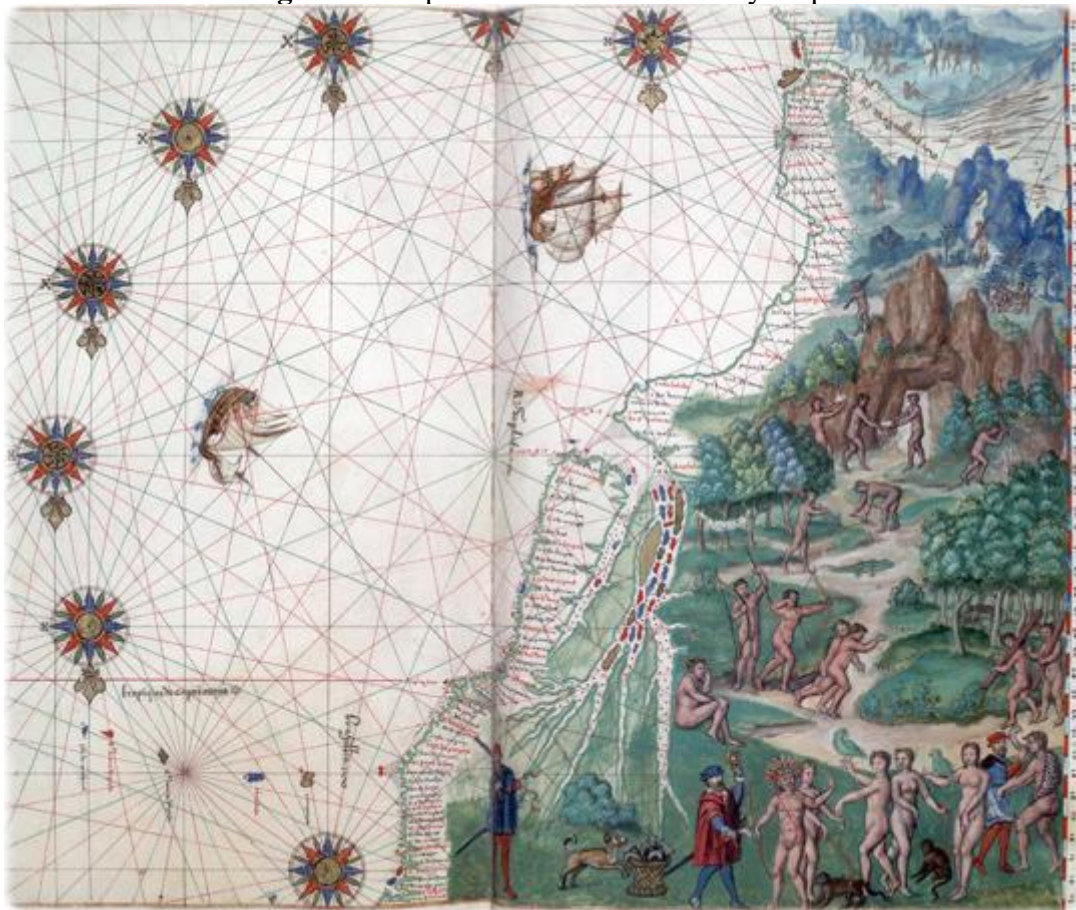
Considering the gender issue in the construction of colonial society in Tucumán, in the province of Paraguay, during the 18th century, Ramora Zeimundi produced a concise analysis on the importance of the role of indigenous women in domestic production. According to the author, local women manufactured cloths, sweets, candles, soaps, and grease, extracted tallow from cattle, besides planting, harvesting, and cooking food in general - commodities and practices essential for material culture and daily life in Tucumán (Zamora Reimundi, 2004, p. 104-105).

However, the paradigm shift occurred with the book published by Susan Sleeper-Smith in 2018, titled 'Indigenous Prosperity and American Conquest.' In it, the author argues for a greater involvement of indigenous women in trade relations. Sleeper-Smith highlights the interest of native women in trading with Spaniards and French in the Ohio River Valley, in the region of New France (present-day Canada), on the borders of North America during the 18th century. According to the author, they started exchanging furs of small mammals they manufactured for goods they were interested in, especially iron items they used in the domestic environment, obtaining economic gains. In her words: 'When European traders arrived, women likely demanded the incorporation of iron tools and cooking utensils into the exchange process' (Sleeper-Smith, 2018, p. 31).

Understanding that women participated in trade relations, the author also highlights the production of goods of animal and plant origin, such as animal skins and cotton cloths. Cotton, however, is linked to the persistence of indigenous slavery in the societies of São Paulo and Paraguay. It was an important trading commodity used in commercial relations with the Tupi-Guarani peoples, primarily produced by indigenous women. Similarly to the Ohio River Valley, studied by Sleeper-Smith, the Tupi-Guarani societies also had cotton plantations cultivated by local women (Alcântara Machado, 1980; Monteiro, 1994; Vilardaga, 2014).

Prioritizing the reading of the cited books, I consider that something similar happened in South America, i.e., contacts between Europeans and Tupi-Guarani women favored the exchange of goods locally produced by them in the 16th century, such as cotton cloths. In turn, cloths made from bird feathers also became highly sought after in the global market, drawing the attention of French traders who began to engage with native women in both North and South Americas."

Figure 3 - Tupi women on 16th-century maps



Source: *Atlas Vallard*, 1547.



Close-up of the map with sharpness.

Figure 4 - Trade in monkeys and tropical birds to Europe in modern times



Source: *Arch of the Mint*, 1635.

The northern coast that belonged to the captaincy of São Vicente encompassed the current states of Rio de Janeiro and São Paulo. In this region, it wasn't just the Portuguese who interacted with indigenous peoples. Gradually, native groups living on the coast, especially the Tupi peoples, took advantage of relations with European merchants to benefit economically from the exchanges. In this way, the indigenous people also began to trade with the Flemish (from the Netherlands) and the French, as they were interested in the circulation of goods brought from Europe, fostering exchange networks and the development of the global market (Almeida, 2013; Garcia, 2021).

Analyzing the Tupi peoples that the Europeans interacted with in Guanabara Bay, Maria Regina Celestino de Almeida showed that the indigenous Tamoios alternated their alliances between the Portuguese and the French, depending on the historical circumstances and their particular interests (Almeida, 2013, p. 189). From these relationships, we are left with a set of paintings that are particularly important for demonstrating the trade in native animals trafficked to Central Europe.

A study organized by Renate Pieper, among other authors, shows that the trade in monkeys and parrots was part of the transatlantic exchange network and the process of globalization, as well as the historical literature produced in Europe during the modern era (Pieper et al., 2019, p. 3-5). For example, the painting *Arch of the Mint* by Peter Paul Rubens (1577–1644) was presented to Cardinal Infante Ferdinand of Portugal and Spain in 1635. Produced in Antwerp, the painting illustrates the trade that took place between Europeans and Tupi Indians in the south of America (See fig. 4). In fact, Peter Paul Rubens (1577–1644) was one of a group of Renaissance painters, especially from Antwerp, in the Flanders region, who depicted birds from the South American fauna. Other painters who took this approach were Frans Snyders (1579–1657) and Jan Fyt (1611–1661), known for their paintings called *Concert of Birds*.

As Surekha Davies writes, there is an intimate relationship between the representations of Renaissance cartographies and the disputes of European empires. Comparing the *Vallard Atlas*, studied by the author, with the painting by Paul Rubens, we can deduce that there was a clear intention on the part of cartographers and painters in Central Europe to demonstrate the trade networks developed in the 'New World'. In this way, they drew the attention of European markets to the continent and its native

inhabitants (Davies, 2016, p. 126–132). On the other hand, the map dated 1547, present in the atlas, suggests the participation of Tupi women in the animal trade (See fig. 3).

In favor of the Portuguese, Fernão de Noronha's expedition to Cabo Frio in 1511 earned the captain around five thousand logs of brazilwood, thirty-five indigenous captives and a number of native animals (Marchant, 1943, p. 45–46). In 1530, the aforementioned expedition of the Venetian Sebastián Gaboto to the Plata basin returned to Castile with around fifty to sixty captives, including men and women of Guaraní origin. But the captain also owned a parrot, claiming to the Court of Seville that he had acquired them in São Vicente, according to the case studied by Toribio Medina (Medina, 1908, p. 249–250).

In favor of the French, there are the chronicles of Hans Staden and André Thevet. Staden remained a captive of the Tamoios for nine months in Ubatuba, a town located in what is now the state of São Paulo, on the border with Paraty, in the state of Rio de Janeiro. In 1557, when he published the chronicle *Warhafitge Historia*, Staden described practices that the French had developed through their historical experience with the Tupi peoples, in particular the goods they obtained and exchanged with them. These included brazilwood, pepper and wild animals. According to Staden,

[...] a French ship arrived at a port about eight miles from Ubatuba, which the Portuguese called Rio de Janeiro and the savages called Niterói. There, the French used to carry brazilwood. They also arrived in our village on a boat and traded pepper, monkeys and parrots with the savages (Staden, 1998, p. 50).

Narrating about a Frenchman who didn't help him get out of captivity, named Cariatá-uára, Staden says that the man was looking for peppers and feathers, items used in trade with the local populations (ibid., chap. 35). We deduce that bird feathers were used by the Tupi peoples, as they also came to be used by Europeans in the captaincy of São Vicente.

The Franciscan friar André Thevet, in turn, published the chronicle *Singularités de la France Antarctique*, also in 1557, referring to Antarctic France, a project that the French tried to establish in Guanabara Bay. For Thevet, Tupi women tamed certain birds by teaching them to repeat words and ask for flour in their local language. He makes a comparison between the local birds and the 'verdellons' of France, revealing his perspective on introducing South American birds to the European market. In this sense, Elisa Garcia notes that Thevet collected items he obtained from Tupi subjects,

such as wooden tacapes and cloaks made from bird feathers, which are still in museum collections in France and Denmark today (GARCIA, 2021, p. 127). The chronicler writes that the ‘Indians’,

[...] In particular, they raise some birds, similar in size and color to the greenfinches of France; they hold them in such high esteem that they call them, in the native language, their friends. Moreover, they teach them to speak, that is, to ask for flour (the kind made from roots), or to incite men to war in order to trap enemies and then devour them. And so on and so forth (Thevet, 1944, p. 293).

In favor of the Tupi women, both the representations contained in the chronicles and the paintings indicate that they tamed animals, such as monkeys and parrots, which they began to trade with Europeans for glass goods, such as mirrors, but mainly for iron (See fig. 3). As we have seen, these iron tools could be used by them for agriculture and domestic production.

Elisa Garcia also recalls that, both visually and in writing, the French used to associate Tupi women with the trade in monkeys and parrots, using as an example the figures published in François Deserps' book in Paris in 1567. In them, while the Tupi man is represented as the one who cuts and sells brazilwood, the Tupi woman is represented as the one who tames and sells wild animals. Through these figures, the author demonstrates the considerable circulation of ethnographic information in modern Europe, in particular the spread of the press and the interest of Europeans in the goods produced by the indigenous people (Garcia, 2021, p. 116).

Although there are no records of Tupi women making items of animal origin, such as feather cloaks, there are other sources that lead us to believe that they took care of animals that were treated as ‘pets’ by their groups of origin, such as birds. According to the aforementioned book by Susan Sleeper-Smith, the encounter with European merchants in the Ohio River Valley gave native women ‘more material items, greater status, and more power as intermediaries’, precisely from the exchange of animal goods that the French were so interested in (Sleeper-Smith, 2018, p. 99). Can we start to assume from this that Tupi Guaraní women were also involved in the production of animal products in southern America? Probably, only a more in-depth study of material culture will provide more answers. However, the involvement of local women with birds gives us concrete clues that these cultural relationships were later responsible for involving these same animals in the extensive transatlantic trade networks. Therefore,

the cultural factor that related them to the domination of nature in their groups of origin, became an economic factor that possibly added up to economic gains for them.

Final remarks

According to Enrique Leff, in defense of an environmental rationality as opposed to an economic rationality, we should think of the environment ‘as a potential for alternative development that integrates nature and culture as productive forces’ (Leff, 2006, p. 464). Nevertheless, the theme of the 2022 ENEM essay was ‘Challenges for the Valorization of Traditional Communities and Peoples in Brazil’. In this way, the agenda based on Law 11.645, enacted on March 10, 2008, on the compulsory teaching of African, Afro-Brazilian and Indigenous History in Basic Education, was fully complied with. In defense of an environmental history of São Paulo, I highlight the need to study the formation of the plateau in correlation with the material culture experienced by traditional peoples. This material culture seems to me to be closely linked to the history of the work of Tupi Guaraní women.

References:

ALCÂNTARA MACHADO. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*, 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BONATO, Tiago. De uma margem à outra: rios, mapas e fronteiras na bacia platina (séculos XVI-XVII). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n.º 26, p. 198-229, jan.-jun. 2019.

CABRAL, Diego Carvalho de. *O “bosque de madeiras” e outras histórias: a Mata Atlântica no Brasil colonial (séculos XVIII e XIX)*. 2012. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGG do iGeo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DAVIES, Surekha. *Renaissance ethnography and the invention of the human: new worlds, maps and monsters*. New York: Cambridge University Press, 2016.

DEUSEN, Nancy E. van. *Global índios: the indigenous struggle for justice in Sixteenth-Century Spain*. London: Duke University Press, 2015.

GARCIA, Elisa Frühauf. As mulheres indígenas na formação do Brasil: historiografia, agências nativas e símbolos nacionais. Em: SANTOS, Georgina e GARCIA, Elisa

(orgs.). *Mulheres do Mundo Atlântico: gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020, p. 27-44.

_____. Os índios brasileiros na formação do mundo moderno: alianças, comércio e trocas culturais. In: GESTEIRA, Heloisa Meireles (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 112-137.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. Saberes em movimento. A arte de navegar e os simples das Índias nas viagens de descobrimentos. In: Ibid. (org.). *Magalhães-Elcano 1519-1522: a primeira viagem ao redor do mundo*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2021, p. 18-53.

GODOY, Silvana Alves de. *Mestiçagem, guerras de conquista e governo dos índios: a vila de São Paulo na construção da monarquia portuguesa na América (séculos XVI e XVII)*. 2016. Tese (Doutorado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARCHANT, Alexander. *Do escambo à escravidão: as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. Tradução de Carlos Lacerda. 2ª Ed. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1943.

MEDINA, José Toribio. *El veneciano Sebastián Gaboto al servicio de España*. Santiago: Imprensa Universitaria, 1908.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ONU. Alonso de Santa Cruz. *Islario general de todas las islas del mundo*, 1541. Disponível em: <<https://www.wdl.org/pt/item/10090/>>. Acesso em: 31 ago. 2021.**

PIEPER, Renate; JEFFERIES, Claudia de Lozanne; and DENZEL, Markus (eds.). *Mining, money and markets in the Early Modern Atlantic: digital approaches and new perspectives*. London: Palgrave Macmillan, 2019.

POLIDORI, Eduardo. Fundação de São Vicente, de Benedito Calixto: da encomenda à exibição no Museu Paulista (1898-1939)”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 27, p. 1-32, 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SCHWARTZ, Stuart B. Uma geração exaurida: agricultura comercial e mão-de-obra indígena. In: *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia da Letras, 1988, p. 40-56.

SLEEPER-SMITH, Susan. *Indigenous prosperity and American conquest: Indian Women of the Ohio River Valley (1690-1792)*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2018.

STADEN, Hans. A Verdadeira História..., livro 1. In: PARIS, Mary Lou; e OHTAKE, Ricardo (eds.). *Portinari devora Hans Staden*. São Paulo: Terceiro Nome, 1998.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*. Prefácio, tradução e notas de Estevão Pinto. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Baía/Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. As galinhas incontáveis, Tupis, europeus e aves domésticas na conquista do Brasil. *Journal de la Société des américanistes*, vol. 98, n.º 2, p. 97-140, 2012.

VILARDAGA, José Carlos. *São Paulo no império dos Felipes: conexões na América Meridional (1580-1640)*. São Paulo: FAPESP/Intermeios, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. Atualização e contra-efetuação do virtual na sociedade amazônica: o processo do parentesco. *Ilha*, Florianópolis, n.º 1, p. 5-46, 2000.

_____. Esboço de cosmologia yawalapíti. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify, 2002, p. 87-180.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. *Jubileu nacional: a comemoração do quadricentenário do Descobrimento do Brasil e a refundação da identidade nacional (1900)*. 1997. Dissertação (Mestrado) apresentada ao PPGHIS do Departamento de História do IFCS. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

ZAMORA REIMUNDI, Romina Noemí. *Casa poblada y buen gobierno: la ciudad de San Miguel de Tucumán en el largo siglo XVIII*. 2004. Tesis (Doctorado) presentada en el Programa de Historia de la América Latina, Mundos Indígenas. Universidad Pablo d'Olavide, Sevilla, 2004.

Article received in January 28, 2023

Accepted for publication in May 31, 2023

ESTADO, ECONOMIA, IMPRENSA E EDUCAÇÃO NA DITADURA CIVIL MILITAR

STATE, ECONOMY, PRESS AND EDUCATION IN THE CIVIL MILITARY DICTATORSHIP

Marco Antônio de Oliveira GOMES¹

Maria Eduarda ALVARENGA²

Krigror de Camargo Barela FAEDA³

Resumo: Este trabalho aborda as relações entre Estado, economia, imprensa e educação na ditadura civil-militar. Trata-se de um estudo que objetiva a análise de editoriais, artigos e notícias publicados nos jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, que contribuíram para justificar ideologicamente o golpe de 1964, a ditadura que se seguiu e as reformas educacionais do período. Demonstramos que o projeto educacional dos governos militares foi legitimado em nome da eficiência técnica, do desenvolvimento econômico e da modernização das relações capitalistas. Não se tratou, portanto, de um fenômeno isolado das condições históricas que o forjaram, mas de um projeto inerente ao desenvolvimento associado e dependente de nossa economia. Assim, a defesa da igualdade de oportunidades e a ampliação de vagas não passou de um instrumento que reforçou a hegemonia do capital sobre a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Estado, Economia, Imprensa, Educação, Ditadura civil-militar.

Abstract: This paper approaches the relations between the State, economy, press, and education in the civil-military dictatorship. This study aims to analyze editorials, articles, and news published in the newspapers *O Globo*, *O Estado de São Paulo*, and *Folha de São Paulo*, which contributed to ideologically justify the 1964 coup, the dictatorship that followed, and the educational reforms of the period. We demonstrate that the educational project of the military governments was legitimized in the name of technical efficiency, economic development, and the modernization of capitalist relations. It was not, therefore, a phenomenon isolated from the historical conditions that forged it but a project inherent to our economy's associated and dependent development. Thus, the defense of equal opportunities and the expansion of vacancies was nothing more than an instrument reinforcing the hegemony of capital over the working class.

Keywords: State, Economy, Press, Education, Civil-military dictatorship.

Introdução

¹ Pós-Doutor em História e Filosofia da Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: maogomes@uem.br.

² Pós-Graduanda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: alvarengamea@gmail.com.

³ Pós-Graduando em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: krigrorfaeda@gmail.com

Analisar e compreender a história da imprensa e seu papel ao longo da ditadura civil militar implica em estudar uma das formas de manifestação das disputas ideológicas produzidas no interior de uma sociedade dividida em classes antagônicas.

Nesse sentido, a grande imprensa (comercial), ainda que tenha apoiado o golpe e se beneficiado com as medidas do Estado no período, não pode ser considerada um bloco homogêneo que atuou da mesma forma ao longo da noite que durou 21 anos. Entretanto, é possível perceber que diferentes periódicos atuaram como trincheiras do capital no âmbito da legitimação das reformas promovidas pela ditadura.

Com a proximidade dos 60 anos do golpe de 1964, mais do que nunca, se faz necessário retomar a temática e aprofundar as análises sobre os desdobramentos do significado do caráter autoritário e da violência contra os trabalhadores, impostos pela ditadura. Toda sorte de arbitrariedades e de violações dos direitos humanos foi uma prática constante ao longo do período e, diga-se de passagem, nenhum empresário que auxiliou financeiramente o terrorismo de Estado foi punido. Some-se a isso o fato de que também não foram punidos os torturadores e os algozes dos trabalhadores.

A impunidade dos agentes do Estado deixou feridas que ainda não foram cicatrizadas em nossa história. Sem dúvida, há uma correlação evidente entre a impunidade de crimes da ditadura e a repetição destes no presente pelas forças do Estado. De forma análoga, é possível verificar, ainda hoje, as marcas deixadas pela ditadura na sociedade e, mais especificamente, na educação. Apesar dos avanços, permanece seu caráter dual e privatista. O acesso ao conhecimento continua sendo uma meta para aqueles que pretendem a defesa de uma escola pública, laica e universal para todos.

A partir da compreensão de que a imprensa e a educação não se explicam por si mesmas, mas da sua inserção em uma sociedade de classes, as análises desenvolvidas buscam contemplar três aspectos importantes: o golpe de 1964 e o esgotamento da democracia burguesa; as questões da repressão, da imprensa e da reforma do ensino superior na ditadura.; e o papel da imprensa na defesa das reformas educacionais em consonância com a ideia de aumento da produtividade e desenvolvimento econômico.

O golpe de 1964: o esgotamento da democracia burguesa e a ditadura do capital

Na segunda metade da década de 1950 e no início dos anos 1960, ocorreu uma série de transformações econômicas que modificaram a sociedade brasileira. Nesse ínterim, uma acelerada industrialização parecia trazer a modernização das relações sociais, engrossando as fileiras do operariado urbano, mas sem romper com os vínculos de dependência em relação ao capital estrangeiro.

A forma pela qual ocorreu o ciclo desenvolvimentista no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) aprofundou a dependência externa e as desigualdades sociais e regionais. Fundamentados em padrões tecnológicos do capitalismo norte-americano e europeu, os novos segmentos industriais que adentraram no mercado nacional (automóveis, eletrodomésticos etc.), absorviam limitadamente a força de trabalho disponível e, concomitantemente, exacerbavam a dependência econômica com as forças imperialistas e o caráter de concentração de riquezas de nossa economia.

Nesse contexto, a dependência materializava-se efetivamente no fim do Governo de J.K. Pressionado pelos segmentos que auferiram lucros com a expansão do parque industrial e pensando na eleição de 1965, Juscelino orientou sua agenda de governo pela continuidade do programa desenvolvimentista, o que resultou no aumento da inflação, rompendo com os ajustes propostos pelo FMI. Diante de tal impasse, o capital necessário para manutenção dos investimentos necessários ao programa foi contraído com novos credores, a médio e a curto prazo.

Dessa forma, o presidente deixava para o seu sucessor os problemas da inflação e o pagamento da dívida externa. No final de seu mandato, as ilusões foram dissipadas, o que contribuiu para a eleição de um candidato que se colocava no discurso contra o sistema, defensor da moral e contrário à corrupção: Jânio Quadros (1961).

Ainda que representasse um discurso de oposição, a vitória de Jânio não expressava a ruptura com os interesses do capital. Com estilo personalista e autoritário, o presidente adotou uma política econômica de austeridade, ao mesmo tempo em que buscou materializar uma política externa independente, com objetivo de ampliar o mercado para as exportações nacionais. Em termos práticos, para os assalariados, a austeridade do governo contribuiu para o achatamento salarial. Para as pequenas e médias empresas, a política econômica adotada tornou-se um flagelo, na medida em que perdiam competitividade e ampliava-se a participação de empresas que monopolizavam o mercado. Por fim, a política externa independente, marcada, inclusive, pela condecoração de Che Guevara com a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul,

contrariou os interesses das frações mais conservadoras da burguesia que o haviam apoiado.

A renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961, traduzia o caráter personalista de seu governo. Alegando “forças terríveis” que se opunham ao seu governo, Jânio buscava apoio popular para um possível golpe. Na verdade, o presidente contava com o fato de que as manifestações populares o recondussem ao cargo com plenos poderes, o que não ocorreu. Desse modo, a tentativa fracassada de golpe gerou mais uma crise política, que traduzia os limites da democracia burguesa em uma economia periférica e dependente. Rapidamente, os ministros militares – General Odylio Denys, Almirante Silvio Heck e Brigadeiro Grum Moss –, expressando os interesses mais conservadores das Forças Armadas e da burguesia, vetaram a posse do vice-presidente constitucionalmente eleito, João Goulart.

Diante da crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e da manifestação golpista dos ministros militares, o jornal *O Estado de São Paulo* manifestou apoio ao golpismo no seguinte editorial:

O dever do Congresso

Apanhada de surpresa e num momento que a própria ação do presidente resignatário provoca a intervenção das forças subversivas em vários pontos do território, a nação via-se diante de uma situação de fato: a recusa formal de parte das Forças Armadas em aceitar, de acordo com a letra da Constituição, que o vice-presidente da República tome posse da chefia do executivo. Essa recusa, segundo declarações do Ministro da Guerra, fundamenta-se na convicção em que se acham, respectivamente, os chefes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica de que a posse do Sr. João Goulart significaria o início da revolução que nos levaria a implantação do regime comunista no país. O momento – teria declarado s. exa. – nos obriga a optar entre democracia e comunismo e as Forças Armadas já se decidiram: elas irão até às últimas consequências na defesa de nossas tradições democráticas.

Estamos, portanto, diante de um problema para o qual haveria uma única solução moral: a desistência espontânea do Sr. João Goulart. Caso contrário, s. exa. persista no propósito de fazer a letra expressa da Constituição, não restaria se não lançar mão do recurso constitucional de uma reforma imediata na nossa Carta Magna prevista no artigo 217 daquele diploma. Por votação de dois terços dos membros da Câmara Federal referendara por dois terços do Senado, seria então mister aprovar uma emenda que retirasse ao vice-presidente o direito de suceder o presidente em caso de resignação ou morte deste (O Estado de São Paulo, 29 ago. 1961, p. 3).

O posicionamento do jornal refletia os limites do liberalismo burguês no Brasil. Diante da possibilidade da posse de Goulart, o referido jornal propôs sua desistência espontânea ou o cerceamento dos limites ao seu poder. Em nenhum momento se considera que o então vice-presidente foi eleito constitucionalmente, dentro das regras do jogo da democracia burguesa.

Entretanto, diante da resistência legalista, liderada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e com o apoio do Comandante do III Exército, General Machado Lopes, a crise poderia ter um desfecho trágico. Diante da possibilidade de um confronto armado, a alternativa encontrada pelo Congresso Nacional foi um golpe, que retirava os poderes do presidente eleito: a Emenda Constitucional que instituía o parlamentarismo. Assim, o governo de João Goulart (1961-1964) iniciava sob o signo do golpe e terminaria da mesma forma.

Nem mesmo o plebiscito ocorrido em 6 de janeiro de 1963, que devolveu os poderes ao presidente, foi capaz de eliminar a crise que se arrastava desde 1961. Mesmo vitorioso, a correlação de forças dentro do Congresso enfraquecia Goulart, o que o aproximou das correntes reformistas, das forças populares e da proposição das Reformas de Base. Não se tratava de um projeto revolucionário, mas da tentativa de redução da concentração de renda e de terras no país, fortalecendo o mercado interno.

No entanto, mesmo com forte apoio popular, a burguesia organizou-se por meio de suas instituições, tais como o IPES/IBAD, de forma a arquitetar o golpe, que seria concretizado em 1964. Criado em 1959, por Ivan Hasslocher, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) possuía como estratégia congregar os diferentes segmentos da burguesia, da classe média e de outros segmentos sociais, pela defesa da iniciativa privada, no âmbito da liberdade econômica e do combate ao comunismo.

O IPES, criado em 1962 por capitalistas e militares de alta patente, constituiu um verdadeiro partido orgânico da burguesia na arquitetura do golpe que destituiu Goulart. Isso porque, desde sua criação, o instituto promoveu campanhas político-ideológicas com a finalidade de enfraquecer o governo Goulart e vinculá-lo ao avanço do comunismo que destruiria nossa democracia e as tradições “pacíficas”. Entre as ações presentes na pauta do instituto, encontramos o financiamento de parlamentares hostis ao governo, peças publicitárias em defesa da ordem, divulgação de propagandas anticomunistas, etc.

Alguns intelectuais do IPES eram proprietários, diretores ou fortemente vinculados aos meios de comunicação e companhias editoras. Dessa forma, colocavam

à disposição do instituto os meios materiais para divulgação da propaganda anticomunista. No Rio de Janeiro, por exemplo, destaca-se as editoras Agir, de Cândido Guinle de Paula Machado, O Cruzeiro, de Assis Chateaubriand, e a Gráfica Gomes de Souza, de Gilbert Huber Jr. Cumpre assinalar que o IPES operava também junto com o programa do livro, da Embaixada americana (Dreifuss, 1981). Por fim, cabe ressaltar que IPES/IBAD receberam financiamentos da embaixada dos EUA, de empresários brasileiros e também estrangeiros.

Concomitante e convergente com a ação do complexo IPES/IBAD, a ação da imprensa também foi decisiva no processo de desestabilização de Goulart. Como um partido orgânico da burguesia, a *Folha de São Paulo* alertava, em um editorial intitulado “Alfabetização suspeita”, para o perigo “comunizante” contido no método de alfabetização de Paulo Freire.

[...] são, pois, fundados os temores de que a alfabetização, de que agora cuida o ministério, seja usada não para o nobre fim que aparentemente se propõe, mas com o objetivo de incutir a semente comunizante em milhares de nossos patrícios. O método Paulo Freire, que vem sendo empregado, presta-se aliás de forma excelente para isso (Folha de S. Paulo, 10 jan. 1964, editorial).

Antes de prosseguir, é fundamental elucidar que, nos anos que antecederam o golpe de 1964, a região Nordeste testemunhou uma série de lutas populares, em específico em relação às causas vinculadas à luta pela terra e à educação popular. Como expressão dessas lutas, as Ligas Camponesas, criadas pelo Partido Comunista, na segunda metade dos anos de 1940, auferiram engajamento de camponeses e visibilidade política. Dessa forma, não se tratava simplesmente de uma denúncia da *Folha de São Paulo* contra o suposto comunismo presente no método de Paulo Freire, mas de uma opção da burguesia, que buscava impedir a organização dos trabalhadores enquanto classe.

É possível identificar que, no contexto histórico que antecedeu ao golpe de Estado de 1964, a organização da classe trabalhadora gerava temores na burguesia e em amplos segmentos das classes médias. Empresários de diferentes áreas econômicas, com o apoio do capital estrangeiro, representantes do latifúndio, segmentos mais conservadores da Igreja Católica, militares e empresários da comunicação – especialmente Roberto Marinho (*O Globo*), as famílias Mesquita (*O Estado de São Paulo*) e Frias (*Folha de São Paulo*) – publicaram, em diferentes momentos, editoriais

conclamando as Forças Armadas a intervirem para a salvação da “democracia” e da “liberdade” contra o avanço do comunismo e da corrupção.

No início de 1964, o acirramento das tensões elevava a temperatura política e apontava para o enfraquecimento de Goulart. A burguesia abandonara qualquer pretensão reformista ou legalista. Diante do Comício da Central do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro em 13 de março, com a presença de 300 mil trabalhadores, e com Goulart anunciando a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e a desapropriação de terras à margem das ferrovias, rodovias, zonas de irrigação e açudes públicos, setores conservadores da Igreja associados com empresários patrocinaram a Marcha da Família com Deus e Pela Liberdade.

Concomitantemente, amplos setores das Forças Armadas, que já vinham planejando o golpe com o apoio da burguesia associada ao capital estrangeiro, utilizaram a sublevação de marinheiros, na última semana de março do referido ano, para efetivação do golpe. A quebra da hierarquia militar foi o pretexto utilizado para justificar o golpe.

Nesse sentido, ainda que a Constituição de 1946 tenha possibilitado avanços, há um limite quando os movimentos populares começam a ganhar as ruas e questionam a exploração do trabalho pelo capital. Evidentemente, não era uma ação revolucionária da classe trabalhadora no período pré-1964, mas, para o capital, aquela pouca organização da classe dominada, tratava-se de um entrave no processo de intensificação da produção de mais-valia.

Logo após o golpe, a *Folha de São Paulo*, em editorial, enalteceu o “discernimento de nossas Forças Armadas, que agiram prontamente para conter os desmandos de um político que, cercado de assessores comunistas, procurava manobrar o país de acordo com o pensamento desse reduzido grupo” (Folha de São Paulo, 03 abr. 1964). Em outras palavras, os interesses do capital estavam salvos.

Com a deposição de Goulart, o Comando Supremo da Revolução, tal qual se auto definiu, impôs o Ato Institucional nº 1, que, em seu preâmbulo, assim definiu:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (Brasil, 1964, p. 3193).

No preâmbulo do documento, fica evidenciado que os golpistas se apresentam como representantes da “opinião pública nacional”, o que esconde seu caráter burguês. Nesse sentido, o golpe não foi a tradução de uma ação isolada das “classes armadas”, mas o desfecho das circunstâncias e das condições históricas produzidas pela luta de classes.

É patente que o uso da violência do Estado para impedir os avanços das lutas populares precisa ser legitimado pela ideia de uma “revolução vitoriosa que se investe do Poder Constituinte”.

[...] Se um golpe de Estado é descrito como “revolução”, isso não acontece por acaso. Em primeiro lugar, há uma intenção: a de simular que a revolução democrática não teria sido interrompida. Portanto, os agentes do golpe de Estado estariam servindo à Nação como um todo (e não privando a Nação de uma ordem política legítima com fins estritamente egoístas e antinacionais). Em segundo lugar, há uma intimidação: uma revolução dita as suas leis, os seus limites e o que ela extingue ou não tolera (em suma, golpe de Estado criou uma ordem ilegítima que se inculcava redentora; mas, na realidade, o “império da lei” abolia o direito e implantava a “força das baionetas”: não há mais aparências de anarquia, porque a própria sociedade deixava de secretar suas energias democráticas) (Fernandes, 2018, p. 10).

Desse modo, a burguesia delegou o poder às Forças Armadas para eliminar os entraves que se colocavam contra o projeto de modernização das relações capitalistas no Brasil, mas não perdeu, em nenhum momento, sua condição de classe dominante. Isto posto, os expurgos iniciaram tão logo o golpe foi consumado. Segundo a descrição de Sanfelice (2008, p. 130),

[...] durante o governo Castelo Branco (1065 dias), foram praticados 3.747 atos punitivos (média de 3 por dia). Foram 116 cassações de mandatos políticos, 547 suspensões de direitos políticos por dez anos, 526 aposentadorias, 1547 demissões (a maioria de funcionários públicos e de autarquias), 569 reformas de militares, 4 cancelamentos de insígnias militares, 165 transferências militares para a reserva, 60 cassações de medalhas, 4 cassações de aposentadorias, 2 cassações de autorizações, 1 descredenciação, 36 destituições, 5 disponibilidades, 75 exclusões da Ordem do Mérito Militar, 40 expulsões, 22 exonerações, 1 cassação do posto e patente. Além do grande número de atos punitivos, o governo Castelo Branco bateu o recorde de aprovação de leis oriundas do Executivo: 733 projetos.

O golpe legitimava-se como restaurador da economia, da ordem social e defensor da livre empresa. Não é à toa que a segurança nacional se tornou cada vez mais presente e o combate à subversão tornou-se uma constante nos governos do período. Não por acaso, ocorreu o cancelamento das eleições de 1965, o mandato de Castelo Branco foi prorrogado e o aparato repressivo foi modernizado, de modo a impedir a organização das forças de oposição.

O novo governo não se limitou às cassações políticas iniciais. Na medida em que setores populares reagiram ao arbítrio, a ditadura tornou-se mais violenta. O ápice do terror patrocinado pelo Estado foi a imposição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Perseguições, prisões ilegais, tortura e assassinatos tornaram-se uma rotina no período, com o patrocínio de empresários, banqueiros etc.

Os alicerces ideológicos da repressão foram constituídos por meio da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), difundida no Brasil desde o início da década de 1950, por oficiais das Forças Armadas, que cursaram o *School of the Americas* (Escola das Américas), fundada em 1946. Além da difusão dos valores que interessavam aos Estados Unidos os oficiais das Forças Armadas do continente, tais oficiais também foram formados nas técnicas de combate ao que era considerado subversão.

Os oficiais brasileiros que participaram dos cursos ofertados pela Escola das Américas auxiliaram na criação da Escola Superior de Guerra em 22 de outubro de 1948, por meio do Decreto nº 25.705, organizada de acordo com a Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949. A instituição constituiu-se em um espaço de formação de lideranças civis e militares a partir da perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que constituía as diretrizes do que seriam o “inimigo interno” e a “guerra subversiva”, argumentos utilizados para caracterizar as ações de grupos comunistas.

Isto posto, uma análise das reformas no campo educacional no período deve levar em consideração a correlação de forças que se materializou com o golpe. Não houve, como afirma Cunha (2014), uma política educacional da ditadura. Embora tenhamos, como fio condutor das políticas educacionais, a ideia de desenvolvimento com segurança (o que incluiu a repressão) e a formação para as demandas do mercado, é possível afirmar que ocorreram ações contraditórias entre si.

Para citar apenas um caso exemplar, a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, determinado pela Lei n. 5.692/71, era contraditória com o ciclo básico nos cursos superiores de graduação, que tinha, entre seus objetivos, “evitar a precoce opção pela carreira (Cunha, 2014, p. 360).

As contradições apontadas por Cunha, apesar das afinidades dos grupos vencedores, demonstram as lutas internas dentro das classes dominantes.

Repressão, imprensa e reforma do ensino superior na ditadura

O golpe Civil Militar de 1964 promoveu perseguições, prisões e exílio de diferentes lideranças identificadas com o governo deposto ou que se colocaram no campo da oposição aos governos da ditadura. Nesse contexto, a ditadura utilizou das mais variadas formas de intimidação e repressão para eliminar as ideias “comunistas” do espaço acadêmico, conforme as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional.

Após o golpe de 1964, diferentes universidades sofreram intervenção militar ou tiveram seus campi ocupados em busca de “subversivos”: Brasília (UnB), Minas Gerais (UFMG), São Paulo (USP). Logo no primeiro ano da ditadura, ocorreram expurgos em diferentes instituições universitárias pelo Brasil. Professores foram demitidos, aposentados compulsoriamente ou presos. Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira são exemplos emblemáticos do que viria ocorrer nos anos seguintes. Lideranças

estudantis também sofreram com a violência da ditadura: intimidação ou expulsão tornaram-se uma rotina.

O movimento estudantil igualmente sofreu com a repressão da ditadura. A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi invadida e a entidade foi reservada à ilegalidade. Além disso, o incêndio criminoso da sede da UNE foi muito além da destruição física: demonstrou o que estava por vir nos anos vindouros.

A Lei 4.464 foi aprovada por um Congresso mutilado pelas cassações políticas em 9 de novembro de 1964 e sancionada pelo então presidente Castelo Branco. Nela constava o seguinte: “Art. 14. É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de carácter político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”.

Na prática, tal lei revogou a liberdade de organização e a manifestação dos estudantes, além de tentar colocar o movimento estudantil sob a tutela do Estado militarizado. A UNE seria extinta e substituída o Diretório Nacional dos Estudantes – localizado em Brasília –, que poderia ser convocado pelo Ministro da Educação em qualquer ocasião.

Em 01 de Abril de 1965, um ano após o golpe, por ocasião da Conferência de Educação, ocorrida em Brasília, o então presidente Castelo Branco presidiu a sessão de instalação dos trabalhos. Em sua manifestação, descrita pelo jornal *O Estado de São Paulo*, verifica-se, entre as ideias presentes, a questão do desenvolvimento econômico e o saneamento da sociedade.

Não preciso dizer-vos o que representa a educação como meio de realização do homem, nem o que ela significa, através do desenvolvimento técnico e científico, para a prosperidade nacional. Nem necessito apontar o que constitui para a estabilidade das instituições democráticas, que reclamam constantemente a participação dos cidadãos em sua preservação. [...]

Estarrecida antes os extremos a que, em órgãos ligados à juventude, atingira a corrupção e a subversão de agentes do Poder Público, a Nação adquirira a consciência de que a educação constituía um dos focos em que mais urgente se tornara uma presença saneadora. Daí os aplausos com quem tem recebido os esforços do governo para repor a ordem nesse importante setor da vida nacional. [...]

A universalização da educação primária, tida como instrumentos de consolidação das instituições e fator de desenvolvimento, é, sem dúvida, o primeiro dever de uma verdadeira democracia (O Estado de São Paulo, 01 abr. 1965, p. 14).

A ideia subjacente era de que educação seria a alavanca para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, além da estabilidade das “instituições democráticas”. Ora, o que seriam tais instituições de Estado, quando se sabe que Castelo Branco assumiu a presidência por meio de um golpe de Estado? Além da falaciosa defesa da democracia, tal presidente apontou para a corrupção e para a subversão no movimento estudantil, daí a necessidade de sanear, ou seja, situar na ilegalidade aqueles que se colocavam contra a ordem ditatorial. Não por acaso a chamada “infiltração comunista”, presente em inúmeros discursos oficiais, foi um argumento amplamente utilizado para demonstração do perigo que ameaçava nossas tradições, supostamente democráticas.

Dessa forma, a ditadura iniciava o caminho para a promoção das políticas educacionais adequadas aos interesses do Estado e do capital. Porém, mesmo sob rígida repressão e na clandestinidade, a UNE permaneceu resistindo e realizando seus congressos até 1968, ano em que foi outorgado o AI-5.

Entretanto, antes mesmo do AI-5, o acirramento das tensões entre a ditadura e o movimento estudantil ganhou um novo patamar, com o homicídio do estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, em 28 de março de 1968, no decorrer de uma manifestação contra o fechamento do restaurante do Calabouço, no Rio de Janeiro, que atendia especialmente a estudantes de famílias de baixa renda. A morte causou comoção e uma série de manifestações foram agendadas pelo movimento estudantil. Nesse contexto, a imprensa burguesa deu voz ao presidente Costa e Silva, em defesa da ordem. É o caso, por exemplo, do jornal *O Globo*, em 01 de abril de 1968:

Costa e Silva: “Os agitadores querem sangue”

Brasília (O Globo) – O Presidente Costa e Silva disse ontem à noite no Clube das Forças Armadas, durante o coquetel comemorativo do 4º aniversário da Revolução, que nenhuma agitação conseguirá mudar a orientação do governo: “Cumprimos o nosso dever – afirmou -, e havemos de cumpri-lo à custa de qualquer sacrifício. [...]

Essa paz será assegurada, quer queiram quer não queiram os agitadores. Eles querem sangue, mas o país continuará sem sangue porque não estamos com a ideia da violência. Nós queremos paz, que queremos o trabalho e queremos democracia real, a democracia respeitada. [...]

É o povo, mas é o povo disciplinado que quer garantir a ordem neste País para que ele não caia no caos, nem na anarquia, nem na desgraça (O Globo, 01 abr. 1968, p. 3).

É interessante observar que um dos expoentes da ditadura proclamou a defesa da paz e da democracia. Ora, que seria isso, se não um artifício para encobrir o arbítrio, as

cassações de direitos políticos, o fim das eleições presidenciais, a perseguição dentro das universidades ou, até mesmo, a intervenção nos sindicatos?

É necessário apontar que as forças hegemônicas presentes no interior da máquina do Estado enxergavam na reforma do ensino superior um dos mecanismos para o controle político das universidades e de desarticulação do movimento estudantil. Cumpre assinalar, então, que as universidades eram consideradas um espaço estratégico para o projeto de modernização da economia segundo a perspectiva da ditadura. Em outras palavras, a educação básica e superior era entendida como um meio necessário para a formação de técnicos e profissionais habilitados para o trabalho na indústria e na esfera do Estado. “[...] A educação passa, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda” (Frigotto, 2006, p. 41).

Nesse contexto, a proposta de reforma do ensino superior atraiu, com anuência dos intelectuais vinculados aos interesses burgueses, a presença de agências norte-americanas, com o objetivo de promover reformas que atendessem às demandas do mercado. Entre as agências, é possível identificar a USAID (*United States Agency for International Development*), as Fundações Rockefeller e Ford.

Diante desse quadro, o governo militar se sentiu pressionado a formular uma política para a reestruturação do ensino superior. Ao contrário do que ocorrera no período populista, durante o qual vigorou uma discussão pública visando à construção de uma universidade crítica de si mesma e da sociedade brasileira, a política educacional do regime autoritário seria confiada a um pequeno grupo designado pelo poder central. O governo encomendou determinados estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior, entre os quais se destacam o documento elaborado pelo professor norte-americano Rudolph Atcon; o Relatório Meira Mattos, que o abordou como uma questão de "segurança nacional", e o Relatório da Equipe de Assessoria do Ensino Superior, cuja comissão foi integrada por professores norte-americanos e brasileiros (Martins, 2009, p. 19).

Em linhas gerais, os debates e os pronunciamentos oficiais do período invariavelmente são marcados pela relação entre uma formação qualificada da força de trabalho e o crescimento social e econômico em conformidade com a Teoria do Capital Humano, de Theodore William Schultz. A partir desse princípio, verifica-se a defesa do planejamento e do investimento racional na educação como requisito para a modernização da economia.

Embora a Educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas no momento em que obtém um tipo de educação, é predominantemente uma atividade de desenvolvimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como um agente produtivo. Dessa forma, uma parte sua é um bem de consumo aparentando com os convencionais bens duráveis do consumidor, e outra parte é um bem produtor (Schultz, 1971, p. 79).

De tal modo, o investimento em educação é um postulado para a expansão da capacidade produtiva. Tais fundamentos também estavam presentes nas manifestações oficiais de Presidentes e Ministros da Ditadura. O Ministro interino da Educação, Moniz Aragão, na abertura da Conferência da Educação de 1965, por exemplo, afirmou o seguinte:

A ideia de ação estatal planejada, embora de inspiração socialista, tornou-se imperativo das modernas técnicas de governo e tende a erigir-se, na generalização de seu emprego, em função normal dentro da administração normal (O Estado de São Paulo, 01 abr. 1965, p. 3).

As manifestações das autoridades constituídas e as recomendações dos documentos produzidos nos estudos encomendados apresentam convergências em relação à necessidade de adaptação dos vínculos do ensino superior com as metas do desenvolvimento econômico. Considerando o diagnóstico apresentado, propunha-se a expansão, otimizando os recursos por meio da flexibilização e da reorganização administrativa e pedagógica.

Seguindo essa linha de raciocínio, foram propostos a extinção do regime de cátedra vitalícia, a organização departamental e a introdução do ciclo básico no primeiro ano de formação superior como um meio para superar as pressões da questão dos “excedentes”.

Antes de prosseguirmos, a expressão “excedentes” diz respeito aos candidatos aos vestibulares nas universidades públicas, que obtinham média, mas não conseguiam se matricular nas respectivas instituições, em função da insuficiência de vagas. Nesse sentido, ao longo da década de 1960, uma das pautas mobilizadoras do movimento estudantil encontrava-se na defesa da expansão das universidades e era vista como solução para a questão dos excedentes. Por isso, entre as sugestões para a reforma do ensino superior, encontrava-se a adoção do vestibular classificatório e a ampliação da participação privada no ensino superior.

Tarso Dura, então Ministro da Educação, em entrevista publicada em 15 de maio de 1968, na *Folha de São Paulo*, fez algumas considerações sobre a gratuidade do ensino superior.

Tarso Dutra defende cursos pagos na Universidade. Contestando a afirmação de que os cursos pagos a educação seria um privilégio de ricos, o Ministro Tarso Dutra argumentou: “O importante para o governo é instituir o ensino gratuito e oferecer o ingresso a alunos que satisfaçam as condições de competência, para ingressar. É o sentido do vestibular: quem o ultrapassa, tem a matrícula garantida. Não é exato de que o filho do operário só passa estudar a noite. Se puder passar o exame de seleção, frequenta a universidade de dia. Errado seria estabelecer um critério social para o ingresso no ensino superior: seria a própria degradação do ensino. E acrescentou: “Ninguém é obrigado a frequentar os cursos pagos. Durante o dia eles são gratuitos. O que é errado é procurar evitar a criação desses cursos só porque eles são pagos. A criação de cursos superiores é benéfica para todo o povo brasileiro (Folha de São Paulo, 15 mai. 1968, p. 2).

O posicionamento do Ministro Tarso explicita o projeto burguês para o ensino superior. Em conformidade com as orientações do IPES, da Escola Superior de Guerra e dos acordos MEC-USAID, a reforma pautou-se na modernização das instituições segundo os interesses do capital. Dessa forma, a ideia de meritocracia, fundada no oferecimento do ingresso aos “alunos que satisfaçam as condições de competência” para a frequência nas instituições superiores, justificava a estratificação social.

Assim, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que promulgou a reforma do ensino superior, constituiu-se enquanto mais uma medida de caráter autoritário, que foi publicada pouco antes da imposição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968.

No contexto histórico mais repressivo da ditadura, a reforma proporcionou a modernização das universidades federais, contribuindo, também, para que algumas instituições estaduais seguissem o mesmo caminho. Desse modo, propiciaram-se meios para a articulação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão, e também houve a abolição do regime de cátedras vitalícias, com a introdução do regime departamental, além da institucionalização da carreira docente, com progressão vinculada à titulação acadêmica. Para o atendimento dessa demanda, implementou-se uma política de pós-graduação, materializada nos planos nacionais de pós-graduação e orientada pelas instituições de fomento do governo federal.

Nesses termos, se a reforma do ensino superior proporcionou a modernização das instituições dentro dos padrões exigidos pelo capital, com racionalização de recursos e busca de eficiência, junto disso, criou mecanismos para a ampliação do ensino superior privado a partir de faculdades isoladas, orientadas para a mera transmissão de conteúdos e desvinculadas do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Concomitante ao processo de reforma, a ditadura civil militar promoveu a invasão de campus universitários, perseguiu professores e alunos, censurou ideias consideradas de esquerda, além de instaurar a prisão e a tortura de indivíduos considerados indesejados.

As ações legislativas autoritárias tiveram seu auge com a imposição do AI-5, decreto que concedeu poderes de legislador ao Presidente da República, consentindo que ele viesse a editar decretos, leis, bem como suspender uma série de garantias constitucionais dos cidadãos. A *Folha de São Paulo*, em um Editorial, de 14 de dezembro de 1968, ainda que lamentasse a “interrupção do processo democrático”, argumentou que os verdadeiros culpados eram os “radicais”, ou seja, aqueles que se colocaram contra a ditadura:

Deve-se lamentar, antes e acima de tudo, essa interrupção do processo democrático. Sejam quais forem as razões que levaram o presidente da República a adotar a medida extrema, ela só pode deixar profundamente contristados todos os brasileiros que, conscientes do progresso que o País vem apresentando em vários setores – e especialmente o econômico e financeiro – compreendem que a estabilidade é fundamental para o progresso se consolide e acentue.

O chefe da nação deve ter tido motivos fortíssimos para a opção que tomou. Em numerosas oportunidades anteriores, manifestou a sua disposição de não se afastar da normalidade constitucional, resistindo mesmo, mais de uma vez, a apelos e pressões que recebeu no sentido de usar meios drásticos para enfrentar problemas e superar crises. Os acontecimentos, agora, não devem ter deixado alternativa senão a que tristemente se confirma.

É inútil procurar culpados ou responsáveis pela situação. Se culpas e responsabilidades hão, é do radicalismo, que desde há alguns meses começou a aprofundar-se entre nós, gerando tensões e inquietudes. Em outro contexto, provavelmente, a decisão da Câmara dos Deputados sobre o caso Márcio não teria tido maiores consequências. Mas, ligada a outras crises – algumas habilmente fomentadas por agitadores, interessados apenas em criar problemas para a Nação – acabou sendo o acontecimento que precipitou a situação em que hoje nos encontramos (Folha de São Paulo, 14 dez. 1968, p. 4).

Como é possível inferir a partir do referido editorial, a imposição do AI-5 foi um mal necessário para a contenção dos “agitadores” que se colocavam contra a nação. Não

há uma única palavra, e nem poderia havê-lo, contra o ordenamento jurídico imposto pelo golpe de Estado, que se proclamou revolucionário em 1964.

Dessa forma, as ações editoriais da imprensa – em especial os jornais analisados – contribuíram para a construção do consenso em torno da ditadura. Empresas de comunicação como O Globo, da família Marinho, o Jornal do Brasil, de Nascimento Brito, O Dia, de Chagas Freitas, ganharam força com a ditadura, expandindo seus negócios e desenvolvendo outras atividades econômicas além da imprensa escrita (Campos, 2012).

Diante desse contexto marcado pela ação repressora do Estado e com o apoio da imprensa ao ordenamento jurídico da ditadura, o ensino superior não passou incólume. Em 26 de fevereiro de 1969, foi outorgado o Decreto 477, que determinava penalidades a professores, alunos e funcionários envolvidos em atividades consideradas subversivas. O decreto previa demissões de professores e o desligamento sumário de alunos, entre outras medidas punitivas.

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dê participação;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno (Brasil, 1969, p. 1706).

No entanto, apesar das disposições previstas no decreto, isso ainda não era suficiente para o exercício das autoridades da ditadura. Com a finalidade de ampliar o aparato repressivo no ambiente universitário, a ditadura criou, em 1969, as Assessorias de Segurança e Informação (ASI), que trabalhavam no interior de órgãos públicos e em instituições de ensino superior. Ainda que subordinadas aos reitores, as ASI vinculavam-se ao Serviço Nacional de Informações, órgão de inteligência e de espionagem da ditadura.

A vigilância e a espionagem eram atividades prioritárias da ASI nas comunidades acadêmicas, buscando e levantando dados de professores, alunos e funcionários que apresentavam postura política divergentes com o governo da ditadura.

[...] A atuação das ASI (ou AESI) revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país. Essas agências não protagonizaram ações espetaculares, tampouco tinham poder incontestado, uma vez que alguns reitores nem sempre obedeciam a suas recomendações. Mas, em sua ação cotidiana, miúda, elas ajudaram a retirar da vida acadêmica um de seus elementos mais preciosos, a liberdade. Durante sua existência, elas contribuíram para criar nas universidades ambiente de medo e insegurança, que certamente atrapalhou a produção e reprodução do conhecimento, sobretudo nas áreas de saber mais visadas, para não falar do empobrecimento do debate político (Motta, 2008a, p. 45-46).

Desse modo, as ações da ASI influenciavam na rotina das comunidades acadêmicas, interferindo na nomeação de cargos, censurando livros e proibindo manifestações estudantis. Nesse contexto, professores e alunos foram perseguidos pela simples suspeição de serem subversivos.

Como expressão do projeto burguês e conservador, a ditadura civil-militar criminalizou e perseguiu as manifestações progressistas e qualquer ações ou ideias que considerasse ameaçadora e subversiva para a manutenção da ordem – e, obviamente, aqueles que propugnavam por essas ideias –; contendo e asfixiando o movimento estudantil; criando as ASI (Assessorias de Segurança e Informação) para espionagem em órgãos públicos; controlando e censurando pesquisas, do mesmo modo como a impressão e a circulação de livros; buscando difundir valores considerados conservadores por meio de técnicas de propaganda, da criação de componentes curriculares dedicados ao ensino de moral e civismo e de empreendimentos como o Projeto Rondon.

Em sua faceta destrutiva, o Estado autoritário prendeu, demitiu ou aposentou professores considerados ideologicamente suspeitos – em geral acusados de comunistas –, assim como afastou líderes docentes acusados de cumplicidade com a "subversão estudantil". Além disso, torturou e matou alguns membros da comunidade acadêmica que considerava mais "perigosos". O anseio por uma "limpeza" ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e de textos, e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária. As

ASI, juntamente com outros órgãos de informação, triaram contratações, concessões de bolsa e autorizações para estágios no exterior (Motta, 2014, p. 23).

Isto posto, em relação a uma análise geral do projeto educacional promovido pela ditadura, pode-se afirmar que o objetivo de modernização se pautava na perspectiva econômica de expansão das relações capitalistas em nosso território. Vinculado a esse propósito, e não menos importante, encontramos o projeto autoritário e conservador que se explicitava ao manter a hierarquia social com a defesa dos valores compreendidos como tradicionais: a defesa da pátria, da família e da civilização ocidental cristã.

Análise acerca da educação básica na ditadura civil militar

Diferentes autores que se debruçaram sobre a questão educacional no período demonstraram que o legado da ditadura deixou cicatrizes profundas. Os militares não criaram a desigualdade educacional, mas aprofundaram-na na medida em que a expansão da rede escolar ocorreu de forma a reproduzir ideologicamente os interesses do capital. Some-se a isso o fato de que o crescimento das matrículas na educação básica não foi acompanhado dos investimentos necessários para a manutenção dos prédios ou, até mesmo, da formação docente, que continuou precarizada (Cunha, 2014; Saviani, 2008).

A título de exemplo, a Constituição Federal de 1967 em nenhum de seus artigos determinou a obrigatoriedade do Governo Federal e dos Estados a investir na educação, modificando um dispositivo na Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, que previa que a União deveria investir pelo menos 12% do Produto Interno Bruto (PIB), alterando um dispositivo previsto na Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 1961, onde se previa, no Art. 92: A União aplicará anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12% (doze por cento), no mínimo de sua receita de impostos e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 20% (vinte por cento), no mínimo.

Considerando que a política educacional não possui uma trajetória independente do desenvolvimento histórico da formação social brasileira, o encaminhamento da Constituição de 1967 é coerente com os objetivos propostos pela ditadura. Tratava-se, portanto, de formar trabalhadores dentro dos padrões exigidos pelo capital. Em nenhum

momento, então, foi cogitada a socialização dos conhecimentos ou a democratização da escola.

Concomitantemente, em relação à omissão do Estado no provimento de recursos para a educação pública, é importante observar a crescente utilização de mecanismos pelos governos militares para contrabalançar essa situação. Nesse sentido, as medidas compensatórias constituíram-se em mais um mecanismo de apropriação pelo empresariado da educação. Entre os instrumentos utilizados, podemos citar: “[...] o salário-educação (1964), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) de 1974, o Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL) de 1982, o Crédito Educativo, entre outros” (Germano, 2011, p.199).

A partir das orientações presentes na política educacional, é reforçado o caráter seletivo e excludente da educação escolar: para os filhos das famílias mais abastadas, o acesso ao ensino superior é menos tortuoso do que para os filhos da classe trabalhadora.

A reforma de 1971, pela lei 5.692/71, que completou o ciclo de reformas, expressou nos termos da lei as estratégias do desenvolvimentismo dentro do espírito da segurança nacional e da Teoria do Capital Humano. Assim, dentro do contexto histórico do início dos anos de 1970, o “ensino profissionalizante”, determinado pela reforma, foi o projeto mais polêmico que a política educacional da ditadura no Brasil promoveu. Era o “milagre econômico” presente no âmbito da educação básica. A lei determinava, como objetivo no Art. 1º, “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, qualificação para o trabalho”.

Nesse interim, para alcançar a qualificação mínima, os filhos da classe trabalhadora precisavam frequentar a escola. Dessa forma, a ditadura ampliou o acesso ao sistema escolar, tornando obrigatória a matrícula dos 7 aos 14 anos, com a expansão das vagas. Já o ensino de 2º grau (atual ensino médio), que não era obrigatório, também foi remodelado.

Em uma breve síntese, o ensino de 2º grau passou a ter como objetivo fundamental a profissionalização dos alunos. Dessa forma, todas as instituições de ensino públicas e privadas deveriam adequar-se aos dispositivos da lei e ofertarem cursos profissionalizantes, conforme podemos observar na Lei 5.692/71.

Art. 4º Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada

para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos.

[...]

§ 3º Para o ensino de 2º grau, o Conselho Federal de Educação fixará, além do núcleo comum, o mínimo a ser exigido em cada habilitação profissional ou conjunto de habilitações afins.

§ 4º Mediante aprovação do Conselho Federal de Educação, os estabelecimentos de ensino poderão oferecer outras habilitações profissionais para as quais não haja mínimos de currículo previamente estabelecidos por aquele órgão, assegurada a validade nacional dos respectivos estudos (Brasil, 1971, p. 6377).

De tal modo, a expansão do acesso à escola era um imperativo para a reprodução da força de trabalho. Dessa forma, a preocupação dos governos da ditadura se pautava na criação de um sistema de ensino que contemplasse as necessidades do mercado, por meio da qualificação técnica da força de trabalho, mesmo que em níveis mínimos. Concomitantemente, a educação escolar constituía-se em um espaço estratégico para a difusão privilegiada dos valores burgueses.

[...] A concepção de ensino profissionalizante estava baseada na necessidade de organizar o ensino médio de modo que proporcionasse aos concluintes uma habilitação profissional. Essa necessidade derivaria do imperativo de combater a frustração dos alunos, resultante de seu despreparo para o mercado de trabalho ao fim do nível médio, o que os estaria forçando a procurar as escolas superiores como único meio de obter algum tipo de habilitação profissional. A possibilidade de canalizar a frustração era dada pela crença na existência de uma demanda de técnicos de nível médio não atendida. Mas ninguém conhecia o volume de oportunidades ocupacionais disponíveis. Apenas acreditava-se que ela fosse grande o suficiente para compensar, minimamente, os concluintes do ensino médio que não ingressassem nos cursos superiores – e tal crença bastava (Cunha, 2014, p. 3).

A política de ampliação da rede escolar promovida pela ditadura também gerou impactos no currículo escolar. Nesse sentido, foram promovidas alterações curriculares, como a introdução da matéria Educação Moral e Cívica para os alunos do 1º grau e OSPB para o 2º grau, além da retirada de Sociologia e de Filosofia do currículo.

Em termos práticos, o resultado da reforma, materializada pela Lei 5.692/71, foi desastrosa do ponto de vista dos interesses populares: com recursos escassos, a formação de professores ocorreu de forma aligeirada, por meio da precarização das condições de trabalho docente e da deterioração dos prédios escolares.

Nesse contexto, a anunciada expansão do acesso ao sistema de ensino caracterizou-se por um viés exclusivamente quantitativo sem preocupação com a qualidade. A introdução de disciplinas vinculadas à Doutrina de Segurança Nacional, como Educação Moral e Cívica, demonstra a preocupação do Estado na formação das futuras gerações comprometidas com os valores conservadores do regime. Para além desses aspectos, verifica-se, no período, o fechamento dos grêmios estudantis e, em seu lugar, foram instituídos os “centros cívicos escolares”, que eram tutelados pelas direções escolares.

Diante disso, os investimentos anunciados à educação eram pequenos em decorrência do Estado destiná-los ao capital e à “Segurança Nacional”. Assim, a expansão do acesso à escola por segmentos da classe trabalhadora não se traduziu no acesso ao conhecimento e nem era esse objetivo da ditadura. Afinal, não era objetivo da ditadura que os alunos oriundos da classe trabalhadora buscassem o acesso ao ensino superior, até porque as vagas nas universidades públicas eram insuficientes para o atendimento da demanda e destinavam-se às camadas mais abastadas.

Considerações finais

O golpe de 1964, que derrubou um presidente legitimamente eleito, foi proclamado como uma “revolução” por inúmeros intelectuais e, também, pela imprensa burguesa. Em nome do combate ao comunismo e em defesa das liberdades da democracia, instituiu-se uma ditadura em defesa explícita do capital. Os que ousaram denunciar as arbitrariedades ou lutaram contra a ditadura tiveram seus direitos cassados, foram perseguidos, encarcerados, torturados ou assassinados.

A crise do início dos anos de 1960, caracterizada pelo esgotamento do nacional-desenvolvimentismo e o crescimento das lutas populares, levou ao “colapso do populismo” no Brasil. Nesse contexto, a burguesia, associada ao capital estrangeiro, abriu mão da Constituição Liberal de 1946 para abraçar o golpe.

A repressão se fez presente logo após a derrubada de Goulart, mas isso não foi o suficiente. Isso porque a escalada repressiva veio acompanhada de uma série de reformas com vistas à intensificação da exploração da força de trabalho. A educação, como se sabe, não ficou de fora da estratégia de poder dos governos militares, que agiram em defesa dos interesses burgueses.

Apesar das proclamações oficiais em defesa da educação e sua associação com o progresso, na prática, os filhos da classe trabalhadora não tiveram acesso a uma escola que desenvolvesse suas potencialidades e nem era esse o objeto. Assim, o ensino superior continuou um privilégio de poucos ao mesmo tempo em que ocorria um rígido controle ideológico dentro das instituições. Concomitantemente, os poucos recursos destinados às escolas públicas contribuíram para sua precarização e para sua desvalorização. Se houve ampliação do acesso, também é verdadeiro que não foi sanada a questão do analfabetismo e a proclamada profissionalização do ensino de 2º grau foi mais uma proposta vazia de conteúdos e sem condições materiais de implementação.

Nesse contexto, a imprensa desempenhou um papel importante no âmbito da legitimação do golpe e das propostas educacionais que se seguiram. Em linhas gerais, a grande imprensa colocou-se em defesa da intervenção militar como meio de garantir a “democracia” e a “liberdade” contra os movimentos sociais e contra o comunismo. Os mesmos órgãos contribuíram para difundir a ideia de que o golpe de 1964 foi um ato revolucionário das Forças Armadas.

Durante a ditadura, a imprensa burguesa apresentou discordâncias em momentos pontuais, mas jamais questionou as bases materiais de uma sociedade profundamente desigual. A expressão ideológica manifestada nos interesses burgueses, contribuiu com o apagamento das responsabilidades civis e militares dos crimes cometidos em nome do capital.

Nos últimos anos, vivenciamos o crescimento de manifestações fascistas e autoritárias, o que traz para o presente a tragédia de nossa história, que não foi superada. Afinal, os agentes do Estado e seus financiadores não responderam por seus crimes, mas, antes, foram anistiados e, hoje, verifica-se que vidas de homens, mulheres e crianças continuam sendo ceifadas em nome de um modelo econômico que atende aos interesses do capital. Assim, ainda hoje é possível ver segmentos defendendo o indefensável. Mais do que nunca, é hora de unificarmos as lutas em defesa daqueles que produzem, de fato, a riqueza.

Por isso, é necessário ter clareza de que, como afirma Marx em sua obra *O 18 Brumário*: os homens são responsáveis pela produção de sua história “não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (Marx, 1997, p. 21). No entanto, a determinação das circunstâncias pelo contexto histórico não implica em uma relação passiva com a realidade. Isso significa afirmar que as circunstâncias estão

colocadas, mas não estão dadas em definitivo. Afinal, a história se forja pelas lutas entre dominantes e dominados e não há nada definido, a não ser a necessidade da luta pela emancipação de toda humanidade.

Referências

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 3193, 9 abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm . Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 1706, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 21 mar. 2023.

_____. Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 10169, 9 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 mar. 2023.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 11 ago. 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Niterói: UFF, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014.

DREIFUSS, René Armand – 1964: *A Conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERNANDES, Florestan. *O que é revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 12626, jan 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 12710, abr 1964.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 14213, maio 1968.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 14426, dez 1968.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista*. São Paulo: Cortez, 2006.

GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985)*. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 16, p. 32-50, 2008.

_____. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 66, n.4, out./dez. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 26.487, ago1961.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, nº 27.591, abr 1965.

O GLOBO. Rio de Janeiro, nº 12851, abr 1968.

SANFELICE, José Luís. *O movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964*. Campinas: Alínea, 2008.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SCHULTZ, Theodore William. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.

Artigo recebido em 24/02/2023

Aceito para publicação em 26/05/2023

“É DA CIVILIDADE!”: Um Retrato da Modernização e a Pedagogia dos Corpos pela Imprensa Francana (1890-1940)¹

“IT'S CIVILITY!”: A Portrait of Modernization and the Pedagogy of Bodies by the Press of Franca (1890-1940)

Gabriel LOPES¹

Resumo: As décadas finais do século XIX e as primícias do século XX foram de mudanças políticas, econômicas e sociais para um Brasil que se tornava republicano. Nas cidades, projetos higienistas espoliavam as camadas da população mais vulneráveis em troca de um embelezamento da urbe. Assumindo uma concepção abrangente do processo educativo é possível vislumbrar nos veículos midiáticos e na legislação – mais precisamente na imprensa e no *Código Municipal de Franca de 1910*, nossos objetos de estudo – um exercício de pedagogia dos corpos, assumindo um ponto de análise foucaultiano. Com efeito, os veículos tipográficos assumiram um papel protagonista nesta trama de educar uma população campesina que se tornava urbana. O objetivo deste trabalho repousa nesta formulação, identificando nos periódicos locais selecionados e no código legislativo modos de representar um retrato deste domínio dos gestos.

Palavras-chave: Modernização, Imprensa, Poder, Pedagogia dos Corpos, Corpos dóceis.

Abstract: The final decades of the 19th century and the beginnings of the 20th century saw political, economic, and social changes for Brazil, which became republican. In cities, hygienist projects plundered the most vulnerable sections of the population in exchange for beautifying the city. Assuming a comprehensive conception of the educational process, it is possible to glimpse in the media vehicles and legislation – more precisely in the press and in the Municipal Code of Franca of 1910, our objects of study – an exercise of pedagogy of bodies, assuming a Foucaultian point of analysis. Indeed, typographic vehicles were leading in educating a peasant population that was becoming urban. The objective of this paper rests on this formulation, identifying ways of representing a portrait of this domain of gestures in selected local periodicals and in the legislative code.

Key-words: Modernization, Press, Power, Pedagogy of the bodies, Docile bodies.

“É da civilidade!”: imprensa e pedagogia dos corpos na urbe

¹Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista (PPGH-UNESP). Graduado em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca/SP). Bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gabriel.lopes1@unesp.br.

O rapaz bem educado guarda as regras da civilidade em todo o lugar, ora as do templo são simples: silêncio, ajoelhar-se quando é tempo e guardar atitude modesta (*O Aviso*, Franca-SP, n. 14, 1924).

É com esta inflexão cuja tônica se assemelha a um truísmo que o jornal *O Aviso*, periódico de Franca, dá título a um de seus artigos: “É da Civilidade!”. O título não deixa dúvidas: para se viver na cidade – e para além disso, na condição de civilidade – é necessário se portar de determinada forma, guardar determinados gestos, optar por determinadas atitudes em detrimento de outras, consideradas não-civilizadas. Sendo própria da “vida civilizada”, a coluna participa de um processo tipicamente pedagógico, educando corpos que serão paulatinamente docilizados.²

José Carlos Libâneo (2004) acentua a necessidade de concebermos a Pedagogia de forma abrangente. A educação, se adotarmos tal concepção abrangente e não-reduzida ao âmbito escolar, é multifacetada: é ora *intencional*, ora *não-intencional*. E ainda, dentro da intencionalidade pode ser *formal* ou *não-formal*. Com efeito, os meios de comunicação (dentre os quais se situa a imprensa) se enquadram, na perspectiva do autor, num processo pedagógico *intencional*, porém *não-formal*. Isto implica no estabelecimento de relações pedagógicas, porém pouco sistematizadas.

O jornal, como veículo de manifestação acerca dos acontecimentos, acaba por interferir no intercurso da história, isto é, na criação de realidades e de sentidos. Sua atuação não é, portanto, meramente neutra e receptora dos fatos, mas sim, construtiva. A imprensa atua como protagonista, criadora de novas interpretações, que agem sobre o social, ressignificando os acontecimentos e produzindo novos sentidos (Woitowicz, 2015).

Nesse sentido, podemos postular duas funções da imprensa que nos interessam. A primeira função da imprensa se refere a sua atribuição sócio-política, palco dos calorosos abalroamentos entre os meios de comunicações e suas respectivas ideologias conflitantes, sem a qual a sociedade solaparia. A segunda função cumprida concerne à motivação educadora imbricada ao jornal e, por conseguinte ao rádio, que em última instância apenas reverberava as notícias erigidas no veículo tipográfico. Por exemplo, fazia-se necessário postular códigos de posturas, tidos como materializações das regras civilizatórias.³ Para tanto, a elite política assentava tais prescrições de conduta com o intuito de derogar posturas indecorosas, como a prostituição e a ebriedade.

É nesta perspectiva que Heloísa de Faria Cruz (1996, p. 100) assinala a fundamental importância da imprensa na formação da mentalidade do povo, ditando

regras de conduta, propagando ideias, servindo de campo de disputas pelo poder e, sobretudo, moldando o imaginário popular.

Valorizada na prática social dos diversos grupos, construindo-se enquanto um importante veículo de formulação e difusão dos imaginários sociais no período, no seu fazer-se a imprensa constitui um campo de disputa extremamente dinâmico de diferentes projetos sociais. Na reflexão letrada daquele período, a imprensa começa a ser entendida não só como instrumento de articulação e discussão das posições e interesses das elites mas também, e principalmente, como veículo de formação cultural e moral do povo.

Sendo assim, o presente trabalho pretende atender a dois objetivos: em primeiro lugar, cotejar a modernização de Franca retratada pelos jornais, nosso *locus* de análise onde estes mesmos periódicos locais se inserem. Em segunda instância, o modo como a imprensa local retratou as mudanças dos novos tempos modernos e produziu novos sentidos, regrou as atitudes – por meio, inclusive, da veiculação do *Código Municipal de 1910* –, educou os gestos de uma população que passava do ambiente rural para o convívio citadino e sobretudo: produziu novas representações e *corpus* de saberes e práticas sobre os corpos.

É possível mensurar o número de jornais que circulavam na região de Franca no período circunscrito. Os exemplares aqui considerados se tratam de uma seleção daqueles em que as discussões acerca da urbanização e do comportamento urbano se encontram mais presentes, considerando-se ademais, a disponibilidade destes para consulta. Destarte, o recorte se explica pelo seguinte: é a partir de 1890 que se observa um aumento da sua malha urbana da cidade a partir da riqueza do café e, por conseguinte, maior capital investido para a modernização da urbe (Follis, 2004).

A partir de 1920 temos uma de nossas hipóteses; começa neste segundo decênio o emprego de medidas mais drásticas de limpeza social: não há mais tolerância para com aqueles que destoam do comportamento citadino esperado. Com a aplicação do capital estrangeiro na indústria calçadista surge um novo olhar adventício, que espia e julga. Este olhar de fora, que espreita de soslaio, faz com que o poder público tome medidas para limpar a cidade dos cálculos que embotam a vista da cidade que se moderniza. Aqueles que não se coadunam serão isolados do horizonte urbano por meio de diversas formas. Uma delas é por meio do alienismo social.⁴

Passemos sem mais delongas ao trato do retrato criado pelos periódicos locais face às modificações estruturais da cidade de Franca, as quais causavam já em 1903,

segundo a descrição de um periodista local, não mais comparações aos “bancos de areia” soturnos e estéreis; mas sim, à parte os exageros do cronista, suscitava semelhanças com uma espécie de “éden paulista”, aprazível para o olhar do viajante.⁵

Dos bancos de areia ao “éden paulista”

Hoje tudo mudou. Se a natureza não dá saltos, o homem, quando bem orientado, os dá na concepção e execução das suas obras.

Da ruínia dos pardieiros arrasados pela picareta do progresso, brotam, como tocados pela varinha mágica de uma fada protectora, bellos palacetes que attestam o gosto esculptural dos francanos. A cidade se transformou e se transforma dia a dia, vestindo-se de uma roupagem cada vez mais bella. [...] (*Comércio da Franca*, Franca-SP, 11.12.1920).

As modificações urbanas postas a cabo em Paris por Eugène Hausmann entre 1853 e 1869 foram tomadas por um longo período de tempo como modelares para qualquer cidade que desejasse se modernizar. Os grandes centros urbanos da Europa – com a proeminência da Paris de Haussmann – se mostravam como grandes modelos de cidade a serem seguidos. As grandes alamedas, os *boulevares* parisienses, os jardins ornados com lâmpadas elétricas, as redes de esgoto, a facilidade de tráfego de veículos e mercadorias proporcionada pelas grandes avenidas; todo este arcabouço tecnológico da modernização indicavam as prerrogativas tácitas do mundo moderno.

Não apenas como necessidade estética, a reestruturação das cidades europeias encontrou na salubridade uma de suas razões basilares. As epidemias desenfreadas que se alastravam sobre as grandes capitais signatárias do capitalismo industrial serviam como grande óbice para a economia dos grandes centros e sobremaneira: aviltavam os pressupostos ideológicos que regiam a sociedade burguesa – razão, ciência e progresso. A teoria dos miasmas,⁶ teoria esta que relacionava a ocorrência de epidemias à insalubridade do meio físico, abriu precedentes para uma intervenção nos espaços públicos de convívio social, de modo a dissipar locais tidos como proficuos para a disseminação de doenças por meio da saúde pública, o que nos é conhecido como higienismo (Cunha, 1986; Follis, 2007).

Além disso, é na virada do século XIX e XX que uma expressiva parcela da população brasileira passa a viver nas cidades.⁷ No Brasil, o primeiro exemplo de reforma urbana se deu na cidade do Rio de Janeiro, quando o então prefeito Pereira

Passos – nomeado pelo presidente Rodrigues Alves – coloca em prática seu projeto de reestruturação urbanística em 1903-1906, de modo a importar as referências europeias de readequação das cidades, dado que a então capital federal possuía um porto precário e uma estrutura colonial, tidos como um problema de ordem nacional (Follis, 2007).

O modelo haussianiano foi a partir de então seguido pelas outras capitais do país e chegara em Franca propiciada pelo desejo das elites do café em tornar a reduzida cidade rural, que em meados no século XIX ainda era uma “cidadezinha agrária” (Follis, 2004, p. 32), em mais um reduto da modernidade. São Paulo, por exemplo, serviu até mesmo de exemplo de modernização bem-sucedida para a capital federal.⁸ Esse evento fora estudado por José Evaldo de Mello Doin (2007), que traduziu o evento como *Belle Époque*⁹ caipira. Para o autor, o moderno possuía aos olhos da elite uma significação social positiva, em face da qual tudo era legitimado caso o objetivo fosse a adequação aos novos tempos. Muitos homens do interior paulista possuíam o desejo de usufruir daquilo que era vivido em Paris, desejosos de experimentar a promessa de uma paixão nas ruas iluminadas parisienses. A fim de trazer à tona o tão sonhado progresso, duas forças vitais foram articuladas pelas forças locais: modernização e civilização, como condensa precisamente um dos periódicos que circulavam em Franca no segundo decênio do século XX.

O que precisa a cidade

Cincoenta fiscaes para verem as aguas que diariamente correm dos quintais para as sargetas das ruas [...]

Cincoenta ditos para verem as ruas atrancadas de materiaes, interrompendo o transito [...]

Mais cincoenta para verem as vaccas, cavalos e cabras que, altas horas da noite, costumam frequentar o bello largo da Matriz e outros pontos da cidade. [...]

Que o senhor delegado lance suas vistas para o bairro da Cidade Nova, onde continuamente, reúne muita gente sem ocupação, promovendo desordens (*A Sentinella*, 31.08.1926).

No excerto acima, publicado pelo periódico francano *A Sentinella* em 1926, o redator reverbera algumas das queixas básicas da população frente à necessidade de melhoramentos urbanos na cidade: as águas servidas que escorrem nos quintais; os materiais de construção espalhados nas vias públicas, atrapalhando a circulação de transeuntes; os animais que vagavam a esmo no *bello largo* da Matriz, enfeando a paisagem; os desocupados que promoviam desordens.

A Franca da segunda década do século XX já não era mais aquela freguesia de expressões agrárias dos fins do século XIX, de população urbana reduzida, cuja feição rudimentar causava indignação pelo seu atraso frente às novas tecnologias já existentes nas maiores capitais brasileiras, como relatara o redator d'*O Nono Districto*, jornal de circulação local:

a cidade de Franca está material como intelectualmente atrasadíssima. Não tem mercado, não tem matadouro, não tem chafarizes, não tem largos arborizados, não tem ruas, calçadas, não tem nada (*O Nono Districto*, Franca-SP, 22.4.1882).

A partir do século XX a cidade de Franca começa a adquirir um traçado mais urbanizado, inclusive observando um aumento da população urbana.¹⁰ A riqueza advinda do café passa a influenciar nos anseios modernizantes, propalados pela necessidade da elite econômica que passa a residir próxima ao centro urbano. Foi a partir deste ideário de modernização que o cenário urbano francano, pouco provido de complexidade tecnológica, se alterou para um cenário imbuído de uma maior gama de recursos, sendo estes recursos demandados pela elite que se instalava na urbe. Esta elite enriquecida pela cafeicultura, instada pela perspectiva de investir seu capital e por manter-se adjunta às instâncias de poder, exigia do poder municipal o conforto necessário para sua instalação, como o “[...] calçamento de ruas, água encanada, rede de esgoto, iluminação elétrica, linha telefônica, jardins, teatros e hotéis” (Follis, 2004).

Também é durante a primeira metade do século XX que se observa em Franca uma acentuada vinda de imigrantes, que concorriam como mão de obra principal na produção cafeeira. Segundo Rogério Naques Faleiros (2002), o grande momento de vinda de imigrantes para cidade se configura no período de 1890-1920. Segundo o autor, o Censo de 1872 registrou em Franca o total de 425 estrangeiros, sendo 340 de origem africana e apenas 85 de origem europeia. Em 1920, Franca contava com cerca de 6.193 imigrantes.¹¹

Podemos enxergar dois movimentos encabeçados pelo poder municipal francano para resolver os problemas do atraso do município, que há muito já causavam incômodo das elites. O primeiro movimento se refere ao de prover a cidade das condições mínimas de edificações públicas dotadas de higiene, segundo as exigências dos modelos modernos da época. Antevista essa necessidade, o Mercado Municipal foi aprovado como projeto apenas em 1896, com o orçamento aceito de oito contos e duzentos e

setenta e cinco mil réis. Fora construído em 1921 no próprio Largo do Mercado, local que já abarcava a presença confusa de consumidores e vendedores, que se atracavam em suas relações comerciais ao ar-livre, suscetíveis às intempéries do tempo e à disposição insalubre dos detritos de frutas, legumes, verduras pútridas que se esbarrocavam ao chão e se desintegravam à plena luz do sol (Follis, 2004).

Outro problema relatado pelos órgãos da imprensa se referia ao matadouro. O matadouro primitivo de Franca remontava ao último decênio do século XIX.¹² Na época, o local suscitou afiadas críticas face a sua constituição robusta e desprovida de higiene:

O pessimo lugar onde se acha elle edificado (*o referido Matadouro*), as suas acanhadas dimensões, o facto de ficar em uma das entradas mais importantes da cidade, bastariam, si não houvessem outros motivos de maior relevancia, para determinar o acerto da mudança. Para isso não é mister ser-se abalisado hygienista e possuir-se de largos estudos a respeito das causas que originam os grandes males que de continuo flagelam á humanidade ... para que se possa determinar com segurança os graves inconvenientes que póde trazer á saúde publica um matadouro constituído sem as precisas regras e condições hygienicas (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 25.3.1905).

Decidiu-se construir um novo matadouro cuja edificação se deu nos anos 20. Distante do centro da cidade, a escolha do local do moderno matadouro reflete a teoria vigente à época, a qual, conforme salienta Fransérgio Follis (2004), concebia os matadouros como focos potenciais de “miasmas”. É a partir da mesma teoria dos miasmas que a Câmara Municipal passa a proibir a criação de animais dentro do território urbano,¹³ passando a regulamentar os açougues de acordo com códigos de higiene e a proibir o corte de carne em locais de venda de secos e molhados:

D’aquelle dia em deante serão fechados todos os açougues, que não estiverem de acordo com o código sanitário do Estado e os que estiverem installados em casas velhas sem hygiene. Outrossim, os negociantes que quizerem vender carne de porco e toucinho frescos, que construam açougues de accordo com o código sanitário [...]. A inspetoria será auxiliada nesse serviço pelos fiscais municipaes, conforme determinação do sr. Prefeito (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 6.02.1921).

O incômodo dos detritos urbanos a sujarem as ruas e avenidas era recorrente nas páginas da imprensa da época. Um dos redatores do jornal espírita *A Nova Era* usava as páginas do jornal para reclamar do depósito de terra e areia nas vias públicas, causando moléstias na população:

Esses depósitos de terra, com a (*sic*) ventanias e movimentos de vehiculos, formam um pó terrível que tanto mal nos causa: as casas ficam sujas, e o que é peor – quantas moléstias. Entretanto, está tão fácil: um pouco mais de bôa vontade da nossa correcta Prefeitura e o mal estará resolvido: não sendo possível a irrigação das ruas, pelo menos sejam varridas, uma vez por semana, durante a noite (*A Nova Era*, Franca-SP, 01.08.1929).

O acúmulo de lixo nas vias também causava preocupação pela potencialidade de transmissão da febre amarela. Apesar de existir um serviço público de coleta de lixo (contratado pelo poder municipal em 1902), as carroças destinadas para tal serviço passavam, até 1932, apenas pelas regiões centrais do município, executando o serviço de modo muitas vezes irregular. Somava-se a isso o comportamento indevido da população que, apesar das multas previstas em lei, continuava a despejar o lixo nas ruas. A imprensa servia, já em 1929, para servir de veículo de reclamação do serviço público de recolhimento de detritos:

A nossa Camara Municipal, no louvavel intuito de evitar a febre amarella nesta cidade, intimou todos os moradores a fazerem limpeza dos pateos de suas casas, removendo lixo, latas velhas, etc.; pois bem: a intimação foi cumprida por muitas pessoas, que mandaram remover o lixo e as latas velhas para a rua. Acontece, entretanto, que os Srs. Lixeiros apanham o lixo e não querem apanhar as latas velhas que ficam dias e dias amontoadas nas ruas, impedindo o transito e criando o micobrio (*sic*) transmissor da febre amarella. Urge uma providencia (*A Nova Era*, Franca-SP, 18.04.1929).

Como nos diz Fransérgio Follis (2004), é importante termos em mente que a cidade de Franca não foi alvo de um projeto de urbanização ao molde dos grandes projetos, em função dos quais a estrutura dos grandes centros como o Rio de Janeiro e São Paulo foi subitamente alterada. A estrutura citadina de Franca foi se modificando ao longo da segunda metade do século XX e a partir de uma série de decretos, leis municipais e medidas para higienizar os centros urbanos e melhorar as condições das estruturas físicas da cidade. O segundo movimento a ser observado se refere ao embelezamento da cidade, por meio da edificação de jardins públicos e prédios modernos. Follis discorre ainda acerca desse processo de embelezar a cidade. O primeiro local que foi ajardinado em Franca foi a Praça Barão da Franca, decorada no ano de 1921. A praça fora ornamentada com canteiros arborizados e caminhos de terra batida, no centro dos quais colocou-se um coreto retangular. Apenas no início de 1930

houve o calçamento desses caminhos de terra, removendo, entretanto, os arbustos que se prostravam decorativamente ao longo dos jardins. O obelisco em comemoração à sedição de Franca à vila fora fixado em 1929.

Principal largo de Franca, o Largo da Matriz (atualmente nomeado Praça Nossa Senhora da Conceição) foi alvo de um projeto de melhoramento ainda no ano de 1892, mas que ficara apenas no papel. O contrato fora rescindido no ano seguinte, em 1893. Além de ajardinar o largo, o projeto sob a intendência do Engenheiro Modesto Olímpio Teixeira Brandão previa edificar uma biblioteca municipal ao centro, destinada “a jogos prometidos, divertimentos de senhoras, bilhares, *rink*, cafés, restaurante e a todas as outras espécies de recreios e diversões compatíveis com a civilização e a fins a que se destina o jardim, que é o embelezamento da cidade (Santos, 1993 apud Follis, 2004). Com o contrato encerrado, a principal praça de Franca até 1906 se resumia a um descampado cortado por um caminho de terra batida, onde existiam apenas a Velha Matriz e o Relógio do Sol. Outro contrato de embelezamento da praça fora firmado com o Sr. Paulo Mota, responsável pelas modificações curvilíneas dos novos caminhos que cortavam o largo, fazendo a interligação entre as duas matrizes: a velha e a nova matriz, cuja construção se iniciou em 1893. A Figura 1 mostra o estado da principal praça de Franca na década de 20, precisamente em 1922. Em primeiro plano nota-se o Relógio do Sol contornado por alguns bancos de madeira. Ao fundo, a Igreja Matriz, ainda inacabada, frente a qual há um pequeno chafariz.

Figura 1 – Igreja Matriz e Relógio do Sol



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (MHMF), 1922.

Em 1924, o periódico *Tribuna da Franca* destinava uma coluna para agradecer a quantia de 10\$000 enviada pelo anônimo “I. Francano”, que pedia encarecidamente para que o jornal dispusesse em suas páginas de uma chamada popular para atender a população necessitada. O redator do periódico local salientava ainda a constante necessidade de se criar mais casas de assistência para prestar ajuda aos “mendigos e morpheticos”, diante dos quais “o povo francano nunca recusou o seu óbulo aos que sofrem”. De fato, à época da publicação a cidade já contava com duas instituições da assistência: a Santa Casa e o Asylo de S. Vicente de Paula. Além dessas, havia o *Asilo Allan Kardec*, fundado no ano de 1922 por José Marques Garcia.

Em Franca, a condição asilar da referida instituição remonta à sua criação. A criação do hospital está relacionada às atividades do Centro Espírita Esperança e Fé, hoje conhecido como Nova Era, no início do século XX. O centro espírita, localizado no centro da cidade e próximo ao mercado municipal estava, portanto, no âmbito da modernização propiciada pela elite municipal, como aponta Fransérgio Follis (2007). Com o tempo, a população necessitada passou a se aglomerar em frente ao sobredito centro espírita, a fim de arrecadar subsídios financeiros mínimos, obtidos por meio dos doadores - para os quais o assistencialismo é parte fundamental do espiritismo - para adquirir alimento, comprado no mercado municipal ao lado. O fato de um grande número de desvalidos ocupar a parte central da cidade, desconformes com o projeto de embelezamento citadino, incomodou a elite, financiadora da urbanização, bem como outros grupos da cidade. José Marques Garcia, preocupado com os embates entre o centro espírita e a administração pública, buscou realocar aqueles pedintes com a criação de uma casa de recolhimento de desvalidos e necessitados. Situada nos então limites do município, distante naquela época do centro urbano embelezado, fundou uma espécie de asilo que viria a ser posteriormente transformado em *Casa de Saúde* e depois em *Hospital Psiquiátrico*. A Figura 2 mostra o *Asilo Allan Kardec* nas primícias de sua edificação:

Figura 2 – Asilo Allan Kardec



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (MHMF), sem data.

Com efeito, vemos que a condição asilar foi a função inicial da iniciativa posta a cabo por Garcia e continuou sendo, de algum modo, preocupação da instituição. Interessante nos perguntarmos acerca do período em que surgem as casas de assistência ao município – como visto, durante a década de 20 – e indagarmo-nos ainda acerca das motivações que estipularam o segundo decênio do século XX como margem-limite entre um comportamento cidadão tolerável daquele outro comportamento repudiado, onde a sociedade desiste de tomar medidas parcimoniosas de contenção e passa a isolar os indivíduos destoantes; aqueles que incomodavam por trás dos postigos da cidade que se modernizava, indivíduos que não se comportavam perante os ditames da civilização – gente descalça, sem condições de trabalho, sem acesso aos novos bens de consumo, que se amontoava em frente ao Mercado Municipal (recém construído) para tentar dirimir os efeitos fisiológicos da fome em seus estômagos – e portanto, aos olhos de muitos, mais suscetíveis aos auspícios da loucura.

Recente república: corpos dóceis na Belle Époque caipira

No esquadrinhamento da sociedade, as cidades foram alvo de um policiamento integral, tendo em vista a proteção do próprio homem, cujo perigo se fazia evidente em seu comportamento visto como desregrado, movido por paixões instintivas, em suas

habitações aglomeradas onde se faziam valer estas relações desreguladas. O campo será pensado pelo saber médico como o completo oposto; as condições atmosféricas eram mais adequadas, o ar mais puro, as habitações mais naturais. Em contrapartida, o discurso médico acerca da vida nas grandes cidades mostrava que estas estavam embrenhadas num alto grau de periculosidade; a vida na urbe seria uma ameaça à saúde física dos seus habitantes, fazendo-se necessária alguma forma de controle destes riscos iminentes. A medicina social surge dentro do cenário urbano, onde toda uma teoria da cidade será pensada pelos médicos com o intuito de normalizar a cidade (Machado et al, 1978).

As modificações físicas que transpassaram as cidades modernas foram apenas uma instância do requisito modernizante. A moralidade de um comportamento urbano, adequado aos novos modos de existência e convivência da urbe, afetou o corpo social de modo cabal. A ideia de civilizar o país, ao modo francês e europeu, atravessou o âmbito comportamental da República. Toda sorte de sociabilidade que não coadunasse ao modo civilizado de se portar era expressamente repudiada pela imprensa e pela legislação da época. Sofreram com as restrições desde as festas e reuniões tradicionais, bem como a serenata e a boêmia. Até mesmo os cultos populares religiosos passaram por medidas drásticas de intervenção. De modo análogo, a pobreza passou a ser o centro das preocupações; era necessário embelezar os centros urbanos. Com isso, os grupos marginalizados – em sua vasta maioria pretos e pobres – foram expurgados do coração das cidades (D’incao, 2004).¹⁴

O primeiro *Código de Posturas Municipais*¹⁵ da Franca republicana foi publicado em 1890. Ao longo dos anos este primeiro código regrativo dos comportamentos foi ficando ultrapassado, suscitando numerosas críticas na imprensa acerca de seu modelo arcaico, que não incorporava muitas das novas leis e decretos que já vigoravam.¹⁶ Muitas eram as reivindicações pela reforma do *Código de 1890*, que só em 1910 viu a sua nova versão ser oficialmente publicada. O início do século XX foi de grande florescimento urbano em Franca, ultrapassando em muito as prescrições arcaicas do *Código*: as casas passavam cada vez mais a se moldar à arquitetura burguesa de habitação,¹⁷ o que fazia os moradores a reconstruírem suas casas, deixando areia e cimento expostos à canícula poeirenta do meio-dia nas calçadas que, por sua vez, existiam em alguns locais e não em outros, ou então eram construídas de maneiras irregulares, impedindo a passagem de transeuntes (*A Nova era*, Franca-SP, “A Poeira”, 01.08.1929).

Novas leis foram surgindo para mitigar as irregularidades de uma urbe que aumentava tanto suas proporções físicas quanto o contato social de sua população, o que resultou na decretada obsolescência do *Código de 1890*. Após 12 meses de produção incessante, o novo projeto de *Código de Posturas*, redigido em 40 cadernos de papel almaço,¹⁸ pôde ser finalmente discutido na Câmara Municipal e, com algumas emendas, fora aprovado *in totum* (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

A primeira prescrição da segunda parte do *Código* trata das regulações necessárias para uma cidade em franco estado de modernização, definindo os perímetros citadinos, bem como as normas para construção de novas ruas, praças e suas nomenclaturas. A primeira observação se refere à largura das avenidas, cujo tamanho foi prescrito em quatorze metros, observando a retilineidade e o paralelismo de seu traçado. Essa provavelmente era uma reivindicação que há muito era feita pelos moradores, principalmente aqueles pertencentes às camadas mais altas e que possuíam veículos automotivos.

Cansados de concorrer com charretes e cavalos através de estreitas ruelas, os carros não possuíam a mesma versatilidade que aqueles possuíam quanto aos solos de terra batida. Além de levantar densas cortinas de poeira, os veículos eram também danificados pelas condições irregulares da superfície terrosa. Outra observação prescrita pela lei se referia ao abaulamento das sendas, com sarjetas laterais que permitissem o escoamento de água da chuva. As avenidas, locais de maior circulação e por vezes de ligação entre o perímetro central (que compreendia a zona comercial) e outras mais afastadas, também deviam ter largura adequada (20 metros), de modo a facilitar o escoamento de mercadorias e o trânsito entre os perímetros centrais e suburbanos (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

A preocupação com a circulação de pedestres também fora incorporada pelos almaços do *Código*. Eram vastos os casos de andantes que, logo nas primícias do surgimento dos veículos automotivos e sem o cuidado necessário, inadvertidamente circulavam pelas ruas em ampla concorrência com os veículos, acabando por sofrer reveses que saíam nas páginas dos jornais. Ademais, conforme os caminhos de passeio foram sendo mais usuais, a própria população educada acabava por discriminar aqueles que ainda insistiam em andar nas vias de circulação de carros como cães soltos à rua,¹⁹ assemelhando-se à selvageria dos últimos, pois “só gente da roça anda na rua”.²⁰ Assim, o *Código de Posturas Municipais* prescrevia a presença obrigatória e o tamanho mínimo e máximo dos caminhos de passeio, que deveriam ter no mínimo um metro e em seu

extremo dois metros. Observando sempre o paralelismo e a uniformidade das calçadas, a lei ainda instituíra, para aqueles que tivessem domicílio no perímetro urbano, o material de que seria feito o calçamento das áreas frontais, sempre se atendo para um perfeito esquadrejamento. O calçamento deveria ser “[...] de pedras em lajes esquadrejadas e perfeitamente ajustadas, pedras artificiais, mosaico, pedra commum coberta de cimento ou parallelepípedos de madeira com asphalto” (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

O modelo burguês de separação do público e do privado, mediante cercanias físicas que separassem o lar – refúgio idealizado onde vigorava a família – dos “horrores do domínio público”, como argumenta Richard Sennett (2014, p. 22), parecer ter nas páginas do *Código de Posturas* a sua legitimidade. O domínio público como imoralidade passou, a partir do século XIX, a ter significados distintos para homens e mulheres, ainda que reunidos sobre o jugo da imoralidade. Se para as mulheres o espaço público era um local único de ameaça de perder sua virtude, para os homens a esfera pública, “fora do lar”, possuía uma conotação dupla. Algumas ações, como o fato de um homem jantar fora com uma mulher de camada inferior era tacitamente admitida pela opinião pública, que evitava a todo custo levantar o tópico como conversa entre aqueles que lhe eram próximos. Já uma mulher que fosse vista publicamente a compartilhar uma mesa de jantar com vários homens era rapidamente rechaçada publicamente. A tentativa de separar as esferas do evento público daquele outro de ordem privada, protegido pela concepção ideal de família, aparece dentro do *Código* através da obrigatoriedade de construção de muros que separassem à visão das casas para as ruas, tanto nas áreas centrais como no perímetro rural.

O *Código* postula não apenas a existência de fechos divisórios com a altura adequada, inviabilizando o olhar do passante, mas também os tipos de fechos permitidos, elencando aquilo que é considerado como traço ruralizado (e portanto, “incivilizado”), como os muros rudimentares de barro, daquilo que está em conformidade com os “sistemas modernos”, aprovados pela prefeitura. Grosso modo, eram mais benquistos os muros de tijolos e pedras, devidamente preenchidos com argamassa de cimento, rebocados e pintados, e cumprindo com a altura mínima de dois metros. Permitia-se ainda, porém em segundo lugar, a colocação de gradil de ferro, desde que este fosse “regular e simétrico”. Em último lugar vinha o muro de terra. Mas não era permitido qualquer simples muro de barro levantado pelo roceiro a partir dos sedimentos terrosos escavados das margens do terreno. Os muros de terra deveriam ser

cuidadosamente cobertos por uma espessa camada de tijolos, de modo a não se assemelharem com as antigas casas de taipa, tão comuns no Brasil de antes da modernidade. Os muros de terra simples, sem as exigências anteriores, ficavam resguardadas para o perímetro suburbano, que fora deixado na barranceira da modernidade, não sendo ainda provido de iluminação elétrica, tampouco de calçamento e ruas regulares.

Apesar do *Código de Posturas* proibir o despejo de águas nas ruas e prever a construção dos edifícios de modo que se facilitasse o escoamento de águas através de sistemas de drenagem, impedindo a formação de poças de água e terrenos alagadiços, a realidade era bem diferente do que estava cunhado na tábua da lei. As ligações entre os prédios e as redes de esgoto só foram iniciadas, lentamente, no ano de 1910, de modo que era hábito comum que os moradores descartassem os fluídos sujos (chamados de “águas servidas”) na rua.²¹ Um periódico local retrata o incômodo causado aos transeuntes, que tinham de inalar os ares pútridos de maneira que se tornava impossível transitar “sem levar o lenço ao nariz, tal o mau cheiro que exalam águas pútridas que, impunemente, correm pelas sarjetas mezes inteiros!...”; além disso, o terrível espetáculo das “lamas negras” causava perigos para a saúde da população, pois eram “portadores de febres de mau character e outras moléstias infecciosas” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, “Hygiene”, 12.05.1907).

A arquitetura predial é um tópico frequente do *Código* naqueles tópicos que versam sobre a construção urbana. Além da salubridade e higiene que as habitações deveriam promover, facilitando o escoamento e recolha de dejetos, torna-se perceptível que há uma preocupação direta para com o embelezamento da cidade como um todo, sobretudo quando se aborda o perímetro urbano, residência das elites urbanas e de plácido repouso dos variados hóspedes de outras cidades. Em Franca era comum que esses visitantes se hospedassem no perímetro urbano, principalmente após a edificação do lustroso Hotel Francano, que oferecia todas comodidades propiciadas pela eletricidade e cujas notícias saciavam as curiosidades dos leitores quanto a estes viajantes ilustres que pela cidade passavam, provocando burburinhos.

Para atender aos requisitos de higiene e estética, tão desejosos para o conforto visual do arguto viajante, os artigos das *Posturas* previam a estabilidade plástica dos prédios, postulando a obrigatoriedade dos moradores para com a vetustez da tintura das faixadas externas e das paredes internas dos prédios. A fim de evitar ruídos sonoros, o *Código* também obrigava o zelo para com o olear das portas, janelas e forros; medida

eficaz, quando cumprida, para evitar os usuais tinidos sonoros propalados pelos pórticos enferrujados que, ultrapassando o peitoril das janelas, invadiam as ruas e molestavam o bem-estar comum (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

As páginas dos jornais locais imprimem algumas das exigências da população para que o poder do Estado olhasse para as necessidades urbanas prediais. Já no ano de 1935, o redator reclamava ser Franca uma “cidade sem prédios”. Para o articulista, era um absurdo uma cidade que contava com 18 mil habitantes à época, ser abandonada pelas competências públicas estaduais, que não proviam um único prédio escolar decente o qual dispusesse de salas amplas e com mobiliários adequados, de modo a atender os requisitos higiênicos e pedagógicos dos alunos (*O Francano*, Franca-SP, “Franca, a cidade dos grupos sem prédios”, 03.07.1935).

Em sua fase de interesse pelos dispositivos de poder, Foucault (1999) faz considerações sobre uma “biopolítica” da espécie humana. Esta biopolítica atua sobre as diversas instâncias limítrofes da vida humana: natalidade, longevidade e mortalidade serão seus primeiros alvos. As endemias, doenças de permanência sobre as massas humanas são tratadas como fatores de diminuição da capacidade de produção humana, causando custos e subtraindo as potencialidades. Desse modo, a medicina foi introduzida com uma função de higiene pública, normalizando o conhecimento e medicalizando as massas. O *Código de Posturas Municipais* prevê em seu corpo estrutural uma significativa parte sobre a “Polícia Sanitária”. Prevendo a responsabilidade do prefeito, do médico municipal e dos agentes sanitaristas, o *Código* institui a obrigação destes responsáveis para com a salubridade pública. A figura do médico aparece aqui como um notório fiscal da cidade em tudo que se refere à higiene da população e dos ambientes públicos da cidade, desde os restaurantes até às cocheiras e estábulos. Nota-se também a função do médico e dos agentes sanitários em tomar as precauções necessárias contra as doenças epidêmicas. Fica a cargo do intendente da saúde a:

[...] higiene das ruas, praças e logradouro, das habitações particulares e collectivas, da alimentação – incluindo os armazens de viveres, padarias, botequins, restaurants, açougues, quitandas, mercado e matadouro público; das cocheiras e estábulos, das lavanderias e casas de banho, das precauções immediatas contra as molestias epidemicas e transmissíveis; da assistência pública, hospitais, casas de saúde, cemitérios, necroterios e enterramentos (CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910).

Foucault em *O Nascimento da Clínica* aponta para a individualidade histórica presente nas epidemias, a qual, no século XVIII, está em vias de se institucionalizar. Na França, havia para cada subdelegação um médico e cirurgiões que eram designados para seguir a rota das epidemias.²² Com efeito, uma notificação era enviada assim que se registrava quatro ou cinco pessoas que tivessem sido atacadas pela mesma doença. O alarme sinalizado pelo síndico era imediatamente notado pelo subdelegado, designando um médico para indicar tratamento. O filósofo francês atenta para o caráter policial entrevisto no sistema de prevenção e remediação das epidemias, onde

[...] só poderia haver medicina das epidemias se acompanhada de uma polícia: vigiar a instalação das minas e dos cemitérios, obter, o maior número de vezes possível, a incineração dos cadáveres, em vez de sua inumação, controlar o comércio do pão, do vinho, da carne, regulamentar os matadouros, as tinturarias, proibir habitações insalubres (Foucault, 2020, p. 26).

Se caminharmos dentro do registro policial do cerco às epidemias observado por Foucault, veremos que o *Código Municipal de Franca* prevê em suas linhas um cerco não menos contundente naquilo que concerne à vigilância de salubridade dos estabelecimentos públicos e habitações pessoais. De modo muitas vezes invasivo, o fiscal cidadão responsável pela vigilância da saúde pública era permitido e, de acordo com o *Código*, aconselhado, a prestar visitas domiciliares quando em tempos de estado sanitário normal. Já nas épocas de estado sanitário alterado por conta das moléstias epidêmicas, um médico comissionado especialmente pelo prefeito seria designado para atuar nas visitas. Nas casas que se destinavam à moradia ou nos estabelecimentos, o fiscal ou médico designado deveria estar atento para as condições regulares de higiene dispostas pelo *Código*, sendo necessário, ao fim da visita, fazer as intimações necessárias ao inquilino, morador ou proprietário, a fim de regularizar o prédio dentro das condições de salubridade adequadas. O intendente da visita assinalava também as multas cabíveis pelas infrações cometidas, num modelo de cerco que em grande medida se assemelhava a um mecanismo policial, dotado de um aparato técnico, missões de vigilância e punições no caso de não-cumprimento da lei.

O mecanismo arregimentado para cercar as epidemias e impedir o seu alastramento possui uma seção exclusiva dentro do *Código de 1910*. Além de ser incumbido de verificar se os moradores estavam em dia com a vacinação e, caso contrário, proceder com a inoculação das doses faltantes, o clínico que diagnosticasse a

existência de uma moléstia e não a reportasse ao médico municipal ou ao prefeito a existência da mesma, incorreria em ato de negligência sob a pena de uma multa no valor de 50\$000.²³ A mesma multa poderia ser aplicada no caso de um dono de estabelecimento hoteleiro ou hospedaria que, ao constatar o aparecimento de qualquer moléstia suspeita dentre os seus hóspedes, não comunicasse dentro de 24 horas às autoridades competentes. No geral, a lei obrigava qualquer pessoa a comunicar às autoridades e de se internar para realizar o tratamento adequado, caso houvesse suspeição de contaminação por moléstias contagiosas.²⁴ O caso das vacinações e revacinações possui também um parágrafo distinto.

Após a Revolta da Vacina de 1904 o Rio de Janeiro viu acontecer, por decorrência da suspensão da vacinação obrigatória face às reivindicações dos revoltosos, a sua pior epidemia de varíola.²⁵ Foram, em 1908, mais de 9 mil mortes registradas. Oswaldo Cruz e Plácido Barbosa se encarregaram de publicar em 1909 – e dotados de um triunfalismo um tanto quanto mórbido face às mortes pela derrocada da vacinação – um compilado dedicado à consagração da vacina de Jenner.²⁶ O *Código* do município de Franca previa a obrigatoriedade da vacina animal contra a varíola logo nos primeiros 30 dias de nascimento de bebês, sendo compulsória a revacinação a cada 7 anos, prolongando-se até a idade de 45 anos. No início da implementação, ainda no século XIX, a vacinação braço a braço fora preferida àquela de origem animal, devido ao receio por parte dos médicos de haver contaminação dos vacinados com outras doenças do gado. Contudo, e o *Código* francano confirma essa posição, houve a constatação de que a vacina braço a braço acabava por propagar, amiúde, doenças como a sífilis, sendo que o método jenneriano, de inoculação da vacina animal, passou a ser o mais indicado e seguro (Chalhoub, 1996).

O comportamento dos cidadãos também fora tido em vista pelo dispositivo da lei. Em uma cidade ainda provinciana como Franca, que passava ao poucos, no início do século XX, pela introdução da urbanidade, era comum que largas famílias, residentes dos distritos suburbanos, se locomovessem para a zona central, passando a conviver diariamente com os moradores da zona urbana, já adaptados às novas conveniências do vestir, do falar, do comer e das novas modalidades de convivência nos cafés, bares e restaurantes. Era um pensamento corrente, difundido principalmente pelas elites urbanas – intelectuais e políticas –, de que havia de se civilizar aqueles hábitos roceiros, vistos como grosseiros e bárbaros.²⁷

Um hábito local que perdurou desde os tempos do Império era o da caça. Varnhagen (1860), em seu manual de caça no Brasil, nos fornece mostras de como se concebia o hábito da caça no Brasil Império. Articulado o hábito à civilidade tão veementemente exibida nos países europeus, o autor indica as grandiosas vantagens de se promover a prática entre os mais jovens, “robustecendo o corpo e geralmente o coração”, além de inibir o ócio, o qual não raramente conduz “à molleza e outros vícios”. Convinha para o autor, entretantes, diferenciar a caça do “nobre caçador” daquela outra feita por meio de aparatos das mais variadas estirpes, tais como [...] redes, tramalhos, arranhões, costelas, boizes, esparrelas, ichóes, bretes, albardilhas, arapucas, juquiás e tantas outras armadilhas”. Na França havia até um termo para designar, de modo pejorativo, a covardia destes homens que bolavam toda sorte de engenhos para, de forma traiçoeira, capturar os animais: *braconnier*. De modo distinto era visto aquele que, repousando a coronha da arma no braço, empunhasse a espingarda em direção ao animal “daninho”. Mostrando então todo o seu arrojo, a sua intrepidez viril e, dando graça aos arroubos que lhe tomavam o corpo, fazia tombar ao chão o animal feroz, ocupando a partir deste rompante o seu posto natural de soberania entre os seres viventes.

No século XX surgem os primeiros contrapontos sociais em relação à caça em território nacional. Em 1912 publica-se o livro “As caçadas, o que elas exprimem moralmente”, de Eugenio George, que condensa o discurso proferido durante a inauguração da “Sociedade Protetora dos Animais”, ocorrido em 1911. Outras obras de vulto acerca do tema foram publicadas no decorrer das primeiras décadas do século XX, como “Por campos e Matas (Caça, Caçadas e Caçadores)”, de Bento Arruda, publicado em 1925. Apesar de já constar brevemente na obra de Varnhagen (1860), Arruda é o primeiro que adentra mais a fundo na questão da inexistência de uma legislação específica, que abrangesse o território nacional, por meio da qual se regulasse a prática das caçadas. A discussão em torno da legitimidade das caçadas persistiu ainda por um vasto período de tempo no Brasil até que se tomasse de fato uma atitude concreta sobre o assunto, influenciada pelas movimentações dos grupos de preservação ambiental (Ferreira, 2014).

O fato é que na primeira metade do século XX – e à revelia do estatuto de caçadas previsto pelo *Código Municipal de Franca* – a prática das caçadas ainda persistia. Na forma de divertimento de crianças e rapazes, talvez influenciados por alguma obra de Monteiro Lobato,²⁸ ou com destino à venda de aves enjauladas nas

feiras, os pássaros sofriam todos os tipos de desventuras pelas mãos dos seus algozes. A Figura 3 mostra um grupo de homens que, com a ajuda de cães e munidos de suas carabinas, se reuniam em cabanas em meio à mata nas tradicionais caçadas que ocorriam em Franca:

Figura 3 – Um grupo de caçadores liderados por Abílio Nogueira na Fazenda Água Limpa



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (AMHMJC), 1921.

Expressamente proibido pela empunhadura da pena da lei municipal, que interditava o emprego de armadilhas para raptar animais ou o uso de armas para matá-los, a prática da caçada continuou frequente mesmo com a indignação pública de alguns homens. É o que sugere o protesto de um articulista local que, já em 1926 (16 anos após a publicação do *Código*), reclamava do “divertimento selvagem” no qual, à revelia da lei, “indivíduos desocupados” se entretinham no enalço dos inocentes pássaros:

Os inofensivos passaros são victimas dos tiros, dos laços e pedradas, do visco e alçapões, das armadilhas de toda espécie!... Inveterado habito esse o das caçadas! Revolto-me contra os caçadores e contra todos os vagabundos que trazem á feira as pobres avícolas traiçoeiramente engaioladas [...] Matar os passaros é um divertimento selvagem. Não vejo nenhum prazer na arte venatoria, cruel, sangrenta, criminoso... [sic]. Não temos o direito de nos divertir experimentando armas á custa dos sofrimento [sic] dos irracionaes (*A Nova Era*, Franca-SP, “Em defeza das avezinhas”, 05.02.1929).

As touradas também sofreram um processo que em muito se assemelha ao das caçadas. Altamente populares na Franca do século XIX, as touradas parecem ter perdido espaço nos periódicos locais devido à incivilidade sangüinária dos seus espetáculos. Com sangue-frio, os toureiros de arenas eram recebidos no meio do alvoroço da plateia. Embevecidos pela sagração pública do frenesi dos espectadores, esses artistas – como um certo Sr. Francisco Branquinho, popular como toureiro nos veículos noticiosos – eram realçados pelos cronistas da imprensa pela sua bravura dentro dos circos tauromáquicos e fora dos cercos, pelo seu “cavalheirismo, polidez e sociabilidade” (AMHMJC. “Atestado de bom comportamento do Sr. Francisco Branquinho”, 22.04.1924).

A Figura 4 mostra a figura de Branquinho, que liderava o grupo de cavaleiros tauromáquicos cujas exhibições de bravura e virilidade encontravam palco aos domingos, nas arenas de Franca e região:

Figura 4 – Touradas em Franca



Fonte: Museu Histórico Municipal de Franca "José Chiachiri" (AMHMJC), 1930.

As touradas foram proibidas pelo *Código Municipal de 1910*. Apesar disso, elas continuavam a ocorrer, muito embora fossem menos noticiadas. Um articulista local vociferava pelas páginas do jornal espírita contra os atrozes eventos das touradas, que persistiam ao longo dos anos 30 em Franca e em cidades próximas, mesmo com a

interdição pelo estatuto municipal. O redator usa como exemplo o acontecimento trágico que feriu gravemente um homem, o qual veio a falecer logo em seguida.

Realisava-se em Crystaes uma festa “religiosa”, figurando entre os festejos tradicionaes “touradas” e no dia 26 do corrente, os toureiros “corriam” uma vacca bravia, estando o circo cheio de pessoas que assistiam alegremente esse espectáculo de barbárie que tanto nos rebaixa. A’s 16 ½ horas, o toureiro Alfredo Mariano de Souza, casado, de 30 annos de idade, “pegou” essa vacca, que o levou de encontro ás cercas do circo, tomando forte pancada no peito, recebendo gravissimos ferimentos. Um seu companheiro acudiu, torcendo o pescoço da vacca que morreu em seguida. Alfredo foi transportado em estado grave para a Santa Casa local, fallecendo logo depois (*A Nova Era*, Franca-SP, “Touradas trágicas: com vistas á nossa prefeitura”, 30.05.1929).

E o articulista então continua a tecer sua crítica mordaz, demandando à prefeitura de Franca que, servindo-se do exemplo fatídico ocorrido na cidade vizinha, tomasse uma atitude mais drástica para coibir os espetáculos os quais, não obstante padecessem de duras críticas na imprensa, perseveravam livremente na cidade:

Está ahi um facto que serve de exemplo.
A nossa Prefeitura deve proibir esse gênero de sport entre nós, que queremos ser um povo civilisado.
Ha mesmo um dispositivo do nosso Cod. Municipal, que prohibe as touradas, entretanto elle não tem sido respeitado aqui. (*A Nova Era*, Franca-SP, “Touradas trágicas: com vistas á nossa prefeitura”, 30.05.1929).

Aos olhos dos poderes públicos locais, comprometidos com o anseio modernizante, a educação de uma população que migrava de zonas rurais para ambientes citadinos era altamente necessária; coadunar um *habitus* citadino com os novos modos interrelacionais próprios das cidades se fazia urgente. Esse processo tipicamente educacional está disseminado em várias instâncias: educa-se pelas próprias regras de trânsito populacional e mercadológico impostas pelas condições físico-estruturais da cidade, educa-se pelo fenômeno do alienismo,²⁹ educa-se pela educação formal,³⁰ pela via da legislação, como fora visto, e educa-se também pela imprensa, onde a conduta adequada à moralidade do período será disseminada por meios das páginas impressas.

Em edição de junho de 1924, o cronista do *O Aviso* lamenta a queda de matrimônios e a diminuição do número de filhos em artigo chamado “These Social”.

Para o autor, é necessário que haja políticas públicas de incentivo à procriação dentro do matrimônio. Como exemplo, recorre à “moralização” religiosa como único remédio cabível, inclusive dentro da política, ao propugnar pela promoção de empregos públicos apenas para aqueles que contraíssem matrimônio:

Que tristeza! Mais covas que berços! E para curar tamanho mal, muitos projectos têm sido aventados, alguns absurdos e até immorales, como a egualdade de direitos dos filhos legítimos e naturaes ou, ainda peor, a polygamia e o amor livre; [...] O remédio unico é a moralização religiosa. A ella se pode acrescentar a preferencia dos casados legitimamente para os empregos publicos. Isso sim, promoveria os casamentos e si a preferencia fosse na razão directa da quantidade dos filhos, seria ouro sobre azul (*O Aviso*, Franca-SP, n. 23, 1924).

Outro exemplo do viés educador disseminado pela imprensa e que possui suas resultantes dentro do comportamento social se mostra no repúdio ao traje moderno da moda corrente no período, assim chamada de “terrível corruptora” dos pudores sociais e sobremaneira dos jovens, vistos como o futuro da sociedade:

Hoje, os moços de ambos os sexos, principalmente os rapazes, esquecidos de que na sociedade vindoura terão de constituir as famílias, base social, resvalam inconscientemente para a prática de atos abusivos, indecorosos, arrastando-se para o lamaçal da decadência moral inevitável (*A Nova Era*, Franca-SP, n. 55, 1929).

Ao investir contra o uso de certas vestimentas, o jornal impresso defende os “bons trajes” (portadores da moral corrente) em oposição aos “indecentes”, vistos como ofensivos que atentam contra a moral pública. A coibição se destina inclusive aos leitores que possuem filhas, visando a transmissão do que se pode (ou não) vestir dentro da redoma familiar:³¹

Quem observa hoje com certa curiosidade o transformar dos nossos costumes e a evolução dos nossos hábitos, sente fortemente pungir o coração [...] E quem falar em pudor, em vergonha, em respeito ao recato e á moral incorre no ridículo ante certa sociedade que se diz alta e elevada. A moda, a terrível corruptora, investiu até contra os livros! E meninas de famílias, mal saídas dos collegios, meu Deus! num exhibicionismo condemnavel, trajadas sem decencia nem pudor... (*O Aviso*, Franca-SP, n. 25, 1924).

A indignação contra a “vagabundagem” parece ser um tópico comum nos periódicos locais, causando incômodos em parte da população. Na edição de outubro do ano de 1920, o jornal *Tribuna da Franca* dispôs parte de seu espaço editorial para publicar a costumeira seção de cartas dos assinantes. Com o pseudônimo de *Norma de Ingady*, a leitora do periódico se utilizou do espaço para enviar uma carta onde aflora toda sua verve de indignação contra os “vagabundos” que abarrotavam os centros da cidade, congratulando o redator do dito jornal pelo artigo do mês progresso, chamado “Repressão dos vagabundos”. Acentuando a sua posição de dona de casa, a leitora relatava a dificuldade de se encontrar domésticas que exercessem os serviços básicos de casa, sendo aquelas obrigadas a um exercício duplo: cuidar de casa e dos filhos, devido à escassez de mão de obra disponível. Em contrapartida, havia um acúmulo de “vagabundas” “[...] sem obrigação de trabalhar, manifestamente propensas ao vício, n’uma vida imoral e ofensiva aos bons costumes” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920).

A leitora observa ainda, vagando pelas ruas da cidade, “centenas de mulheres pretas que podiam ser aproveitadas para o trabalho, se houvesse quem a isso as obrigasse” (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920). O relato extraído do periódico local nos salta os olhos para o outro lado da modernização, visto pelo ângulo dos excluídos, daqueles para os quais a modernidade e o progresso material não causaram outro efeito senão pela exclusão social.

Considerações finais

A cidade de Franca, no encaixo da modernização dos grandes centros urbanos brasileiros, passou por um vasto processo de mudanças físico-estruturais. O *Código Municipal de Franca* surgiu, ainda em sua primeira versão de 1890 e logo após, na versão atualizada de 1910, para, em primeira instância, cumprir com uma necessidade de normalização técnica de uma cidade em ostensivo crescimento, a qual viu suas dimensões crescerem afrontosamente ao longo dos primeiros anos do século XX. A amplitude metrificada das avenidas, a necessidade de muros nas habitações do círculo central, o regulamento de higiene de casas e prédios públicos, o comércio de viventes abatidos, as mazelas epidêmicas de saúde, a falta de salubridade das casas de banho e barbearias... Toda uma gama de normas foram pensadas para tratar dos problemas naturais, decorrentes de um município em acentuada dilatação estrutural.

O fato de a década de 20 do século XX ser aquela em que as casas de assistência – como o *Asilo Allan Kardec*, criado em 1922 – são criadas não é mero acidente histórico. A cidade de Franca passa por um processo de modernização crescente no período. Assoma-se a isso que, junto aos grandes centros urbanos onde a elite econômica se assenta, há também a configuração da produção calçadista financiada por empresários do Rio de Janeiro que se hospedavam em Franca³². A tolerância antes observada para com aqueles que destoavam das regras de convívio passa a ser vista, no segundo decênio do século XX, de outro modo. Frente à vinda de empresários que se assentavam na cidade à procura de investir capital no setor calçadista, quaisquer distúrbios à bela paisagem serão alvos de investidas por parte do poder público municipal. O olhar do visitante externo, que julga as “feiras” arcaicas do centro da urbe passa a incomodar os “anfitriões”; urge-se isolar esses elementos que perturbam a imagem de uma cidade limpa e higiênica, consonante aos grandes centros modernos.

Nos interessa perguntar pelas instâncias de poder que demandavam o “embelezamento” dos centros urbanos frente à vinda desses jovens investidores que visitam a região; quem eram esses anfitriões preocupados com o olhar estrangeiro que, buscando uma pretensa higienização dos centros, varrem dos círculos urbanos toda uma população marginalizada que terá, senão pelas vias corretivas do cárcere (pela via jurídica), o estatuto de insano, incorrigível frente às tentativas da sociedade que pune.

Os periódicos locais estão repletos dessas representações e parecem denotar a mesma intransigência para com aqueles que destoam de um projeto de modernidade financiado pelas elites locais. Dando voz a inúmeros setores da sociedade que conclamam pela eliminação de tudo que não se encaixa ao discurso “hodierno”, os periódicos serviram como palco para uma educação de corporeidades não-coadunantes ao projeto moderno, que se pretendia limpo, ordeiro e capaz de demonstrar os signos da modernidade – mesmo que para muitos este se portasse como altamente excludente.

Referências

A NOVA ERA. Franca-SP, 1927-1940.

A SENTINELLA. Franca-SP (1926).

BIRMAN, Joel. *A Psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910.

COMÉRCIO DA FRANCA. Franca-SP (1915-1940).

CRUZ, Heloísa de Faria. A Cidade do Reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890/1915. *Projeto História*. São Paulo, nº 13, junho/1996, p. 81-92.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DOIN, José Evaldo de Mello Doin *et al.* A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 91-122, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca: 1880-1920*. 2002. 224p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

FERREIRA, Hugo Fernandes. *A caça no Brasil: panorama histórico e atual*, 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Cidade e cidadania: Franca (1890-1996)*. 2007. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* Ed. 7. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma. Medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. *Acervo de fotos da cidade de Franca*. Franca-SP, 1900-1940.

MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. *Atestado de bom comportamento do Sr. Francisco Branquinho*, Franca-SP, 22.04.1924.

O AVISO. Franca-SP (1924-1925).

O NONO DISTRICTO. Franca-SP (1882).

PAMPLONA, Marco A. A Revolta era da Vacina?. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro, Record, 2014.

TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria do coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese [Doutorado em Economia], Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998.

TRIBUNA DA FRANCA. Franca-SP (1901-1940).

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em toda a América tropical*. Imprenta. Rio de Janeiro: E. & H., Laehmert, 1860.

WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. In: *Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Disponível em: SciELO Books, acesso em 28 de junho de 2019.

Artigo recebido em 20/03/2023

Aceito para publicação em 15/08/2023

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² “Docilizados” faz referência a já muito conhecida formulação dos “corpos dóceis” criada por Foucault em *Vigiar e Punir* (2014) em que o autor se refere, por sua vez, ao processo disciplinar encontrado em várias esferas da sociedade e que acaba por regrar os corpos, moldando os gestos e tornando-os docilizados.

³ A imprensa veiculava, por exemplo, os códigos municipais. Era mediante tais publicações que a população tomava ciência da legislação vigente e que o poder público, por sua vez, podia atuar para regrar não apenas o permitido do interdito, como também a estética da comarca. A título de exemplo, os códigos municipais de 1910, que nos servem como fonte de análise foram publicados na imprensa francana; mais precisamente no periódico *Tribuna de Franca*, em edição de 2 de fevereiro de 1910.

⁴ Não à toa o *Asilo Allan Kardec* é fundado em 1922 tendo por função recolher os necessitados e desabrigados de toda ordem, que outrora se estabeleciam nos centros urbanos, como é possível atestar

pelas primeiras fichas de registros da instituição. No asilo, construído propositalmente distante dos centros onde a elite se assentava, estes indivíduos estão escamoteados, não mais visíveis ao olhar do estrangeiro que se hospeda na cidade para investir seu capital no setor calçadista em ascensão.

⁵ “[...] em vez de continuar a ser, como antigamente, um soturno e estéril “banco de areia”, a Franca está conquistando garbosamente seguros elementos promissores de ser, em futuro não muito remoto, um verdadeiro edem paulista, um aprazível ninho de encantos poéticos.” (*Tribuna de Franca*, 25.12.1903).

⁶ Sobre os miasmas na França, ver: CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁷ Segundo Moraes (1994 apud Follis, 2007, p.14), a cidade do Rio de Janeiro salta de 522.651 para 1.157.873 habitantes entre 1890-1920, enquanto no mesmo período a cidade de São Paulo também expressa um significativo aumento de população: de 64.934 salta para 579.033 habitantes, o que a faz ocupar a segunda posição dentre as maiores cidades do país.

⁸ Sobre a modernização em São Paulo e no Rio de Janeiro, ver: SEVCENKO, Nicolau. Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁹ Grosso modo, o termo traduz a “bela época” vivida na Europa dos últimos decênios do século XIX e começo do século XX. Simbolizada como a “melhor das eras”, a Belle Époque foi caracterizada pelo gosto do moderno e pela inundação de novas tecnologias materiais, as quais invadiam o cotidiano dos europeus.

¹⁰ A população urbana de Franca apresenta de cerca de sete mil habitantes em 1903. Em 1921 apresenta cerca de 11.051 habitantes, saltando para 18.072 em 1937 e 22 mil em 1943 (Follis, 2004).

¹¹ Sendo estes 2.889 italianos, 2.281 de origem espanhola, 617 portugueses, 34 alemães, 28 japoneses e outros 344 de outras nacionalidades (Faleiros, 2002).

¹² Localizado às margens do Córrego Cubatão, situado no prolongamento da Rua Saldanha Marinho (Follis, 2004).

¹³ O *Código Municipal de 1910* proibia também a circulação de animais pelo município (Art. 733 – É proibido vagar pelas ruas da cidade qualquer animal das espécies vacum, cavallar, muar, caprina, suina, canina e outras analogas), sendo aqueles que fossem encontrados a vagar pelas ruas da cidade objeto de recolha pelo poder municipal e seus donos sujeitos a multas. No caso de não comparecimento no prazo estipulado para entrega do animal ao dono, o animal seria vendido em praça pública; no caso de cães, estes seriam “mortos pelo processo adoptado pela Prefeitura, sendo prohibido o emprego de bolas envenenadas” (CMF, 1910).

¹⁴ Sobre a população negra como alvo da biopolítica: CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁵ As *Regras de Conduta, Códigos de Postura Municipais* ou então apenas *posturas policiais*, como eram chamadas inicialmente, foram criados no século XIX com o intuito de normalizar a sociedade por meio de um processo de observação constante sob os atos individuais. Assim como as prescrições definidoras de conduta, as *Regras de Conduta* também prescreviam as punições em caso de descumprimento das ordenações, servindo como agente de prevenção das moléstias urbanas, higienizando o ambiente urbano e regrando os hábitos citadinos (Schmachtenberg, 2008).

¹⁶ Em 1893, isto é, apenas 3 anos após a publicação do *Código*, existiam já 15 novas leis e decretos que vigoravam e que não eram incorporadas pelo *Código de Posturas de 1890*, ao passo que em 1907 havia 250 leis das quais o *Código* não fazia menção (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

¹⁷ A habitação tipicamente burguesa provê a privacidade do quarto do casal em relação ao quarto dos filhos, que são separados da sala de visitas por meio de um longínquo corredor; a construção também separa o público do privado : a intimidade do lar, local privado, em relação à rua, o ambiente público, por meio de muros erigidos para impedir o olhar de fora para aquilo que ocorre dentro das redomas do lar (Cunha, 1986).

¹⁸ “O Código Municipal foi escripto em 40 cadernos de papel almasso de 25 linhas e contem ao todo 10 secções, 25 títulos, 106 capítulos e 944 artigos” (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, “O Código”, 18.02.1910).

¹⁹ Apesar da proibição expressa pelo *Código de 1910* quanto aos animais soltos nas ruas, era comum que os jornais noticiassem a frequência com que cães domésticos vagavam sem controle pelas ruas, resultando, por vezes, em mordidas que feriam transeuntes, causando pânico com a ameaça da transmissão da moléstia da raiva (*O Francano*, Franca-SP, “Os cães soltos na rua”, 26.06.1935).

²⁰ “[...] vamos pela calçada porque só gente da roça anda na rua” (*O Alfinete*, Franca-SP, “Na Rua do Commercio”, 12.04.1925).

²¹ O *Código Municipal de 1910* obrigava que, enquanto a cidade ainda não fosse equipada com redes de esgoto, ao morador entregasse as águas servidas para o serviço de limpeza. Onde não houvesse sequer a prestação desse serviço, recomendava-se que, de alguma maneira, o morador fizesse convergir a água para que não houvesse estagnações de água parada, cuja consequência deletéria era a de que pernilongos acabavam por se manifestarem e se reproduzirem, principalmente durante o verão.

²² O cerco às epidemias na França ocorria, segundo Foucault, de modo que o espaço médico não só coincidia com o espaço social como ia além: atravessava-o. O desejo por controle chegava às minúcias da necessidade de um controle estatístico da saúde de cada subdelegação. Além dos costumeiros registros de nascimentos e mortes havia ainda a construção de verdadeiras topografias médicas de cada região, cobrindo desde o número de pessoas em cada habitação até as descrições de hábitos, vestuários e a educação física e moral dos habitantes de cada distrito (Foucault, 2020).

²³ Schmachtenberg (2008) observa que os Códigos de Postura funcionavam mais como um mecanismo de prevenção do que de punição, fornecendo aos indivíduos um parâmetro positivo do permitido e do interdito. Desse modo, as multas funcionavam como uma inibição coercitiva prévia, e não propriamente como um aparato correcional.

²⁴ Deviam ser obrigatoriamente comunicadas às autoridades as suspeitas de contaminação por: a) moléstias pestilenciais (febre amarela, cólera e outras pestes do Oriente); b) febres exantemáticas epidêmicas (varíola, escarlatina, sarampão); c) a difteria; e d) a coqueluche. As únicas exceções ficavam por conta da tuberculose, das febres infectuosas puerperais, das moléstias septicêmicas e do beri-beri, que eram de notificação opcional (CMF. Código Municipal de Franca, 1910).

²⁵ Sobre a Revolta da Vacina, conferir: SEVCENKO, Nicolau. A revolta da vacina - mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁶ Chalhoub (1996) nos conta sobre a história da vacina jennericiana – a vacina propriamente dita. Sua história se liga a tradição pastoril observada pelo médico Edward Jenner, a qual desde o século XVI, indicava que entre aqueles que trabalhavam com gado era possível não contrair a varíola. Baseado nessa crença popular ouvida pelo Dr. Jenner através de uma camponesa, o médico notou que entre aqueles que ordenhavam vacas observava-se espécies de esfoladuras semelhantes a *cowpox* das vacas. Daí o termo vacina, que se trata propriamente de ulcerações que acometem os úberes das vacas, sendo altamente contagiosas. Ligando a crença popular ao que o médico ouvira da camponesa, Dr. Jenner decidiu por realizar testes que ulteriormente comprovariam a imunização contra a varíola por meio da inoculação da vacina.

²⁷ Marco Antonio Pamplona (2010, p. 91) mostra o longo percurso que passou a cidade do Rio de Janeiro em busca de “civilizar” a população. O Código de Posturas Municipais de 1894 cumpria efetivamente essa missão: civilizar aquilo que era considerado bárbaro. As elites intelectuais e políticas, desejosas de se assemelharem aos hábitos comportamentais europeus, apoiavam a ação do Estado nesta empreitada civilizatória. Com efeito, os códigos atuavam justamente com a proposta de modificar os hábitos “incivilizados” de uma população que era majoritariamente negra. Foram proibidos: “a venda de comida na rua, feita por ambulantes, quiosques ou frêges, o hábito de cuspir no chão dos bondes, a venda de leite ordenhado na hora por vacas puxadas de porta em porta, a criação de porcos nos limites urbanos, a exposição de carnes à entrada dos açougues, a vadiagem de cachorros soltos pelas ruas, a falta de pintura nas fachadas dos prédios, a presença de entrudos e cordões de carnaval”.

²⁸ Voltada para o público infanto-juvenil, Monteiro Lobato publicou uma série de livros que envolviam cinegenética, isto é, a arte de caçar. Algumas das obras que provavelmente os mais jovens tinham acesso, dada a ampla divulgação do autor em território nacional eram: “A Caçada da Onça: novas aventuras de Narizinho, Rabicó e demais companheiros” (1924) e “Caçadas de Pedrinho” (1933) (Ferreira, 2014).

²⁹ Birman (1978, p. 344) salienta que “[...] um processo de normatização é necessariamente um processo pedagógico. O tratamento moral se caracteriza como uma operação de pedagogia moral, na qual o ser-de-Natureza do alienado será submetido ao seu ser-de-Cultura.”

³⁰ Machado (2010, p. 18), em obra sobre a atuação de Rui Barbosa na educação, atesta que “Esta [a educação] foi concebida como o espaço ideal para a transmissão dos princípios conservadores de toda a sociedade, definindo-se o seu papel e sua importância para a vida social. Na escola pública, seriam veiculados conteúdos que atendessem ao interesse público, conteúdos estes que velassem pela conservação da ordem e da riqueza burguesa, assim, seu papel fundante era preparar para o trabalho e para a cidadania.

³¹ Sobre modernização e preocupação com a docilização dos corpos das mulheres: RAGO, Luzia Margareth. Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930. Editora Paz e Terra, 1985.; RAGO, Luzia Margareth. Os Prazeres da Noite - Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³² Ocorre precisamente em 25.08.1920 o registo do contrato de constituição de sociedade comercial em que Carlos Pacheco de Macedo, empresário vultoso já famoso em Franca pela empresa de calçados Jaguar durante a década de 10, se associa a homens do setor courista do Rio de Janeiro (Josef Marx e Christiano Hechler) e que fora celebrado dias antes na cidade do Rio. Para Tosi (1998, p. 169), a associação foi “a mais importante na sustentação das atividades coureira e calçadista em Franca. A empresa calçadista de Macedo, a Jaguar, também foi alvo de investimento carioca anos antes. A vinda de ativos do Rio de Janeiro indica que a cidade de Franca passou a ser um foco de empresários, que habitavam a cidade e se hospedavam nos hotéis locais.

‘IT’S CIVILITY!’: A Portrait of Modernization and the Pedagogy of Bodies by the Press of Franca (1890-1940)

‘É DA CIVILIDADE!’: Um Retrato da Modernização e a Pedagogia dos Corpos pela Imprensa Francana (1890-1940)

Gabriel LOPES¹

Abstract: The final decades of the 19th century and the beginning of the 20th century saw political, economic and social changes in a Brazil that was becoming republican. In the cities, hygienist projects despoiled the most vulnerable sections of the population in exchange for beautifying the city. Assuming a comprehensive conception of the educational process, it is possible to glimpse in the media and in the legislation - more precisely, in the press and in the 1910 *Municipal Code of Franca*, our objects of study - an exercise in the pedagogy of bodies, assuming a Foucauldian point of analysis. In fact, the printing press played a leading role in this plot to educate a rural population that was becoming urban. The aim of this paper rests on this formulation, identifying in the selected local periodicals and in the legislative code ways of representing a portrait of this domain of gestures.

Keywords: Modernization, Press, Power, Pedagogy of Bodies, Docile Bodies.

Resumo: As décadas finais do século XIX e as primícias do século XX foram de mudanças políticas, econômicas e sociais para um Brasil que se tornava republicano. Nas cidades, projetos higienistas espoliavam as camadas da população mais vulneráveis em troca de um embelezamento da urbe. Assumindo uma concepção abrangente do processo educativo é possível vislumbrar nos veículos midiáticos e na legislação – mais precisamente na imprensa e no *Código Municipal de Franca de 1910*, nossos objetos de estudo – um exercício de pedagogia dos corpos, assumindo um ponto de análise foucaultiano. Com efeito, os veículos tipográficos assumiram um papel protagonista nesta trama de educar uma população campesina que se tornava urbana. O objetivo deste trabalho repousa nesta formulação, identificando nos periódicos locais selecionados e no código legislativo modos de representar um retrato deste domínio dos gestos.

Palavras-chave: Modernização, Imprensa, Poder, Pedagogia dos Corpos, Corpos dóceis.

‘It’s civility!’: the press and the pedagogy of bodies in the city

¹ Master in History from the Postgraduate Program at Universidade Estadual Paulista (PPGH-UNESP). Graduated in History from Universidade Estadual Paulista (UNESP – Franca/SP). Scholarship funded by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Email: gabriel.lobes1@unesp.br.

The well-educated boy keeps the rules of civility everywhere, while those of the temple are simple: silence, kneeling when it's time, and keeping a modest attitude (*O Aviso*, Franca-SP, n. 14, 1924).

It is with this inflection, whose tone resembles a truism, that the newspaper *O Aviso*, a periodical from Franca, gives the title to one of its articles: 'It's Civility!' The title leaves no doubt: in order to live in the city - and beyond that, in the condition of civility - it is necessary to behave in a certain way, to keep certain gestures, and to opt for certain attitudes to the detriment of others, considered uncivilized. As it is typical of 'civilized life', the column participates in a typically pedagogical process, educating bodies that will be gradually docilized.¹

José Carlos Libâneo (2004) emphasizes the need to conceive of pedagogy in a comprehensive way. Education, if we adopt this comprehensive conception and do not reduce it to the school sphere, is multifaceted; it is sometimes *intentional*, sometimes *unintentional*. It can also be *formal* or *informal*. In fact, the media (including the press) are part of an *intentional* but *non-formal* pedagogical process, in the author's view. This implies the establishment of pedagogical relationships, although they are not very systematized.

The newspaper, as a vehicle for reporting on events, ends up interfering in the course of history, that is, in the creation of realities and meanings. Its action is, therefore, merely neutral and receptive to the facts, but constructive. The press acts as a protagonist, a creator of new interpretations that act on the social, re-signifying events and producing new meanings (Woitowicz, 2015).

In this sense, we can postulate two functions of the press that interest us. The first function of the press refers to its socio-political role as the scene of heated clashes between the media and their respective conflicting ideologies, without which society would collapse. The second function fulfilled was the educational motivation imbued in the newspaper and, consequently, in the radio, which ultimately only reverberated the news erected in the typographic vehicle. For example, it was necessary to establish codes of conduct, seen as the embodiment of civilizational rules.² To this end, the political elite laid down these rules of conduct in order to ban unseemly behavior, such as prostitution and drunkenness.

It is from this perspective that Heloísa de Faria Cruz (1996, p. 100) points out the fundamental importance of the press in shaping the mentality of the people, dictating rules of conduct, propagating ideas, serving as a field for disputes over power, and, above all, shaping the popular imagination.

Valued in the social practice of the various groups and constructed as an important vehicle for the formulation and dissemination of social imaginaries in the period, the press constituted an extremely dynamic field of dispute between different social projects. In the literate thinking of that period, the press began to be understood not only as an instrument for articulating and discussing the positions and interests of the elites but also, and above all, as a vehicle for the cultural and moral formation of the people.

As such, this work aims to meet two objectives: firstly, to compare the modernization of Franca portrayed by the newspapers, our *locus* of analysis, where these same local periodicals are inserted. Secondly, the way in which the local press portrayed the changes of the new modern times and produced new meanings, regulated attitudes (including through the publication of the *Municipal Code of 1910*), educated the gestures of a population that was moving from the rural environment to city life, and, above all, produced new representations and a *corpus* of knowledge and practices about bodies.

It is possible to measure the number of newspapers that circulated in the Franca region during the period in question. The copies considered here are a selection of those in which discussions about urbanization and urban behaviour are most present, taking into account their availability for consultation. The reason for this is as follows: it was from 1890 onwards that the city's urban fabric grew as a result of the wealth from coffee, and consequently, more capital was invested in modernizing the city (Follis, 2004).

From 1920 onwards, we have one of our hypotheses: in this second decade, the use of more drastic measures of social cleansing begins; there is no more tolerance for those who deviate from the expected city behavior. With the investment of foreign capital in the footwear industry, a new, adventurous gaze emerged, spying and judging. This outside eye, peering in from the sidelines, makes the government take measures to cleanse the city of the calculations that dull the view of the modernizing city. Those who don't fit in will be isolated from the urban skyline in various ways. One of them is social alienism.³

Let's move on without further ado to the portrait created by local periodicals of the structural changes in the city of Franca, which in 1903, according to the description of a local journalist, no longer drew comparisons to gloomy and sterile 'sandbanks' but rather, apart from the exaggerations of the chronicler, drew similarities to a kind of 'São Paulo Eden', pleasing to the eye of the traveler.⁴

From the sandbanks to the 'Eden of São Paulo'

Today, everything has changed. If nature doesn't make leaps, man, when well guided, does in the conception and execution of his works.

From the ruins of the shantytowns razed to the ground by the pickaxe of progress, beautiful palaces spring up, as if touched by the magic wand of a protective fairy, attesting to the sculptural taste of the people of Franca. The city has changed and is changing day by day, dressing itself in ever more beautiful clothes. [...] (*Comércio da Franca*, Franca-SP, 11.12.1920).

The urban modifications carried out in Paris by Eugène Haussmann between 1853 and 1869 were taken for a long time as models for any city that wanted to modernize. The great urban centers of Europe - with the prominence of Haussmann's Paris, were seen as great city models to be followed. The great boulevards, the Parisian *boulevards*, the gardens adorned with electric lights, the sewage systems, the ease of traffic for vehicles and goods provided by the great avenues—all this technological framework of modernization indicated the tacit prerogatives of the modern world.

Not only as an aesthetic necessity, the restructuring of European cities found one of its basic reasons in health. The rampant epidemics that spread through the major capitals that were signatories to industrial capitalism served as a major obstacle to the economies of the major centers and, above all, undermined the ideological assumptions that governed bourgeois society - reason, science and progress. The theory of miasmas,⁵ which related the occurrence of epidemics to the unhealthiness of the physical environment, set the precedent for intervention in public spaces for social interaction, in order to dissipate places considered to be conducive to the spread of diseases through public health, which is what we know as hygienism (Cunha, 1986; Follis, 2007).

It was also at the turn of the 19th and 20th centuries that a significant portion of the Brazilian population began to live in cities.⁶ In Brazil, the first example of urban reform took place in the city of Rio de Janeiro, when the then mayor Pereira Passos,

appointed by President Rodrigues Alves, put his urban restructuring project into practice in 1903-1906, in order to import European references for readjusting cities, given that the then federal capital had a precarious port and a colonial structure, seen as a national problem (Follis, 2007).

The Haussian model was then followed by the other capitals of the country and arrived in Franca as a result of the desire of the coffee elites to turn the small rural town, which in the mid-19th century was still an ‘agrarian little town’ (Follis, 2004, p. 32), into another stronghold of modernity. São Paulo, for example, even served as an example of successful modernization for the federal capital.⁷ This event was studied by José Evaldo de Mello Doin (2007), who translated it as *Belle Époque*⁸ caipira. For the author, modernity had a positive social meaning in the eyes of the elite, in which everything was legitimized if the goal was to adapt to the new times. Many men from the interior of São Paulo wanted to enjoy what they had experienced in Paris, wanting to experience the promise of passion in the illuminated streets of Paris. In order to bring about the much-dreamed-of progress, two vital forces were articulated by local forces: modernization and civilization, as one of the periodicals circulating in Franca in the second decade of the 20th century puts it.

What the city needs

Five inspectors to see the water that flows daily from the backyards into the gutters of the streets [...]

Five ditos to see the streets clogged with materials, interrupting traffic [...]

Five hundred more to see the cows, horses and goats that frequent the beautiful largo da Matriz and other parts of the city late at night. [...]

Let the delegate set his sights on the Cidade Nova neighborhood, where a lot of unoccupied people continually gather, promoting disorder (*A Sentinella*, 31.08.1926).

In the excerpt above, published by the Franconian newspaper *A Sentinella* in 1926, the editor echoes some of the basic complaints of the population about the need for urban improvements in the city: the sewage flowing into their backyards; the building materials scattered on the public roads, hindering the movement of passers-by; the animals wandering aimlessly in the *bello* largo da Matriz, adorning the landscape; the unoccupied people promoting disorder.

The Franca of the second decade of the 20th century was no longer the agrarian parish of the late 19th century, with a small urban population, whose rudimentary appearance caused indignation at its backwardness compared to the new technologies that already existed in the largest Brazilian capitals, as the editor of *O Nono Distrito*, a local newspaper, had reported:

The city of Franca is materially and intellectually behind the times. It has no market, no slaughterhouse, no fountains, no tree-lined squares, no streets, no sidewalks, nothing (*O Nono Distrito*, Franca-SP, 22.4.1882).

From the 20th century on, the city of Franca began to acquire a more urbanized layout with an increase in the urban population.⁹ The wealth derived from coffee began to influence the modernizing desires of the economic elite, who began to live close to the urban center. It was based on this idea of modernization that the urban scenario from Franca, which had little in the way of technological complexity, changed to one imbued with a wider range of resources, and these resources were demanded by the elite who were settling in the city. This elite, enriched by coffee-growing and urged on by the prospect of investing their capital and remaining close to the instances of power, demanded the necessary comforts from the municipal authorities, such as '[...] paved streets, piped water, sewage systems, electric lighting, telephone lines, gardens, theaters and hotels' (Follis, 2004).

It was also during the first half of the 20th century that Franca saw a marked influx of immigrants, who competed as the main labor force in coffee production. According to Rogério Naques Faleiros (2002), the big moment when immigrants came to the city was in the period 1890-1920. According to the author, the 1872 Census recorded a total of 425 foreigners in Franca, 340 of whom were of African origin and only 85 of European origin. In 1920, Franca had around 6,193 immigrants.¹⁰

We can see two movements spearheaded by the municipal authorities from Franca to solve the problems of the municipality's backwardness, which had long caused discomfort among the elites. The first was to provide the city with the minimum conditions for hygienic public buildings, according to the requirements of the modern models of the time. Anticipating this need, the Municipal Market was only approved as a project in 1896, with an accepted budget of eight contos and two hundred and seventy-five thousand réis. It was built in 1921 in Largo do Mercado itself, a place that

already had a confusing presence of consumers and sellers, who were engaged in their commercial relations in the open air, susceptible to the weather and the unhealthy disposal of fruit, vegetables and putrid greens that fell to the ground and disintegrated in the full light of the sun (Follis, 2004).

Another problem reported by the press concerned the slaughterhouse. Franca's original slaughterhouse dates back to the last decade of the 19th century.¹¹ At the time, the place drew sharp criticism for its sturdy construction and lack of hygiene:

The dreadful place where it is built (*the mentioned Slaughterhouse*), its cramped dimensions, and the fact that it is located at one of the city's most important entrances, would be enough, if there were no other reasons of greater relevance, to justify the decision to move. In order to do this, it is not necessary to be an expert hygienist and to have extensive studies on the causes that originate the great evils that continually plague humanity ... in order to be able to determine with certainty the serious inconveniences that a slaughterhouse built without the precise hygienic rules and conditions can bring to public health (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 25.3.1905).

It was decided to build a new slaughterhouse, which was constructed in the 1920s. Far from the city center, the choice of location for the modern slaughterhouse reflects the theory in force at the time, which, as Fransérgio Follis (2004) points out, conceived of slaughterhouses as potential hotbeds of 'miasmas'. It was on the basis of the same miasma theory that the City Council began to prohibit the breeding of animals in urban areas,¹² regulate butchers according to hygiene codes, and ban the cutting of meat in dry goods stores:

From that day on, all butchers' shops that do not comply with the state health code and those that are installed in old, unhygienic houses will be closed. Furthermore, traders who want to sell fresh pork and bacon must build butcher's shops in accordance with the health code [...]. The inspectorate will be assisted in this service by municipal inspectors, as determined by Mr. Mayor. Mayor (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 6.02.1921).

The nuisance of urban debris littering the streets and avenues was recurrent in the pages of the press at the time. One of the editors of the spiritism newspaper *A Nova Era* used the pages of the paper to complain about the deposit of dirt and sand on public roads, causing illness among the population:

These deposits of earth, with the (sic) winds and movements of vehicles, form a terrible dust that causes us so much harm: the houses get dirty, and what's worse - how many illnesses? However, it's so easy: a little more goodwill from our correct City Hall and the problem will be solved. If it's not possible to irrigate the streets, at least they should be swept once a week during the night (*A Nova Era*, Franca-SP, 01.08.1929).

The accumulation of garbage on the roads also caused concern because of the potential for yellow fever transmission. Despite the existence of a public garbage collection service (contracted by the municipality in 1902), until 1932, the carts used for this service only passed through the central areas of the municipality, often performing the service irregularly. Added to this was the improper behavior of the population, which, despite the fines provided for by law, continued to dump garbage in the streets. As early as 1929, the press served as a vehicle for complaints about the public waste collection service:

Our Municipal Council, with the laudable intention of preventing yellow fever in this city, has ordered all residents to clean up the yards of their houses, removing garbage, old cans, etc. The order has been complied with by many people, who have had their garbage and old cans removed to the street. It turns out, however, that the Sirs. However, it turns out that the garbage collectors pick up the garbage and don't want to pick up the old cans, which remain piled up in the streets for days and days, obstructing traffic and creating the mycobrio (sic) that transmits yellow fever. Urgent action is needed (*A Nova Era*, Franca-SP, April 18, 1939).

As Fransérgio Follis (2004) tells us, it is important to bear in mind that the city of Franca was not the target of an urbanization project along the lines of the major projects, in which the structure of large centers such as Rio de Janeiro and São Paulo was suddenly altered. Franca's city structure was modified throughout the second half of the 20th century, based on a series of decrees, municipal laws and measures to sanitize urban centers and improve the conditions of the city's physical structures. The second movement to be observed refers to the beautification of the city through the construction of public gardens and modern buildings. Follis goes on to talk about the process of beautifying the city. The first place to be landscaped in Franca was Barão da Franca Square, which was decorated in 1921. The square was decorated with tree-lined flowerbeds and dirt paths, in the center of which a rectangular bandstand was placed. It was only at the beginning of 1930 that these dirt paths were paved, but the bushes that

stood decoratively along the gardens were removed. The obelisk commemorating Franca's sedition to the town was erected in 1929.

Franca's main square, Largo da Matriz (currently named Nossa Senhora da Conceição Square) was the subject of an improvement project back in 1892, but it was only on paper. The contract was terminated the following year, in 1893. As well as landscaping the square, the project under the management of engineer Modesto Olímpio Teixeira Brandão planned to build a municipal library in the center, intended 'for promised games, ladies entertainment, billiards, *rinks*, cafés, restaurants and all other kinds of recreation and entertainment compatible with civilization and the purposes for which the garden is intended, which is the beautification of the city' (Santos, 1993 apud Follis, 2004). With the contract terminated, Franca's main square until 1906 was nothing more than a clearing cut through by a dirt track, where there was only the Old Parish Church and the Sundial. Another contract to beautify the square had been signed with Mr. Paulo Mota, who was responsible for the curvilinear modifications to the new paths that cut through the square, linking the two parish churches: the old parish church and the new parish church, the construction of which began in 1893. Figure 1 shows the state of Franca's main square in 1922, precisely in 1922. In the foreground, you can see the Sundial surrounded by some wooden benches. In the background is the Mother Church, still unfinished, in front of which there is a small fountain.

Figure 1 - Mother Church and Sundial



Source: Municipal Historical Museum of Franca 'José Chiachiri' (MHMF), 1922.

In 1924, the newspaper *Tribuna da Franca* devoted a column to thanking the anonymous 'I. Francano' for the sum of \$10,000 he had sent. Francano, who earnestly asked the newspaper to include a popular call in its pages to help the needy population. The editor of the local periodical also stressed the constant need to create more care homes to help 'beggars and morphetics', in the face of whom 'the people of Franca have never refused their oblation to those who suffer'. In fact, at the time of publication, the city already had two welfare institutions: the Santa Casa and the Asylo de S. Vicente de Paula. In addition to these, there was the *Allan Kardec Asylum*, founded in 1922 by José Marques Garcia.

In Franca, the asylum status of this institution dates back to its creation. The creation of the hospital is related to the activities of the Esperança e Fé Spiritist Center, now known as Nova Era, at the beginning of the 20th century. The spiritist center, located in the city center and close to the municipal market, was therefore at the heart of the modernization promoted by the municipal elite, as Fransérgio Follis (2007) points out. Over time, the needy population began to gather in front of the above-mentioned spiritist center in order to collect minimal financial subsidies from donors - for whom welfare is a fundamental part of spiritism - to buy food from the municipal market next door. The fact that many destitute people occupied the central part of the city, not conforming to the city's beautification project, bothered the elite, who were financing the urbanization, as well as other groups in the city. José Marques Garcia, concerned about the clashes between the spiritist center and the public administration, tried to relocate the beggars by creating a home for the destitute and needy. Located on the outskirts of the municipality at the time, far from the embellished urban center, he founded a kind of asylum that would later be transformed into a House of Health and then a psychiatric hospital. Figure 2 shows the *Allan Kardec Asylum* in the early days of its construction:

Figure 2 - Allan Kardec Asylum



Source: Municipal Historical Museum of Franca 'José Chiachiri' (MHMF), undated.

In fact, we can see that the asylums were the initial function of Garcia's initiative and continued to be, in some way, the institution's concern. It's interesting to ask ourselves about the period in which the municipality's care homes were set up - as we've seen, during the 1920s - and also to ask ourselves about the motivations that stipulated the second decade of the 20th century as the borderline between tolerable city behavior and other repudiated behavior, where society gave up taking parsimonious containment measures and began to isolate individuals who were out of place; those who were a nuisance behind the shutters of the modernizing city, individuals who didn't behave according to the dictates of civilization - barefoot people, unable to work, without access to the new consumer goods, who crowded in front of the (newly built) Municipal Market to try to quell the physiological effects of hunger in their stomachs - and therefore, in the eyes of many, more susceptible to the auspices of madness.

The recent republic: docile bodies in the country, Belle Époque

Under the scrutiny of society, cities were the target of comprehensive policing with a view to protecting man himself, whose danger was evident in his behavior, seen

as unruly and driven by instinctive passions, in his agglomerated dwellings where these unregulated relationships were enforced. The countryside was thought of by medical knowledge as the complete opposite; the atmospheric conditions were more suitable, the air purer, and the dwellings more natural. On the other hand, the medical discourse about life in large cities showed that they were highly dangerous; life in the city was a threat to the physical health of its inhabitants, and some form of control of these immanent risks was necessary. Social medicine arose within the urban scenario, where a whole theory of the city was devised by doctors with the aim of normalizing the city (Machado et al., 1978).

The physical changes that swept through modern cities were just one instance of the modernizing requirement. The morality of urban behavior, appropriate to the new ways of existing and living in the city, affected the social body in a comprehensive way. The idea of civilizing the country, in the French and European way, permeated the Republic's behavioural sphere. Any kind of sociability that did not conform to the civilized way of behaving was expressly repudiated by the press and the legislation of the time. Traditional parties and gatherings, serenades and bohemia all suffered restrictions. Even popular religious services were subject to drastic intervention measures. Similarly, poverty became the focus of concern; urban centers had to be beautified. As a result, marginalized groups - the vast majority of whom were black and poor - were purged from the heart of the cities (D'incao, 2004).¹³

The first *Municipal Code of Ordinances*¹⁴ in Republican France was published in 1890. Over the years, this first code regulating behavior became outdated, prompting numerous criticisms in the press about its archaic model, which did not incorporate many of the new laws and decrees that were already in force.¹⁵ There were many demands for reform of the *1890 Code*, which only saw its new version officially published in 1910. The beginning of the 20th century was a time of great urban flourishing in Franca, far surpassing the archaic prescriptions of the Code: houses increasingly began to conform to bourgeois housing architecture,¹⁶ this led residents to rebuild their houses, leaving sand and cement exposed to the dusty midday heat on the sidewalks, which in turn existed in some places and not in others, or were built in irregular ways, preventing passers-by from getting through (*A Nova era*, Franca-SP, 'A Poeira', 01.08.1929).

New laws emerged to mitigate the irregularities of a city that was increasing both its physical proportions and the social contact of its population, which resulted in

the obsolescence of the *1890 Code*. After 12 months of incessant production, the new draft *Code of Ordinances*, written in 40 notebooks of foolscap paper,¹⁷ was finally discussed in the City Council and, with a few amendments, was approved *in totum* (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 'O Código', 18.02.1910).

The first prescription of the second part of the *Código* deals with the necessary regulations for a city in a state of rapid modernization, defining the city's perimeters as well as the rules for building new streets, squares and their nomenclatures. The first observation refers to the width of the avenues, whose size was prescribed at fourteen meters, observing the straightness and parallelism of their layout. This was probably a long-standing demand from residents, especially those from the upper classes who owned motor vehicles.

Tired of competing with carts and horses through narrow alleyways, cars didn't have the same versatility as they did on dirt roads. As well as raising dense curtains of dust, the vehicles were also damaged by the uneven conditions of the earthy surface. Another observation prescribed by law referred to the bulging of roads with side gutters to allow rainwater to run off. The avenues, places of greatest circulation, and sometimes the link between the central perimeter (which includes the commercial area) and others further away should also have adequate width (20 meters) in order to facilitate the flow of goods and traffic between the central and suburban perimeters (CMF. *Municipal Code of Franca*, 1910).

Concerns about pedestrian traffic were also incorporated into the *Code*. There were many cases of pedestrians who, at the very beginning of the emergence of motor vehicles and without the necessary care, inadvertently circulated through the streets in fierce competition with vehicles and ended up suffering setbacks that were published in the newspapers. Furthermore, as the footpaths became more common, the educated population itself ended up discriminating against those who still insisted on walking on the carriageways like dogs loose in the street,¹⁸ resembling the savagery of the latter, because 'only people from the countryside walk in the street'.¹⁹ Thus, the *Municipal Code of Ordinances* prescribed the mandatory presence and minimum and maximum size of footpaths, which had to be at least one meter long and at their ends two meters. Always observing the parallelism and uniformity of the sidewalks, the law also established, for those who lived within the urban perimeter, the material from which the paving of the front areas would be made, always paying attention to perfect squaring. The paving should be '[...] made of stones in perfectly squared slabs, artificial stones,

mosaics, common stones covered in cement, or wooden cobblestones with asphalt' (CMF. *Municipal Code of Franca*, 1910).

The bourgeois model of separating the public and the private through physical enclosures that separated the home - the idealized refuge where the family lived - from the 'horrors of the public domain', as Richard Sennett (2014, p. 22) argues, seems to have its legitimacy in the pages of the *Code of Ordinances*. From the 19th century on, the public domain of immorality began to have different meanings for men and women, even though they were united under the yoke of immorality. If for women the public space was the only place where they threatened to lose their virtue, for men the public sphere, 'outside the home' had a double connotation. Some actions, such as a man dining out with a lower-class woman, were tacitly accepted by public opinion, which avoided at all costs raising the topic as a conversation among those close to them. A woman who was seen publicly sharing a dinner table with several men was quickly rejected. The attempt to separate the spheres of the public event from the private one, protected by the ideal conception of the family, appears in the *Code* through the obligation to build walls that separate the view from the houses to the streets, both in the central areas and on the rural perimeter.

The *Code* stipulates not only the existence of dividing walls of the appropriate height, making it impossible for passers-by to see through, but also the types of walls allowed, listing what is considered to be a ruralized (and therefore 'uncivilized') feature, such as rudimentary mud walls, and what conforms to the 'modern systems' approved by the town hall. Roughly speaking, brick and stone walls, duly filled with cement mortar, plastered and painted, and meeting the minimum height of two meters, were more welcome. Iron railings were also allowed, but in second place, as long as they were 'regular and symmetrical'. In last place came the earth wall. But no simple earthen wall raised by the farmer from the earthy sediments excavated from the edges of the land was allowed. Earthen walls had to be carefully covered with a thick layer of bricks, so as not to resemble the old rammed earth houses that were so common in pre-modern Brazil. Simple earthen walls, without the previous requirements, were reserved for the suburban perimeter, which had been left on the brink of modernity and was not yet equipped with electric lighting, sidewalks, or regular streets.

Although the *Code of Ordinances* forbade the discharge of water into the streets and provided for buildings to be constructed in such a way as to facilitate the flow of water through drainage systems, preventing the formation of puddles and swampy land,

the reality was quite different from what was written in the law. Connections between buildings and sewage systems only began slowly in 1910, so it was common practice for residents to dispose of dirty fluids (called ‘waste water’) in the street.²⁰ A local newspaper described the inconvenience caused to passers-by, who had to inhale the putrid air in such a way that it was impossible to walk ‘without putting a handkerchief to your nose, such is the stench exhaled by the putrid water that runs through the gutters for months on end! ...’; in addition, the terrible spectacle of the ‘black sludge’ caused dangers to the health of the population, as they were ‘carriers of bad fevers and other infectious diseases’ (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, ‘Hygiene,’ 12.05.1907).

Building architecture is a frequent topic in the *Code*, especially in those topics that deal with urban construction. In addition to the health and hygiene that housing should promote by facilitating the flow and collection of waste, it becomes noticeable that there is a direct concern for the beautification of the city as a whole, especially when it comes to the urban perimeter, the residence of the urban elites, and the placid resting place of the various guests from other cities. In Franca it was common for these visitors to stay on the urban perimeter, especially after the construction of the lustrous Hotel Francano, which offered all the amenities provided by electricity and whose news satisfied readers' curiosity about these illustrious travelers who passed through the city, causing a stir.

To meet the requirements of hygiene and aesthetics, so desired for the visual comfort of the discerning traveler, the articles of the Regulations foresaw the plastic stability of buildings, postulating the residents' obligation towards the age of the coloring of the external facades and internal walls of the buildings. In order to prevent noise, the Code also required care to be taken with the oiling of doors, windows and ceilings—an effective measure, when complied with, to prevent the usual clanging sounds propagated by rusty porches, which, beyond the window sills, invaded the streets and disturbed the common welfare (CMF. *Municipal Code of Franca*, 1910).

The pages of local newspapers print some of the demands made by the population for the state to look at urban building needs. As early as 1935, a writer complained that Franca was a ‘city without buildings’. For the columnist, it was absurd that a city with 18 thousand inhabitants at the time would be abandoned by state public authorities, who failed to provide a single decent school building with spacious classrooms and adequate furniture to meet the hygienic and pedagogical requirements of

the students (*O Francano*, Franca-SP, 'Franca, the city of groups without buildings,' July 03, 1935).

In his phase of interest in power devices, Foucault (1999) considers the 'biopolitics' of the human species. This biopolitics acts on the various borderline instances of human life; birth, longevity and mortality will be its first targets. Endemics, diseases that affect the masses of humanity, are treated as factors that diminish human production capacity, causing costs and subtracting potential. In this way, medicine was introduced as a public hygiene function, normalizing knowledge and medicalizing the masses. The *Code of Municipal Ordinances* contains a significant section on the 'Sanitary Police'. By laying down the responsibilities of the Mayor, the municipal doctor and the sanitary agents, the *Código* establishes the obligations of these officials towards public health. The figure of the doctor appears here as a notorious city inspector in everything to do with the hygiene of the population and the city's public environments, from restaurants to stables. The role of the doctor and sanitary agents in taking the necessary precautions against epidemic diseases is also noted. The health officer is responsible for:

[...] the hygiene of streets, squares and public places; private and collective dwellings; food, including food stores, bakeries, bars, restaurants, butchers, greengrocers, markets and public slaughterhouses; stables and stables; laundries and bathrooms; immediate precautions against epidemic and transmissible diseases; public assistance; hospitals, health centers, cemeteries, morgues and burials (CMF. *Municipal Code of Franca*, 1910).

In *The Birth of the Clinic*, Foucault points to the historical individuality present in epidemics, which, in the 18th century, was in the process of becoming institutionalized. In France, each sub-delegation had a doctor and surgeons who were assigned to follow the route of epidemics.²¹ In fact, a notification was sent out as soon as four or five people were reported to have been attacked by the same disease. The alarm signaled by the liquidator was immediately noted by the sub-delegate, who assigned a doctor to indicate treatment. The French philosopher draws attention to the police nature of the epidemic prevention and remediation system, where

[...] There could only be epidemic medicine if it was accompanied by a police force: to monitor the installation of mines and cemeteries, to obtain, as often as possible, the incineration of corpses instead of their burial, to control the trade in bread, wine and meat, to regulate

slaughterhouses and dyehouses, to ban unhealthy housing (Foucault, 2020, p. 26).

If we follow the police record of the siege against epidemics observed by Foucault, we will see that the *Municipal Code of Franca* provides for a no less forceful siege when it comes to monitoring the health of public establishments and personal dwellings. In an often invasive way, the city inspector responsible for monitoring public health was allowed and, according to the *Code*, advised to make home visits when the health status was normal. In times of altered health status due to epidemic diseases, a doctor specially commissioned by the mayor would be appointed to carry out the visits. In houses or establishments, the designated inspector or doctor had to be attentive to the regular hygiene conditions laid down in the *Code*, and at the end of the visit he had to issue the necessary summonses to the tenant, resident or owner in order to bring the building into line with the appropriate health conditions. The inspector also indicated the fines that could be imposed for infractions in a siege model that to a large extent resembled a police mechanism, equipped with a technical apparatus, surveillance missions and punishments in the event of non-compliance with the law.

The mechanism set up to surround epidemics and prevent their spread has an exclusive section within the *1910 Code*. In addition to being tasked with checking that residents were up-to-date with their vaccinations and, if not, inoculating them with the missing doses, clinicians who diagnosed the existence of a disease and failed to report it to the municipal doctor or the mayor would incur an act of negligence under penalty of a \$50,000 fine.²² The same fine could be imposed on the owner of a hotel or inn who, upon noticing the appearance of any suspicious illness among his guests, fails to notify the competent authorities within 24 hours. In general, the law obliged anyone to notify the authorities and be hospitalized for appropriate treatment if there was any suspicion of contamination by contagious diseases.²³ The case of vaccinations and revaccinations also has a separate paragraph.

After the Vaccine Revolt of 1904, Rio de Janeiro saw its worst smallpox epidemic as a result of the suspension of compulsory vaccination due to the demands of the rebels.²⁴ In 1908, more than 9,000 deaths were recorded. In 1909, Oswaldo Cruz and Plácido Barbosa published a compilation dedicated to the consecration of Jenner's vaccine - with a somewhat morbid triumphalism in the face of the deaths due to the collapse of vaccination.²⁵ The *Code* of the municipality of Franca made it compulsory to

vaccinate animals against smallpox within the first 30 days of the birth of babies, and revaccination was compulsory every 7 years until the age of 45. At the beginning of implementation, still in the 19th century, arm-to-arm vaccination was preferred to animal vaccination due to doctors' fears of contamination of the vaccinated with other livestock diseases. However, and the French *Code* confirms this position, it was found that hand-to-hand vaccination often ended up spreading diseases such as syphilis, and the Jennerian method of inoculating animals with animal vaccine became the most suitable and safest (Chalhoub, 1996).

The behavior of citizens was also taken into account by the law. In a still provincial city like Franca, which was slowly undergoing the introduction of urbanity at the beginning of the 20th century, it was common for large families living in the suburban districts to move to the central area and start living together on a daily basis with the urban dwellers, who had already adapted to the new conveniences of dressing, speaking, eating and the new ways of socializing in cafés, bars and restaurants. It was common thinking, mainly spread by urban elites - intellectuals and politicians - that those rural habits, seen as crude and barbaric, had to be civilized.²⁶

One local habit that lasted from the time of the Empire was hunting. Varnhagen (1860), in his manual on hunting in Brazil, shows us how the habit of hunting was conceived in Empire Brazil. Linking the habit to the civility so vehemently displayed in European countries, the author points out the great advantages of promoting the practice among the youngest, 'strengthening the body and generally the heart', as well as inhibiting idleness, which not infrequently leads 'to sloth and other vices'. However, it was important for the author to differentiate between hunting by the 'noble hunter' and hunting by means of the most varied types of apparatus, such as [...] nets, snares, scratches, ribs, boizes, esparrelas, ichóes, bretes, albardilhas, arapucas, juquiás and so many other traps'. In France, there was even a pejorative term for the cowardice of these men who devised all sorts of devices to treacherously capture animals: *braconnier*. A different view was taken of those who, resting the butt of the gun on their arm, wielded the rifle towards the 'harmful' animal. He then showed all his boldness, his manly intrepidity and, giving grace to the outbursts that overtook his body, brought the ferocious animal crashing to the ground, occupying his natural position of sovereignty among living beings.

In the 20th century, the first social counterpoints arose in relation to hunting on national territory. In 1912, Eugenio George published his book 'As caçadas, o que eles

exprimem moralmente’ (Hunting, what it expresses morally), which condenses the speech given at the inauguration of the ‘Sociedade Protetora dos Animais’ (Animal Protection Society) in 1911. Other important works on the subject were published during the first decades of the 20th century, such as ‘Por campos e Matas (Hunting, Hunting and Hunters)’ by Bento Arruda, published in 1925. Although it had already appeared briefly in Varnhagen's work (1860), Arruda was the first to delve more deeply into the issue of the lack of specific legislation covering the national territory to regulate the practice of hunting. The discussion around the legitimacy of hunting persisted for a long time in Brazil until a concrete stance was actually taken on the subject, influenced by the movements of environmental preservation groups (Ferreira, 2014).

The fact is that in the first half of the 20th century, in spite of the hunting statute laid down by the *Franca Municipal Code* - the practice of hunting still persisted. As entertainment for children and young men, perhaps influenced by some work by Monteiro Lobato,²⁷ or for the sale of caged birds at fairs, the birds suffered all kinds of misfortunes at the hands of their tormentors. Figure 3 shows a group of men who, with the help of dogs and armed with their rifles, gathered in huts in the middle of the forest for the traditional hunts that took place in Franca:

Figure 3 - A group of hunters led by Abílio Nogueira on the Água Limpa farm



Source: Municipal Historical Museum of Franca ‘José Chiachiri’ (AMHMJC), 1921.

Expressly prohibited by the municipal law, which forbade the use of traps to kidnap animals or the use of weapons to kill them, hunting continued to be a frequent practice despite the public indignation of some men. This is suggested by the protest of a local writer who, back in 1926 (16 years after the publication of the *Code*), complained about the ‘wild amusement’ in which, in defiance of the law, ‘idle individuals’ entertained themselves in the pursuit of innocent birds:

Harmless birds are the victims of gunshots, snares and stones, mistletoe and trapdoors, traps of every kind!... Hunting is an inveterate habit! I revolt against the hunters and against all the vagabonds who bring poor, treacherously caged poultry to the fair [...] Killing birds is wild fun. I see no pleasure in the cruel, bloody, criminal art of venality... [sic]. We have no right to have fun experimenting with weapons at the expense of the suffering [sic] of the irrational (*A Nova Era*, Franca-SP, ‘In defense of the little birds’, 05.02.1929).

Bullfighting also suffered from a process very similar to that of hunting. Highly popular in 19th century France, bullfighting seems to have lost its place in local periodicals due to the bloodthirsty incivility of its spectacles. With cold blood, the bullfighters of the arenas were welcomed amidst the uproar of the audience. Enraptured by the public sagration of the spectators' frenzy, these artists, like a certain Mr. Francisco Branquinho, popular as a bullfighter. Francisco Branquinho, popular as a bullfighter in the news, was highlighted by the press chroniclers for their bravery inside the bullfighting circuses and outside the enclosures, for their ‘chivalry, politeness and sociability’ (AMHMJC. ‘Certificate of good behavior of Mr. Francisco Branquinho’, 22.04.1924).

Figure 4 shows the figure of Branquinho, who led the group of bullfighters whose displays of bravery and virility found a stage on Sundays in the arenas of Franca and the region:

Figure 4 - Bullfights in Franca



Source: Municipal Historical Museum of Franca 'José Chiachiri' (AMHMJC), 1930.

Bullfighting was banned by the *Municipal Code of 1910*. Despite this, they continued to take place, although they were less reported. A local writer ranted in the pages of the Spiritist newspaper against the atrocious bullfighting events that persisted throughout the 1930s in Franca and nearby towns, even though they were banned by municipal statute. The editor uses as an example the tragic event that seriously injured a man, who died shortly afterward.

A 'religious' festival was being held in Crystaes, and one of the traditional festivities was 'bullfighting'. On the 26th of this month, the bullfighters 'ran' a wild cow, and the circus was full of people who happily watched this barbaric spectacle that debases us so much. At 4.30 p.m., the bullfighter Alfredo Mariano de Souza, married and 30 years old, 'caught' the cow, which drove him into the circus fences, hitting him hard in the chest and causing serious injuries. His companion came to his aid and twisted the neck of the cow, which then died. Alfredo was transported in serious condition to the local Santa Casa and died soon afterwards (*A Nova Era*, Franca-SP, 'Bullfights tragic: with a view to our city hall', 30.05.1929).

The writer then continues his scathing criticism, demanding that Franca's city hall, using the fateful example of what happened in the neighboring city, take a more drastic stance to curb the spectacles that, despite being harshly criticized in the press, persevered freely in the city:

Here is a fact that serves as an example.

Our city hall should ban this kind of sport among us who want to be a civilized people.

There is even a provision in our Municipal Cod. Municipal Code, which prohibits bullfighting, but it hasn't been respected here. (*A Nova Era*, Franca-SP, 'Touradas trágicas: com vistas à nossa prefeitura', May 30, 1929).

In the eyes of the local public authorities, committed to modernizing, the education of a population that was migrating from rural areas to city environments was highly necessary; bringing a city's *habitus* into line with the new interrelational modes typical of cities was urgent. This typically educational process is disseminated in various instances: it is educated by the very rules of population and market transit imposed by the physical-structural conditions of the city; it is educated by the phenomenon of alienism,²⁸ it is educated by formal education,²⁹ through legislation, as we have seen, and it is also educated by the press, where conduct appropriate to the morality of the period will be disseminated through the printed pages.

In the June 1924 issue, the chronicler of *O Aviso* laments the fall in marriages and the decrease in the number of children in an article called 'These Socia'. For the author, there need to be public policies to encourage procreation within marriage. As an example, he uses religious 'moralization' as the only possible remedy, including in politics, by promoting public jobs only to those who get married:

How sad! More graves than cradles! And to cure such an evil, many projects have been put forward, some absurd and even immoral, such as equal rights for legitimate and natural children or, even worse, polygamy and free love; [...] The only remedy is religious moralization. To this can be added the preference of legitimately married people for public jobs. This would promote marriages, and if the preference were in direct proportion to the number of children, it would be gold over blue (*O Aviso*, Franca-SP, n. 23, 1924).

Another example of the educational bias disseminated by the press and which has its results in social behavior is shown in the repudiation of the modern fashion of the period, which was called a 'terrible corrupter' of social modesty and especially of young people, seen as the future of society:

Today, young people of both sexes, especially boys, forgetting that in the coming society they will have to build families, the social basis,

unconsciously slip into abusive, indecorous acts, dragging themselves into the mire of inevitable moral decadence (*A Nova Era*, Franca-SP, n. 55, 1929).

By investing in the use of certain clothing, the printed newspaper defends good clothing (bearers of morality) as opposed to indecent clothing, which violates public morality. The prohibition is even aimed at readers who have daughters, with the aim of transmitting what can (or cannot) be worn within the family dome:³⁰

Anyone who observes today with a certain curiosity the transformation of our customs and the evolution of our habits feels a strong pang in the heart [...] And anyone who talks about modesty, shame, respect for modesty and morality makes a fool of themselves in the face of a society that calls itself high and lofty. Fashion, the terrible corrupter, has even attacked books! And family girls, barely out of school, my God! in a condemnable exhibitionism, dressed without decency or modesty... (*O Aviso*, Franca-SP, n. 25, 1924).

Indignation against vagrancy seems to be a common topic in local newspapers, causing discomfort among the population. In the October issue of 1920, the newspaper *Tribuna da Franca* used part of its editorial space to publish its usual section of letters from subscribers. Under the pseudonym *Norma de Ingady*, the reader used the space to send a letter in which she expressed her indignation against the ‘vagrants’ who were crowding the city centers, congratulating the editor of the newspaper for the article published the previous month, called ‘Repression of the vagrants’. Accentuating her position as a housewife, the reader reported on the difficulty of finding maids who could do basic household chores and who were forced to do double duty: looking after the house and the children, due to the scarcity of available labor. On the other hand, there was an accumulation of vagrants ‘with no obligation to work, manifestly prone to vice, living an immoral life, and offensive to good customs’ (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920).

The reader also observes ‘hundreds of black women wandering the streets of the city who could be used for work, if there were someone to force them to do so’ (*Tribuna da Franca*, Franca-SP, 24.10.1920). The account taken from the local newspaper shows us the other side of modernization, seen from the angle of the excluded, those for whom modernity and material progress had no effect other than social exclusion.

Final considerations

On the heels of the modernization of Brazil's major urban centers, the city of Franca underwent a vast process of physical and structural changes. *The Municipal Code* of Franca was created, in its first version in 1890 and soon after in the updated version of 1910, primarily to meet the need for technical standardization in a city that was ostensibly growing, and which saw its dimensions grow disproportionately over the first few years of the 20th century. The metrified width of the avenues, the need for walls in the houses in the central circle, the hygiene regulations for houses and public buildings, the trade in dead people, the epidemic health problems, the lack of health in bathhouses and barbershops... A whole range of rules were devised to deal with the natural problems arising from a municipality undergoing marked structural expansion.

The fact that the 1920s were the decade when care homes - such as the *Allan Kardec Asylum*, created in 1922 - were set up is no mere historical accident. The city of Franca went through a period of increasing modernization during this period. Added to this, along with the large urban centers where the economic elite settled, there was also the configuration of footwear production financed by businessmen from Rio de Janeiro who stayed in Franca³¹. The tolerance previously observed towards those who deviated from the rules of coexistence came to be seen in a different light at the beginning of the 20th century. Faced with the arrival of businessmen who settled in the city looking to invest capital in the footwear sector, any disturbance to the beautiful landscape would be targeted. The gaze of the outside visitor, who judges the archaic 'ugliness' of the city center, begins to bother the 'hosts.' There is an urgent need to isolate these elements that disturb the image of a clean and hygienic city, in keeping with the great modern centers.

We are interested in asking about the instances of power that demanded the 'beautification' of urban centers in the face of the arrival of these young investors visiting the region; who were these hosts concerned about the foreign gaze that, seeking a supposed sanitization of the centers, swept from urban circles an entire marginalized population that would have, if not through the corrective means of prison (through the legal means), the status of the insane, incorrigible in the face of the attempts of the society that punishes.

Local newspapers are full of these representations and seem to show the same intransigence towards those who deviate from a project of modernity financed by the

local elites. Giving voice to countless sectors of society that called for the elimination of everything that didn't fit into the 'modern' discourse, the periodicals served as a stage for the education of corporealities that didn't conform to the modern, which was intended to be clean, orderly and capable of demonstrating the signs of modernity - even if for many it was highly exclusionary.

References

A NOVA ERA. Franca-SP, 1927-1940.

A SENTINELLA. Franca-SP (1926).

BIRMAN, Joel. *A Psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CMF. *Código Municipal de Franca*, 1910.

COMÉRCIO DA FRANCA. Franca-SP (1915-1940).

CRUZ, Heloísa de Faria. A Cidade do Reclame: propaganda e periodismo em São Paulo, 1890/1915. *Projeto História*. São Paulo, nº 13, junho/1996, p. 81-92.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In.: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DOIN, José Evaldo de Mello Doin *et al.* A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 91-122, 2007.

FALEIROS, Rogério Naques. *Homens do café: Franca: 1880-1920*. 2002. 224p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

FERREIRA, Hugo Fernandes. *A caça no Brasil: panorama histórico e atual*, 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- _____. *Cidade e cidadania: Franca (1890-1996)*. 2007. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- _____. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 7ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- MACHADO, Maria Cristina Gomes. *Rui Barbosa*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- MACHADO, Roberto *et al.* *Danação da Norma. Medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. Collection of photos of the city of Franca. Franca-SP, 1900-1940.
- MUSEU HISTÓRICO MUNICIPAL JOSÉ CHIARIRI. *Certificate of good behavior of Mr. Francisco Branquinho*, Franca-SP, 22.04.1924.
- O AVISO. Franca-SP (1924-1925).
- O NONO DISTRICTO. Franca-SP (1882).
- PAMPLONA, Marco A. A Revolta era da Vacina?. *In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. Rio de Janeiro, Record, 2014.
- TOSI, Pedro Geraldo. *Capitais no interior: Franca e a história da indústria do coureiro-calçadista (1860-1945)*. Tese [Doutorado em Economia], Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 1998.
- TRIBUNA DA FRANCA. Franca-SP (1901-1940).
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em toda a América tropical*. Imprensa. Rio de Janeiro: E. & H., Laehmert, 1860.
- WOITOWICZ, KJ. Jornalismo e in(ter)venção da história: um diálogo possível no universo do sentido. *In: Imagem contestada: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916)* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015, pp. 23-46. ISBN 978-85-7798-212-7. Disponível em: SciELO Books, acesso em 28 de junho de 2019.

Article received in March 20, 2023

Accepted for publication in August 15, 2023

¹ ‘Docile’ refers to the well-known formulation of ‘docile bodies’ created by Foucault in *Surveillance and Punishment* (2014), in which the author refers to the disciplinary process found in various spheres of society, which ends up regulating bodies, shaping gestures and making them docile.

² For example, the press published municipal codes. It was through these publications that the population became aware of the legislation in force and that the government, in turn, could act to regulate not only what was allowed under the ban, but also the aesthetics of the district. By way of example, the municipal codes of 1910, which serve as our source of analysis, were published in the French press; more precisely in the *Tribuna de Franca* newspaper, in its February 2, 1910 edition.

³ It is no coincidence that the *Allan Kardec Asylum* was founded in 1922 to take in the needy and homeless of all kinds who had once settled in urban centers, as can be seen from the institution's first records. In the asylum, purposely built far from the centers where the elite settled, these individuals are hidden, no longer visible to the gaze of the foreigner who is staying in the city to invest his capital in the rising footwear sector.

⁴ ‘[...] instead of continuing to be, as in the past, a dreary and sterile ‘sandbank’, Franca is steadily conquering elements promising to be, in the not too distant future, a true eden of São Paulo, a pleasant nest of poetic charms.’ (*Tribuna de Franca*, 25.12.1903).

⁵ On miasmas in France, see: CORBIN, Alain. Knowledge and odors: smell and the social imagination in the 18th and 19th centuries. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

⁶ According to Moraes (1994 apud Follis, 2007, p.14), the city of Rio de Janeiro jumped from 522,651 to 1,157,873 inhabitants between 1890-1920, while in the same period the city of São Paulo also saw a significant increase in population: from 64,934 it jumped to 579,033 inhabitants, making it the second largest city in the country.

⁷ On modernization in São Paulo and Rio de Janeiro, see: SEVCENKO, Nicolau. Literature as Mission: social tensions and cultural creation in the First Republic. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁸ Roughly speaking, the term translates the ‘beautiful era’ experienced in Europe in the last decades of the 19th century and the beginning of the 20th century. Symbolized as the ‘best of eras’, the Belle Époque was characterized by a taste for the modern and a flood of new material technologies that invaded the daily lives of Europeans.

⁹ Franca's urban population was around 7,000 in 1903. In 1921, it had around 11,051 inhabitants, rising to 18,072 in 1937 and 22,000 in 1943 (FOLLIS, 2004).

¹⁰ These included 2,889 Italians, 2,281 of Spanish origin, 617 Portuguese, 34 Germans, 28 Japanese and another 344 of other nationalities (FALEIROS, 2002).

¹¹ Located on the banks of the Córrego Cubatão, situated on the extension of Rua Saldanha Marinho (FOLLIS, 2004).

¹² The Municipal Code of 1910 also prohibited the movement of animals through the municipality (Art. 733 - It is forbidden to roam the streets of the city with any animal of the vacum, cavallar, muar, caprina, suina, canina and other analogous species), with those found roaming the streets of the city being subject to collection by the municipal authorities and their owners subject to fines. If the owner failed to show up on time, the animal would be sold in a public square; in the case of dogs, they would be ‘killed by the process adopted by the Prefecture, the use of poisoned balls being prohibited’ (CMF, 1910).

¹³ On the black population as a target of biopolitics: CARNEIRO, Aparecida Sueli. The construction of the other as non-being as the foundation of being. Thesis (Doctorate in Education) - University of São Paulo, São Paulo, 2005.

¹⁴ *The Rules of Conduct, Municipal Codes of Posture* or just *police postures*, as they were initially called, were created in the 19th century with the aim of normalizing society through a process of constant observation of individual acts. Just like the prescriptions defining conduct, the *Rules of Conduct* also prescribed punishments in the event of non-compliance with the ordinances, serving as an agent for preventing urban diseases, sanitizing the urban environment and regulating city habits (SCHMACHTENBERG, 2008).

¹⁵ In 1893, that is, just three years after the *Code* was published, there were already 15 new laws and decrees in force that were not incorporated into the *1890 Code of Ordinances*, while in 1907 there were 250 laws of which the *Code* made no mention (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, 'O Código', 18.02.1910).

¹⁶ The typical bourgeois dwelling provides the privacy of the couple's bedroom in relation to the children's bedroom, which is separated from the drawing room by a distant corridor; the building also separates the public from the private: the intimacy of the home, the private place, from the street, the public environment, by means of walls erected to prevent the outside eye from seeing what happens inside the walls of the home (CUNHA, 1986).

¹⁷ 'The Municipal Code was written in 40 notebooks of handmade paper with 25 lines and, in total, comprises 10 sections, 25 titles, 106 chapters, and 944 articles' (*Tribuna de Franca*, Franca-SP, 'O Código' Feb 18, 1910).

¹⁸ Despite the *1910 Code's* ban on animals running loose in the streets, it was common for newspapers to report on the frequency with which domestic dogs roamed the streets uncontrolled, sometimes resulting in bites that injured passers-by, causing panic with the threat of rabies transmission (*O Francano*, Franca-SP, 'Os cães soltos na rua', 26.06.1935).

¹⁹ '[...] let's take the sidewalk because only people from the countryside walk in the street' (*O Alfinete*, Franca-SP, 'Na Rua do Comercio', 12.04.1925).

²⁰ The *Municipal Code of 1910* required that, while the city was not yet equipped with sewage systems, residents had to hand over their waste water to the cleaning service. Where this service was not even available, it was recommended that residents somehow make the water converge so that there was no stagnation of standing water, the deleterious consequence of which was that mosquitoes ended up manifesting themselves and reproducing, especially during the summer.

²¹ The siege of epidemics in France took place, according to Foucault, in such a way that the medical space not only coincided with the social space, but went beyond it: it crossed it. The desire for control reached the minutiae of the need for statistical control of the health of each sub-delegation. In addition to the usual records of births and deaths, there was also the construction of true medical topographies of each region, covering everything from the number of people in each dwelling to descriptions of habits, clothing and the physical and moral education of the inhabitants of each district (FOUCAULT, 2020).

²² Schmachtenberg (2008) observes that the Codes of Posture functioned more as a mechanism of prevention than punishment, providing individuals with a positive parameter of what was permissible and what was forbidden. In this way, the fines functioned as a prior coercive inhibition, rather than as a correctional apparatus.

²³ Suspicions of contamination by: a) pestilential diseases (yellow fever, cholera and other plagues from the East); b) epidemic exanthematous fevers (smallpox, scarlet fever, measles); c) diphtheria; and d) whooping cough had to be reported to the authorities. The only exceptions were tuberculosis, infectious puerperal fevers, septicemic diseases and beriberi, which were optional (CMF. Municipal Code of Franca, 1910).

²⁴ On the Vaccine Revolt, see: SEVCENKO, Nicolau. *The vaccine revolt - insane minds in rebellious bodies*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

²⁵ Chalhoub (1996) tells us about the history of the Jennerian vaccine - the vaccine itself. Its history is linked to the pastoral tradition observed by the physician Edward Jenner, which since the 16th century had indicated that those who worked with cattle could avoid contracting smallpox. Based on this popular belief heard by Dr. Jenner heard from a peasant woman, the doctor noticed that among those who milked cows, there was a kind of scraping similar to cowpox. Hence the term cowpox, which refers to ulcerations that affect the udders of cows and are highly contagious. Linking the popular belief to what the doctor had heard from the peasant woman, Dr. Jenner decided to carry out tests that would later prove immunization against smallpox by inoculating the vaccine.

²⁶ Marco Antonio Pamplona (2010, p. 91) shows the long journey that the city of Rio de Janeiro went through in its quest to 'civilize' the population. The Municipal Code of Ordinances of 1894 effectively fulfilled this mission: to civilize what was considered barbaric. The intellectual and political elites, eager to resemble European behavioural habits, supported the state's action in this civilizing endeavour. In fact, the codes acted precisely to modify the 'uncivilized' habits of a population that was mostly black. They prohibited: 'the sale of food in the street, made by street vendors, kiosks or frêges, the habit of spitting on the floor of streetcars, the sale of milk milked on the spot by cows pulled from door to door, the raising of pigs in the urban limits, the display of meat at the entrance to butchers' shops, the loitering of dogs loose in the streets, the lack of paint on the façades of buildings, the presence of entrudos and carnival cordons'.

²⁷ Aimed at a children's audience, Monteiro Lobato published a series of books involving cinogenetics, i.e. the art of hunting. Some of the works that the younger generation probably had access to, given the wide

dissemination of the author in Portugal, were: 'A Caçada da Onça: novas aventuras de Narizinho, Rabicó e demais companheiros' (1924) and 'Caçadas de Pedinho' (1933) (FERREIRA, 2014).

²⁸ Birman (1978, p. 344) points out that '[...] a process of standardization is necessarily a pedagogical process. Moral treatment is characterized as an operation of moral pedagogy, in which the alienated person's being-of-Nature is submitted to their being-of-Culture.'

²⁹ Machado (2010, p. 18), in his work on Rui Barbosa's work in education, attests that 'This [education] was conceived as the ideal space for the transmission of conservative principles throughout society, defining its role and its importance for social life. In the public school, content that served the public interest would be conveyed, content that ensured the preservation of order and bourgeois wealth, so its fundamental role was to prepare for work and citizenship.'

³⁰ On modernization and concern with the docilization of women's bodies: RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar - A utopia da cidade disciplinar- Brasil: 1890-1930*. Editora Paz e Terra, 1985; RAGO, Luzia Margareth. *Os Prazeres da Noite - Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890- 1930)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

³¹ It was precisely on August 25, 1920 that the contract for the incorporation of a commercial company was registered, in which Carlos Pacheco de Macedo, a wealthy businessman who was already famous in Franca for his Jaguar footwear company in the 1910s, joined forces with men from the Rio de Janeiro leather sector (Josef Marx and Christiano Hechler), which had been signed a few days earlier in Rio. For Tosi (1998, p. 169), the association was 'the most important in sustaining the leather and footwear activities in Franca. Macedo's footwear company, Jaguar, had also been the target of investment from Rio years earlier. The arrival of assets from Rio de Janeiro indicates that the city of Franca became a focus for businessmen, who lived in the city and stayed in local hotels.'

VIDA COMUNITÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA RAÍZ DA RESISTÊNCIA DA VILA DE BELO MONTE, EM CANUDOS

COMMUNITY LIFE AND FOOD SAFETY IN THE RESISTANCE ROOT OF VILA DE BELO MONTE, IN CANUDOS

Amilcar BAIARDI¹

Alex Vieira dos SANTOS²

Resumo: O artigo analisa o episódio da guerra de Canudos com destaque nas condições de vida na Vila de Belo Monte, sobretudo em relação à sua capacidade de resistir às forças militares tendo por base a segurança alimentar e a vida comunitária como fatores preponderantes nesse contexto. O trabalho traz inicialmente uma visão geral do conflito, suas particularidades e parte da análise dos autores que escreveram e estiveram na região de Canudos no momento da guerra, além da visita aos principais arquivos onde a documentação primária está localizada, procedendo as anotações com referências geográficas e cronológicas. Ao final aponta os fatores que corroboram a importância da vida em comunidade e da segurança alimentar como fator de importância na resistência.

Palavras-chave: Vida Comunitária, Segurança Alimentar, Vila de Belmonte.

Abstract: The paper analyzes the episode of the Canudos War, with emphasis on living conditions in Vila de Belo Monte, especially concerning its ability to resist military forces, based on food security and community life as preponderant factors in this context. The work initially outlines a general vision of the conflict, its particularities, and part of the analysis of two authors who wrote and stayed in the Canudos region at the time of the war, in addition to visiting the main archives where the primary documentation is located, proceeding with the annotations with geographical references and chronological. Ultimately, he points out the factors that corroborate the importance of life in the community and food safety as essential factors in resistance.

Keywords: Community Life, Food Safety, Vila de Belmonte.

Introdução

A campanha de Canudos, que teve características de uma guerra civil, colocando de um lado os seguidores do beato Antônio Conselheiro e do outro os destacamentos do exército nacional e da polícia militar da Bahia, durou quase um ano, mais precisamente onze meses, indo de novembro de 1896 a outubro de 1897. Como sói acontecer na

¹ Professor do curso de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador. Professor titular na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFBA). E-mail: amilcar.baiardi@gmail.com; amilcarbairdi@uol.com.br.

² Doutor em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Secretária de Educação do Estado da Bahia. E-mail: alexvieiradosantos@uol.com.br; alexvieirassantos@gmail.com.

história convencional, boa parte das narrativas enaltecem alguns protagonismos, omitem outros e exploram muito pouco as demais condicionantes e a contextualização.

O que é inequívoco neste episódio é a capacidade de resistência da população da Vila do Belo Monte¹, formada por pessoas de várias faixas etárias e carentes das mínimas condições materiais de habitação e saneamento e na quase totalidade iletrada. Esta resistência, já exaustivamente analisada do ponto de vista militar, permite indagações: Como esta população se sentia vivendo em comunidade? Como se abastecia antes e durante a guerra? Como encontrou determinação para resistir até o fim, quando o arraial se encontrava em ruínas, completamente destruído, sem nenhuma edificação e com inúmeros incêndios provocados pelas tropas ditas legalistas?

As prováveis respostas têm relação direta com o significado que o modo ou estilo de vida na comunidade representava para eles. Muito mais que o fanatismo religioso ou uma possível motivação política contra a República, preservar as condições de vida e a atmosfera de irmandade e solidariedade na Vila do Belo Monte, foram razões para a resistência dos seguidores de Conselheiro. A manutenção da forma de organização social da produção agrícola, praticada coletivamente nas imediações da Vila do Belo Monte, a regularidade do abastecimento e a maneira como eram distribuídas as atividades produtivas e os bens resultantes do trabalho coletivo, jogaram um peso definitivo na decisão de preservar aquela microsociedade mesmo que tivessem que combater em condições de extrema desigualdade.

Antes das primeiras investidas das tropas estaduais e federais, os habitantes do aglomerado urbano denominado Vila do Belo Monte, tinham uma organização política, social e econômica que lembraria, segundo Loyn (1990), as comunas da Idade Média, que praticavam cultivo da terra, criação de animais e distribuição de alimentos dentro de princípios comunitários e com fundamento na ajuda mútua. A liderança carismática que estabelecia as regras de convivência definia como princípio norteador uma divisão de trabalho, na qual todos estariam envolvidos, e uma repartição dos bens produzidos de modo equitativo. A defesa deste arranjo socioeconômico explica a determinação dos habitantes da Vila do Belo Monte em resistir às ameaças de destruição do povoado, até onde fosse possível, até as últimas consequências. Nas palavras de Brito (2011):

Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada. Chegavam a Canudos famílias que vendiam ou que deixavam suas

pequenas propriedades, ex- escravos, indígenas e sertanejos que corriam do sofrimento. Chegando a Canudos, logo encontravam aconchego. Não faltavam mutirão, comida e reza. Rapidamente a comunidade foi crescendo e em poucos anos se tornou uma das maiores do Nordeste. Tinha 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, chegando a ser a maior cidade do estado da Bahia depois da capital Salvador. A pregação do Conselheiro insistia em dizer que a terra tem um dono só. Se a terra é dom de Deus, os camponeses podiam ocupá-las. Inspirados nesses preceitos divinos e nas necessidades concretas do povo, os camponeses iniciaram a ocupação das terras, até então improdutivas e abandonadas (Brito, 2011, p. 157-158).

Ao abordar o tema de Canudos e levantar aspectos referentes à luta pela sobrevivência e à capacidade de resistência dos seguidores de Conselheiro, impõe-se não ter como foco apenas o aspecto militar, a correlação das forças em confronto, as condições objetivas de vida dos combatentes e o desdobramento das quatro expedições que terminaram por dizimar mais de duas mil dezenas de seguidores do beato. Procedendo assim se teria apenas um olhar fragmentado, muito distante de uma realidade bastante complexa que envolve uma análise das percepções de como a comunidade via suas condições de vida no Sertão do Brasil, antes e depois da experiência da Vila do Belo Monte. Do mesmo modo, como a comunidade avaliava os problemas e a exclusão social, de certa forma atribuídos à República, cuja política regional proclamava justiça social sem que se percebesse qualquer avanço neste sentido. Há fatos acerca de como se dava a produção agropecuária, o abastecimento de alimentos e de água, antes do início da guerra, que merecem atenção, uma vez que podem ser pistas para a explicar a capacidade e a determinação de resistir no início do conflito e quando se estabelece o cerco militar.

Com relação ao apelo que o estilo de vida da comunidade religiosa provocava, é relevante perceber que o caráter religioso contido nos discursos de Antônio Vicente de Mendes Maciel, o “Conselheiro”, também trazia consigo inúmeras reivindicações e manifestações de descontentamentos em relação à nova configuração política brasileira, pós República. Antônio Conselheiro fundou um ideal de vida que não só alimentava espiritualmente os oprimidos como dava a esperança de uma vida melhor em comunidade, onde, mesmo em condições de extrema precariedade, todos tinham o direito à terra e à moradia. Destarte, não causa perplexidade constatar que em meio a um estado de carências e sofrimentos que atingia a população do Semiárido, ela se unisse como alternativa para fugir da fome e miséria e, conseqüentemente, criar uma

comunidade de autoajuda que destoava da estrutura política que então vigorava. Segundo Brito (2011):

Em 1893 foi iniciada a formação da cidade comunitária de Canudos. Os camponeses descobriram na pregação do Conselheiro um chamado para mudar a situação e um apelo para construir uma comunidade sem exploradores e explorados, onde a vontade do povo fosse respeitada (Brito, 2011, p.158).

Apesar de saber-se que comunidade da Vila do Belo Monte sempre teve de conviver com dificuldades para exercer atividades relacionadas com a produção vegetal e produção animal, inclusive devido a apropriação da terra com base no poder político, como fazia o Barão de Geremoabo, a forma como a agricultura se organizou e o modo como se dava repartição do produzido, passaram a ser atração para milhares de sertanejos que converteram o arraial em uma referência para a população da região, atingindo inclusive famílias que viviam em estados vizinhos como Pernambuco, Ceará e, principalmente, Sergipe. O crescimento do arraial obrigou a liderança da comunidade a ampliar as atividades produtivas, aproveitando o saber popular acumulando em séculos de experiência de convivência com a seca e adaptar-se a uma situação complexa, onde a escassez de água combina-se, em quase todo o Semiárido, com solos rasos (Baiardi, 2016).

A quantidade expressiva de pesquisas sobre a Guerra de Canudos, sobretudo na história política e social, não trata, e nem mesmo especula a não ser fragmentariamente, da estratégia de sobrevivência alimentar, no período anterior à guerra, durante ela e antes e depois do cerco à Vila do Belo Monte, estratégia esta que foi decisiva para a resistência. Para se ter uma ideia, enquanto as tropas governamentais tiveram sua capacidade combativa comprometida por falta de alimentação e água, como exaustivamente mostram os relatos, no caso dos combatentes da comunidade de Conselheiro, a falta de suprimentos tipo alimentação não é relatada (Cunha, 1954).

Com base em releituras, em leitura de “entrelinhas”, aquilo que é referido, mas não faz parte do eixo de narrativa, da bibliografia disponível e com base em alguns documentos originais disponíveis no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, mas pouco explorados, procurou-se reinterpretar o que se denomina capacidade de resistência e estratégia de sobrevivência alimentar, temas que não aparecem claramente no discurso de Antônio Conselheiro e nem no de seus seguidores. Contudo, esta preocupação existiu entre eles. Da mesma forma, existia um conhecimento tácito, não

explícito e que explica, em grande medida, a capacidade de resistência (Cunha, 1954; Garcex, 1977). Há fatos acerca de como se dava a organização produtiva e o abastecimento de alimentos e de água antes do início da guerra, os quais merecem atenção uma vez que podem ser pistas para a determinação de resistir da comunidade de Belo Monte, sobretudo quando se estabelece o cerco militar.

Os caminhos da investigação: Método e Fontes

A metodologia utilizada nesta investigação tem como approach teórico o suposto que o papel do historiador é tentar “reinstaurar” o passado em toda a sua complexidade possível, estabelecendo nexos entre a narrativa dos fatos e a realidade do entorno, proporcionada por outras áreas de conhecimento. Como não testemunhou o passado, cabe ao historiador com base em evidências diversas, construir uma narrativa hipotética, daquilo que poderia ter ocorrido. Na escolha de determinado objeto de pesquisa, o historiador se dá conta de que o método, a forma pela qual se movimenta em meio às evidências, na maior parte dos casos documentação não logicamente ordenada, não está separado da narrativa, resultado do trabalho. De outro modo, não se deve supor que primeiro se deve proceder a interpretação das evidências como uma etapa definida e depois construir a narrativa. O que sugere uma representação mais adequada do passado, são constantes idas e vindas da análise das fontes à narrativa. Ao proceder por este caminho, procura-se, com o rigor possível, ir além de uma narrativa baseada em outras narrativas e, com base em fragmentos destas e outros elementos, ir construindo, segundo Neves (2002), uma história regional e local conectada numa base territorial ou, de acordo com Barros (2011), elaborar uma micro-história analítica, reflexiva e problematizadora.

A metodologia em particular contemplou os seguintes passos, dentro do paradigma apresentado: 1) a releitura dos autores que escreveram e estiveram na região de Canudos no momento da guerra ou que depois produziram obras sobre o tema, cuidando de ordenar as anotações com referências geográficas e cronológicas; 2) visita aos principais arquivos onde a documentação primária está localizada², procedendo as anotações com referências geográficas e cronológicas e 3) redação do relatório final visando construir representações com ênfases e reinterpretções diferentes (Cardoso, 2005 p. 2-3).

A guerra de Canudos: Espaço e Tempo

Neste item o episódio denominado Guerra de Canudos será inserido nas dimensões espaço, onde se deu, e tempo, quando se deu. A área do conflito se encontra inserida no Bioma Caatinga, em pleno Semiárido. Ela vem sendo modificada por meio de ações antrópicas desde o descobrimento, as quais tem levado à degradação ambiental. O clima regional é seco, definido como clima megatérmico, com déficits hídricos expressivos e precipitação média em torno de 400 mm ano. A vegetação predominante é a caatinga arbórea aberta, com palmeira e contato caatinga-floresta estacional. O relevo é tipo pediplano sertanejo, com tabuleiros interioranos. Há no território acentuadas restrições hídricas, que levam a um balanço oferta-demanda de água desfavorável para a vegetação e que também provocam intermitência dos rios e chuvas irregulares. Os limites à produção vegetal, da qual depende a produção animal, também se devem à pouca profundidade dos solos e ao predomínio de rochas cristalinas (Baiardi, 2016; Baiardi & Costa, 2020). Desde muito tempo a principal atividade rural é a pecuária extensiva, destacando-se a produção de bovinos, caprinos e ovinos. As lavouras que mais se destacam são milho, feijão, mandioca e sisal ou agave (fibra). A se referir a este ecossistema e às possibilidades de nele sobreviver, Euclides da Cunha em *Os Sertões*, enfatizava a relação do sertanejo com o ambiente, nos seguintes termos:

Assim todo sertanejo é vaqueiro. À parte a agricultura rudimentar das plantações da vazante pela beira dos rios, para a aquisição de cereais de primeira necessidade, a criação de gado é, ali, a sorte de trabalho menos impropria ao homem e à terra (Cunha, 1954, p. 70).

A localização da Vila do Belo Monte é privilegiada em relação à esta paisagem porque está próxima aos solos aluviais do rio Vaza Barris. Em outras palavras, isto significa, segundo Baiardi e Costa (2020), solos profundos e friáveis no Bioma Caatinga, com possibilidade de retenção de umidade e prática de irrigação de vazante. A imagem a seguir, Figura 1, oferece uma representação artística do entorno da Vila do Belo Monte, destacando que o aglomerado urbano estava separado pelo Rio Vaza Barris de uma série de pequenas elevações que são contrafortes da Serra Negra e da Serra da Jacobina, situadas ao norte de Canudos, ver Figura 1.

Figura 1 – Pintura reproduzindo a Vila do Bel Monte e seu entorno.



Fonte: Os Sertões para principiantes: síntese de suas três partes. Disponível em: www.saojoseonline.com.br (Município de São José do Rio Pardo, SP)

A cronologia apresentada a seguir ajuda a entender o tempo e as razões do conflito e intuir sobre a capacidade e as razões de resistência da comunidade:

Tabela 1 – Cronologia da Guerra de Canudos

PERÍODO	EVENTOS	CONSEQUÊNCIAS
Outubro e novembro de 1896	Início das primeiras escaramuças entre a população da Vila do Belo Monte e a Polícia do Estado da Bahia. Confronto ocorre em Uauá.	As tropas da polícia baiana ficam desmoralizadas e as autoridades entendem ser tarefa do exército combater os seguidores de Conselheiro.
29 de dezembro de 1896 a 12 de janeiro de 1897	A segunda batalha ocorre entre os seguidores de Conselheiro e tropa do exército, mais numerosa e apetrechada nas imediações de Queimadas.	Segunda derrota das tropas do Estado, em que pese as baixas causadas aos seguidores de Conselheiro.
08 de fevereiro a 03 de março de 1897	A terceira expedição visando destruir a Vila do Belo Monte é derrotada, principalmente em combate corpo a corpo no interior da vila do Belo Monte.	Como baixa relevante houve a morte do comandante, coronel Moreira Cesar. Em debandada a tropa abandona armas e munições apropriadas pelos seguidores de Conselheiro.
De março a junho de 1897	Trégua na guerra, o exército recua para	Tentativas de atribuir conteúdo político à

	conceber outra estratégia	resistência dos seguidores de Conselheiro, acusados de monarquistas
Fins de junho a fins de julho de 1897	Tem início a quarta expedição com tropa mais numerosa e artilharia mais avançada para época. Era composta de 16 batalhões de infantaria, de um regimento de artilharia e de um esquadrão de lanceiros, cavalaria. Estes números se elevam e a o fim de agosto havia na área 30 batalhões de infantaria	Após sucessivos combates ocorre uma trégua na qual General Artur Oscar, comandante em chefe da IV Expedição, faz um relato dramático da situação e pede ao governo federal um reforço de 5.000 soldados. O desânimo predominava em toda a tropa e as baixas nos destacamentos do exército chegavam à casa de 2.000 homens
30 de agosto - 1897	Chega a Queimadas, o Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, alarmado com a possibilidade de mais uma fragorosa derrota, trazendo consigo em reforço uma tropa de 3.000 homens	As tropas federais ultrapassam 8.000 homens e os recursos da artilharia aumentam. As baixas nas hostes de Conselheiro não são repostas. Avizinha-se um desfecho favorável às tropas da União
01 a 30 de setembro- 1897	O exército ocupa a fazenda Velha, morre Antônio Conselheiro e estabelece-se um cerco total à Vila do belo Monte	O cerco dificulta a sobrevivência e tem início a escassez de água e gêneros alimentícios
03 de outubro - 1897	Há uma tentativa de negociar o fim do conflito, interrompida porque o exército estava aprisionando e degolando os negociantes	Mulheres e crianças saíram do povoado e os remanescentes decidem combater até o fim
05 de outubro - 1897	Cessa a resistência e a Vila de Monte belo é incendiada	Mais de 25 mil seguidores de Conselheiro morreram no conflito que mobilizou um contingente superior a 12 mil soldados do Exército (mais da metade de todo o efetivo nacional), na maior guerra civil na história do país.
06 de outubro - 1897	O General Comandante Artur Oscar informa que terminara a Campanha de Canudos e que os batalhões das forças expedicionárias passeiam	A vitória é oficialmente festejada em todo o Brasil, mas começam a aparecer críticas de estudantes e de Rui Barbosa sobre a forma de tratarem os vencidos

	suas bandeiras sobre as ruínas da cidadela.	
06 de outubro - 1897	O corpo de Antônio Conselheiro é localizado no santuário da Igreja Nova. Depois de exumado a sua cabeça foi cortada e levada para Salvador (BA) para exame do Dr. Nina Rodrigues	Encerrado este capítulo da história do Brasil é criado o mito de Antônio Conselheiro como beato e fanático que pretendia o fim da república e o retorno ao império

Fonte: Alexandre, & Abdala, 1997; Moniz, 1987; Sampaio, 1999.

A sobrevivência e a sobrevivência ao cerco

O conflito finalizou no início de outubro de 1897, quatro meses após o início da quarta expedição. Ocorreu, não tanto por mérito ou bravura das forças governamentais, mas sim pela capacidade do Estado de repor as perdas de homens e equipamentos enquanto do lado dos seguidores de Antônio Conselheiro as baixas e as deserções já não eram repostas. O que de certo modo surpreende é a capacidade de resiliência do grupo de moradores da Vila do Belo Monte, tanto em termos de novas adesões, o que se dava com a fama de heroísmo que se espalhava, mas também pela expectativa de uma vida solidária em um ambiente de profunda religiosidade.

Antes e durante o início da guerra, o afluxo de seguidores para a Vila do Belo Monte não trouxe insegurança alimentar. Ao contrário, trouxe mobilização com vistas à produção de víveres, como consta nos relatos dos soldados que saquearam o arraial, de acordo com Cunha (1954):

Segundo eles, “... lá foram encontradas carnes secas ao sol, cuias cheias de paçoca, a farinha de mandioca, paios repletos de ouricuris e frutos de plantas xerófilas como também bogós transudantes, túmidos de água cristalina e fresca” (Cunha, 1954, p. 354).

Mesmo admitindo-se que os seguidores de Conselheiro tenham se apropriado de víveres e outros bens nas cidades mais próximas e nos trens que se dirigiam à estação de Queimadas, estas ações não seriam suficientes para garantir o abastecimento regular e permitir o armazenamento. Sobreviventes do convívio no arraial relatam que antes do início dos conflitos havia alimentos em quantidade e diversidade suficientes:

No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por esses arredores. Dava tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. (...) este tempo parece mentira (Tavares, 1993, p. 48).

Um outro sobrevivente confirma a percepção e diz que: ...

A fartura no Belo Monte era grande. Os sertanejos iam chegando com dinheiro da venda de seus bens e entregavam ao Conselheiro, guardando apenas a quantia que ele estipulava. O povo, sob orientação do beato, plantava feijão, milho, mandioca, nas margens do Vaza-Barris. (...) O beato distribuía o dinheiro e a comida com doentes, órfãos e aqueles que não tinham nada (...) O povo colhia de tudo, criava cabra e carneiro e ainda tirava madeira. Tinha gente que criava gado e outros curtiam couro (Arruda, 2006, p.78).

Segundo Benício (1899), o relato poderia ser uma lembrança idílica fruto do envolvimento afetivo, do passar do tempo e do desaparecimento trágico da comunidade. De acordo com esse autor, a memória é flexível, mas o fato é que neste caso, a abundância também está presente nos relatos oficiais de época. Benício³, que foi correspondente de guerra para o *Jornal do Comércio*, descreve uma Canudos de maneira bastante próxima ao relato dos sobreviventes (Benício, 1899).

A organização produtiva da Vila do Belo Monte

Na sua condição de nômade, já seguido de um séquito, Antônio Conselheiro deixa o arraial do Bom Jesus e se dirige com o grupo que decidira acompanhá-lo para a abandonada fazenda de Canudos, a outrora fazenda de abastarda família da Bahia, onde acampam.

Ao chegar à fazenda Conselheiro defronta-se com um quadro de carência. Não havia um habitante sequer e as instalações, casa grande da sede e a capelinha, encontravam-se em ruínas. No entorno não havia lavouras, embora fossem encontrados pequenos ruminantes, cabras, aparentemente desgarradas do rebanho e distantes de apriscos. Aparentava o ambiente um quadro da decadência absoluta, o que levava à pergunta: por que tal declínio e tão miserável situação? Antônio Conselheiro, conhecia de longa data toda aquela região e aquele quadro que, longe de desestimulá-lo à fixação, encorajou-o. Ele avaliava com conhecimento que muito poderia fazer, visto que o ambiente não lhe parecia hostil, como poderia parecer a outrem.

Como recurso principal para operar a transformação, contava Conselheiro com seus seguidores que se destacavam por serem ordeiros, trabalhadores e numerosos. Demais, a quase totalidade tinha laços familiares. Não eram indivíduos avulsos, aventureiros. Além desse grupo numeroso, ele próprio contava com auxiliares mais próximos inteligentes, decididos e experimentados. Esta comunidade, por meio de laços religiosos, de crenças e valores de certa forma inculcados por Conselheiro, demonstrava uma elevada propensão a cooperar, uma coesão social forte e sentimentos de ajuda mútua, que favoreceram a conversão do projeto de Antônio Conselheiro em um grande falanstério, onde todos trabalhavam, todos produziam e tudo era dividido entre a população, de acordo com as necessidades, havendo, entretanto, a possibilidade de alguma economia familiar doméstica.

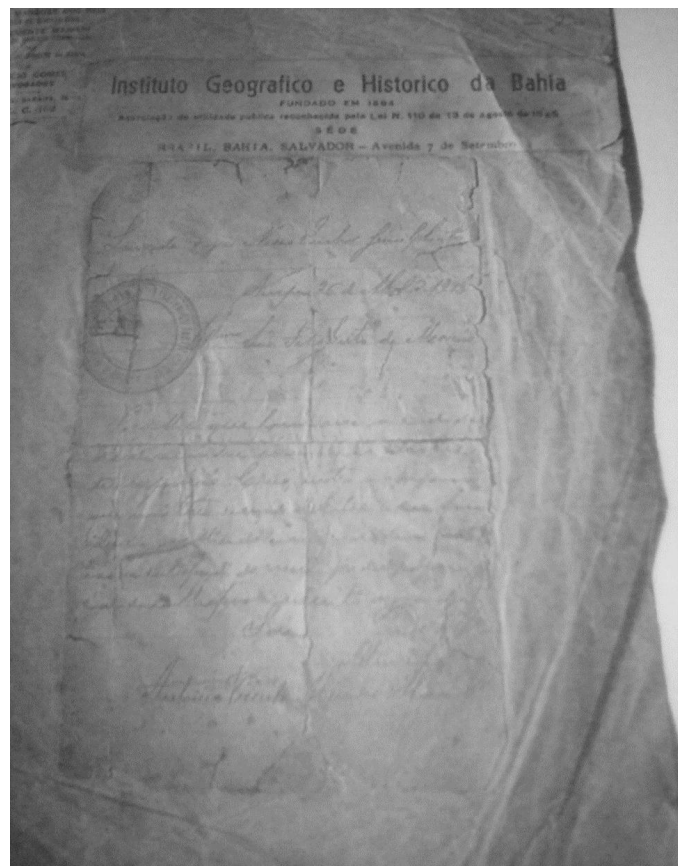
Um outro recurso com o qual ele contava era a natureza. Ouvira relatos de que a terra seria boa, não obstante a aparência de sáfara decorrente de cultivos contínuos. Em realidade, neste trecho do Vaza Barris os solos aluviais são amplos, avançam vários metros das margens e encobrem o escudo cristalino, lâmina rochosa que se espalha por mais de 80% do Semiárido. Poderia contar, então, com solos mais profundos. No que concerne à água, o rio Vaza-Barris neste trecho durante o verão é caudaloso, inunda várzeas e quando reflui para o leito, deixa as terras umedecidas por algum tempo. Esta umidade pode ser aproveitada por um período mais longo com a escavação de cacimbas. Contava também como recurso hídrico com uma lagoa formada pela água do rio, mas que sempre se conserva cheia. Agregue-se que nas proximidades havia também a ocorrência de minérios, entre eles o salitre e enxofre, mais tarde empregados na fabricação de pólvora. Era o que se chamava sal da terra, em quantidade suficiente para tempero e para suprir os inúmeros curtumes que ladeavam a beira do rio Vaza-Barris (Baiardi & Costa, 2020; Benício, 1899; Cunha, 1954; Garcez, 1977).

Decidindo pela permanência a comunidade deu início a intervenções, sendo a primeira delas tentar pastorear os caprinos, voltando a domesticá-los, construindo cercados e apriscos e limpando os pastos. Em pouco tempo, segundo Benício (1899), as margens do rio voltaram a ser cultivadas com diversas lavouras que incluíam plantações de cereais, frutas, legumes e cana. Mas não só nas margens como também nas depressões, pelas quais escoava a chuva, remanescia umidade e estes micro vales também passaram a ser cultivados. A combinação da produção vegetal, por meio de várias lavouras, com a caprinocultura, ofereceu condições de segurança alimentar para a

comunidade de Belo Monte. Em Belo Monte havia disponibilidade de carne caprina em pequenos açougues, o que revelava um certo ordenamento do abastecimento.

Da mesma forma havia paióis abastecidos com provisões provenientes das roças plantadas. Nas vizinhanças do burgo havia regulares culturas de mandiocas, milho, feijão, batatas e criação de vacas, cabras e carneiros. Quanto ao gado vacum, encontra Conselheiro dificuldades tais, visto que não consegue trazê-lo de longe, em quantidade suficiente. Não existe no território de que se apossara rebanhos bovinos. O efetivo de bovinos em Belo Monte não ia além de algumas cabeças. Esta carência levou Conselheiro a solicitar a um criador uma doação de gado vacum visando aumentar o rebanho bovino, seja para abate ou seja para produção de leite (Baiardi & Costa, 2020; Benício, 1899; Cunha, 1954; Garcez, 1977). A Figura 2, exibe a fotografia do telegrama dirigido a Felisberto de Moraes, visando a doação de bovinos e datado de 26 de abril de 1893:

Figura 2 - Foto do telegrama enviado por Antônio Maciel, o Conselheiro, para o fazendeiro Felisberto de Moraes.



Fonte: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

O teor do telegrama não deixa dúvida quanto às intenções de Antônio Conselheiro em organizar a produção animal, no caso a pecuária bovina⁴. Entretanto, a economia do arraial de Belo Monte, não se restringia à agricultura, produção vegetal e animal. Também, de modo comunitário, se dava o trabalho, sobretudo feminino, de processar os produtos primários transformando-os em alimentos conservados e, domesticamente agro industrializados, como o charque e a farinha. As mulheres também se dedicavam à tecelagem e à produção de artigos de madeira e couro, após o beneficiamento da pele dos caprinos.

Do mesmo modo como atividade não agrícola que envolvia parcela significativa da população, estava a construção civil, seja de casebres como de armazéns, paióis e, até mesmo, de edificações com estrutura mais pesada como as igrejas, com suas naves e suas torres, como se vê na Figura 3. Ela revela um aspecto curioso que é a aparente padronização construtiva das habitações. Revela também a existência de um espaço comum no qual aparecem construções maiores, provavelmente dedicadas ao culto à administração da comunidade e ao processamento e armazenamento de alimentos como, casa de farinha, trapiche etc.

Figura 3 - Representação da Vila do Belo Monte.



Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional - dezembro de 2014

Todas estas atividades estariam, aparentemente, voltadas para o autoconsumo. As evidências sugerem se tratar de uma economia não monetizada, de troca de bens primários e semiprocessados no interior da comunidade e com os vilarejos próximos.

Esta suposição, entretanto, não é absolutamente verdadeira, visto que por necessidade de ter acesso à moeda para aquisição de bens por eles não produzidos, a comunidade estabeleceu uma fonte de renda em moeda que era comercialização de couro de caprinos. A magnitude da oferta alcançava tal nível que abastecia uma indústria de couros, curtume em Itapicuru. Antônio Conselheiro teve tirocínio para se valer desta fonte de riqueza e dela fez o suporte da vida econômica de Belo Monte.

Esta atividade comercial atingiu tal envergadura que Belo Monte se tornou o principal fornecedor de pele de caprinos para o coronel João Evangelista Pereira e Melo. Talvez pelo estilo de vida, pela disciplina e pela clareza em promover a divisão de trabalho no seio da comunidade e diversificar a produção visando estabelecer uma atividade econômica inserida em uma cadeia de produção e de comércio, como o couro, a comunidade de Monte Belo foi considerada antes da guerra como um grupo de cidadãos que se dedicavam à agricultura e à indústria e que mantinham em harmonia um povoado, o mais populoso da Bahia, com exceção da capital da Bahia (Garcez, 1997; Alexandre & Abdala, 1997; Moniz, 1987; Sampaio, 1999).

Considerações Finais

Fatos acerca do abastecimento de Belo Monte que antecederam o período da guerra, merecem atenção e talvez ajudem a explicar como esta população carente poderia ter resistido com determinação às investidas do exército brasileiro. Antes do conflito os seguidores de Conselheiro tinham um padrão de vida típico do sertanejo, sobrevivendo com base no cultivo na terra e criação de animais de pequeno e médio porte. Há, portanto, indícios de que os seguidores de Conselheiro tinham meios próprios de sobrevivência.

Não se sabe se esta memória é verídica ou não, mas o fato é que este mesmo relato da presença de fartura é registrado, segundo Guerra (2000), em fontes oficiais da época, como informado por Manuel Benício (1899), que foi correspondente de guerra para o Jornal do Comércio.

As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milho, feijão, grogotuga, favas, batatas, melancias, gerimuns, melões, canas etc. Nos terrenos arenosos viam-se milhares de matombos, grelando o talo tenro das mandiocas e outros com estacas de diversos tamanhos. Pela vizinhança, os pequenos cultores

da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendolas de criação de bode, animais vacuns e cavalares (Guerra, 2000, p. 48).

Fato incontestado é que a comunidade da Vila de Monte Belo agia racionalmente e com conhecimento empírico, o que permitiu segurança alimentar e algum bem-estar antes do conflito e a sobrevivência em termos de alimentação durante o cerco total de Canudos pelo exército brasileiro. Parte desta capacidade de resistir está relacionada ao grande contingente de adeptos de Antônio Conselheiro, que envolvia pessoas de diferentes regiões do interior da Bahia, de diferentes condições sociais e com experiências de vida diversas. O contingente era formado desde por pessoas desoladas pela seca a pessoas que tinham condições econômicas e que vendiam tudo para se unir no ideal de uma sociedade baseada na solidariedade e em princípios cristãos.

Até a última campanha visando destruir a Vila de Belo Monte, os seguidores de Conselheiro mantinham relações e comunicações com simpatizantes de fora da área dos conflitos e, nesta condição, recebiam doações e suprimentos, além de armamentos menos eficientes que os que conseguiram recolher após os embates nos quais saíam vitoriosos. A partir da investida das tropas do exército em 23 de setembro de 1897, a resistência dos adeptos de Antônio Conselheiro começa a dar sinais de enfraquecimento. A estrada de Várzea da Ema, último canal de reabastecimento e contato externo de Canudos, é tomada pelo Exército. Finalmente, o cerco das forças militares estava completo. A partir de então ninguém mais poderia sair ou entrar no arraial.

Embora a última campanha tenha durado quase quatro meses, o cerco absoluto dos seguidores de Conselheiro que impediu o reabastecimento de víveres e outros materiais provenientes do entorno da Vila, só ocorreu 12 dias antes do fim da guerra, que se deu em 5 de outubro de 1897, como descrito a seguir abaixo:

Termina a resistência sertaneja, Canudos estava destruída. Num cenário de fim de mundo, por entre becos e ruelas, uma legião de corpos carbonizados se misturam com as ruínas e as cinzas das 5.200 casas. A elite política, acadêmica e militar do país estava em êxtase. Os deputados federais da Bahia congratulam-se com o governo pela "completa destruição de Canudos, baluarte de bandidos e fanáticos" e o próprio Presidente da República, Prudente de Moraes, declara: "em Canudos não ficará pedra sobre pedra". Enfim os generais cumpriram o prometido, pois queriam que ali se plantasse a solidão e a morte (Marçola, 1998, p. 4).

Há registros de que mais de 25 mil seguidores de Conselheiro teriam morrido no conflito, o qual chegou a mobilizar tropas em número superior a 12 mil soldados do Exército Nacional, cerca de metade de todo o efetivo. Sem dúvidas foi a maior guerra civil que o Brasil já viveu. Na Guerra dos Farrapos a totalidade dos mortos de ambos os lados foi de 3.400 pessoas. Numa preciosidade do pensamento dominante, o Barão de Studart, segundo Moreira (1999, p.4), escreve: "Para esse fim houve recurso aos meios mais desumanos, que não convêm registrar a bem dos nossos foros de nação civilizada e cristã".

Referências:

ALEXANDRE, Isabel M. M & ABDALA, Benjamin (org). *Canudos: palavra de Deus sonho da terra*. São Paulo: Editora Senac. Boitempo Editorial, 1997.

ARRUDA, João. *Canudos: messianismo e conflito social*. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

BAIARDI, Amílcar. Vulnerabilidade Social da Caatinga e Desenvolvimento Rural *In: Anais do I Simpósio do Bioma Caatinga*. Petrolina: EMBRAPA - CPATSA, 2016. v.1. p. 137 – 148.

BAIARDI, Amílcar; COSTA, Edward Martins. Solução Produtiva para o Nordeste *In: JOSÉ EUSTAQUIO, José Ribeiro Vieira Filho & GASQUES, José Garcia. Uma Jornada Pelos Contrastes do Brasil: Cem anos do Censo Agropecuário*. 1 ed. Brasília: IPEA / IBGE / MAPA, 2020, v.1, p. 135-148.

BARROS, José D' Assunção. *Teoria da história, princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

BENÍCIO, Manuel. *O rei dos jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1899.

BRITO, José Artur Tavares de (Artur Peregrino). O sertão das Religiões. *Paralellus*, Recife, p. 157-166, Ano 2, n. 4, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://silo.tips/download/o-sertao-das-religioes-o-caso-de-canudos>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

CARDOSO, Maria Abadia. O campo da história: especialidades e abordagens. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, p. 2-10, Vol. 2, Ano II, nº 3, Julho/ Agosto/ Setembro de 2005. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/862>. Acesso em: 17 de jan. 2022.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões: a campanha de Canudos*. Ed. 23. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1954.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. *Aspectos econômicos do episódio de Canudos*. Salvador: Publicação da Universidade Federal da Bahia, 1977.

GUERRA, Sérgio. *Universos em confronto: Canudos versus Belo Monte*. Salvador. UNEB/CEEC. 2000.

LOYN, Henry (ORG). *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1990.

MARÇOLA, Andréia Zulato. *Canudos em Foco*. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998, Recife. INTERCOM 1998, 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aedcfecce7fcab9e08932258188eefc3.pdf>. Acesso em: 25 de fev. 2023.

MONIZ, Edmundo. *Canudos: a guerra social*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Elo, 1987.

MOREIRA, Andréia Zulato Marçola. *Canudos em foco*. Viçosa MG): Universidade Federal de Viçosa, 1999. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aedcfecce7fcab9e08932258188eefc3.pdf>. Acesso em 19 de jan. de 2023.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local, fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Salvador: Arcádia, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais (org.). *Canudos: cartas para o Barão*. São Paulo: Edusp, 1999.

TAVARES, Odorico. *Canudos cinquenta anos depois (1947)*. Bahia: imagens da terra e do povo. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1993.

Artigo recebido em 26/03/2023

Aceito para publicação em 08/08/2023

¹ Vila do Belo Monte foi a denominação dada por Antônio Conselheiro à localidade Canudos. A vila expandiu-se mais que a localidade, mas, oficialmente, o conjunto era conhecido como Canudos.

² Centro de Estudos Euclides da Cunha, UNEB, Arquivo Público do Estado da Bahia, Arquivo da Cúria Metropolitana de Salvador, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia e Biblioteca Pública dos Barris em Salvador.

³ Manoel Benício é autor de obra volumosa (409 p.) publicada em 1899, era capitão honorário do exército e foi o primeiro jornalista a afirmar, logo na sua segunda correspondência para o jornal do comércio do Rio de Janeiro, que nada havia de monarquismo na guerra de Canudos. E fez críticas abertas as operações militares.

⁴ Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo / Amparo, 26 de abril de 1893 / Ilmo sr Felisberto de Moraes Peço-lhe que faça-me a caridade de mandar uma rês que tenho precisão. Creio, nutro a esperança de que não terei escrito de balde a vossa benevolência, acolhendo com caridosa prestação a satisfação do meu pedido, de cuja caridade lhe ficarei muito agradecido, /Sou de V.Sa. / Attencioso, /Antonio Vicente Mendes Maciel.



UM SÚDITO FIEL DO BRASIL: O Início da História de Vida de Antônio Coelho Rodrigues¹

A FAITHFUL SUBJECT OF BRAZIL: The Beginning of the Life Story of Antônio Coelho Rodrigues

Antonio Moreira de Carvalho NETO¹

Francisco Gleison da Costa MONTEIRO²

Resumo: O presente artigo objetiva fazer um levantamento histórico sobre o início da vida de Antônio Coelho Rodrigues. Nesse sentido, estudar Antônio Coelho Rodrigues é conhecer uma importante “parte” da história política do Brasil e, principalmente, do estado do Piauí no período Imperial ao início da República, além de conhecer a contribuição para a historiografia brasileira do jovem piauiense, que se formou em Recife no século XIX. Vale destacar que sua obra assume status de grande importância para o estado do Piauí, pois mostra o olhar de um piauiense sobre a República que veio a se formar no Brasil. Tal estudo se torna relevante para entender sobre a história do personagem e sua participação na política brasileira.

Palavras-chave: História, Antônio Coelho Rodrigues, Império, República.

Abstract: This paper aims to make a historical survey of the early life of Antônio Coelho Rodrigues. To study Antônio Coelho Rodrigues is to know the political history of Brazil and, mainly, of the state of Piauí in the Imperial period to the beginning of the Republic, in addition to knowing the contribution to the Brazilian historiography of the young man from Piauí who graduated in Recife in the 19th century. His work assumes great importance for the state of Piauí, as it shows the perspective of a Piauí native on the Republic that came to be formed in Brazil. Such a study becomes relevant to understanding the character's history and participation in Brazilian politics.

Keywords: History, Antônio Coelho Rodriguez, Empire, Republic.

Introdução

Estudar Antônio Coelho Rodrigues é conhecer a história política do Brasil e, principalmente, do estado do Piauí desde o período Imperial até o início da República, além de conhecer a contribuição para a historiografia brasileira do jovem piauiense, que

¹Mestrando pelo programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB – UFPI), bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: carvalho.neto89@gmail.com.

² Professor no curso de graduação em História da Universidade Federal do Piauí (CSHNB/UFPI). Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Co-líder do Núcleo de Estudo e Pesquisa em História do Piauí Oitocentista/CNPq. E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br.

se formou em Direito no Recife no século XIX. Logo após sua formatura, o estudioso retornou ao berço familiar e passou a contribuir com o desenvolvimento político e econômico de seu estado. Portanto, para relatar quem foi o ilustre piauiense Antônio Coelho Rodrigues, é preciso saber acerca do seu início de vida.

Para tal finalidade, é preciso deixar claro que a história de vida pode ser entendida como “um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida” (Chizzotti, 2011, p. 101). Como uma estratégia de pesquisa, portanto, tal instância insere-se no contexto da abordagem qualitativa de investigação, sendo utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento humano: antropologia, história social, psicologia, social, educação e, ainda, pelas mais diferentes escolas de pensamento, tais como: empirismo, marxismo, fenomenologia, dramaturgia e dentre outras (Chizzotti, 2011).

Nesse âmbito, a história de vida foi, por algum tempo, desconsiderada pela maioria dos pesquisadores que eram defensores de técnicas quantitativas de pesquisa. Contudo, a partir do final do século XIX, essa abordagem revitalizou-se, principalmente no início do século XX, “introduzida pela Escola de Chicago e desenvolvida por Znaniescki, na Polônia”, como meio sistemático de pesquisa (Chizzotti, 1991, p. 96). Assim, de acordo com o autor, desde os anos de 1960, a história de vida procura superar o subjetivismo impressionista e formular o estatuto epistemológico, estabelecer as estratégias de análise do vivido e constituir-se como um método de coleta de dados do homem concreto.

Desse modo, o presente artigo pretende mostrar o início da História de vida de Antônio Coelho Rodrigues para, dessa forma, entender como o estudioso chegou a influenciar os processos ocorridos, por exemplo, na transição do regime político do império para a república. Pode-se mencionar, então, que o referido jurista obteve o título de bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e, no ano de 1870, recebeu o título de doutor em Direito pela mesma faculdade. Nesse contexto, isso poderia servir de argumento para inseri-lo naquilo que se convencionou chamar de geração 70. Entretanto, é preciso mencionar que, historicamente, vincula-se a Escola do Recife à chamada geração 70, ou seja, àqueles juristas que concluíram o curso de bacharelado em Direito ao longo da década de 1870, no ambiente da Faculdade de Direito do Recife (Costa Filho, 2014).

Além disso, pode ser situado que Antônio Coelho Rodrigues viveu e atuou durante o regime imperial e o republicano, quando procurou tecer suas influências no universo da política daquele conturbado momento da história brasileira. Dono de uma altivez e uma moral respeitada, com segurança e muita propriedade, ele cobrou, em seu livro, intitulado *A República na América do Sul*, um pedido de possível prestação de contas acerca dos quinze anos de República e de sua constituição, que estava em vigor há treze anos.

Assim, sua obra assume grande importância para o estado do Piauí, pois mostra o olhar de um piauiense sobre a República que veio a se formar no Brasil e as consequências da sua formação, como os problemas sociais para uma sociedade ainda há pouco escravocrata, uma vez que menos de dois anos separam a abolição da escravatura do republicanismo.

Antônio Coelho Rodrigues: o início da história de vida de um jurista jornalista e político

Antônio Coelho Rodrigues, filho de Manoel Rodrigues Coelho e de Ana Joaquina de Sousa, nasceu em 4 de abril de 1846, na fazenda Boqueirão, que fazia parte de uma região pertencente à Oeiras, no Piauí sendo que, tempos depois, com a resolução provincial nº 397, de 17 de dezembro de 1855, Picos-PI foi elevada à categoria de município. Portanto, a referida fazenda passava a estar em terras picosenses. Então, segundo Damasceno (2022, p. 18), o primogênito do casal fora batizado "em 15 de agosto de 1846, na Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios de Picos, na então província do Piauí, sendo registrado inicialmente com o sobrenome da família da sua mãe", sendo seu nome de batismo Antônio Rodrigues de Sousa Martins².

Picos é a cidade onde nasceu Antônio Coelho Rodrigues, localizada no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, e que atualmente possui uma área de 535 quilômetros quadrados, situando-se na região centro-sul do Piauí, onde residem "78.627 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)". Tal cidade está a 316 quilômetros da capital piauiense, Teresina, e é cortada pela BR-316, 230 ou Rodovia Transamazônica, 407 e 020.

Ademais, o município de Picos possui um clima quente e é banhada pelo Rio Guaribas, que tem uma vegetação de transição entre o cerrado, com maior predominância da caatinga e ainda com algumas manchas de uma vegetação típica do Piauí e a Mata de Cocais. Anteriormente, a cidade era conhecida como a "Terra do

Alho”, e atualmente tem o título de “Capital do Mel” e de “Cidade Modelo”, tendo uma população formada por indivíduos de várias regiões do país. Ela também é considerada uma economia de suma importância para o Estado do Piauí e para as localidades vizinhas, pois tem o terceiro maior PIB do Estado, segundo o censo de 2010.

Para que os leitores possam compreender melhor a localização da cidade em que viveu inicialmente Antônio Coelho Rodrigues, será mostrado o mapa político de Picos. Assim, será possível visualizar toda a região em torno das terras que nasceu Antônio Coelho Rodrigues.

Figura 1 - Mapa Político do Piauí destacando Picos-PI³



Fonte: Google.com, 2021

A imagem acima do mapa político, além de mostrar a localização da cidade de Picos/Piauí, tem a função de localizar as cidades vizinhas que ali existem atualmente e a dimensão geográfica do tamanho do estado, ofertando uma base sólida para compreender o ponto de partida da vida do referido objeto de estudo.

Sobre o trabalho econômico desenvolvido pela família de Antônio Coelho Rodrigues no Piauí

O autor Damasceno (2022, p. 21) relata, em sua dissertação de Mestrado intitulada *Antônio Coelho Rodrigues na transição entre a Monarquia e a República:*

Movimentações políticas e jurídicas de um sujeito histórico contraditório, que “a família de Coelho Rodrigues foi uma das elites regionais que se desenvolveu partindo principalmente dessa atividade, e da acumulação patrimonial advindo da aquisição de terras desde o estabelecimento do patriarca da família Coelho Rodrigues [...]”. Tudo se iniciou quando, no decorrer do século XVIII, em 1730, Valério Coelho, o bisavô de Antônio Coelho Rodrigues, chega ao Brasil vindo de Portugal, sua terra natal, para desenvolver uma atividade econômica voltada para a pecuária. Este se estabeleceu em terras Piauienses, hoje emancipadas como cidade de Paulistana, e contraiu matrimônio com a piauiense Domiciana Vieira de Carvalho.

Valério de Carvalho tornou-se um grande proprietário de fazendas na província do Piauí no século XVII, havendo então se tornando um dos homens de grande poder financeiro na província. Os pais de Antônio Coelho Rodrigues eram Manoel Rodrigues Coelho e de Ana Joaquina de Sousa. Sobre eles, Damasceno (2022, p. 20) menciona:

Com relação aos pais de Coelho Rodrigues poucos registros puderam ser encontrados para melhor compreensão acerca de quem foram. O que podemos interpretar mediante a análise feita em meio aos esparsos registros do passado é que certamente com as ampliações e divisões das terras de Valério por suas gerações posteriores, aquela propriedade localizada no interior da província piauiense, conhecida como Boqueirão, dentre tantas outras, inclusive em outras províncias, acabou se tornando de posse de Manuel Rodrigues Coelho Filho, que era capitão, e Ana Joaquina. Berço de seu nascimento, a Fazenda Boqueirão se tornou o lugar de onde veio ao mundo e desenvolveu seus primeiros passos, dentro daquela sociedade tradicional, Antônio Coelho Rodrigues.

Partindo dessa premissa, consegue-se entender que Antônio Coelho Rodrigues cresceu tendo uma vida financeira estável, podendo, por meio dessa situação abastada, construir um histórico escolar, diferente de muitos cidadãos que moravam na província, sendo fato que o Piauí Imperial era uma província de pouco investimento educacional.

Início da Formação Intelectual de Antônio Coelho Rodrigues no Piauí

A educação brasileira no século XIX teve um viés elitista, com precárias escolas em espaços urbanos, sendo que, no campo, sequer havia estabelecimentos de ensino. Com isso, não havia nenhuma possibilidade de desenvolvimento social e cultural daqueles que não exerciam papel de destaque na sociedade brasileira. Então, a educação

de Antônio Coelho Rodrigues só foi viabilizada devido ao fato de ele e sua família fazerem parte da elite da província do Piauí daquele período.

Antônio Coelho Rodrigues, até os cinco anos de idade, teve como educadora sua mãe Ana Joaquina no ambiente doméstico da fazenda Boqueirão, onde moravam, e que fazia parte de uma região pertencente a Picos-PI. A educação no século XIX ainda não tinha supervisão do poder público em todos os territórios das províncias brasileiras e, com isso, ficava a cargo dos próprios integrantes das famílias de elites letradas praticarem a docência doméstica, no âmbito de seu lar.

Diante disso, o autor Damasceno (2022, p. 22) relata o seguinte:

Até os cinco anos de idade Coelho Rodrigues teve com professora a sua própria mãe, Ana Joaquina, com quem foi iniciado às primeiras letras, isso na própria fazenda em que residiam. Esse é um fato comum no período considerado, no seio das famílias abastadas. Como até então nas fazendas interioranas, acompanhando os passos da própria capital, a educação não tinha gerência por parte do poder público, ou quando tinha era ineficaz, os próprios integrantes das famílias de elite letradas faziam a incursão dos mais jovens na instrução.

O referido autor faz um currículo educacional do Jurista de naturalidade Piauiense, mediante as pesquisas desenvolvidas sobre o tema em questão, que envolve todo o processo de educação inicial e do Jurista Antônio Coelho Rodrigues, relatando toda sua trajetória de aprendizagem com base no funcionamento da Educação Brasileira no século XIX.

Em estudos feitos sobre a educação nas Províncias, o autor Brito (1996, p. 22) explica que:

No Piauí no que como havia pouca participação ativa do Estado no incentivo à educação brasileira de modo geral, e na província do Piauí, de forma particular, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, formaram-se iniciativas de clérigos e proprietários rurais com interesses de garantir o ensino principalmente aos membros de famílias que tinham condições de bancar os estudos dos seus filhos.

Nesse sentido, a educação no Piauí, mesmo considerada precária, sem grandes intervenções do Estado, conseguia preparar seus filhos que tinham condições financeiras para uma formação superior, ainda que se fosse necessário mudar-se para outro Estado dessa Nação, como fez Antônio Coelho Rodrigues, ao se mudar para Recife, podendo cursar a Faculdade de Direito.

Era fato que, no século XIX e no início do século XX, a educação em todo território brasileiro era de pouco acesso, dificultando a formação de futuros intelectuais. Na província do Piauí, por exemplo, a educação inicial era desenvolvida apenas para elite que podia custear por ela. Partindo dessa análise, pode-se compreender por que o Brasil dos Séculos XIX e XX era formado por mais populares analfabetos que alfabetizados, detentores de diploma educacional. Pode-se entender com mais clareza, então, o que se passava no período acima em relação à educação desenvolvida na província do Piauí com mais riqueza a partir de informações adquiridas pelo autor Brito (1996, p. 22), que relata que

Como havia pouca participação ativa do Estado no incentivo à educação brasileira de modo geral, e na província do Piauí, de forma particular, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, formaram-se iniciativas de clérigos e proprietários rurais com interesses de garantir o ensino principalmente aos membros de famílias que tinham condições de bancar os estudos dos seus filhos.

Ocorreu que, com a chegada da Família Real vinda de Portugal para o Brasil no século XIX, foram feitos alguns investimentos na educação, pois os nobres que viveram nessas terras brasileiras precisaram educar seus filhos. Assim, foram aplicados recursos financeiros em algumas escolas e faculdades de cursos superiores pelas principais províncias. Nesse período, a Educação no Brasil ainda era considerada precária e seletiva, visto que não era para todos, já que as autoridades da época não davam importância para a estrutura básica escolar, resultando em um índice enorme de crianças não alfabetizadas.

No artigo escrito por Alves 2021, intitulado “Aspectos históricos da Educação no Piauí da Colônia até os primórdios da República”, o estudioso relata a situação da educação no Brasil no século XIX

Não era colocada como um motivo de preocupação, [pois] aqueles que valorizavam a instrução procuravam meios próprios para melhorar a qualidade de sua própria educação. Naquela época existiam as chamadas Escolas Familiares que funcionavam como uma espécie de alternativa no sentido de concluir os estudos, essas escolas eram assim denominadas pelo fato de suas aulas serem realizadas na residência dos próprios alunos (Alves, 2021, p. 21).

É nítido na narrativa acima do autor Costa Filho (2006) que Educação não tinha um investimento amplo que seria necessário para a construção de grandes Intelectuais.

Por conseguinte, muitos que vivenciaram a vida educacional naquele período tiveram que construir o seu saber de forma doméstica, com seus familiares desenvolvendo atividades de educadores. Nesse contexto, a província do Piauí era, no século XIX, a que tinha um dos piores cenários da educação no país, sendo essa de acesso mais fácil para a elite, que consistia numa pequena parcela da classe predominante do período.

Nesse contexto, na antiga capital do Piauí, Oeiras, inicialmente na fazenda Bolqueirão, onde nasceu e viveu, em seus primeiros anos vida, Antônio Coelho Rodrigues, no período de 1815, havia uma escola. Essa afirmação foi enunciada por Alves (2021), o qual cita uma narrativa feita pelo autor Brito (1996, p. 16) sobre a implantação de escola na província de Oeiras-PI:

Quatro décadas após a implantação das escolas anteriormente citadas, a Junta Governamental pede ajuda à Coroa Portuguesa, no sentido de criar ao menos uma cadeira de instrução pública em Oeiras, alegando total inexistência de escolas na província chegando a aliar esse fato ao total estado de ignorância em que se encontrava o povo, mas de acordo com Brito (1996, p. 16) “[...] os ouvidos da Coroa parecem surdos aos reclamos angustiosos da capitania e só mais tarde em 1815 criaram-se três escolas de primeiras letras, uma na cidade de Oeiras na Vila de Parnaíba e na Vila de Campo Maior [...]”, como podemos visualizar nas palavras do autor a Coroa não dispensava muita importância as questões referentes aos pedidos de ajuda a cidade o que dificultava ainda mais a instrução da população

Assim, quando Antônio Coelho Rodrigues nasceu, em 1846, já havia escolas, só que este não residia em Oeiras, mas na fazenda Bolqueirão, que ficava em terras dentro cidade, sendo esse o motivo pelo qual o estudioso teve como educadora inicial a sua mãe, Ana Joaquina de Sousa, praticando o que se chamava de ensino doméstico.

Após esse período inicial de aprendizagem em casa, Antônio Coelho Rodrigues foi enviado à vila Paulista com apenas seis anos, devido à morte prematura do seu pai, o capitão Manoel Rodrigues Coelho, em 2 de outubro de 1851. Após isso, sua mãe Ana Joaquina de Sousa decidiu enviá-lo para que seu irmão Elias de Souza Martins cuidasse de sua educação. Em 1852, Antônio Coelho Rodrigues começou a estudar com seu primo, padre Joaquim Damasceno Rodrigues, que era educador na vila de Jaicós no Piauí. Nesse contexto, o padre foi considerado um dos grandes educadores do Piauí na sua época e possuía uma instituição de ensino na vila de Paulista, na fazenda do seu bisavô Valério (Damasceno, 2022). Ocorreu que essa formação na Instituição de ensino de seu primo, Antônio Coelho Rodrigues, quando completou seus 13 anos, no ano de 1860, e concluiu o ensino básico, como relata o autor Aguiar (2006, p. 25):

Passada a dura fase de adaptação em outra localidade, foi na instituição do seu primo que Coelho Rodrigues estudou diversas matérias que compuseram o seu currículo em início da jovem carreira educativa. Português, aritmética, francês, latim e filosofia foram as principais disciplinas que cursou até a sua juventude, aos seus 13 anos de idade, no ano de 1859. Por ser considerado aplicado com essa idade, sua mãe foi aconselhada a mandá-lo à cidade do Recife para realizar os preparatórios de ingresso na Faculdade de Direito daquela região.

É notório, na escrita de Aguiar (2006), para quem a Educação submetida a Antônio Coelho Rodrigues, junto com seu esforço e dedicação, rendeu-lhe bons frutos que o levaram a tornar-se um grande intelectual do seu tempo, sendo que, apenas com seus 13 anos de idade, conseguiu se inserir na Faculdade Direito no Recife no ano de 1860. Na ocasião, no âmbito dos grupos sociais das províncias do Brasil, fazia-se necessário investimento na educação dos que eram considerados abastados, os que detinham melhores condições financeiras, os filhos dos fazendeiros, e eram esses que assumiam os cargos públicos e a política da sua província, fazendo o legado da família dentro da política. Contudo, isso fazia parte do destino de Antônio Coelho Rodrigues, já que era neto e filho de fazendeiro que detinha grandes propriedades de terras, conseqüentemente estando inserido dentro do contexto sociocultural do século XIX, reafirmando a questão da educação, por ter um viés elitista, sendo viabilizada apenas para aqueles que tinham um lugar social garantido.

Antônio Coelho Rodrigues: formação na Faculdade de Direito no Recife-PE

Em 11 de agosto de 1827, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, por meio de um decreto imperial, foi consolidada a Faculdade de Direito do Recife (FDR). Então, em 1860, o jovem piauiense Antônio Coelho Rodrigues, próximo de completar quatorze anos, se muda para cidade de Recife, onde dará um novo passo para a construção da sua intelectualidade. Nesse momento, o estudioso deixou sua base familiar no Piauí para poder construir sua carreira profissional e, como no seu Estado não tinha faculdade de Direito para poder realizar mais esse avanço na sua educação, seria viável iniciar essa nova caminhada acadêmica no Recife, já que o curso de Direito de lá era referência naquela época no Brasil.

A primeira Faculdade de Direito do Recife (FDR) representa uma memória coletiva, pois é composta de símbolos, histórias, narrações e imagens que fazem parte

da construção e da identidade de um conjunto de indivíduos que desenvolveram diversas atividades coletivas. Portanto, são esses conjuntos de elementos que formam os espaços nos quais o piauiense Antônio Coelho Rodrigues se formou em Bacharel em Direito e logo depois se tornou professor.

Nesse ínterim, o objetivo da imagem da FDR visa possibilitar ao leitor que este visualize um dos lugares de memória vividos por Antônio Coelho Rodrigues, que tem como finalidade fazer com que o imaginário de cada um possa refletir sobre a experiência vivida ali por ele naquele ambiente acadêmico. Então, ao analisar um dos espaços de grande importância para o jurista, isso ajudará ao leitor compreender a importância e a conscientização de manterem vivos esses instrumentos que representam a memória.

Nesse âmbito, Nora (1993, p. 21-21), quando se trata de entender a função dos lugares de memórias, explica que:

Os lugares de memória são primeiramente, lugares em um tríplice acepção: são lugares materiais onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; são funcionais porque têm ou adquiram a função de alicerçar memórias coletivas e são lugares simbólicos onde essa memória coletiva, vale dizer, essa identidade se expressa e se revela. São, portanto, lugares carregados de uma vontade de memória. Longe de ser um produto espontâneo e natural, os lugares de memória são uma construção histórica e o interesse que despertam vem, exatamente, de seu valor como documentos e monumentos reveladores dos processos sociais, dos conflitos, das paixões e dos interesses que, conscientemente ou não, os revestem de uma função icônica.

É nesse espaço que o estudante de direito piauiense se consagra Advogado e, ao vislumbrar a imagem acima (figura 2) pode nos remeter ao um imaginário acerca de como Antônio Coelho Rodrigues e seus colegas de curso construíram memórias pelos locais dessa construção, fazendo desse espaço muito mais que um local de construção de saber, mas, também, um espaço de sociabilidade de uma vida acadêmica. Além disso, Nora (1993, p. 7) menciona a “curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da história. Momento de articulação da nossa história”. Tal pronunciamento situa a importância de uma identidade social dentro do espaço de sociabilidade.

Nesse contexto, constata-se que um jovem estudante de direito no século XIX viveu diferentes tipos de momentos com seus colegas de faculdade e, com isso, nesse lugar, as memórias vividas foram edificadas e jamais poderão ser esquecidas e apagadas

da história desse espaço, pois, dentro delas, residem memórias coletivas e individuais vividas em um tempo histórico. Essas lembranças contribuem para compreender toda a formação social de um ambiente e da sua gente que ali viveu. Partindo dessa premissa, pode-se perceber como os estudantes, contemporâneos de Antônio Coelho Rodrigues, vivenciaram suas vidas acadêmicas dentro dos espaços da FDR de forma individual e coletiva.

O autor Halbwachs (1991), por meio do seu discurso sobre memória coletiva de um lugar de memória, inaugura um entendimento que permite a compreensão de como seria possível a construção da memória coletiva entre o estudante de Direito Antônio Coelho Rodrigues e todas as outras pessoas que vivenciava dentro do espaço acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, portanto,

Memória coletiva é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido tidos e experimentados por alguém (Halbwachs, 1991, p.33).

Ao analisar o enunciado de Halbwachs (1991), percebe-se que, através das memórias dos colegas e contemporâneos de Antônio Coelho Rodrigues, será possível compreender as vivências que a Faculdade de Direito pode proporcionar para aqueles que ali estavam fixados. Portanto, é pelas memórias de todos que ali vivam que será possível, então, entender como a FDR se cristalizou de forma significativa na história.

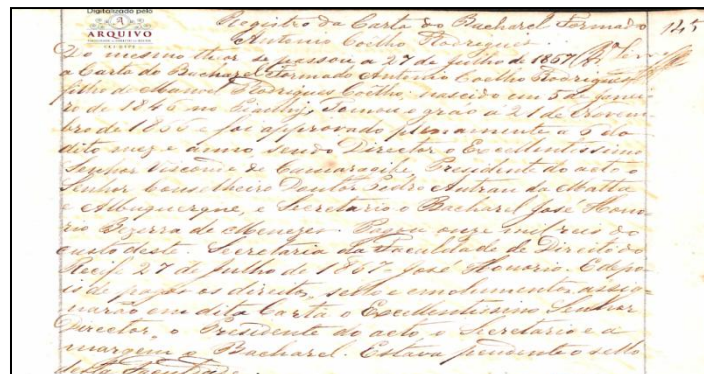
Diante disso, desenvolver um estudo sobre os escritos referentes aos lugares de memória leva o leitor deparar-se com a importância das simbologias que representam esses espaços, cheios de histórias, que são dominados por lembranças dos grupos sociais que vivenciaram ocasiões importantes naquele lugar. Essa análise do lugar de memória vivenciada por Antônio Coelho Rodrigues tem a finalidade de demonstrar o compromisso, associado a esse lugar no passado e no presente, no que diz respeito à construção da memória, expondo sobre a experiência dos estudantes do curso de Direito, e suas naquele espaço, para entender de qual forma este contribuiu para a construção dos sujeitos que ali passaram.

Nos seus dois primeiros anos no Recife-PE, Antônio Coelho Rodrigues cursou os preparatórios para o ingresso da Faculdade de Direito, estando presente como graduando no curso de Direito na FDR no período de 1862 até 1866, por meio de

aprovação em exames classificatórios. Nesse período, o referido estudante era registrado com o nome Antônio Rodrigues de Souza Martins, por motivo de desentendimentos familiares, o que o levou a assumir o sobrenome do seu avô paterno Valério Coelho Rodrigues. Segundo informações extraídas do site da Universidade Federal do Pernambuco na página de notícias Institucional, pode-se constatar que “então, em 1866, provavelmente antes de se formar, conseguiu alterar o nome para Antônio Coelho Rodrigues, conforme consta na carta de registro de Bacharel, que obteve o grau de bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 21 de novembro de 1866” (UFPE, 2022, s. p.).

A referida carta, que também foi extraída do site da Universidade Federal do Pernambuco, foi digitalizada pelo arquivo da Faculdade de Direito do Recife e será apresentada para reafirmar a veracidade da informação:

Figura 3 - Imagem da Carta de registro de Bacharel em Direito de Antonio Coelho Rodrigues



Fonte: UFPE (2022)⁴

Sobre o tipo de formação que Antônio Coelho Rodrigues obteve na Faculdade de Direito do Recife no século XIX, segundo os estudos sobre *História do Direito no Brasil* desenvolvidos pelo autor Wolkemer (2000), sendo que ele faz uma diferenciação acerca do tipo de formação desenvolvida entre as duas principais faculdade de Direito fundadas no Brasil no século XIX, é possível compreender que:

Vê-se que, enquanto Recife educou, e se preparou para produzir doutrinadores, “homens de sciencia” no sentido que a época lhe conferia, São Paulo foi responsável pela formação dos grandes políticos e burocratas de Estado. De Recife partia todo um movimento de autocelebração que exaltava “a criação de um centro intelectual, produtor de idéias autônomas”; em São Paulo reinava a confiança de um núcleo que reconhecia certas deficiências teóricas, mas destacava

seu papel na direção política da nação [...]. Em Recife, um público mais desvinculado do domínio oligárquico rural passava a dominar as fileiras dessa faculdade, por oposição a uma clientela paulista caracterizada pelo pertencimento a uma elite econômica de ascensão recente [...] (Wolkemer, 2000, p. 83-84).

Com a implantação dos cursos de Direito no Brasil em 1827, nas províncias de São Paulo e Recife, foi consolidada a formação de juristas no país. O Brasil imperial agora formaria sua própria elite jurídica e, sendo dessa maneira, o piauiense Antônio Coelho Rodrigues teria então uma formação na faculdade de Direito do Recife voltada mais para a teoria, que teria, como finalidade, segundo o autor Andrade (2006), apenas formar doutrinadores que iriam trazer maiores contribuições para a órbita jurídica.

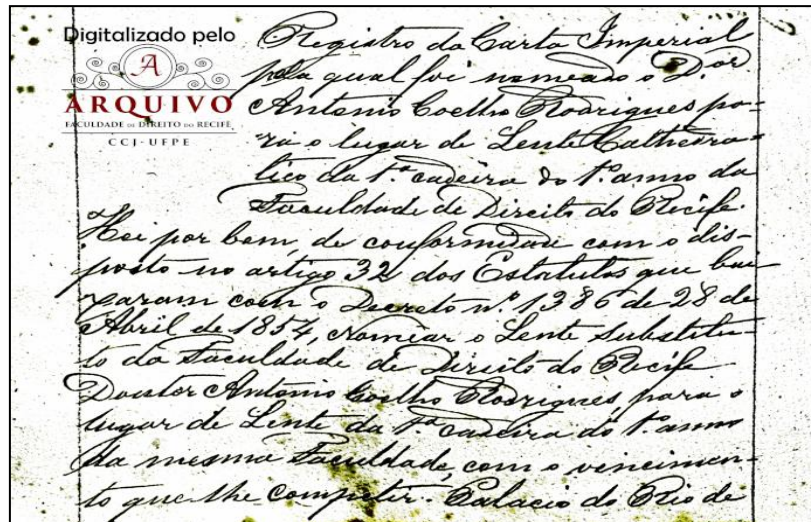
Antônio Coelho Rodrigues, então formado em Bacharel em Direito, em 21 de novembro de 1866, retorna ao Piauí logo em seguida para iniciar sua carreira profissional, começando inicialmente como jornalista no *Jornal Piauí*, na cidade de Teresina. Com formação bem conservadora, o então *Jornal Piauí*, fundado por Coelho Rodrigues, era um órgão do Partido Conservador, portanto, mesmo com seu retorno, manteve-se ligado à Faculdade de Direito, que se formou no Recife, sendo que essa informação pode ser confirmada pelo site da Universidade Federal do Pernambuco de forma mais explicativa:

De acordo com o Livro de Registro de diplomas de Doutores da Faculdade de Direito do Recife - FDR, foi conferido o grau de doutor no dia 07 de maio de 1870 depois de ter defendido a tese e sido aprovado unanimemente. Em 14 de Junho de 1871, como consta no livro de Registros de posse do corpo jurídico da FDR, atendendo ao merecimento e as habilitações que em concurso apresentou, foi nomeado para o lugar de lente substituto da Faculdade de Direito do Recife. Em 02 de Março de 1876, foi apresentada Memória Histórica de 1875 pelo Dr. Antônio Coelho Rodrigues, aprovado unanimemente na parte histórica em sessão da Congregação.

No dia 20 de Setembro de 1878, segundo o Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR, foi nomeado o Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife Dr. Antônio Coelho Rodrigues para o Lugar de Lente da 1ª cadeira do 1º ano da mesma faculdade, dando magníficas aulas de direito romano, de direito civil e Internacional (UFPE, 2021).

Abaixo, na figura 4, pode-se conferir a imagem digitalizada do Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR:

Figura 4 - Imagem digitalizada do Livro de Registro de posse do corpo jurídico da FDR



Fonte: FDR (2022)

Além disso, o Bacharel em Direito Antônio Coelho Rodrigues fez um curso com muito aproveitamento, recebendo o grau de doutor no dia 7 de maio de 1870, o que lhe proporcionou seu retorno no dia 20 de setembro de 1878, doze anos depois como Lente Substituto da Faculdade de Direito do Recife, para exercer a magistratura nas disciplinas de Direito Romano, de Direito Civil e Internacional. Mediante essa análise, é possível compreender como foi desenvolvida a formação de um dos grandes Civilistas Brasileiros do século XIX.

Considerações finais

Pesquisar sobre Antônio Coelho, piauiense que se formou em Direito no Recife, no século XIX, se torna essencial para conhecer a história política do Brasil e, principalmente, no que diz respeito ao estado do Piauí desde período Imperial até o início da República.

Dessa forma, o presente artigo pretende levantar estudos no âmbito da investigação histórica para que sejam produzidos relatos por meio das memórias deixadas por diferentes atores sociais. Antônio Coelho Rodrigues viveu e atuou durante o regime imperial e o republicano, quando procurou tecer suas influências no universo da política daquele conturbado momento da história brasileira.

A sua obra assume uma grande importância para o estado do Piauí, pois mostra o olhar de um piauiense sobre a República que veio a se formar no Brasil e as consequências da sua formação, como os problemas sociais para uma sociedade ainda

há pouco escravocrata, uma vez que menos de dois anos separam a abolição da escravatura do republicanismo.

Embora a Proclamação da República seja um evento histórico importante no Brasil, é essencial destacar que várias transformações já estavam em curso no país desde o início do Império, o que acabou enfraquecendo a monarquia e abrindo espaço para os republicanos. Esses episódios demonstram a complexidade e as contradições da referida transição política. Após a Proclamação, os republicanos se dividiram em "republicanos históricos", que lideraram o movimento desde o início, e "republicanos de última hora", que aderiram apenas após a queda da monarquia. O jurista Antônio Coelho Rodrigues, por exemplo, foi um republicano de última hora.

Diante disso, tal estudo se torna relevante não apenas para entender sobre a história do personagem e sua participação na política brasileira, mas devido ao fato de permitir reflexões sobre como alguém pode chegar aonde chegou, apesar da precariedade da educação de seu estado na época.

Referências

AGUIAR, Antônio Chrysippo. *Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio*. Ed. 1. Teresina: Halley, 2006.

ALVES, Graciete Oliveira Felipe. Aspectos históricos da educação do piauí da colônia até os primórdios da república. *Anais IV FIPED*. Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/246>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

ANDRADE, Giselle Cardoso de. Formação do Bacharel em Direito no século XIX. *DireitoNet*, s. p., 23 out. 2006. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2967/Formacao-do-Bacharel-em-Direito-no-seculo-XIX> Acesso em 10 de maio de 2023.

BRITO, Itamar de Sousa. *História da Educação no Piauí*. Ed. 1ª. Teresina: EDUFPI, 1996.

CASTELLO BRANCO, Francisco de Assis Couto. *Antônio Coelho Rodrigues: Vida e Obra*. Ed. 1. Teresina: EDUFPI, 1987.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Ed. 1. São Paulo: Cortez, 1991.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. Ed 4ª. São Paulo: Vozes, 2011.

COSTA FILHO, Vescelau Tavares. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, v. 51, n. 203, p. 53-61, 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/507405>. Acesso em 16 de junho de 2023.

DAMASCENO, Ítalo Bruno Araújo. *Antônio Coelho Rodrigues na transição entre a Monarquia e a República: Movimentações políticas e jurídicas de um sujeito histórico contraditório*. 2022. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022.

HALBWACHS, Maurice. Fragmentos da la Memória Colectiva. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidade Autônoma Metropolitana – Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em *Revista de Cultura Psicológica*, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/n2-halbwachs>. Acesso em 17 de maio de 2023.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do programa de estudos de pós-graduação em História da PUC-SP*, v. 10, p. 07-28, 1993.

WOLKEMER, Antonio Carlos. *História do Direito no Brasil*. Ed. 2. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Artigo recebido em 10/05/2023

Aceito para publicação em 14/09/2023

¹ Agradecimentos à CAPES pelo investimento e apoio na pesquisa.

² Antônio Coelho Rodrigues decidiu mudar seu nome de batismo logo que se formou em Direito na faculdade do Recife, por motivos de problemas de família do lado maternal de cunho político levou então o mesmo adotar o sobrenome do seu avô paterno Valério de Carvalho Rodrigues;

³ Picos. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 1 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.google.com/search?source=univ&tbm=isch&q=mapa+politico+do+Piaui+destacando+a+cidade+de+Picos&fir=>. Acesso em: 5 out. 2022.

⁴ Imagem Carta de registro de Bacharel de Antônio Coelho Rodrigues retira do site da UFPE - https://www.ufpe.br/dep-design/todos-os-informes/-/asset_publisher/znKKONCGSp59/content/conselheiro-antonio-coelho-rodrigues-o-grande-jurista-piauiense/590249 em 25/10/2022.



CULTURA ESCRITA E RELAÇÕES DE AMIZADE: Possíveis Mecanismos Políticos para as Mulheres na Inglaterra Vitoriana

WRITTEN CULTURE AND FRIENDSHIP RELATIONS: Possible Political Mechanisms for Women in Victorian England

Stéfani Oliveira VERONA¹

Resumo: O objetivo do artigo é pensar politicamente a amizade e a escrita para entender sua complexidade durante o período vitoriano. Busco evidenciar o espaço público das publicações femininas impressas conectadas às redes de amizade. Para isso, parto de uma revisão bibliográfica, para então propor novas considerações sobre o uso da escrita e da amizade na época. Formulo as problemáticas: como a escrita gera redes de apoio que permitem atuações políticas às mulheres? Como as redes impactam em suas publicações? Considero as transformações em todos os setores da sociedade britânica durante o século XIX, como na literatura, sexualidade e relações sociais. Concluo que as mulheres se apropriaram do espaço público através da escrita e criaram redes de amizade como mecanismos políticos.

Palavras-chave: amizade, escrita, política, redes de sociabilidade, Inglaterra Vitoriana

Abstract: The paper aims to politically consider friendship and writing to understand their complexity during the Victorian period. I seek to highlight the public space through printed women's publications connected to friendship networks. For this, I begin with a bibliographic review to propose new considerations about the use of writing and friendship relations at the time. I formulate the following questions: how does writing generate support networks that allow women political acts? How do networks impact their publications? I consider the changes in all sectors of British society during the 19th century, such as literature, sexuality, and social relations. Women appropriated themselves of the public space through writing and created friendship networks as mechanisms for political action.

Key-Words: friendship, writing, politics, social networks, Victorian England

Introdução

Durante a época Vitoriana, alguns periódicos produzidos por mulheres começaram a circular para debater o espaço feminino na sociedade britânica. Este foi o caso do periódico *The English Woman's Journal*, produzido entre os anos de 1858-1864 para tratar de assuntos como leis de propriedade, oportunidades de trabalho e reformas na educação, além de contar com contribuições do público em geral, que enviava seus

¹Doutoranda em História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) pela linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. E-mail: stefaniverona909@gmail.com.

artigos e comentários. O periódico também estava associado a um grupo de estudos chamado *The Langham Place Group* e a uma agência de empregos voltada para o auxílio de mulheres das classes populares.

Pensando neste e em outros exemplos de mulheres que se colocaram no espaço público por meio da escrita, penso em alguns conceitos que podem ser desenvolvidos, como *redes de sociabilidade, trabalho, escrita feminina e relações de amizade*, que não podem ser dissociados da questão política da época quando o assunto é a situação das mulheres. Proponho, portanto, uma possível relação entre três dos temas citados: *amizade, escrita e política*, com o intuito de perceber como a amizade entre mulheres influenciava seu processo de escrita e como a escrita influenciava suas redes de amizade. Tenho em mente que estes são processos mais complexos do que se revelam à primeira vista e que tanto a amizade quando a escrita podiam se tornar mecanismos políticos quando empregados pelas vitorianas.

Para buscar as possíveis respostas, divido este artigo em três partes: a primeira para discutir o conceito de amizade como categoria política e como se aplicava em suas diversas formas na Inglaterra Vitoriana; a segunda para propor um olhar político sobre as práticas da escrita, averiguando como isso se dava no período estudado; e a terceira para relacionar os dois conceitos previamente discutidos com o de política, finalmente respondendo à problemática principal - como a escrita (e a publicação impressa) gerava relações de amizade e redes de apoio que permitiam atuações políticas às mulheres? E ao mesmo tempo, como as amizades e as redes de apoio impactavam sua escrita? – de forma a evidenciar a aliança entre elas como elementos sociais.

Antes de começar, porém, é necessário delimitar o entendimento do que é a atuação política que busco perceber dentro das relações de amizade e da escrita. Entendo a atuação política como algo que revela uma forma de pensar ou de agir muito além da Política de Estado, além do entendimento tradicional do termo.

Fundamentalmente, a política na modernidade é compreendida como uma forma de garantir as liberdades individuais – assim, o Estado, detentor hegemônico das forças, é quem deve promover essa liberdade, bem como o direito à produção, sustentando esta garantia a partir do pressuposto de que diante da lei todos são iguais (Primo; Rosa, 2015, p.381).

Esta é uma das percepções possíveis, a da *política formal* de ações que ajudam a gerir um governo através das *políticas públicas*, da *política externa*, das *políticas de*

inclusão etc. Apesar disso, a busca pela ocupação do espaço público pelas pessoas “comuns” é a ideia que mais se aproxima da definição de política que emprego em minha análise, porque busco enxergar o conceito não partindo das instituições, mas da subjetividade, em uma inversão de papéis que dá protagonismo à *política interpessoal* frente àquela promovida pelos órgãos governamentais. Estes são importantes para manter a unidade e a organização, mas eles coexistem com uma política mais pessoal do dia-a-dia que está presente nas conversas, reuniões, encontros, festas, relações de trabalho, na escrita, produção midiática, jornalística, na família, relações de amizade etc. É o pensamento crítico, transgressor; é a exposição de ideias, são os debates que ocorrem sobre os temas mais banais aos mais complicados, mas que impactam ações e comportamentos específicos que os refletem.

Com a ideia de *política interpessoal da amizade* é possível perceber formas de pensar que não viriam à tona na forma da política institucional ou que permanecem silenciadas até que se tenha confiança em um amigo para expor uma ideia, ou até que se tenha coragem de agir com o apoio de pessoas próximas. Assim, a proposta é a de considerar como *ação política* toda a forma de associação que produz ideias, pensamentos, manifestações, conversas, ou mesmo algum tipo de movimento que revele percepções pessoais, uma possível transgressão, uma forma de pensar mais livre incentivada pela confiança da amizade – que pode inclusive ser traduzida por escrito. Este pode ter sido o laço que levou Barbara Bodichon, Matilda Mary Hays e Bessie Rayner Parkes a fundar o *The English Woman's Journal*.

Mas não podemos deixar de pensar que as outras contribuintes – de todos os cantos da Inglaterra e até de outros países – não tinham a mesma relação de amizade com as fundadoras ou entre elas. É aí que proponho ainda uma nova ideia, a de *amizade condicional*, que pode ser tão forte quanto a *amizade tradicional* – e que consiste em laços de identificação formados através de uma condição em comum, no caso a condição em que elas estavam de dependência econômica e política (no sentido formal). Parto do pressuposto de que os laços de amizade entre estas mulheres foram se fortalecendo através da escrita para o periódico, tornando-as aliadas mesmo sem que elas se conhecessem pessoalmente. Assim, podemos pensar em uma *ação política da palavra escrita*, pois através dela é possível perceber desabafos e anseios, ou seja, é possível perceber posicionamentos políticos.

A política interpessoal está presente, como afirma Hannah Arendt, no *espaço entre* das relações, quando os seres humanos revelam a necessidade de se afirmar no mundo através de suas ações perante os outros (Arendt, 1998). O *espaço entre* são as ações tomadas para um determinado fim, para se alcançar um objetivo, permeadas de motivações e, conseqüentemente, de política. Mas a grande maioria das pessoas vive em comunidade, em uma espécie de unidade social que é também uma coexistência de diferentes discursos. Portanto, o compartilhamento não só físico dos lugares, mas também da complexa rede de formas de agir é o que acaba definindo o espaço público, cheio de regras escritas, faladas, subentendidas e de costumes que tentam padronizar - ou ao menos organizar - a multiplicidade de personalidades e formas de agir.

Dentro da “sociedade civilizada” em meio às instituições que regulam a vida das pessoas - como a família e a igreja - existem as relações interpessoais. Entre elas estão as relações de amizade, que assim como as outras, toma entonações políticas.

A proposição de que a amizade é uma prática política não é óbvia, visto que não existe um único sentido para a amizade e nem para a política, variando bastante conforme a perspectiva adotada. Vivida corriqueiramente, a amizade é uma relação, majoritariamente, de troca e de reconhecimento entre seus pares, diferenciando-se, nos dias de hoje, das relações familiares e amorosas. Além de cotidiana, a amizade já foi e ainda é objeto de muitos tratados filosóficos, nos quais se cria um discurso sobre a prática que, muitas vezes, se distancia daquilo que é vivido. Sublinhamos, portanto, que *a amizade é tanto uma prática quanto um discurso*, nem sempre coincidentes, que se modificam de acordo com as épocas (Primo; Rosa, 2015, p.379).

Isso nos leva a pensar que a amizade não pode ser definida de forma simples. Francisco Ortega¹, um dos filósofos que mais pesquisou sobre o termo, explica que a amizade também deve ser dissociada do amor romântico, já que este tem maior relação com a busca pela segurança e está permeado de suas próprias questões filosóficas, sentimentais e políticas (Ortega, 1999). Já na concepção de Hannah Arendt, “o elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro”. Isso porque existe o interesse do amigo em compreender a forma como o outro enxerga o mundo - mesmo que diferente da sua própria - e ao mesmo tempo oferecer seu apoio. Para a autora, “esse tipo de compreensão – em que se vê o mundo do ponto de vista do outro – é o tipo de insight político por excelência” (Arendt, 2002, p. 99). Mas podemos nos perguntar: toda

amizade segue o mesmo preceito, o de que existe um interesse genuíno pelo bem estar do outro? Ou seria esta a definição da autora do que poderia ser a *verdadeira amizade*?

O interesse de Arendt sobre a questão da opinião do outro, neste caso, não busca resumir de forma simplista a ideia geral de amizade, pois o interesse pelo outro pode partir também de uma relação de respeito entre pessoas mais distantes, o que não depende da intimidade. O que a autora defende, de acordo com os estudos de Livia Gomes e Nelson Júnior, é que “é possível viver o deslocamento/questionamento do familiar, deslocando-se para o lugar dos outros” (Gomes; Júnior, 2013, p.53). Neste sentido, a amizade é toda relação de abertura, o que incentiva o pensamento crítico, os debates e a formação de novas ideias. Portanto, existe algo de experimental nas relações de amizade, que com o passar do tempo vão se tornando mais intensas, mas não deixam de configurar como *amigáveis* mesmo no início.

A abertura proporcionada pela amizade pode levar a diferentes ações, o que insere qualidades políticas ainda mais fortes, mas mesmo quando ações comunitárias, públicas ou organizadas não ocorrem, o caráter político não se apaga, pois a mudança de comportamento, percepção, ou o estado de maior alegria gerado pelas amizades é o suficiente para alterar a experiência pessoal de alguém. Os diferentes níveis de amizade que levam às ações são o que Arendt (2002) e Derrida (1997) chamam de qualidade da ação política, embasada na reflexão e troca de ideias entre amigos. Em *A Condição Humana*, Arendt destaca que “a predominância da amizade como intimidade aponta para um refúgio que, na verdade, é uma fuga ao processo de massificação” (Arendt, 2007, p.48). O refúgio permite maior espontaneidade às pessoas, o que valoriza a amizade como um mecanismo que as ajuda a se entender melhor e usar suas relações mais próximas para se encaixar no *mundo comum* - família, vizinhos, associações, cultura, religião, sindicatos - não aquele que promove a *massificação*, mas que aceita a individualidade.

Odílio Aguiar também fala sobre o *mundo comum* em seus estudos, como aquele que “proporciona a proximidade entre os indivíduos sem que eles percam suas capacidades de agir, pensar e falar por conta própria” (Aguiar, 2010, p.133), sendo o *comum* o que indica que a vida em sociedade permeia as relações sociais e é permeada por elas. O autor também comenta a concepção de Hannah Arendt sobre a amizade

como *amor mundi*, que é capacidade de se associar e de se igualar aos outros através da palavra e da ação, e tradução da consciência do pertencimento ao mundo comum. Nesse sentido, a amizade apresenta-

se dotada de ampla possibilidade de resistência às potências destruidoras inerentes aos processos de naturalização, massificação e solidão contemporâneas, atuais arautos da dominação. A amizade como *amor mundi* é, então, um começo que pode ressoar e se traduzir numa retomada da política e da ideia de república em tempos de sua redução à administração e de prevalescimento da violência. A pequena luz da amizade sinaliza a rendição à condição humana da pluralidade (Aguiar, 2010, p.137).

A amizade é, portanto, a relação entre duas ou mais pessoas baseada no respeito necessário para falar e ouvir, trocar ideias e se expressar livremente, mantendo ao mesmo tempo o interesse no seu bem estar e no bem estar do outro. Esta concepção, porém, não passa a existir apenas com as relações mais íntimas, mas desde os primeiros contatos, quando a reflexão e a abertura são favorecidas. A amizade é um mecanismo de defesa contra a massificação e a violência da sociedade, pois permite a livre expressão de alguém, não apenas como “cura para a solidão e o desamparo, mas [como] índice da liberdade, uma vez que implica o distanciamento de si próprio, o reconhecimento dos outros e o estabelecimento de conexões com eles” (Aguiar, 2010, p.140).

Mas será que não é possível nos questionarmos se as amizades duram para sempre? Se não duram, acabam por causa da falta de contato, falta de intimidade ou do desentendimento? Mas a amizade não foi definida como um espaço de debates e troca de opiniões que fortalece a própria amizade? Como pode ela ser benéfica e ao mesmo tempo motivo de frustração? O filósofo Jacques Derrida apresenta possíveis respostas ao definir o amigo de forma diferente, não como aquele que apresenta possibilidade de abertura da mente desde os primeiros contatos, mas como aquele que reflete a imagem ideal de uma pessoa, a projeção do que ela gostaria de ser (Derrida, 1997). Este é outro ponto de vista, que não define a amizade partindo da possibilidade de debate com alguém de opiniões diversas, mas apenas com alguém que proporciona autoafirmação. Por isso, para Derrida, a amizade é a relação entre pessoas com coisas em comum, que se autoafirmam através da opinião semelhante do outro, que proporciona segurança e permite espontaneidade. Assim, quando os interesses ou as opiniões divergem, dois caminhos são possíveis: o debate ou o fim da amizade.

Ele relembra Aristóteles, que diz que não existe amizade sem confiança. A confiança, para Derrida, vem do tempo e da fidelidade, que fortalecem a memória e o vínculo entre as pessoas, sem que elas precisem se ver todos os dias para se considerarem amigas. O tempo, porém, não garante uma amizade sem conflitos, mas é

apenas assim que ela pode se manter, porque mesmo com os conflitos, o vínculo permite que o debate aconteça (Derrida, 1997).

Os dois conceitos, na perspectiva de Derrida, amigo e inimigo, constantemente se cruzam e de maneira interminável trocam de lugares. Interferem-se, intervêm um no outro em uma hipérbole espiralada, por isso que o verdadeiro inimigo pode ser um melhor amigo que o amigo (Lorenzetto; Kosicki, 2012, p.44).

Já Foucault reflete sobre a amizade encontrando nela elementos transgressivos que não podem ser dissociados das ações políticas que geram. Ele não define extensivamente o termo amizade, nem busca entender a dinâmica de duas ou mais pessoas que podem ser amigas ou inimigas, mas encara este fenômeno como uma alternativa às relações mais institucionalizadas e reguladas pela sociedade. Segundo os estudos de Francisco Ortega em *Amizade e estética da existência em Foucault*, a amizade foucaultiana é relação e comunicação para além das relações de poder (Ortega, 1999).

É uma estratégia muitas vezes involuntária para lidar com os mecanismos opressores e as regras sociais, pois “falar de amizade é falar de multiplicidade, intensidade, experimentação, desterritorialização” (Ortega, 1999, p.157). Assim, o autor não busca evidenciar uma fórmula para o que seria a amizade, mas perceber em cada tipo ou nível dela um estilo de existência que prioriza as relações interpessoais para lidar com as regras sociais. Esta é a *ética da amizade* de Foucault, que é mais característica de uma *ética de simpatia*, pois foge das relações de interesse e promove relações mais “simples” ou “genuínas”. De acordo com Ortega, “a única definição de amizade proposta por Foucault é a seguinte: ‘a soma de todas as coisas mediante as quais se pode obter um prazer mútuo’” (Ortega, 1999, p.162), que não é o sexual. Prazer intimamente ligado à boa convivência em sociedade, que só é possível quando existe um mecanismo que assegura a boa convivência no círculo social da pessoa, a amizade.

Marilda Ionta chama a atenção para o fato de que a amizade é muitas vezes vista como um tema masculino, pois existe a concepção de que as mulheres “são incapazes do sentimento amistoso, pois elas só pensam em amor” (Ionta, 2006, s/p), especialmente na sociedade ocidental que enxerga a amizade entre homens e mulheres como suspeita. Segundo a autora, reconhecer que as mulheres são passíveis de amizades verdadeiras seria admitir sua capacidade de criar relações fortes baseadas na igualdade, “pois o amigo é outro eu” (Ionta, 2006, s/p). A relação de amizade entre os sexos é perigosa por

extrapolar os limites do “feminino” e do “masculino”. Porém, é inegável que as mulheres revelaram a capacidade para a amizade não só entre elas, mas também com os homens.

Indubitavelmente, a recuperação das práticas de amizade exercidas pelas mulheres aponta para a construção de relações com o outro mais livres, solidárias e múltiplas e, certamente, não só para as mulheres, elas continuam possibilitando a invenção de novas formas de existência, novas subjetividades e enriquecendo o empobrecido mundo dos afetos (Ionta, 2006, s/p).

Será que é possível dissociar a amizade da política quando a enxergamos assim, com toda a sua influência social e os debates que gera? É possível a amizade não ser política se ela nos permite sinceridade e espontaneidade para revelar nossos pensamentos e pontos de vista? E como as diferentes noções de amizade e a percepção deste conceito podem ser estudados como algo político entre as mulheres da época vitoriana?

Amizade entre mulheres no contexto vitoriano

É comum pensarmos nas redes de amizade de forma a *categorizar* os amigos que temos - amigos da faculdade, amigos do trabalho, da academia, da igreja, do curso de inglês, amigos de longa data, novos amigos, os muito amigos, meio amigos, um pouco inimigos etc. Com cada um deles temos formas de nos portar e assuntos diferentes a tratar, pois o nível de intimidade os diferencia na concepção de cada pessoa. Esta mesma situação podia ser encontrada na Inglaterra Vitoriana, mas com categorias diferentes, como afirma Sharon Marcus (2007), pois ela explica que existia uma linha tênue, mas presente, entre os que eram considerados *amigos, não-amigos, amigos especiais, companheiros, amantes e confidentes*. Entre outras coisas, era difícil definir, por exemplo, até que ponto a relação marido-mulher podia ser considerada uma relação de amizade, pois valores e virtudes diferentes eram atribuídos a eles quando passavam da relação de corte para a relação do matrimônio (Marcus, 2007).

Os *amigos* eram os de longa data, aqueles que acabavam sendo amigos de toda a família e não apenas de uma pessoa. Os amigos também podiam ser os mais íntimos, que podiam chegar em visitas “não anunciadas”. Entre as mulheres, as *amigas* eram as que atravessavam juntas as fases da vida, como a passagem para a idade de corte, o

casamento e o nascimentos dos filhos, sendo que a troca de cartas e a escrita em diários revelava o nível de intimidade entre elas. Nas memórias de Mary Lundie Duncan escritas por sua mãe após seu falecimento, foram incluídas cartas que revelam a relação de amizade da moça, que buscava reativar seus laços após o nascimento do filho.

Minha querida amiga, não pense que eu estive silenciosa por tanto tempo porque todo o meu amor está centrado na minha mais nova incumbência. Não é isso. Meu coração se volta a você, como sempre deve fazer, com muita afeição, e o meu amor pelo meu doce bebê faz eu sentir ainda mais o valor da nossa amizade² (Lundie, 1854, p.106).

Os homens respeitavam as amigadas femininas como componentes da vida familiar das mulheres, filhas, mães e esposas, o que vai de encontro com a noção popular de que homens e mulheres eram sexos *essencialmente opostos*, com interesses divergentes e que o casamento para o homem era um fim, enquanto para a mulher era o centro de sua existência. Esta é uma noção que limita o entendimento do período sobre gênero, laços familiares e sexualidade, pois a própria concepção de casamento estava passando por transformações, assim como o crescente interesse dos vitorianos pela sexualidade. Entre os anos de 1830 a 1880, cerne do período vitoriano, os debates sobre gênero e sexualidade estavam em seu auge. Este também é um apontamento feito por Sharon Marcus, que explica que “o público em geral continua a ver os vitorianos como terrivelmente reprimidos, enquanto os especialistas aceitam a afirmação de Foucault de que nossa própria obsessão contemporânea pelo sexo se origina nos vitorianos”³(Marcus, 2007, p.5).

Não havia um consenso sobre quem era essencialmente a mulher vitoriana e qual era a sua contribuição “natural” para a sociedade, por mais que regras de etiqueta fossem seguidas especialmente pela classe média. Da mesma forma, médicos e filósofos falavam incessantemente sobre a sexualidade. Neste cenário, a concepção do casamento mudou para ser entendido não apenas como mecanismo de reprodução ou até mesmo de segurança para as mulheres, mas cada vez mais passou a existir a ideia de *amizade* entre os cônjuges. Esta não era a amizade que as mulheres mantinham entre si, ou mesmo o tipo que os homens conservavam, mas era baseada no princípio de harmonia doméstica, para que o casal mantivesse a boa educação dos filhos e uma vida financeira bem controlada. Esta ideia de amizade também estava relacionada a de *harmonia pública*, pois quando o casal ia a alguma festa, chá beneficente ou em passeios nos parques, devia demonstrar respeito mútuo e contentamento. Era a concepção de *companheiro*.

Enquanto manuais de conduta condenavam certas formas de agir entre as amigadas, como contar fofocas ou tentar influenciar decisões alheias, jornais mais “liberais” falavam contra as infinitas regras sociais. As diferentes opiniões, entretanto, convergiam na questão da importância do vínculo entre as mulheres. Um dos livros mais influentes sobre a conduta feminina conservadora, por exemplo, foi o *The Women of England*, escrito em 1839 por Sarah Stickney Ellis. Nele, a autora dizia que a amizade era um dos atributos fundamentais de uma mulher, dedicando um capítulo inteiro à importância do *círculo social íntimo*, pois para ela era entre as amigas que se encontrava a real felicidade em meio às provações (Ellis, 1839). Por vezes estas eram consideradas *confidentes* ou *amigas especiais*.

Além disso, a mulher virtuosa também era aquela que buscava constantemente novas amizades para aumentar o escopo de suas relações.

Quanta felicidade experimenta a mulher que, quando está em companhia de alguém, dirige sua atenção para o vizinho mais próximo; e, contemplando um semblante alegre ou ouvindo uma voz agradável, é encorajada a conversar com um conhecido, e pode finalmente amadurecer a amizade, ensinar-lhe alguma lição útil ou aumentar sua estima de seus semelhantes. Mesmo onde tais resultados agradáveis não são experimentados, onde a tentativa de sua parte se mostra totalmente impraticável, ainda há uma satisfação em ter feito a experiência⁴ (Ellis, 1839, p.116).

As relações descritas acima eram de responsabilidade da mulher de acordo com a visão mais tradicional, o que devia contribuir para a satisfação. As relações sociais que tinha com desconhecidos eram com os chamados *não-amigos*, membros distantes da família, vizinhos, esposas de conhecidos do marido ou moças dos círculos em comum que não mantinham contato regular. A amizade entre mulheres já existia muito antes deste período, mas foi entre 1830 e 1880 que passaram ao caráter mais afetivo, pois “como amigas, as mulheres podiam se comportar umas com as outras de formas que eram proibidas com os homens, sem comprometer a respeitabilidade tão valorizada na classe-média”⁵ (Marcus, 2007, p.26). Será que podemos pensar, neste sentido, a existência de uma *norma de amizade pública* e uma *norma de amizade privada*? Podemos enxergar os impactos de uma sobre a outra? Afinal, se os casais não fossem amigos na privacidade de suas casas, a ideia de *harmonia familiar pública* seria afetada quando comparecessem às festas? Essa poderia ser também uma ideia de *política doméstica*?

Não é plausível enxergarmos em tudo isso ações políticas tomadas pelas mulheres na ânsia por compartilhar seus temores, anseios, conquistas e alegrias com outras mulheres que as entendessem e talvez pudessem sugerir uma coisa ou outra? Com a chegada do Romantismo, não era possível transformar as relações não só conjugais, mas também as sociais através da amizade? As mulheres do século XIX definiam a amizade “como a expressão da emoção, afinidade, inclinação pessoal e fé religiosa. Na década de 1880 a amizade misturou-se ao ativismo altruísta e tornou o modelo para superar as diferenças de classe e forjar um mundo melhor”⁶ (Marcus, 2007, p.28). Portanto, em um intervalo de 60 anos, a ideia de amizade como algo *doméstico* e *privado* passou para a ideia de uma *associação* de pessoas que formavam um vínculo partindo de ideias em comum. Esta não pode ser uma concepção política?

As mudanças se faziam presentes em todos os setores. Durante o século XIX, a população cresceu mais do que o triplo⁷, Londres, Glasgow e Liverpool se tornaram importantes centros econômicos, o Império inglês crescia com suas colônias, a produção de carvão aumentou⁸, assim como aumentaram os números de registros civis de nascimentos, casamentos e mortes, houve Grande Exibição⁹, a escrita de a *Origem das Espécies*, de Charles Darwin. A educação básica tomou forma, o telégrafo foi inventado e as mulheres conquistaram direitos legais de divórcio e sobre suas propriedades. O ludismo, o cartismo e os sindicatos ganharam força, Karl Marx escreveu *O Capital* enquanto estava em Londres e o *Daily Mail* começou a tradição dos jornais de ampla circulação e voltados para as massas. Houve um grande êxodo rural e mudanças sócio-políticas levadas aos países europeus absolutistas de forma mais intensa com a Primavera dos Povos de 1848¹⁰ (Williams, 2004).

As mudanças alimentaram debates e estudos sobre as mais diversas áreas. A amizade vitoriana passou da concepção de uma relação simples e privada para configurar uma *relação social* que poderia gerar vantagens. A amizade entre mulheres era tão importante que chegava a ser complementar e dissociável da vida familiar. As cartas que as mulheres trocavam com seus pretendentes eram pessoais demais e as mulheres casadas quase não escreviam aos seus maridos, então a troca de cartas entre mulheres era o que tornava possível a circulação mais imediata de informações e a organização de eventos (Marcus, 2007).

A própria realização dos eventos foi importante para a mudança na concepção sobre a atuação política das mulheres. Seus círculos sociais eram como as reuniões dos homens para debates e decisões políticas, mas os salões femininos das classes médias

ainda tinham certas vantagens, pois eram um misto entre o “universo privado, semi-privado e público”¹¹(Richardson, p.185. Williams, 2004). Sarah Richardson (2004) ainda destaca os encontros informais como outra forma de utilizar de alcançar a esfera pública e influenciar as decisões de maridos e filhos. As trocas políticas passavam a ocorrer dentro do ambiente familiar. Já dentro das classes mais baixas, as mulheres trabalhadoras construíam suas redes de sociabilidade através da conversa que ocorria nas ruas, pois as “fococas podiam levar a ações comunitárias”¹² (Richardson, p.185. Williams, 2004) que ocorriam graças às trocas de experiência e da construção de relações baseadas na identificação entre elas. Aqui reitero a proposta da *amizade condicional*, pois os encontros nos mercados, nos parques e em espaços públicos menos formais podiam levar à amizade menos íntima, mas não menos significativa, pois ao frequentar os mesmos espaços, podiam perceber semelhanças e anseios em comum. Em meio a isso a escrita não apenas de cartas e diários, mas também de ensaios e artigos para periódicos tomou força.

A escrita como categoria política

A comunicação é fundamental para as pessoas coexistirem, o que confere à palavra uma importância significativa. Mas a palavra nem sempre está disponível para uso igualitário das pessoas, o que fez surgir formas diversas de expressão, como a literária, a teatral e a poética. Em todas as maneiras de expressão podemos enxergar manifestações políticas, seja na forma ou no conteúdo. A escrita não está dissociada da sociedade “civilizada”, pelo contrário, através dela podemos perceber certo espaço de liberdade que transforma o ato de escrever em uma ação política. Este espaço gera o protagonismo, o movimento de transformação, seja ele grande ou pequeno, intencional ou mais conservador.

As palavras escritas por mulheres podem ser – e geralmente são – consideradas literatura marginal ou literatura periférica, mas

o que faz da literatura marginal periférica um acontecimento não é o barulho das repercussões, tão pouco o estrondar das recitações apaixonadas nos saraus, mas antes uma mudança silenciosa de perspectiva, que sem necessariamente mudar algo no estado atual das coisas, nada mais pode ser visto ou sentido da mesma forma. Nada mais pode ser o mesmo. Eis a potência política que pretendemos (Silva, 2006, p.105).

É aí que está o político da ação de ler e de escrever. É aí que está a agência. E ao mesmo tempo é aqui que precisamos diferenciar com cuidado dois termos geralmente utilizados como sinônimos: *escrita de mulheres* e *escrita feminina*. Qual delas representa o potencial da agência? Isso significa que a outra não tem importância? Por que, afinal, é importante diferenciar estes dois termos?

A autora Lúcia Castelo Branco (1991) explica que “a escrita feminina não é exatamente a escrita das mulheres, mas está de alguma forma relacionada à mulher, seja pelo grande número de mulheres que escrevem nessa dicção, seja pela evidência com que esse discurso se manifesta nos textos das mulheres” (Branco,1991, p.20). Ao escrever alguma coisa se está praticando a escrita de autoria de uma mulher, mas quando ela é um ato social, cultural ou político por partir da condição da autora como mulher, ou por refletir essa condição, passa a ser também *feminina*.

O conceito de *escrita feminina* não se apresenta unicamente como oposto, subjugado ou “menos” do que a *escrita masculina*, nem mesmo como exclusivo às mulheres, porque ao mesmo tempo em que uma mulher pode ter um estilo de escrita “masculino”, um homem pode ter um estilo de escrita “feminino”, de acordo com as concepções do que é o espaço literário “masculino” e “feminino” que tem seus limites frequentemente questionados e ultrapassados. Dessa forma, novos sentidos e interpretações são possibilitados quando os sentidos múltiplos das palavras são analisados para entendermos o discurso. A questão da *autoria feminina* vai além da escrita da mulher para caracterizar a escrita como resultado – voluntário ou involuntário - de sua condição social como mulher, com seus desafios, limitações e posicionamento crítico. Quando faz isso, a mulher imprime um caráter político ao seu texto, seja ele um desabafo em um diário ou uma publicação política em um periódico.

E estas cartas e diários das mulheres inglesas? Caracterizavam ação política? Tinham o potencial de agência? Certamente, pois eram nas cartas para amigas e em seus diários que os anseios da mulher vitoriana – em suas diferentes facetas – era exposto com maior sinceridade e confiança. Nas páginas de cartas e diários possibilidades eram pensadas, contemplações eram feitas e o pensamento e os sentimentos podiam ser organizados com mais liberdade. A política na escrita de si está na própria produção da subjetividade, enquanto que a ação política nos ensaios e artigos que buscavam os

direitos das mulheres, por exemplo, estava na força argumentativa e na identificação de umas com as outras, que também partia de relações de amizade íntimas ou condicionais.

Escrever é o ato que, aparentemente, não pode ser realizado sem significar, ao mesmo tempo, aquilo que realiza: uma relação da mão que traça linhas ou signos com o corpo que ela prolonga. [...] Antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrever é uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação. Não porque a escrita é o instrumento do poder ou a via real do saber [...]. Ela é coisa política porque seu gesto pertence à constituição da comunidade (Rancière, 1995, p.7).

O que se escreve, como se escreve, onde se escreve, o que se argumenta, para quem se escreve e em qual contexto, tornam a escrita algo político, pois todas estas coisas revelam verdades sobre quem escreve e sua visão sobre o que é escrito. Palavras têm diferentes significados em diferentes lugares do mundo, em diferentes épocas e para se referir a diferentes pessoas. A forma e o discurso são carregados de significado que revelam percepções de mundo. Um livro do século XIX apresenta uma linguagem muito diferente de um livro do século XXI, o que revela maneirismos, gírias, a noção do formal e do informal, costumes e regras sociais.

O político também cria um laço com a escrita, pois o autor ou autora de um texto não pode se dissociar “de seu tempo, da sociedade em que habita, da situação que lhe é assim dada, dos acontecimentos que o atingem” (Lefort, 1999, p.11). Em contrapartida, pode-se pensar que ao escrever, tem-se consciência de limitações e ideias de como ultrapassá-las. É possível também pensarmos que a pessoa que escreve, escreve para alguém e pensa neste alguém no ato de escrever e após a publicação, quando se volta à recepção de seu texto. Existe também possivelmente a noção de que o que é escrito pode implicar direta ou indiretamente na vida do leitor – sendo muitas vezes este o objetivo.

Escrever é tanto uma experiência quanto um risco que apresenta uma oportunidade de fala sem interrupção, de expor pensamentos, sentimentos, ideias e críticas que talvez não tivessem espaço em outro contexto. É isso que Magda Soares insere em seu conceito de Alfabetismo Significativo – “ser capaz de ler e escrever sempre que as práticas sociais o exigirem”, pois além das práticas sociais, existe a cultura que “afirma que é impossível distinguir a leitura e a escrita do conteúdo que se pode ou se deve ler ou escrever, segundo convenções e valores sociais e culturais, e das

vantagens e desvantagens decorrentes das formas particulares em que leitura e escrita são usadas” (Soares, 1995, p.11).

As formas da escrita e da leitura delimitam uma sociedade e uma cultura, pois por meio da palavra escrita é possível criar ideias e conceitos importantes para a organização geral, como ocorre no caso das leis, por exemplo. Por que então este mesmo mecanismo não pode ser usado partindo da reflexão sobre si para alcançar mudanças em níveis institucionais? É daí que surge a importância do quê, como, quando e porque ler e escrever. Mas será que a escrita feminina vitoriana também apresentava certa ação política? Uma ideia que hoje pode ser traduzida como agência? E a ação política das mulheres através da escrita – se existia – poderia ter vindo de alguma maneira das relações de amizade?

Escrita feminina de periódicos no contexto vitoriano

A análise dos periódicos desde antes do contexto vitoriano é importante porque o papel da imprensa – mesmo antes de existir o termo – nunca foi apenas o de observadora ou relatora das situações cotidianas. No contexto da Inglaterra do século XIX isso é ainda mais aparente, pois a mídia em suas mais variadas formas é participante das transformações da sociedade. Aled Jones faz uma análise do período a partir da ideia de que a palavra impressa é um agente de mudanças capaz de alterar até mesmo percepções populares enraizadas por muito tempo (Jones, 2004). A expansão da imprensa no século XIX foi possível em toda a Grã-Bretanha em parte por causa da disponibilidade de novas tecnologias de composição e impressão, pelo desenvolvimento dos métodos de distribuição e especialmente pela melhoria nas estradas e ferrovias. A revisão de leis centenárias de cobrança de impostos sobre o papel também possibilitou a circulação mais ampla dos jornais e periódicos.

As sociedades de debates e os salões literários ao estilo burguês proliferaram igualmente entre os trabalhadores tanto em Londres como nas cidades mais afastadas, de forma menos rebuscada, e podemos pensar que os temas de suas discussões eram muitas vezes retirados das páginas de periódicos e jornais. Destas e de outras maneiras, a palavra escrita contribuiu para o surgimento de novos temas sobre os quais as pessoas falavam – esporte, moral, política externa e preços de mercado. No entanto, talvez possamos considerar que a maior circulação dos jornais e periódicos também pode ter

ajudado a frear o debate público sobre temas “perigosos”, como o da sexualidade ou da política revolucionária, assuntos que deviam ser discutidos por médicos e políticos. Ao mesmo tempo, é possível constatar que periódicos opinativos estavam tendo cada vez mais demanda e circulando mais amplamente.

A imprensa foi a primeira instância mediadora do espaço público, antes concretizado pelos debates em clubes, ruas e praças. No entanto, como os meios de comunicação não atendem a todos os segmentos sociais que desejam ou tentam participar do debate estabelecido na mídia, os grupos excluídos da esfera midiática são, por consequência, excluídos do espaço público (Melo, 2005, p.27).

Apesar de estar participando mais dos debates, as classes mais baixas ainda dividiam seu tempo entre o trabalho árduo advindo da industrialização, o cuidado com a família e as práticas sociais. Alexis Easley destaca em especial a maior facilidade das mulheres das classes médias em encontrar na escrita de romances uma alternativa a sua realidade, pois a consolidação da romancista vitoriana tornou possível a emancipação da mulher da classe média, tendo em vista que o número de publicações femininas não só de romances, mas em diferentes veículos de comunicação impressa, cresceu devido à perspectiva de independência econômica que a cultura escrita proporcionava direta ou indiretamente¹³. A autora analisa o caminho percorrido pelas mulheres ao se tornarem leitoras, produtoras de conteúdo e finalmente editoras, não só de romances, mas também de periódicos.

À medida que o público leitor se diversificava, as mulheres foram chamadas a produzir conteúdo – e a se imaginar como consumidoras ativas de literatura. Revistas familiares, anuários, jornais semanais, livros infantis, partituras, mensários e periódicos baratos, todos imaginavam mulheres como parte de seus leitores, tornando-as veículos ideais para a escrita feminina¹⁴ (Easley, 2021, p.2).

Especialmente o fato de os produtores de conteúdo impresso estarem considerando as mulheres entre o escopo de leitores abriu espaço para assuntos do interesse delas serem tratados, consequentemente gerando opiniões que muitas vezes eram compartilhadas publicamente por elas através do envio de cartas resposta. Aos poucos, as mulheres se tornaram também ensaístas e aquelas com maiores condições econômicas, finalmente fundadoras e editoras. De acordo com Pauline Nestor (1982), “uma linhagem feminista pode ser rastreada desde os primeiros anos de publicação de periódicos femininos”¹⁵ (Nestor, 1982, p.94) e desde que as mulheres passaram a

escrever, pois entre os temas que sempre interessaram a elas e aparecem com frequência nos escritos vitorianos estão a educação feminina e sua atuação política.

Foi durante a década de 1850, porém, que as mulheres passaram a competir mais fortemente com os homens em número de autoras, editoras e contribuintes de textos impressos. Ainda no século XVIII, porém, os primeiros periódicos produzidos por mulheres se tornaram conhecidos, como foi o caso da *Lady's Magazine: or, Entertaining Companion for the Fair Sex (1770–1832)* e da *Lady's Monthly Museum (1798–1828)*.

O próprio ambiente doméstico favorecia as práticas da escrita e da leitura para as mulheres, o que as manteve ativas como leitoras e escritoras. Durante os séculos XVIII e XIX as transformações sociais, econômicas e políticas favoreceram escritoras como Mary Pilkington, Barbara Hofl, Amelia Opie, Susannah Stickland e Mary Russell Mitford, que passaram a escrever regularmente para revistas femininas. Megan Peiser, Pam Perkins, Anna Barbauld, Anne Grant, Mary Hays, Elizabeth Moody, e Mary Wollstonecraft se tornaram importantes críticas de influentes periódicos revisores/críticos, os *Reviews*, como o *Monthly (1749–1844)*, *Critical (1756–1817)*, e *Analytical (1788–99)*. Mary Robinson tornou-se editora de poesia do *Morning Post* ainda em 1799, além de realizar trabalhos administrativos para o periódico (Batchelor; Powell, 2018).

A partir de 1850 as revistas e periódicos femininos tomaram formatos mais políticos. O *The Englishwoman's Domestic Magazine (1852-1877)* alcançou a marca de 50 mil cópias vendidas ao mês e promovia ações públicas pelo crescimento da indústria, da utilidade dos produtos e da administração doméstica, contribuindo para a relação da economia industrial com as consumidoras da classe-média, que formavam seu público-alvo. O *The English Woman's Journal (1858-64)*, objeto da minha pesquisa de doutorado, também ecoava problemas da produção industrial, como a jornada de trabalho dos operários, pobreza e prostituição, além de promover a emancipação das mulheres através do trabalho digno e regularizado (Auerbach, 1997). A relação entre a mulher consumidora, a mulher leitora e escritora, a mulher “da família” e a mulher trabalhadora era evidenciada por diversos periódicos mais recentes.

Entretanto, vários periódicos mais conservadores valorizavam a posição da mulher de acordo com os “valores vitorianos”. *The Ladies' Cabinet of Fashion, Music and Romance (1832-1870)*, o *The New Monthly Belle Assemblée (1834-1870)* e o *The Ladies' Companion and Monthly Magazine (1850-1871)*, publicavam artigos sobre

educação, moda e comportamento. Já o *Christian Lady's Magazine* (1790-1846), editado por Charlotte Elizabeth evidenciava os valores religiosos puritanos que regiam a vida das mulheres e o *Eliza Cook's Journal* (1849-1854) era focado nas habilidades de cozinha. Por fim, esta dualidade me leva a questionar: não podemos pensar também os periódicos femininos mais tradicionais como formas de ação política? Eles defendiam comportamentos que iam de acordo com a sociedade mais reguladora dos costumes, mas também podemos pensar esta como uma forma de atuação através da escrita, quando elas transgrediam o espaço público – associado *tradicionalmente* ao homem – em prol da manutenção da “boa sociedade”. É interessante refletir sobre esta contradição, ou seja, ao mesmo tempo que as mulheres advogavam em prol dos costumes, faziam isso ocupando o espaço público, contribuindo para a transformação do espaço de atuação política das mulheres.

Raras eram as mulheres que embarcavam em empreitadas na imprensa pública sozinhas, sendo mais comuns mulheres que escreviam em resposta a outras mulheres, as que fundavam periódicos em companhia de amigas ou então mulheres que escreviam em companhia de grupos de estudo ou de debate. Mesmo quando as mulheres publicavam sozinhas é possível pensar que seus argumentos e opiniões vinham da conversa com outras mulheres, de trocas de cartas ou redes de sociabilidade criadas com interesses em comum. Assim, podemos também pensar não apenas a criação e a escrita para meios impressos como *relacionados* às amizades, mas também a escrita como um *costume* que foi tomando forma por causa destas relações, que são caracterizadas como duradouras na vida das mulheres.

Relação entre amizade, escrita e política

Concluo este ensaio destacando, finalmente, a coragem das mulheres que se aventuraram no mundo da escrita, amplamente dominado pelos homens até o século XIX. A dominação masculina em todos os setores é um reflexo das diferenças de gênero que permeiam as formas de pensar e de agir na vida em sociedade. Apesar disso, gostaria de destacar o pensamento de John Stuart Mill em *A Sujeição das Mulheres*:

Minha opinião é que o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos – a subordinação legal de um sexo a outro – está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano; tal subordinação deveria ser

substituída por um princípio de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro (Mill, 2006, p.15).

Este é um posicionamento interessante, porque me leva a questionar se era nisso que as escritoras vitorianas e contribuintes dos periódicos estavam pensando. As mulheres estariam não apenas questionando seus espaços na sociedade, mas também promovendo uma suposta igualdade? Ou pelo menos pensavam que a ação através da escrita daria início às mudanças? Spivak defende que “os oprimidos, se tiverem a oportunidade [...], e por meio da solidariedade através de uma política de alianças, podem falar e conhecer suas condições” (Spivak, 2010, p.54). Podemos enxergar as redes de amizade como solidariedade? Ou mesmo como políticas de aliança? Certamente! E a escrita, poderia ser a oportunidade? Sim! Oportunidade não apenas de fala, mas também de debate e de novas propostas.

Voltemos, então, à dupla problemática do ensaio: Como a escrita (e a publicação impressa) gerava relações de amizade e redes de apoio que permitem atuações políticas às mulheres? E como a amizade e as redes de apoio entre as mulheres impactavam em suas escritas? Reitero, em primeiro lugar a necessidade de se pensar a escrita neste contexto tanto como produto das relações de amizade - que geravam conversas francas, desabafos e promovia o pensamento crítico – quanto fruto de um trabalho sobre si para se colocar no espaço público. De acordo com Gomes e Júnior, “a amizade como vínculo privilegiado de abertura à alteridade num contexto de igualdade política possibilita a experimentação e aprendizagem da consideração e escuta do outro” (Gomes; Júnior, 2013, p.55), algo que podia ser refletido na escrita.

Na história da literatura de autoria feminina, o desenvolvimento da prática de escrita dos mais diferentes gêneros textuais, literários e historiográficos pode ser visto como algo que ocorreu marcado pela necessidade das mulheres de se inscreverem no mundo masculino das letras e pelo risco iminente de serem apagadas dele. Inscrever-se e poder ser apagada foi o dilema que atormentou muitas das mulheres que se aventuraram a escrever (Tedeschi, 2016, p.157).

Ao mesmo tempo, existe o caminho inverso, que cria relações de amizade baseadas nas publicações, como quando as mulheres do *The English Woman's Journal* fundaram também um grupo feminino de debates para discutir os textos enviados ao periódico. Além disso, alguns anos mais tarde elas ainda criaram uma agência de

empregos para ajudar as mulheres das classes mais baixas a conseguir se estabilizar. Assim, podemos pensar em uma via de mão dupla que relaciona a amizade e a escrita como mutualmente influentes. Os eventos eram organizados pelas mulheres muitas vezes pela troca de cartas e a própria escrita era uma de suas atividades principais.

Podemos enxergar aqui as redes de apoio que justificam também a amizade em seus mais variados níveis, pois ao se ajudarem na agência de empregos, por exemplo, não necessariamente as mulheres tinham vínculos de amizade íntima, mas podiam se conhecer casualmente, ou mesmo nunca terem se visto. O que as unia era a *condição comum*. Esta também não pode ser vista como um *vínculo político* que gerava *ações*? A necessidade de escrever sobre a condição feminina, de propor alternativas, de se colocar no espaço público? Certamente! Assim, não apenas a amizade e a escrita se tornam políticas, mas a própria ideia de política ultrapassa as definições formais e se faz presente tanto no público quanto no privado.

Referências

- AGUIAR, Odílio Alves. A Amizade como *amor mundi* em Hannah Arendt. *Revista o que nos faz Pensar*, Rio de Janeiro, v.19, n.28, p.131-144, dez. 2010.
- ARENDR, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ªed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ARENDR, Hannah. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. Tradução de Helena Martins, Frida Coelho, Antônio Abranches, César Almeida, Cláudia Drucker e Fernando Rodrigues. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- ARENDR, Hannah; LUDZ, Úrsula (org.). *O que é política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- AUERBACH, Jeffrey. What They Read: Mid-Nineteenth Century English Women's Magazines and the Emergence of a Consumer Culture. *Victorian Periodicals Review*, Baltimore, v.30, n.2, p.121-140, s/mês 1997.
- BATCHELOR, Jennie; POWELL Manushag. *Women's Periodicals and Print Culture in Britain, 1690–1820s*. 1ªed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2018.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é a escrita feminina*. 1ªed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- DERRIDA, Jacques. *Politics of Friendship*. 1ªed. London; New York: Verso, 1997.
- EASLEY, Alexis. *New Media and the Rise of the Popular Woman Writer (1832-1860)*. 1ªed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2021.

ELLIS, Sarah. *The Women of England: their social duties and domestic values*. 1ªed. Cambridge University Press, 1839.

GOMES, Livia. G.; JÚNIOR, Nelson da Silva. Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, v.28, n.1, p. 39-58, s/mês 2013.

IONTA, Marilda. As mulheres e os discursos da amizade. *Labrys: estudos feministas*, Florianópolis, v.9, s/fasc., s/pág., 2006. Disponível em <https://www.labrys.net.br/labrys9/libre/marilda.htm>. Acesso em 30 ago 2023.

JONES, Aled. The Press and the Printed World. In: WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.369-380.

LEFORT, Claude. *Desafios da Escrita Política*. Tradução de Eliana de Melo Souza. 1ªed. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

LORENZETTO, Bruno; KOSICKI, Katya. A Desconstrução e as políticas da Amizade, Curitiba, *Revista da Faculdade de Direito (UFPR)*, n.55, p.39-52, s/mês 2012.

LUNDIE, Mary. *Memoir of Mrs. Mary Lundie Duncan: Being Recollections of a daughter by Her Mother*. 6ªed. Edinburgh: William Oliphant & Son, 1854.

MARCUS, Sharon. *Between women: friendship, desire and marriage in Victorian England*. 1ªed. New Jersey: Princeton University Press, 2007.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da Imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. *Comunicação e Informação*, Goiânia, v.8, n.1, p.26-38, jun. 2005.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. Tradução de Débora Ginza. 1ªed. São Paulo: Editora Escala, 2006.

NESTOR, Pauline A. A New Departure in Women's Publishing: "The English Woman's Journal" and "The Victorian Magazine". *Victorian Periodicals Review*, Baltimore, v.15, n.3, p.93-106, s/mês 1982.

ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. 1ªed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

PRIMO, Joana Sampaio; ROSA, Miriam D. Amizade e Política: considerações sobre a philia e a fraternidade. *Psicologia Política*, São Paulo, v.15, n.33, p.377-390, ago. 2015.

RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da Escrita*. Tradução de Raquel Ramallete. 1ªed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

RICHARDSON, Sarah. Politics and Gender. In: WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.174-188.

SILVA, Jailton Farias. Por que ler e escrever são atos políticos? *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.9, n.27, p. 92-107, out. 2016.

SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura. XVII REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Caxambu, outubro de 1995.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. 1ªed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDESCHI, Losandro. Os desafios da escrita feminina na História das Mulheres. *Raído*, Dourados, v.10, n.21, p.153-164, jan. 2016.

WILLIAMS, Chris (ed.). *A Companion to Nineteenth-century Britain*. 1ªed. Oxford: Blackwell Publishing, 2004, p.1-14.

Artigo recebido em 16/06/2023

Aceito para publicação em 27/09/2023

¹Francisco Ortega escreve sobre a amizade refletindo, em especial, sobre Foucault e como a amizade não pode ser dissociada das relações de poder, como reflexo e uma possível forma de resistência.

² My beloved friend, do not think that I have been so long silent because all my love is centered in my new and most interesting charge. It is not so. My heart turns to you as it is ever to do, with deep and fond affection, and my love for my sweet babe makes me feel even more the value of your friendship (Lundie, 1854, p.106).

³ The general public continues to see Victorians as terribly repressed, while specialists have by and large accepted Foucault's assertion that our own contemporary obsession with sex originates with the Victorians (Marcus, 2007, p.5).

⁴How much more happiness does that woman experience, who, when in company, directs her attention to her nearest neighbor; and, beholding a cheerful countenance, or hearing a pleasant voice, is encouraged to proceed in cultivating an acquaintance, which may ultimately ripen into friendship, may teach her some useful lesson, or raise her estimate of her fellow-creatures. Even where no such agreeable results are experienced, where the party attempted proves wholly impracticable, there is still a satisfaction in having made the trial (Ellis, 1839, p.116).

⁵ As friends, women could comport themselves with one another in ways forbidden with men, without compromising the respectability so prized by the middle class (Marcus, 2007, p.26).

⁶as the expression of emotion, affinity, personal inclination, and religious faith. In the 1880s, friendship merged with altruistic activism and became a model for bridging class differences to forge a better world (Marcus, 2007, p.28).

⁷ passou de 10,5 milhões de habitantes para mais de 37 milhões.

⁸ chegou a 225 milhões de toneladas ao ano, incentivada pela demanda crescente das estradas de ferro e da Segunda Revolução Industrial.

⁹ "The GreatExhibition" foi uma exposição que aconteceu em Londres em 1851 no que ficou conhecido como Palácio de Cristal, uma estrutura de ferro fundido e vidro erguida no Hyde Park para celebrar as mais novas tecnologias industriais. Mais de 14 mil expositores do mundo todo fizeram parte do evento (Williams, 2004).

¹⁰ A chamada Primavera dos Povos de 1848 foi uma série de revoluções ocorridas na Europa dentro do contexto das revoluções burguesas, especialmente de caráter nacionalista e liberal, contra o governo de Luis Felipe I da França e que culminou com a ascensão de Napoleão III. Para maior aprofundamento ver "A Era das Revoluções (1789-1848)", de Eric Hobsbawn.

¹¹ private, semi-private and public realms (Richardson, p.185. Williams, 2004).

¹² doorstep gossip could lead to direct community action (Richardson, p.185. Williams, 2004).

¹³Nesta época a literatura se desenvolveu amplamente e surgiram obras que hoje são consideradas clássicos da literatura mundial. Entre os romancistas que se destacaram estavam sir Arthur Conan Doyle,

sir Walter Scott, Lewis Carroll, Robert Louis Stevenson, Bram Stoker e Oscar Wilde. Entre as romancistas estavam Jane Austen, Mary Shelley, Charlotte Brontë, Emily Brontë, Anne Brontë, Ann Radcliffe, Mary Ann Evans (escrevendo como George Eliot) e Elizabeth Gaskell.

¹⁴ As the reading public diversified, women were called upon to deliver content – and to imagine themselves as active consumers of literary commodities. Family magazines, literary annuals, weekly newspapers, children’s textbooks, sheet music, literary monthlies and penny periodicals all imagined women as part of their readerships, making them ideal vehicles for women’s writing (Easley, 2021, p.2).

¹⁵ a feminist strain was traceable from the earliest years of women’s periodical publishing (Nestor, 1982, p.94).

ORIGINALITY OF THE GENRE POETICS IN V.A. NIKIFOROV-VOLGIN'S STORY "THE ROAD STAFF" IN THE CONTEXT OF THE PROSE OF THE RUSSIAN DIASPORA¹

ORIGINALIDADE DO GÊNERO POÉTICO NA HISTÓRIA DE V.A. NIKIFOROV-VOLGIN "THE ROAD STAFF" NO CONTEXTO DA PROSA DA DIÁSPORA RUSSA

Victoria ZAKHAROVA¹

Irina KUDRYAVTSEVA²

Abstract: The purpose of this article is to study the originality of the genre poetics in V.A. Nikiforov-Volgin's story "The Road Staff" in the context of the prose of first-wave Russian diaspora – the works by I.A. Bunin ("Iz zapisok neizvestnogo" ["From the Notes of the Unknown"]) and I.S. Shmelev (short story "Blazhennye" ["The Blessed"]). The analysis convincingly shows that these works are an example of genre synthesis, which is dominated by features of the ancient Russian genres of "khozhenie" ["journey"], hagiography, and sermon. The authors emphasize the originality of the "The Road Staff" concept in Russian diaspora literature, demonstrating the genre synthesis under the influence of ancient Russian genres and biblical, saintly reminiscences and allusions.

Keywords: Tradition, Ancient Russian genres, Biblical allusions, Ontological meaning.

Resumo: O objetivo do artigo é estudar a originalidade da poética de gênero no conto de V.A. Nikiforov-Volgin "The Road Staff" no contexto da prosa da diáspora russa da primeira onda - as obras de I.A. Bunin ("Iz zapisok neizvestnogo" ["From the Notes of the Unknown"]) e I.S. Shmelev (conto "Blazhennye" ["The Blessed"]). A análise mostra de forma convincente que essas obras são um exemplo de síntese de gênero, dominada por características dos antigos gêneros russos de "khozhenie" ["jornada"], hagiografia e sermão. Os autores enfatizam a originalidade do conceito de "The Road Staff" no contexto da literatura da diáspora russa, demonstrando a síntese de gênero sob a influência de gêneros russos antigos e reminiscências e alusões bíblicas e santas.

Palavras-chave: Tradição, Gêneros russos antigos, Alusões bíblicas, Significado ontológico.

Introduction

¹ Professor at Minin Nizhny Novgorod State Pedagogical University, Nizhny Novgorod, Russian Federation. Doctor in Philology. E-mail: victoriazaharova95@gmail.com.

² Postgraduate student in Philology and Junior researcher at Minin Nizhny Novgorod State Pedagogical University, Nizhny Novgorod, Russian Federation. E-mail: ersikkae@gmail.com.

The study of the category of genre requires careful research and systematization. I. Tynianov (1977) notes that "the very signs of genre evolve," and "there are no ready-made genres" (p. 271). Of importance for our work is the idea of "genre memory" formulated by M.M. Bakhtin in "Problems of Dostoevsky's Poetics" (1979), which asserts that a genre should be covered not only in the synchronic but also in the diachronic aspect, because "a genre lives in the present, but always remembers its past, its beginning" (Bakhtin, 1975, p. 142). Furthermore, Bakhtin (1979) believes that in the contemporary literary process, genres are more prone to dynamism and development: "The genre is revived and renewed at each new stage in the development of literature and in each individual work of the genre" (p. 398).

Concerning the category of genre, we adhere to the idea that the genre of a particular work represents an inseparable link between the typological and the historical, the traditional and the innovative, the canonical and the individual, and the stable and dynamically living. In addition, it is important to bear in mind a significant idea voiced by L.V. Chernets (1964): "Content is the leading aspect in a genre, regardless of this or that relation to the genre form, it remains stable" (p. 27). Thus, the basis for our understanding of genre is the commonality of content, rather than the commonality of form.

When establishing contextual consonances, we proceed from the fact that the work of each writer is unique, and the philosophical and aesthetic attitudes of each author are distinguished by individual-authentic uniqueness. Our task is to prove the discovered affinity of the artistic world-modeling of V.A. Nikiforov-Volgin, I.V. Bunin, and I.S. Shmelev.

The purpose of this article is to research the originality of the genre poetics in Nikiforov-Volgin's story "The Road Staff" in the context of the prose of the first wave of the Russian diaspora – the works by I.A. Bunin and I.S. Shmelev.

Methods

In this article, we examine the genre poetics of V.A. Nikiforov-Volgin's "Road Staff," placing it in the context of the prose of the first wave of Russian Abroad, with particular focus on I.A. Bunin's "From the Records of the Unknown" and I.S. Shmelev's story "The Blessed". This comparative approach is taken to understand the originality and uniqueness of Nikiforov-Volgin's work. The works are analyzed for their shared

and unique features, with special attention paid to the elements of ancient Russian genres of “walking”, “life”, and “sermon” present in them.

The methodology adopted for this study involves a detailed textual analysis of the selected works. We trace the biblical and patristic reminiscences and allusions that each text is enriched with, examining how these elements contribute to the ontological enlargement of the works. We also delve into the genre form of "notes", common to all the authors, to understand how this form not only confers the features of confession and penetration to the texts but also anchors them in the reality of their time.

Our approach to the analysis is informed by the notion that even small genres can have significant implications, especially in an era marked by social upheavals and the disruption of age-old traditions. The goal is to comprehend how these works generate a sense of presence and action for the reader, giving rise to the perception of existence in its historical and spiritual unity.

Results and discussion

Content of "The Road Staff"

The content of the story gives evidence of the rich synthesis of the various genre origins inherent in it. This work gravitates not only to the short story or novel, like any story, but also to much older genres. Particularly noticeable here is the closeness to the genre forms of ancient Russian literature. We do not set out to delve specifically into this aspect of the study and only outline the most obvious paradigms of cultural memory reflected in the works by the analyzed authors. In so doing, we consider it necessary to clarify the following. N.I. Pak identifies two main approaches of literary studies to the question of perception of the traditions of ancient literature by the artistic consciousness of subsequent eras: source and genetic. The present study follows the genetic approach, which "enables the discovery of the deep levels of the ancient Russian literary tradition, which emerges in the specifics of content, genre originality, and the specific poetics of the works of new-time writers" (PAK, 2006, p. 8).

The composition of "The Road Staff", we believe, can be presented in three parts.

1. In the first part, the narrator-hero tells of a pre-revolutionary world in which especially sensitive people feel ever-increasing anxiety and fear of the unknown. There is already a sense of the apocalyptic rhythm that life itself has taken: "Something

formidable is coming to our land" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 12). The protagonist, the village priest Athanasius, notes that "it [the human soul] will be subjected to great temptations" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 13).

2. In the second part, we learn about the experience of the narrator-priest. He continues to serve the Lord in a world where the value of faith is trampled by a new way of life: "The lads dropped the big bell from the bell tower" (Bakhtin, 1975, p. 18), "Kuzma chopped up the icon of Our Lady with an axe and threw it into the blazing furnace" (Bakhtin, 1975, p. 18), "our temple was burned down" (Bakhtin, 1975, p. 13). Upon becoming a prisoner of the Reds, the hero undergoes excruciating humiliation: "I did not eat prison bread at no cost: I was forced to clean latrines, scrub the floors, wash the convoy's laundry, and in this I excelled" (Bakhtin, 1975, p. 30). The narrator managed to make great friends with the thieves and murderers who occupied the cell: "The deeper you bear the image of Christ and arm yourself with humility, the sooner you will illuminate the bestial world of man" (Bakhtin, 1975, p. 30).

3. The third part begins with a "self-portrait" of the priest walking "down the high road", telling us about the wanderings and the preaching ways of the hero: "I have heard more than a hundred confessions (and those confessions were terrible), and all the repentants were ready to accept the hardest penance and any feat, so as not to remain outside the house of the Lord" (Bakhtin, 1975, p. 55). The story ends with the road and the hero's becoming a preacher.

Genre characteristics of "The Road Staff"

Based on the results of the analysis, "The Road Staff" is formally defined as a story. However, the genre of story is traditionally viewed as unstable, gravitating either to a novel or a short story.

However, the genres in "The Road Staff" are organically intertwined, and their origins can be found in Old Russian literature. The literature of ancient Russia is characterized by the frozen nature of genre forms, a special perception of man in space: the whole Russian land is placed in the author's field of view, and the life of man, therefore, acquires a heroic scale.

D.S. Likhachev (1979) explains the artistic consciousness of the Old Russian man as follows: "With his mind elevated above the events, the medieval scribe looks at the country as if from above. The whole Russian land fits into the author's field of

vision" (p. 347). A.N. Uzhankov (1995), developing these ideas, notes the associative thinking of the ancient reader and points to a special perception of Russia in the ancient texts: "There is no specific area, there is no specific description of it. The land of Russia is one, but there is not just one landscape in it" (p. 36). This also applies to "The Road Staff". Nikiforov-Volgin's spatial reach is undoubtedly broad and unconstrained. Like the old Russian writers, he sees the world as if with a *panoramic vision*. Nikiforov-Volgin makes numerous references to nature, mother earth, blooming gardens, and forests with almost no domestic details.

"The land is trembling", writes Nikiforov-Volgin (2018a, p. 17), and in this personification, he concentrates a person's heartfelt love for their homeland as a living being.

The style of the story also reveals the folklore tradition: poetic folk proverbs that run all through the text reveal the attitude of ordinary people toward their native land: "Soon spring will come, and, in our people's figurative expression, she will start embroidering her sweetheart's shirts with different flowers, herbs, and patterned leaves. She will dress the earth in the new embroidered shirt. The earth will walk in its new shirt!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 11). That is why it is so bitter for Father Athanasius to realize that the protected forests are disappearing, leaving only desolation: "And our forests are being cut down! There used to be such reserves around the village, such wilderness, how many birds and animals there were, and now there's wasteland" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 13).

Examining Old Russian genre forms, echoes of which are present in "The Road Staff", we can distinguish hagiographic genres, namely the hagiography (in the meaning of its inverted canon, in which we know "The Life of the Archpriest Avvakum, by Himself"), sermon, confession, as well as "khozhenie" ["journey"].

The main theme developed by writers in ancient Russia is the meaning of the life of a Christian person. In different genres, this theme is revealed peculiarly. Thus, in the sermon, it is manifested directly through the words of the clergyman. Since ancient times preaching has been the main means to strengthen faith, and the paragon of preaching is the Sermon on the Mount in the New Testament. The preacher conveys the meanings enshrined in Christian doctrine, so the emotional mood, the pragmatic component of his speech is very important. The origins of Old Russian preaching should be sought in Byzantine culture and further – in the eloquent and solemn Sermon

on Law and Grace (1049) by Metropolitan Hilarion, the words of Kirill of Turov (the 1150-1180s) dedicated to the most important church celebrations.

The first part of "The Road Staff" has textual inclusions, which we can identify as sermons. The story clearly shows features of the Easter archetype of Russian literature, studied extensively by I.A. Esaulov. Esaulov (2004) finds its origins in Metropolitan Hilarion's "Sermon": "It was preached either before the Easter morning service or on the first day after Easter. Thus, the Easter sermon, apparently, is at the same time the origin of Russian literature as such" (p. 8). In the work by Nikiforov-Volgin, we find various manifestations of this archetype. The first part of the story even directly indicates the name of the genre: "Tomorrow I will begin my sermon with the words: 'The world is like a book of two sheets. One sheet is heaven and the other is earth. And all things in the world are letters'" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 9). The narrator-hero of the story repeatedly mentions his visits to the homes of the congregation, bringing a comforting word to the suffering and lost souls: "On the eve of Holy Week, I visited the homes of my congregation. [...] Now I feel the need to prepare it [my soul], to strengthen it" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 13). People find comfort in the pastor's words, which is why they seek to draw near to him and share their sorrows and griefs: "People are clinging to me. They are looking for comfort. I sit with my people until late at night and listen to their worries and grief. [...] I look at them and want to say something of comfort, but instead of words I lower my head and remain silent" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 18).

Close to sermon is confession. Confession is an expression of the spiritual life of the individual, one of the religious ways of repentance for sins. It focuses on revealing the inner world of a person in its development, always recounting the various twists and turns of fate. Confession is close to such concepts as remorse and repentance, which is why in the fictional text confession is always associated with the deepest tension. In the darkest of times, thieves and murderers who had almost lost their faith came to confess to Father Athanasius, and filled with bitter pain was their repentance: "During Holy Week, my fellow believers expressed a desire to confess before me, and one night I accepted their broken, desperately Russian confession" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 31). The path of the hero-narrator, walking along Russian roads and, like a shepherd, consoling his children lost in the revolutionary blizzard, seems like an Orthodox feat: "The whole Russian land was longing for the Blessed Comforter. All are tired. All drowning in grief. All are yearning for Christ's consolation", Father Athanasius writes

(Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 55). Heavy was the part of the pastor of human souls at that time.

The second part of the story is similar to the content of the hagiography, and especially to "The Life of the Archpriest Avvakum, by Himself". Nikiforov-Volgin's narration is written in the first person, and the main narrator is a priest, which in itself can already remind us of this hagiography. Plot-wise and, more importantly, ideologically, Nikiforov-Volgin's story is also close to the text created by Avvakum because, first and foremost, we read about the torments and passions to which clergy was subjected in post-revolutionary Russia. Nikiforov-Volgin (2018b) describes with horror the persecution of the Orthodox Church, which became a natural extension of the separation of the people from traditions and Russian cultural grounds:

Our village commune started with parties in the cemetery, the lads dropped the big bell from the bell tower, and the windows in my banya were blown out. Aleksei Bakhvalov set fire to the chapel by the road. Kuzma chopped up the icon of Our Lady with an axe and threw it into the blazing furnace (p. 18).

The abandonment of the past brings only ruin. The events described by the narrator create a feeling similar to that experienced by the reader of the Revelation of John the Theologian. The beating of the priest, the terrible famine ("In the church [from hunger] the four-year-old son of Matvei the blacksmith died" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 19)), and persecution – these are the calamities comparable to those described by Protopope Avvakum. More than anything else, of course, the story is connected with the life of Avvakum with a description of deprivation in confinement, the horror of prison cells, and the plight of prisoners in the dungeon: "They gave me a place on the floor, in a darkened room, next to the basin for the needs. The floor was stone and foul-smelling" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 29), "I did not eat prison bread at no cost: I was forced to clean latrines, scrub the floors, wash the convoy's laundry, and in this I excelled" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 30).

With that, Nikiforov-Volgin's story shows how the sun's rays cut through the leaden clouds, illuminating the kindness and understanding of the surrounding people.

The following excerpt illustrates the mutual help in a prison cell:

" – Lie down on my bunk... it's warmer there, and I'll take your place!

This made me joyful:

– Here, too, is Christ!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 30)

Despite all hardships, the priest's path remains light, blessed by the grace of God, and even the hardened criminals notice it: "I have made friends with the inmates in our prison. They grew to love me for my quietness to them, for my conversations with them, for my pliability" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 30). It is not to himself, not to his positive qualities, that the author-narrator attributes his change of attitude to himself, but only to Jesus Christ: "And I noticed: the deeper you bear the image of Christ and arm yourself with humility, the sooner you will illuminate the bestial world of man" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 30).

The idea of the entire life of the hero in "The Road Staff" is similar to that of the missionary hero, the pilgrim, bringing God's teachings and light to the whole sinful world: "If not immediately, a person will be illuminated eventually. It only takes living with him, so that Christ, who lives in you, may continually illuminate the darkened one. You have to lead a man by the hand, like an unsophisticated child!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 31).

The story contrasts two worlds: the world of the Red Army, one of brute force and evil, and the world of the priest, one of spiritual humility and love for one's neighbor. This opposition is emphasized even on the external plane. All soldiers are rude in conversations, they speak barracks language, incapable of clarity and smoothness, and cannot think for themselves, so they are deprived of their innermost human traits. The images of the clergy, in contrast, are described vividly and lively. Their speech is rich and colorful. They lose their minds from fear for their own and others' lives and suffer heavily from the horrors they see, yet their language is affable and unmechanized.

The third part of the story gravitates toward the ancient Russian genres of journeys and pilgrimages. A.S. Koniukhova (2021) also notes the phenomenon of wandering, which manifests itself in this chapter:

V. Nikiforov-Volgin points to the main task of wandering as a spiritual feat: not just to give up everything in the name of the Lord, but also to bring to every person met on the way the good words of the Gospel, awakening the image of God even in the most lost soul (p. 126).

The topos of road and the motifs of travel and wandering are constantly repeated in the text: "I am walking down the high road" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 37), "I go and do not meet a single dwelling" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 40). The road in the

story connects man and God. On the difficult road, Father Athanasius is supported by his staff and the Christian faith. The motif of journey is transformed into a movement beyond this world: "For more than two months I was between life and death" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 48). The last lines of the story are life-affirming: "I go to them [people] as long as I am strong enough, and tightly still my arm holds the road staff" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 55). The courage and selflessness of the main character, his desire to comfort people, permeates the story, making it especially light and spiritual.

"The Road Staff" organically combines the traits of several Old Russian genres: in the first part – the features of the sermon, in the second part – the hagiography, and in the third – the journey and pilgrimage. The features of the confession we find in every part of the story.

It is worth noting that "The Road Staff" contains both proverbial elements and accounts of orthodox miracles. This expands the genre potential of the work. Stories of God's miracles are woven into the epic fabric of the author's story; this is how legends are created. Veneration of the miraculous icon of the Mother of God saved the lives of the heroes of the work: "Our Lady has covered the earth with snow" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 25), the heavy lock crumbled at the light touch of the axe, the horse seemed to know the way the stolen icon was being carried. In his grave illness, when "death stood at the bedside", Father Athanasius was helped by the prayers of his congregation – "Christ smiled" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 17).

"The Road Staff" is also related to the original Russian tradition of notes and autobiographical prose as a confessional genre. These traditions date back to Old Russian and early Byzantine literature. In early Russian literature of the 14th-16th centuries, there were several forms of hagiography, which served as a model for autobiographical prose. The first direction was associated with historical and biographical genres (predominantly hagiographic literature), and the second direction of transformation of the genre was linked to confession.

The encyclopedic definition emphasizes that the story "in modern Russian literary theory is an epic prose genre, intermediate between the short story and the novel, medium in the volume of text or plot" (Nikoliukin, 2001, p. 752).

The discovery of individuality in the fiction of the late 19th and early 20th centuries influenced not only the strictly personal genres, e.g. autobiographies, diaries, notes, etc., but also the genres that do not claim to be authentic and personalized. As

accurately observed by N.A. Nikolina (2002), the subject of representation in autobiographical prose over time becomes "not the past in itself, but the 'past' in connection with the establishment of the inner world of the text's author" (p. 98). This confirms once again how far the autobiographical genre has departed from the historical-chronicle narrative in 20th-century literature and how close it has come to artistic literature, which operates with the concepts of "transformed reality", "fiction", "the hero's inner world", "psychologism", and others (Nikolina, 2002).

The psychobiographical element in "The Road Staff" is very strong: the narrative is in the first person (the author-narrator), and it is evident that the writer's experience is transformed into that of the priest Athanasius. As we know from the writer's biography, Nikiforov-Volgin himself was a psalmist and was well acquainted with both church life and the persecution of the church. The author's direct experience with the events described is felt intuitively by the reader. The text also contains a mention of the diary form of narration. Nikiforov-Volgin (2018a) notes: "Many bitter roads have come and gone since the time I was able to find my notes again and bend over them" (p. 27). The hero-narrator himself points out that he writes "notes".

We can single out episodes from "The Road Staff" where the author shows the movements of the soul and where the reader observes the hero's reflection, probably similar to what Nikiforov-Volgin himself thought and felt. Often in such episodes, we encounter the concept of soul: "Every New Year's Eve I meet with trepidation. Something sad is coming to our land. My soul cannot imagine what it will manifest in; it only mourns to death!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 8), "with my soul I feel, he loves" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 12). The author's reflection is therefore supra-emotional; it is the reflection of the soul. For example, the hero-narrator tells us that he acted in an eminently virtuous manner – he gave up his house to the refugees and stayed to sleep in the banya. He goes on to say: "I was very pleased with myself, but then I was ashamed: imperfect and self-loving people we are!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 17). And then in a completely confessional-deprecating way: "We are not able to do good without looking back, without self-indulgence! We are still far away from a perfect light-giving deed!" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 17). Throughout the story we understand that any self-satisfaction is condemned by the hero: "Yes, again I am content, again I am self-satisfied, again I fall into 'spiritual lust'. I work too little on myself" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 17).

At moments when spiritual reflection is not possible, the emphasis in the text shifts from the inner world of the author-narrator to external, sensual experiences. In the dialogue with the investigator, we read: "He put the revolver barrel to my temple. My head was burning with unbearable heat, and from the touch of a metallic chill, I felt pleasantness" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 29). Even in such moments, the author leaves the room to explore the soul of another person: "Most of all I was frightened by the beastly face of a man I saw for the first time" (Nikiforov-Volgin, 2018a, p. 29).

In this way, we can identify the following features of notes as a confessional genre in "The Road Staff": first-person narration; confessional nature of the narrative, going back to the canons of ancient Russian literature; as a consequence, a deep reflection and a constant depiction of the life of the soul. One cannot but agree with the words of A.M. Liubomudrov about the writer's prose: "His luminous word heals the soul, fills it with life-giving light, and gives hope" (Nikiforov-Volgin, 2018b, p. 20).

Association of "The Road Staff" and Bunin's short story "From the Notes of the Unknown"

Works by many writers of the first wave of the Russian diaspora reflect the artistic consciousness of the early 20th century, characteristic of neorealism with its gravitation toward the synthesis of genre thinking with the activation of the subtextual-associative sphere. In our view, original consonances are found when comparing "The Road Staff" with Bunin's short story "Iz zapisok neizvestnogo" ["From the Notes of the Unknown"], which is part of the "Under the Hammer and Sickle" series of short stories (1930). In this paper, we outline the author's conceptual positions and provide additional examples from the text.

Similarly to Nikiforov-Volgin, here we find the same form of notes by a fictional narrator – as a rule, psychologically close to the author. Such a strategy provides the effect of deep self-disclosure, diary confessionality, and sincerity. "Notes" also appeal to the ancient Russian genre of "khozhenie" with their genre-compositional dominant.

The events of the work refer to the 1920s. The narrator, a representative of the intelligentsia, living in Moscow, is struggling to find something positive and reassuring in modernity, in its established post-revolutionary everyday life, yet he fails to "fit in" with the new life. Bunin's protagonist describes his "wanderings", as he calls his walks

and trips around Moscow and beyond, without sarcasm, without exasperation: just small sketches with factual objectivity are given. For example, on an April day, the hero sees Moscow "in blinding sunlight". On a festive day, on a crowded street in front of him "all the time, there was a boy in broken women's shoes running, selling the latest issue of a weekly magazine, the whole front page of which depicted God the Father sitting on the clouds and looking through a huge pince-nez at a flyer, the latest Soviet decree" (Bunin, 1991, p. 160).

The narrator does not comment on such impressions in any way. His reaction is as follows: "I left Moscow for an entire day – the whole day I spent in the village, in one manor house" (Bunin, 1991, p. 160). In the brief description-impression of the abandoned manor house of a once ancient aristocratic family, there is a clear allusion to Bunin's story "The Belated Spring" (1923), a masterpiece of the writer's prose, where the theme of farewell to an entire civilization of domestic noble culture is given poignantly and deeply.

One of the most prominent researchers of Bunin's work Iu. Maltsev (1994) writes that "these centers of Russian spirituality are shown by Bunin in remarkable harmony and unity with eternal Russian nature, from the marvelous unity grows a dazzling image of 'unforgotten and indestructible Russia'" (p. 286).

In the story, we found that pilgrimage "journeys" are associated with Bunin's desire to discover the enduring life of the sacred origin in Russian life, which was associated with the role of the Russian church, its ancient temples, monasteries, and the ringing of bells. Bunin's most inspired lines, in which he becomes a poet, are devoted to bell ringing. One example shocks with its drama and majesty. On his way out of the monastery, on a "rattletrap" driven by a monk, the narrator returns to town. The monk tells him of the fate of the famous fool for Christ who was buried in the monastery. Living as an ascetic in a dugout, in a dense forest, he every day, "hearing the monastery bell, came to the monastery church and stood on the porch – standing on it barefoot and in only a shirt, even in winter" (Bunin, 1991, p. 173). And when he didn't come one day, and the next day too, the monks got worried: a blizzard was raging. "They began to ring the bells. Day and night, through the storm and snow, in the dense spruce forests ... the bells were ringing – he never came" (Bunin, 1991, p. 173). After the storm they searched, but did not find the fool. Much later a peasant discovered him lying surrounded by snow drifts near his hut in the woods: "But not on the snow, but on the spring green grass, amidst fragrant flowers" (Bunin, 1991, p. 173).

It is hard to overestimate the depth of this monastic tale, which organically shows the best features of the national character: selfless devotion, mercy, and collectivity, naturally inherent in Russian life.

"Notes" is also enriched by biblical reminiscences and allusions. For example, two fragments of this cycle are devoted to the image of an old man living alone in the basement. He tells his visitor a "marvelous tale" about John the Suffering, whose cave instead of a lamp broken by a beast was illuminated by "a certain thin light, flowing from some unknown place", which shone upon him until his death. "And at his death", says the old man, "the angel of the Lord gently said to him, 'It was the light of your sorrow that shone upon you, John!'" (Bunin, 1991, p. 156).

The intonation of Christian humility before the trials sent is also highlighted in the fragment about the departure of another hero, "Rurikovich". The narrator confesses: "It has always struck me in these years: the more noble a man was in his time, the easier and simpler he entered all the trials of a new life" (Bunin, 1991, p. 165).

It appears that even the limited examples from Bunin's work suggest that the genre synthesis in "Notes" is multidimensional, combining features of a confessional diary prose, a pilgrimage essay, and a historical essay. The inclusion of biblical reminiscences and allusions brings Bunin's texts to the level of ontological reflections about world order.

All of these qualities typologically correlate with "The Road Staff".

Creative work by Shmelev and its association with "The Road Staff" and "From the Notes of the Unknown"

From the perspective of our study, among works by Shmelev, we should distinguish the short story "Blazhennye" ["The Blessed"]. It is rightly noted that

by the emotional depth and artistic subtlety, Shmelev's stories of the emigrant period are a new, higher stage in his creative journey. He has now fully assimilated the advantage of the first-person narrative. Adhering mainly to the storytelling manner, he can incarnate his hero, reflecting the natural human urge to confess, or, like Dostoyevsky, by creating a narrator who was a witness to the events described. In both cases, by incarnating in the characters, Shmelev could write from within the character portrayed, suffering not for him, but in him, and thus suffering with his people (Sorokina, 2000, p. 191).

This work also recounts the difficult years of post-revolutionary Russia, an era of persecution of the Orthodox faith. Since we have already undertaken an analysis of this story, here we will indicate the most salient points for comparison (Zakharova, 2015; 2020).

In terms of genre, like "The Road Staff", this short story gravitates simultaneously to such ancient Russian genres as "khozhenie", hagiography, and sermon.

The author's attitude is very close to Bunin's: the desire to leave the city in the hope of touching the still unspent spiritual reserve in the people: "I said goodbye to Russia, the old Russia. Much in it has been trampled and torn down, but there is still more of the old – in the Russia of the countryside" (Shmelev, 1998, p. 99).

The narrator's first impression is of a visit to the small estate of his acquaintances, an old teacher, a zemstvo employee, and his wife. After the glad news he brought them (of the well-being of their nephew, whom they thought to be dead), the elders wept. "and then I realized", the author recounts,

what a change had taken place with them [...] I had never seen a pedagogue baptized before. He had a reputation as an 'individualist anarchist', corresponded with Kropotkin, and was famous for his fierce struggle against church schools, calling them obscurantism and purely literal nonsense. Now there was even an icon in a wreath of forget-me-nots and a lampada over his bed (Shmelev, 1998, p. 100).

However, the strongest impact on the narrator is produced by the old man's account of an incident that occurred in the village and the meeting with the "heroes" of this incident: the general's grandson Misha and the locksmith Semen Koliuchii. The incident was far from ordinary: Misha, who had been lying paralyzed for several years after falling from his horse, was cured after an attempt to drown him, just as the rebels had drowned his grandfather. This event, of course, shook everyone, including the instigators of the massacre, among whom was Semen Koliuchii. The author introduces him to us as follows:

Tall, lean, with a crown of gray curls over his high open forehead, he resembled a thinker, and only his black hands covered with scratches and the smudged blouse of a stoker spoke of his working position. We used to talk with him about many things – he was quite well-read and naturally intelligent, and our good relations have lasted (Shmelev, 1998, p. 102).

Semen Koliuchii sincerely and sadly confesses:

I have cursed the meager pride of my mind, and I pray the Creator to give me the power to enlighten the wild tribe and seek Him. The spilled blood burns on me and all the 'enlightenment'. Go and preach the Gospel of Truth! Thou shalt not kill, thou shalt not steal, thou shalt not lie, thou shalt love thy neighbor! If you do not recognize these things, all is powerless, all is vanity. The Lord has given me wings (Shmelev, 1998, p. 102).

He goes on to explain how he now understands his purpose: "I have had an epiphany and I exclaim: 'My Lord and my God! – It should be written about our Russia in the Gospel and read in church. We have been baptized with fire and must take up the staff and preach to the world! I am the Vine of Truth.'" (Shmelev, 1998, p. 102).

The locksmith is eager to speak about his rebirth: "I listened to Semen Ustinych's enthusiastic, melodious speech. A gleam trembled in his eyes under his dusky eyebrows. And the glitter, the blue and golden glitter of the first autumn days, quivered both on the ground and in the sky" (Shmelev, 1998, p. 103).

The author incorporates the old man's story into the coloristic palette of the Rublev icon. The appearance of Misha strengthens the sacral allusions by a comparison of his appearance with the paintings of Nesterov and Old Russian icons: "And he was like an angel, which is painted on the icons of the Annunciation" (Shmelev, 1998, p. 104).

The author-narrator learns that after Misha was healed, he and Semen Ustinych began walking through the villages and preaching the Gospel, which Misha knew by heart. Misha's meekness, humility, and forgiveness captivate the listener. Especially his account of his visit to an intoxicated company at a wedding: "Yes, it was as if a voice said, 'Go and say the Holy Word!' And I went in. Everyone was drunk and shouted, 'The fool has come!' And they began to laugh" (Shmelev, 1998, p. 105). Misha then endured physical mockery, but at the same time read, "Father, forgive them; for they know not what they do" (Shmelev, 1998, p. 105).

This had a strong effect on the offenders, and seaman Zabykin wiped his face and head with a clean towel and said quietly: "Pray for the damned, if you know God... And we have forgotten!", to which Misha answered, "He is already with you, here... and He has even gone down into hell!" (Shmelev, 1998, p. 105). It is noteworthy that Misha's story ends with the words illuminated by the joy of the reincarnation of people

through such a "gospel": "And it was joyful to see their good faces" (Shmelev, 1998, p. 106).

Returning to the capital, the narrator feels overflowing with lofty, radiant feelings:

I got off the tarantass and went straight on, through the fields, on a distant mountain that spread out far away. Along its golden edge, on the height, in the pigeon-colored sky, white human figures shone, glowing in brilliance. Whether in a woman picking up, whether in a man digging potatoes, I saw in every glowing speck in the fields the thin and bright Misha walking somewhere (Shmelev, 1998, p. 106).

Especially noteworthy here is the end of the phrase, the ending of the work: *in every glowing speck in the fields*. The narrator saw this young man who had miraculously formed such a necessary invisible link between Scripture and earthly life.

Thus, it becomes clear that the short story by Shmelev is also an example of genre synthesis, typologically related to the works by Nikiforov-Volgin and Bunin: these are features of the Old Russian genres of "khozhenie", hagiography, and sermon.

Conclusion

Each of the examined texts is distinguished by an ontological amplification owing to the activity of biblical and patristic reminiscences and allusions. The genre form of notes, common to all the authors, not only gives the texts the features of confessionality but also puts them in a direct connection with the modernity described in them and causes the effect of the reader's presence, the action being "here and now". This gives rise to the perception of existence in the unity of its historical and spiritual connections.

It is important to recognize the limitations of this study. Our analysis focused on a particular set of texts and authors, and further research efforts could explore a broader range of literary notes to gain a more complete understanding of the genre. In addition, the interpretations presented in this study are subjective and open to various perspectives. Future research may include several analytical approaches and comparative analyses to clarify the current understanding of the genre of notes in literature. Overall, this study provides a foundation for future research on the meaning of the genre and its broader implications in the field of literary studies.

References

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Voprosy literatury i estetiki: Issledovaniia raznykh let*. Moscow: Artistic literature, 1975.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Estetika slovesnogo tvorchestva*: Collection of selected works. Moscow: Iskusstvo, 1979.

BUNIN, Ivan Alekseevich. Iz zapisok neizvestnogo. In: *Cursed days: Unknown Bunin*. Comp., foreword, bibliography, reference by O. Mikhailov. Vol. 10. Book. 2. Moscow: Molodaya gvardiya, 1991, p. 154-177.

CHERNETS, Lilia Valentinovna. To the typology of genres by content. *Bulletin of the Moscow University, Series 9. Philology*, Moscow, n. 6, p. 27, 1964.

ESAULOV, Ivan Andreevich. *Paskhalnost russkoi slovesnosti*. Moscow: Krug, 2004.

KONIUKHOVA, Anastasia Sergeevna. *Tvorchestvo V.A. Nikiforova-Volgina: Poetika siuzheta i tipologii geroev*. Dissertation for the degree of candidate of philological sciences - Voronezh State University, Voronezh, 2021.

LIKHACHEV, Dmitry Sergeevich. *Poetics of ancient Russian literature*. 3rd ed. Moscow: Nauka, 1979.

MALTSEV, Yuri Vladimirovich. *Ivan Bunin*. Moscow; Frankfurt am Main: Posev, 1994.

NIKIFOROV-VOLGIN, Vasily Akimovich. *The road staff and other stories*. Moscow: Publishing house "New Sky", 2018a.

NIKIFOROV-VOLGIN, Vasily Akimovich. *Svetlaia zautrenia: Sbornik prozy*, introductory article by A. M. Liubomudrov. Moscow: Siberian Blagozvonitsa, 2018b.

NIKOLINA, Natalya Anatolyevna. *Poetika russkoi avtobiograficheskoi prozy. Uchebnoe posobie*. Moscow: Flinta, 2002.

NIKOLIUKIN, Aleksandr Nikolaevich. (Ed.). *Literaturnaia entsiklopediia terminov i poniatii* [Literary encyclopedia of terms and concepts]. Moscow: NPK "Intelvak", 2001.

PAK, Nadezhda Idyunovna. *Traditsii drevnerusskoi literatury v tvorchestve B.K. Zaitseva i I.S. Shmeleva*. Moscow: n.p., 2006.

SHMELEV, Ivan Sergeevich. Blazhennye. In: I. S. SHMELEV, *Collected works*: in 5 volumes. Vol. 2. Entry to Paris. Moscow: Russkaya kniga, 1998, p. 99-107.

SOROKINA, Olga Nikolaevna. *Moskoviana: Zhizn i tvorchestvo Ivana Shmeleva*. Moscow: Moskovskiy rabochiy, 2000.

TYNIANOV, Yuri Nikolaevich. *Poetika. Istoriia literatury*. Kino. Moscow: Nauka, 1977.

UZHANKOV, Aleksandr Nikolaevich. Evoliutsiia srednevekovogo mirovozzreniia i razvitie russkoi literatury XI pervoi treti XVIII vv. In: *Old Russian literature: Image of nature and man*. Collective monograph. Moscow: "Heritage", 1995, p. 19-89.

ZAKHAROVA, Victoria Trofimovna. *Poetics of I.S. Shmelev*: Monograph. Nizhny Novgorod: Minin University, 2015, 106 p.

ZAKHAROVA, Victoria Trofimovna. Metaphysical pilgrimages by I.A. Bunin (according to the "Tales of the Unknown". *Scientific Notes of the Oryol State University*, Oryol, n. 4(89), p. 87-91, 2020.

Article received in June 27, 2023

Accepted for publication in December 1, 2023

¹ The research was funded by the Russian Science Foundation under the research project No. 23-28-00966 "The spiritual, moral, and artistic originality of the prose of V. A. Nikiforov-Volgin (in the context of the literature of the Russian Diaspora)".

ONDE A RAÇA ENCONTRA O SEXO: Nina Rodrigues, Classes Perigosas e Pederastas na Salvador de Fins dos Oitocentos¹

WHERE RACE MEETS SEX: Nina Rodrigues, Dangerous Classes and Pederasts in Salvador at the End of the Eight Hundred

Daniel Vital Silva DUARTE¹

Resumo: Primeiro livro publicado pelo médico maranhense Nina Rodrigues, *As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* é um dos documentos mais importantes para refletir sobre as relações entre a Medicina e a manutenção de hierarquias sócio raciais entre fins do século XIX e começo do XX. Ora, trata-se de texto dotado de dimensões múltiplas, nas quais convergiam o debate sobre mestiçagem, a leitura de certos sujeitos como degenerados, e a, também, práticas erótico-afetivas entre homens. Neste artigo, pretendo analisar as considerações do autor acerca das relações entre raça e sexualidades rebeldes, indicando a necessidade de articular estes dois atravessamentos. Para tal, recorrerei a história social em diálogo próximo com os estudos de gênero e os estudos *queer*.

Palavras-chave: Bahia no século XIX, Estudos de gênero, Estudos Queer, História das homossexualidades, pederastia.

Abstract: the first book published by the born Maranhão medical doctor Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* was one of the most important documents to think about the relationship between Medicine and the keeping of social and racial hierarchies during the end of 19th century and the beginning of the 20th century. It is also a revealing document of the multiple dimensions where it is possible to pursue and understand the discussions about miscegenation, a few people described as degenerate and sexual and affective experience between men. In this paper I intend to analyze the thinking of the author about the relationship between race and rebel sexualities pointing out the need of articulate these two crossings of experiences. For that, I will try to make a connection between Social History and Gender Studies and Queer Studies.

Keywords: Bahia in 19th century, gender studies, queer studies, history of male homosexuality, pederasty.

Na Cidade da Bahia, a Medicina e as classes perigosas no fim do século XIX.

Cidade da Bahia, década de 1890. No largo do terreiro de Jesus, centro antigo da capital, erguia-se o prédio da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB). Ladeada pela capela dos jesuítas – futura catedral da sé soteropolitana – e pela praça arborizada

¹ Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com período sanduíche no ICS/ULisboa (bolsa Capes). Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Integrante do GT de Estudos de Gênero da Anpuh/BA e da rede de historiadoras e historiadores LGBTQI+. E-mail: danielvssilva@gmail.com.

do Terreiro de Jesus, representava um dos centros de produção do saber desde o começo do século XIX².

A localização, central, e a aparência exterior do prédio, imponente poderiam fazer aparentar uma função primordial que a instituição, contudo, não tinha. Décadas depois de sua fundação, as condições do ensino médico eram bastante precárias, como assinala Venétia Durando Braga Rios, ao defender um uso crítico do conceito de medicalização para o caso da medicina da Bahia. As condições efetivas de trabalho e de imposição de políticas públicas por parte da comunidade médica baiana variavam, mas estavam muito longe daquilo que poderia ser considerado como as mais adequadas (Rios, 2001, p, 8-14).

Ainda que distando de condições de atuação ideais, a Faculdade desempenhou um papel saliente na sociedade baiana: foi um dos espaços nos quais se vai propor uma série de procedimentos, estratégias e atitudes para tratar a população brasileira, em busca de garantir um lugar no concerto dos países civilizados. Seus médicos se consideravam na vanguarda de um processo, contestado, mas constante, de progresso social por meio de remoção de tudo quanto fosse considerado doente, anormal, perigoso, ou dotado do potencial de infectar e comprometer o futuro e o desenvolvimento do país. Recorro novamente as reflexões de Rios, em seu estudo sobre a loucura, que oferece uma chave útil para pensar este processo:

A velha cidade da Bahia necessitava ‘modernizar-se’. Era preciso trilhar os caminhos que outras já haviam feito. Salvador precisava perder o seu ar de cidade colonial. Seu modo oitocentista de ser e de viver os problemas, não combinava com a aceleração que os novos tempos anunciavam para o mundo. Era preciso ‘civilizar-se’. Esse era o discurso corriqueiro apregoado nos jornais, nas falas dos homens ilustre da terra; certeza dos vanguardistas de plantão, convicção de higienistas, razão da nostalgia de muitos pelo retorno a uma posição influente da Bahia na vida política e cultural do país (Rios, 2006, p. 62).

Os ares, a aparência ainda colonial que a cidade de Salvador possuía, seu fluxo de pessoas, sua população de origem africana, e com uma maioria de mestiços – considerados frequentemente como inquietos e turbulentos pelas elites locais – causava, lembra Fraga Filho, “desalento dos baianos, comprometidos com a 'civilização' dos costumes” (Fraga Filho, 1996, p. 216). Eram parte, em suma, de um lugar-comum do legado deletério do passado colonial e, depois, monárquico referido em termos de atraso, e que era preciso abandonar em nome preceitos da sã razão e da ciência. Em busca,

como diz Rinaldo Leite, de viver uma experiência de modernidade – que não era, de forma alguma, aquela da Europa, nem sequer a da Capital Federal; mas sim, a que era possível dentro da conjuntura baiana daquele período. Portanto, modernidade, civilização possível, com suas contradições e problemas próprios, inclusive com certos traços, práticas e discursos de exclusão muito salientes:

Civilizar, progredir, modernizar eram as palavras de ordem adotadas por certos segmentos sociais mais ilustrados e elitizados, entre os quais podem ser citados os dirigentes políticos, médicos sanitaristas e higienistas, educadores e jornalistas. Toda uma preocupação civilizadora, progressista, modernizadora ganhou força neste momento, passando a orientar as intervenções, transformações, reordenações que deveriam ser realizadas na cidade. [...] Falava-se, também, a partir de meados do século XIX, em impedir o alastramento da mendicância e a contenção da sua presença pelas ruas da cidade como uma exigência civilizadora: os mendigos contrariavam ao “impulso modernizador”. Ocorreu, entretanto, uma intensificação desse discurso no contexto seguinte, visto as premências que se colocavam (Leite,1996, p. 14)

No contexto da profunda reconfiguração social de fins do século XIX, na esteira da desagregação e do fim do sistema escravista, a questão parecia ser: como manter estáveis as formas já bem estabelecidas de exclusão social e controle de grandes setores da população brasileira? Era preciso constituir aquilo que Marco Napolitano denominou de “variáveis de exclusão” (Napolitano, 2016): manter estabelecidas e firmes as assimetrias sociais, num contexto em que havia uma população de ex-escravizados e seus descendentes, agora livres e, lutando vigorosamente por direito e participação política, quer no plano individual quer no plano coletivo.

A esta questão, houve respostas diversas. Para intelectuais negros da geração da abolição, os caminhos e projetos eram diversos, mas convergiam no sentido de reafirmar o pertencimento pleno à nação brasileira. Para grupos conservadores, por outro lado, a negociação dos termos do acesso à nacionalidade passava por outros dilemas. O principal deles, a manutenção das relações sociais marcadas pela disposição e controle de mão de obra ampla e barata, como defende Antonio Guimarães, ao falar da atualização “em novas linguagens [d] as formas de subordinação e inferiorização da massa trabalhadora de origem mestiça e escrava” (Guimarães, 2011, p. 23).

Nesta conjuntura marcada por mudanças, a questão da chamada ‘desigualdade entre as raças’ e pretensos males e bens oriundos da mestiçagem, plasmados como problema definidor da futura viabilidade nacional, ganhou uma dimensão importante.

Lília Schwarcz (Schwarcz, 2014, *passim*) traçou um panorama da questão racial no Brasil a partir de centros de produção e difusão do saber entre os anos 1870 e 1930: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e suas equivalentes provinciais; o Museu Nacional e, da mesma forma, os museus provinciais mais ativos; e as Faculdades de Direito e de Medicina brasileiras. A autora lembra que, ao longo da segunda metade do século XIX, mas, sobretudo, a partir dos anos 1870, a questão racial se converteu num tema de reflexão constante para intelectuais brasileiros. Era um debate sobre a viabilidade nacional a partir de uma ciência que usualmente via na raça e na mestiçagem um componente que tornava difícil, e até inviável, o estabelecimento do Brasil como um país viável, quiçá civilizado. Aos olhos de certos viajantes estrangeiros, especialmente os que eram vistos como 'homens de ciência', o Brasil era um grande laboratório da miscigenação, e provaria, pela sua falta de dinamismo e apagamento das melhores características dos tipos puros, os males das misturas entre as raças.

Este debate, a partir de teorias formuladas na Europa – inclusive com o objetivo de viabilizar em termos ideológicos e discursivos os impérios coloniais – foi candente, e colocou os produtores de saber batendo-se entre os prognósticos negativos da ciência, e a necessidade de construir um país viável. Isso poderia soar, apontou Schwarcz, como um paradoxo, mas suscitou um conjunto de formulações, colagens e respostas originais feitas a partir de teorias europeias, mas para alcançar sentidos e objetivos dados pelo contexto brasileiro (Schwarcz, 2014, p 55).

A autora aponta, nas últimas décadas do século XIX, um adensamento das discussões médicas sobre raças. Se, por um lado, é preciso tomar esta expressão como um conceito dotado de história – e, como veremos, atravessado e, sobretudo, experienciado de perto com gênero, classe e sexualidade – por outro, naquele momento, foi descrito em tratados de medicina como um dado biológico, natural, ao qual não caberiam tanto formulações como o reconhecimento de sua relevância e papel determinante. Assim, a partir dos anos 1880, escritos de médicos baianos começam a correlacionar, dentro de campos como o da epidemiologia, as raças e as patologias:

É só a partir de meados dos anos 80 que uma produção mais propriamente baiana tenderá a surgir. Com relação à epidemiologia, por exemplo, podem-se encontrar algumas especificidades, sobretudo uma especial atenção à questão racial. Sem deixar de publicar as teorias mais consagradas sobre o tema, esses médicos estabelecerão, no entanto, vínculos inusitados entre as doenças e as raças, entendidas enquanto fatores condicionantes para diferentes moléstias. A sífilis, por exemplo, era definida, em artigo datado de 1894, como “mal

degenerativo, digno de atenção dos que estudam tudo que se refere aos factores de desenvolvimento physico e intellectual das raças”. A doença era apontada enquanto sinal da degenerescência mestiça, chegando-se à conclusão de que “a syphilis precisaria ser analisada no indivíduo e na raça” (Schwarcz, 2014, p. 271-272).

Albuquerque endossa esta reflexão de Schwarcz, ao lembrar quão profundamente debatidas nos laboratórios – ainda que precários – que eram as Faculdades de Medicina do período. E argumenta que, mesmo autores que propunham uma leitura fundada no papel positivo da população brasileira de origem africana e mestiça, como Manuel Querino, operavam dentro de um esquema no qual o conceito de raça era um princípio de análise importante (Albuquerque, 2009, p. 182 e 223-4). Assim: raça não era um conceito pensado e operacionalizado em abstrato. Se possuía uma dimensão teórica, surgia como uma ferramenta para estudar, compreender, analisar e intervir sobre a população brasileira. O fim do trabalho escravo era sinal de um processo mais amplo de mudança e resultado da luta por direitos e por participação, inclusive política, na sociedade brasileira. A manutenção de privilégios passava, pois, por manter o nexos entre garantir que os outros pudessem ou fossem alocados em posições de subalternidade, a partir dos saberes da ciência – pretensamente neutros – e do encontro desta com valores e padrões de moralidade que desqualificavam e viabilizam punições daqueles considerados como rebeldes.

Neste contexto houve a disseminação da ideia de classes perigosas, como apontou Sidney Chalhoub, no qual se operava uma homologia entre corrupção moral e pobreza, bem como a ideia de um risco de contágio que serviram de ferramentas eficientes para buscar a manutenção dos laços senhoriais de subalternidade, mas em outra lógica, biologicamente dada:

[...] Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. [...] Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação

de vícios de todos os tipos (Chalhoub, 2001, p. 29).

Nestas classes perigosas, em cujo contato haveria risco de contágio, estariam presentes os escravizados e ex-escravizados, como se pode depreender à partir da leitura dos autores citados. Contudo, dentro dessas classes perigosas, havia outras experiências, nas quais a articulação entre lugar social e, por exemplo, gênero auxiliam na melhor compreensão do processo. É Albuquerque que cita, no começo de seu trabalho, uma mulher liberta chamada Joana, trazida a barra da autoridade policial a pedido do comerciante Idelfonso, por “não saber o seu lugar” – isso é, por ter respondido com pedradas pedidos que considerou inadequados do comerciante; neste caso, misoginia e ordem senhorial se articulam (Albuquerque, 2009, p. 32-33).

Da mesma maneira, é indispensável tornar visível, nesta multidão, as formas de vivência da sexualidade que são dissidentes e até rebeldes aos padrões de comportamento sexual atribuídos e considerados como socialmente adequados para homens e mulheres. O uso da noção de classes perigosas deve ser elástico, para compreender um conjunto mais amplo de experiências consideradas dissidentes da norma. Trata-se de admitir, que juntos com ex-escravizados, havia também outros corpos rebeldes, que não eram civilizáveis ou dignos de figurar naquilo que se tinha como desejo para a nação brasileira.

Voltando a um velho livro de Nina Rodrigues (1894)³

Em 1894, o professor Raymundo Nina Rodrigues, publicou o livro intitulado *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. O autor era desde 1891, lente substituto de Medicina Pública, cadeira que tinha como catedrático o médico Virgílio Clímaco Damásio, então as voltas com a política republicana. A Nina Rodrigues, caberia ministrar as aulas referentes a medicina legal⁴ (Gazeta Médica da Bahia, 1906, p. 57-87).

O livro trazia a lume um conjunto de conferências que havia ministrado nas aulas de Medicina Legal ao longo dos anos anteriores, e já havia sido publicado, em parte, no *Brazil-Médico* (Rodrigues, 1894, p. 121-122), importante periódico carioca fundado em 1887, e vinculado a Faculdade de Medicina da Corte – diferente, por exemplo, da Gazeta Médica da Bahia, que só se vincula mais estreitamente a FAMEB a partir dos anos 1880 (Schwarcz, 2014, p. 286).

A obra pode ser pensada como um conjunto de críticas ao Direito Penal Brasileiro, especialmente no que diz respeito a duas crenças: na igualdade de toda a população brasileira do ponto de vista penal por força do direito natural; este era o pressuposto da escola criminal clássica de direito penal, que tinha por base as releituras iluministas sobre crime e justiça, e as formulações de Beccaria contra os suplícios, comuns a aplicação da justiça em estados modernos (Foucault, 2005, p. 13). E na ideia de liberdade volitiva na ação criminosa.

A tese de Nina Rodrigues na obra é de que não faria o sentido, do ponto de vista dos avanços recentes da medicina, da antropologia, da sociologia e da psiquiatria pensar o problema da responsabilidade sob este viés ou acolher conceitos filosóficos como o de vontade livre. Responsabilidades equivalentes caberiam, apenas, em países nos quais a constituição racial homogênea da população, e o clima comum, de norte a sul, permitissem uma unidade também do ponto de vista da legislação:

[...] perante as conclusões tanto da sociologia, como da psychologia moderna, o postulado da vontade livre como base da responsabilidade penal, só se pode discutir sem flagrante absurdo, quando fôr applicavel a uma agremiação social muito homogenea, chegada a um mesmo gráo de cultura mental média (Rodrigues, 1934, p. 12).

Assim, a liberdade de escolha, tomada pelo prestigiado jurista Tobias Barreto como índice de que o sentimento do direito – e, por conseguinte, a responsabilidade ao delinquir – não existiriam. O que havia era uma ilusão da liberdade, uma vez que o querer seria dado por condições de outra ordem, inatas. A escolha exprimiria a *natureza* do indivíduo, num momento e em circunstâncias dadas, dentro de um determinado grau de evolução; e, destaca, constam aqui as condições físico-psicológicas, dadas pela hereditariedade e pela acumulação gradual do aperfeiçoamento psíquico ao longo de muitas gerações. São elas que permitem pensar em termos de responsabilidade penal, porque marcam o caráter volitivo e a suposta “consciência do direito” que seria expressa pela vontade livre; e, neste sentido, o autor defende que uma das causas do crime seria o que chama de impulsividade primitiva das raças que considera inferiores (Rodrigues, 1934, p. 12).

Rodrigues encontra provas desta tão propalada inferioridade a partir de seus estudos sobre a população brasileira, tema que, lembra Mariza Corrêa, o interessava desde 1888, com a publicação de seu artigo sobre a lepra no Maranhão (Côrrea, 2013, p. 370-371). Em 1890, quando publicou o artigo *Os mestiços brasileiros*, o autor pretendia

classificar racialmente a população brasileira e indicar quais as repercussões negativas da presença e do cruzamento entre raças. Veio a fazer uso generalizado de um instrumental de conceitos europeus como o de atavismo (Rodrigues, 1890, p. 407), retirado de Lombroso – junto com o desejo de medir os corpos dos desviantes, observações que dariam sinais físicos da inferioridade e do potencial para atos antissociais . Os ditos atávicos mostravam potencial para retornar a prática de atos e comportamentos de um ancestral primitivo na escala da evolução, que seria um dos avultados problemas da mestiçagem (Corrêa, 2013, p. 129).

Nem sempre as medidas físicas davam os resultados esperados - a análise do crânio de Antônio Conselheiro, por exemplo, não mostrou os estigmas de criminoso nato que buscava Nina Rodrigues. Havia outros elementos e teóricos nos quais se apoiar. O psiquiatra francês Morel havia proposto, na década de 1850, o conceito de degenerescência, isso é: os desvios doentios, hereditariamente causados em função de um desvio do que seria o tipo normal da humanidade.

Ora, esta ideia de hereditariedade doentia era perfeitamente central no pensamento de Nina Rodrigues sobre a mestiçagem, as hierarquias, e os potenciais conflitos entre as raças no Brasil:

Ella se comprehende. A civilização aryana está representada no Brazil por uma fraca minoria da raça branca a quem ficou o encargo de defendel-a, não só contra os actos anti-sociaes — os crimes — dos seus proprios representantes, como ainda contra os actos anti-sociaes das raças inferiores, sejam estes verdadeiros crimes no conceito dessas raças, sejam ao contrario manifestações do conflicto, da lucta pela existencia entre a civilização superior da raça branca e os esboços de civilização das raças conquistadas, ou submettidas (Rodrigues, 1934, p. 73).

A disciplina que Nina Rodrigues ensinava, e da qual se tornou catedrático em 1895, foi central no processo de formular uma espécie de gramática das desigualdades. Daí a preocupação de formular uma detalhada tipologia de mestiços brasileiros. Tal objetivo se coaduna com o desenvolvimento da Medicina Legal em fins do século XIX, que teria passado a se preocupar muito mais com o doente, em lugar de com a doença. Com o louco, não tanto com a loucura; e com os criminosos, para deles se chegar ao crime (Schwarcz, 2014, p. 274).

Analisar mais de perto esta tipologia pode ajudar a compreender melhor as implicações desta arquitetura conceitual. Nina Rodrigues separou o tipo de

responsabilidade penal que deveria caber a cada um – aos mestiços superiores a responsabilidade total; aos mestiços ditos evidentemente degenerados, irresponsáveis total ou parcialmente; e, finalmente, ao grupo maior dos que via como mestiços comuns, sempre na iminência do cometimento de atos antissociais em função de qualidades herdadas, a responsabilidade atenuada. Já no capítulo seguinte, Nina Rodrigues volta a analisar o problema de outra perspectiva – a da defesa da sociedade. Nesta empreitada, o autor não sugere de algum tipo de solução parcial do problema, como a adoção de uma reforma do Código Penal. Enxertar conceitos e propostas da escola positivista penal apenas faria tardar mais, e dificultar o combate do crime no país enquanto se aguardava a lenta evolução psicológica da população – para só então se aplicarem as orientações desta escola do direito penal. Por isto, inclusive, o autor não reprovava a disposição do Código Criminal de 1830 que agravava o crime se o ofendido fosse de qualidade legalmente superior ao praticante do ato (Brasil, 1830).

Ora, neste sentido, a “proposta radical” que consta no sumário do capítulo era a da adoção de códigos penais conforme o clima e composição étnica de cada uma das quatro principais regiões climáticas brasileiras, a reforma da instituição do júri e a adoção de uma perícia individual em lugar de critérios abstratos de responsabilidade penal, capaz de apontar efetivamente os traços e comportamentos de fundo degenerativo. Eram estas medidas que poderia fazer frente ao contexto brasileiro:

Em tal paiz, o germen da criminalidade, — fecundado pela tendencia degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estygma infamante da escravidão recentemente extincta, pela consciencia geral, prestes a formar-se, da inconsistencia das doutrinas penes fundadas no livre arbitrio —; semeado em solo tão fertil e cuidadosamente amanhado, ha de por força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente (Rodrigues, 1934, p. 76).

Na prática, as propostas de Rodrigues poderiam conduzir para um maior espaço de interpretação nas formas de punir por parte das instâncias criminais do começo da República. Num contexto marcado por violências e pelo papel de redefinir e submeter, em outros termos, a população livre e pobre agora “sem senhores”, é pouco provável que maior abertura interpretativa resultasse em algo diferente da reiteração de violências (Oliveira, 2020, p. 26).

As observações dos indivíduos recolhidos à casa de prisão da Bahia encerram a obra de Rodrigues e tiveram o papel de justificar a leitura pessimista do autor sobre as

condições psíquico-biológicas da população. Desde o final do curso médico, as observações empíricas de casos clínicos eram o que permitiria a um autor realizar as extrapolações que informavam os comportamentos e patologias dos grupos sociais que pretendia estudar – de resto, um procedimento que outros médicos continuaram por usar por longo tempo. Das três apresentadas na obra, pode-se encontrar em duas a correlação entre sexualidade dissidente, raça, criminalidade e degeneração.

A primeira, mais extensa, é a de José D'Araújo, natural de Santo Antônio de Queimadas, centro norte baiano. A causa da prisão era ter matado o pai, na idade de nove para dez anos⁵, supostamente com consciência do ato. O autor, no momento da publicação da obra, o conhecia já há quatro anos, e realiza um estudo pormenorizado dele. Em primeiro lugar, descreveu detalhadamente como se deu a morte do pai - José teria recebido uma moeda de quarenta réis de um desafeto do pai. Voltou, então, para a choupana onde vivia com os irmãos e, com um tição, disparou uma espingarda velha, matando-o. Dois meses depois do julgamento, veio para a capital, onde deveria aprender o ofício de sapateiro na casa de prisão com trabalho. Não foi, contudo, o que ocorreu:

Transferido para esta cidade, foi collocado na penitenciaria para aprender o officio de sapateiro. O tratamento moral que devia receber naquelle meio já produziu todos os seus effeitos naturaes e logicos, e a obra está completa. O criminoso tem dezoito annos, é ladrão, pederasta passivo, jogador, bebado, um ser completamente desmoralisado, emfim, um incorrigivel temivel. Ha pouco tempo servindo-se de chaves falsas, roubou matéria prima de arrecadação, a mandado de terceiro protesta elle. A administração está informada de que esteve amaziado com um companheiro como pederasta passivo durante dous mezes. Por infracções disciplinares de toda a sorte, jogo, embriaguez vive constantemente em castigo. O administrador affirma que não sabe mais o que ha de fazer elle. Resolvi-me a completar o estudo deste criminoso. E' um pardo em que os caracteres do mulato e do mameluco estão bem combinados. Ainda completamente imberbe, apenas ligeiro buço. Não apresenta deformação ou estigma physico, não é canhoto, nem ambidestro (Rodrigues, 1934, p. 132-133).

Ao fazer a crítica do espaço prisional baiano, Nina Rodrigues revelou o amplo espaço no qual práticas de toda a ordem poderiam ser alocadas como próximas ao crime e a patologias. Era o caso da associação entre crime e alcoolismo. Como lembrou Anderson Vaz, o consumo considerado abusivo de álcool podia ser sinal de rebeldia, e era frequentemente associado à vadiagem e a um comportamento turbulento e entendido como típico das classes ditas perigosas (Vaz, 2017, p. 42-44). Já as relações erótico-afetivas que viessem a ocorrer entre companheiros de cela entram na conta dos sinais –

estigmas de degeneração, na designação de Morel, não de ordem física, mas sim *psíquica* – que podiam surgir, e que estavam presentes no referido José D’Araújo.

Ele era, mais ainda, um pederasta *passivo*. A passividade sexual era, para a medicina da época, indicativo de maiores perturbações do ponto de vista moral e patológico, inclusive quando comparada com a pederastia ativa. É lícito considerar, também, que essas práticas sexuais evidenciariam em demasia as fronteiras entre os gêneros, especialmente quando aparecem associados a comportamentos considerados como femininos.

Embora Nina Rodrigues não dedique nenhuma palavra sobre pederastas de outro estrato social, suas afirmações sobre José D’Araújo são bastante próximas das que Lombroso, a quem dedicou o livro, fez acerca das diferenças de inteligência entre pederastas de classe mais baixa: “Mas aqueles das classes mais baixas amam a sujeira, eles preferem perfumes, cheiros nojentos, apelidos femininos afetuosos, e são o instrumento dos roubos mais ousados, dos assassinos mais atrozés” (Lombroso, 1871, p. 121). É lícito considerar que o lente de Medicina Legal tinha em mente esta distinção.

Mas a questão não se encerrou aí. Nina Rodrigues fez um estudo pormenorizado, e não ficou satisfeito com o relato de José no que tocava ao crime. O mandante era algo que o jovem teria acrescentado à história apenas posteriormente. Para alcançar a verdade, o médico então, buscou o hipnotizar – não sabemos se, nisso, obrou com consentimento da vítima, embora seja arrazoado supor que não o fez, pela dificuldade encontrada:

Embora com dificuldade⁶, consegui hypnotisar o criminoso e desde então procurei indagar que influencia podiam ter exercido no seu espirito a supposta ordem do inimigo do pai e a do companheiro quem imputa a sugestão do roubo. Hypnotisado, revelou o criminoso que tal ordem nunca havia existido e que o verdadeiro movel do crime havia sido a circumstancia de ter elle, na ausencia do pai, cortado um pé de mandioca e promettido um tio que assim que o pai chegasse lhe havia de communicar o facto para que elle castigasse o filho. Foi, pois, para evitar o castigo que este commetteu o parricidio. Dahi em deante, mesmo em vigilia, o menor passou a contar-me o facto por este modo, confessando que tinha sido falsa a invenção de um mandante. Tambem por este meio consegui a confissão completa dos seus habitos pederastas que até então elle teimava em negar (Rodrigues, 1934, p. 89)

O relato de José D’Araújo levanta algumas questões importantes. Em primeiro lugar, Nina Rodrigues não considera possível ter, ele próprio, desempenhado um papel

ativo em criar uma lembrança no jovem. A hipnose, a operação realizada pelo médico traz em si a verdade acerca dos desviantes. Opera-se, aqui, um procedimento parecido com o de uma confissão. Foucault fala do processo de mudança da confissão ao longo dos séculos XVIII e XIX. Do confessionário, locus da penitência religiosa, passou a outros espaços – a família, a clínica, a consulta, e, acrescentaria, a prisão – e a outras relações, com os pais, com os psiquiatras, com os peritos. Tais documentos, consignados e transcritos, seriam posteriormente publicados e comentados pelos autorizados a discursar a respeito. E não se trata apenas de dizer o que se fez, isso é, o ato sexual desviante revelado pela hipnose. Mas de nele e ao redor dele, reconstituir os pensamentos e obsessões que o acompanharam, a qualidade e as modulações do prazer ilícito (Foucault, 2017, p. 71) e, pode-se conjecturar, de sua captura numa rede de saber. Outra questão significativa é da gravidade. Os segredos que teriam sido obtidos por Nina Rodrigues são graves; é a partir deles que o autor irá alocar José D’Araújo no lugar de criminoso de ocasião aperfeiçoado pelo meio (a penitenciária) ou no de criminoso nato. Por um lado, é a confissão do parricídio; mas, por outro, os hábitos pederastas, negados pelo hipnotizado, ajudam a fechar o diagnóstico, aliados à falta de um sentimento de culpa ou arrependimento. A condição de mestiço e a experiência homossexual estão articuladas para construir o lugar de opressão vivida por José D’Araújo.

A segunda observação, mais curta, versava sobre Ignacio José da Silva, que teria sido preso por ter matado um menino em 1889. O júri o considerou maior de 14 anos – portanto, plenamente responsável – apesar de não contar, segundo relatos, com mais de doze anos no momento do ato. Viviam com a avó materna e outros cinco irmãos. A mãe havia deixado o pai, e este havia se casado com outra mulher, embora sustentasse a ele e aos irmãos. Trabalhavam todos na lavoura.

O rapaz – a altura que travou conhecimento com Nina Rodrigues, tinha dezessete anos – dizia que o que havia motivado o ato delituoso era uma luta entre um de seus irmãos e a vítima. O autor, porém, desconsidera absolutamente o relato do jovem acerca do que havia se passado, e organiza a leitura sobre seu paciente a partir da articulação entre elementos físicos e psíquicos:

É mulato claro, com uma conformação craneana facial asymetrica, hyperbrachycephalo com um indice cephalico de 88,13, as orelhas muito destacadas do craneo e mal conformadas, a abobada palatina profundamente escavada, gago em extremo. E’ de um cynismo a toda prova; falla dos seus crimes rindo-se e commentando-os com

pretenções a espirituoso. Também é pederasta passivo, ladrão, jogador e bêbado (Rodrigues, 1934, p. 135).

Tal como vimos na observação anterior, existiu uma associação entre comportamento sexual considerado dissidente, o uso de bebidas alcoólicas e o diagnóstico do Dr. Nina Rodrigues: apesar da tonalidade de pele mais clara, o índice cefálico baixo e seu comportamento são reveladores de caracteres inferiores muito acentuados (Rodrigues, 1934, p. 136).

Não me deterei muito longamente sobre a terceira observação, que servirá de contraponto: a de José Joaquim Caetano, de dezoito anos, filho natural de pessoas que haviam sido escravizadas. Tratava-se de um menor bem-comportado, que aprendeu a arte de sapateiro. Era, como os outros um jogador e costumava se embriagar. Mas o autor nada comenta sobre a vida sexual deste jovem, e revelou que não apenas não era ladrão, como seria sensível aos castigos. Não se tratava, como José D'Araujo, de um criminoso nato; mas sim, de um criminoso de ocasião influenciado pela condição de escravizados dos pais, e mais resistente ao impacto do meio. Foi o que conclui o autor a partir do relato de que seria “melhor do que os outros” (Rodrigues, 1934, p. 136-137), segundo o administrador e os diretores da oficina de sapateiro.

Esta qualidade precisa ser analisada mais de perto. Com efeito, seguindo a tipologia proposta na obra, José Joaquim Caetano era filho de negros e a sua proximidade com tipos puros tê-lo-iam feito herdar menos características consideradas como negativas – o próprio autor, em outro ponto do trabalho, considera superiores os mestiços do negro quando comparados com outros mestiços de segunda ou terceira geração. Este não era o caso de seu xará José D'Araújo: Nina Rodrigues o classificou como pardo, expressão que designaria, na sua classificação dos mestiços brasileiros, aqueles que tinham ascendentes negros, brancos e indígenas e/ou outros mestiços. Por tal razão, diz o autor, mais suscetíveis a apatia e comportamentos negativos. José Ignácio, por outro lado, estaria entre os mulatos claros, aqueles com um retorno próximo a raça branca (Rodrigues, 1934, p. 31-32); nele, outro elemento foi indicativo de caracteres inferiores: o índice cefálico.

Assim, revela-se aqui que a construção dos riscos para a ordem social não estava restrita apenas na condição de mestiços, no meio social e prisional, nos jogos e nas bebidas. Nos casos dos dois pederastas é apropriado considerar que as relações sexuais com outros homens tiveram um papel importante na classificação negativa dada por Nina Rodrigues. Posto de outra forma, os comportamentos das ditas classes perigosas,

inclusive sexuais, eram sempre passíveis da conversão em risco social, como lembra Mariza Corrêa:

São, em suma, as categorias intermediárias ou ambíguas (mestiços, velhos, adolescentes, homossexuais) tanto em termos raciais, como etários ou sexuais, as mais perigosas para a ordem social. Tendo caído as barreiras visíveis entre a civilização e a barbárie, era necessário estabelecer novos limites onde se pudessem encerrar as diferenças entre os seres humanos, diferenças tanto mais ameaçadoras quanto menos fossem perceptíveis à primeira vista (Corrêa, 2013, p. 144).

Mariza Corrêa e outros citados até agora apontam caminhos úteis para refletir sobre esta questão em termos de lugar social e de raça. Os documentos históricos, contudo, são como palimpsestos, textos medievais remanescentes de outros textos mais antigos – apagados ou tornados menos visíveis. Lá onde a raça encontra sexo e gênero, outros instrumentos precisam ser utilizados para pensar dar conta destas camadas de experiência. Vamos a eles.

Masculinidade, sexualidade e desejos de nação.

Richard Miskolci, em sua obra *O Desejo da Nação*, propõe pensar a articulação existente em fins do século XIX entre masculinidade e branquitude, tendo como espaço privilegiado de pesquisa o Rio de Janeiro de fins do século XIX. Para o autor, o desejo da nação conduziria para projetos que encarava a sociedade como realidade biológica, racialmente classificável e tendo como saída possível de seus dilemas o branqueamento da população. Neste quadro, negros, mulheres e homossexuais passaram a ser lidos como ameaças a ordem quando não se conformavam ao papel social que lhes seria designado (Miskolci, 2013, p. 24). Assim, em que pese uma diversidade de projetos, havia alguns denominadores comuns: “O ideal nacional branqueador tinha como um de seus pilares a reprodução sob o controle masculino, pois o homem – e apenas ele – era visto como o verdadeiro portador da branquitude e do progresso” (Miskolci, 2013, p. 32).

Tanto quanto raça e mulher, masculinidade e sexualidade – quer sob a rubrica de vício, quer de sodomia, quer de pederastia quer, ainda, de homossexualidade – precisam ser analisadas não como dados ontológicos ou naturais. Mas, sim, como categorias historicamente construídas, sujeitas a negociações e passíveis de apontar limites sociais, tal como vem sendo feito pela historiografia que trata dos temas de raça, racismo e

ciência no Brasil. Assim, analisando as observações de José D’Araújo e de Ignácio José da Silva em articulação com Michel Misse em seu livro *O Estigma do Passivo Sexual*, por exemplo, a expressão pederastia passiva oculta outra camada de sentido. O autor argumenta que a passividade como comportamento tem seus sentidos negativos ancorados no mito socialmente disseminado de que mulheres seriam, em qualquer medida, percebidas como inferiores a homens (Misse, 2007, p. 23). Ora, nas duas observações acima referidas, a experiência destes sujeitos não pode ser pensada apenas como subjetiva. Ela revela posições, expectativas de comportamentos cuja frustração apontaria para a fronteira social entre os que são considerados como normais e anormais:

Os atributos de um indivíduo em particular podem convertê-lo em um estereótipo; terá que desempenhar o papel estigmatizado, em quase todas as situações sociais que viver, e é natural referir-se a ele, como fiz, como um estigmatizado cuja situação vital o separa em contraste com os normais (Misse, 2013, p. 32).

Podemos reler, com as lentes propostas por Miskolci (2013) e por Michel Misse (2017), o argumento apresentado por Nina Rodrigues, que, propositadamente, constrói e organiza hierarquias polarizadas: branco, por oposição a mestiço ou negro; civilizado, por oposição a antissocial ou criminoso; viril, é lícito supor, por oposição a pederastia passiva; contenção e controle por oposição a bebedeira e a jogos. Isto conta, inclusive, do próprio texto de Nina Rodrigues, ao comentar os excessos sexuais de pessoas negras: “A sensualidade do negro pode atingir então às raias quasi das perversões sexuae morbidas. A excitação genésica da classica *mulata* brasileira não póde deixar de ser considerada um typo anormal” (Rodrigues, 1934, p. 64). Neste sentido, novamente, a reflexão de Michel Misse é muito útil: observa-se, no fragmento em que considera certas mulheres como sujeitas a maior excitação genésica, a associação entre corpo feminino e natureza, reiterando mais a desigualdade que fundou diferenças e serviu de ferramenta para exclusões.

Esta leitura que associa excessos sexuais e pessoas negras e mestiças também se fará presente numa obra posterior, mas de cunho literário. Ao analisar o romance *Bom Crioulo*, Miskolci (2013) lembra que tal obra, apesar da polêmica de retratar o relacionamento entre dois homens – ou justamente talvez por isso – foi muito lida e comentada (Miskolci, 2013, p. 66). O livro versa sobre o relacionamento de dois marinheiros: Amaro, o mais velho, era um homem negro descrito de forma hiperviril, e

o grumete Aleixo, loiro e de constituição frágil. Nela, Amaro será apresentado como uma personagem perigosa, que seria presa dos seus instintos biológicos:

A novidade do livro de Caminha é a de sintonizar-se com a interpretação da pederastia como homossexualismo nas obras sexológicas desse período, ou seja, sua patologização e progressiva transformação em uma identidade sexual, o que se consolidaria apenas no século XX. Na obra, a pederastia é atribuída a Amaro, o “degenerado nato”, cuja origem racial explica seu aprisionamento aos instintos, ao desejo, o que o leva ao desvio sexual e, por fim, ao crime pode ser estendido para o caso de homens (Miskolci, 2013, p. 73).

Reatu a lizando o tema do excesso venéreo, a obra de Caminha talvez permita divisar receios de Nina Rodrigues que podem ter influenciado a realização de seus estudos sobre responsabilidade penal. Não para a defesa dos apenados, ou como crítica do sistema penitenciário – mas tendo como questão de fundo, como pontuou Corrêa, uma barreira de contenção entre o que entendia e narrava como civilização e barbárie. Esta barreira, porém, dá a ver também outros limites, os da ordem do gênero e da sexualidade, onde as normas aparecem em termos de realidades biológicas e fixas.

O conceito de gênero pode, aqui, ser utilizado para dar a ver e desconstruir, como propõe Joan Scott, as formas de significar relações de poder que tenham por base a crença nas diferenças percebidas entre os sexos bem como na existência de uma relação rígida entre caracteres anatômicos e comportamentos socialmente chancelados impostos sobre determinados corpos (Scott, 1995, p. 86); por outro, é preciso compreender que esta barreira entre masculinidade e feminilidade é, também, discursivamente construída, no sentido de tentar ilidir situações e possibilidades de vivências intermediárias, como lembrou Miguel Vale de Almeida no verbete em que definiu o conceito de masculinidade (Almeida, 2005, p. 122-123). O comportamento sexualmente dissidente de José D’Araujo e de Ignácio José da Silva, portanto, são capturados na obra do médico maranhense menos em termos individuais, e mais como parte de uma tipologia das sexualidades ditas ‘disparatas’ passíveis de patologizar – e, indiretamente, criminalizar – tudo aquilo que não fosse delito, mas que era passível de ser considerado como degeneração e, logo, risco para a boa sociedade.

O texto pode tomar o corpo destes jovens como algo biologicamente dado. Acredito, porém, que o caminho a ser seguido na análise deste texto é diverso. Não se trata de aceitar a identificação automática entre corpo/sexo/gênero como um dado, mas sim de tentar perceber como sua construção discursiva estava ancorada em práticas

sociais. Neste sentido, é útil recorrer ao conceito de gênero na acepção de Judith Butler: não existe sexo natural. Feminilidade e masculinidade devem ser percebidas como construções mediadas pelo contexto, citações paródicas (Butler, 2016, p. 238-239) de comportamentos sancionados e historicamente dados, os quais, podem estar ancoradas na crença do corpo como referencial seguro, *reconhecível* na determinação de sexos, gêneros, desejos, prazeres e amores. Mas se trata, como vimos, de uma crença perigosa e, em muitos casos, geradora de sofrimento. Não sabemos se as relações tidas por José D’Araújo e Ignacio José da Silva eram consensuais. Mas, no caso do primeiro, sabemos que a informação, de gravidade comparável ao motivo do assassinato, só pôde ser obtida por Nina Rodrigues por meio de uma hipnose que principiou difícil e que, tornada mais fácil, nem por isso abriu espaço para o uso de sugestões terapêuticas: “Continuo a estudá-lo, mas é de difícil hypnotização e oppõe obstáculos ás suggestões, aparentando aceitá-las, mas sendo realmente muito dissimulado” (Rodrigues, 1934, p. 90).

Talvez este processo tenha um papel significativo nos poucos “gestos de piedade” tidos pelo jovem, cuja ausência foi entendida pelo médico como sinais de uma perniciosidade maior, típica do criminoso nato – mas que talvez revelassem, em vez disso, as subjetividades possíveis que o discurso médico, ainda que precário no final do século XIX, viabilizaria.

Considerações finais: um diálogo de Chimamanda Ngozi Adichie com Marc Bloch

A história é a ciência do homem, no tempo, escreveu o historiador francês Marc Bloch, num fragmento de sua obra *Apologia da História* (2001, p. 55). Trata-se de um dos primeiros textos lidos por pessoas que ingressam no curso de história, quer pela centralidade que o movimento da escola dos Annales possui para o campo historiográfico, inclusive no Brasil, quer pela relevância de várias noções presentes no texto. Ali, descobrimos que a história se dá, a partir de uma pergunta-problema, dada pelo contexto em que vive quem a formulou. Há, então, uma relação estreita entre presente e passado: são, muitas vezes, dilemas, inquietações, problemas e experiências dadas e vividas por historiadoras e historiadores que informam o seu processo de pesquisa.

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie apresentou, no ano de 2009, uma conferência no Ted Talk, também convertida em livro, na qual faz um alerta

importante: a narrativa única acerca de um país ou grupo social é extremamente danosa para a sociedade. Ela opera tendo por base estereótipos, que viabilizam que se reduza a história de determinados sujeitos. Exemplifica a autora que a história do continente africano e de seus povos é, de fato, marcada em parte por tragédias e catástrofes humanas. Mas, de forma alguma, ela está limitada a isto. O discurso redutor, neste caso, possui um sentido político.

Ora, a mesma reflexão caberia aqui: a operação de determinados estereótipos, que contam e disseminam discursos e percepções acerca de determinados sujeitos, inclusive com fins políticos, termina por não apenas reduzir como também invisibilizar e roubar a dignidade de pessoas que são a eles reduzidas. Embora esta reflexão tenha sido desenvolvida por uma escritora de ficção, ela pode ajudar muito no exercício de escrita da história. Permite atentar para a necessidade de pensar uma multiplicidade de sujeitos ao longo da história, e as formas da construção de silêncios. Neste sentido, a História não é bem a ciência do Homem no tempo, como queria Bloch – mas a ciência da experiência humana no tempo, na qual caberia uma multidão de sujeitos com atravessamentos que lhe são próprios em cada contexto. Por outro lado, aponta diretamente para o efeito perverso dos jogos de poder, exclusão e silenciamento, e para determinadas partilhas e a mútua potencialização de formas de exclusão, a que o trabalho historiográfico precisa estar atento.

Nos dois casos apresentados em Nina Rodrigues, o de José e de Ignácio, outro elemento pode ser percebido. O lócus de ação da ciência que cria e hierarquiza diferenças era o mesmo: corpos tidos como intrinsecamente maculados, quer em termos de uma sexualidade considerada como dissidente, quer em função da leitura negativa que seria fruto da mestiçagem. Mais: a dimensão individual dos dois, sua periculosidade, era generalizável para uma coletividade de sujeitos. Neste sentido, as duas dimensões precisam estar articuladas no processo de análise, de maneira a superar o profundo desconhecimento da história de pessoas sexo-gênero diversas e de suas experiências na sociedade.

Desconstruir e apontar as bases nas quais, historicamente, se assentou este tipo de discurso de opressão da diversidade sexual, bem como suas implicações sociopolíticas e as associações estreitas com discursos racistas e misóginos pretensamente científicos e que, tristemente, persistem, me parece um caminho importante para a escrita da história.

Referências:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. Palestra proferida no Ted Talk, Oxford (England), jul. 2009. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt. Acesso em: 21 jul. 2023.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O jogo da dissimulação*. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

ALMEIDA, Miguel Vale de. Masculinidade In: AMARAL, Ana Luísa; MACEDO, Ana Gabriela (Org.). *Dicionário da Crítica Feminista*. Lisboa: Afrontamento, 2005, p. 122-123.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 21 jul. 2023.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2016.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CORRÊA Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. 32 ed, Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FRAGA FILHO, Walter . *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2_mendigos_e_vadios_na_bahia_do_seculo_xix.pdf . Acesso em: 21 jul. 2023

GAZETA MEDICA DA BAHIA, Salvador, n. 2, a. 38, ago. 1906, p. 57-87 (Necrológio). Disponível em: <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/view/567> . Acesso em 21 jul 2023.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea*, São Carlos, v.1, n. 2, p. 17-36, jul-dez. 2011. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/34>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LEITE, Rinaldo.... *E a Bahia civiliza-se*. Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador, 1912-1916. 1996. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/3_e_a_bahia_civiliza-se_ideais_de_civilizacao_e_cenas_de_anti-civilidade_em_um_contexto_de_modernizacao_urbana_salvador_1912-1916.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

MAGALHÃES, Alfredo Ferreira de. *O hypnotismo e a sugestão e suas aplicações à clínica*. Tese inaugural (Doutorado em Ciências Médicas). 1891. Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador, 1891.

MISKOLCI, Richard. *O desejo da nação*. Masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. Aula proferida no curso de História do Brasil independente II, set, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=onPCcUA0bsQ&list=PLAudUnJeNg4s4VovmXIdTvgsFberfNEq&index=16>. Acesso em: 22 jul. 2023.

OLIVEIRA, Henrique Silva de. “*Os gatunos agem á vontade*”: polícia, ciência e identificação criminal em Salvador (1911-1922). 2020. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: [2020_henrique_silva_de_oliveira_0.pdf \(ufba.br\)](#). Acesso em: 22 jul. 2023.

RIOS, Venétia Durando Braga. *Entre a vida e a morte: médicos, medicina e medicalização na cidade do Salvador 1860-1880*. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001. Acesso em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2001_rios_venetia_durando_braga_entre_a_vida_e_a_morte_medicina_medicos_e_medicalizacao_na_cidade_de_salvador_1860-1880.pdf. Disponível em: 21 jul. 2023

_____. *O Asylo São João de Deos*. As faces da loucura. 2006. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://ariel.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/12979/1/Venetia%20Durando%20Braga%20Rios.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RODRIGUES, Raymundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal; a criminalidade e a imputabilidade á luz da evolução mental. Aplicações ao direito criminal brasileiro. (Medicina Legal), *O Brazil-Médico*. Revista Semanal de Medicina e Cirurgia. a 8, n. 16, abril 1894. Disponível em: [https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272&Pesq="as%20raças%20humanas"&pagfis=3277](https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=081272&Pesq=). Acesso em 21 jul. 2023

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brazil*. Com um estudo do professor Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

_____. “Os mestiços brasileiros (Antropologia Patológica)”. *Gazeta Medica da Bahia*, Salvador, a. 21, n. 9, mar. 1890, p. 401-407. Disponível em: <https://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/523/5100>. Acesso em 21 jul. 2023.

SCHWARCZ Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SCOTT. Joan Wallach. “Gênero – Uma categoria útil para análise histórica”. *Educação e realidade*, Porto Alegre, v. 20. n 2 (1995), p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 21 jul. 2023.

VAZ, Anderson Rodrigues. “*Adoradores de Dionísio*”: usos e restrições ao consumo de álcool na Bahia (1870-1930). 2017. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32004>. Acesso em: 23 jul. 2023.

Artigo recebido em 21/06/2023

Aceito para publicação em 02/11/2023

¹Este artigo corresponde há uma versão modificada da introdução da minha tese de doutorado, *O rol dos perversos: homossexualidade masculina e Psiquiatria na Bahia do Século XIX (1880-1900)*, defendida em 23 de janeiro de 2023.

² Suas raízes estão na Escola de Cirurgia da Bahia, fundada em 1808, e reformada em 1816 como Academia Médico-Cirúrgica da Bahia. A partir de 1832, passou a ser chamada de Faculdade de Medicina e Cirurgia da Bahia, e Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia em 1891 (Velloso, 2002, p. 1).

³ Raymundo Nina Rodrigues, 1862-1906, médico maranhense. Teve a maior parte de sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia, mas sustentou a tese em 1887 na Faculdade de Medicina da Corte.

⁴ Para fins desse artigo, será utilizado a reedição de 1934, pela Editora Guanabara, conforme as referências.

⁵ José D’Araújo teria dezessete ou dezoito no momento da entrevista com Nina Rodrigues. Estaria, portanto, há dez anos na prisão.

⁶ Em 1891, Alfredo Magalhães sustentou a tese intitulada, *O hypnotismo e a Suggestão* suas aplicações à clínica. No final do texto, o autor se dedica a dar algumas orientações no campo da ética médica. Duas delas são muito curiosas. Primeiro, era indispensável obter o consentimento do hipnotizado, ou daqueles que eram por ele responsáveis. Não há referência a isto no texto de Nina Rodrigues, mas é razoável supor que a autorização tenha vindo da administração. Afinal, era dela a informação de que José D’Araújo era amante de outro interno, e ele somente falou de sua vida sexual homoerótica após passar pelo processo de hipnotização (Magalhães, 1891, p. 93).